Segundo Relatório
Nacional sobre os

Direitos Humanos

no Brasil

SEGUNDO RELATÓRIO NACIONAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

2000 – 2002

Ministério da Justiça
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos

Esplanada dos Ministérios, Bloco "T" – ed. sede – 4º andar – sala 422
70064-900 – Brasília – DF
Telefones (61) 429-3454 / 429-3142
Fax: (61) 223-2260

Distribuição gratuita

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Tiragem: 2.500 unidades

Apoio: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
Projeto BRA/01/021
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO
Projeto 914BRA3007
Agência Brasileira de Cooperação
Ministério das Relações Exteriores

Ficha Catalográfica

M578 Mesquita Neto, Paulo de.
Segundo Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil / Mesquita Neto, Paulo de e Affonso, Beatriz S. Azevedo. -- São Paulo: Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, 2002.

320 p.

1. Direitos Humanos Brasil, Relatório, Brasil. I. Affonso, Beatriz S. Azevedo. II. Título.

CDD: 341.271

SEGUNDO RELATÓRIO NACIONAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Prefácio 9

Apresentação 12

Agradecimentos 15

Brasil 16

Região Norte 42
- Acre 45
- Amapá 52
- Amazonas 57
- Pará 63
- Rondônia 74
- Roraima 79
- Tocantins 86

Região Nordeste 92
- Alagoas 96
- Bahia 103
- Ceará 114
- Maranhão 120
- Paraíba 128
- Pernambuco 136
- Piauí 146
- Rio Grande do Norte 153
- Sergipe 158

Região Centro-Oeste 164
- Distrito Federal 167
- Goiás 174
- Mato Grosso 180
- Mato Grosso do Sul 191

Região Sudeste 202
- Espírito Santo 205
- Minas Gerais 211
- Rio de Janeiro 221
- São Paulo 231

Região Sul 254
- Paraná 256
- Rio Grande do Sul 264
- Santa Catarina 277

Sistema Internacional e os Direitos Humanos no Brasil 286

Anexo 1 – Tabelas 293

Anexo 2 – Entidades colaboradoras 314

Equipe Técnica 319

PREFÁCIO

Qual é a situação dos direitos humanos no Brasil desde que foi publicado o Primeiro Relatório Nacional de Direitos Humanos, em 1999? Nesses três últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso, houve avanços, recuou-se ou tudo permaneceu estagnado?

O Segundo Relatório Nacional de Direitos Humanos visa responder a essas questões. Para a preparação deste Segundo Relatório, foram solicitadas informações dos governos estaduais e, através deles, do judiciário e do ministério publico em cada unidade da federação. Foram recolhidas informações junto ao governo federal, aos órgãos federais. Finalmente, valeu-se das informações das organizações da sociedade civil e a imprensa.

O Estado democrático é objetivamente aliado da sociedade civil. O Estado é muitas vezes dos maiores perpetradores - como, por exemplo, o elevado número de execuções sumárias pelas polícias militares em vários estados da federação. Essa prática situa o Brasil, se consideradas as democracias sem conflitos civis, como um dos paises onde mais ocorrem esses crimes. Mas, paradoxalmente, esse mesmo Estado está obrigado a promover e proteger os direitos humanos, especialmente em razão das obrigações assumidas perante a comunidade internacional.

Em termos de direitos políticos, não temos nenhum déficit. As eleições neste ano de 2002 assim o demonstraram. Alguma violência aqui e ali, pouca tentativa de fraude, controle ainda incipiente do poder econômico, mas eleitorado informadíssimo. O governo reconheceu os mortos e desaparecidos, indenizou famílias, reintegrou anistiados, compensou-os.

Problemas continuam a existir na implementação dos direitos civis. Nessa área, este Segundo Relatório não difere nada dos que saíram até agora. Nele veremos que em todos os estados há violações graves no acesso a justiça, precaríssimo, assistência jurídica quase nula, atuação incompetente das polícias, tortura rotineira, principalmente nas delegacias por policiais civis, limitações do ministério publico, inadequação aos padrões internacionais e superpopulação nas cadeias e xilindrós e nas instituições de internação de crianças e jovens (nos quais a tortura também é comum). E o Poder Legislativo não votou a competência federal nos crimes de direitos humanos, o que deixa o Estado federal inerte para fazer cumprir as obrigações internacionais que assumiu quando as instituições nas unidades da federação não agem adequadamente (faz uma década que os policiais militares que no Massacre do Carandiru assassinaram 111 presos estão livres e impunes).

A novidade é que ao lado dessa serie de dificuldades na implementação dos direitos humanos, há inovação e boas práticas. A sociedade civil está muito mais forte do que antes. A política de governo de direitos humanos que existe desde a volta ao governo civil em 1985 transformou-se nesses oito anos em política de estado. Em todos estados da federação, autoridades em todos os poderes e instituições identificados com os direitos humanos também colaboraram intensamente. Um símbolo animador nesse final de ano foi ver o governador Geraldo Alckmin desativar a Casa de Detenção do Carandiru, implodir três pavilhões daquela masmorra e dar destinação cultural aos outros pavilhões que permanecerão de pé.

Nesses últimos anos aumentou enormemente a institucionalização dos direitos humanos. Tanto no que diz respeito às convenções internacionais como o acesso através de petições individuais na ONU. Nesse período, e especialmente nesses últimos três anos a gramática dos direitos humanos foi plenamente integrada no ordenamento jurídico do país. Nenhum país, com a dimensão, população, contradições e potencialidades que tem o Brasil, com uma vigorosa sociedade civil,

multicultural e multirracial, teve igual êxito. Ainda persistem erros de ortografia dessa gramática, que vitimizam pesadamente a população, especialmente a mais pobre. Mas há poucos países no Hemisfério Sul como o nosso, que pratiquem mais a plena transparência, a aceitação total do monitoramento pelas organizações da sociedade civil nacionais e que colabore tanto com os organismos multilaterais, essenciais para debelar o silêncio e a impunidade, e prevenir as violações.

Pela primeira vez, em 113 anos de República, o Presidente ousou reconhecer o racismo estrutural que vige contra os afro-descendentes e, em novembro deste ano, foi feito o primeiro censo racial entre os 550.000 funcionários federais pelo Ministério do Planejamento. Nesse mesmo ano, foi criada pela primeira vez na República uma Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. Reconheceu-se a existência dos crimes do trabalho escravo e do trabalho infantil. E se implementaram políticas para combater esses crimes, que são elogiadas pelas OIT e pela UNICEF como modelos. Escancaramos a persistência da tortura, através da implantação do SOS Tortura, com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, pelo embaixador Gilberto Sabóia, meu antecessor na Secretaria de Estado. Entramos na campanha internacional contra esse flagelo, com o valioso patrocínio do Vice-Presidente da Republica, Marco Maciel e do Superior Tribunal de Justiça.

No período em exame, se continuou a implementar o Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH I, e elaborou se o PNDH II, preparado com vasta mobilização da sociedade civil (o Brasil e apenas treze outros países o fizeram). Desde 1995, mais de 1.300 parcerias somente na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos para implementar metas dos PNDH com instituições públicas e organizações não governamentais em todos os estados em sete anos. Os PNDH aprofundam as possibilidades se comprometer com o estado e alargaram as possibilidades de cobrança do poder, de causar situações embaraçosas às autoridades e mobilizar a vergonha, essenciais para pressionar por direitos humanos. Os planos não são plataformas de política estritas, mas alvos, metas a realizar num processo de mobilização e lutas.

E os direitos econômicos e sociais? A perspectiva das vítimas, aqueles que estão no rodapé da exploração entende que qualquer avanço por mais limitado que seja, conta. É claro que o índice de desenvolvimento em vários estados, como indica o Segundo Relatório, está abaixo da média nacional. Mas, nesses últimos oito anos, a presença e implementação da temática do desenvolvimento social esteve presente nas políticas, tendo havido melhoria em vários indicadores, por exemplo, de pobreza, mortalidade, alfabetização, escolarização. Se for considerado o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002, entre 173 paises, se considerado o Índice de Desenvolvimento Humano, o Brasil se situou entre os 16 países que ganharam 8 ou mais posições na década de 1990. No grupo de países do mundo que tinham mais de 100 milhões de habitantes em 2000, o Brasil ocupa a quarta posição, superado apenas pelos Estados Unidos, Japão e Federação Russa. Evidentemente, apesar desses avanços, esforços devem continuar a ser feitos para melhorar a distribuição de renda, especialmente a desigualdade racial entre brancos e afro-descendentes, que permanece intocada há duas décadas, na ditadura e na democracia.

Falta muito? Falta, mas antes, zero em muitas frentes. Impôs-se também no Brasil a transparência, praticada pelos próprios órgãos de governo como, por exemplo, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Não houve nenhum centro de pesquisas que tenha aprofundado mais o conhecimento da desigualdade racial e de renda que o IPEA.

Se tivesse que indicar para as vítimas das violações, afinal a referência principal na promoção e proteção dos direitos humanos, um único motivo para festejarem conosco o dia de hoje diria que nesses últimos oitos anos se transformou a promoção e proteção dos direitos humanos de uma política de governo numa política de Estado, acima dos partidos e das ideologias polí-

ticas. Nesses oito anos os direitos humanos se tornaram, quem sabe para sempre, o horizonte incontornável da democracia no Brasil.

Queria agradecer, em nome da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, ao Dr. Paulo de Mesquita Neto, assim como a Sra. Beatriz Affonso, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, que coordenaram a elaboração deste Segundo Relatório, após terem contribuído para o processo de preparação do Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH I e PNDH II, com as organizações da sociedade civil.

Este relatório foi preparado com total autonomia e plena independência por uma equipe de pesquisadores sob os auspícios da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, com apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do governo federal, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Assim sendo, este Segundo Relatório é de inteira responsabilidade da Comissão Teotônio Vilela, não engajando o texto, nas informações e análises aqui expressas, qualquer responsabilidade do governo federal, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, assim como do PNUD e da UNESCO.

Paulo Sérgio Pinheiro
Secretário de Estado dos Direitos Humanos
27 de dezembro de 2002

APRESENTAÇÃO

O Segundo Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos visa atender à proposta 514 do Programa Nacional de Direitos Humanos II, que atribui à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos "a responsabilidade de coletar, sistematizar e disponibilizar informações sobre a situação dos direitos humanos no país e apresentar relatórios anuais sobre a implementação do PNDH".

Seguindo a metodologia adotada na elaboração do Primeiro Relatório Nacional de Direitos Humanos, assim como na elaboração do próprio PNDH, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos propôs que uma organização da sociedade civil, a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, com apoio do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, elaborasse o relatório.

O Segundo Relatório Nacional de Direitos Humanos (Segundo Relatório) foi preparado entre junho e novembro de 2002, por uma equipe de pesquisadores da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, com apoio de pesquisadores independentes, especializados em diversos dos temas abordados. Apresenta informações sobre a situação dos direitos humanos nos 26 estados do país e no Distrito Federal. O período focalizado prioritariamente é de 1999 a 2002. Mas, respeitando o processo de construção do sistema de monitoramento da situação dos direitos humanos e das políticas para sua proteção e promoção no país, o Segundo Relatório apresenta informações referentes a anos anteriores, que não estavam disponíveis e não foram apresentadas no Primeiro Relatório Nacional, elaborado em 1998 e publicado em 1999.

Assim como Primeiro Relatório, o Segundo Relatório foi elaborado a partir de ampla consulta a organizações da sociedade civil e organizações governamentais de todos os estados do país. A equipe de pesquisadores da Comissão Teotônio Vilela analisou e sistematizou as informações recebidas do governo federal, dos governos estaduais e da sociedade civil, assim como as informações coletadas em publicações, relatórios, periódicos e web-sites.

O trabalho de pesquisa teve início com o levantamento de websites e relatórios, nacionais e internacionais, com informações e dados relevantes para análise da situação de direitos humanos no Brasil. Posteriormente, para a realização de consulta às organizações da sociedade civil, a equipe de pesquisa se dedicou a identificar e localizar as ONGs e defensores de direitos humanos em todos os estados do país.

Os pesquisadores se dividiram para fazer contato com as ONGS nas cinco regiões do país, solicitando informações e dados, casos exemplares, ações e projetos realizados para promover e proteger os Direitos Humanos nos 26 estados e Distrito Federal. Cada pesquisador ficou responsável por contatar as ONGs nos estados de uma região do país, enviar um roteiro e orientações para auxiliar a coleta das informações, e estabelecer uma parceria com representantes da sociedade civil em cada estado.

Embora nem todas as organizações da sociedade civil consultadas tenham enviado informações para o relatório, a Comissão Teotônio Vilela recebeu informações de praticamente todos os estados do país e de muitas ONGs que atuam na defesa dos direitos humanos e na proteção e promoção de direitos dos grupos cujos membros são mais vulneráveis a violações dos direitos civis e políticos.

Para receber os dados oficiais dos governos estaduais, foi enviada, através da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, uma solicitação de informações, acompanhada de um roteiro identificando os principais dados necessários para avaliar a política de proteção e promoção dos direitos humanos no estado e seu alinhamento com as prioridades e propostas estabelecidas pela sociedade civil no Programa Nacional de Direitos

Humanos. Esse processo de esclarecimento dos dados solicitados, negociação com os representantes designados pelos governadores, até o recebimento das informações oficiais solicitadas, foi acompanhado por assessores da Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

A maioria dos governos estaduais enviou informações para subsidiar a elaboração do relatório. Alguns governos chegaram a elaborar um relatório sobre a situação dos direitos humanos no estado, a partir do roteiro preparado pela equipe da Comissão Teotônio Vilela. Outros governos, entretanto, forneceram apenas informações sobre programas e ações desenvolvidos no estado. Cinco governos estaduais deixaram de enviar informações: Amapá, Alagoas, Maranhão, Pará e Rio de Janeiro. Entretanto, em todos estes casos, com exceção do Amapá, órgãos governamentais contatados diretamente pela equipe da Comissão Teotônio Vilela, enviaram informações para elaboração do Segundo Relatório.

O trabalho de coleta de informações teve início em julho e se estendeu até meados de novembro porque diversos governos estaduais e organizações da sociedade civil enviaram informações somente após o segundo turno das eleições. Nos meses de outubro e novembro, as informações recebidas, tanto das ONGs quanto dos governos estaduais foram sistematizadas pela equipe de pesquisadores. Nesta nova etapa de elaboração do relatório, cada pesquisador ficou responsável pela redação de textos sobre temas específicos de acordo com suas afinidades e conhecimentos.

Devido à exigüidade do tempo para preparação do relatório e ao atraso no envio das informações por parte dos governos e das organizações da sociedade civil, em conseqüência das campanhas eleitorais para as eleições de 2002, nem todas as informações recebidas chegaram a tempo de serem incorporadas ao relatório. O relatório poderia ser mais completo e mais detalhado se a equipe tivesse mais tempo para coletar, analisar e sistematizar as informações. Mas, a equipe da Comissão Teotônio Vilela e a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos julgaram importante finalizar rapidamente o Segundo Relatório para que ele pudesse servir de subsídio à elaboração das políticas de direitos humanos do governo federal e dos governos estaduais que tomam posse em 1º de janeiro de 2003. Assim como o Primeiro Relatório, este Segundo Relatório Nacional de Direitos Humanos é, antes de tudo, um instrumento para subsidiar a ação dos governos e das organizações da sociedade civil na proteção e promoção dos direitos humanos.

O Segundo Relatório, como o Primeiro Relatório, dialoga com o Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado em 1996, no que diz respeito a sua estrutura, estabelecida a partir do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais não são abordados porque foram incorporados à agenda do Programa Nacional apenas em 2002, como resultado do processo de amadurecimento do governo federal e das organizações da sociedade civil que levou à definição conjunta de prioridades e propostas de ação para proteger e promover integralmente os direitos humanos no Brasil.

Além disso, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e a Plataforma Latino-Americana para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, visando monitorar e avaliar a implementação do PNDH 2, lançaram um projeto de relatores especiais para mapear a situação destes direitos no país através da elaboração de relatórios periódicos. Buscando reforçar a indivisibilidade dos direitos humanos, é importante que o terceiro relatório nacional sobre os direitos humanos incorpore informações tanto sobre os direitos civis e políticos quanto sobre os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Ainda que os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais não sejam diretamente abordados, estes direitos estão presentes em praticamente todas as seções do Segundo Relatório. O relatório não trata diretamente do direito de acesso à terra, mas trata das execuções, torturas e prisões arbitrárias, praticadas por policiais e pistoleiros, que são um obstáculo para garantia do direito à terra. Da mesma forma, não aborda o

direito à saúde, educação e trabalho, mas trata de diversos tipos de discriminação e violência que são obstáculos adicionais para garantir a extensão destes direitos para todos os grupos sociais.

Ainda que não trate diretamente da implementação de cada proposta contida no PNDH, ao apresentar informações sobre a situação dos direitos humanos, as ações governamentais e da sociedade civil para proteção e promoção dos direitos humanos, este relatório oferece subsídios para uma avaliação dos resultados do Programa.

O Segundo Relatório está organizado em oito capítulos. Este capítulo é dedicado à apresentação do relatório. O segundo capítulo é dedicado à análise da situação dos direitos humanos no Brasil. Os capítulos 3 a 7 são dedicados à análise da situação dos direitos humanos em cada uma das cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No capítulo dedicado ao Brasil, o relatório focaliza a situação dos direitos civis e políticos no país. Nos capítulos dedicados às cinco regiões do país, o relatório focaliza a situação dos direitos civis e políticos em cada região, destacando as violações de direitos humanos que despertaram maior preocupação e as principais ações de proteção e promoção dos direitos humanos desenvolvidas na região no período 1999-2002, e apresentando informações sobre a situação dos direitos civis e políticos em cada um dos estados da região. Além destes capítulos, o relatório traz um capítulo sobre o Brasil no sistema internacional de proteção de direitos humanos e dois anexos, um deles com tabelas apresentando dados importantes para a compreensão da situação dos direitos humanos nos estados e o outro com uma lista das organizações governamentais e não governamentais que colaboraram na elaboração do relatório.

Como sugestão para a elaboração dos próximos relatórios nacionais de direitos humanos, aperfeiçoando a metodologia desenvolvida na elaboração do Primeiro e do Segundo Relatório, a equipe de pesquisadores da Comissão Teotônio Vilela sugere a escolha de uma organização da sociedade civil e/ou centro de pesquisa para coordenar a elaboração do relatório nacional e a escolha de um relator para cada um dos 26 estados e para o Distrito Federal para elaborar relatórios estaduais que serviriam de base para a elaboração do relatório nacional.

AGRADECIMENTOS

A equipe responsável pela elaboração do Segundo Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil agradece às seguintes instituições e pessoas pelo apoio dado à realização da pesquisa e à redação do relatório:

• À Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Governo Federal (SEDH), pelo apoio na preparação e publicação do Segundo Relatório Nacional de Direitos Humanos;

• Aos Senhores Governadores dos Estados de Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, e aos responsáveis por secretarias e órgãos estaduais destes estados e dos estados de Alagoas, Maranhão, Rio de Janeiro e Pará, que enviaram relatórios e informações para subsidiar a elaboração do Segundo Relatório;

• Às organizações governamentais que enviaram dossiês, relatórios e informações para subsidiar a elaboração do Segundo Relatório;

• Ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que apoiaram a realização do projeto;

• A Carmelina dos Santos Rosa, Chefe de Gabinete da SEDH, Hugo Mello, Diretor do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da SEDH, e Mariela Villas Boas Dias, atualmente na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, pelo apoio oferecido na coleta de informações junto aos governos estaduais e na publicação do Segundo Relatório;

• À Universidade de São Paulo e ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, particularmente ao Professor Sérgio Adorno (Coordenador Científico) e à Professora Nancy Cardia (Coordenadora de Pesquisa), que asseguraram apoio e toda a colaboração do Núcleo para a preparação do Segundo Relatório entre julho e dezembro de 2002;

• A José Miguel Vivanco, diretor-executivo da Human Rights Watch, e Luiz Mott, coordenador do Grupo Gay da Bahia, que enviaram textos para o Segundo Relatório;

• A Socorro Prado (Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Regional Norte I, e Articulação de Mulheres do Amazonas), Valéria Pandjiarjian (Comitê Latino-Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM) e Liliana Tojo (Centro pela Justiça e o Direito Internacional - CEJIL), que ofereceram informações e análises importantes para elaboração do relatório nas seções dedicadas à Região Norte, aos direitos das mulheres e ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos;

• Aos coordenadores da Rede Nacional de Observatórios dos Direitos Humanos, Marcelo Daher, Renato Antônio Alves e Cristina Hilsdorf, com quem a equipe compartilhou o espaço de trabalho, computadores e telefones no Núcleo de Estudos da Violência da USP e alguns bons e não tão bons momentos durante os processos quase simultâneos de elaboração do Segundo Relatório e do Relatório da Cidadania 3;

Os coordenadores e os pesquisadores da equipe responsável pela elaboração do Segundo Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil dedicam este relatório a todos que contribuíram para que a Comissão Teotônio Vilela possa vir a comemorar vinte anos de lutas em 2003: Agostinho Duarte de Oliveira; Antonio Candido de Mello e Souza (1983-1984); Eduardo Matarazzo Suplicy; Emir Sader; Fernando Gabeira; Fernando Millan †; Glauco Pinto de Moraes †; Hélio Bicudo; Hélio Pellegrino †; João Baptista Breda; Jocélio Drummond; José Gregori; Margarida Genevois; Maria Helena Gregori; Maria Ignês Bierrenbach; Maria Tereza de Assis Moura; Marilena Chauí; Paulo Maldos; Paulo Sérgio Pinheiro (Licenciado); Radhá Abramo; Severo Gomes †; Teotônio Vilela †.

Brasil

BRASIL

Este relatório tem a pretensão de mapear a situação dos direitos humanos no Brasil de 1999 a 2002. É possível observar que, nos últimos três anos, foram intensificadas as parcerias entre o governo e a sociedade civil e as políticas e programas de proteção e promoção dos direitos humanos iniciados na década de 1990. É possível observar também que as políticas de proteção dos direitos civis e políticos começaram a se articular na prática com políticas de proteção dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais – como aconteceu no Programa Nacional de Direitos Humanos 2, lançado em 2002.[1] Ainda assim, graves violações de direitos humanos continuam a acontecer, atingindo o direito à vida, à liberdade, à igualdade e a dignidade da pessoa. Além disso, os responsáveis por estas violações, inclusive agentes públicos, muitas vezes permanecem impunes e às vezes não são sequer identificados.

Persistem graves problemas de violações de direitos civis e políticos em todas as regiões do país, documentados neste relatório, particularmente com relação à prática de execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais e à prática de tortura e detenções arbitrárias, com o envolvimento de policiais e de funcionários do sistema penitenciário e das unidades de internação de adolescentes. Há diversos casos de assassinatos em decorrência de conflitos de terra, da repressão a movimentos de trabalhadores sem-terra e de grupos indígenas. Também há casos de mortos e feridos em decorrência da repressão a organizações populares e manifestações públicas em áreas urbanas. De maneira crescente, há casos de execuções em decorrência do confronto entre agentes públicos e grupos ligados ao crime organizado.

Alguns dos casos de violação dos direitos humanos apresentados neste relatório deram origem a ações no sistema internacional de direitos humanos. Estas ações internacionais, diante das limitações e obstáculos que dificultam o efetivo funcionamento do sistema nacional de proteção dos direitos humanos, se tornam, cada vez mais, instrumentos adicionais de ação das organizações de defesa dos direitos humanos.

No âmbito da sociedade, avanços na luta contra a discriminação e no processo de afirmação da identidade cultural dos afro-descendentes e indígenas fizeram com que aumentasse o número de brasileiros que se declaram de cor "preta" e de raça "indígena", conforme demonstrou o Censo Demográfico 2000 do IBGE.[2] Mas ainda persistem atitudes e práticas discriminatórias, e às vezes, violentas, contra grupos vulneráveis. Já é amplamente reconhecida e combatida a discriminação contra as crianças e adolescentes, as mulheres, os afro-descendentes e os indígenas. Torna-se agora cada vez mais evidente a discriminação praticada pela sociedade, reforçada pelos agentes públicos, contra os idosos[3], os portadores de deficiência[4], os migrantes[5], os imigrantes[6], os ciganos e os homossexuais.

Além disso, há problemas de graves violações de direitos humanos que, embora antigos no país, somente agora ganharam maior visibilidade, devido ao trabalho de pesquisa e de denúncia por parte de centros de pesquisa e organizações da sociedade civil, como é o caso do tráfico de mulheres, adolescentes e crianças para fins de exploração sexual, do abuso sexual de crianças e adolescentes, de ameaças a jornalistas e defensores de direitos humanos, e do envolvimento de autoridades e agentes públicos com o crime organizado.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E DESIGUALDADE

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil aumentou continuamente de 1990 até o ano 2000, graças a melhorias na expectativa de vida, na taxa de alfabetização e na taxa de escolaridade da população e no produto interno bruto per capita do país.[7] O Brasil situa-

se entre os países de médio desenvolvimento humano, ganhou oito posições no ranking dos 135 países para os quais o IDH foi calculado nos anos 1990 e 2000, e está mais próximo dos países de alto desenvolvimento humano.[8] É um dos 16 países que ganharam oito ou mais posições na década de 1990. [9]

Entre os países com mais de 100 milhões de habitantes, o Brasil tem um Índice de Desenvolvimento Humano inferior ao dos Estados Unidos e do Japão (países de alto desenvolvimento humano) e da Federação Russa (país de médio desenvolvimento humano). Mas tem um IDH superior ao China, Indonésia e Índia (países de médio desenvolvimento humano) e também do Paquistão, Bangladesh e Nigéria (países de baixo desenvolvimento humano). [10]

Avanços no processo de desenvolvimento humano são importantes, mas acontece que os avanços não são contínuos, progressivos, e não resultam automaticamente na redução da desigualdade e da pobreza e na redução das graves violações de direitos humanos no país. Freqüentemente, os benefícios do progresso são distribuídos desigualmente entre os diversos grupos da sociedade.

Durante a década de 1990, diminuiu a desigualdade de renda[11] e aumentou a renda mensal média dos responsáveis pelo domicílio[12]. Entretanto, apesar do aumento maior da renda mensal média nas áreas rurais, esta ainda é equivalente a apenas 38,4% da renda média nas áreas urbanas.[13] O rendimento mensal médio continua a ser menor entre as mulheres e os afro-descendentes. Em 1999, o rendimento mensal médio da mulher era equivalente a 60,7% do rendimento mensal médio dos homens.[14] No mesmo ano, o rendimento mensal médio da população afrodescendente era equivalente a apenas 46,9% do rendimento mensal médio da população branca. [15]

A população em situação de pobreza diminuiu de 40,2% da população total em 1992 para 28,2% em 1995 e aumentou ligeiramente para 28,4% em 1999.[16] Mas, na década de 1990, a taxa de desemprego aumentou nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife.[17] No mesmo período, aumentou o número de favelas no país: de 3.188 em 1991 para 3.348 em 1996 e 3.905 no ano 2000.[18]

Durante a década de 1990, houve também avanço na área da educação, fator crucial para aumentar o acesso da população pobre ao emprego e/ou renda e para fortalecer a organização e mobilização desta população na defesa dos seus direitos. Mas, também nesta área, os benefícios do avanço ainda são distribuídos desigualmente. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais caiu de 17,2% em 1992 para 13,3% em 1999. Mas o analfabetismo é maior entre os afro-descendentes. Em 1999, a taxa de analfabetismo era de 8,3% na população de cor branca, 19,6% na população de cor parda e 21,0% na população de cor preta. [19]

A desigualdade existente na sociedade, que subsiste e influencia o curso do processo de desenvolvimento humano, deixa alguns grupos mais vulneráveis do que outros às violações de direitos humanos. Na prática, os trabalhadores rurais, as mulheres, os afro-descendentes, os indígenas, os idosos, os portadores de deficiência, os homossexuais, entre outros grupos, têm menos garantias de acesso à justiça e mais dificuldade de se organizar e se mobilizar para lutar em defesa de seus direitos.

DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO

Da necessidade de proteger e promover os direitos humanos de todas as pessoas, em qualquer situação, especialmente de pessoas em situações de extrema pobreza, desigualdade e vulnerabilidade, decorre a importância da reforma das instituições e do fortalecimento das instituições e práticas que podem garantir um mínimo de transparência, legalidade e legitimidade democrática não apenas na escolha dos governantes, mas também no exercício do poder ("accountability"). Da liberdade de expressão, de imprensa, de associação e de movimento. De estar livre do medo da prisão ou detenção arbitrária, da tortura e outras punições ou tratamentos cruéis ou degradantes. De estar livre do medo de agressões e violências, e, em casos extremos, de execuções sumárias pela mão de inimigos, justiceiros, pistoleiros ou

agentes públicos. Do acesso à justiça e da imparcialidade na administração da justiça, visando garantir a punição dos responsáveis por graves violações de direitos humanos e a reparação do dano sofrido pelas vítimas ou seus familiares. Desta mesma necessidade, decorre também a importância das políticas afirmativas, para promover e proteger os direitos dos grupos mais vulneráveis.

A reforma das instituições e o fortalecimento das instituições capazes de garantir a responsabilização das autoridades, assim como as políticas afirmativas, são instrumentos fundamentais para a consolidação e fortalecimento da democracia e do estado de direito, sem os quais não é possível assegurar o respeito aos direitos humanos.

Infelizmente, em praticamente todos os estados da federação, as instituições e práticas de controle do exercício da autoridade governamental e estatal são ainda incipientes e frágeis. Enfrentam problemas de infra-estrutura e de resistência e oposição política. São ainda extremamente dependentes da boa vontade e das inclinações políticas dos próprios governantes e muitas vezes das próprias autoridades estatais, funcionando bem em alguns momentos, mas, logo depois, funcionando mal ou deixando de funcionar. Ou até mesmo passando a funcionar de forma a mascarar e facilitar o exercício ilegal e arbitrário do poder por parte dos governantes e autoridades estatais, de grupos da elite política e detentores do poder econômico ou mesmo de lideranças do crime organizado.

Apesar dos avanços na garantia dos direitos civis e políticos desde a transição para a democracia, nem mesmo a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito de eleger os governantes em eleições livres estão assegurados em todos os estados do país. Há diversos casos de defensores de direitos humanos ameaçados e mortos, como aconteceu com o advogado Marcelo Denadai no Espírito Santo em 15 de abril de 2002.

Há também casos de jornalistas ameaçados e mortos, como aconteceu com o jornalista Tim Lopes no Rio de Janeiro. A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) elaborou registro de todos os jornalistas assassinados na América Latina desde 1993. Dos 119 jornalistas assassinados nesse período, 14 eram brasileiros.[20] Além disso, uma assembléia realizada pela SIP em outubro de 2002 concluiu que o Brasil estaria entre os quatro países mais perigosos para o exercício do jornalismo na América (os outros três são a Colômbia, o México e a Guatemala).[21]

Num ranking da liberdade de imprensa elaborado pela ONG Repórteres Sem Fronteiras, incluindo 139 países do mundo, o Brasil ficou em 54o lugar, atrás dos demais países do Mercosul.[22] Numa escala de 0 a 100, que mede o grau de liberdade de imprensa, elaborada pela Freedom House, que toma por base o ano 2000, o Brasil registrou 31 pontos –o que coloca o Brasil entre os países com imprensa "parcialmente livre". [23]

As eleições de 2002 foram realizadas de forma livre e democrática, sendo garantido o exercício do direito de voto de todos os cidadãos. Não houve nenhum caso grave de fraude que comprometesse o resultado das eleições. Mas, em diversos municípios, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, mas também no Rio de Janeiro e no Mato Grosso do Sul, que necessitaram de proteção especial das forças armadas para realizar eleições em 1998, 2000 e 2002. Em todo o país, um total de 170 municípios solicitou a proteção do Exército nas eleições de 6 de outubro de 2002.[24] No segundo turno das eleições, dia 27 de outubro, um total de 149 municípios recebeu essa proteção. [25]

Numa escala de 1 a 7, que mede o grau de liberdade civis e direitos políticos, também elaborada pela Freedom House, que toma por base o ano 2000, o Brasil registrou 3 pontos nas duas áreas –o que coloca o Brasil entre os países "parcialmente livres". [26]

A construção recente da democracia e a fragilidade do estado do direito ajudam a explicar por que, nos últimos dez anos, ao mesmo tempo em que o Brasil avançou no processo de desenvolvimento humano e conseguiu reduzir de maneira significativa a mortalidade infantil[27] e mesmo a mortalidade por acidente de transporte[28], a mortalidade por homicídio aumentou em praticamente todos os estados da federação e o número de mortes resultantes de ações policiais permanece em patamares extremamente altos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO: DIREITO CIVIL E POLÍTICO FUNDAMENTAL

Uma imprensa livre e um debate público irrestrito é a condição mais importante para transparência em assuntos públicos, e um teste crucial da viabilidade das instituições democráticas em nosso continente. Nossa experiência ao longo dos anos na Human Rights Watch tem demonstrado a conexão vital entre o vigor dos sistemas democráticos e a proteção dos direitos humanos. Entretanto, a democracia na região é ainda frágil e confronta desafios enormes. Em muitos países, a credibilidades dos partidos políticos está em refluxo, sistemas eleitorais e o financiamento de campanhas eleitorais são amplamente questionados, a corrupção está disseminada, o crime aumenta, e soluções populistas, autoritárias são fortes atrativos para os pobres, os marginalizados e excluídos.

Neste contexto, uma imprensa livre e independente é vital. Já em 1946, a Assembléia Geral das Nações Unidas se referiu à liberdade de expressão como "a base de todas as liberdades às quais as Nações Unidas são consagradas". A Corte Inter-Americana tem indicado que "a liberdade de imprensa é a base da existência de uma sociedade democrática". A importância peculiar da liberdade de expressão reside no fato de que a ela é simultaneamente um direito individual e um direito político. Ela implica meu direito individual de expressar e comunicar minhas opiniões e receber informações sem interferências indevidas por parte do estado. É também uma condição que deve ser preenchida para que eu possa participar efetivamente na vida política.

Ao apontar um relator especial para a liberdade de expressão, o Sistema Interamericano reconhece plenamente a importância deste direito crucial, e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos continua a desempenhar um papel fundamental de definir metas. A título de exemplo, é possível mencionar a posição clara adotada pela Comissão contra leis que criminalizam críticas com palavras duras a autoridades públicas. Argentina, Paraguai e Costa Rica já eliminaram este tipo de lei de seus códigos criminais. Chile, onde a Human Rights Watch desenvolveu campanhas por muitos anos para aumentar a liberdade de imprensa, está atualmente debatendo reformas semelhantes. Alguns países, como Panamá, continuam a usar estas leis amplamente.

Outro aspecto importante é o reconhecimento crescente nos nossos países do direito dos cidadãos de procurar e receber informação de órgãos públicos. Disputas judiciais bem sucedidas em casos exemplares de interesse público dependem fundamentalmente do acesso a estas informações.

Governos devem também garantir as condições sob as quais uma imprensa livre e pluralista pode florescer. Nós continuamos a fazer oposição a leis que penalizam reportagens "irresponsáveis" ou "não-verdadeiras", e normas constitucionais que procuram proteger o direito a informação "verdadeira" e "oportuna". A qualidade e a seriedade da cobertura da imprensa, vital como é para a democracia, deve ser garantida pela imprensa e julgada apenas pelo público.

José Miguel Vivanco
Diretor Executivo, Human Rights Watch,
Divisão das Américas

No ano 2000, 45 mil pessoas morreram vítimas de homicídio no país. No mesmo ano, considerados apenas os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Rio Grande do Sul, para os quais dados oficiais estão disponíveis, 1.479 pessoas morreram em ações envolvendo policiais (837 em São Paulo, 427 no Rio de Janeiro, 132 na Bahia, 57 no Pará e 29 no Rio Grande do Sul). Em 2001, o número de pessoas mortas em ações policiais nos mesmos estados chegou a 1.538 (703 em São Paulo, 592 no Rio de Janeiro, 112 na Bahia, 54 no Pará e 53 no Distrito Federal e 24 no Rio Grande do Sul). [29]

De 1991 a 2000, a taxa de mortalidade por homicídio aumentou de 20,9 para 27,0 mortes por 100 mil habitantes (+ 29,2%).[30] Na América Latina, apenas Colômbia e El Salvador, países que passaram por décadas de guerra civil, têm taxas de homicídio superiores às brasileiras.[31] Considerada apenas a população das capitais, a taxa de mortalidade por homicídio aumentou 38,4% de 1991 para o ano 2000. [32]

Particularmente grave, do ponto de vista da segurança pública e das garantias dos direitos fundamentais da pessoa, é a situação dos estados em que autoridades policiais e governamentais estão envolvidas com o crime organizado, como é o caso, por exemplo, do Espírito Santo, em relação ao qual o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana recomendou a intervenção federal em 2002. [33]

Também é grave a situação dos estados em que policiais civis e militares, devido a reivindicações salariais ou a conflitos políticos, paralisam as atividades e desafiam as autoridades governamentais, como aconteceu na Bahia em julho de 2001. Policiais militares e civis realizaram greve e ocuparam quartéis da polícia militar. O Exército foi chamado a intervir para conter a greve. Durante a paralisação, houve uma onda de saques e assaltos, a população começou a fazer justiça com as próprias mãos. A greve deixou um saldo de 37 pessoas mortas, 126 pessoas feridas à bala e 80 estabelecimentos comerciais saqueados. O período de maior violência, entre o início da noite do dia 15 de julho e o final da tarde de 16 de julho, foi chamado pelos jornais de "noite do terror" ou "dia do terror". [34]

COMO PROTEGER OS DIREITOS HUMANOS?

Considerando as limitações e os obstáculos no processo de desenvolvimento das políticas de proteção e promoção dos direitos humanos, assim como as iniciativas em curso e a experiência adquirida desde o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos em 1996, como o governo federal, os governos estaduais e a sociedade civil podem preservar as conquistas e avançar na luta na defesa dos direitos humanos?

Estão em processo de construção políticas, programas e serviços que visam aumentar o grau de proteção contra graves violações de direitos humanos, direcionadas à população em geral, a grupos de pessoas especialmente vulneráveis a estas violações ou a grupos de pessoas que já foram vítimas destas agressões. São ações que visam prevenir a ocorrência de violações de direitos humanos antes que elas aconteçam, ou atender às vítimas imediatamente após a ocorrência das violações ou no longo prazo, que devem ser preservadas e fortalecidas.

As ouvidorias de polícias, assim como as ouvidorias do sistema penitenciário, onde existem, por exemplo, são instituições que podem receber denúncias contra agentes públicos e oferecer assistência e orientação imediata às vítimas de violência praticada por agentes públicos. Já existem ouvidorias de polícia independentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pará.

Em 22 estados e no Distrito Federal, já estão em funcionamento Defensorias Públicas para prestar assistência e orientação jurídica à população. Entre estas, destacam-se pela sua estrutura e funcionamento as defensorias do Rio de Janeiro, Pará, Ceará e Mato Grosso. Somente os estados de São Paulo, Santa Catarina, Alagoas e Goiás não tem Defensorias Públicas, tornando mais difícil o acesso à justiça. Em São Paulo, há um Movimento pela Criação da Defensoria Pública, com participação de mais 300 entidades não governamentais,

que apresentou um ante-projeto de lei para criação de uma defensoria pública descentralizada, que contemple a participação da sociedade civil no seu conselho superior, na sua ouvidoria e na formulação de suas políticas e programas de ação.

Os centros de atendimento à vítima podem também oferecer assistência e orientação às vítimas de qualquer tipo de violação dos direitos humanos. Estes centros, com apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, já foram implantados em oito estados (Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro) e estão sendo implantados em outros três estados (Goiás, Pernambuco e Pará).

Os programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas em razão de participação em processo judicial podem oferecer proteção a vítimas de violações dos direitos humanos. Programas de proteção a vítimas e testemunhas, também com apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e do Gabinete de Assessoria Jurídica a Organizações Populares (Gajop), funcionam em 15 estados: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Um programa está em processo de implantação no Distrito Federal.

Em 2001, através de uma parceria entre a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Movimento Nacional de Direitos Humanos, foi lançada a Campanha Nacional de Combate à Tortura - SOS Tortura, que conta com uma central telefônica para receber denúncias de tortura de todo o país. Entretanto, apesar de receber 1.345 denúncias de tortura entre outubro de 2001 e outubro de 2002 e de 300 casos terem sido levados ao conhecimento do Ministério Público, poucos casos deram origem a processos judiciais e foram julgados. Freqüentemente as denúncias de tortura são classificadas pelas autoridades como abuso de autoridade ou maus-tratos –o que contribui para a impunidade dos responsáveis e a persistência da tortura. Em geral, respeitadas algumas exceções, o Poder Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público nos estados da federação ainda não se empenham o suficiente para eliminar a prática da tortura por parte dos policiais e agentes penitenciários. [35]

Na área da prevenção, um papel fundamental pode ser desempenhado pelos centros de mediação e resolução de conflito e balcões de direito. Programas de capacitação de lideranças comunitárias e juvenis para atuar na proteção e promoção dos direitos humanos, assim como programas dirigidos a policiais, promotores, juizes e agentes penitenciários, responsáveis diretos pelo funcionamento do sistema de justiça criminal, podem também desempenhar um papel fundamental na prevenção de violações. Mas isso desde que sejam programas com aplicabilidade prática bem clara, não apenas aulas teóricas sobre direitos humanos. Depende também da garantia de condições dignas e adequadas de trabalho para os policiais e agentes penitenciários.

Na questão do envolvimento de policiais com o crime organizado e grupos de extermínio, assim como da tortura em delegacias, prisões e unidades de internação de adolescentes, é fundamental o fortalecimento do controle externo das organizações policiais e da administração penitenciária, por parte do Ministério Público ou, em última instância, do Poder Judiciário, como apoio do Poder Legislativo e do Poder Executivo. É fundamental também o fortalecimento do controle interno, através do aparelhamento das corregedorias de polícia e do sistema penitenciário para apurar as denúncias e responsabilizar os agentes públicos envolvidos em ações criminosas.

Os conselhos de defesa dos direitos humanos e conselhos setoriais estabelecidos junto ao Poder Executivo, as comissões de direitos humanos estabelecidos no Poder Legislativo, as comissões, departamentos e coordenadorias de direitos humanos estabelecidos junto a órgãos governamentais e não governamentais, formam redes estaduais e uma rede nacional de entidades de direitos humanos, que têm um papel fundamental no monitoramento e avaliação de políticas de direitos humanos e, também, de maneira crescente na formulação e implementação destas políticas. Nesse processo, é fundamental garantir a autonomia dos conselhos, comissões

e organizações não governamentais, para que, ao participar da formulação e implementação das políticas de direitos humanos, não deixem de realizar a função de monitoramento e avaliação.

Sem um sistema adequado de monitoramento e avaliação das políticas e programas de direitos humanos, sem a elaboração de relatórios periódicos de direitos humanos, sem a construção de um banco de dados nacional com indicadores da situação dos direitos humanos em todos os estados, será difícil identificar e promover as boas práticas, assim reformar ou eventualmente eliminar políticas e programas ineficazes.

A experiência dos últimos anos sugere que políticas efetivas de direitos humanos dependem de uma integração crescente de ações da União e dos Estados, do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Legislativo, assim como da Sociedade Civil, desde que esta integração não comprometa a autonomia de cada unidade da federação, de cada instância de poder e de cada organização da sociedade civil. Esta integração pode ser impulsionada pela criação de órgãos capazes de coordenar as políticas de direitos humanos no governo federal e nos governos estaduais, como é o caso da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Esta integração também pode ser impulsionada pela criação grupos especiais ou forças tarefas, como o Grupo Especial de Repressão ao Trabalho Escravo e Forçado, para enfrentar problemas específicos.

O Sistema Internacional de Direitos Humanos

As instituições do sistema internacional, como a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional, por sua vez, podem ajudar a reforçar as instituições do sistema nacional de proteção e promoção dos diretos humanos, sempre que estas não forem capazes de oferecer respostas efetivas para problemas graves na área dos direitos humanos.

Entre 1999 e 2002, o Brasil intensificou a política de inserção e participação no Sistema Internacional de Direitos Humanos. O Brasil assinou o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional em 7 de fevereiro de 2000. O texto do estatuto foi posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional, através do decreto legislativo 112, de 6 de junho de 2002, e promulgado pelo decreto 4.388, de 25 de setembro de 2002.

O Brasil aprovou a declaração de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana Direitos Humanos, através do decreto 4.463, de 8 de novembro de 2002.[36] O Brasil reconheceu igualmente o artigo 14 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e o governo federal enviou ao Congresso Nacional proposta de reconhecimento do artigo 21 da Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Os dois artigos abrem a possibilidade de encaminhamento de petições individuais aos comitês estabelecidos pelas convenções (Comitê Internacional para a Eliminação de Todas Formas de Discriminação Racial e Comitê Internacional Contra a Tortura). O Brasil também reconheceu a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre os direitos dos povos indígenas.

Em 1999, o Governo Federal criou a Comissão Especial para coordenar os trabalhos de preparação e de análise dos relatórios decorrentes dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é parte, presidida pelo Secretário de Estado dos Direitos Humanos, com a participação de representantes da Casa Civil da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Instituto de Pesquisa Aplicada e dois especialistas da Sociedade Civil. [37]

Quase vinte anos depois de ratificar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), em 1984, o Brasil ratificou, em 28 de junho de 2002, do Protocolo Facultativo à CEDAW, que garantiu às mulheres brasileiras o acesso à esfera internacional quando as instituições nacionais se mostrarem falhas ou omissas na proteção de seus direitos humanos.[38] Ainda em junho de 2002, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançou o *Primeiro Relatório Brasileiro sobre a Implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher*. [39]

O Brasil apresentou no ano 2000 o *Primeiro Relatório Relativo à Implementação da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Brasil*, que foi discutido em maio de 2001 no Comitê Contra a Tortura da Organização das Nações Unidas. [40]

O Relator Especial sobre a Tortura, da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, Nigel Rodley, visitou o Brasil em agosto-setembro de 2000 e publicou seu relatório em abril de 2001. [41]

O Relator Especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, esteve no Brasil em março de 2002, apresentou ao governo brasileiro um relatório em setembro de 2002, que deverá ser publicado em 2003. [42]

O Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, em 19 de dezembro de 2001, que os relatores temáticos da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas estão convidados a realizar visitas ao Brasil sempre que assim o desejarem, sem necessidade de autorização especial.

A Relatora Especial da Organização das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais anunciou sua visita ao Brasil para o segundo semestre de 2003.

VIOLÊNCIA RURAL

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) acompanha os conflitos no campo brasileiro por meio de sua rede de agentes e comissões e desenvolve um trabalho de documentação com o objetivo de fazer um registro escrito dos conflitos de terra. Em Goiânia, no Secretariado Nacional da CPT, o material coletado em todo o país é organizado numa "biblioteca" e num "banco de dados" de conflitos. O banco de dados propicia a pesquisa dos históricos dos conflitos e a realização de cruzamento de dados. Um dos produtos do banco de dados é a publicação do relatório anual "Conflitos no Campo Brasil", apresentando estatísticas e textos analíticos.

Analisando os dados referentes ao período de 1990 a 2001, verifica-se que o número de pessoas assassinadas em decorrência de conflitos rurais caiu de 75 em 1990 para 27 no ano 1999, mas voltou a subir para 30 no ano 2000 e 29 em 2001. Entre 1999 e 2002, foram registrados 86 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, técnicos, lideranças sindicais e religiosas ligados à luta pela terra.

As regiões brasileiras que apresentam maior número de mortes violentas em decorrência são as regiões Norte e Nordeste, sendo que a Região Norte teve mais casos nos anos de 1999 e 2000 e a Região Nordeste teve mais casos em 2001. Nestes três anos, o estado do Pará é o que apresenta maior número de mortes violentas no país (27), seguido de Pernambuco (9). [43]

A violência no campo não acontece por acaso, mas é resultado da intensidade dos conflitos pela terra em decorrência de modelo agrário e agrícola vigente no país, que exacerba os conflitos sociais no campo envolvendo latifundiários, trabalhadores rurais e agentes do estado, e da ausência e/ou debilidade do estado de direito em determinadas regiões do país. A reforma agrária e uma atuação mais eficiente na resolução de conflitos de terra são instrumentos importantes para a redução da violência no campo.

Pelo menos no que concerne aos homicídios, ainda existe uma grande dificuldade em identificar os responsáveis pela violência no campo. Como ocorre no Acre, em que foram denunciados à Comissão Pastoral da Terra dois casos de assassinato contra trabalhadores sem terra, de autoria desconhecida, e, um caso contra um trabalhador rural, em que, apesar de haver informação sobre a participação de policiais militares no crime, não foi possível identificar os autores e a ação judicial foi prejudicada. Também é o caso do Rio de Janeiro, onde seis denúncias foram apresentadas, e em nenhuma delas há identificação do autor do crime. [44]

A impunidade é um fator central a alimentar a violência no campo. A Justiça, que pode ser extremamente ágil em conceder liminares de reintegração de posse e determinar os despejos, no caso de ocupações, se mostra extremamente lenta quando se trata de julgar e

punir os assassinatos e outras formas de violência contra os trabalhadores rurais.

Os dados sobre violência rural, utilizados na elaboração deste relatório, são, na maioria, da Comissão Pastoral da Terra, os únicos dados disponíveis até 1999. A Ouvidoria Agrária Nacional foi criada em março de 1999, com o principal objetivo de prevenir e diminuir os conflitos agrários. O trabalho é feito em parceria com órgãos governamentais e não governamentais, incluindo o Poder Judiciário, o Ministério Público, as Secretarias de Segurança Pública, a OAB, as Defensorias Públicas, as Procuradorias Gerais do Estado.

A partir do ano de 2000, a Ouvidoria Agrária Nacional apresenta números próprios referentes à violência no campo, que são diferentes dos números da CPT. Enquanto a CPT registrou 30 casos de violência fatal em conflitos de terra em 2000 e 29 em 2001, a Ouvidoria Agrária registrou 10 assassinatos em 2000 e 14 em 2001, [45]

Desde sua criação, a Ouvidoria Agrária Nacional já instalou ouvidorias estaduais no Acre, Rondônia, Roraima, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. As atribuições da Ouvidoria Agrária Nacional são: acelerar o atendimento em casos de conflitos em contato com os representantes do Poder Judiciário; estabelecer diálogo com os governos estaduais, prefeituras, igreja e sociedade civil para prevenir e diminuir os conflitos agrários; auxiliar as superintendências do Incra nas negociações com os movimentos sociais na resolução dos conflitos agrários; incentivar a criação de Ouvidorias Agrárias Estaduais, com participação do Poder Judiciário e sociedade civil e solicitar aos presidentes dos Tribunais de Justiça a instalação de varas agrárias, conforme estabelece o artigo 126 da Constituição Federal.

Segundo a Ouvidoria Agrária, um dos motivos causadores de violência no campo é o cumprimento dos mandados de reintegração de posse sem a obediência dos preceitos legais, principalmente aqueles que se referem aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários. Para evitar os conflitos fundiários decorrentes do cumprimento de ordens judiciais, bem como para auxiliar as autoridades públicas encarregadas de garantir a aplicação da lei aos casos concretos levados ao conhecimento e julgamento do Poder Judiciário, a Ouvidoria editou o manual *Plano de Execução de Mandados Judiciais de Reintegração de Posse*, esclarecendo os passos que os encarregados de cumprir a determinação judicial devem obedecer durante o cumprimento da ação possessória, de acordo com as normas constitucionais.

O Ouvidoria criou o Disque Terra e Paz, número 0800-78-7000 para atender as denúncias de conflitos agrários de todo o território nacional. Por meio do Disque Terra e Paz, são atendidas, gratuitamente, chamadas de todo o País durante as 24 horas do dia, sete dias da semana, onde são solicitadas informações sobre a reforma agrária e denunciados, entre outros, atos de violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária e ocupações de terras.

TRABALHO ESCRAVO

Durante muito tempo, negou-se a existência de trabalho escravo no Brasil, em razão de entender-se que o trabalho escravo existiria apenas quando se caracterizasse o direito à propriedade de uma pessoa sobre a outra. No entanto, analisando a situação brasileira no contexto da ampliação do conceito de trabalho forçado e práticas análogas à escravidão, adotada pela ONU na Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura de 1926 e 1956, e em vigor no país desde 1966, verifica-se a recorrência do trabalho escravo no Brasil, principalmente na forma da servidão por dívida. A servidão, ou peonagem, por dívida se caracteriza pelo trabalho de uma pessoa em troca do acesso à terra, tornando esta obrigada a trabalhar e viver nela. A pessoa empenha seu trabalho, ou de pessoas sob sua responsabilidade para saldar uma conta, sendo que o valor aplicado na sua liquidação não é razoável, e/ou nem a natureza ou a duração dos serviços são claramente definidas. [46]

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve 1.099 casos de pessoas trabalhando em

condições análogas a de escravo em 1999, 465 no ano 2000 e 2.416 em 2001, incluindo adultos, crianças e adolescentes.[47] O Norte é a região com o maior número de casos registrados de trabalhadores em situação análoga a de escravo, chegando a registrar 2.313 casos entre 1999 e 2001. A seguir, estão o Centro-Oeste (564) e Nordeste (563). O estado com maior número de casos registrados de trabalhadores em situação análoga a de escravo é o Pará (1.215), seguido do Mato Grosso (589) e Pernambuco (392). Dos dados pesquisados para a realização desse relatório, verifica-se que os trabalhadores escravizados procedem em sua maioria dos estados do Maranhão e do Piauí. [48]

Apesar da maioria dos estudos e investigações no Brasil remeterem a casos de trabalho escravo na zona rural, essa prática também ocorre nos centros urbanos, atingindo principalmente trabalhadores estrangeiros e migrantes. Exemplos conhecidos são os casos dos imigrantes bolivianos trabalhando em condições degradantes, muitas vezes ilegalmente, na Cidade de São Paulo, e o caso de 31 trabalhadores da Paraíba e do Rio Grande do Norte que foram submetidos à servidão como vendedores de redes na rodovia Rio-Santos, através de mecanismo de endividamento.[49] A exploração da mão-de-obra escrava atinge também os povos indígenas, como é o caso de 22 indígenas Xakriabá, que deixaram sua aldeia em Minas Gerais, na esperança de conseguir trabalho em fazendas nos estados vizinhos, e acabaram prisioneiros em fazendas no estado de Goiás.

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), criado pelo governo federal em 1995, realiza operações em diversos estados do país com o objetivo de fiscalizar, denunciar e combater o trabalho em situação degradante ou análoga a de escravo, mediante aplicação de auto de infração e multas, meios que garantam que os direitos dos trabalhadores sejam pagos, e ações que promovem a libertação dos trabalhadores em situação degradante ou análoga à escravidão. São quatro equipes que rodam o país, respondendo diretamente à Brasília, composta de especialistas em várias áreas, da saúde à jurídica. [50]

No entanto, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel enfrenta dificuldades na sua atuação devido a problemas de infra-estrutura e resistência política ao trabalho. No período 1999-2001, foram identificados pela CPT 3.980 trabalhadores em situação análoga a de escravo. No mesmo período, o Grupo Especial conseguiu libertar 2.366 trabalhadores. De acordo com a CPT, há diversos casos em que os responsáveis pela manutenção de trabalhadores em situação análoga a de escravos são notificados e assinam um documento comprometendo-se a não mais incorrer na prática do delito, mas acabam não sendo punidos e persistem na prática do crime. [51]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Com a previsão constitucional que determina o exercício do poder diretamente pelo povo (artigo 1º, parágrafo único da Constituição Federal), leis infraconstitucionais foram editadas com vistas a criar espaços que favoreçam a democracia participativa. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) previu, nos artigos 88, II e 131, respectivamente, a criação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. Entre outras atribuições, cabe aos Conselhos dos Direitos (nos níveis federal, estadual e municipal) controlar as ações para a área da infância e juventude e gerir os fundos da criança e do adolescente. Os Conselhos Tutelares têm como principal função garantir os direitos da criança e do adolescente. Entretanto, apesar da importância destes órgãos, especialmente por serem espaços de participação popular e de atenção à área da infância e juventude, 28% dos municípios brasileiros ainda não criaram Conselhos Municipais dos Direitos e 45% não criaram Conselhos Tutelares.

O Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia) é um valioso instrumento dos Conselhos para garantia e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. O Sipia, nos últimos anos, foi ins-

talado em alguns municípios brasileiros, havendo estados que propiciaram e facilitaram esse processo.

Na última década aumentou a violência contra jovens, medida através da taxa de mortalidade por homicídio dos jovens, que aumentou mais rapidamente que a da população. Na população de 15 a 24 anos, a taxa de mortalidade passou de 35,2 mortes por 100 mil habitantes em 1991 para 52,1 mortes por 100 mil habitantes em 2000 (+48,01%). Considerada apenas a população das capitais, o aumento nesta faixa etária foi de 66,5 mortes por 100 mil habitantes em 1991 para 98,8 mortes por mil habitantes em 2000 (+ 48,6%). [52]

A violência doméstica, a exploração sexual de crianças e adolescentes e a exploração do trabalho infanto-juvenil são, cada vez mais, objetos de políticas e programas desenvolvidos em parceria pelo governo e pela sociedade civil. Estão em desenvolvimento diversos programas voltados para o atendimento das vítimas, mas também para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

Exploração Sexual

A exploração sexual, nos termos definidos pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), é "uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura do corpo (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado (...)" e "(...) que causa danos bio-psico-sociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento". Assim, dividem-se as violências sexuais (aqui genericamente também chamada de exploração sexual) em dois grandes grupos que se interrelacionam: abuso sexual (intrafamiliar e extrafamiliar) e exploração sexual comercial – compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia. [53]

Em junho de 2000, foi realizado, em Natal/RN, em encontro para discussão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) no mês seguinte, o Plano contribuiu para que cada vez mais a exploração sexual receba maior atenção dos governos e das organizações da sociedade civil. Muitos estados estão discutindo e outros já elaboraram e estão executando ações dispostas em planos regionais e estaduais de combate à exploração sexual.

Para enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil e demais tipos de violência, o Ministério da Previdência e Assistência Social criou o Programa Sentinela. Dados de 2001 davam conta que 166 municípios brasileiros realizaram, através do programa, 10.491 atendimentos de pessoas, entre 0 e 18 anos, vítimas de violência (55,46% dos casos eram de violência sexual). Um dado que reafirma a importância dos Conselhos Tutelares reside no fato de 43,43% dos encaminhamentos ao programa terem sido realizados por esse órgão.

O Congresso Nacional aprovou a lei 9.975, de 23 de junho de 2000, que criminaliza a submissão da criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, e a lei 9.970, de 17 de maio de 2000, que institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Também merece destaque a Campanha de Combate ao Turismo Sexual, promovida pelo Ministério do Esporte e Turismo. A importância desse trabalho fez com que a Embratur fosse nomeada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) para gerenciar as ações mundiais de implantação do Código de Conduta Ética Mundial do Turismo.

Trabalho Infanto-Juvenil

Sendo a infância e a adolescência um período peculiar no processo de desenvolvimento da pessoa, a Constituição Federal estabelece que a idade mínima para o trabalho é de 16 anos, possibilitando, apenas, que entre 14 e 16 anos a pessoa seja contratada na condição de aprendiz. Apesar de todo o cuidado para que as crianças e adolescentes dediquem-se apenas à escolarização, ao lazer, ao esporte, à cultura etc., há no Brasil, por razões sócio-econômicas e até culturais, grande quantidade de pessoas nessa faixa etária trabalhando. O mapa de indicativos do trabalho infantil indica que em

1999 havia no Brasil 2.908.341 crianças e adolescentes, entre 5 e 14 anos. [54]

O Governo Federal visando combater a utilização da mão-de-obra infanto-juvenil desenvolveu o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) que sofre críticas tanto em relação ao valor da bolsa (no meio urbano é de R$ 40,00 e no rural R$ 25,00) quanto à própria limitação do programa, uma vez que, passados os 14 anos, o adolescente, auxiliar no orçamento familiar, acaba tendo que deixar os estudos e procurar trabalho.

Ainda quanto ao trabalho infanto-juvenil, durante a década de 1990, as políticas públicas estiveram muito voltadas ao trabalho rural e às atividades claramente insalubres. Nos últimos anos, porém, a discussão se ampliou e a preocupação em relação ao trabalho doméstico é cada vez mais destacada. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) há atualmente no Brasil 500.000 crianças e adolescentes submetidos a este tipo de atividade, que muitas vezes, por ser no interior dos lares, torna-se imperceptível e de difícil combate. [55]

Medidas Sócio-Educativas

As medidas sócio educativas para os adolescentes em conflito com a lei, em especial aquelas de internação, têm, nos últimos anos, sido tema recorrente de debate na mídia, particularmente quando ocorrem rebeliões em unidades de internação e apreensões de adolescente ao qual se atribui prática de ato infracional grave. Nesses momentos, vêm à tona discursos contra a aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto, a favor da aplicação de medidas sócio-educativas de internação e a favor da redução da idade penal . Não é dito, porém, que é bem superior, comparativamente aos casos em que o adolescente é agente, o número de ocorrências registradas (além de outras tantas, que sequer são comunicadas à polícia) em que o jovem é vítima de violência, muitas vezes praticadas por agentes públicos responsáveis pela aplicação das medidas sócio-educativas.

No período destacado no relatório (1999 a 2002), percebe-se que, de norte a sul do país, a falta de conteúdo sócio-educativo na aplicação das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como práticas de maus-tratos e torturas, ainda são comuns no interior dos estabelecimentos de privação de liberdade e muitas vezes são ocultadas, inclusive, com o aval das autoridades responsáveis. As medidas sócio-educativas em meio aberto, que deveriam ser as mais aplicadas, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, na prática são cada vez mais preteridas em relação às medidas em meio fechado e cada vez menos aplicadas.

A primeira proposta de emenda constitucional, com objetivo de reduzir a idade penal, foi apresentada em 1993. Desde então, os Conselhos de Direitos nos seus três níveis (Municipal, Estadual e Nacional) e a sociedade civil organizada atuante na área da infância e juventude têm envidado esforços com vistas a impedir essa mudança na Constituição. Entre os argumentos, estão: o desrespeito ao ECA por parte do Poder Público que, negando direitos às nossas crianças e adolescentes (como educação, moradia, lazer, cultura, entre outros), contribui para o aumento da criminalidade; a ineficiência da redução, uma vez que só se aumentaria o contingente populacional do sistema penal, contribuindo ainda mais para exclusão dessa parcela da população; e o fato do ECA já dispor de medidas que, executadas em conformidade com a lei, garantem a responsabilização do jovem. Para evitar a aprovação de qualquer alteração nesse sentido, nacionalmente e em muitos estados foram constituídos movimentos e comitês contrários à redução da idade penal.

MULHERES

A violência de gênero é uma prática que se manifesta na violência física, sexual e psicológica promovida contra a mulher, intrínseca às relações de poder historicamente desiguais estabelecidas entre homens e mulheres, e sustentada por atitudes e valores enraizados na sociedade. A violência contra a mulher, em especial a que ocorre no âmbito doméstico e das relações intrafamiliares, acarreta sérias e graves conseqüências para o pleno desenvolvimento da mulher e sua inserção na sociedade, na política e no mercado de trabalho.

No Brasil, 70% dos crimes contra a mulher acontecem dentro de casa. Segundo pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, 11% das mulheres brasileiras de 15 anos ou mais já foram espancadas pelo menos uma vez –o que significa 6,8 milhões de mulheres vítimas de espancamento-, sendo que 31% foram espancadas no período de 12 meses anteriores à pesquisa.[56] O que torna os dados ainda mais surpreendentes é a responsabilidade do marido ou parceiro como principal agressor. Outros agressores comumente citados são o ex-marido, o ex-companheiro e o ex-namorado, que somados ao marido ou parceiro constituem sólida maioria em todos os casos.

Apesar dos índices mencionados, a "conspiração do silêncio"[57] que cerca a violência doméstica impede que dados quantitativos e qualitativos possam melhor revelar a magnitude desse fenômeno. Considerado uma espécie de território fora do alcance da lei, a família, muitas vezes, constitui-se em espaço de arbítrio e violência, dentre outros fatores, devido à cumplicidade e indiferença social em relação ao que ocorre no universo "privado" do lar, encontrando, assim, uma condescendência social que obstaculiza sua denúncia e cria as bases da sua impunidade. [58]

Nos últimos anos, as mulheres têm cada vez mais se organizado e inserido a questão da violência e da discriminação de gênero na agenda política, visando incorporar à legislação brasileira e às políticas públicas os avanços alcançados pelas mulheres na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993[59] e na Conferência de Beijing, China, 1995[60].

O Programa Nacional de Direitos Humanos II, lançado pelo Governo Federal em 13 de maio de 2002, através da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça, contempla medidas específicas em relação à eliminação da violência contra as mulheres.

A formulação de políticas públicas para eliminar a violência contra as mulheres tem sido prioridade do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), bem como da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, criada em 8 de maio de 2002. [61]

Entre as ações do CNDM, destacam-se o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual, o fortalecimento do aparelho jurídico-policial mediante a reformulação das delegacias de mulher, em face da criação dos juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/95) e da criação de casas-abrigo.[62] Através da articulação com diferentes setores da sociedade, o governo federal procura desmantelar as redes nacionais e internacionais de traficantes de mulheres e meninas e combater o turismo sexual por intermédio de apoio à criação de mecanismos de punição de agências que comercializam o sexo.

É importante registrar, entretanto, que a legislação brasileira e as políticas públicas existentes até o momento têm sido insuficientes e inadequadas para enfrentar a especificidade e a complexidade do problema da violência doméstica.

Na ordem jurídica nacional, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a igualdade entre homens e mulheres como um dos direitos fundamentais do cidadão. Mas o Código Civil (1917) e o Código Penal (1940) ainda contemplam e reproduzem inúmeros estereótipos, preconceitos e discriminações contra as mulheres. O atual Código Civil estabelece uma condição desigual e discriminatória do papel da mulher na vida conjugal e, conseqüentemente, na sociedade. Após 26 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado o Novo Código Civil, que entrará em vigor em janeiro de 2003, eliminando da legislação dispositivos discriminatórios de gênero.

Já o Código Penal, apesar da reforma ocorrida em 1984, não revogou o disposto no art. 107, que estabelece, nos crimes contra os costumes (delitos sexuais), a extinção da punibilidade pelo casamento do agente com a vítima e pelo casamento da vítima com terceiro. Uma vez que os crimes sexuais atingem a integridade física, psíquica e moral da vítima, o casamento desta com terceiro ou com seu agressor não repara o dano sofrido.

Os Crimes contra os Costumes são, de forma genérica, dispositivos discriminatórios que atentam contra

o direito a igualdade da mulher em relação ao homem, além de negar sua capacidade de discernimento a respeito do exercício de sua sexualidade e de domínio sobre seu próprio corpo.

Há, no Ministério da Justiça, Anteprojeto de Reforma da Parte Especial do Código Penal, do Poder Executivo, em que praticamente todos os dispositivos mencionados são eliminados. Contudo, ainda não foi, o referido Anteprojeto, encaminhado ao Congresso Nacional.

Algumas medidas foram adotadas nos últimos dois anos para criminalizar práticas de violência contra a mulher, entre as quais a Lei 10.224, de 15 de maio de 2001, que alterou o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, acrescentando novo artigo referente ao crime de assédio sexual no Código Penal (Art. 216-A): "Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função". Pena: detenção de 1 a 2 anos. E a Lei 10.455, de 13 de julho de 2002, que modificou o parágrafo único do art. 69 da Lei número 9.099, de 26 de setembro de 1995; introduzindo à lei 9.099/95 - que dispõe sobre os Juizados Especiais - procedimentos, entre outros, que permite decretação judicial para afastamento temporário do lar de autor(a) de atos de violência doméstica.

AFRO-DESCENDENTES

Antes da Constituição Federal de 1988, o racismo era considerado contravenção penal, ou seja, crime de menor potencial ofensivo, sendo punido com detenção e multa, conforme a lei 1.390/51. Porém, com a Constituição de 1988, o racismo passou a ser tratado como crime inafiançável e imprescritível, apenado com reclusão, tendo pena mínima de um ano e máxima de cinco anos, conforme a lei 7.716/89 que definiu os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor. Posteriormente, a lei 9.459/97 ampliou o alcance da lei 7.716/89 para abranger os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de etnia, religião ou procedência nacional. Os estados da federação e o Distrito Federal, de forma a reforçar a luta contra a discriminação racial, adotaram em suas Constituições Estaduais normas adicionais para proteger o direito a igualdade. [63]

A mudança da legislação foi um passo importante, mas insuficiente para alterar o quadro da discriminação racial na sociedade brasileira. Pesquisa realizada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), sob coordenação do economista Marcelo Paixão, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), apurou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para as populações brancas e afro-descendentes, utilizando a mesma metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1998 do IBGE.[64] A pesquisa constatou a existência de grande diferença no IDH dos dois grupos. No ranking do desenvolvimento humano, elaborado pelo PNUD em 1999, o Brasil ficou em 69o lugar, entre os países de médio desenvolvimento humano. Calculando-se separadamente o IDH das populações brancas e afro-descendentes, a população branca ficaria no 46o lugar no ranking, entre os países com alto desenvolvimento humano, enquanto a população afro-descendente ficaria em 101o lugar no ranking, entre os países com baixo desenvolvimento humano. [65]

A pesquisa também analisou os indicadores salariais, e mostrou que a renda média familiar per capita dos brancos (2,99 salários mínimos) é mais do que o dobro da dos afro-descendentes (1,28 salário). Em relação à expectativa de vida, em termos gerais a esperança de vida no Brasil era de 68 anos. Desmembrando tal média, constatou-se que a população branca tinha expectativa de 71,2 anos e os afro-descendente 65,1 anos. A taxa de alfabetização também atinge de forma desigual às etnias. Em 1999, 91,7% dos brancos com mais de 15 anos eram alfabetizados, enquanto, entre afro-descendentes, essa taxa era de 80,2%.

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) analisa a discriminação racial no mer-

cado de trabalho, levando em consideração três fatores que influenciam o salário da pessoa: formação, inserção no mercado de trabalho e definição salarial. O resultado da pesquisa é que a discriminação se impõe aos homens afro-descendentes na formação e na inserção no mercado de trabalho, enquanto que as mulheres ela se impõe na definição de seus salários. Essa pesquisa indicou que os afro-descendentes perdem em torno de 10% de seus rendimentos por trabalharem em setores mais mal remunerados do que os brancos. Ou seja, não bastando a desigualdade que se apresenta no mercado de trabalho, os afro-descendentes estão em situação de desigualdade pelo resultado da discriminação sofrida ao longo de sua formação educacional. [66]

O estudo do Ipea demonstrou a desigualdade existente não apenas entre brancos e negros mas também entre homens e mulheres brancas e homens e mulheres negras. Conforme os dados desse estudo, que comparou os rendimentos mensais padronizados por 40 horas de trabalho em setembro de 1998, os homens brancos tinham uma renda mensal de R$ 726, 89, os homens negros de R$ 337, 13, as brancas de R$ 572,86, e a as mulheres negras de R$ 289,22. Os rendimentos das mulheres negras chegam a ser 60% inferiores aos rendimentos do homem branco, arcando com todo o ônus da discriminação de cor e de gênero, sofrendo discriminação no trabalho maior que os homens da mesma cor e as mulheres brancas.

Quilombos

Segundo o Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórios, presente na Constituição Federal de 1988, "aos remanescentes de comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". [67]

A Fundação Cultural Palmares realizou um trabalho de mapeamento de comunidades remanescentes de quilombos. Segundo uma primeira aproximação do número de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil realizada por essa organização, existem 743 grupos sociais em comunidades remanescentes de quilombos, com uma população aproximada de dois milhões de habitantes, ocupando uma área de aproximadamente 30,5 milhões de hectares.[68] Destas, cerca de 42 foram tecnicamente identificadas e 29 receberam o título de propriedade pela Fundação Cultural Palmares, pelo Incra e pelos governos estaduais. Destas terras tituladas, 4 situam-se na Região Centro-Oeste, 9 na Região Norte, 9 na Região Nordeste e 7 na Região Sudeste. Não há ainda comunidades remanescentes tituladas na Região Sul. As comunidades tituladas ocupam uma área de 500 mil hectares e possuem cerca de 17 mil habitantes. [69]

Porém, conforme a Fundação Cultural Palmares, mesmo as comunidades remanescentes de quilombos já tituladas sofrem uma série de ameaças, como por exemplo: os impactos negativos de grandes projetos governamentais, como a construção de barragens; do poder público que não atende as reivindicações dessas populações; destruição de terras produtivas e queimadas das florestas por parte de posseiros; invasões de terras e processos de grilagem das terras dos quilombos que é facilitada pelas falsificações de registros de cartórios realizadas por terceiros; a inexistência de políticas públicas específicas nos três níveis governamentais; indefinição legal com respeito ao órgão federal responsável pela regularização das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos; falta de recursos financeiros para a titulação das terras de quilombos; preconceitos e discriminação racial, acompanhadas de exclusão social e falta de acesso à cidadania; e ainda agressões físicas e psicológicas. [70]

III Conferência Mundial de Combate ao Racismo

Ocorreu, em agosto-setembro de 2001, a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, reunindo representantes de movimentos negros, indígenas, homossexuais, árabes, judeus, jovens, mulheres, migrantes, entre outros. A Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, realizada no Rio de Janeiro, em julho de 2001, em preparação para a Conferência Mundial de Combate ao

Racismo, elaborou o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Intolerância.

Com a Declaração e o Programa de Ação de Durban, aprovados pela III Conferência, os movimentos sociais de todo o mundo tiveram algumas de suas propostas contempladas. Temas que não faziam parte da agenda das Nações Unidas foram incluídos entre as prioridades a serem discutidas, tais como: a participação igualitária da comunidade negra na vida econômica e social; o uso e a conservação dos recursos naturais e do habitat (matéria específica das comunidades quilombolas); a participação negra nos programas educacionais e de desenvolvimento comunitário; a livre prática de religiões de origem africana.

O Programa de Durban inclui ações para promover a plena inclusão de pessoas que sofrem discriminação, através da adoção de medidas especiais e de ações positivas para que elas possam ter representação em diversas esferas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, nas entidades de classe e no mercado de trabalho. Implementado o Programa de Durban, o Governo Federal implantou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, através do decreto 3.952/01, de 4 de outubro de 2001, e lançou o Programa Nacional de Ações Afirmativas, no âmbito da Administração Pública Federal, através do decreto 4.228/02, de 13 de maio de 2002.

INDÍGENAS

Organizações indígenas e entidades ligadas à defesa dos direitos dos povos indígenas relatam a existência de avanços e recuos no processo de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. Está em curso um amplo processo de demarcação de terras indígenas, que levou à homologação de 145 terras indígenas, num total de 41 milhões de hectares, entre janeiro de 1995 e novembro de 2002. Estão em implantação diversos projetos de desenvolvimento sustentável em terras indígenas.

Entretanto, o processo de demarcação das terras indígenas, regulamentado através do decreto n. 1.775/96, tem sido alvo de muitas críticas e insatisfações por parte das organizações indígenas e das entidades ligadas à defesa dos direitos dos indígenas.[71] O principal problema diz respeito à introdução da possibilidade do contraditório nos processos, ou seja, da possibilidade de contestação pelos interessados (proprietários de terras ou órgãos públicos interessados). A obtenção dos recursos necessários à concretização das demarcações, principalmente nas áreas fora da Amazônia Legal, também é muitas vezes um problema, principalmente nas regiões que demandam pagamentos de indenizações por benfeitorias dos ocupantes não indígenas. Outra questão é a previsão da possibilidade do Ministro da Justiça e do Presidente da República interferirem no processo de demarcação, o que na prática acaba dando ao governo a prerrogativa de agir de acordo com os interesses políticos ou locais, de uma forma clientelista. Em assembléia realizada pelos povos indígenas em abril de 2001, os indígenas elaboraram uma proposta de um novo procedimento de demarcação, no âmbito de uma proposta de um novo Estatuto do Índio, encaminhando-a à Câmara dos Deputados. [72]

Outro decreto que gera polêmica é o decreto 4.412, de 7 de outubro de 2002, que trata sobre a atuação das forças armadas e da polícia federal nas terras indígenas. Criticado por diversas instituições e organizações não-governamentais que trabalham com os indígenas, incluindo o Instituto Sócio-Ambiental (ISA) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o decreto trata de forma genérica e unilateral a questão ao não estabelecer a necessidade de consulta dos indígenas sobre a presença de militares e policiais em suas aldeias. Entre outras possibilidades, estabelece que unidades militares e policiais podem ser instaladas dentro das áreas indígenas sem que os indígenas tenham o direito de se manifestar sobre o assunto.[73] Não são considerados como sujeitos de direitos, o que contraria o que está disposto em nossa Constituição Federal. Para o ISA, esse decreto representa um retrocesso na política indígena do país.

De acordo com dados obtidos a partir do cruzamento de informações da Fundação Nacional da Saúde e da Pastoral da Criança, as crianças índias são mais des-

nutridas e tem maior taxa de mortalidade do que as crianças não índias. Enquanto a taxa de desnutrição das crianças não índias (de até 6 anos e 11 meses) é de 6%, entre as crianças índias é de aproximadamente 13,6%, ou seja, 126,3% maior. Enquanto à taxa de mortalidade infantil é de 29 óbitos a cada mil nascidos vivos entre a população não índia, entre a população índia é de 62,5 a cada mil, ou seja, é 115,5% maior. Entre as causas da mortalidade infantil, está a miséria e a falta de saneamento básico, "subprodutos" da miséria das comunidades indígenas. Entre 2001 e 2002, a mortalidade entre as crianças índias aumentou 9%. [74]

Segundo o "Mapa da Fome entre Povos Indígenas no Brasil", elaborado em 1994 pela Ação de Cidadania contra a Fome e a Miséria, os indígenas mais atingidos pela fome seriam aqueles cujas reservas estão próximas às zonas urbanas, já que há décadas esses indígenas não mais sobrevivem da caça, da pesca ou da coleta. Como muitas vezes não têm recursos para comprar insumos e nem orientação técnica para virarem agricultores, acabam sobrevivendo basicamente da aposentadoria de um salário mínimo dos indígenas mais velhos. [75]

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

No Brasil, 14,45% da população é portadora de ao menos um tipo de deficiência. São 24,5 milhões de pessoas que, em virtude de sua deficiência, enfrentam dificuldades ou são impedidas, total ou parcialmente, a realização de suas atividades particulares ou sociais. As regiões Norte e Nordeste são aquelas que têm, proporcionalmente à população, o maior número de pessoas portadoras de deficiência. [76]

As pessoas portadoras de deficiência são freqüentemente vítimas de discriminação e até violência, praticadas até mesmo por agentes públicos que teriam por obrigação proteger e promover os direitos de todos os cidadãos. A discriminação enfrentada por pessoas com deficiência é baseada muitas vezes em preconceitos. Porém, freqüentemente, é causada pelo fato de que as pessoas com deficiência são em sua maioria esquecidas e ignoradas e isto resulta na formação e perpetuação de barreiras ambientais e atitudinais que as impedem de participar na sociedade. As barreiras enfrentadas por pessoa portadoras de deficiência conduzem à discriminação e à exclusão social e por esta razão é que o direito de não serem discriminadas deve ser complementado pelo direito de se beneficiarem das medidas projetadas para garantir sua autonomia, inserção e participação na vida da comunidade.

O Governo Federal lançou a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, visando proteger os direitos e promover a integração à sociedade da pessoa portadora de deficiência, através do decreto 3.289, de 21 de dezembro de 1999. Este decreto regulamentou, após oito anos, a lei 8.213 de 1991, que obriga as empresas a disponibilizar um porcentual dos postos de trabalho para pessoas portadoras de deficiência, de acordo com a quantidade de funcionários. Entre outras medidas, o decreto define a competência do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), criado pela medida provisória 1799-6, de 10 de julho de 1999, e determina que empresas com mais de 1.000 funcionários reservem ao menos 5% dos postos de trabalho para pessoas portadoras de deficiência, e empresas com mais de 100 funcionários reservem ao menos 2% dos postos para portadores de deficiência. [77]

Entretanto, as empresas dificultam a implementação da lei 8.213 e do decreto 3.289, alegando que, na fixação do número de vagas alocadas para pessoas portadoras de deficiência, deve ser considerado o número de funcionários de cada estabelecimento e não o número total de funcionários da empresa (por exemplo: o número de funcionários da agência bancária e não do banco). A Procuradoria Geral do Trabalho pede ao Ministério da Justiça mudanças no decreto e na lei para garantir a reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência. Na tentativa de evitar ações judiciais, os procuradores do Trabalho já assinaram 1,4 mil termos de compromissos com empresários estabelecendo um prazo de 18 meses para a contratação de pessoas portadoras de deficiência para regularizar a situação da

empresa. Mesmo assim, 2,5 mil procedimentos investigatórios e inquéritos foram iniciados e deram origem a 99 ações civis públicas entre 2000 e 2002. [78]

O Senado Federal aprovou, em 03 de abril de 2002, o projeto de lei nº 131/1996, da Senadora Benedita da Silva (PT/RJ), que estabelece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras), deste modo um grande avanço no reconhecimento dos direitos das pessoas portadoras de deficiência auditiva. A aprovação deste projeto, favorece o acesso à educação fundamental, e até o ensino superior, das pessoas portadoras de deficiência auditiva. Outro benefício da lei é que os órgãos públicos serão obrigados a reservar um número específico de vagas aos deficientes auditivos. A Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), representante da sociedade civil no Conade, do Ministério da Justiça, esteve engajada na luta pela aprovação da Libras. [79]

O *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe* da Língua Brasileira de Sinais, que foi revisto e aprovado pela Coordenação Nacional de Cursos de Libras da Feneis, documenta, em dois volumes de cerca de 810 páginas cada um, os sinais da língua brasileira de sinais, correspondentes a 9.500 verbetes. [80]

O Ministério da Educação determinou, através da Portaria 1.679, de 2 de dezembro de 1999, que a partir de março de 2002, os cursos superiores serão avaliados também de acordo com a infra-estrutra que oferecem aos portadores de deficiências físicas, auditivas ou visuais. Ficou determinado que as instituições de ensino superior deverão eliminar as barreiras ambientais para a circulação do estudante aos espaços de uso coletivo; reservar vagas de estacionamento nas proximidades das unidades; construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores; adaptação de sanitários adequados, além de instalação de lavabos, bebedouros e telefones para usuários de cadeiras de rodas.

Para atender as necessidades dos deficientes visuais e auditivos, as instituições deverão assumir um "compromisso formal" de proporcionar, "caso seja solicitado", desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo, entre outros recursos, máquina de datilografia braile, impressora braile acoplado a computador; sistema de sintetizador de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; software de ampliação de tela, plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio e em braile para os deficientes visuais e para os estudantes com deficiência auditiva, deve ser providenciado entre outros apoios, intérprete de língua de sinais, especialmente quando da realização das provas ou revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.

O Banco do Brasil iniciou, em todo o território nacional, a instalação de uma rede de terminais de autoatendimento dedicada aos clientes portadores de deficiências locomotoras. Em uma primeira etapa, serão instalados 40 terminais em várias capitais e principais cidades brasileiras. O Banco do Brasil também é patrocinador oficial da equipe brasileira de Paraolímpicos. Esse apoio valoriza a cidadania e favorece inserção social dos portadores de necessidades especiais. Em 2000, o Banco do Brasil possuía 1.497 empregados portadores de deficiência, de um total de 78.201 funcionários.

IDOSOS

No Brasil, a população de idosos atingiu 14,5 milhões em 2000.[81] Segundo estimativa apresentada no *Relatório Nacional Brasileiro sobre o Envelhecimento da População Brasileira*, a participação dos idosos na população brasileira passaria dos 8,6% registrados no ano 2000 para 14,7% em 2020.[82] Entre as ações desenvolvidas para proteger e promover os direitos dos idosos nos últimos anos, destacam-se a criação da Comissão Especial sobre a Violência Contra os Idosos, no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), em fevereiro de 2001, e a implantação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), através do decreto 4.227/02, de 13 de maio de 2002. [83]

DIREITOS HUMANOS E MINORIAS SEXUAIS NO BRASIL

Não há como negar: apesar de até hoje Presidente algum do Brasil, ter pronunciado publicamente a palavra HOMOSSEXUAL – registraram-se nos últimos anos progressos fundamentais na consolidação dos direitos humanos das minorias sexuais em nosso país. Já em 1985, graças à campanha liderada pelo Grupo Gay da Bahia e o apoio de numerosas sociedades científicas, políticos e milhares de assinaturas, o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da condição de "desvio e transtorno sexual", abrindo espaço para, em 1990, mais de setenta municípios incluírem em suas leis orgânicas e em duas constituições estaduais, a expressa proibição de discriminação baseada na "orientação sexual".

Em 1995, no Plano Nacional de Direitos Humanos, é a primeira vez que um documento oficial da Presidência da República cita os homossexuais como uma das minorias sociais mais vulneráveis de nossa sociedade, muito embora somente em 2002, que serão propostas, na segunda versão do mesmo PNDH, dez ações afirmativas visando garantir o direito à igualdade de mais de 10% da população brasileira constituída de gays, lésbicas e transgêneros. Digno de nota é o fato de que exatamente no mesmo dia em que foi lançado este documento fundamental na consolidação da cidadania dos homossexuais, o chefe da nação declara-se a favor da legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo, e num gesto inédito na historia mundial, aceita carregar a bandeira do arco-íris, símbolo máximo do movimento homossexual.

Depende de todos nós, "gays, lésbicas e simpatizantes" e de nossa ousadia e vontade política, tornar realidade tais ações afirmativas, cumprindo o prognóstico do movimento homossexual internacional: "somos milhões, estamos em toda parte, e o futuro é nosso!" E que seja de fato, legal, no Brasil, ser homossexual!

Luiz Mott
Professor Titular de Antropologia da UFBa,
Fundador do Grupo Gay da Bahia e Membro
do Conselho Nacional de Combate à Discriminação

HOMOSSEXUAIS

O número de assassinatos de homossexuais no Brasil, segundo informações do Grupo Gay da Bahia (GGB), diminuiu de 169 em 1999 para 128 em 2000, mas aumentou para 132 em 2001. Observa-se que as regiões Nordeste e Sudeste são as regiões onde se registram o maior número de assassinatos de homossexuais no país. Em 2000, foram registrados 54 assassinatos de homossexuais no Sudeste e 51 no Nordeste. Em 2001, foram 50 assassinatos de homossexuais no Nordeste e 40 no Sudeste. [84]

São Paulo e Pernambuco são os estados que registraram maior número de homicídios contra homossexuais em 2000-2001. São Paulo teve o maior número de casos, 52 casos, contra 34 casos de Pernambuco. Mas, proporcionalmente à população –37 milhões em São Paulo e 8 milhões em Pernambuco-, o número de homicídios registrados em Pernambuco é maior do que em São Paulo. Em São Paulo, pela primeira vez em 2002, a Justiça condenou à prisão os membros de um grupo de skinheads acusados do assassinato de homossexual.

MIGRANTES

O Sudeste é a região cujos estados concentram o maior número de migrantes no país. No Sudeste, 3,9 milhões pessoas originárias de outros estados e residem

ininterruptamente há menos de dez anos em algum estado da região. A maioria dos migrantes (2,5 milhões) é residente em São Paulo. Entretanto, a participação da população migrante na população total da Região Sudeste é relativamente baixa. Apenas 5,4% da população dos estados da região são de pessoas originárias de outros estados e residem há menos de dez anos no estado (porcentagem que chega a 6,9% no Estado de São Paulo). [85]

O Centro-Oeste é a região do país cujos estados têm, proporcionalmente à população, o maior número de migrantes. Nos estados da Região Centro-Oeste, 12,01% da população é originária de outros estados e reside há menos de dez anos no estado. É particularmente intensa a migração para o Distrito Federal. A porcentagem de migrantes na população chega a 20,02% no Distrito Federal, uma das mais altas do país, inferior apenas a porcentagem de migrantes em estados da fronteira norte brasileira, como Roraima (25%) e Amapá (20,51%). [86]

O Nordeste, por outro lado, é a região do país cujos estados têm, proporcionalmente à população, o menor número de migrantes. Nos estados da Região Nordeste, apenas 2,58% da população é originária de outros estados e reside há menos de dez anos no estado. [87]

Historicamente, o Nordeste é uma região de origem de migrantes que se dirigem a outras regiões à procura de trabalho e melhores condições de vida. A migração dos estados do Nordeste para os estados do Norte, Centro Oeste e Sudeste contribui significativamente para aumentar a população de migrantes nestas regiões.

Os principais problemas dos migrantes internos são relacionados às condições de trabalho e de vida. Ao se dedicar a trabalhos temporários, os migrantes freqüentemente são privados de direitos trabalhistas, assistência médica e aposentadoria. Ao viver na periferia das grandes cidades, os migrantes não têm acesso muitas vezes a serviços públicos e privados que são essenciais para uma vida digna.

Segundo o Serviço Pastoral do Migrante, organização que atua na promoção dos direitos dos migrantes no Brasil, os problemas que mais enfrentam os imigrantes estrangeiros estão relacionados à legislação brasileira de 1980, que, ao dificultar o processo de imigração legal, acaba estimulando a ilegalidade e clandestinidade de imigrantes de países vizinhos que vêm trabalhar no país. [88]

Diante da reprodução histórica cultural de preconceitos e a dificuldade em lidarmos com o migrante, junto ao fato dos migrantes procurarem ser sujeitos de sua própria reprodução cultural conquistando espaços na cidade, com o aumento do afluxo migratório, os moradores tradicionais começam a imputar aos migrantes a condição de sujos, desorganizados, bêbados, responsáveis pelo aumento da violência. A relação entre migração e criminalidade é feita de forma automática como decorrência da condição social desfavorável dos migrantes. Essa situação aumenta o risco de discriminação e violência contra essa categoria. [89]

O Serviço da Pastoral do Migrante tem realizado ações com objetivo de reverter esse quadro. Uma delas, realizada com o apoio do Setor Pastoral Social da CNBB, foi a Campanha para uma Nova Lei dos Estrangeiros, no dia 07 de setembro de 2001, em Aparecida (SP), com o objetivo de sensibilizar a sociedade para os direitos dos imigrantes que desejam viver dignamente no Brasil. Foram desenvolvidos, a partir de grupos de diferentes cidades, estudos, discussões e propostas para uma nova lei. Foram organizadas audiências públicas no âmbito municipal, estadual e federal e pretendem realizar pressão sobre o executivo para que seja votado um novo projeto, incorporando as diversas reivindicações dos imigrantes.

Outra ação é a criação da Semana do Migrante, um momento forte de conscientização e de acolhida ao migrante, que acontece todos os anos, em âmbito nacional, na terceira semana de junho. Em 2001 ocorreu a 16ª Semana do Migrante, tendo como tema o "Migrante e as Drogas – Escolha o caminho da vida". Em 2002, a 17ª Semana do Migrante, tendo como tema "Migrantes e População Indígena – Um mundo melhor é possível". [90]

CIGANOS

No Brasil, não se sabe quantos são os ciganos.

Não existem políticas nem leis que tratam especificamente dos direitos das minorias ciganas, como já acontece em países da Europa. No Brasil, apenas o Ministério Público Federal tem, desde abril de 1994, Câmara de Coordenação e Revisão dos Direitos das Comunidades Indígenas e Minorias, entre as quais se inclui a população cigana.

Na prática, a população cigana é freqüentemente vítima de discriminação, que se manifesta na existência de estereótipos negativos e preconceitos. Para lutar contra esta discriminação, os ciganos se organizam através da Associação de Preservação da Cultura Cigana, sediada em Curitiba, no Paraná, presidida por Claudio Iovanovitch.

O Programa Nacional de Direitos Humanos 2, lançado em 2002, incluiu um conjunto de ações para proteger e promover os direitos da população cigana, suprindo assim a ausência de propostas dirigidas a este grupo no Programa Nacional de Direitos Humanos lançado em 1996.

PERSEGUIDOS POLÍTICOS

Visando resgatar os direitos de vítimas de perseguição política durante o regime autoritário, o Governo Federal criou, no Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia, através da medida Provisória 2.151/01, instalada em 28 de agosto de 2001, para analisar pedidos de anistia e indenização formulados pelas pessoas que foram impedidas de exercer atividades profissionais ou políticas por motivação exclusivamente política desde 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988. Estima-se que cerca de 40 mil pessoas, incluindo 2.500 militares punidos por infrações disciplinares durante o regime militar, possam requerer anistia e indenização à Comissão.[91] Em outubro de 2002, havia 11.094 processos em tramitação na Comissão, 597 processos haviam sido julgados (dos quais apenas 57 pedidos de anistia e indenização foram indeferidos). [92]

DESAPARECIDOS POLÍTICOS

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos foi criada pela lei federal 9.140 de 1995 para apurar a responsabilidade estatal por mortes e desaparecimentos por motivação política ocorridos no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. A Comissão, que recebeu 366 requerimentos e acolheu 288, foi um marco na política de direitos humanos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2002, o Governo Federal ampliou o período de abrangência dos trabalhos da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, de 15 de agosto de 1979 para 05 de outubro de 1988, através da lei federal 10.536, de 15 de dezembro de 2002. [93]

1 Os textos do PNDH, PNDH 2 e Plano de Ação 2002 estão disponíveis no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh/index.htm).

2 Segundo o Censo Demográfico 2000 do IBGE (www.ibge.gov.br), a população branca representa 53,3% da população total, seguida pela população parda (38,88%), preta (6,13%), amarela (0,51%) e indígena (0,41%). O Brasil tinha 701.462 habitantes de raça indígena em 2000. Dados do IBGE indicam que a população indígena era de 294.131 habitantes em 1991 (Folha de S. Paulo, 9 de maio de 2002, Especial A-3, "Pretos e índios crescem no país"), o que significa que a população indígena cresceu 138,5% em dez anos. Antes do Censo Demográfico 2000, dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) indicavam uma população indígena de 510.101 habitantes, sendo 358.310 em terras indígenas, 150.891 nas cidades e 900 em áreas isoladas, pertencentes a povos não contatados (www.cimi.org.br). Segundo dados do Censo Demográfico 2000, a população de cor preta passou de 7.335.139 em 1991 para 10.402.450 em 2000, o que representa um crescimento de 41,82%.

3 Segundo o Censo Demográfico 2000 do IBGE (www.ibge.gov.br), a população de 0 a 14 anos representa 29,60% da população brasileira (contra 38,24% em 1980 e 34,73% em 1991) e a população de 65 anos ou mais representa 5,85% do total (contra 4,01 em 1980 e 4,83% em 1991) –o que indica uma diminuição da participação das crianças e adolescentes e um aumento da participação dos idosos na população brasileira.

4 Segundo o Censo Demográfico 2000 do IBGE (www.ibge.gov.br), um total de 24,5 milhões de pessoas porta algum tipo de deficiência, o que representa 14,45% da população brasileira. Deste total, 48,1% das pessoas é portadora de deficiência visual, 22,9% de deficiência motora, 16,7% de deficiência auditiva, 8,3 de deficiência mental e 4,1% de deficiência física.

5 Segundo o Censo Demográfico 2000 do IBGE (www.ibge.gov.br), um total de 8,4 milhões de pessoas (4,98% da população) migraram de seus estados de origem para outros estados e residem a menos de dez anos nos estados para o qual migraram. O Nordeste continua a ser a região do país que tem um fluxo negativo de migrantes, enquanto o Sudeste e o Centro Oeste são as regiões que recebem o maior fluxo de migrantes.

6 Segundo o Censo Demográfico 2000 do IBGE (www.ibge.gov.br), o número de imigrantes que residem no Brasil é ainda pequeno (733 mil ou 0,4% da população, no ano 2000) mas aumentou 20,1% em relação aos 606 mil imigrantes registrados no Censo Demográfico 2001. Ver *Folha de S. Paulo*, 9 de maio de 2002, Censo 2000, A4, "Migrante ainda busca SP".

7 United Nations Development Program, Human Development Report 2002 (www.undp.org). O IDH é um índice utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para medir o grau de desenvolvimento humano dos países. O índice é composto de quatro indicadores sociais: expectativa de vida ao nascer (anos), taxa de alfabetização de adultos (em %), taxa de escolaridade combinada (em %) e rendimento per capita ajustado em dólares (PIB per capita em dólares PPC). Os países são classificados em três categorias: IDH alto (igual ou maior que 0,800), IDH médio (de 0,500 a 0,799) e IDH baixo (menor que 0,500).

8 O IDH do Brasil passou de 0,713 em 1990 para 0,737 em 1995, 0,750 em 1999 e 0,757 no ano 2000 –o que coloca o Brasil na 73o posição no ranking de 173 países. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), o cálculo do IDH do Brasil no ano 2000 levou em consideração dados desatualizados referentes à educação e longevidade. Levando em consideração dados atualizados, segundo o IPEA, o IDH do Brasil no ano 2000 seria de 0,769, o que colocaria o Brasil na 70o posição no ranking de 173 países. Ver UNDP, Human Development Report 2002 (www.undp.org) e IPEA, "Nota do IPEA sobre o Relatório do Desenvolvimento Humano 2002" (www.ipea.gov.br).

9 Em 2002, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento concedeu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso o prêmio Mahbub ul Haq, pela melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, destacando entre as conquistas do país a redução da mortalidade infantil e do trabalho infantil. Ver *Folha de S. Paulo*, 16 de outubro de 2002, Brasil, A 5, "Presidente recebe prêmio por melhorar índice social".

10 IPEA, "Nota do IPEA sobre o Relatório do Desenvolvimento Humano 2002" (www.ipea.gov.br)

11 O índice de Gini, que mede a concentração de renda, diminuiu de 0,636 em 1991 para 0,609 no ano 2000. O índice de Gini varia de 0 (distribuição de renda igual) a 1 (distribuição de renda desigual). Quanto menor o índice, maior a igualdade na distribuição de renda. Quanto maior o índice, maior a desigualdade na distribuição de renda. *Folha de S. Paulo*, 20 de dezembro de 2001, Especial 5, quadro "A Concentração de Renda em 2000".

12 O rendimento mensal médio dos responsáveis pelo domicílio aumentou de R$ 542,00 em 1991 para R$ 769,00 no ano 2000 (+41,9%), sendo que na área urbana o aumento foi de R$ 633,00 para R$ 854,00 (+34,9%) e na área rural de R$ 215,00 para R$ 328,00 (+52,6%). *Folha de S. Paulo*, 20 de dezembro de 2001, Censo Especial, 5, quadro "Rendimento mensal dos responsáveis pelo domicílio".

13 Idem.

14 O rendimento mensal médio chegou a R$ 324,00 para as mulheres e R$ 534,00 para os homens. Ver O Estado de S. Paulo, 20 de junho de 2002, "Salários melhoram, mas desigualdade persiste".

15 O rendimento mensal médio da população de cor preta chegou a R$ 314,00, da população de cor parda chegou a R$ 329,00 e da população de cor branca chegou a R$ 670,00. Ver *O Estado de S. Paulo*, 20 de junho de 2002, "Salários melhoram, mas desigualdade persiste".

16 *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 2002, Eleições Especial 5, quadro "Pobreza cai em todas as regiões". A população considerada pobre é a população residente com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Dados do IBGE, elaborados pelo IPEA.

17 A taxa de desemprego nestas regiões, que era de 4,91% da População Economicamente Ativa em janeiro de 1991, atingiu um pico de 7,68% em janeiro de 1999, antes de cair para 5,7% em janeiro de 2001 e 5,6% em dezembro de 2001. Ver *Folha de S. Paulo*, 25 de maio de 2001, Dinheiro B9, quadro "Desemprego no país se mantém no nível de 1998" e *O Estado de S. Paulo*, 20 de junho de 2002, Cidades, Especial Rio + 10, C4, quadro "Desemprego".

18 *Folha de S. Paulo*, 7 de janeiro de 2001, Cotidiano C1-C3, "Brasil ganha 717 favelas em nove anos". Dados do IBGE, que considera favelas os conjuntos constituídos por mais de cinqüenta unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

19 *Folha de S. Paulo*, 5 de abril de 2001. Cotidiano C4, quadro "Negros têm piores indicadores".

20 *O Globo*, 11de junho 2002, "Estado tem 4 jornalistas assassinados em 8 anos".

21 *Agência Estado*, 29 de outubro de 2002, "Brasil, entre os países perigosos para jornalistas" (www.estadao.org.br).

22 *Folha de São Paulo*, 24 de outubro de 2002, "Brasil é o pior país do Mercosul em liberdade de imprensa, diz ONG". O ranking foi elaborado a partir de um formulário com 50 questões sobre a existência de assassinatos ou prisões de jornalistas por causa de suas atividades, censura, pressões, monopólios estatais e legislação draconiana, respondido por jornalistas, pesquisadores e juristas. Com base nessas 50 questões, foi dada uma nota indo de 0 (maior liberdade) a 100 (maior desrespeito). A nota obtida pelo Brasil foi de 18,75.

23 PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002* (www.pnud.org.br), tabela A .1.1. Na escala da Freedom House, pontuação de 0 a 30 indica imprensa livre, pontuação de 31 a 60 indica imprensa parcialmente livre e pontuação de 61 a 100 indica imprensa sem liberdade.

24 *Folha de São Paulo*, 03 de outubro de 2002, "170 municípios pedem proteção do Exército para votação do dia 6".

25 *Agência Estado*, de 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora"(www.estadao.org.br).

26 PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002* (www.pnud.org.br), tabela A .1.1. Na escala da Freedom House, pontuação de 1 a 2,5 indica país livre, pontuação de 3,0 a 5,0 indica país parcialmente livre, e pontuação de 6.0 a 7.0 indica país sem liberdade.

27 A taxa de mortalidade infantil (número de mortes com menos de um ano de idade para cada mil nascidas vivas) caiu continuamente de 48,0 em 1990 para 29,6 em 2000 (-38,3%). Dados do IBGE, em Folha de S. Paulo, 9 de maio de 2002, Censo 2000, Especial A 5, quadro "Mortalidade infantil cai".

28 A taxa de mortalidade por acidentes de transporte caiu de 19,4 mortes por 100 mil habitantes em 1991 para 17,4 em 2000 (-10,3%). Ver Waiselfisz, Júlio Jacobo, *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

29 Ver relatórios sobre Pará, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

30 Waiselfisz, Júlio Jacobo, *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

31 World Health Organization, *World Report on Violence and Health* (Geneva: World Health Organization, 2002).

32 Nas capitais, a taxa de mortalidade por homicídio aumentou de 34,1 mortes por 100 mil habitantes em 1991 para 47,2 mortes por 100 mil habitantes em 2000. Ver Waiselfisz, Júlio Jacobo, *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

33 Ver relatório sobre o Espírito Santo.

34 Ver relatório sobre a Bahia.

35 Piovesan, Flávia e Salla, Fernando, "Tortura no Brasil: pesadelo sem fim?". Em Ciência Hoje 30:176. p. 30-33.

36 O Estado brasileiro, em 18 de dezembro de 1998, de acordo com o artigo 62 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, depositou o instrumento de reconhecimento da jurisdição contenciosa obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos para todos os casos relacionados com a interpretação ou aplicação da Convenção por fatos ocorridos a partir da referida data. Esse depósito foi efetuado após a aprovação pelo Congresso Nacional da solicitação do Poder Executivo mediante o Decreto Legislativo 89, de 3 de dezembro de 1998.

37 A Comissão foi criada pela Portaria Interministerial 702, de 90 de dezembro de 1999. Os membros da Comissão foram designados pela Portaria 12 do Ministério da Justiça, de 31 de outubro de 2002.

38 O Protocolo permite o envio de denúncias de violação aos direitos consagrados na Convenção diretamente ao Comitê da ONU que monitora a implementação da CEDAW pelos Estados-partes, bem como a instauração de investigação confidencial contra um Estado-parte do Protocolo se houver informação confiável de graves ou sistemáticas violações aos direitos consagrados na Convenção.

39 O relatório está disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (www.mj.gov.br/sedim/default.htm).

40 O relatório com as conclusões e recomendações do Comitê Contra a Tortura da ONU estão disponíveis no web-site da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh/index.htm).

41 O relatório está disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos(ww.mj.gov.br/sedh/index.htm).

42 *O Estado de S. Paulo*, 11 de setembro de 2002, "Um em cada três brasileiros é desnutrido, diz ONU".

43 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

44 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

45 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (www.incra.gov.br).

46 Revista Problemas Brasileiros nº 350 Março/Abril – Nova Servidão – pág. 17 a 11.

47 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

48 Idem.

49 *Pe. Ricardo Rezende Figueira* e *Nadejda Marques*, "Trabalho Escravo: apresentação e dados de 2000". Texto disponível no web-site da Justiça Global (www.global.org.br).

50 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo de Fiscalização Móvel*.

51 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

52 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

53 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

54 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p. 13.

55 Jornal do Brasil, 19 de março de 2002, "Trabalho doméstico atinge crianças", Brasil, (www.jbonline.terra.com.br).

56 Núcleo de Opinião Pública (NOP) da Fundação Perseu Abramo, A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado. Relatório disponível no web-site da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

57 Saffioti, H & Almeida, *S.Violência de Gênero – Poder e Impotência*, Revinter, 1995.

58 Linhares, Leila. *Uma vida sem violência é um direito nosso*. MJ/SNDH e ONU, 1998.

59 A Declaração e o programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos reconheceram expressamente, pela primeira vez, que os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais", e que a violência de gênero é incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana.

60 A Conferência de Beijing afirmou que a violência contra a mulher constitui obstáculo a que se alcance os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz; que viola e prejudica ou anula o desfrute por parte dela dos direitos humanos e das liberdades fundamentais

61 No dia 11 de maio de 2002, Solange Bentes Jurema – presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – tomou posse na qualidade de Secretária de Estado dos Direitos da Mulher (SNDM).

62 Com apoio do Governo Federal, foram construídas ou reformadas casas abrigos nos municípios de Imperatriz (MA), Londrina (PR), Blumenau (SC), Cuiabá (MT), Cachoeiro do Itapemirim (ES), Caxias do Sul (RS), São Paulo (SP), Raimundo Nonato (PI), Belém (PA), nos estados de Ceará, Acre, Goiás e no Distrito Federal.

63 *Décimo Relatório Periódico relativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial* – Governo Federal

64 *Folha de S. Paulo*, em 6 de janeiro de 2002.

65 *Folha de S. Paulo*, Cotidiano, C 1, "Brasil negro é 101o em qualidade de vida".

66 Soares, Sergei Suarez Dillon, *O Perfil da Discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras* (Brasília: IPEA, 2000).

67 Fundação Cultural Palmares, *Comunidades Remanescentes de Quilombos: contribuição para o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Texto disponível no web-site da Fundação Palmares (www.palmares.gov.br).

68 Idem.

69 Idem.

70 Idem.

71 A primeira etapa do processo de demarcação é o estudo de identificação. Nessa fase há primeiro a realização de um estudo antropológico e depois um Grupo Técnico (GT) elabora um relatório circunstanciado contendo elementos específicos listados em uma portaria, bem como a caracterização da área a ser demarcada. Ao longo do relatório, as terras a que nos referimos como a identificar são as terras para as quais a Funai ainda nem enviou o GT. São consideradas em identificação as terras cujos relatórios de

identificação ainda não foram publicados no Diário Oficial da União (DOU). As terras com restrição de uso são as que estão interditadas para pessoas estranhas ingressarem (conforme estabelece o Decreto 1775/96). Depois disso, o passo seguinte é a aprovação do relatório pela Funai, o que deve ocorrer em um prazo de 15 dias, e a conseqüente publicação de um resumo no DOU. Nos referimos a essas terras como identificadas / aprovadas pela Funai. O passo seguinte é a abertura para a contestação, que dura 90 dias, e a elaboração de pareceres pela Funai, nos 60 subseqüentes, sobre a situação. Então, o Ministério da Justiça tem 30 dias para expedir portaria, declarando os limites da área e determinar sua demarcação física, prescrever diligências a serem cumpridas ou desaprovar a identificação. Quando é expedida essa portaria do Ministério da Justiça, dizemos que a terra está declarada. O momento seguinte é o da demarcação física da área, o que envolve também o reassentamento de eventuais ocupantes não-indígenas. O procedimento é, então, submetido ao Presidente da República, que homologa a área por decreto. A área é então considerada homologada. Por fim, a terra é registrada no cartório de imóveis da comarca correspondente e no Serviço de Patrimônio da União. Encontra-se, assim, registrada. Ao longo do relatório também falamos em terras reservadas. Com isso queremos nos referir a aquelas que estão garantidas oficialmente para o usufruto exclusivo dos indígenas.

72 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, "Demarcação das Terras Indígenas: uma luz no fim do túnel?", p. 163-168, "Como a TI Apyterewa caiu no limbo Burocrático", p. 501-502.

73 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org): "Decreto de FHC protege interesses militares em terras indígenas e causa polêmica", de 18 de outubro de 2002; "Conselho Indigenista Missionário (Cimi) pede ao governo Lula que revogue decreto sobre atuação de militares em terras indígenas", 18 de outubro de 2002

74 *Folha de São Paulo*, 17 de novembro de 2002, "Programa contra a fome não chega à população indígena".

75 Idem.

76 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

77 O texto do decreto, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, está disponível no web-site do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (www.mj.gov.br/conade).

78 Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, – *Relatório Azul, 2000/2001*.

79 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (www.mj.gov.br/conade).

80 O dicionário encontra-se à venda na Biblioteca do Instituto de Psicologia da USP, Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508 -900.

81 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br). São considerados idosos as pessoas com 60 anos ou mais.

82 Brasil, *Relatório Nacional Brasileiro sobre o Envelhecimento da População Brasileira*, apresentado durante a II Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, realizada de 8 a 12 de abril de 2002, em Madri. Disponível no web-site da Ministério das Relações Exteriores/Divisão de Temas Sociais (www.mre.gov.br).

83 Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh.htm) e Ministério da Justiça, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Relatório Setembro 2002.

84 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001); Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

85 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

86 Idem.

87 Idem.

88 Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM (www.migracoes.com.br).

89 Idem.

90 Idem.

91 Comissão da Anistia (www.mj.gov.br/anistia/default.htm) e Folha de S. Paulo, 19 de junho de 2001, Brasil, A 9, "FHC concede anistia política a militares".

92 *Folha de S. Paulo*, 20 de outubro de 2002, Brasil, A 4, "Mais de 11 mil pedidos de anistia aguardam decisão".

93 Comissão de Mortos e Desaparecidos (www.mj.gov.br/desaparecidos/default.htm).

REGIÃO NORTE

A Região Norte, formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, é caracterizada pela presença da Floresta Amazônica e de grandes rios das bacias do Amazonas e do Tocantins. Dos 4 milhões de quilômetros quadrados de floresta original, 13,3% já foram devastados, principalmente nos estados do Pará, Rondônia e Acre.

O Norte é a região do país que tem a menor densidade demográfica, de apenas 3,31 habitantes por km2. Tem uma população de 12.900.704 habitantes (7,60% da população brasileira). A população urbana representa 69,87% e a população rural representa 30,13% da população total da região. Ao lado do Nordeste, é a região que apresenta maior população rural do país.[1] A taxa anual de crescimento da população é de 2,4%, a mais alta entre as regiões do país. [2]

É a região onde há a menor proporção de população de cor branca, a maior proporção de população de cor parda e a maior população indígena no país, incluindo os 9 mil indígenas lanomami.[3] Entre todas as regiões brasileiras, o Norte é a que apresenta a maior proporção de crianças e adolescentes de até 14 anos e a menor proporção de idosos de 65 anos ou mais. [4]

Na década de 1990, aumentou o rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios e diminuiu a população em situação de pobreza na região. Mas o aumento do rendimento foi inferior ao registrado nas demais regiões do país e 36,2% da população ainda vive em situação de pobreza (com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo). Apenas o Nordeste tem uma população em situação de pobreza maior do que a do Norte.[5] Ainda que a desigualdade de renda também tenha diminuído na década de 1990 no Norte, assim como nas demais regiões do país, o grau de desigualdade de renda permanece alto, inferior ao do Nordeste e Centro-Oeste, mas superior ao do Sudeste e Sul. [6]

Com 30% da população residindo em área rural, a Região Norte registrou 435 conflitos rurais, envolvendo 237 mil pessoas, que causaram 30 mortes entre 1999 e 2001. No mesmo período, 2.313 trabalhadores sem situação de escravidão foram encontrados e 1.307 foram libertados. Nos dois casos, há uma concentração de violações no Estado do Pará. [7]

Tendo a maior população indígena do país, a maioria concentrada nos estados do Amazonas e Roraima, a Região Norte também registra conflitos e violências decorrentes da luta pela posse das terras indígenas, incluindo invasões de terras já demarcadas. As organizações de defesa dos direitos dos povos indígenas enfatizam que, apesar dos avanços no processo de demarcação das terras e de defesa dos povos e das culturas indígenas, refletidos no crescimento da população indígena nos últimos anos, ainda não foram adotadas as medidas necessárias para garantir definitivamente a posse das terras demarcadas, a sobrevivência e o desenvolvimento sustentável das populações indígenas na região.

No Amazonas, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro desenvolve, em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o projeto Cidadania Indígena no Rio Negro, visando proteger e promover os direitos dos povos indígenas na região, incluindo o Balcão da Cidadania Indígena e oficinas, cursos e seminários visando promover o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da população e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente.

Os novos estados do Amapá, Rondônia e Roraima registram índices de homicídio que estão entre os mais altos do país. Roraima é o estado do país com a maior taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes. [8]

Para enfrentar o problema da violência na região, inclusive da violência praticada por agentes públicos, foram implantados Programas Estaduais de Proteção a Testemunhas e Vítimas Ameaçadas no Acre, Amazonas e

Pará, com apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop). Há também um Centro de Apoio a Vítimas de Crime em processo de implantação no Pará. Ainda no Pará, o Governo do Estado criou a Ouvidoria de Policia em 1997.

Em relação às crianças e adolescentes, a Região Norte apresenta problemas de trabalho infanto-juvenil e de exploração sexual, incluindo tráfico de crianças, adolescentes e mulheres. Ao mesmo tempo, Amazonas, Rondônia e Roraima se destacam positivamente por aplicar mais freqüentemente medidas sócio-educativas em meio aberto, particularmente liberdade assistida, ao invés de medidas de internação.

Em Belém, capital do Pará, foi estabelecido, em 2002, um núcleo da Rede Nacional de Observatórios de Direitos Humanos, que visa formar grupos de jovens para identificar as violações de direitos humanos e atuar na proteção e promoção dos direitos humanos nas suas comunidades. [9]

1 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

2 IBGE, dados de 1996 (www.ibge.gov.br).

3 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

4 IBGE, Censo Demográfico 2000, em *Folha de S. Paulo*, 20 de dezembro de 2001, Especial 2, quadro "Evolução por faixas etárias".

5 *Folha de S. Paulo*, 20 de dezembro de 2001, Censo 2000, Especial 5, quadros "Rendimento Mensal dos responsáveis pelo Domicílio"; *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 2002, Eleições especial 5, quadro "Pobreza cai em todas as regiões". O rendimento médio do dos responsáveis pelos domicílios na Região Norte aumentou de R$ 428 em 1991 para R$ 577 em 2000, enquanto no País aumentou de R$ 542 em 1991 para R$ 769 em 2000. A população considerada pobre é a população residente com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Dados do IBGE, elaborados pelo IPEA, mostram que a população em situação de pobreza na Região Norte diminuiu de 49,5% da população total em 1992 para 32,7% em 1995 e aumentou novamente para 36,2% em 1999, enquanto no país diminuiu de 40,2% da população total em 1992 para 28,4% em 1999.

6 *Folha de S. Paulo*, 20 de dezembro de 2001, Censo 2000, Especial 5, "A Concentração de renda em 2000". A desigualdade de renda é medida pelo índice de Gini, que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, maior a igualdade na distribuição de renda. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade na dist5ibuição de renda. Valores acima de 0,5 indicam a existência de alto grau de concentração de renda na sociedade. No ano 2000, o índice de Gini da Região Norte foi de 0,598, enquanto para o Brasil foi de 0,609.

7 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002 disponíveis no web-site da Comissão (www.cptnac.com.br); Ministério do Trabalho e Emprego, A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002.

8 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). O número de homicídio por 100 mil habitantes no ano 2000 foi de 32,5 no Amapá, 34,9 em Rondônia e 39,5 em Roraima, contra 27,0 homicídios por 100 mil habitantes no país. O número de homicídios por 100 mil habitantes entre as mulheres, no ano 2000, chegou a 13,9 em Roraima, contra 4,4 homicídios por 100 mil habitantes no país.

9 A formação da Rede Nacional de Observatórios de Direitos Humanos é um projeto coordenado pelo Instituto São Paulo contra a Violência e o Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo, com apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Assistência Social e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

ACRE

O Estado do Acre, situado no sudoeste da Região Norte, faz divisa com Amazonas, Rondônia, Peru e Bolívia. Tem como capital Rio Branco e uma economia baseada na extração da borracha e da castanha, agricultura e pecuária. É o estado de Chico Mendes, líder seringueiro e ambientalista, fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Xapuri e do Conselho Nacional dos Seringueiros, assassinado em Xapuri em 1988. [1]

Além de ser marcado por conflitos de terra como os que vitimaram Chico Mendes, além de outros seringueiros, trabalhadores rurais e indígenas, o Acre é um estado que está na rota do tráfico internacional de drogas e registra a presença de grupos de extermínio ligados ao crime organizado com envolvimento de policiais e autoridades. Em setembro de 1999, o ex-deputado federal Hildebrando Paschoal, acusado pela CPI do Narcotráfico de liderar um grupo de extermínio, perdeu a imunidade e o mandato parlamentar e foi condenado a 40 anos de prisão pela Justiça do Acre.

Apesar dos conflitos de terra, da presença do crime organizado e da atuação de grupos de extermínio, a Acre não apresenta índices elevados de homicídio, comparativamente aos demais estados da Região Norte. Entretanto, o estado tem índices elevados de homicídio contra mulheres, inferiores apenas aos de Roraima.

VIOLÊNCIA POLICIAL, TORTURA E EXECUÇÕES

No Acre, há denúncias da atuação de grupos de extermínio, com participação de policiais civis e militares, de violência policial e da prática de tortura, acompanhadas e investigadas pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.[2] O Centro de Direitos Humanos da Diocese (CDHD) e o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP) do Acre elaboraram dossiê sobre a atuação de grupos do extermínio no Acre em 2001, segundo o qual 70 pessoas foram assassinadas por grupos de extermínio entre 1986 e 1999, sendo 14 das vítimas mortas em 1999. O relatório relaciona 21 policiais militares, 13 policiais civis e outras 20 pessoas, identificadas como integrantes de grupos de extermínio pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e pelo Ministério Público Federal. Segundo informações do relatório, a ação de grupos de extermínio no Acre está associada à atuação do crime organizado e do narcotráfico, com ligações no Peru e na Bolívia. [3]

O CDHEP relata caso grave de violência policial e prática de tortura, sendo vítima Vilmar Rocha Brandão, seringueiro, morador do Seringal Russara, situado no município de Manoel Urbano. Em fevereiro de 2002 em torno de 3-4 horas da manhã, Vilmar estava saindo de sua residência para pegar lenha quando 5 ou 6 pessoas fardadas, policiais militares, e uma outra pessoa sem farda, promotor de justiça, dispararam 5 tiros que atingiram a vítima. A vítima teve uma perna quebrada (decorrente de uma bala), uma mão machucada a bala e marcas de tiros pelo corpo. Ele havia sido confundido com um bandido apresentado no Programa Linha Direta da Rede Globo. Desacordado, foi arrastado para fora de sua casa e almejado com as mãos para frente, sendo colocado dentro de uma rede e levado para o "porto" (beira do Rio), dentro de um barco junto com os policiais que estavam indo para a cidade de Manoel Urbano, onde foi hospitalizado apenas para pequenos curativos (cerca de meia hora) e foi embarcado em um avião para a cidade de Rio Branco. Chegando no aeroporto foi para o Hospital de Base (Pronto Socorro). Permaneceu no hospital até que militantes do Centro de Direitos Humanos da Diocese conseguiram sua transferência para o Hospital Santa Juliana. Desde o dia em que chegou ao hospital até 12 de março, Vilmar ficou sob escolta policial (Polícia Civil). O militante do CDHD que acompanhou o caso foi informado pelas enfermeiras e por uma assistente social que a vítima estava sendo torturada pelos policiais responsáveis

pela sua escolta. Vilmar tinha medo de falar sobre esse assunto, pois temia ser eliminado, chegou até em pensar em suicídio. Retornou a sua residência no dia 27 de março de 2002.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

No Acre, há problema de superlotação no sistema penitenciário e as delegacias de polícia ou outras instalações da secretaria de segurança pública estão utilizando sua capacidade máxima. Em setembro de 2002, a população carcerária compreendia 1.451 detentos para 762 vagas, das quais 691 vagas estão distribuídas em quatro penitenciárias. As 71 vagas restantes estão em instalações do sistema de segurança pública. [4]

VIOLÊNCIA RURAL

No Acre, os casos de conflitos de terra diminuíram de sete em 1999 para dois em 2001. Mas o número de pessoas envolvidas nestes conflitos aumentou de 1.920 em 1999 para 3.725 em 2001. Entre janeiro e agosto de 2002, houve envolvimento de 1.060 pessoas em dois casos de conflitos. Três pessoas foram assassinadas em decorrência dos conflitos em 1999. [5]

TRABALHO ESCRAVO

A Comissão Pastoral da Terra, em 2000 registrou a presença de 16 trabalhadores em condição análoga à escravidão, no município de Cruzeiro do Sul.[6] Em 2001, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou uma operação no Acre, que resultou na libertação de setenta trabalhadores encontrados em situação degradante ou análoga à escravidão. [7]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Acre decretou a impugnação da candidatura e a suspeição dos direitos políticos por três anos do governador petista Jorge Viana que concorria à reeleição. O pedido foi formulado por seu adversário eleitoral Flaviano Melo, que alegou suposto abuso de poder econômico, o que teria acontecido devido ao suposto uso de publicidade institucional do governo na eleição. Esse argumento foi considerado infundado. O Ministério Público Eleitoral do Acre apoiou o Governador, que recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a cassação da decisão. O TSE acatou o pedido e manteve o direito de Jorge Viana de concorrer à reeleição. O governo realizado por Jorge Viana foi marcado pelo combate ao crime organizado e ao narcotráfico, e ainda colaborou com a CPI do Narcotráfico que resultou na cassação do mandato do deputado Hidelbrando Paschoal. [8]

Nesse estado, 22 municípios receberam a proteção do Exército nas eleições realizadas no dia 06 de outubro de 2002 no 2º turno, em 27 de outubro do mesmo ano, 9 municípios receberam esta proteção. O motivo foi justamente o clima resultante do confronto entre o governador Jorge Viana e o TRE. [9]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No Acre, o número de jovens entre 15 e 24 anos mortos por homicídio diminuiu de 51 para 50 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos diminuiu de 44,3 em 1998 para 40,5 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a serem mortos é a taxa de vitimização juvenil que, no estado do Acre, era de 111,1 no ano de 2000, que é muito significativa se comparada com a taxa nacional de vitimização juvenil de 92,7. [10]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até o final do 1º semestre de 2002 somente 12 dos 22 municípios (55%) do Acre contavam com Conselhos Tutelares. O que significa que no estado ocorria um flagrante descumprimento do Estatuto no que se refere à implantação desses órgãos. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era um pouco melhor, porém em 7 cidades (32%) ele não estava instalado. [11]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais seis originaram-se no Estado do Acre. [12]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada a Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de pessoas com idade inferior a 18 anos. Tinham origem no estado do Acre, sete rotas, sendo que três delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [13]

Visando o combate ao abuso e à exploração sexual, através da prevenção e do atendimento especializado às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, a Secretaria de Municipal do Trabalho e Bem-Estar Social de Rio Branco criou, em maio de 2001, o Programa Sentinela de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Um estudo, que precedeu o lançamento do programa, já registrava 73 casos no município, durante o período de junho de 2000 a fevereiro de 2001. Inicialmente, foi implantado o Centro de Referência com vistas ao atendimento e apoio psicossocial das vítimas. O Programa também previa o desenvolvimento de ações em outras frentes, como campanhas de esclarecimento, seminários, capacitação de profissionais ligados à rede de atendimento, sensibilização e mobilização de setores ligados à rede de exploração. [14]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indicou que em 1999 havia 6.537 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Acre. Porém, cabe salientar, que assim como outros Estados da Região Norte, o Mapa não traz informações sobre o trabalho da população infanto-juvenil do Acre residente em área rural. Esse grupo ocupava com maior freqüência os seguintes setores: Agropecuária (2.615) e Comércio (2.287). Ademais, do total 2.614 não recebiam remuneração, 1.308 eram empregados, 981 trabalhadores domiciliares, 654 trabalhavam por conta própria e 653 trabalhavam para auto-consumo. [15]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados fornecidos pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado do Acre tinha, em março de 2002, 109 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida (56,19% do total de adolescentes em conflito com a lei). Em junho do mesmo ano, havia 85 (43,81%) jovens internados nas 3 unidades do Estado, sendo 53 do sexo masculino e 32 do feminino[16]. Assim, o índice de adolescentes em liberdade assistida era de 1,28. [17]

Em junho de 2002, não havia nenhum adolescente inserido na medida de semiliberdade tampouco sob internação provisória, o que se justificava pelo flagrante descumprimento a adequação imposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que o Estado não tinha nenhuma unidade para cumprimento das medidas de semiliberdade e internação provisória.

MULHERES

O Acre tem a segunda maior taxa de homicídios contra as mulheres na Região Norte, inferior apenas a de Roraima. No estado, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 4,7 por 100 mil habitantes no ano de 2000. As mulheres representaram este ano 12,1% das vítimas de homicídios. [18]

Em muitos casos, os autores dos homicídios ou tentativas de homicídio são pessoas com as quais as mulheres mantinham relações. Dois casos recentes exemplificam o problema. No primeiro, uma doméstica de 22 anos, residente no bairro Mauri Sérgio, em Rio Branco, procurou abrigo na Delegacia da Mulher para não ser assassinada pelo seu ex-marido. O marido havia sido preso por agredi-la e tentar matá-la usando uma

faca. Passou dois dias na delegacia e, quando saiu, foi até a casa da ex-mulher, quebrou tudo e ainda jogou a televisão na cabeça dela. A intenção do marido era matá-la, só que a doméstica conseguiu correr e pedir ajuda aos vizinhos. Policiais foram até a casa para prender o agressor, mas ele havia fugido. [19]

Em outro caso, após a separação do casal, a mulher passou a viver em um quarto construído nos fundos do terreno da casa do pai, no bairro Boa Vista, em Rio Branco. Mas o ex-marido não a deixava em paz e vivia ameaçando matá-la caso a encontrasse com outro homem. Um dia, observou que a ex-mulher se encontrava em casa na companhia de um homem. Ele invadiu a casa com uma faca na mão e atacou primeiro o rapaz, de 16 anos, com uma violenta facada na garganta e, em seguida, partiu para cima da mulher, dando-lhe três facadas. A mulher morreu antes de ser removida para o hospital. O agressor entregou-se à polícia e foi encaminhado a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher. [20]

Em Rio Branco, foram registradas na polícia em 2000, 48 ocorrências de estupro, 17 atentados violentos ao pudor. Em 2001, foram registrados 31 estupros e 16 atentados violentos ao pudor. [21]

Em uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do estado do Acre, foram registradas 4.672 ocorrências policiais em 1999. Destas, foram 1.586 ameaças (33,95%), 6 homicídios (0,13%), 18 tentativas de homicídio (0,39 %), 21 lesões corporais (0,45 %), 32 maus tratos (0,68 %) e 2.499 vias de fato (53,49 %). Quanto aos crimes envolvendo violência sexual, foram 4 atentados violentos ao pudor (0,09 %), 42 estupros (0,90 %) e 12 tentativas de estupro (0,26 %). [22]

No estado, há registro de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou a existência de três rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial, sendo que as três rotas também envolviam crianças e adolescentes. [23]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (364.513) representa 65,38% da população do estado, proporção inferior à média da Região Norte. Na população afro-descendente, 5,71% se declararam negros e 59,67% pardos. [24]

INDÍGENAS

O Acre tem uma população de pelo menos 7.510 indígenas, distribuídos em 10 povos. Além disso, também abriga outros dois povos, com uma população de, ao todo, 2.633 indígenas, que vivem entre o Acre e o Amazonas.[25] Estima-se que tenha a 12ª maior população indígena do país.[26] É o estado que conta com a quinta maior proporção da população indígena do país, sendo que 1,83% da população local se declara indígena. [27]

O Estado tem 29 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [28]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	1
Em identificação	3
Identificadas / Aprovadas pela Funai	1
Declaradas	2
Homologadas	9
Registradas	13[29]

Esses dados correspondem às informações fornecidas pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, segundo as quais o estado abriga um total de 10.946 indígenas. Além disso, segundo essa mesma fonte, a situação fundiária das Terras Indígenas no dia 6 de novembro de 2002 é a seguinte: 23 áreas inteiramente regularizadas, 2 áreas já demarcadas e aguardando Decreto de Homologação, 2 áreas já declaradas e aguardando demarcação e outros trâmites posteriores, 2 áreas em processo de demarcação e 5 áreas aguardando o início do processo de identificação.[30] No total, são 34 áreas, o que contrasta com as informações acima descritas, fornecidas pelo Instituto Sócio Ambiental, para quem o estado contaria com 29 áreas.

A terra indígena dos Ashaninka foi invadida no final de 2000 por madeireiros peruanos, que abriram uma estrada clandestina ligando algumas cidades à terra, e lá abriram clareiras e iniciaram um processo intensivo de retirada de cedro e mogno.[31]

Os indígenas Ashaninka também enfrentam problemas com os caçadores profissionais, que invadem freqüentemente suas terras em busca de caça, sendo que chegam até a saquear cerca de 500 quilos de carne de uma vez só. Os caçadores são algumas vezes também acompanhados por madeireiros e seus empregados. As invasões e saques costumavam ser muito freqüente, até que em agosto de 1999 os indígenas encaminharam uma denúncia ao Ministério Público, dando origem a um processo do qual fez parte a ida da Polícia Federal ao local dos fatos. A partir daí, depois de superadas ainda muitas invasões e conflitos, os caçadores foram aos poucos deixando de entrar no território dos Ashaninka. [32]

Violências

No dia 14 de maio de 2000, o índio Manchinery José Pedro Matias foi assassinado a facadas e pauladas após ter sido atacado por cinco homens. Havia acabado de concluir um curso para agentes de saúde e voltava acompanhado de outros dois indígenas de uma comemoração para o hotel em que estavam hospedados. No caminhão foram surpreendidos com agressões morais e xingamentos preconceituosos por parte de um grupo de homens, que logo em seguida os atacou, matando José Pedro e ferindo gravemente os outros dois indígenas. Quatro homens foram presos acusados de serem os autores do crime. O quinto seria menor de idade. [33]

Outro caso de violência fatal ocorreu na terra indígena do Alto Tarauacá, em junho de 2000, quando invasores da área indígena, que entraram nela para desmatar, retirar madeira e caçar, foram avistados por cerca de dez indígenas não contatados. Dispararam várias vezes, sendo que ao menos um índio foi morto. Seu corpo foi encontrado dias depois, quando verificou-se que ele foi morto e em seguida castrado. Foi o único corpo encontrado, mas a Funai possui informações de que pelo menos mais três indígenas teriam sido assassinados no local. [34]

Boas práticas

Conhecido como "Governo da Floresta", o Governo de Jorge Viana tem apoiado o avanço dos processos de regularização das terras indígenas do estado, dando condições para a vigilância de seus limites, o uso sustentado de suas riquezas e a preservação da floresta, e tem colaborado nos processos de formação de professores bilíngües, agentes de saúde e agroflorestais. Um exemplo do que têm acontecido pode ser percebido através da narração do episódio envolvendo a rodovia BR-364. O projeto de construção dessa rodovia é antigo e prevê uma extensão de mais de três mil quilômetros. No estado do Acre, a estrada começou a ser asfaltada em 1996, de forma que desprezava os impactos socioambientais que poderia causar. O Estudo de Impacto Ambiental elaborado foi criticado por todos ligados à área devido à fragilidade das informações que continha e à falta de análise dos impactos decorrentes da pavimentação. Em 1998, alguns indígenas katukina foram ao Ministério Público e entregaram um documento demonstrando os problemas decorrentes da construção, tais como: saúde, invasões de caçadores, roubos, etc. Também pediam a anulação do Estudo de Impacto Ambiental. Atendendo ao pedido dos indígenas, no dia 3 de julho de 1999 o novo governo eleito realizou uma audiência pública com os Katukina e com representantes de outras populações indígenas e seringueiras da região. Algumas propostas foram tiradas, entre elas o compromisso do governo de elaboração de uma política conjunta e a revisão do estudo anterior com a participação das comunidades. [35]

IDOSOS

O Estado do Acre tinha, em 2000, uma população de idosos de 30.404.[36] Seguindo a tendência nacional, mas num ritmo inferior à média nacional, a população de idosos cresce em relação às demais faixas etárias da

população. Em 1991, os idosos do Estado representavam 4,8% da população total; no ano de 2000, este número passou a 5,5%.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A Fundhacre desenvolve a primeira etapa da Campanha Nacional de Protetização para Pessoas Portadoras de Deficiências Físicas, distribuindo pernas e pés mecânicos, bem como muletas, cadeiras de roda e ainda equipamentos de prótese corretivos para coluna, braços e outros membros do corpo. As oficinas de ortopedia se localizam nas cidades de Cruzeiro do Sul e Rio Branco onde são produzidos as próteses, órteses e ainda calçados ortopédicos que estão sendo distribuídos nesta campanha.

1 Os assassinos de Chico Mendes foram presos e condenados a 19 anos de prisão em 1990, esacaparam da prisão em 1993 e foram recapturados em 1996.

2 Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, *Relatório de Atividades – Setembro 2002*.

3 Centro de Direitos Humanos da Diocese e o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre, *Dossiê A Ação dos Grupos de Extermínio no Acre*.

4 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

5 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002 disponíveis no web-site da Comissão (www.cptnac.com.br).

6 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 2000*.

7 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

8 *Jornal da Tarde*, 28 de agosto de 2002, "Tensão no Acre pela vida de Jorge Viana", e 3 de setembro de 2002, "TSE pode julgar hoje o recurso de Viana".

9 *Folha de S. Paulo*, 3 de outubro de 2002, "170 municípios pedem proteção do Exército para votação do dia 6"; e Agência Estado, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

10 Waiselfisz; J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

11 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

12 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

13 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

14 *A Gazeta,* 16 de maio de 2001 (www.agazeta-acre.com.br).

15 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p. 67. O mapa traz, também, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o estado. No Acre foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Comércio (Ambulante e Varejista); Extrativismo (Seringa e Castanha); Hortifrutigrangeiros; Indústria Movelaria e Assemelhados; Lavagem de Automóveis; Panificação; Pecuária; Produção de Farinha de Mandioca; Quebra de Concreto; Guardas Mirins; Serviços (Domésticos; em Cerâmica e Olarias; em Madeireiras e Serrarias; e em Oficinas Mecânicas); Borracharias; Sorveteria; e Venda de Jornais.

16 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). No índice indicado foram considerados apenas os adolescentes inseridos nas medidas de internação, semiliberdade e liberdade assistida. Desconsiderou-se as demais medidas (advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade) uma vez que a fonte de dados fazia referência àquelas medidas mais gravosas.

17 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (a internação e a semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

18 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

19 *A Gazeta*, 14 de novembro de 2002 (www.agazeta-acre.com.br).

20 *A Gazeta*, 23 de agosto de 2002 (www.agazeta-acre.com.br).

21 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

22 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório disponível no web-site da entidade (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

23 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

24 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

25 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

26 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br).

27 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

28 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

29 Uma delas em conjunto com o Estado do Amazonas.

30 Governo do Estado do Acre, "Situação Fundiária das Terras Indígenas do Estado do Acre".

31 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 442, de 4 de janeiro de 2001.

32 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, "Os Ashaninka do Rio Amônia no Rumo da Sustentabilidade", de Margarete Kitaka Mendes, p. 571-574.

33 Conselho Indigenista Missionário, Informes n.º 412 e n.º 415, de 25 de maio de 2000 e 15 de junho de 2000.

34 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 427, de 5 de setembro de 2000.

35 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, "Governo da Floresta", p. 565, e "BR-364: no Caminho dos Katukina", de Edilene Cofface de Lima, p. 575-578.

36 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

AMAPÁ

O Estado do Amapá, situado ao norte da Região Norte, faz divisa com a Guiana Francesa, Suriname e Pará. Tem como capital Macapá e 90% do seu território coberto pela Floresta Amazônica. A economia baseada na extração da castanha-do-pará, da madeira e na mineração de manganês. Passou da condição de território federal a de estado com a promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988.

No Estado do Amapá, o período recente foi marcado por conflitos políticos envolvendo o crime organizado. Em 1999, agravou-se a crise decorrente dos conflitos entre o então Governador do Estado, João Alberto Capiberibe, e o crime organizado e os velhos esquemas de clientelismo local. A vinda da CPI do Narcotráfico para o Estado também contribuiu para o acirramento do conflito. Durante seu mandato, ex-governador Capiberibe, eleito senador em 2002, teve sua atuação reconhecida pelas políticas adotadas em defesa dos povos indígenas e do meio ambiente.

O Amapá apresenta elevadas taxas de homicídio. Enquanto a taxa média da Região Norte é de 18,7 homicídios por 100 mil habitantes, no Amapá chega a 32,5 homicídios por 100 mil habitantes. Além disso, entre os anos de 1991 e 2000, a taxa de homicídios sofreu um aumento de 79,56%.[1] A taxa de mortalidade por homicídio entre os jovens de 15 a 24 anos aumentou de 38,6 por 100 mil habitantes em 1991 para 75,8 em 2000 (+ 96,37%). [2]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O sistema prisional do Amapá dispõe de 537 vagas, das quais 518 estão distribuídas em nove estabelecimentos: cinco unidades prisionais, duas cadeias públicas e um hospital psiquiátrico; são dezenove as vagas nas unidades policiais. Em setembro de 2002, o número de presos excedia o número de vagas, respectivamente 850 detentos para 537 vagas. [3]

Apesar de haver 89 vagas para cumprimento de medida de segurança, em setembro de 2002, não havia nenhum preso cumprindo medida de segurança no estado. Caso as vagas destinadas para cumprimento de medida de segurança não estejam sendo utilizadas, é agravado o problema de superlotação nas demais unidades prisionais. Caso as vagas para medida de segurança estejam sendo utilizadas para presos que não receberam esta pena, que deveriam cumpri-la em regime fechado, o descumprimento da Lei de Execução Criminal é alarmante, uma vez que estes detentos se encontram em um local absolutamente inapropriado, o hospital psiquiátrico.

Ainda em relação à utilização das vagas de acordo com o tipo de sentença recebida, o número de presos que ainda não foram condenados e podem estar aguardando julgamento em instituições inadequadas é expressivo. São 462 presos provisórios para apenas 74 vagas em cadeias públicas e 19 vagas em distritos policiais. Se os presos provisórios estão em locais adequados a sua situação processual, a superlotação nestas unidades é grave. Porém, se eles se encontram detidos em unidades prisionais para presos já condenados, se encontram em situação irregular.

VIOLÊNCIA RURAL

No Amapá, os casos de conflito de terra diminuíram entre os anos de 1999 e 2002. Em 1999 foram registrados seis casos, em 2000 um caso, em 2001 dois casos e entre janeiro e agosto de 2002 outros dois casos. O número de pessoas envolvidas nos conflitos também diminuiu, passando de 2.627 em 1999 para 195 em 2001 e 60 entre janeiro a agosto de 2002. No período, não foram registrados assassinatos em decorrência de conflitos de terra. [4]

TRABALHO ESCRAVO

Em 1999, a Comissão Pastoral da Terra registrou a presença de doze trabalhadores em condição análoga a de escravo, no município de Calçoene. [5]

Em 2001, o Grupo de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou uma operação no Amapá, mas não encontrou trabalhadores em situação degradante ou análoga à escravidão. [6]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

A situação político-institucional do Amapá, já complicada havia algum tempo, foi recentemente agravada no episódio de tentativa de impeachment do Governador. O impeachment foi aprovado pela Assembléia Legislativa em um processo marcado por irregularidades e posteriormente invalidado pelo Supremo Tribunal Federal e pela Comissão Julgadora. O pedido tinha como fundamento uma acusação envolvendo a utilização dos recursos públicos por parte do governador. O que estava por traz dela, porém, relacionava-se com a política que vinha sendo desenvolvida pelo governo no estado.

Em contraposição aos governos anteriores, Capiberibe vinha desenvolvendo uma política transparente, priorizando os investimentos sociais e rompendo com clientelismos e corrupções. Segundo depoimentos do governo, a crise institucional se agravou justamente em 1999, no momento em que a Assembléia Legislativa alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, ampliando as verbas do Judiciário e do Legislativo (verba usada no favorecimento pessoal de seus membros) e comprometendo a capacidade de investimento do Executivo. De acordo com o próprio Capiberibe, a vinda da CPI do Narcotráfico ao Amapá teria contribuído como agravante da crise. O resultado de tudo isso foi justamente o pedido infundado e irregular de impechment, que foi invalidado posteriormente. [7]

Quatro municípios desse estado receberam a proteção das Forças Armadas nas eleições realizadas no dia 27 de outubro de 2002. [8]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, somente metade dos municípios do Amapá tinham instalado Conselhos Tutelares, o que significa que ocorria um flagrante descumprimento do ECA no que se refere a implantação desses órgãos. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era um pouco melhor, porém em quatro das doze cidades do Estado não havia o Conselho. [9]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 11 denúncias de exploração sexual originaram-se no Amapá. [10]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham origem no Amapá oito rotas, sendo que 6 delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [11]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 6.643 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Amapá. Porém, cabe salientar, que assim como outros estados da Região Norte, o Mapa não traz informações sobre o trabalho da população infanto-juvenil do Amapá residente em área rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (2.447), Comércio (1.399) e Científico/Artístico (1.048).[12] Destes, 3.147 (47,37%)

não recebiam remuneração, 1.399 (21,06%) eram empregados, 1.049 (15,79%) trabalhavam para autoconsumo e 1.048 (15,78%) eram domésticos. [13]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado do Amapá tinha, em março de 2002, 59 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida. Em junho do mesmo ano, havia: 56 cumprindo internação, 32 em semiliberdade e 14 internados provisoriamente. Em relação ao sexo, somente havia duas meninas internadas provisoriamente e outras duas em semiliberdade. Até junho de 2002, o Estado contava com duas unidades para cumprimento da medida de internação, um para semiliberdade e um para internação provisória. [14]

A partir destes dados, verifica-se que o Poder Judiciário do Amapá está dando maior prioridade a aplicação de medidas em meio fechado, já que - considerando o universo total de medidas de Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação em execução no Estado – apenas 40,14% são medidas em meio aberto. Outro dado a se destacar consiste na elevada utilização da semiliberdade como meio de sócio-educação.

MULHERES

No Amapá, há registro de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial constatou a existência de seis rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial no estado, sendo que todas envolviam crianças e adolescentes. [15]

No estado, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 1,7 por 100 mil habitantes no ano 2000 (a menor da Região Norte). As mulheres representam 2,6% das vítimas de homicídios no estado. [16]

O número de crimes contra mulheres, registrados na Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher de Macapá, diminuiu de 1999 para 2001. Em 1999, foram registradas 6.316 ocorrências de crimes, sendo que 2.238 foram de lesão corporal, 1.472 vias de fato, 30 tentativas de estupro, 77 estupros, 4 de tentativa de homicídio, 2 homicídios e 27 atentados violentos ao pudor. Em 2000, foram 5.991 ocorrências, sendo 2.117 lesões corporais, 1.463 vias de fato, 14 tentativas de estupro, 40 estupros, 4 tentativas de homicídio e 12 atentados violentos ao pudor. Em 2001, foram registradas 5.584 ocorrências de crimes contra a mulher, das quais 1.896 foram de lesão corporal, 1.542 vias de fato, 26 tentativas de estupro, 58 estupros, 4 tentativas de homicídio, 3 homicídios e 5 atentados violentos ao pudor.[17] Entretanto, segundo dados globais da polícia, o número de ocorrências de estupro diminuiu de 110 em 1999 para 100 em 2000, mas aumentou para 118 em 2001. [18]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (351.292) representa 73,64% da população do estado, proporção superior à média da Região Norte. Na população afro-descendente, 6,63% se declararam negros e 67,01% pardos. [19]

INDÍGENAS

O Amapá tem uma população de 4.943 indígenas, distribuídos em cinco povos indígenas.[20] Estima-se que tenha a 19ª maior população indígena do país.[21]

O Estado tem cinco áreas indígenas, sendo que quatro já estão registradas e uma está em processo de identificação: [22]

A falta de saneamento básico vem comprometendo a saúde dos indígenas Waiãpi e fazendo vítimas. Somente durante o mês de julho de 1999, cinco crianças morreram e outras quinze foram infectadas e hospitalizadas, vítimas da bactéria Escherichia coli, que se propaga pela água e é transmitida por leite materno. Todas tinham menos de um ano de idade e morreram em tempo inferior a 24 horas, depois de terem contraído a doença. Sendo a

bactéria transmissora da doença desconhecida, o que se constatou foram os sintomas da doença, que seria uma espécie de gripe, seguida de forte vômito, diarréia e febre.[23] Além disso, no final de 2000, os Waiãpi foram vítimas de casos de catapora. [24]

Boas Práticas

A Associação dos Povos Indígenas Oiapoque (Apio) foi formada em 1992 como conseqüência da luta conjunta de diversas etnias pela demarcação das terras indígenas nas décadas de 70 e 80. Inicialmente marcada por caráter mais reivindicatório, foi aos poucos transformando o caráter de sua atuação. Desde a eleição de 1994, em que foi eleito para o estado um governo que prioriza as ações descentralizadoras, tornando fundamental a participação direta das comunidades tradicionais do estado, entre elas as indígenas – trata-se da eleição de Capiberibe ao Governo do Estado em 1994, sendo que ele foi posteriormente reeleito em 1998 -, a Apio passou a atuar juntamente com o governo na implementação dos projetos sociais, estabelecendo prioridades, gerenciando projetos e contratando mão-de-obra para eles.

Diversas ações foram realizadas nessa parceria da Apio com o governo do estado, sendo que, por exemplo, em cinco anos foram construídas 14 escolas, 5 centros comunitários, 13 alojamento para professores não indígenas e um alojamento para os indígenas em trânsito em Oiapoque. Além disso, a Casa de Saúde do Índio em Oiapoque foi reformada e ampliada e um caminhão com capacidade de transportar até 12 toneladas de produção agrícola foi adquirido. Esse é um caso exemplar e bem sucedido de uma parceria entre o governo e os povos indígenas tradicionais na busca de soluções para os problemas e na ação conjunta na elaboração e na execução de projetos e políticas sociais. [25]

IDOSOS

O Amapá tinha, em 2000, uma população de 11.349 idosos.[26] Apesar de ser o estado em que a população de idosos teve o menor incremento na década, a tendência nacional de envelhecimento da população também foi verificada no estado: os idosos representavam 3,9% da população em 1991 e 4,1% em 2000.

MIGRANTES

A população de migrantes (97.854) representa 20,51% da população do estado do Amapá.[27] É o estado em que tem a segunda maior população de migrantes do país, proporcionalmente à população, menor apenas que a de Roraima.

1 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH; 2002).

2 Idem. A taxa de vitimiação juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Exemplo: Quanto maior a taxa de vitimização maior é a concentração de homicídios na população jovem; se, ao contrário, a taxa é zero ou próxima a este valor significa que os homicídios atingem na mesma proporção tanto a faixa jovem quanto o resto da população.

3 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

4 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

5 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999*.

6 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

7 Material recebido do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Ministério da Justiça.

8 *Agência Estado*, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

9 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

10 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

11 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

12 Mais especificamente foram encontrados trabalhadores entre 5 e 15 anos que estavam inseridos nas seguintes atividades econômicas: Açougue; Agricultura; Coleta de Material Reciclável; Comércio (Ambulante, de Combustíveis e Varejista); Construção Civil; Extração de Palmito; Lavagem de Automóveis; Reparação de Objetos Pessoais; Serviços (de Engraxate, Flanelinha e Domésticos); Serviços e Comércio de Alimentos; Borracharia; e Venda de Jornais

13 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p. 70.

14 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

15 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

16 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

17 Instituto de Mulheres Negras do Amapá, *Relatório IMENA.*

18 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

19 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

20 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

21 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 4.457 indígenas.

22 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

23 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 395 (OESP, 21 de julho de 1999; OESP, 21 de julho de 1999, "Bactéria faz vítimas",).

24 CIMI, Informe n.º 438, de 23 de novembro de 2000.

25 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 393 (Antinka Capiberibe, out/00 "Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque,).

26 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

27 Idem.

AMAZONAS

O Estado do Amazonas, situado no centro da Região Norte e da Floresta Amazônica, faz divisa com todos os estados da região, com exceção do Tocantins, e ainda com Mato Grosso, Venezuela, Colômbia e Peru. É o estado brasileiro que tem a maior área territorial e tem 92% do seu território coberto pela Floresta Amazônica. A capital é Manaus, situada às margens do Rio Negro, e a economia do estado é baseada no extrativismo, inclusive extração de madeira, pesca, mineração (estanho e cassiterita) e, principalmente na Zona Franca de Manaus, indústria.

É o estado que tem a maior população indígena do país. São diversos os problemas que enfrentam, merecendo destaque a disputa pelas terras indígenas e a relação estabelecida frequentemente entre os militares e as mulheres indígenas na qual os militares mantêm relações sexuais com as mulheres indígenas e as abandonam quando ficam grávidas.

Outro problema sério no Amazonas é a exploração sexual de mulheres, adolescentes e crianças. Doze rotas de tráfico de mulheres com essa finalidade têm origem no Amazonas, sendo que dez delas também envolvem crianças e adolescentes. Na Região Norte, é o estado que tem o segundo maior número de rotas, inferior apenas ao Pará. A maior incidência de tráfico ocorre com adolescentes, que circulam entre as capitais e municípios de confluência, por estradas, portos e vias aéreas, e que transitam entre o Amazonas, o sul e o nordeste do país. [1]

O Amazonas é o estado com maior número de registros de assassinatos de homossexuais na Região Norte – que decorre em parte da existência de uma organização de defesa dos direitos deste grupo, Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis, que incentiva as denúncias e luta pela punição dos responsáveis e pela eliminação deste tipo de violência.

VIOLÊNCIA POLICIAL E TORTURA

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura no Estado do Amazonas, citando um caso no seu relatório, no qual a vítima foi agredida por policiais, que tentaram sufocá-la colocando um saco plástico na sua cabeça. O caso ocorreu em 1996, mas somente em 1998 a corregedoria da polícia civil abriu inquérito para apurar o caso. Não há informação sobre a conclusão do inquérito. [2]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Há superlotação no sistema prisional do Amazonas. O estado tem um total de 1.058 vagas, das quais 639 no sistema penitenciário e 419 nas delegacias de polícia. Em setembro de 2002, se encontravam em regime de privação de liberdade 1.901 detentos, ou seja, 843 detentos a mais do que oferece a capacidade do sistema no estado. [3]

VIOLÊNCIA RURAL

No Amazonas, o número de conflitos de terra caiu de cinco em 1999 para dois em 2000, mas aumentou novamente para cinco em 2001. O número de pessoas envolvidas caiu de 3.465 em 1999 para 1.200 no ano 2000, mas também aumentou para 3.200 pessoas em 2001. No período, não foram registrados assassinatos em decorrência de conflitos de terra. [4]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Nesse estado, ao menos dois municípios receberam a proteção do Exército nas eleições realizadas no dia 06 de outubro de 2002 e 10 municípios receberam esta

proteção no 2º turno, em 27 de outubro do mesmo ano. Os juízes dos municípios de Coari e Nova Aripuanã, que tiveram seus prefeitos assassinados nos últimos anos, requisitaram essa proteção. [5]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No Amazonas, o número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio diminuiu de 256 em 1998 para 249 em 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos diminuiu de 43,9 em 98 para 39,8 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que era, no Amazonas, de 102,6 no ano 2000, que é bastante significativa se comparada com a taxa nacional de vitimização juvenil de 92,7. [6]

Dados do final do 1º semestre de 2002 indicavam que apenas 28 dos 61 municípios (45%) amazonenses contavam com Conselhos Tutelares. Isso significa que no Estado ocorria um flagrante descumprimento do ECA no que se refere à implantação desses órgãos. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos, a situação era um pouco melhor, porém em 23 das cidades (37%) não estava instalado. [7]

Informações datadas de 2001 apontam que em Manaus os principais órgãos e serviços existentes para crianças e adolescentes vítimas de violência (em especial, as violências sexuais e intrafamiliar) eram: sete Conselhos Tutelares; Ministério Público; Central de Resgate Social;[8] Estação Direito,[9] Delegacias Especializadas de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente e de Ordem Pública e Social;[10] Serviço de Atendimento às Vítimas de Abuso Sexual;[11] Casa Mamãe Margarida;[12] Projeto Agente Jovem;[13] Programa Criança Urgente.[14] [15]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 66 originaram-se no Estado do Amazonas. Deste total, 27 foram feitas no 1º semestre de 2002. [16]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham origem no Amazonas 14 rotas, sendo que 10 delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [17]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 26.326 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Amazonas. Porém, cabe salientar, que assim como outros Estados da Região Norte, o Mapa não traz informações sobre o trabalho da população infanto-juvenil do Amazonas residente em área rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (8.776) e Comércio (8.775). Ademais, 14.361 (55,39%) não recebiam remuneração, 4.787 (18,46%) trabalhavam por conta própria, e 3.190 (12,3%) eram domésticos. [18]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça,[19] o Estado do Amazonas tinha, em março de 2002, 1.007 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida. Em junho do mesmo ano, havia: 118 cumprindo internação, 50 em semiliberdade e 35 internados provisoriamente. Em relação ao sexo, o número de adolescentes do sexo feminino era: 7 internadas por sentença e 6 internadas provisoriamente. Até junho de 2002, o Estado contava com 3 unidades para cumprimento da medida de internação, 2 para semiliberdade e 2 para internação provisória.

A medida de liberdade assistida, conforme se verifica, é quase seis vezes mais aplicada que as medidas em meio fechado (internação e semiliberdade). A grande quantidade de adolescentes em liberdade assistida coloca o Amazonas em 4º lugar entre os estados brasileiros que mais aplicam as medidas em meio aberto. Com os dados apresentados conclui-se que aparentemente o Judiciário está observando com maior atenção o princípio da excepcionalidade das medidas de internação do que a maioria dos outros entes federativos, ao menos no momento da aplicação da medida de internação.

MULHERES

Em uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher no Estado do Amazonas, foram registradas 5.640 ocorrências em 1999. Destas, 2.312 foram ameaças (40,99%), 2 tentativas de homicídio (0,04%), 1.370 lesões corporais (24,29%), 2 maus tratos (0,04%) e 1.659 vias de fato (29,41%). Quanto aos crimes que envolvem violência sexual, foram 12 ocorrências de atentado violento ao pudor (0,21%), 62 estupros (1,10%) e 15 tentativas de estupro (0,27%). [20]

Em Manaus, foram registradas na polícia, em 1999, 382 ocorrências de estupros, em 2000, 304 ocorrências de estupros e 147 de atentado violento ao pudor e, em 2001, 300 ocorrências estupros e 201 de atentado violento ao pudor. [21]

No Amazonas, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 2,6 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representaram neste ano 6,5% das vítimas de homicídios no estado. [22]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (1.955.148) representa 69,51% da população do estado, proporção superior à média da Região Norte. Na população afro-descendente, 3,72% se declararam negros e 65,80% pardos. [23]

INDÍGENAS

O Amazonas tem uma população de pelo menos 71.071 indígenas, distribuídos em 45 povos indígenas. Além disso, conjuntamente com outros estados, também abriga outros 6 povos indígenas, totalizando uma população de 24.690 indígenas.[24] [25] Tem a maior população indígena do país. Além disso é o estado que conta com a segunda maior proporção da população indígena do país,[26] sendo que 4,26% da população local se declara indígena. [27]

O Estado tem 181 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [28]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	7
Em identificação	53[29]
Com restrição de uso	1
Identificadas / Aprovadas pela Funai	7
Declaradas	31
Homologadas	33
Registradas	50[30]

O Ibama apreendeu 3 mil peças de madeira, no início de 1999, na área limite com a reserva indígena dos Sateré-Maué, o que indica a possibilidade de madeireiros terem invadido a área. Parte da madeira foi encontrada submersa em rios, numa estratégia para driblar a fiscalização. [31]

Violências

A Terra Indígena Alto Rio Negro, que tem quase 8 milhões de hectares e que abriga pelo menos 20 povos indígenas, foi homologada em 1998. Entre os problemas que alguns indígenas dessa área vêm enfrentando está o alcoolismo e algumas doenças, tais como a tuberculose, que em 1999 atingiu cerca de 20% da população local, e o tracoma, uma doença provocada por uma bactéria e que pode levar à cegueira, que nesse mesmo ano atingiu ao menos 50% dos 298 indígenas de diversas etnias que foram examinados. [32]

Um problema enfrentado pelos ribeirinhos e por comunidades indígenas da região da margem di-

reita do Rio Negro está relacionado com os empreendimentos turísticos criados no município de Barcelos. Um hotel de selva localizado neste local abriga turistas estrangeiros praticantes de pesca esportiva. As lanchas que utilizam nessa atividade afugentam os peixes e prejudicam a pesca indígena. Em 2000, outros hotéis nos mesmos moldes estavam sendo construídos na região. [33]

Outro problema enfrentado tanto nessa região como em outras regiões da fronteira amazônica é a relação entre os indígenas e os militares. No pelotão militar que fica na região de Maturacá, é constante o clima de tensão entre os militares e os Yanomamis que lá vivem. Entre os problemas enfrentados está as relações sexuais vividas entre os militares e as índias. Não se sabe ao certo se as relações são ou não consentidas, mas é conhecido o fato de que freqüentemente, quando as índias ficam grávidas, os militares negam envolvimento ou abandonam o local (muitas vezes são transferidos). [34]

Segundo dados do Ministério da Defesa, em março de 2001, no Estado do Amazonas, 112 militares estavam casados legalmente com índias, 131 viviam maritalmente com elas, 34 pagavam pensão judicial para elas e estavam na justiça 4 processos de comprovação de paternidade e 58 processos de pensão alimentícia. [35]

Os indígenas Ticunas da região do Alto Solimões tiveram registrados, no ano de 1999, dez casos de suicídio. Oito indígenas se mataram por enforcamento e dois por ingestão de timbó, um veneno extraído da raiz de uma planta que leva à morte por asfixia. A maioria deles era jovem.[36] Nesse mesmo ano, também morreu um índio Ticuna vítima de cólera. Quando ficou doente, não havia remédio no posto de saúde local e nem combustível no barco para poder transportá-lo. O pedido de socorro chegou tarde demais. [37]

Apesar da conquista que foi a homologação da Terra Indígena Vale do Javari, o que aconteceu em 2 de maio de 2002, depois de mais de vinte anos de luta, os indígenas que habitam o local ainda enfrentam problemas. Entre eles está o problema do narcotráfico, que se intensifica dia-a-dia na região. Até pistas de pouso já foram identificadas na área. Há informações de que indígenas estariam sendo usados para transportar insumos químicos do Brasil para laboratórios de refino de cocaína na Colômbia. [38]

Os indígenas Mura do Rio Igapó sofreram nos últimos anos a maior epidemia de malária de sua história. 100% dos indígenas foram atingidos, sendo que em 1999 foram registrados três casos de morte. [39]

IDOSOS

Havia no Amazonas, em 2000, uma população de 137.060 idosos.[40] Seguindo a tendência nacional, a população nesta faixa etária cresce em relação à população total: os idosos representavam 4,2% da população em 1991 e passaram a representar 4,9% no ano 2000.

MIGRANTES

No Amazonas, há significante imigração estrangeira, de outros países da Região Amazônica, particularmente Peru, Colômbia e Venezuela. O Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) da Arquidiocese de Manaus presta atendimento social aos migrantes nacionais e estrangeiros na sua sede em Manaus e em dioceses e prelazias espalhadas no interior de todo o Estado do Amazonas. Em muitos casos, os estrangeiros buscam recursos financeiros para tramitar o processo de legalização de sua permanência no país. Outro apoio decorre da busca de informações ou apoio jurídico para a condução do processo ou então para serviços de intermediação devido a fatores como dificuldade de entender o idioma ou traduções oficiais.

De acordo com o SPM, esta população de imigrantes estrangeiros residindo ou em trânsito ou ainda com permanência no estado chega a aproximadamente quarenta mil pessoas, a grande maioria originária do Peru, incluindo pessoas em situação legal e ilegal, o que corresponde a menos de 2% da população amazonense.

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

De acordo com a Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis, foram registrados 4 homicídios homofóbicos no ano 2000, tendo sido 3 contra gays e 1 contra travestis. Um dos assassinatos foi praticado por estrangulamento, outro por facadas e estrangulamento, e o outro por 15 facadas. O assassinato da travesti foi provocado por golpes de garrafa. [41]

Em 2001, o número de casos aumentou. Foram registrados 9 homicídios, 7 contra gays, 1 contra travesti e 1 contra lésbica. Os gays foram mortos com 8 facadas em um caso, 12 em outro, 17 num terceiro e por enforcamento em outro caso. A travesti foi morta a tiros e a lésbica, por golpes de facas e martelo. [42]

Em 2002, foram registrados 10 homicídios contra homossexuais, sendo 7 contra gays e 3 contra travestis. Com relação aos gays, as formas mais violentas dos assassinatos foram, em um caso por 10 facadas, em outro por pauladas e um tiro na testa, em outro por esfaqueamento craniano e em outro por pauladas e furos de prego. Duas travestis foram mortas a tiros, e uma por 2 facadas. [43]

A Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis relata que, no período de janeiro a junho de 2001, 12 homossexuais receberam ameaças de morte, outros 18 foram espancados por vizinhos ou desconhecidos, 17 saíram feridos por facas e garrafas de vidro e 5 por arma de fogo.[44] Ademais, a Associação recebeu denúncias de 27 prisões arbitrárias e 5 extorsões praticados por policiais. [45]

No dia 1º de janeiro de 2000, 6 travestis que se encontravam na escadaria da Ponte Negra, Manaus, foram agredidos com cassetete, tapas e socos, algemados, arrastados, e presos. Na delegacia, foram obrigados pelos policiais a ficar de calcinha. Na cela foram novamente agredidas e violentadas por 50 presos e obrigadas a fazer sexo oral com policiais. Foi perguntado por uma delas aos policiais se não fariam nada para impedir, não obtiveram nenhuma alteração de comportamento dos policiais. [46]

1 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

2 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

3 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

4 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999*, *Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002 disponíveis no web-site da Comissão (www.cptnac.com.br).

5 *Folha de São Paulo*, 03 d outubro de 2002, "170 municípios pedem proteção do Exército para votação do dia 6"; *Agência Estado*, 27 de agosto de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

6 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimiação juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Exemplo: Quanto maior a taxa de vitimização maior é a concentração de homicídios na população jovem; se, ao contrário, a taxa é zero ou próxima a este valor significa que os homicídios atingem na mesma proporção tanto a faixa jovem quanto o resto da população.

7 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

8 "Serviço municipal de atendimento de urgência e emergência social junto à população de rua e às crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados"

9 ONG que integra a Rede Txai, é referência do Sistema Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e trabalha no encaminhamento e acompanhamento de denúncias de violações.

10 As Delegacias Especializadas registram, respectivamente, violência intrafamiliar e exploração sexual e comercial.

11 O serviço é oferecido pelo Hospital Universitário Getúlio Vargas.

12 ONG que atua como apoio para meninas durante o dia.

13 Projeto da Secretaria Municipal da Infância e Juventude (SMIJ) que atende adolescentes de 15 a 18 anos, fornecendo bolsa, capacitação e qualificação profissional.

14 Também da SMIJ, o Programa atende a crianças e adolescentes em situação de rua.

15 Agência Uga-Uga de Comunicação e Rede Andi. *A Criança e o Adolescente na Mídia Amazonas – Infância Roubada - uma análise da cobertura da mídia sobre os crimes sexuais*. Pesquisa Agência Uga-Uga de Comunicação/Rede Andi, Ano 3, Nº 3, Manaus, 2002, p. 27

16 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição,

o turismo sexual e a pornografia).

17 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

18 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 73. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. No Amazonas foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Catadores de Lixo; Comércio (Ambulante e de Combustíveis); Indústria Movelaria e Assemelhados; Metalurgia e Serralheria; Panfletagem; Panificação; Pesca; Produção de Carvão Vegetal; Serviços de Engraxate; Serviços e Comércio de Alimentos; Serviços (em Cerâmicas e Olaria; em Madeireiras e Serrarias; em Oficinas Mecânicas; e em Pedreiras); Transporte Coletivo (Kombistas); e Venda de Jornais.

19 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

20 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório da pesquisa disponível no web-site da entidade(www.mj.gov.br/sedh/cndm).

21 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

22 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

23 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

24 Esses indígenas, que vivem no Amazonas e em outros estados, estão distribuídos da seguinte forma: junto com o Acre há dois povos, somando um total de 2636 indígenas; junto com o Para há um povo com 7134 indígenas; junto com Rondônia há um povo com 269 indígenas; junto com Roraima há dois povos totalizando 12.631 indígenas; e junto com Roraima e com o Pará há um povo com 2020 indígenas.

25 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

26 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 61.660 indígenas.

27 IBGE, Censo Demográfico 2000.

28 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

29 Uma delas em conjunto com os estados de Roraima e do Pará.

30 Duas delas em conjunto com o estado de Roraima e uma delas em conjunto com o estado do Acre.

31 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 481 (*A Crítica*, 18 de abril de 1999, "Madeira é apreendida próxima à terra indígena").

32 Instituto Sócio-Ambiental , *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 282 (*A Crítica*, 03 de março de 1999, ("Doença ameaça deixar índios cegos"; CB, 04 de abril de 1999; A Crítica, 21de setembro de 1999, "Alcoolismo provoca violência entre os índios", "Tuberculose atinge 20% da população do Alto Rio Negro").

33 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p.291 (ISA, 28 de outubro de 2000, "Ecoturismo prejudica comunidades indígenas e ribeirinhas em Barcelos").

34 Instituto Sócio-Ambiental, 11 de novembro de 2002, "Cenas da relação índios e militares na fronteira amazônica", notícia disponível no site da entidade (www.socioambiental.org).

35 *Folha de São Paulo*, 22 de março de 2001, "Há 'sexo consentido' entre índia e militar, diz Quintão".

36 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org)., *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 415 (FSP, 07 de dezembro de 1999, "Mais dez casos").

37 Idem, p. 419 ("Cólera", Jornal Magüta, CGTT, 1999).

38 Idem, p. 435 ("Tráfico usa índios, diz secretário antidrogas", JB, 28 de maio de 1999); e artigo retirado do web-site do ISA (www.socioambiental.org), intitulado "Terra indígena Vale do Javali é finalmente homologada", de 04 de julho de 2001.

39 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 479 ("A saúde vai mal", ISA, jan/00).

40 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

41 Relatório da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis.

42 Idem.

43 Idem.

44 Idem.

45 Idem.

46 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

PARÁ

O Estado do Pará, situado no centro da Região Norte, a leste do Amazonas, faz divisa com a Guiana, Suriname, Roraima, Amapá, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Sua capital é Belém e as principais atividades econômicas são o extrativismo mineral (bauxita, cobre, manganês, ferro, calcário, ouro, estanho) principalmente em Carajás e Serra Pelada a partir da década de 1970, agricultura e pecuária no sul do estado desde a década de 1960, extrativismo vegetal desde o século 19, incluindo extração de madeira, e a indústria.

O Estado do Pará apresenta altos índices de violência urbana e rural, incluindo violência praticada por agentes públicos e em unidades de internação de adolescentes. De 1999 a 2001, o Pará foi o estado que registrou o maior número de casos de trabalho escravo e o maior número de mortos em conflitos rurais no país. Na Região Norte, é o estado que tem o maior número de rotas de tráficos de mulheres para fins de exploração sexual.

Por outro lado, o Pará é um estado em que a sociedade civil está articulada e conta com diversas organizações que monitoram, denunciam e produzem relatórios e dados sobre casos de violação de direitos humanos, como a Sociedade Paraense de Direitos Humanos, a Comissão Pastoral da Terra e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Emaús.

A violência e as violações de direitos humanos no sul do Pará foram objeto de comissão especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que apresentou relatório, em dezembro de 1999, solicitando ao Ministro da Justiça providências para conter a violência na região, inclusive a formação de uma força tarefa. [1]

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES, TORTURA

A Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Pará foi instituída pela Lei 5.944/96 e iniciou suas atividades em julho de 1997. A Ouvidoria participa do Conselho de Segurança Pública (CONSEP) e do Conselho Executivo do Programa de Proteção a Vítimas, Testemunhas e Familiares (PROVITA).

A partir de fevereiro de 2000, passou a ser implementada a Resolução 004 do CONSEP, que obriga a autoridade policial a comunicar ao CONSEP, via boletim de ocorrência policial, toda e qualquer ocorrência de morte envolvendo policiais civis ou militares, como vítimas, autores ou suspeitos da ação, no prazo máximo de 48 horas. Tal procedimento contribuiu para aumentar o número de denúncias de homicídio praticado por policiais recebidas pela Ouvidoria e aumentou a eficácia da Ouvidoria no acompanhamento das denúncias referentes a homicídios praticados por policial.

De 1998 a 2001, a Ouvidoria recebeu 1.804 denúncias, das quais 93 foram investigadas e encerradas (5%) e 1.711 ainda estão em processo de investigação (95%). O número de denúncias caiu de 439 em 1998 para 425 em 1999, mas subiu para 455 em 2000 e 485 em 2001. Entre 1998 e 2001, foram denunciados 2.304 policiais militares, 2.915 policiais civis, 59 bombeiros e 24 agentes de trânsito, num total de 5.302 policiais e agentes de do sistema de segurança. O número de denúncias contra policiais militares cresceu de 435 em 1998 para 512 em 1999, 647 em 2000 e 710 em 2001, enquanto o número de denúncias contra policiais civis aumentou de 667 em 1998 para 760 em 1999, mas caiu para 748 em 2000 e 740 em 2001. [2]

Segundo dados da Ouvidoria, o número de vítimas de homicídio praticado por policiais e agentes do sistema de segurança pública aumentou de 21 em 1998 para 35 em 1999, 57 em 2000 e 54 em 2001, totalizando 167 vítimas no período 1998-2001. O número de policiais e agentes do sistema de segurança denunciados por homicídio aumentou de 31 em 1998 (11 policiais civis, 17 policiais militares, dois bombeiros e 1 agente de trânsito) para 38 em 1999 (21, 17, 0 e 0), 98

em 2000 (25, 73, 0 e 0) e 94 em 2001 (40, 54, 0 e 0). No total, foram denunciados por homicídio 262 policiais e agentes do sistema de segurança pública, sendo 97 policiais civis, 161 policiais militares, 2 bombeiros e 2 agentes de trânsito. [3]

A maioria das denúncias recebidas pela Ouvidoria de Polícia durante o período de 1998 a 2001 dizem respeito a abuso de autoridade (1.792 denunciados, sendo 1.075 policiais militares e 701 policiais civis). Em seguida: lesão corporal (662 denúncias, sendo 235 contra policiais civis e 418 contra policiais militares), ameaça (511 denúncias, sendo 248 contra policiais civis e 21 contra militares), tortura (260 denúncias, sendo 141 contra policiais civis e 117 contra policiais militares) e extorsão (203, sendo 164 contra policiais civis e 38 contra policiais militares). [4]

A Comissão Pastoral da Terra do Pará e Amapá divulgou em junho de 2000 o Dossiê sobre Tortura, Maus Tratos e Impunidade de Policiais Civis e Militares no Sul do Pará, apresentando informações sobre 22 vítimas de espancamento e tortura por policiais civis e militares, incluindo uma vítima fatal de policiais civis em 1998 e outra de policiais militares no ano 2000. O dossiê apresenta os casos de seis vítimas de espancamento pela polícia civil em 1997, uma em 1998 e 10 em 1999, duas vítimas de espancamento pela polícia militar em 1998 e 1 em 1999. [5]

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria denunciou a atuação do crime organizado e de pistoleiros e policiais em conflitos rurais no sul e sudeste do estado, que já teriam causado a morte de cinco pessoas na região a Fazenda Mandassaia, entre janeiro e julho de 2002. [6]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura e outros tratamentos cruéis no Estado do Pará, citando 52 casos no seu relatório, a maioria registrada nos anos 1999 e 2000, todos envolvendo policiais civis ou militares. [7]

Entre as práticas mais utilizadas de tortura descritas pelo relator estão: roleta russa, surras, espancamentos utilizando instrumentos de madeira e ferro, choques elétricos, golpes com porretes, afogamento, palmatória, sufocamento com saco plástico na cabeça. A prática da tortura é exercida frequentementre dentro das delegacias, principalmente para se obter confissão de crimes e para punição de suspeitos ou criminosos, podendo levar à morte em casos de omissão de assistência médica.

A prática de tortura e outros tratamentos cruéis envolve diversos casos de violência contra adolescentes. Como o caso de um jovem suspeito de assalto, preso por policiais militares, levado para floresta e espancado. Outro caso envolveu três adolescentes suspeitos de furtar uma camisa, que foram levados por policiais militares a uma guarita e espancados. A mãe de um deles tentou impedir, sendo golpeada na cabeça com um pau de vassoura, agredida e ameaçada de morte caso contasse o caso a alguém.

Entre maio e junho de 2002, depois de sucessivos adiamentos, foram julgados os policiais militares que comandaram e participaram da desobstrução da rodovia PA-150, ocupada por trabalhadores sem-terra, em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996, durante a qual foram mortos 19 trabalhadores sem terra.

SOCIEDADE PARAENSE DE DIREITOS HUMANOS

A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), organização não governamental fundada em 1977, recebeu menção honrosa do Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2000, na categoria Organizações Não Governamentais, por sua atuação no combate à violência policial e violência rural no Estado do Pará. A SPDDH desenvolve projetos nas áreas de assistência jurídica às vítimas de violação de direitos humanos, proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas, uso de mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos, banco de dados de homicídios e políticas públicas de segurança.

O Cel. PM Mário Colares Pantoja e o Maj. PM José Maria Oliveira, comandantes das tropas da polícia militar, responsáveis pela operação da polícia militar, foram condenados a 228 anos prisão e a 158 anos de prisão pela Justiça do Pará. Ambos recorrem da sentença em liberdade. A Justiça absolveu o Cap. PM Raimundo Almendra Lameira, quatro tenentes, onze sargentos e 124 cabos e soldados que também participaram da operação.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Não há superlotação no sistema penitenciário. Em setembro de 2002, a população carcerária era de 3.059, distribuída nas 3.095 vagas do estado. Embora aproximadamente 50% dos encarcerados ainda não tenham sido julgados, ou seja, são presos provisórios, não há no estado um só cidadão encarcerado em delegacias de polícia ou qualquer outra instalação do sistema de segurança pública. O número de detentos que estão cumprindo pena em regime fechado é bastante alto. Dos 3.059 presos 2.545 estão distribuídos nas treze penitenciárias existentes no estado, restando apenas 514 presos que se encontram cumprindo pena em regime aberto, semi aberto e medida de segurança. [8]

O relatório da Campanha Nacional Permanente Contra a Tortura mostra que a Central de Atendimento do SOS Tortura recebeu nos sete primeiros meses de funcionamento, de 30 de outubro de 2001 a 6 de junho de 2002, 1.302 denúncias de alegações de tortura, das quais 99 foram do Pará e 41 de Belém. O Pará é o quarto estado (após São Paulo, Minas Gerais e Bahia) e Belém é a segunda cidade (após São Paulo) com maior número de denúncias no país. [9]

VIOLÊNCIA RURAL

O Pará foi o estado com maior número de conflitos rurais e maior número de pessoas envolvidas nestes conflitos na Região Norte entre 1999 e 2001. Houve 97 casos de conflitos de terra em 1999, 93 no ano 2000 e este número aumentou para 143 em 2001. O número de pessoas envolvidas nos conflitos diminuiu de 70.078 em 1999 e 70.321 em 2000 para 52.697 em 2001. De janeiro a agosto de 2002, foram registrados 28 conflitos, envolvendo 15.636 pessoas. [10]

Entre 1999 e 2001, o Pará apresentou o maior número de mortes em conflitos rurais na Região Norte e no País. No período, houve 33 mortes em decorrência dos conflitos, sendo nove em 1999, 10 no ano 2000, oito em 2001 e seis entre janeiro e agosto de 2002. [11]

TRABALHO ESCRAVO

O Pará é o estado com maior número de pessoas encontradas trabalhando em situação análoga a de escravo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou a presença de 583 pessoas em situação análoga a de escravo em 1999 (nos municípios de Marabá, Santana de Araguaia, São Felix do Xingu, Tomé Açu e Santa Maria das Barreiras), 290 em 2000 (nos municípios de Xinguara/Sapucaia, Santana de Araguaia, São Felix do Xingu, Água Azul do Norte, Santa Maria das Barreiras, Itaituba/Altamira, Bannach, Xinguara/Bannach e Paraupebas), 1.294 em 2001 (municípios de Curionópolis, Bannach, Xinguara, Xinguara/Sapucaia/Bannach, Água Azul do Norte, Paragominas, Canaã dos Carajás, Cumaru do Norte, Novo Repartimento, Santana de Araguaia, São Felix do Xingu), e 469 de janeiro a agosto de 2002 (nos municípios de Santana do Araguaia, Xinguara, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Parauapebas/Pacajá, Marabá, Brejo Grande do Araguaia, São Felix do Xingu e Cumaru do Norte). [12]

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou cinco operações no Pará em 1999, libertando 486 trabalhadores em situação degradante ou análoga à escravidão (sendo que parte destes foram libertados em operações realizadas na divisa do Pará e do Mato Grosso). Em 2000, foram realizadas outras seis operações, que resultaram na libertação de 370 trabalhadores. Em 2001, mais dez operações aconteceram no Pará, que resultaram na libertação de 359 trabalhadores. [13]

Em março de 1999, foram descobertos 182 trabalhadores vivendo em regime de escravidão em São Félix do Xingu, em uma fazenda localizada dentro da reserva dos indígenas Parakanã. Não tinham carteira assinada, viviam em condições subumanas, deviam mais em comida ao dono da fazenda do que tinham a receber de salário e eram ameaçados de morte caso tentassem deixar o local. A situação de ilegalidade foi descoberta por técnicos do Incra de Marabá. A fazenda, de 13 ha, não pode servir para reforma agrária justamente por localizar-se dentro de terra indígena. Ao menos cem indígenas Parakanã vivem na reserva. [14]

Em 2002, 136 trabalhadores foram libertados em agosto na Fazenda Rio Dourado, município de Cumarú do Norte. Os trabalhadores tinham carteira assinada, mas não eram pagos e viviam em condições insalubres.[15] Outros 57 trabalhadores foram libertados em outubro na Fazenda 21, município de Xinguara. [16]

Em agosto de 2001, a Comissão Pastoral da Terra encaminhou ao Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf denúncia da presença de trabalhadores em situação de escravidão em uma fazenda de propriedade de um deputado estadual do Piauí. Fiscais do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e da Secretaria de Inspeção do Trabalho libertaram os trabalhadores e os levaram para São Felix do Xingu, a 1.000 km de Belém. Durante uma semana, o Grupo Móvel pressionou o fazendeiro para que ele pagasse os direitos trabalhistas dos trabalhadores, mas o deputado recusou-se a pagar. A CPT acompanhou os trabalhadores durante mais de uma semana, pressionando o deputado fazendeiro até que o mesmo aceitou pagar, mas apenas parcialmente, o que era devido aos trabalhadores. [17]

Em 4 de setembro de 2000, na Fazenda Forkilha, em Santa Maria das Barreiras, um trabalhador foi vítima de tentativa de homicídio por parte do proprietário. O trabalhador conseguiu fugiu para Marabá e denunciou a agressão à Polícia Federal. No dia 6 de setembro de 2000, o trabalhador foi levado pela Polícia Federal para a Comissão Pastoral da Terra de Xinguara, que encaminhou no mesmo dia um pedido de intervenção ao Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Membros da CPT e o trabalhador dirigiram-se à fazenda, onde puderam constatar a existência de outros 20 trabalhadores retidos por 15 pistoleiros. Apesar de delegado da Polícia Federal de Marabá ter se prontificado a acompanhar a operação, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel só chegou à fazenda em 18 de setembro de 2000, não encontrando mais ninguém no local. Neste período, o trabalhador ficou sob a proteção da CPT, em Redenção, aguardando obter notícias de sua mulher que ainda estava retida na fazenda com os filhos. [18]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Nas eleições de 6 de outubro de 2002 a Justiça Eleitoral solicitou o apoio do Exército para o Município de Curionópolis, no sul do estado. O local estava em clima de conflito devido à presença de cerca de 10 mil garimpeiros, que reivindicavam a entrada em Serra Pelada. Nas eleições realizadas no dia 27 de outubro de 2002, 68 municípios deste estado receberam a proteção das Forças Armadas. [19]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No Estado do Pará, o número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio diminuiu de 298 para 289 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos diminuiu de 23,3 em 98 para 21,3 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que, no Pará, era de 64 no ano de 2000, menor que taxa nacional de vitimização juvenil de 92,7. [20]

O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Emaús (CEDECA - Emaús) indica que entre os anos de 1990 e 1999 houve um aumento nos números da violência contra a criança e adolescente. Enquanto no início de 1990 havia um total de 2.277 casos registrados, no final da década este número ficou três vezes maior, sendo que 6.203 casos foram registrados. Entre as violências mais freqüentes ocorridas no ano de 1999, destacam-se as

violências físicas (3.552) e sexuais (751) bem como o abandono e negligência (744). Os dados apontam, também, que em 1999 foram registrados 1.584 casos de violência doméstica praticada contra crianças e adolescente (26% do total de ocorrências) e 1.780 casos de violência intrafamiliar (29%). [21]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, somente 75 dos 142 municípios paraenses contavam com Conselhos Tutelares e 94 com Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Apesar de estar abaixo da média nacional e ser flagrante o descumprimento do ECA, a instalação dos Conselhos (Tutelares e de Direitos) teve um sensível aumento entre 2001 e o 1º semestre de 2002. [22] Possivelmente, a recomendação do Ministério Público Estadual nº 001/2000 tenha contribuído para a criação de novos Conselhos, em ritmo mais acelerado que em anos anteriores. [23]

Outra questão que merece atenção dos governos estadual e municipais, bem como dos Conselhos de Direitos do Pará é a implantação e regular funcionamento do Sistema de Informações para a Infância e Juventude. Até o 1º semestre de 2000, apenas 10 municípios tinham o sistema, contudo apesar do equipamento estar disponível nestas cidades, em algumas delas ele não funcionava em razão dos novos conselheiros, eleitos após a implantação do sistema, não terem tido uma capacitação para manusear o equipamento.

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 47 originaram-se no Estado do Pará. Deste total, nove foram feitas no 1º semestre de 2002. [24]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham origem no Pará 19 rotas, sendo que 9 delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [25]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 99.697 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Pará. Porém, cabe salientar, que assim como outros Estados da Região Norte, o Mapa não traz informações sobre o trabalho da população infanto-juvenil do Pará residente em área rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Comércio (37.040) e Prestação de Serviços (22.299). Ademais, 43.342 (44,08%) não recebiam remuneração, 24.067 (24,47%) eram empregados e 10.093 (10,26%) domésticos. [26]

O CEDECA-Emaús realizou uma pesquisa em Belém mostrando as inúmeras violências que se agregam ao ilegal trabalho infantil doméstico[27], que é aceito e, algumas vezes, 'justificado' sob a alegação de que se trata de um caso de filantropia e uma oportunidade para superar a pobreza", "faz parte da cultura urbana de Belém e das grandes cidades da região amazônica".

A pesquisa destacou que 122 das 255 meninas pesquisadas não se reconhecem como trabalhadoras domésticas. Apesar de desenvolver esta função, são tidas como "filhas adotivas" ou afilhadas e recebem apenas alimentação, roupas e calçados, mas não propriamente uma remuneração. Em virtude da jornada de trabalho média ser de 12 horas diárias, o direito à educação também fica violado. Assim, as meninas, quando freqüentam a escola, têm um nível de escolaridade abaixo da média e uma defasagem se comparadas às crianças e adolescentes com a mesma idade. Muitas delas abandonam os estudos ou são forçadas a fazê-lo pela família empregadora. [28]

O direito à convivência familiar e comunitária também é violado, uma vez que as meninas são impedidas de contactar seus familiares e amigos e quase não têm dias de folga. As ações violentas praticadas pelos

empregadores foram relatadas nos depoimentos das próprias meninas que sofrem freqüentes agressões físicas, humilhações e assédio sexual.

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado do Pará tinha, em março de 2002, 130 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida e, no mês de junho, 128 em internação e 20 em semiliberdade. Em relação ao sexo, somente havia um total de sete meninas internadas. O índice de adolescentes em liberdade assistida era de 0,88. [29]

Seguindo a mesma tendência verificada no Amapá, o Poder Judiciário paraense tem aplicado medidas mais rigorosas em detrimento de outras menos severas. Isto porque, mais da metade dos 426 adolescentes inseridos em uma das três medidas (liberdade assistida, semiliberdade e internação) estão cumprindo medida de semiliberdade ou de internação.

A IV Caravana Nacional de Direitos Humanos da Câmara Federal elaborou o relatório "Uma amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas FEBEMs e congêneres" que contém um panorama do tratamento dispensado aos adolescentes em conflito com a lei no Estado do Pará.[30] Um primeiro dado destacado é que todas as quatro unidades existentes, à época, localizavam-se na capital, Belém. Esse fato, por si só, já acarreta uma grave violação, pois o ECA, em vários de seus dispositivos, sempre reafirma a importância do convívio familiar, impondo inclusive que os adolescentes sob internação recebam visita semanalmente e permaneçam na sua cidade ou naquela mais próxima– estando todas as unidades do Estado localizadas numa só cidade, provavelmente os familiares dos adolescentes do interior terão restrita sua participação no processo sócio-educativo, ficando prejudicada a consecução da finalidade da medida. [31]

As unidades visitadas abrigavam entre 3 e 49 adolescentes, estando uma delas com lotação superior à capacidade prevista. Nesses estabelecimentos e, em especial, nas duas unidades com maior contingente de adolescentes privados de liberdade (CIAM e EREC), era flagrante o descumprimento ao reordenamento institucional previsto no ECA. Práticas baseadas em violências físicas e psíquicas assim como ausência de conteúdo sócio-educativo e desrespeito a direitos básicos foram pontos verificados durante a passagem da IV Caravana.

As unidades em que se verificou as condições mais gritantes de violação de direitos foram o Centro de Internação para Adolescentes Masculino (CIAM) e o Centro de Internação Espaço Recomeço (EREC), caracterizados, respectivamente, como "ociosidade e modelo prisional" e "recomeço do Código de Menores". No CIAM eram mantidos, em cerca de 20 celas "minúsculas e fétidas", 35 internos que passavam grande parte do dia trancados. Durante a visita, foram constatadas precariedade na assistência social e na atenção saúde; ociosidade; presença de celas de isolamento; perpetração de maus tratos; baixa qualidade da alimentação; inexistência de educação e de assistência jurídica; além da submissão dos familiares a procedimentos humilhantes, ilegais e vexatórios durante a revista.

No EREC, o projeto arquitetônico e a situação dos adolescentes internos mostraram ser mais uma parte da herança do antigo Código de Menores. O relatório identifcou um prédio em forma de "L" onde estavam 13 celas e longe de todos e de tudo há uma espécie de 'cofre' onde se construiu um isolamento escuro e úmido. A prática de encaminhar internos para a 'contenção' ou para o 'cofre' está absolutamente institucionalizada e pode se prolongar, havia casos de adolescentes com mais de 30 dias neste local.

No Centro Sócio-Educativo Masculino localizado na periferia de Belém foram constatadas práticas que necessitam de correção, tais como a ociosidade o emprego sistemático dos adolescentes em tarefas de limpeza e a interdição da sexualidade, como também ocorria nos outros centros. No Centro de Internação Feminino, que tinha 3 internas quando da visita, verificou-se que a ociosidade e a utilização do isolamento em cela de con-

tenção são alguns fatos negativos constatados.

Entre julho de 1999 e junho de 2000, a Universidade da Amazônia e o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Emaús desenvolveram pesquisa sobre a situação dos adolescentes após o cumprimento de medida sócio-educativa em capitais e cidades da Região Norte do país.[32] O estudo, que ouviu educadores, jovens que cumpriram medidas e seus familiares, constatou que em Belém, 83% dos adolescentes pesquisados não estavam estudando e 80% estavam desempregados. O fato, expresso pelos adolescentes da capital paraense, de que 87% deles não conheceu, durante o processo sócio-educativo, seu advogado deve ser tratado com muita atenção, posto que a ausência de advogado torna nulo o processo, uma vez que não lhe foi garantido o devido processo legal.

MULHERES

O Pará é o estado com maior número de rotas de trafico de mulheres para fins de exploração sexual na Região Norte. Depois do Maranhão, é o estado com maior número de rotas de tráfico de mulheres em todo o país. A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial constatou a existência de 16 rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial no Pará, sendo que em nove rotas há também envolvimento de crianças e adolescentes. [33]

Em 14 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado do Pará, foram registradas 9.582 ocorrências policiais em 1999. Destas, foram 3.910 ameaças (40,81%), 14 homicídios (0,15%), 22 tentativas de homicídio (0,23%), 4.234 lesões corporais (44,19%), 24 lesões corporais culposas 24 casos (0,25 %), 11 maus tratos (0,11%), 680 vias de fato (7,10%) e 3 seqüestros e cárcere privado (0,03 %). Quanto aos crimes envolvendo violência sexual, foram 46 ocorrências de atentado violento ao pudor (0,48%), 143 estupros (1,49%) e 40 tentativas de estupro (0,42 %). [34]

Na capital Belém, a polícia registrou, em 1999, 159 ocorrências de estupros, 67 atentados violentos ao pudor, em 2000, 135 estupros, 103 atentados violentos ao pudor, em 2001, e 119 estupros e 92 atentados violentos ao pudor. [35]

No Pará, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 2,1 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representam 7,8% das vítimas de homicídio no estado. [36]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (4.391.915) representa 70,93% da população do estado, proporção superior à média da Região Norte. Na população afro-descendente, 5,09% se declararam negros e 65,83% pardos. [37]

INDÍGENAS

O Pará tem uma população de pelo menos 11.908 indígenas, distribuídos em 19 povos indígenas. Além disso, conjuntamente com outros estados, também abriga outros 7 povos indígenas, totalizando uma população de pelo menos 19.162 indígenas.[38] Estima-se que tenha a 6ª maior população indígena do país. [39]

O Estado tem 43 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [40]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	5
Em identificação	4[41]
Identificadas / Aprovadas pela Funai	4
Declaradas	7
Homologadas	2[42]
Registradas	21

O problema da exploração ilegal de madeira, principalmente mogno, está fortemente presente nesse estado. Tanto em regiões ao Sul quanto em regiões ao Norte dele os madeireiros invadem as terras indígenas para realizar a extração.

Os indígenas Arara, das terras indígenas Cachoeira Seca e Arara enfrentam cronicamente proble-

mas com pescadores e com madeireiros que invadem suas terras para roubar madeira. Em março e abril de 1999, a Funai e o Ibama realizaram uma vistoria em um igarapé dentro da terra de Cachoeira Seca, onde encontraram três acampamentos que serviam de apoio ao trabalho irregular e apreenderam 214 toras de mogno e cedro. Com relação à exploração dentro da terra Arara, as notícias são de que é uma empresa madeireira que a realiza.

A presença dos pescadores é uma ameaça para esses indígenas desde a década de 80, quando o esgotamento do potencial pesqueiro nas regiões em que costumavam pescar começou a fazer com que eles se deslocassem rio acima rumo às terras indígenas. Eles utilizam técnicas de pescar tais com geleiras, redes e sistemas de arrastão, que prejudicam a pescaria e conseqüentemente a alimentação dos próprios indígenas. Atividade é realizada de maneira ilegal porque não foi regulamentada. Há casos em que os pescadores, para conseguirem ter acesso aos locais de boa pescaria dentro das áreas indígenas, fornecem aos indígenas produtos, entre eles bebidas alcoólicas. [43]

Os indígenas Parakanã que vivem na terra indígena Apytewa vivem situações muito problemáticas com os posseiros, que invadem suas terras em busca de ouro e de madeira, principalmente de mogno. No dia 23 de novembro de 2001 um confronto deixou várias pessoas feridas, mortas e desaparecidas. Em julho do mesmo ano uma liminar de reintegração de posse foi concedida em favor da comunidade indígena por um juiz de Marabá. O conflito poderia ter sido evitado caso a liminar tivesse sido cumprida. [44]

Os indígenas Kaiapó enfrentam muitos conflitos com os madeireiros. No início de 1999 um acordo inédito contra a exploração ilegal de madeira foi assinado por indígenas e pelo governo. No entanto, o problema não foi resolvido. Na terra indígena Baú, um grupo de 16 turistas foi seqüestrado pelos indígenas em agosto de 2000. Foram liberados quando o Ministro da Justiça lhes garantiu que sua terra seria demarcada. Nessa área, de 1,8 milhões de hectares, existem 250 fazendas. Os fazendeiros e madeireiros resistem fortemente à demarcação da área indígena. Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça suspendeu o processo de demarcação. Até agosto de 2000 a terra ainda não havia sido demarcada, apesar de o processo de demarcação continuar na justiça. [45]

Violência

Neste estado encontramos alguns casos de descontentamento e indignação dos indígenas com relação ao modelo de saúde implementado pelo governo federal em 1999, no qual as atribuições que antes eram de responsabilidade da Funai passaram para a Funasa, em um processo de municipalização e terceirização da assistência médica. Em outubro de 1999, os Xikrim protestaram contra esse modelo. Segundo eles, dois meses depois de implementado o Distrito Sanitário do local ele ainda não tinha diretor. Em maio de 2001, cerca de 111 indígenas Tembé e Kaapor ocuparam o prédio da Funai e realizaram um grande protesto contra esse modelo de assistência à saúde. Denunciaram problemas em seu Distrito Sanitário tais como o alastramento de doenças, o despreparo de funcionários, atendimentos grosseiros e humilhações. [46]

Durante os meses de outubro e novembro de 2000, ao menos oito indígenas Arawetes morreram como decorrência de um surto de catapora (doença de origem virótica chamada de varicela na linguagem médica) na aldeia Ipixuna, em Altamira, no sudoeste do estado. Dos 280 indígenas que habitam o local tem-se notícia de que pelo menos 218 teriam sido acometidos pela doença. Os idosos foram os mais atingidos. As interpretações sobre os motivos do surto são divergentes e um inquérito foi instalado pelo Ministério Público Federal para apurar as responsabilidades. Segundo a Funasa, órgão do Ministério da Saúde, a doença, de simples tratamento, se espalha rapidamente entre os indígenas devido ao fato de viverem em malocas coletivas (cada uma com 40 a 50 indígenas) e de terem baixa imunidade em decorrência de desnutrição. Para os médicos da Funasa, o que os mata não é propriamente a catapora, mas sim a infecção nas bolhas que se trans-

forma em ferida, além da desidratação. A Funai e antropólogos discordaram e afirmaram que o impacto drástico da doença se deu em função da ineficiência do convênio da Funasa com a Prefeitura de Altamira, que contratou profissionais sem experiência para tratar dos indígenas, que permitiram que indígenas doentes retornassem às comunidades e contaminassem os demais. O Conselho Indigenista Missionário concorda com a Funai e aponta casos de má utilização de recursos por parte da Funasa. Outras tribos também foram atingidas, mas não de forma tão grave quanto essa. [47]

Acesso à justiça

No dia 14 de setembro de 2000 uma sentença judicial inédita e inovadora foi proferida em favor de um povo indígena. Os indígenas Paraná ganharam na justiça a ação indenizatória que moveram contra a União e a Funai pelos danos materiais e morais causados pelo contato que tiveram com os brancos, promovido a partir de 1973, por conta da construção da Rodovia Cuiabá-Santarém. A condenação envolveu o pagamento de 4 mil salários mínimos corrigidos para os indígenas. Esses indígenas viveram uma difícil história desde que foram expulsos de suas terras. Enfrentaram abandono, doenças, mortes e transferência para o Parque do Xingu. Em 1995 começaram a voltar para suas terras e enfrentaram dificuldades, mas em 1998 conseguiram o reconhecimento delas. Nos últimos anos eles têm conseguido algumas vitórias. [48]

IDOSOS

Em 2000, havia no Pará uma população de 356.562 idosos. Entre os anos de 1991 e 2000, a população de idosos no estado aumentou de 4,9% para 5,8% da população total. [49]

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A população de portadores de deficiência (1.100.202) representa 17,77% da população do Pará. É o estado que tem a maior proporção da Região Norte, e a quarta maior proporção do Brasil. [50]

GAYS, LÉSBICAS, TRANSEXUAIS E BISSEXUAIS

Em 2000, foi registrado 1 caso de homicídio homofóbico contra um gay.[51] No mesmo ano, homossexuais foram impedidos de dançar em festa junina em Belém porque o regimento interno do concurso oficial de quadrilhas juninas proíbe que casais homossexuais dancem juntos.[52] Em 2001, aconteceram 3 homicídios homofóbicos, todos contra gays. [53]

1 Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, *Relatório – Setembro 2002*.

2 Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Pará, relatório "Análise Temporal do Ano 1998, 1999, 2000, 2001".

3 Idem.

4 Idem. A diferença entre o número total de denúncias e o número de denúncias contra policiais civis e militares deve-se à existência de denúncias contra bombeiros e agentes de trânsito.

5 Comissão Pastoral da Terra – Sul do Pará, *Dossiê sobre Torturas, Maus Tratos e Impunidade de Policiais Civis e Militares no Sul do Pará*.

6 Informações da Comissão Pastoral da Terra – Sul do Pará e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. Ver também Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Relatório – Setembro 2002.

7 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

8 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen/default.htm).

9 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e Movimento Nacional dos Direitos Humanos, *Campanha Nacional Permanente Contra a Tortura* (Brasília: MJ/SNDH e MNDH, 2002).

10 Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999*, *Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002 disponíveis no web-site da Comissão (www.cptnac.com.br).

11 Idem.

12 Idem.

13 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

14 ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 525, "Fazenda dentro da TI usava trabalho escravo".

15 *Folha de S. Paulo*, 28 de agosto de 2002, "Fiscais libertam 136 trabalhadores".

16 *Folha de S. Paulo*, 22 de outubro de 2002, "Mais 57 trabalhadores são libertados no PA".

17 Comissão Pastoral da Terra/Pará (www.cptnac.com.br/cpt/regionais/pa.htm).

18 Revista Problemas Brasileiros nº 350 Março/Abril de 2002, p. 7 a 11.

19 *Folha de São Paulo*, 03 de outubro de 2002, "170 municípios pedem proteção do Exército para votação do dia 6"; *Agência Estado*, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

20 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

21 Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Emaús (CEDECA - EMAÚS). *Violência contra Crianças e Adolescentes na Região Metropolitana de Belém - 1998 & 1999 – Dados e Reflexões sobre a Problemática*. Belém, 2001. Para constituição do número total de casos, o CEDECA-Emaús utiliza como fonte: os Conselhos Tutelares, o SOS Criança, a Secretaria de Segurança Pública (SEGUP) e o Instituto Médico Legal (IML), por entenderem que estas instituições representam os principais órgãos de denúncias contra as crianças e adolescentes.

22 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

23 Publicada no D.O.E./PA em 25 de agosto de 2000, o Ministério Público do PA recomenda "que sejam instaurados Procedimentos Administrativos objetivando, através de Termo de Conduta, a implantação, em cada Município, da política na área da Infância e Juventude. Em não havendo êxito na área administrativa, que seja adotada a medida cabível por via judicial, no sentido de que a previsão legal seja garantida".

24 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

25 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

26 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001, p 76. O Mapa traz, também, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. No Pará foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura; Comércio (Ambulante; e Varejista); Construção Civil; Extrativismo; Hotelaria; Indústria; Lavagem de Automóveis; Produção de Carvão Vegetal; Serviços Diversos (Convênios e Programas Educativos/Sociais e Guardas Mirins); Serviços e Comércio de Alimentos; e Serviços (em Madeireiras e Serrarias; e em Oficinas Mecânicas).

27 Os dados integram o estudo intitulado "O Trabalho Doméstico de Meninas de Belém" desenvolvido pelo CEDECA-Emaús e tem trechos divulgados no site da organização (www.emauscrianca.org.br - seções: "Agência de Notícias" e "Dados e Pesquisas"). Foram pesquisadas inicialmente 255 meninas trabalhadoras domésticas. Posteriormente fez-se uma análise mais pormenorizada de jovens entre 13 e 20 anos, elegendo-se uma amostra da qual foram entrevistadas 16 meninas da rede pública de ensino. A pesquisa indica que os direitos das meninas são violados com: "agressão física, verbal, discriminação, exploração, constrangimento, opressão, assédio sexual cerceamento da liberdade, da comunicação, humilhação, violência psicológica, negligência, crueldade, constrangimento, tratamento desumano, ferindo os artigos. 5º, 16º, 17º e 18º do Estatuto da Criança e do Adolescente".

28 Coletânea de anúncios de ofertas de empregos realizada pelo falecido Juiz da Infância e Juventude, Paulo Frota, continham os seguintes dizeres: "Precisa-se de babá com idade entre 10 e 40 anos, que durma no emprego, não estude e goste de criança" e "Precisa-se de uma moça de 12 a 17 anos, com referência, que durma no emprego, que não esteja estudando, com folga quinzenal e que goste de criança" (ambos os anúncios são de setembro de 1999) – Revista do UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. *Maria Maria – Trabalhadoras Domésticas: Quem são e o que pensam*, ano 4, nº4, Brasília, 2002, p. 32-40.

29 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). O índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

30 Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, *IV Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas FEBEMs e congêneres: O sistema Febem e a produção do mal*, Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 200.

31 Art.124, VI e VII do Estatuto da Criança e do Adolescente.

32 CEDECA-Emaús (www.emauscrianca.org.br).

33 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

34 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório da pesquisa disponível no web-site da entidade(www.mj.gov.br/sedh/cndm).

35 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

36 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

37 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

38 Esses indígenas, que vivem no Pará e em outros estados, estão distribuídos da seguinte forma: junto com o Amazonas há um povo com 7134 indígenas; junto com o Amazonas e Roraima há um povo com 2020 indígenas; junto com o Mato Grosso há 3 povos, somando um total de 7508 indígenas; junto com Mato Grosso e Tocantins há um povo com 2500 indígenas; e junto com Roraima há um povo formado por não se sabe quantos indígenas. Informação disponível no web-site da entidade (www.socioambiental.org).

39 Conselho Indigienista Missionário (www.cimi.org.br).

40 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

41 Uma delas em conjunto com os estados do Amazonas e de Roraima.

42 Uma delas em conjunto com o Mato Grosso.

43 Instituto Sócio-Ambiental, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 526-7; *O Liberal*, 17 de abril de 1999, "Roubo de madeira"; ISA/ abr/99, "Operação surpreende madeireiros na TI"; ISA, 30 de maio de 2000; "Morte de Arara leva pescadores à prisão"; ISA, fev/99, "Pescadores voltam a invadir TI"; ISA. Ago/99, "Madeireiro em TI é amparado por liminar".

44 Conselho Indigienista Missionário, Informe n.º 489, de 29 de novembro de 2001.

45 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 506 (Últimas Notícias/ISA, 04 de fevereiro de 1999, "Governo e Kayapó assinam acordo contra madeira ilegal"); p. 514-515 (OESP, 04 de agosto de 2000, "Ministro manda demarcar TI; OESP, 05 de agosto de 2000, "E reféns são liberados"; *O Liberal*, 08 de agosto de 2000, "PF quer impedir reação de fazendeiros à demarcação"; *O Liberal*, 23 de agosto de 2000, "Demarcação é suspensa").

46 Conselho Indigienista Missionário, Informe n. 460, de 10 de maio de 2001; e ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 517-9 (*O Liberal*, 29 de fevereiro de 1999, "Xikrin protestam contra mudanças na política se saúde").

47 Conselho Indigienista Missionário, Informe n.º 438, de 23 de novembro de 2000; ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 530-2 (*Últimos Segundos/IG*, 04 de novembro de 2000, "Catapora mata 4", *Últimos Segundos/IG*, 04 de novembro de 2000, "Malocas, alimentação precária e falta de higiene", *Notícias Sociambientis/ISA*, 09 de novembro de 2000, "Quem vai segurar o rescaldo da crise?", *Últimos Segundos/IG*, 14 de novembro de 2000, "Funasa e Cimi divergem sobre aplicação de recursos").

48 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000,* "Os Paraná consolidam o retorno", p. 491-494.

49 IBGE, Censo Demográfico 2000. (www.ibge.gov.br).

50 Idem.

51 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

52 Idem.

53 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil.* Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

RONDÔNIA

O Estado de Rondônia, situado no sudoeste da Região Norte, faz divisa com os estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso, e com a Bolívia. Sua capital é Porto Velho e as principais atividades econômicas são a agricultura (café, cacau, arroz, mandioca, milho) e o extrativismo vegetal e mineral (borracha, madeira, minérios, inclusive cassiterita). O estado atraiu muitos migrantes de outras regiões do país nas décadas de 1960 e 1970, para trabalhar na agro-pecuária, extração da madeira e mineração, devido à distribuição de terras promovida pelo governo federal. Criado em 1943 como Território Federal de Guaporé, tornou-se Território Federal de Rondônia em 1956. Finalmente, em 1981, Rondônia deixou de ser território federal e passou a condição de estado.

Depois do Pará, Rondônia é o estado da Região Norte com o maior número de conflitos rurais e o segundo maior número de trabalhadores em situação de escravidão. O estado apresenta problemas graves no sistema prisional, exemplificados pela situação do Presídio de Urso Branco, no qual as autoridades, ainda que alertadas por instituições nacionais e internacionais do que estava por acontecer, não agiram no sentido de evitar uma série de rebeliões e mortes.

As violações de direitos humanos e a fragilidade das instituições do sistema de segurança e justiça agravam o quadro de violência no estado, fazendo com que Rondônia seja um dos estados que tem maior índice de violência fatal na Região Norte e no País. A gravidade da situação do estado pode ser percebida através do elevado número de homicídios por 100 mil habitantes. Enquanto a taxa média na Região Norte é de 18,7 homicídios por 100 mil habitantes, em Rondônia ela chega a 34,9. [1]

VIOLÊNCIA POLICIAL E TORTURA

Em 2002, as corregedorias das polícias civil e militar e da superintendência de assuntos penitenciários receberam 11 denúncias de prática de tortura, que deram origem a 14 sindicâncias administrativas, 4 processos administrativos e 14 inquéritos policiais, sobre a atuação de 27 policiais e 6 agentes penitenciários. Nenhum policial ou agente penitenciário foi até agora punido pela prática de tortura. [2]

SISTEMA PENITENCIÁRIO E UNIDADES FECHADAS

Rebeliões e tentativas de fugas aconteceram constantemente no Presídio Urso Branco, no qual eram mantidos presos provisórios e condenados, sem atendimento médico, assistência jurídica e o mínimo respeito aos seus direitos. Não havia nem mesmo registro oficial da população carcerária, que superava em duas vezes a capacidade do presídio. Dezesseis detentos morreram entre novembro de 2000 e setembro de 2001, dos quais três foram assassinados por outros detentos durante uma rebelião, em novembro de 2000, e um foi assassinado por policiais quando tentava fugir. Todos os outros foram assassinados em conflitos internos entre presos. Seis foram assassinados em um só dia, em 12 de setembro de 2001. [3]

Em janeiro de 2002, uma rebelião resultou na morte de 27 detentos no Presídio Urso Branco. Em 14 de março, medidas cautelares foram solicitadas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) visando equacionar os aspectos mais emergenciais da questão. As medidas determinadas pela Comissão ao Governo Federal, medidas protetivas para evitar novas mortes no presídio, não foram completamente efetivadas, e mais 10 presos foram executados. As novas mortes motivaram a CIDH a encaminhar o pedido de Medidas Provisionais à Corte Interamericana de Direitos Humanos, instância máxima do Sistema

Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, exigindo que o Governo Federal cumprisse suas determinações. [4]

O estado tem 24 unidades prisionais. Entre estas, 11 são casas do albergado e uma é colônia agrícola, que a princípio são adequadas ao cumprimento de regime aberto e semi-aberto. Mas o número de vagas destinadas ao cumprimento de pena nestes regimes (217) é insuficiente para o número de presos que estão cumprindo pena (749). O número total de vagas existentes no sistema prisional é de 1.391 para uma população carcerária de 3.052 pessoas detidas. O número de presos é mais que o dobro do número de vagas disponíveis, caracterizando um problema grave de superlotação. [5]

VIOLÊNCIA RURAL

Rondônia registrou 18 casos de conflito de terra em 1999, 14 em 2000, 14 em 2001 e 17 casos entre janeiro e agosto de 2002. O número de pessoas envolvidas caiu de 11.129 em 1999 para 6.060 em 2000 e 5.695 em 2001, mas voltou a subir para 13.939 entre janeiro e agosto de 2002. Depois do Pará, Rondônia é o estado com maior número de conflitos e de pessoas envolvidas em conflitos rurais na Região Norte. [6]

Desde 1999, segundo a Comissão Pastoral da Terra, foi registrado apenas um caso de assassinato em decorrência dos conflitos rurais, em 2002. Mas, segundo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, dois trabalhadores do assentamento Paulo Freire, município de Brasilândia, vizinho à área de conflito, foram assassinados por pistoleiros da Fazenda Glads, em 2001. [7]

TRABALHO ESCRAVO

Em 1999, a Comissão Pastoral da Terra registrou a presença de 28 trabalhadores em condição análoga a de escravo, no município de Chupinguaia. Constatou, ainda, a presença de 19 trabalhadores em condição análoga a de escravo, no mesmo município, entre janeiro e agosto de 2002. [8]

Em 2000, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou uma operação em Rondônia, mas não houve registro de trabalhadores encontrados em situação degradante ou análoga à escravidão. [9]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

O jornalista Renato Quintino da Silva, que escrevia para o jornal "Cone Sul" em Espigão do Oeste, sofreu ameaças de morte após ter divulgado na imprensa possíveis atos de improbidade administrativa cometidos pelo presidente da Câmara dos Vereadores, Edson Messias do Vale, e pelo prefeito da cidade, Arlindo Dettman. Como conseqüência de suas reportagens, o Ministério Público começou a investigar os fatos, o que resultou na determinação da justiça de afastamento do prefeito e em duas ações contra o presidente da Câmara. As ameaças foram tantas que o jornalista teve que se mudar para outro estado do país em busca de segurança. [10]

Quinze municípios desse estado receberam a proteção das Forças Armadas nas eleições realizadas no dia 27 de outubro de 2002. [11]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em Rondônia, o número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 146 para 157 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 51,8 em 1998 para 53,4 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil, que era de 52,8 em 2000, fazendo de Rondônia o estado da Região Norte com menor vulnerabilidade para a faixa de jovens entre 15 e 24 anos e um dos menores do Brasil, cuja taxa nacional de vitimização juvenil, em 2000, era de 92,7. [12]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, somente 29 dos 52 municí-

pios contavam com Conselhos Tutelares. Isso significa que no Estado ocorria um flagrante descumprimento do ECA. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos, a situação era melhor, porém em 16 cidades não estavam instalados. [13]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 24 originaram-se no Estado de Rondônia. Deste total, metade delas (12) foram feitas no 1º semestre de 2002. [14]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham origem no Estado de Rondônia quatro rotas, sendo que todas elas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [15]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente mostra que em 1999 havia 9.528 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado de Rondônia. Porém, cabe salientar, que assim como outros Estados da Região Norte, o Mapa não traz informações sobre o trabalho da população infanto-juvenil de Rondônia residente em área rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: 1º Comércio (3.528), 2º Indústria de Transformação (3.177), 3º Prestação de Serviços (1.764) e 4º Agropecuária (1.059). Ademais, 4.234 (44,44%) eram empregados, 2471 não recebiam remuneração e 1.764 eram domésticos. [16]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado de Rondônia tinha, em março de 2002, 195 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida e, no mês de junho, 24 em internação e 25 em internação provisória. Deste total de 49 jovens em privação de liberdade, havia somente quatro do sexo feminino. [17]

Com um índice de liberdade assistida de 8,13, o Estado se coloca entre os três primeiros Estados do Brasil que proporcionalmente mais aplicam a medida em meio aberto.[18] Assim, como em Alagoas e Goiás, o Poder Judiciário de Rondônia, ao que parece, ao menos no momento da aplicação de medida sócio-educativa, está colocando em prática o princípio da excepcionalidade da medida de internação.

Contudo, Rondônia vem descumprindo as determinações do ECA, devido à não aplicação da medida de semi-liberdade.

MULHERES

Na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher e da Família de Porto Velho, foram registradas 2.366 ocorrências de violência contra mulheres no ano 2000, a maior parte delas referentes a lesões corporais e ameaças. Foram 952 ocorrências de leão corporal (40,2%), 713 ameaças (30,1%), 6 tentativas de homicídio (0,3%), 6 maus tratos (0,3%) e 11 vias de fato (0,5 %). Quanto aos crimes que envolvem violência sexual, foram 5 ocorrências de atentado violento ao pudor (0,2 %), 43 de estupro (1,8%) e 8 tentativas de estupro (0,3%). Em 2001, também predominaram as ocorrências de lesão corporal e ameaça. Das 2.140 ocorrências de violência contra mulheres registradas, 853 foram lesões corporais (39,8%), 776 ameaças (36,3 %), 2 tentativas de homicídio (0,1%), e 2 vias de fato (0,1%). Quanto aos crimes que envolvem violência sexual, foram 3 ocorrências de atentado violento ao pudor (0,1%), 21 estupros (1,0%) e 9 tentativas de estupro (0,4%). [19]

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou a existência de cinco rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração se-xual comercial, sendo que quatro rotas também envolviam crianças e adolescentes. [20]

Em Rondônia, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 4,3 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representam 9,4% das vítimas de homicídios no estado. [21]

Na capital Porto Velho, o número de ocorrências de estupro registradas pela polícia aumentou de 25 em 1999 para 26 em 2000 e 59 em 2001. O número de ocorrências de atentado violento ao pudor aumentou de 76 em 1999 para 88 em 2000 e diminui para 62 em 2001. [22]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (711.330) representa 51,55% da população do estado, proporção inferior à média da Região Norte. Na população afro-descendente, 4,67% se declararam negros e 46,88% pardos. [23]

INDÍGENAS

Rondônia tem uma população de pelo menos 5.237 indígenas, distribuídos em 23 povos indígenas. Além disso, conjuntamente com outros estados, também abriga outros 3 povos indígenas, totalizando uma população de 2.446 indígenas.[24] Estima-se que tenha a 18ª maior população indígena do país. [25]

O Estado tem 21 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [26]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	3
Com restrição de uso	1
Identificadas / Aprovadas pela Funai	1
Declaradas	1
Homologadas	2
Registradas	13

Pelo menos durando os últimos vinte anos, os indígenas Uru-Eu-Wau-Wau tiveram suas terras invadidas por posseiros. Incitados por madeireiros, proprietários de terra e políticos locais, invadem áreas indígenas, retiram madeira e abrem pastos. Invasões e desocupações se intercalam no local há vários anos, sendo que o clima permanece sendo de tensão e insegurança. Durante o mês de maio de 2001, a Funai, o Ibama, a Política Federal e o Ministério Público Federal realizaram uma ação conjunta de desintrusão da área na qual retiraram cerca de 80 pessoas. No entanto, logo depois de se retirarem no local, os posseiros retornaram, razão pela qual os indígenas se organizaram e os expulsaram de lá. [27]

Assim como no Estado do Mato Grosso, os indígenas Cinta-Larga têm enfrentado sérios problemas decorrentes da extração de madeira e do garimpo presentes em suas terras, situadas na divisa entre os dois estados. [28]

IDOSOS

Em Rondônia, em 2000, o número de idosos era de 72.062.[29] Seguindo a tendência nacional, mas com o ritmo mais acelerado entre todas as unidades federativas, a população de idosos em Rondônia passou de 3,8% da população total em 1991 para 5,2% em 2000.

MIGRANTES

A população de migrantes (181.479) representa 13,15% da população do estado de Rondônia.[30] É o estado em que tem a quinta maior população de migrantes do país, proporcionalmente à população, menor apenas que a de Roraima, Amapá, Tocantins e Distrito Federal.

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS

Apenas 1 caso de homicídio homofóbico foi registrado no estado, contra gay, no ano 2000. [31]

1 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH; 2002).

2 Governo do Estado de Rondônia, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

3 Salla, Fernando e outros, "Situação da Violação dos Direitos Humanos no Sistema Penitenciário Brasileiro" (Rio de Janeiro: Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional – CEGIL, 2002).

4 Informações mais detalhadas no capítulo "O Sistema Internacional e a Situação dos Direitos Humanos no Brasil".

5 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

6 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999*, *Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

7 Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, *Relatório Brasil 2001 – Violência no Campo*.

8 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999*, e relatório com dados de janeiro a agosto de 2002 no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

9 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

10 Material recebido do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Ministério da Justiça.

11 *Agência Estado*, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

12 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

13 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

14 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

15 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

16 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 25. O Mapa traz, também, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Em Rondônia foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Catadores de Lixo; Comércio Ambulante; Cultura (do Cacau; e do Café); Extração de Cassiterita; Guardadores de Carro; Serviços Diversos (Convênios e Programas Educativos/Sociais e Guardas Mirins); Serviços e Comércio de Alimentos; Serviços (de Engraxate; em Cerâmicas e Olarias; e em Madeireiras) e Venda de Jornais.

17 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

18 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

19 Governo do Estado de Rondônia, Secretaria de Estado da Segurança Pública – Departamento Geral da Polícia Civil, Delegacia de Defasa da Mulher. Dados enviados pela *Casa 8 de Março* de Porto Velho/RO.

20 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – (Coordenação Nacional). *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial*. Brasília, 2002.

21 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

22 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

23 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

24 Esses indígenas, que vivem em Rondônia e em outros estados, estão distribuídos da seguinte forma: junto com o Amapá há um povo com 269 indígenas; e junto com o Mato Grosso há dois povos, somando um total de 2.177 indígenas.

25 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 5.869 ind.

26 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

27 Informações retiradas do site do ISA (www.socioambiental.org), em artigo intitulado "Índios Uru-Eu—Wau-Wau expulsam posseiros de suas terras", de 04 de julho de 2001.

28 Estado do Mato Grosso.

29 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

30 Idem.

31 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

RORAIMA

O Estado de Roraima, situado ao norte da Região Norte, faz divisa com os estados do Amazonas e Pará, e com a Venezuela e Guiana. Sua capital é Boa Vista e sua economia é baseada na agricultura, pecuária e extrativismo (madeira, ouro, diamantes, cassiterita). Antes de ser transformado em estado federal, com a promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988, Roraima havia sido parte do Estado do Amazonas, transformado em Território Federal do Rio Branco em 1943 e Território Federal de Roraima em 1962.

Roraima é o estado do país que conta com a maior proporção de indígenas em relação ao total da população, sendo que 42% do território são ocupados por terras indígenas. A Terra Raposa do Sol vem sendo a atual protagonista dos mais sérios conflitos. São muitos os casos de violências, inclusive fatais, que ocorrem nesse local, freqüentemente invadido por garimpeiros, colonos, rizicultores e policiais do exército. É também polêmica a recente construção de um quartel militar dentro de uma aldeia indígena, o que pode contribuir para o agravamento de problemas como o da prostituição e do alcoolismo.

Além disso, Roraima é um dos Estados da Região Norte que tem maior índice de violência fatal, o que pode ser percebido através das taxas de homicídio do estado. Enquanto a taxa média da região é de 18,7 homicídios por 100 mil habitantes, nesse estado ela é de 34,9.[1] É, ainda, o estado que tem a maior taxa de homicídios contra mulheres no país. Em 2000, 17,2% das vítimas de homicídio eram mulheres, sendo que a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 13,9 por 100 mil habitantes. [2]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, não há problema grave superlotação nas unidades prisionais de Roraima. Se considerarmos o número total de presos e número total de vagas, havia 51 vagas não ocupadas em setembro de 2002. No que diz respeito à adequação entre os locais que os detentos estão cumprindo a pena e o regime determinado pela mesma, o estado respeita as garantias determinadas pela Lei de Execução Penal. O regime aberto dispõe de 162 vagas, onde atualmente encontram-se 62 detentos cumprindo esse regime. No regime semi-aberto, são 50 vagas para 37 presos. O número de presos cumprindo o regime fechado (294), entretanto, é superior ao número de vagas disponíveis para esse regime (228). [3]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Os 15 municípios desse estado receberam apoio do Exército nas eleições realizadas no dia 06 de outubro de 2002. O motivo foi a dificuldade de locomoção dos eleitores. [4]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em Roraima, o número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 45 para 53 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 69,8 em 98 para 75,7 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a serem mortos é a taxa de vitimização juvenil. Em 2000, era de 91,9, o que faz de Rondônia o Estado da Região Norte com a maior taxa de vulnerabilidade para a faixa de jovens entre 15 e 24 anos, índice próximo ao da taxa nacional de vitimização juvenil, que era de 92,7 em 2000. [5]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até o final do 1º semestre de 2002, somente 6 dos 15 municípios de Roraima contavam com Conselhos Tutelares e 13 com Conselhos

Municipais de Direitos.[6] Em um estado com tão poucos municípios, o flagrante descumprimento do ECA, no que se refere a implantação desses órgãos, é reforçado pelo fato da criação não significar que haja estrutura para um bom desenvolvimento das funções atribuídas aos Conselhos. A falta de estrutura é um problema que atinge grande parte dos Conselhos instalados no Brasil e em Boa Vista. Tais problemas vêm dificultando o trabalho dos Conselheiros Tutelares, que vêem recebendo aproximadamente mil denúncias por mês (muitas delas de maus tratos e espancamento), e "se vê obrigado a arquivar os processos". [7]

Exploração sexual

Não há qualquer denúncia oriunda do estado de Roraima registrada no sistema nacional de combate à exploração sexual infanto-juvenil. Cabe salientar, que este fato não significa que não haja exploração sexual.[8] A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial identificou 10 rotas de tráfico de crianças e adolescentes que tinham sua origem em Roraima, sendo que nove delas envolviam tráfico também de mulheres com idade superior a 18 anos. [9]

O Conselho Tutelar de Boa Vista, em fevereiro de 2002, encaminhou representação ao Ministério Público denunciando a rede de prostituição infanto-juvenil instalada na cidade de Boa Vista, cujas vítimas têm idade entre 8 e 17 anos. Somente nos quatro meses iniciais de 2001, o Conselho descobriu e recebeu denúncias de 36 crianças e adolescentes prostituídas. No relatório produzido, verifica-se o envolvimento de pessoas "do mais alto escalão da sociedade (como políticos, médicos, advogados e militares, entre outros)". Relatam, ainda, a "questão do tráfico de escravas brancas – meninas que vêm normalmente de Manaus e de Belém – para a Venezuela. Esse tráfico seria fomentado por americanos e venezuelanos, com a ajuda de brasileiros".

Em razão das denúncias e conseqüente aumento da fiscalização e repressão à prostituição infanto-juvenil - envolvendo ações do Ministério Público, da Polícia Federal e de outros órgãos-, os membros do Conselho Tutelar passaram a ser ameaçados. Em julho de 2002, o presidente licenciado do Conselho, Antônio Leandro da Fonseca Farias, foi seqüestrado por dois homens e só não foi executado porque a arma utilizada falhou. Antes de ser libertado, os seqüestradores lhe avisaram "para parar de falar em prostituição". [10]

Trabalho infanto-juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 2.163 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no estado de Roraima. Cabe salientar, porém, que assim como outros estados da Região Norte, o Mapa não traz informações sobre o trabalho da população infanto-juvenil de Roraima residente em área rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Prestação de Serviços (927) e Indústria de Transformação (618). Ademais, 927 eram empregados, 618 domésticos, 309 exerciam atividade por conta própria e 309 não recebiam remuneração. [11]

Segundo dados veiculados no jornal Folha de Boa Vista, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), no Estado de Roraima, fornece a crianças e adolescentes, entre 7 e 14 anos, uma bolsa no valor de R$ 40,00 e, em contrapartida, os beneficiários devem estudar regularmente e praticar atividades culturais, esportivas e psicossociais. O PETI atendia 700 crianças e adolescentes em 2001 e, um ano após, os beneficiários somavam 3.560. As entidades que atuam no combate ao trabalho infanto-juvenil indicam que o Programa tem "sido a grande mola, para o salto de qualidade nos encaminhamentos das crianças engraxates". Além das atividades e da obrigatoriedade da presença na escola, a fiscalização constante tem servido para que o trabalho infanto-juvenil seja reduzido. [12]

Medidas sócio-educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente

da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado de Roraima tinha, em março de 2002, 167 adolescentes em medida sócio-educativa de liberdade assistida e, no mês de junho, 32 em internação (sendo todos os privados de liberdade do sexo masculino). Roraima se destaca pela alta porcentagem de adolescentes em regime de liberdade assistida, com um índice de 5,22. [13]

Em junho de 2002, não havia nenhum adolescente inserido na medida de semiliberdade, tampouco sob internação provisória, o que se justificava pelo flagrante descumprimento a adequação imposta pelo ECA, uma vez que não existia no estado unidades para o cumprimento destas medidas. Deve-se, por outro lado, destacar o fato de existir em Roraima, algumas estruturas e serviços que em outros Estados não há, tais como: Delegacia de Defesa da Infância e Juventude com funcionamento 24 horas, coordenado por equipe interdisciplinar, Defensoria Pública atuante desde o momento da apreensão em flagrante e Ministério Público com atuação inclusive no final de semana.

Na execução das medidas sócio-educativas, em especial a de internação, o Centro Sócio-Educativo Homero de Souza Cruz Filho tornou-se entre os anos de 1999 e 2001 - com o Programa Cidadania Ativa - uma referência para os demais estados do Brasil quando, no ano de 2000, recebeu o Prêmio Sócio-Educando.[14] Com atividades de grupo, que reúne adolescentes, família e comunidade, o Programa premiado aumentou significativamente o envolvimento de todos na vida dos jovens internados, colaborando, assim, para o desenvolvimento do processo sócio-educativo.

Não se pode esquecer, também, que o Sistema de Justiça de Roraima colabora para o sucesso no tratamento das questões relativas aos adolescentes em conflito com a lei. Idealizado e implantado pelo Juiz Mauro Campello em 1999, na Vara da Infância e Juventude de Boa Vista, o Programa Justiça Dinâmica (também agraciado com o Prêmio Sócio-Educando no ano de 2000) envolve as Polícias (Militar e Civil), o Ministério Público, o Juizado da Infância e Juventude, Entidade de Atendimento Sócio-Educativo e a Ordem dos Advogados do Brasil/RR.

Apesar de todas essas ações positivas, no mês de agosto de 2002, houve um incidente no Centro Sócio-Educativo, em que dois internos atearam fogo em colchões da unidade. Conforme nota do Desembargador Mauro Campello, este fato poderia ser uma resposta a algumas mudanças negativas que estavam em curso na instituição. Cita o desembargador que as alterações implicavam: na transformação do modelo arquitetônico da unidade, que voltava a ter características de cadeião; na falta de treinamento e capacitação permanente dos funcionários; e na possível ausência de atividades lúdicas e culturais. [15]

MULHERES

De 1999 para 2001, houve aumento significativo no número de estupros registrados pela polícia. Em Boa Vista, a polícia registrou 36 ocorrências de estupro e 36 de atentado violento ao pudor em 1999, 29 estupros e 22 atentados violentos ao pudor em 2000, e 71 estupros e 28 atentados violentos ao pudor em 2001. [16]

Em 2002, houve um grande aumento do número de registros de crimes na Delegacia da Mulher, atribuído pela delegada responsável tanto ao aumento da violência quanto ao aumento das denúncias apresentadas pelas mulheres. O número de ocorrências registradas na Delegacia da Mulher aumentou de 667 em 1999, para 1.379 em 2000, 1.258 em 2001 e 20.320 entre janeiro e novembro de 2002. [17]

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial constatou a existência de nove rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial com origem no estado, sendo que todas as rotas também envolviam crianças e adolescentes. [18]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (220.306) representa 67,91% da população do estado, proporção supe-

rior à média da Região Norte. Na população afro-descendente, 3,46% se declararam negros e 64,45% pardos. [19]

INDÍGENAS

Roraima tem uma população de 24.683 indígenas, distribuídos em seis povos indígenas. Além disso, conjuntamente com outros estados, também abriga outros quatro povos indígenas, totalizando uma população de pelo menos 14.651 indígenas.[20] [21] Estima-se que seja o Estado que tem a 3ª maior população indígena do país, perdendo somente para Amazonas e Mato Grosso do Sul.[22] É, ainda, o Estado com a maior proporção da população indígena do país, sendo que 6,45% da população local se declara indígena. [23]

O Estado tem 30 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [24]

Situação	N.º Terras Indígenas
Em identificação	2[25]
Identificadas / Aprovadas pela Funai	1
Declaradas	6
Homologadas	4
Registradas	17

Segundo o Conselho Indígena de Roraima (CIR), 42% da extensão territorial deste Estado é de terra tradicional indígena. São muitos os conflitos em torno da terra vivenciados pelos indígenas, tanto em decorrência da presença de invasores quanto de outros conflitos.

Raposa do Sol

O local em que ocorreram os maiores conflitos nos últimos anos foi a Terra Indígena Raposa do Sol (também chamada de Serra do Sol). Habitada pelos indígenas Makuxi, Ingarikó, Wapixana, Taurepang e Patamona, e totalizando uma população de cerca de 12 mil pessoas, divididos em 100 aldeias, essa área, ainda não homologada, é constantemente invadida por garimpeiros, colonos, rizicultores, policiais e oficiais do exército.

Em 1995 o município de Uiramutã e Pacaraima foi ilegalmente criado na terra indígena, trazendo junto disseminação de bebidas alcoólicas, prostituição, drogas, abusos de autoridades, agressões físicas, torturas, loteamento de terras e ampliação das invasões. Além disso, as presenças também ilegais de vilas (nas antigas bases de apoio ao garimpo) trazem doenças, poluem a água e agridem o meio ambiente, e a constante presença da Polícia Militar, que freqüentemente persegue lideranças, prende ilegalmente, espanca e tortura indígenas.

A presença de rizicultores também é problemática, pois para plantar arroz, necessitam desmatar o local e utilizar agrotóxicos, que poluem as águas dos rios, matando a fauna local.

Atualmente, outro problema enfrentado pelos indígenas da Raposa do Sol está relacionado com a reativação do Programa Calha Norte, plano militar desenvolvido na época da ditadura para ocupar e integrar a Amazônia ao resto do país. Contra a vontade dos indígenas, estão construindo um quartel militar dentro da Aldeia Macuxi do Uiramutã. A construção desse aparato militar tende a trazer para o local problema como a propagação de bebidas alcoólicas, abusos sexuais, prostituição, várias formas de terrorismo e desorganização da cultura local. Além disso, já existem duas unidades militares no interior da área. Desde o final do ano de 2000, os indígenas vêm enfrentando uma intensa batalha jurídica em torno da questão, quando as primeiras máquinas de terraplanagem chegaram ao local, e a posterior conquista dos indígenas de uma primeira liminar suspendendo as obras.

Há casos de indígenas que foram assassinados, sofreram tentativas de homicídio e foram espancados e torturados ao longo dos últimos anos. Em fevereiro de 1999, o índio Reman Almeida André foi encontrado morto com uma rede enrolada em seu pescoço, o índio Paulo José de Souza foi baleado e o missionário Egon Rech foi esfaqueado por posseiros. Em julho do mesmo ano, o índio Altevar Silva de Almeida, de 17 anos, foi morto por moradores da cidade de Normandia com pontapés, garrafadas e contes com gargalo de garrafa.

Em 2000, o índio José Maria dos Santos foi

humilhado, espancado com socos, pontapés e torturado de outras formas por policiais militares, que queriam que ele confessasse um crime. Como conseqüência do ocorrido, sofreu um politraumatismo e apresentou problemas clínicos como amnésia e surdez parcial, ocasionada pela ruptura de um tímpano.

No início de 2001, o índio Moacir Daniel da Silva foi esfaqueado por um ex-vaqueiro e o índio Luiz de Lima foi espancado por homens embriagados. Ao longo do ano, dois indígenas sofreram tentativas de homicídio. Outros dois indígenas foram vítimas de torturas praticadas por policiais.

Nesses anos também ocorreram outros casos de ameaças e violências contra os indígenas. Além disso, ocorreram também casos de abordagens dos indígenas pelos policiais, de provocações de incêndios, de furtos de gado, de extração e destruição de madeira, de invasões de garimpeiros, de explorações turísticas ilegais, de disseminação de bebidas alcoólicas, de desmatamentos e emprego de agrotóxicos por parte de arrozeiros e etc. [26]

Violências

A terra indígena Yanomami, tem sofrido muitas invasões por parte de garimpeiros, madeireiros, pescadores, militares e fazendeiros, esses últimos muitas vezes atuando no sentido de viabilizar as atividades nos garimpos. Em setembro de 2000, estimava-se haver entre mil e quatro mil garimpeiros no local. Suas presenças trazem problemas sociais, ambientais e culturais para os indígenas, além de trazerem doenças tais com a malária e doenças sexualmente transmissíveis, resultantes também da prostituição. Além das tensões e conflitos entre eles e os indígenas, há também as tensões internas ao grupo dos indígenas que resultam da situação, já que há aldeias que se opõe ao garimpo e há aldeias que se aliam aos garimpeiros, muitas vezes porque recebem em troca presentes e armas de fogo. Há notícia de que pelo menos 4 indígenas morreram no ano de 2000 em decorrência desses conflitos. [27]

Em novembro de 2000, foi lançado o livro Trevas no Eldorado. A obra é resultante de muitos anos de pesquisas que denuncia a coleta de amostras de sangue em várias aldeias Yanomamis na Venezuela e no Brasil pelo geneticista James Neel e pelo antropólogo Napoleon Chagnon entre 1967 e 1968. Essa é uma entre as várias acusações que sofreram em decorrência das viagens que faziam pelo meio das aldeias indígenas, nem sempre recebiam o consentimento da Funai. Davam aos indígenas pequenas coisas materiais em troca de seu sangue. Em abril de 2002, líderes Yanomamis foram a um seminário nos Estados Unidos reivindicar a devolução das amostras de seu sangue, que se encontram armazenadas em pelo menos cinco instituições de pesquisas americanas. [28]

Boas Práticas

Nesse Estado, percebemos uma tendência oposta à dos outros estados do Brasil. Ao contrário da situação de muitos outros estados, em que indígenas criticam a descentralização e terceirização da saúde, em Roraima há notícias de experiências muito bem sucedidas nessa área. A entrega dos cuidados com a saúde dos Yanomamis a Oraganização Não-Governamental Uriki tem trazido ótimos resultados. A mortalidade de crianças com menos de um ano de idade caiu de 197,4 para cada mil nascidos vivos em 1998 para 38,4 em 2002, sendo que a redução no índice de mortalidade geral foi de 50%. Os casos de malária diminuíram de 4.152, em 1998, para 55 em 2000 (até setembro). Sendo responsável por cuidar de 45% dos 12.765 indígenas Yanomamis do país, uma equipe de 150 pessoas fica ininterruptamente na área indígena. O êxito de seu trabalho é também resultado da realização a sistematização dos atendimentos, da aplicação de métodos básicos de cuidados com a saúde e da diagnosticação precoce das doenças, o que não era feito antes. Além disso, são também oferecidos para os indígenas programas para a formação de microscopistas e agentes de saúde, sendo que, até setembro de 2002, 30 indígenas já haviam sido capacitados. [29]

IDOSOS

Roraima tinha, em 2000, uma população de 13.128 idosos.[30] A proporção das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos na população, apesar de ser a menor do Brasil, cresce em relação às demais faixas etárias da população, passando de 3,3% em 1991 para 4% no ano 2000.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Em Roraima, há aproximadamente 37.721 portadores de deficiência, que representam 11,63% da população do estado.[31] Os portadores de deficiência estão organizados em cinco associações, todas elas situadas na capital do estado, Boa Vista, entre elas a Associação dos Deficientes Físicos de Roraima. [32]

MIGRANTES

A população de migrantes (81.087) representa 25% da população do estado de Roraima. É o estado em que tem a maior população de migrantes do país, proporcionalmente à população. [33]

A transformação de Roraima de território federal em estado e a construção de prédios da administração pública, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, incentivaram o fluxo de migrantes para o estado, provenientes de outros estados da Região Norte e da Região Nordeste. Em 1999, a pavimentação total da BR 174, que liga Manaus à Boa Vista e esta a fronteira internacional, contribuiu para atrair migrantes e para o crescimento da população urbana em Boa Vista e Pacaraima (cidade na fronteira com a Venezuela). [34]

1 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH; 2002).

2 Idem.

3 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

4 *Folha de São Paulo*, 03 de outubro de 2002, "170 municípios pedem proteção do Exército para votação do dia 6".

5 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

6 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

7 Notícia disponível no web-site da ABMP, consultada no dia 16 de maio de 2002 (www.abmp.org.br.).

8 Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intrafamiliar e extra-familiar) e exploração sexual comercial – compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia.

9 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

10 *A Crítica*. AM, 26 de julho de 2002, p. C8.Notícia disponível no web-site da ABMP (www.abmp.org.br)

11 Ministério do Trabalho e Emprego. *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente*. Brasília, 2001, p 80. O Mapa traz, também, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Em Roraima foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura; Comércio Ambulante; Extração Vegetal; e Serviços (Diversos; Domésticos; em Marcenarias; em Olarias; e em Serrarias).

12 *Folha de Boa Vista*, 23 de fevereiro 2002 . Notícia disponível no web-site da ABMP (www.abmp.org.br)

13 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). O índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

14 O Prêmio Sócio-Educando, é um projeto desenvolvido pela ANDI, ILANUD em que se são destacadas experiências positivas na efetivação do estatuto da Criança e do adolescente.

15 Nota do Desembargador Mauro Campello às notícias publicadas nos jornais Folha da Boa Vista e Brasil Norte. Disponível no Site da ABMP (www.abmp.org.br).

16 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

17 Relatório enviado à Comissão Teotônio Vilela pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Roraima.

18 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

19 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

20 Esses indígenas, que vivem em Roraima e em outros estados, estão distribuídos da seguinte forma: junto com o Amazonas há dois povos, somando um total de com

12631 indígenas; junto com o Amazonas e o Pará há um povo com 2.020 indígenas; e junto com o Pará há um povo, formado por não se sabe quantos indígenas.

21 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

22 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br).

23 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

24 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

25 Uma delas em conjunto com os estados do Amapá e do Pará.

26 Texto elaborado a partir de material recebido do Conselho Indígena Missionário de Roraima – CIR, e de ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, "Facada na Raposa", de Márcio Santili, p. 297-303.

27 Texto elaborado a partir de material recebido do Conselho Indígena Missionário de Roraima – CIR, e de ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 352-352, *ISA*, agosto de 2002, "Crescimento do garimpo em Surucucu é preocupante", ISA, 04 de setembro de 2000, "Garimpo gera violência em Parafuri", *O Globo*, 21de setembro de 2000, "Ministério Público quer que PF investigue nova invasão",.

28 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org), em artigo da Comissão Pró-Yanomami, de 09 de maio de 2002, e em artigo do ISA de 05 de abril de 2002; e reportagem "Geneticista dos EUA colheu sangue de indígenas sem autorização da Funai", *Jornal do Comércio* (PE), 22 de outubro de 2000.

29 *Folha de São Paulo*, 7 de outubro de 2002. "Ação de ONGs baixa mortalidade de índios".

30 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

31 Idem.

32 Relatório enviado à Comissão Teotônio Vilela pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Roraima.

33 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

34 Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona Nº 94 (82), 1 de agosto de 2001. *Migração e mudança social: a influência do migrante do setor nordestino no norte do Brasil*.

TOCANTINS

O Estado do Tocantins, situado a sudeste da Região Norte, na área conhecida como Bico do Papagaio, faz divisa com os estados do Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Pará. Sua capital é Palmas e sua economia está baseada na agricultura (arroz, milho, feijão, soja) e na pecuária. O estado foi criado, a partir da divisão do Estado de Goiás, por determinação da Constituição Federal de 1988.

O Tocantins apresenta problema recorrente de violência policial, havendo inclusive denúncias de participação de policiais em grupo de extermínio. É um dos estados da Região Norte em que o índice de violência fatal mais cresceu entre os anos de 1991 e 2000. A taxa de homicídio no estado cresceu de 10,2 homicídios por 100 mil habitantes em 1991 para 15,3 em 2000 (+50%). [1]

Depois do Pará, o Tocantins é o estado do Norte com maior número de trabalhadores escravos. Entre 1999 e 2001, o Gertraf localizou 90 pessoas vivendo em situação de escravidão, sendo que 22 foram liberadas. [2]

É, ainda, o estado que mais desrespeita o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à efetivação dos instrumentos de democracia participativa. Até o final do 1º semestre de 2002, somente 27 dos 134 municípios contavam com Conselhos Tutelares (19%) e somente 53 contavam com Conselhos Municipais de Direitos (38%). [3]

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES E TORTURA

Durante os anos de 1999 e 2000, foram noticiados na imprensa 18 casos de homicídios, 2 tentativas de homicídio e 101 casos de tortura envolvendo policiais civis e militares. Em 30 de outubro de 2001, foi instalada a Central Estadual da Campanha Nacional Permanente Contra Tortura no Tocantins. A central recebeu, através do sistema disque-denúncia, 30 denúncias de tortura, das quais 24 são contra policiais civis e militares. As vítimas de violência policial que procuraram o Centro de Direitos Humanos de Palmas são encaminhadas para o Ministério Público. Três pessoas em 1998 e nove pessoas em 1999 tomaram a iniciativa de solicitar junto ao Ministério Público a apuração do crime de tortura. [4]

Conforme informações do Centro de Direitos Humanos de Palmas, a partir de março de 1999, o governador estadual adotou medidas para coibir a violência –entre as quais o fechamento das casas noturnas à meia-noite e abordagem dos cidadãos que estivessem nas ruas após este horário, para prestação de esclarecimentos – que contribuíram para o aumento dos abusos cometidos por policiais. [5]

O Centro de Direitos Humanos de Palmas apresenta preocupação quanto ao preenchimento dos quadros da Polícia Civil, especialmente no que se refere aos delegados. Apenas 54 delegados de polícia são bacharéis em direito. Nos municípios do interior, 98 policiais militares exercem o cargo de delegados, responsáveis pelas delegacias, dificultando assim a denúncia das vítimas com medo de represálias, uma vez que o treinamento e a formação de um policial militar não atende às necessidades específicas para a realização de ações da polícia judiciária. [6]

No mês de abril e maio de 2002, a imprensa realizou reportagens sobre a contratação de pistoleiros para assassinar o prefeito de um município do interior do Estado, Recursolândia. As reportagens sugeriam a existência de um grupo de extermínio no estado, relatando o suposto conluio entre policiais e pistoleiros, em que os pistoleiros executam as mortes determinadas pelos policiais, sendo as principais vítimas os traficantes e suspeitos de matar policiais. [7]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura e outros tratamentos cruéis no Estado do Tocantins, citando 19

casos no seu relatório, registrados entre 1997 e 2000, todos envolvendo policiais civis e/ou militares. [8]

Policiais militares realizaram greve por melhores salários, com a duração de doze dias, em maio de 2001. Os policias militares grevistas ocuparam o 1o Batalhão da Polícia Militar em Palmas. O Exército foi chamado a intervir para conter a greve. [9]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

A população carcerária está um pouco acima do número de vagas disponíveis no sistema prisional. São 1.182 vagas, distribuídas entre o sistema penitenciário (702) e as instalações policiais (480), nas quais se encontravam encarcerados 1.240 presos em setembro de 2002. [10]

VIOLÊNCIA RURAL

Em Tocantins, o número de conflitos rurais caiu de 16 em 1999 para 4 em 2000 e 6 em 2001. O número de pessoas envolvidas nestes conflitos também caiu de 2.335 em 1999 para 1.491 em 2000 e 823 em 2001. Entre janeiro e agosto de 2002, aconteceram cinco casos de conflito de terra, com o envolvimento de 735 pessoas. No período, não foram registradas mortes em decorrência de conflitos de terra. [11]

Em 3 de novembro de 2000, uma ação da tropa de choque da polícia militar, com o objetivo de remover de um terreno do governo do estado cerca de 2.200 integrantes do Movimento Nacional da Luta por Moradia, com a utilização de balas de borracha e cassetetes, deixou 18 pessoas feridas e 500 barracos destruídos. [12]

TRABALHO ESCRAVO

Em 1999, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou a presença de 13 trabalhadores em condição análoga a de escravo, procedentes de Estreito/MA, Araguaína/TO, Pernambuco e Minas Gerais, na Fazenda Pantera, município de Bandeirantes.[13] Em 2001, a CPT registrou a presença de 32 trabalhadores em condição análoga a de escravo, procedentes de Balsas/MA,na Fazenda Bela Vista, localizada no município de Presidente Kennedy, e 45 trabalhadores em condição análoga a de escravo na Fazenda Serra Centro, município de Campos Lindos. [14]

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou três operações em Tocantins em 1999 e duas em 2000, sem encontrar trabalhadores em situação degradante ou análoga à escravidão. Em 2001, o Grupo Móvel realizou outras três operações e 22 trabalhadores encontrados em situação degradante ou análoga à escravidão foram libertados. [15]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Nesse estado, três zonas eleitorais, situadas nas terras dos indígenas Xerente, receberam a proteção do Exército nas eleições realizadas no dia 06 de outubro de 2002. Um município recebeu esta proteção no 2º turno, em 27 de outubro do mesmo ano. [16]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em Tocantins, o número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 39 para 62 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 16,6 para 25,9 entre 1998 e 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que, em 2000, era de 62,7 no estado, mais baixa que a taxa nacional de vitimização, que no mesmo ano era de 92,7. [17]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 10 originaram-se no Tocantins. Cabe destacar, que no último

semestre de registros não houve denúncias provenientes do estado. [18]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham origem no Estado de Tocantins 5 rotas, sendo que duas delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [19]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 70.501 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado de Tocantins. Deste total, 45.716 (64,84%) trabalhavam na área urbana e 24.785 (35,16%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (21.349) e Prestação de Serviços (11.667). Ademais, 32.787 (46,31%) eram empregados, 20.689 (29,22%) não recebiam remuneração e 7.416 eram domésticos. [20]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado de Tocantins apresentava no primeiro semestre do ano de 2002 a menor quantidade absoluta de jovens inseridos nas medidas sócio-educativas de liberdade assistida (11) e de internação (9) totalizando 20 adolescentes. O índice de adolescentes sob liberdade 1,22. [21]

MULHERES

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial constatou a existência de quatro rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial, sendo que duas rotas também envolviam crianças e adolescentes. [22]

Em Tocantins, a taxa de homicídios contra as mulheres é de 2,8 por 100 mil habitantes em 2000. As mulheres representam 9% das vítimas de homicídios.[23] Na capital, Palmas, a polícia registrou 24 ocorrências de estupro e 6 de atentado violento ao pudor em 2001. [24]

Em quatro Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado do Tocantins, foram registradas 1.014 ocorrências de violência praticada contra mulheres em 1999. Destas, 405 foram de ameaças (39,94% das ocorrências), 7 homicídios (0,69%), 4 tentativas de homicídio (0,39%), 240 lesões corporais (23,87%), 98 lesões corporais culposas (9,66%), 8 maus tratos (0,79%), 60 vias de fato (5,92%). Quanto aos crimes que envolvem violência sexual, foram 12 atentados violentos ao pudor (1,18%), 27 estupros (2,66%) e 3 tentativas de estupros (0,30%). [25]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (745.329) representa 64,41% da população do estado, proporção inferior à média da Região Norte. Na população afro-descendente, 7,59% se declararam negros e 56,83% pardos. [26]

O Governo do Estado informa que há casos de discriminação racial no Tocantins, mas não há dados que permitam avaliar a magnitude do problema. Informa ainda que não dispõe de informações sobre a participação dos negros nos quadros da administração pública, no ensino superior, entre as vítimas de crimes ou na população prisional. [27]

INDÍGENAS

O Tocantins tem uma população de 5.623 indígenas, distribuídos em 5 povos indígenas. Além disso, conjuntamente com outros estados, também abriga outros 2 povos indígenas, totalizando uma população de 2.516 indígenas.[28] [29] Estima-se que tenha a 15ª maior população indígena do país. [30]

O Estado tem 8 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [31]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	1
Declaradas	1
Registradas	6

Os indígenas Krahô e Kanela têm enfrentado condições adversas para manutenção da sua sobrevivência. Em 22 de setembro de 2001, uma decisão judicial de reintegração de posse proferida contra eles obrigou-os a desocupar a terra em que estavam e a ir para um assentamento, onde vivem em péssimas condições, passando fome e recebendo novas ameaças de despejo por parte do Incra. Haviam apenas recentemente voltado para essas terras, depois de um longo processo de tentativas nesse sentido. Na verdade, há mais de 80 anos, desde 1924, quando sofreram um massacre, esses indígenas tentam voltar para suas terras. Em 1963, foram acolhidos por um outro povo indígena da região, os Javaé. Ficaram ali até 1984, quando a cervejaria Brahma os expulsou. Foram, então, removidos para um assentamento do Incra, mas não conseguiram se adaptar devido à péssima qualidade da terra e da vida. Por isso, voltaram a sua terra original, de onde foram expulsos novamente, voltando a terem que viver em um assentamento que não lhes garante as mínimas condições de vida. [32]

Outro grande problema enfrentado pelos povos indígenas nesse estado, bem como pelos povos indígenas de outros estados também, está ligado à sobreposição de unidades de conservação em seus territórios. Nesses espaços, a criação dessas unidades de conservação, na maioria dos casos, expulsou os indígenas de seus territórios. Alguns resolveram voltar, com fizeram os Javaé e os Karajá, em 22 de outubro de 2000. Voltaram para a Ilha do Bananal, de onde tinham sido expulsos com a criação do Parque Nacional do Araguaia. [33]

Boas Práticas

O Projeto Frutos do Cerrado, que envolve os Timbira do sul do Maranhão e do norte de Tocantins, além de outras organizações de não-indígenas, é um projeto de produção e comercialização de polpa de frutos nativos do cerrado, que objetiva possibilitar a essas comunidades a experiência de alternativas econômicas viáveis. O projeto conta com cooperativas, associações agroextrativistas de pequenos produtores, uma associação indígena que representa cinco povos Timbira e entidades de assessoria. Os frutos nativos coletados são transformados em polpa congelada e embalados para comercialização. Além disso, foram também estruturados viveiros de mudas para o trabalho do plantio de espécies nativas, adensando as áreas já produtivas e recuperando áreas desmatadas. Trata-se de uma concepção alternativa às grandes monoculturas, ao uso de agrotóxicos e, de uma forma mais geral, ao modelo de desenvolvimento predatório e prejudicial ao meio ambiente. Além disso, a experiência também é positiva ao sinalizar uma organização e um intercâmbio entre os diversos povos Timbira. [34]

IDOSOS

O Estado do Tocantins, em 2000, registrava uma população de 78.412 idosos.[35] O envelhecimento da população também se percebe no estado: em 1991, os idosos representavam 5,6% da população; no ano 2000, a proporção passou a ser de 6,8%. Na Região Norte, o Tocantins registra a maior proporção de idosos na população do estado.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

O Governo do Estado do Tocantins, através da Secretaria do Interior e Justiça, informa que tramita na Casa Civil um ante-projeto de lei para a criação do Conselho Estadual dos Direitos de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência. Visando sensibilizar os gestores municipais e mobilizar as representantes de entidades "de" e "para" pessoas portadoras de deficiência, foram realizados quatro fóruns de implementação de

Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Por solicitação da Secretaria do Interior e Justiça, a Secretaria de Infra-estrutura está adotando providências para constar em todos os projetos de obra pública acessibilidade física para o deficiente bem como providenciando as necessárias reformas nos prédios públicos sem tais condições. A ASSOBEN - Associação Beneficente Luta e Justiça atua na defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência.

MIGRANTES

A população de migrantes (177.034) representa 15,30% da população do estado de Tocantins. É o estado em que tem a terceira maior população de migrantes da Região Norte e a quarta maior do país, proporcionalmente à população total. [36]

1 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH; 2002).

2 Ministério Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

3 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

4 Informações do Centro de Direitos Humanos de Palmas.

5 Idem.

6 Idem.

7 Idem.

8 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

9 *Folha de S. Paulo*, 28 de maio a 1o de junho de 2001, e O Estado de S. Paulo, 28 de maio a 1o de junho de 2001.

10 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

11 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999*, *Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

12 *Folha de S. Paulo* do dia 04 de novembro de 2000.

13 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999*.

14 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

15 Ministério Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

16 *Folha de São Paulo*, 03 de outubro de 2002, "170 municípios pedem proteção do Exército para votação do dia 6"; *Agência Estado*, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

17 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

18 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

19 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

20 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p. 82. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Em Tocantins foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura; Comércio em geral; Comércio Indústria e Serviço; Construção Civil; Indústria em Geral; Indústria Moveleira e Assemelhados; Serviços Diversos (Convênios e Programas Educativos/Sociais e Guardas Mirins); e Serviços (em Cerâmicas e Olarias; e Sorveteria).

21 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

22 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – (Coordenação Nacional). *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial*. Brasília, 2002.

23 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

24 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

25 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório da pesquisa disponível no web-site da entidade(www.mj.gov.br/sedh/cndm).

26 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

27 Governo do Estado do Tocantins, relatório enviado pela Secretaria do Interior e Justiça para Secretaria de Estado de Direitos Humanos, em 21 de outubro de 2002.

28 Esses indígenas, que vivem no Tocantins e em outros estados, estão distribuídos da seguinte forma: junto com o Mato Grosso e o Pará há um povo com 2500 indígenas; e junto com Goiás há um povo com 16 indígenas.

29 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

30 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 7.740 indígenas.

31 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outurbro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

32 Conselho Indigenista Missionário, Informes n.º 480 e n.º 502, de 26 de setembro de 2001 e 07 de março de 2002.

33 Conselho Indigenista Missionário, Informes n.º 436 e n.º 462, de 9 de novembro de 2000 e 24 de maio de 2001.

34 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, "A Organização Timbira e a Rede de Frutos do Cerrado", Jaime G. Siqueira Jr., p. 667-669.

35 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

36 Idem.

Região Nordeste

REGIÃO NORDESTE

A Região Nordeste, formada pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, possui uma extensa área de sertão, de clima semi-árido, que começa no interior e chega até o litoral nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Nesta área, as chuvas são escassas e mal distribuídas, os solos são rasos e pedregosos, a vegetação típica é a catinga, e a única fonte de água perene é o Rio São Francisco.

A atividade agrícola se concentra na região da Zona da Mata e no Agreste. A Zona da Mata é uma faixa litorânea de 200 km, onde predominam, desde o período colonial, as plantações de cana de açúcar. No Agreste, que é a região de transição entre a Zona da Mata e o sertão semi-árido, predominam os minifúndios e pecuária leiteira. Por fim, o Meio Norte é a região de transição entre o sertão semi-árido e a Floresta Amazônica.

O Nordeste é a região que tem a maior população rural do país. Dos 47.741.711 habitantes da região (28,12% da população brasileira), 30,93% vive em áreas rurais.[1] A taxa de crescimento anual da população é de 1,1%, a mais baixa entre todas as regiões do país.[2] O Nordeste é a única região do país que envia migrantes para as outras regiões em maior número do que recebe migrantes das outras regiões. [3]

É a região do país que tem a maior população em situação de pobreza (com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo). Apesar da diminuição da pobreza na década de 1990, 50,12% da população ainda vivia em situação de pobreza em 1999.[4] Na década de 1990, aumentou o rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios. Mas o rendimento dos responsáveis pelos domicílios na região ainda é o menor do país.[5] Ainda que a desigualdade de renda também tenha diminuído na década de 1990 no Nordeste, assim como nas demais regiões, o grau de desigualdade de renda permanece alto, inferior ao do Centro-Oeste, mas superior ao de todas as outras regiões do país. [6]

Há na região uma longa história de luta pela terra, agravada pelo quadro de pobreza e desigualdade existente na região. Ainda hoje, o Nordeste é a região com maior número de conflitos rurais, que resultaram em 25 mortes entre 1999 e 2001. O número de mortes em decorrência de conflitos rurais aumentou de seis em 1999 para nove em 2000 e dez em 2001. Os estados com maior número de conflitos são Pernambuco, Ceará e Maranhão. Os estados com maior número de mortes na luta pela terra são Pernambuco, Maranhão, Bahia e Alagoas. [7]

Nos últimos anos, a região apresenta forte crescimento da atividade turística, concentrada nas capitais com centros históricos e patrimônios culturais, como Salvador, Recife, Olinda, São Luís do Maranhão, e praias do extenso litoral que atraem turistas do Brasil e do Exterior. Ao lado do turismo, aumenta o problema da exploração sexual e tráfico para fins de exploração sexual de mulheres, adolescentes e crianças. O Nordeste é, ao lado do Sudeste, a região que registra maior número de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes. E, ao lado do Norte, a região que registra o maior número de rotas de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.

A maior população afro-descendente no país se encontra nesta região.[8] Principalmente na Bahia, estado com a maior concentração da população negra do país, a sociedade civil se organizou na defesa dos direitos dos afro-descendentes e atualmente existem muitas organizações não governamentais que lutam contra a discriminação, o preconceito racial e a defesa de políticas afirmativas para proteção e promoção dos direitos da população negra. De 29 comunidades quilombolas tituladas pela Fundação Cultural Palmares, INCRA e governos estaduais, 9 estão situadas da Região Nordeste. [9]

O Nordeste é também a região do país que apresenta o maior número de pessoas portadoras de deficiên-

cia, proporcionalmente à população.[10] Diversos estados desenvolvem programas visando promover a integração dos portadores de deficiência à sociedade. Na Bahia e no Ceará, há registro de casos de discriminação e violência praticada contra pessoas portadoras de deficiência por policiais, que exemplificam problemas enfrentados por membros deste grupo em diversos estados.

Destaca-se na Região Nordeste o empenho e articulação de algumas organizações da sociedade civil que possibilitam que graves violações de direitos humanos como a discriminação por opção sexual e assassinatos de homossexuais possam ser denunciadas, os processos criminais acompanhados, e os casos quando divulgados possam ser conhecidos pela sociedade. Comprovando assim que esses crimes não são casos isolados ou ações eventuais, mas práticas continuadas de discriminação e homicídios contra gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. O Grupo Gay da Bahia é um exemplo dessas organizações não governamentais. Atua intensamente na defesa dos direitos dos homossexuais, e incentiva a formação e fortalecimento de outras organizações a denunciar esse tipo de violação.

Pernambuco é o estado que tem o maior índice de homicídios do Brasil, contribuindo de maneira significativa para aumentar o quadro de violência na Região Nordeste.[11] Entretanto, a diferença entre o índice de homicídios em Pernambuco e outros estados da região deve ser relativizada. Em diversos estados da região, particularmente Maranhão e Piauí, há muitos casos de morte, inclusive mortes violentas, que não chegam ao conhecimento das autoridades das áreas da saúde e da segurança pública, e não aparecem nos sistemas de registro e nas estatísticas oficiais.

Na luta contra a impunidade e na defesa dos direitos das vítimas de violência, quatro estados da região já têm um programa estadual de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas (Bahia, Ceará, Maranhão e, o primeiro estado a ter o programa, desenvolvido pelo Gabinete de Assessoria Jurídica a Organizações Populares, que inspirou os demais programas, Pernambuco). Três estados criaram um centro de apoio a vítimas de crimes (Alagoas, Bahia e Paraíba) e Pernambuco está implantando um centro. Bahia e Rio Grande do Norte criaram ouvidorias de polícia, mas as duas são dotadas de pouca autonomia para receber e acompanhar a investigação de denúncias contra policiais.

Em Recife e Pesqueira, Pernambuco, e em Salvador, Bahia, foram estabelecidos, em 2002, núcleos da Rede Nacional de Observatórios de Direitos Humanos, que visa formar grupos de jovens para identificar as violações de direitos humanos e atuar na proteção e promoção dos direitos humanos nas suas comunidades. [12]

1 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

2 IBGE, Censo Demográfico 1996 (www.ibge.gov.br).

3 IBGE, Censo demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

4 *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 2002, Eleições especial 5, quadro "Pobreza cai em todas as regiões". A população considerada pobre é a população residente com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Dados do IBGE, elaborados pelo IPEA, mostram que a população em situação de pobreza na Região Nordeste diminuiu de 64,5% da população total em 1992 para 50,3% em 1995 e 50,1% em 1999, enquanto no país diminuiu de 40,2% da população total em 1992 para 28,4% em 1999.

5 *Folha de S. Paulo*, 20 de dezembro de 2001, Censo 2000, Especial 5, quadros "Rendimento Mensal dos responsáveis pelo Domicílio". O rendimento médio do dos responsáveis pelos domicílios na Região Nordeste aumentou de R$ 301 em 1991 para R$ 448 em 2000, enquanto no país aumentou de R$ 542 em 1991 para R$ 769 em 2000.

6 *Folha de S. Paulo*, 20 de dezembro de 2001, Censo 2000, Especial 5, "A Concentração de renda em 2000". A desigualdade de renda é medida pelo índice de Gini, que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, maior a igualdade na distribuição de renda. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade na distribuição de renda. Valores acima de 0,5 indicam a existência de alto grau de concentração de renda na sociedade. No ano 2000, o índice de Gini da Região Nordeste foi de 0,617, enquanto para o Brasil foi de 0,609.

7 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999*, *Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

8 Idem. A população afro-descendente representa 66,5% e a população negra 7,51% da população total.

9 *Comunidades Remanescentes de Quilombos; contribuição para o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável* –Fundação Cultural Palmares. (www.palmares.gov.br).

10 Idem. No Nordeste, há 7, 9 milhões de pessoas portadoras de deficiência –o que representa 16,70% da população da região. No país, a população portadora de deficiência representa 14,45% da população total.

11 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III:Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

12 A formação da Rede Nacional de Observatórios de Direitos Humanos é um projeto coordenado pelo Instituto São Paulo contra a Violência e o Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo, com apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Assistência Social e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

ALAGOAS

O Estado do Alagoas é um dos menores estados do país, juntamente com Sergipe. Situado a leste da Região Nordeste, faz divisa com Pernambuco, Sergipe e Bahia. Sua capital é Maceió e as principais atividades econômicas são a agricultura (principalmente cana de açúcar), indústria (química, açúcar e álcool, cimento e alimentícia), extração de sal-gema, gás natural e petróleo a partir da década de 1960 e, na década de 1990, turismo.

Entre os anos de 1999 e 2002, a violência fatal foi um dos principais problemas existentes no Estado. Entre todas as unidades federativas da Região Nordeste, Alagoas tem o segundo maior índice de homicídios por 100 mil habitantes (enquanto a taxa média da região é de 20,7, no estado ela é de 25,6). [1]

Há denúncias da atuação de grupos de extermínio, associados com o crime organizado e com a participação de agentes do estado.

No período, ocorreram greves promovidas por policiais civis e militares, que contribuem para aumentar a sensação de insegurança da população e a instabilidade no sistema de segurança pública em Alagoas.

Outro problema verificado são as condições a que estão submetidas as pessoas privadas de liberdade. No sistema prisional, há superlotação dos estabelecimentos penitenciários. Em relação aos adolescentes em conflito com a lei, a existência de uma única unidade de internação dificulta a ação sócio-educativa de internação e contribui para o aumento da violência dentro das unidades. Entre elas, cite-se a rebelião ocorrida em 2001 que causou a morte de quatro jovens.

A atuação do Fórum de Mulheres de Alagoas, monitorando a violência contra a mulher no estado, é uma das ações que merecem destaque.

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES E TORTURA

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil-Alagoas denunciam a persistência dos grupos de extermínio no Estado de Alagoas. Em 1998, um cemitério clandestino havia sido localizado em um canavial próximo ao Complexo Benedito Bentes, no Tabuleiro do Martins. Em 2002, cemitérios clandestinos também foram descobertos em Marechal Deodoro e Coqueiro Seco. [2]

Em parte como resultado da atuação de grupos de extermínio, associados ao crime organizado, com envolvimento de policiais, Alagoas tem a segunda mais alta taxa de homicídio da Região Nordeste (25,6 homicídios por 100 mil habitantes), inferior apenas à taxa registrada em Pernambuco (52,3 homicídios por 100 mil habitantes). [3]

Em visita ao Brasil, no ano 2000, o relator especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura em Alagoas. No relatório apresentado à ONU, há referência a seis casos de tortura, praticada por policiais civis e militares, ocorridos nos anos de 1999 e 2000.

Alagoas apresentou, em três anos, três greves de policiais civis por melhores salários. Uma ocorreu em julho de 2001, em conjunto com policiais militares, e teve duração de quatro dias. O governador Ronaldo Lessa chegou a solicitar a intervenção do Exército para conter essa greve. [4]

Em março de 2000, houve greve por melhores salários durante o período do Carnaval, paralisando 13 das 14 delegacias de Maceió.[5] Em junho de 1999 a greve chegou a interditar a entrada do Instituto Médico Legal, deixando cadáveres expostos em frente ao Instituto em Maceió.[6]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Como em vários estados da federação,

Alagoas tem um número de presos maior do que a capacidade oferecida nas 3 unidades penitenciárias e um hospital psiquiátrico no sistema penitenciário. São 852 presos para 672 vagas. Não há presos nas delegacias ou outras instalações do sistema de segurança pública. Chama a atenção que, embora o sistema ofereça 104 vagas para o cumprimento de pena em regime semi-aberto, atualmente se encontram apenas 14 detentos cumprindo pena neste regime. Já o número de vagas disponíveis para o regime fechado é de 403 vagas, mas são 698 os presos que estão cumprindo a pena nesse regime. A desproporcionalidade pode indicar que as sentenças têm privilegiado a pena em regime fechado ou que o sistema de progressão da pena não está funcionando como prevê a Lei de Execução Penal. [7]

É através de rebeliões que os presos conseguem chamar a atenção da sociedade em geral para as condições em que estão vivendo e para suas reivindicações. Nesses momentos há uma certa mobilização das atenções da sociedade para as formas pelas quais são tratados os criminosos. Em 05 de março de 2001, 448 detentos no presídio São Leonardo, periferia de Maceió, se rebelaram. As reivindicações se referiam à revisão das penas daqueles que já haviam cumprido boa parte de suas sentenças, aplicação de penas alternativas para aqueles com bom comportamento e demissão de diretores de segurança que agridem presidiários. Durante a rebelião foram mortos cinco detentos e um grupo dos amotinados decepou cabeça e membros de uma das vítimas.

VIOLÊNCIA RURAL

Em Alagoas, entre 1999 e 2001, ocorreram 105 conflitos rurais, sendo que mais da metade dos casos (53) ocorreram em 1999. Contudo, o número de pessoas envolvidas aumentou de 49.072, naquele primeiro ano, para 57.975, em 2000. Em 2001, os conflitos atingiram 12.780 pessoas. No período, foram registradas quatro mortes em decorrência de conflitos rurais, sendo duas em 1999, uma em 2000 e uma em 2001. Um outro assassinato aconteceu em 2002. [8]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos mortos por homicídio aumentou de 172 para 279 entre 1998 e 2000 (crescimento de 62,21%). O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 29,2 em 1998 para 46 em 2000 (57,53%). Um indicador da probabilidade dos jovens serem mortos é a taxa de vitimização juvenil que, em Alagoas, era de 79,4, menor que taxa nacional de vitimização juvenil que, em 2000, era de 92,7. [9]

Um levantamento realizado pelas organizações da sociedade civil indicou que, em nove anos (entre 93 e 2002), 60 crianças e adolescentes em situação de rua foram mortos ou desapareceram em Maceió. Um dos casos, ocorrido em junho de 2001, foi do adolescente Labirinto, de 16 anos, seqüestrado nas proximidades de uma Pizzaria, na Praça Sinimbu, quando se encontrava na companhia de outros meninos de rua. Apesar de gritar por socorro, o adolescente não conseguiu ser socorrido e nunca mais foi localizado, o que deixou as testemunhas aterrorizadas. [10]

Não existindo na capital alagoana nenhum abrigo para esta população, os adolescentes acabam ficando na Praça Sinimbu, na Feira do Rato e no Mercado da Produção, locais de maior concentração de crianças e adolescentes em situação de rua. Apesar dos alertas das entidades, a atuação do grupo de extermínio não vem recebendo a devida atenção das autoridades, uma vez que todos os homicídios encontram-se impunes.[11] [12]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, somente 56 dos 101 municípios contavam com Conselhos Tutelares, restando, também, ser implantados no Estado 26 Conselhos Municipais de Direitos. Essa situação revela um flagrante descumprimento do ECA, no que se refere a implantação desses órgãos. [13]

Um levantamento do Fórum dos Conselhos Tutelares do Estado de Alagoas, realizado entre janeiro e junho de 2002, indicou que foram registrados neste período 5.834 casos de violações de direitos e violências praticadas contra crianças e adolescentes. Entre as quantitativamente mais significativas destacam-se: os espancamentos (1.902) e o abandono (1.285). Destaca-se também a ocorrência de 191 homicídios e 216 casos de abuso e exploração sexual (assim compreendidas: a prostituição infanto-juvenil, o estupro, a prática de atos libidinosos, o atentado violento ao pudor e o assédio). [14]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 28 partiram do Estado de Alagoas. Deste total, seis foram realizadas durante o 1º semestre de 2002. [15]

Trabalho Infanto-Juvenil

Segundo o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente, em 1999 havia 62.089 crianças e adolescentes, na faixa de 5 a 15 anos de idade, trabalhando no Estado de Alagoas. Deste total, 18.067 (29,1 %) trabalhavam na área urbana e 44.022 (70,9 %) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (45.716), Comércio (6.212) e Prestação de Serviços (6.211). Ademais, 26.528 não recebiam remuneração, 11.289 eram empregados, 8.467 trabalhadores domiciliares e 7.901 exerciam atividade por conta própria. [16]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado de Alagoas tinha, em março de 2002, 300 jovens inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida (90,91% do total de adolescentes em conflito com a lei).[17] Em junho do mesmo ano, havia uma única unidade em que estavam internados todos os 30 adolescentes submetidos a esta medida no Estado. O índice de adolescentes em liberdade assistida era de 10.[18] No final do 1º semestre de 2002, havia 15 jovens internados provisoriamente, que, assim como aqueles que cumpriam a medida de privação total de liberdade, eram do sexo masculino.

A quantidade de adolescentes inseridos em Liberdade Assistida, comparada ao número daqueles sob regime de internação, coloca Alagoas em segundo lugar entre os estados com maior percentual de adolescentes na medida em meio aberto, alcançando 90,91% do total. O Poder Judiciário Alagoano, ao que parece, concretiza o princípio da excepcionalidade no momento da aplicação da medida sócio-educativa de internação.

Apesar do baixo número de adolescentes internados no Centro de Ressocialização de Menores (CRM) de Maceió, que em tese poderia facilitar o desenvolvimento de um programa sócio-educativo em conformidade com o ECA, no dia 13 de março de 2001 ocorreu uma rebelião sem precedentes no Estado, sendo inclusive divulgada na imprensa nacional. Entre os 29 adolescentes, que na época estavam internados no local, 4 foram mortos e tiveram seus corpos carbonizados.

Alguns meses depois deste lamentável incidente, o CRM foi visitado pela IV Caravana Nacional de Direitos Humanos. Em relatório divulgado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, pode-se perceber que, apesar da "relação tranqüila e respeitosa dos internos com os monitores e com o diretor" e do "bom projeto arquitetônico" do Centro, as condições a que estavam submetidos os adolescentes indicavam a existência de violação dos direitos dos adolescentes internados. Por ser a única instituição de internação para adolescentes em conflito com a lei no estado e 70% dos internos serem oriundos do interior e da Região Metropolitana, criando dificuldades para o recebimento de visitas. Os familiares são revistados mediante a prática ilegal e humilhante do desnudamento,

embora a casa disponha de detector de metal. Na Unidade, a única cela de isolamento - um cubículo imundo e escuro - foi interditada por decisão judicial. [19]

Além destes fatos negativos, outro que mereceu amplo destaque no citado relatório foi a regulamentação interna relativa à execução da medida sócio-educativa. Os procedimentos internos do CRM, normatizados através de portarias editadas pelos juízes da Vara da Infância e Juventude de Maceió, constituíram um conjunto de restrições que, muitas vezes, contrariavam o ECA. As portarias, citadas no relatório e a seguir reproduzidas, demonstram que ao invés de se promover um reordenamento da instituição nos moldes do ECA, deu-se preferência a um processo sócio-educativo permeado por ações meramente restritivas, de contenção e isolamento: (1) são permitidas visitas dos familiares dos adolescentes duas vezes por semana (cada uma de 3 horas), porém "por determinação, podem (os jovens) apenas permanecer cerca de 10 minutos com seus filhos na parte administrativa da unidade"; (2) a Portaria 10/01 dispõe sobre a proibição total de fumar, sob os argumentos que o cigarro produz danos à saúde e coloca em risco a unidade; (3) a Portaria 9/01 impõe que os aparelhos de TV, rádio e som que estavam na posse dos adolescentes, sejam devolvidos aos familiares, argumentando que notícias de rebeliões poderiam incitar os jovens e que a programação televisiva brasileira é ruim; e (4) "a Portaria, de nº 11/01, proíbe que os internos usem pulseiras, brincos, anéis e similares", uma vez que "a posse desses adereços traria o risco da existência de trocas e, por decorrência, a possibilidade de conflitos, pequenos furtos, etc." [20]

MULHERES

No Estado de Alagoas, as mulheres estão organizadas no Fórum de Mulheres de Alagoas, que monitora os casos de violência contra a mulher, registrando diversos casos de agressão e espancamento, estupro e assassinato, muitos deles envolvendo o marido ou companheiro da vítima entre 2000 e 2002. [21]

Entre os casos de agressão e espancamento, está de uma dançarina que acusou seu ex-namorado de atacá-la e agredi-la no camarim. A dançarina fez exame de corpo delito e o delegado abriu inquérito. Outro caso, é o de uma doméstica de 22 anos e seus dois filhos que foram espancados pelo marido e pai, que ainda ateou fogo na casa onde viviam. A doméstica denunciou o caso na Delegacia de Defesa da Mulher e pediu garantia de vida para ela e seus filhos.

Entre os casos de estupro, está o de uma doméstica que foi estuprada por três homens, que em seguida arrancaram seus dois olhos. Os três foram presos em flagrante. Outro caso foi de uma estudante que foi estuprada, morta a tiros e teve seu corpo foi parcialmente carbonizado. O agressor não foi localizado.

Entre os casos de assassinato por arma de fogo, há o caso do trabalhador rural que matou a esposa grávida de oito meses com um tiro de espingarda calibre 12. O trabalhador foi preso em flagrante. Outro caso é o de uma doméstica de 31 anos que foi assassinada na frente de seus três filhos menores por seu ex-marido com um revólver calibre 38 com dois disparos.

Há também casos de agressão por arma branca. Uma mulher de 30 anos resolveu separa-se de um trabalhador rural de 38 anos, casado, com quem tinha uma relação extra-conjugal. O trabalhador, após discutir, aplicou-lhe vários golpes de facão, arrancando um de seus braços e causando outros ferimentos em seu corpo. Em outro caso, uma senhora de 61 anos foi morta pelo marido, feirante de 56 anos, com cerca de 20 golpes de faca, a maioria nos órgãos genitais. O feirante fechou a casa, deixou-a agonizando até morrer e fugiu, mas foi preso pela polícia.

Em Alagoas, há apenas duas Delegacias Especiais de Defesa da Mulher, uma em Maceió e outra em Arapiraca, município localizado no agreste alagoano. A Delegacia Especial de Defesa da Mulher de Maceió registrou 29 ocorrências de estupros, 15 atentados violentos ao pudor e 915 lesões corporais em 2000. Em 2001, foram 60 estupros, 7 atentados violentos ao pudor e 1.220 de lesões corporais. [22]

No estado, a taxa de homicídios contra mulheres é de 4,6 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representam 9,3% das vítimas de homicídio. [23]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (1.821.750) representa 64,54% da população do estado, proporção inferior à média da Região Nordeste. Na população afro-descendente, 3,96% se declararam negros e 60,58% pardos. [24]

O Governo do Estado de Alagoas instalou, em 21 de março de 2002, o Disque Discriminação e Racismo, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão de Defesa de Minorias Étnicas e Sociais, Grupo Gay de Alagoas, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Estadual e Federal.

Com o objetivo de atender as vítimas, coibir a prática e responsabilizar os agentes que promovem o racismo, o Disque Discriminação e Racismo, ao receber as denúncias de discriminação contra negros, homossexuais, indígenas, portadores de deficiência e idosos, presta assistência jurídica, psicológica e social às vítimas.

No período de março a agosto de 2002, o serviço recebeu 38 denúncias, das quais 7 eram referentes à discriminação contra negros.[25] Um exemplo de denúncias recebidas foi o caso de um professor que sofreu discriminação em uma delegacia. Ele foi agredido moralmente, humilhado e discriminado por um delegado e um escrivão por ser negro e homossexual. O caso foi encaminhado ao Ministério Público. [26]

INDÍGENAS

O Alagoas tem uma população de pelo menos 7.581 indígenas, distribuídos em 8 povos indígenas.[27] Estima-se que tenha a 13ª maior população indígena do país. [28]

O Estado tem 10 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [29]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	2
Em identificação	2
Identificadas / Aprovadas pela Funai	1
Declaradas	1
Registradas	4

Quatro grupos indígenas ressurgiram e começaram a pleitear o reconhecimento de sua identidade étnica nos últimos anos nesse estado. Até 1998, Alagoas contava apenas com seis grupos indígenas. Atualmente, conta com pelo menos 10. O primeiro deles foram os indígenas Kalancó, que ressurgiram em julho de 1998. Depois disso, em abril de 1999, surgiram os Karuazu, que até então realizavam seus rituais às escondidas. Em setembro de 2001, ressurgiu o povoamento dos indígenas Catókinn, com mais de 400 indígenas. Por fim, em dezembro de 2001 ressurgiu uma comunidade de mais de 100 famílias de indígenas Koiupanká, povo que foi expulso de Pernambuco por criadores de gado por volta de 1883, época em que se deslocaram até o local em Alagoas.

O reconhecimento desses povos é fundamental para que, entre outras prerrogativas a que têm direitos, tenham suas terras demarcadas. Os indígenas de todos esses quatro povos se auto-reconhecem e são reconhecidos pela sociedade local como indígenas, apesar de ainda não terem sido reconhecidos pela Funai. [30]

Violências

Indígenas de Alagoas e de Sergipe vêm denunciando as irregularidades decorrentes da terceirização e da municipalização dos serviços de saúde indígena. Alegam que a municipalização permite às prefeituras que empreguem e demitam funcionários de acordo com critérios próprios, desconsiderando os Conselhos Distritais de Saúde. No município de São Sebastião, a prefeitura demitiu agentes de saúde já treinados e capacitados para atendimento dos indígenas Karapotó e Kariri-Xocó em suas comunidades, o que levou os indígenas a começarem um protesto contra os rumos

do modelo de políticas de saúde. Eles reclamam a falta de profissionais e o despreparo dos agentes de saúde não-indígenas. Além disso, também acusam que os repasses de recursos financeiros de saúde indígena estariam sendo feitos diretamente às prefeituras por meio de "acordos", sem assinaturas de convênios, o que permitiria aos prefeitos utilizar o dinheiro para outros fins. Os indígenas realizaram ações e redigiram documentos onde expressaram o descontentamento com esse modelo de terceirização e municipalização do atendimento à saúde. [31]

IDOSOS

Alagoas, em 2000, apresentava uma população de 203.882 idosos.[32] Entre os anos de 1991 e 2000, a população de idosos passou de 6,4% para 7,2% da população total.

A Secretaria de Estado de Assistência Social desenvolve projetos voltados para as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Segundo a Secretaria, esse projetos visam apoiar técnica e financeiramente estados, municípios e instituições no desenvolvimento de ações de proteção, promoção e inclusão social das pessoas idosas e de suas famílias, estabelecendo parcerias que integrem as diversas políticas sociais, tais como educação, saúde, trabalho, habitação, justiça, cultura, esporte e turismo. [33]

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A Secretaria de Estado de Assistência Social desenvolve programas e projetos destinados às Pessoas Portadoras de Deficiência. Um dos programas atende 13.216 pessoas da comunidade que são portadoras de deficiências, que não têm capacidade laborativa, nem capacidade para as atividades cotidianas. São priorizadas pessoas que tenham renda familiar inferior a um quarto do salário mínimo, ou que estejam em risco pessoal e social. Dentro do programa várias formas de Atendimento são dadas aos portadores de deficiência: reabilitação na comunidade; atendimento domiciliar; atendimento em Centro-Dia; residência em Casa-Lar; residência em abrigo para pequenos grupos; residência em família acolhedora; integrações ao mercado de trabalho, desenvolvem também, projetos no sentido de revitalizar os serviços de prevenção da deficiência, tratamento precoce, habilitação e reabilitação.

GAYS, LÉSBICAS, TRANSEXUAIS E BISSEXUAIS

Nos anos de 2000 e 2001, foram registrados 14 homicídios homofóbicos, tendo sido 10 contra gays e os demais contra travestis. [35]

No primeiro semestre de 2002, um professor foi detido, agredido moralmente e obrigado a passar mais de trinta minutos sentado no chão, ouvindo ameaças, por um delegado de Porto Calvo, em razão de ser homossexual assumido. A vítima, apoiada pelo Grupo Gay de Alagoas, denunciou o ocorrido à Corregedoria Geral do Estado, ao Conselho de Direitos Humanos e ao Disque-Discriminação, pedindo o afastamento do delegado. [36]

Outro caso, ocorrido no dia 27 de março de 2002, ocorreu com um homossexual de 33 anos, que foi apedrejado e agredido a golpes de cassetete por um grupo de rapazes, em uma praça da cidade de Marimbondo, vindo a falecer uma semana depois na Unidade de Emergência de Maceió. [37]

1 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH; 2002).

2 *Gazeta de Alagoas, Tribuna* e *O Jornal*, notícias de julho de 2002.

3 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH; 2002).

4 *Folha de S. Paulo*, 18, 20 a 23 de julho de 2001, *O Estado de S. Paulo*, 18, 20 e 22 de julho de 2001.

5 *Folha de S. Paulo*, 15 de julho de 2001, Cotidiano, C 4, quadro "As principais greves no país desde 1997".

6 *O Estado de S. Paulo*, 21 de outubro de 2000, Cidades, C5, "Última paralisação da PM ocorreu no mês passado".

7 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen/default.htm).

8 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

9 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

10 *Gazeta de Alagoas*, 28 de julho de 2002. Os dados foram levantados durante um encontro, que contou com a presença de representantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e Idoso da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Alagoas (OAB/AL), do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Alagoas, além de educadores sociais e 25 meninos e meninas em situação de rua.

11 Em 2001, o Projeto Catarse, entidade que trabalha com as crianças e adolescentes em situação de rua, encaminhou ao Ministério Público Estadual representação elencando os desaparecimentos desses meninos e meninas.

12 Os jovens indicam que automóveis, parecidos com Opala, de cores cinza e preta costumam circular tarde da noite nos locais em que se reúnem os meninos e meninas. Um destes veículos era semelhante ao que seqüestrou o adolescente Labirinto.

13 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

14 Os dados foram fornecidos pela Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e Idoso da OAB/AL e pelo Fórum dos Conselhos Tutelares do Estado de Alagoas. Para constituição do quadro de violências, as informações foram colhidas pelo Fórum em 72 Conselhos Tutelares do Estado, além de ter sido utilizado dados da Delegacia de Defesa da Mulher, da Infância e Juventude, da Pastoral da Criança, do Hospital Universitário, de Movimentos de Defesa e de informações veiculadas na imprensa local (*A Gazeta de Alagoas, O Jornal*, a *Tribuna de Alagoas, TV Pajuçara* e *TV Alagoas*).

15 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

16 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 37. O Mapa traz, também, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Em Alagoas foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura Canavieira; Beneficiamento de Peixes e Camarões; Catadores de Lixo; Catadores de Mariscos; Comércio Ambulante; Fabricação de Fogos de Artifício; Fumicultura; Panfletagem; Produção de Farinha de Mandioca; Guardas Mirins; Serviços em Cerâmica e Olarias; Serviços em Oficinas Mecânicas; Serviços em Pedreiras; Transporte Col etivo (Kombistas); e Venda de Jornais.

17 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). Na construção da última porcentagem indicada foram considerados apenas os adolescentes inseridos nas medidas de internação, semiliberdade e liberdade assistida. Desconsiderou-se as demais medidas (advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade) uma vez que a fonte de dados fazia referência àquelas medidas mais gravosas.

18 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

19 Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, *IV Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas FEBEMs e congêneres: O sistema Febem e a produção do mal*, Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

20 Idem, 119-121.

21 Fórum de Mulheres de Alagoas, *Relatório sobre a violência contra a mulher no Estado de Alagoas*. 2000/2002.

22 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

23 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

24 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

25 Governo do Estado de Alagoas, Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais, Disque Discriminação e Racismo. *Relatório de Denúncias de Março a Agosto de 2002*.

26 *Tribuna de Alagoas*, 27 de julho de 2002.

27 Instituto Sócio-Ambiental: (www.socioambiental.org).

28 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 9.233 indígenas.

29 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

30 *Gazeta de Alagoas*, 24 de setembro de 2002, "Índios lutam para conquistar reconhecimento da FUNAI; Gazeta de Alagoas, 03 de outubro de 2002, "Identidade e cultura. A festa de ressurgimento dos índios Catókinn, no Alto Pariconha, interior de Alagoas"; Gazeta de Alagoas, 11 de dezembro de 2001, "Cimi anuncia nova tribo indígena em Alagoas". Notícias disponíveis no web-site da Associação Nacional de Ação Indigienista (www.anai.org.br) e CIMI, Informes n.º 358, n.º 441 e n.º 491, de 29 de abril de 1999, 13 de dezembro de 2000 e 12 de dezembro de 2001.

31 Conselho Indigienista Missionário, Informes n.º 446 e n.º 453, de 1 de fevereiro de 2001 e 22 de março de 2001.

32 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

33 Secretaria de Estado da Assistência Social (www.seas.al.gov.br)

34 Idem.

35 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

36 *Tribuna*, dia 27 de julho de 2002.

37 *O Estado de S. Paulo*, 5 de abril de 2002, "Homossexual agredido morre em Maceió".

BAHIA

O Estado da Bahia, situado ao sul da Região Nordeste, faz divisa com os estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Tocantins. Sua capital é Salvador e a sua economia está baseada na agricultura (cana-de-açúcar, mandioca, feijão, milho, cacau e coco) e, de maneira crescente, na indústria (química e petroquímica). É um importante centro turístico no Nordeste e no País.

O desrespeito aos direitos civis e políticos e a violência excessiva e ilegal de agentes do estado têm sido verificados na Bahia com uma freqüência que merece destaque. Nesse sentido, a existência de grupos de extermínio, a quantidade e gravidade dos conflitos no campo, a repressão da polícia às manifestações de segmentos da sociedade civil, as ameaças à liberdade de imprensa são alguns dos problemas verificados no período de análise desse relatório.

Um dos casos, de grande destaque nacional, ocorreu no dia 22 de abril de 2000, durante as comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil. Nesse dia, uma manifestação organizada por representantes de grupos indígenas, trabalhadores sem terra, do movimento negro e demais organizações da sociedade civil foi brutalmente reprimida pela polícia militar, em Santa Cruz de Cabrália. Policiais, sem identificação no uniforme, atiraram bombas de gás lacrimogêneo e espancaram os manifestantes. [1]

O estado também registra conflitos entre fazendeiros e indígenas. A falta de regularização de terras e o deslocamento para áreas distintas daquelas em que originariamente residiam são causas para o aumento dos conflitos que atingem, entre outros, os indígenas pataxós.

No estado merece destaque a atuação do movimento negro e do movimento de gays, lésbicas, transexuais e bissexuais. Entre as organizações que lutam pelo respeito à orientação e diversidade sexual destaca-se o Grupo Gay da Bahia (GGB). Não só uma referência para o estado como também para o Brasil, o GGB denuncia todas as expressões de homofobia, divulgando informações sobre orientação sexual, trabalhando na prevenção da Aids, conscientizando os homossexuais e a sociedade dos direitos e práticas que viabilizam o exercício da cidadania plena de gays, lésbicas, travestis e transexuais.

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES E TORTURA

Persistem os problemas de violência policial e, inclusive, de participação de policiais em grupos de extermínio na Bahia. Em 2000 e 2002, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana recebeu denúncias e criou comissão e sub-comissão com o objetivo de apurar denúncias de assassinatos praticados por grupos de extermínio no estado.[2] O governo estadual, entretanto, diz não ter informações sobre a existência de grupos de extermínio no estado. [3]

Na Bahia, 132 pessoas foram mortas por policiais no ano 2000 (107 por policiais militares; 25 por policiais civis) e 112 pessoas foram mortas por policiais em 2001 (86 por policiais militares e 26 por policiais civis). O número de pessoas mortas supera o número de pessoas feridas por policiais em serviço, o que sugere o uso excessivo da força por parte dos policiais. No ano 2000, 110 pessoas foram mortas por policiais em serviço (88 por policiais militares; 22 por policiais civis) contra 84 pessoas feridas (75 por policiais militares e 9 por policiais civis). Em 2001, 88 pessoas foram mortas por policiais (63 por policiais militares e 25 por policiais civis) contra 81 pessoas feridas (75 por policiais militares e seis por policiais civis).[4] Já no período de folga, o número de pessoas mortas por policias é inferior ao de pessoas feridas. No ano 2000, 22 pessoas foram mortas e 74 foram feridas por policiais em folga (19 mortas e 17 feridas por policiais militares; três mortas e três feridas por policiais civis). Em 2001, foram 24 pessoas mortas e

64 pessoas feridas por policiais em folga (23 mortas e 61 feridas por policiais militares; uma morta e três feridas por policiais civis). [5]

As mortes de policiais, por outro lado, totalizaram 78 no ano 2000 (63 policiais militares e 15 policiais civis) e 269 em 2001 (252 policiais militares e 17 policiais civis). Na grande maioria dos casos, entretanto, os policiais morrem quando estão fora de serviço. No ano 2000, 16 policiais foram mortos em ação policial (13 policiais militares e três policiais civis), enquanto 62 policiais morreram fora de serviço (50 policiais militares e 12 policiais civis). Já em 2001, quando o número de policiais mortos atinge o pico, 105 policiais foram mortos em ação policial (92 policiais militares e 13 policiais civis) e 164 policiais foram mortos fora de serviço (160 policiais militares e quatro policiais civis). [6]

Os problemas de violência e corrupção na polícia são agravados pelos baixos salários e más condições de trabalho dos policiais, que geram movimentos reivindicatórios, greves e rebeliões no estado. Policiais militares e civis realizaram greve por melhores salários, com a duração de treze dias, em julho de 2001. Os policias em greve ocuparam quartéis da polícia militar. O Exército foi chamado a intervir para conter a greve. Durante a greve, houve uma onda de saques e assaltos, a população começou a fazer justiça com as próprias mãos. A greve deixou um saldo de 37 pessoas mortas, 126 feridas à bala e 80 estabelecimentos comerciais saqueados. O período de maior violência, entre o início da noite do dia 15 de julho e o final da tarde de 16 de julho, foi chamado pelos jornais de "noite do terror" ou "dia do terror". [7]

Policiais militares e civis voltaram a realizar greve por melhores salários, em janeiro de 2002. Os grevistas chegaram a ocupar quartéis da polícia militar, mas os quartéis foram desocupados pela tropa de choque da polícia militar. [8]

Em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o Governo do Estado desenvolve o Programa Estadual de Proteção a Vítimas de Crimes, que atendeu a 200 pessoas em 2001. A entidade Cidade Luz, através de convênio com a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, mantém o Centro de Atendimento a Vítimas da Violência, que presta assistência e orientação jurídica, psicológica e social para vítimas da violência. [9]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura no Estado da Bahia, citando 11 casos no seu relatório, a maioria acontecidos em 1999 e 2000, envolvendo policiais civis e militares. Uma das denúncias mais graves diz respeito ao espancamento por policiais militares de 22 presos na Penitenciária Lemos Brito, em Salvador, em 19 de fevereiro de 2000, supostamente com a aprovação dos diretores da unidade. [10]

A população de detentos, em setembro de 2002, corresponde a 9.380 detentos, distribuídos nas 7.547 vagas dos quatorze estabelecimentos prisionais e unidades policiais. O sistema penitenciário oferece 4.086 vagas, enquanto as instituições policiais oferecem 3.461. É de 1.833 o número de detentos acima da capacidade das vagas. [11]

Alguns casos demonstram a presença da prática de tortura e maus tratos nos estabelecimentos penitenciários da Bahia. Em janeiro de 2000, vinte e dois detentos foram espancados por policiais militares na Penitenciária Lemos Brito em Salvador. Segundo a denúncia a ação dos policiais contou com a aprovação dos diretores da instituição. Os maus tratos e agressões deixaram lesões que foram comprovadas e denunciadas pela pastoral carcerária que presta assistência religiosa no local.

A Comissão Especial de Combate à tortura do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - Ministério da Justiça, visitou o Complexo Penitenciário de Teixeira de Freitas em dezembro de 2001 com o objetivo de apurar denúncias de tortura, maus tratos e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes contra os detentos. Sem prévio aviso, a Comissão se deslocou para o sul da Bahia e constatou que no Complexo Penitenciário, inaugurado há seis meses, não havia superlotação, a arquite-

tura permitia boas condições de habitabilidade e estavam garantidas a visita íntima, os banhos de sol e o acesso aos profissionais adequados para acompanhar a pena. Ao circular pelas celas, a Comissão encontrou diversos presos com sérias lesões decorrentes de espancamento. Os detentos relataram a "rotina do terror", diversas práticas de tortura, humilhação, e maus tratos promovidos pelos policiais militares e diretores do Complexo Penitenciário, que algumas vezes agiam encapuzados, algumas vezes sem capuz. As lesões apresentavam as mesmas características e 14 detentos fizeram exame de corpo de delito. Por fim, foi denunciada a existência de uma dispensa, bem pequena, com reduzida aeração, sem luz elétrica, utilizada como sala de castigo, chamado de "latão". Constatadas as denúncias a Comissão tomou todas as providências para responsabilização dos agentes torturadores. Além da mobilização das autoridades estaduais, dos poderes executivo, judiciário e legislativo a Comissão determinou que policiais federais acompanhassem as investigações, uma vez que, ainda na presença da Comissão, alguns policiais militares ameaçaram os presos prometendo quebrar ossos assim que a comitiva partisse. [12]

VIOLÊNCIA RURAL

Na Bahia, foram contabilizados 106 conflitos rurais, entre 1999 e 2001. Nesse período, o número de conflitos registrados a cada ano vem diminuindo. O mesmo acontece com a quantidade de pessoas envolvidas que, em 1999, era de 101.552, em 2000, passou a 7.025 e, em 2001, afetou diretamente 5.887. Mesmo com essas reduções, o número de mortes em conflitos rurais aumentou de um, em 1999, e um, em 2000, para dois em 2001. Até agosto de 2002, outros dois assassinatos, em decorrência dos conflitos, foram verificados no estado. [13]

No dia 4 de abril de 2002, no município de Ourolândia, dois trabalhadores estavam voltando de uma área de assentamento rural quando foram abordados por três policiais acompanhados por um funcionário do ex-proprietário da área do assentamento. Sob a alegação de que teriam furtado um pedaço de arame, os policiais ameaçaram os trabalhadores com espingardas e facão e, inclusive, espancaram um deles, ameaçando-o de morte caso não dissesse quem havia roubado o arame. O trabalhador, em seguida, procurou o posto de Saúde da cidade de Ourolândia, e foi levado para o hospital de Jacobina, onde ficou internado durante quatro dias. Os policiais continuaram ameaçando os trabalhadores da área do assentamento a mando do vaqueiro do antigo dono. [14]

TRABALHO ESCRAVO

A Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região recebe, em média, quatro denúncias de trabalho escravo por ano. Em 2002, havia oito procedimentos investigatórios para apurar denúncia de trabalho forçado na Bahia. [15]

Em 1999, foi detectado, na Fazenda Terras Brancas, que "gatos" recrutavam mão de obra para o plantio e desfibramento do sisal e a extração de pedras e britas. O problema, porém, é que aos "trabalhadores contratados" não tinham respeitados os direitos trabalhistas, como registro em carteira, recebimento de salário mínimo, condições de trabalho em ambiente higiênico e seguro, e fornecimento de equipamento de proteção. [16]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Por duas vezes, nos dias 10 e 16 de maio de 2001, a polícia militar reprimiu violentamente manifestações organizadas por estudantes universitários, secundaristas e lideranças políticas, a favor da cassação dos senadores Antônio Carlos Magalhães, José Roberto Arruda e Jader Barbalho, em Salvador. [17]

Na década de 90, dez jornalistas foram mortos na Bahia. A ABI, a Fenaj e o Sinjorba entregaram ao Ministério da Justiça um documento relatando os dez assassinatos. Até abril de 2000, apenas um culpado tinha sido condenado pela justiça. Os outros permaneciam impunes. [18]

Em maio de 2000 a SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa) levou à Comissão

Interamericana de Direitos Humanos o resultado de suas investigações sobre o assassinato de dois jornalistas ocorridos na Bahia: Manoel Leal de Oliveira, assassinado em 14 de janeiro de 1998 e Ronaldo Santana de Araújo, assassinado em 9 de outubro de 1997. Devido ao descaso e à negligência pelos quais as autoridades conduziram as investigações, a SIP resolveu encaminhar esses casos à Comissão Interamericana, para que fossem devidamente investigados. [19]

A ONG Repórteres sem Fronteiras denunciou dois casos de violações nesse estado. O primeiro foi do jornalista Jossé Olympio, do jornal "A Tarde", que em dezembro de 2001 teria sofrido ameaças de morte depois de denunciar irregularidades um projeto agrário no município de Riachão das Neves. O outro caso, ocorrido em janeiro de 2001, foi a denúncia de difamação feita contra o jornalista Marconi de Souza, também do jornal "A Tarde", porque havia publicado, no dia 25 de outubro de 2000, declarações de que 80% dos recursos publicitários de Salvador eram destinados à Rede Bahia, que pertence a membros da família de Antônio Carlos Magalhães. [20]

No ano de 2000, dois jornalistas foram ameaçados de morte nesse estado. No dia 15 de fevereiro, o jornalista Luciano A. Jatobá Silva, do jornal "A Cara da Bahia", sofreu ameaças de morte após ter denunciado irregularidades em compras realizadas pela Secretaria de Saúde de Senhor do Bonfim e pela Prefeitura de Pindobaçu. E, no dia 03 de março de 2000, o radialista Luiz Fernando Almeida Vieira, da Rádio União de Gandu, que vinha denunciando desvios de verba na Prefeitura de Eunápolis e envolvimento de policiais em atividades marginais, sofreu um atentado em sua residência, que resultou no incêndio de um carro e na perda total dos móveis. [21]

No dia 09 de março de 2001, o presidente do Diretório do Partido Verde de Ubaíra e colaborador da prefeita do município, Narthur de Assis Filho, foi brutalmente assassinado. Testemunhas atestam que os autores do crime seriam o ex-prefeito da cidade, Ivan Eça Menezes, e seu irmão Laurito Eça Menezes, que teriam agido devido à demissão de cinco pessoas, contratadas ilegalmente na gestão anterior, da prefeitura (sendo que, na verdade, a decisão da demissão foi tomada pela Câmara de Vereadores do Município, no exercício de sua competência). A família do ex-prefeito ocupou a Prefeitura da cidade por mais de vinte anos, sendo que na última eleição havia perdido a disputa para a atual prefeita, Rosane Fagundes, do PSB, que contou com a fundamental colaboração da vítima. [22]

O Exército foi chamado para acompanhar as eleições de 6 outubro de 2002 no município de Camaçari, devido à constatação da existência de um excesso 18 mil títulos de eleitores na realização do recadastramento. Dois municípios receberam esta proteção no 2º turno, em 27 de outubro do mesmo ano. [23]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 791 para 807 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos diminuiu de 28,3 em 98 para 27,8 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens serem mortos é a taxa de vitimização juvenil, que era de 78,6 em 2000 na Bahia, um pouco mais baixa que a taxa nacional de 92,7 em 2000. [24]

Em relação à violência fatal, os jovens figuram muito mais como vítimas do que como agressores. Em 2001, 94 pessoas com idade inferior a 18 anos foram assassinadas na Região Metropolitana de Salvador, contudo o número de homicídios praticados por adolescentes foi bem inferior. [25]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, somente 141 dos 413 municípios contavam com Conselhos Tutelares e 228 cidades não apresentavam Conselhos Municipais de Direitos. Isso revela o descumprimento do ECA, por parte dos governos municipais, no que se refere a implantação desses órgãos. [26]

Entre dezembro de 2001 e fevereiro de 2002, o Projeto Viver atendeu 114 crianças e 39 adolescentes víti-

mas de violência sexual, perpetradas em sua maioria no ambiente familiar. [27]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 184 partiram do Estado da Bahia. Deste total, 33 foram feitas no 1º semestre de 2002. [28]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. A Bahia apresentou duas rotas, sendo que uma delas também envolvia mulheres com idade superior a 18 anos. [29]

Trabalho Infanto-Juvenil

Segundo o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente, em 1999, havia 525.183 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado da Bahia. Deste total, 135.455 (25,79%) trabalhavam na área urbana e 389.728 (74,21%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (371.362) e Comércio (56.349). Ademais, 328.587 não recebiam remuneração, 71.606 eram empregados, 36.137 trabalhadores domiciliares e 32.679 trabalhavam por conta própria. [30]

Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pela Secretaria de Planejamento do Estado, aponta que em 1999 havia, em Salvador, 14 mil adolescentes, entre 12 e 14 anos, trabalhando como domésticas. A pesquisa indica, também, que as condições sócio-econômicas desfavoráveis de suas famílias e o aspecto cultural, relacionado à continuidade da atividade profissional de suas mães e avós, eram as principais causas para manutenção do trabalho infanto-juvenil doméstico. [31]

A Associação Brasileira de Estudos do Trabalho-Abet e a Universidade Federal da Bahia publicaram um estudo sobre o impacto do trabalho doméstico infanto-juvenil que comprovam ser este o principal fator responsável pela retirada da criança da escola. Enquanto na Região Metropolitana de Salvador a média de freqüência escolar era de 92%, na mesma região, essa média cai para 50% quando a criança desempenhava serviços domésticos. [32]

Na Bahia, segundo publicação da organização CIPÓ – Comunicação Interativa – e da Rede ANDI, o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), com apoio e mobilização da sociedade civil, atuava, até o ano de 2000, em 48 municípios baianos, tendo já passado pelo programa 45 mil crianças e adolescentes, com idade entre 7 e 14 anos. Considerado um PETI modelo, o programa funcionava "através do sistema bolsa-escola: para cada filho comprovadamente matriculado, a família recebia um auxílio em dinheiro, para que a criança não trabalhasse. No turno em que não estava na sala de aula, o aluno apresentava uma série de atividades educativas complementares e de lazer" nas, denominadas, Unidades de Jornada Ampliada. [33]

Com o objetivo de conhecer a realidade e necessidade de cada região do estado, o Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia realiza pesquisa tanto nos municípios onde já se desenvolve o programa quanto naqueles em que se pretende implantá-lo. Além do PETI, a Delegacia Regional do Trabalho tem buscado reprimir a utilização de mão-de-obra infanto-juvenil notificando empresas e pessoas que façam uso dela.

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, a Bahia tinha, em março de 2002, 418 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida e, no mês de junho, 146 em internação e 14 em semiliberdade.[34] Assim, o índice de adoles-

centes em liberdade assistida era de 1,28.[35] Havia, ainda, 220 adolescentes em internação provisória. Muito próximo da média nacional, 4,47% de jovens em regime de internação e de semiliberdade eram do sexo feminino (havendo um total de 17 adolescentes).

O elevado número de internações provisórias, coloca a Bahia entre os estados com maior número de adolescentes nesta medida. A grande quantidade de internações provisórias, que supera em muito o número de internados por sentença, pode indicar que a medida esteja sendo utilizada pelo Judiciário como mera punição ou castigo imediato, contrariando as condições previstas no ECA para decretação da medida. [36]

MULHERES

O Coletivo de Mulheres do Calafate - CMC, em Salvador, é uma instituição sem fins lucrativos com o objetivo de promover a saúde da mulher, combater e prevenir a violência doméstica e sexual. Fundado por nove mulheres vítimas da violência de seus maridos, o Coletivo desenvolve quatro programas com a comunidade de Calafate: Medicina Alternativa; Prevenção as DST/Aids; atividades com crianças e adolescentes; e pesquisas sobre violência doméstica e o perfil agressor em parceria com o Grupo de Estudos sobre a Mulher/UFBA. Neste último programa, o CMC organiza para toda a comunidade, incluindo os agressores, palestras sobre gênero, saúde, sexualidade, violência doméstica, direitos reprodutivos e da mulher. O CMC observou mudanças no comportamento dos agressores. Como as palestras estão servindo de conscientização aos direitos da mulher, o agressor passou a não agredir fisicamente, pois sabe que deixando "marcas no corpo" a mulher poderá denunciá-lo. Deste modo, a violência psicológica vem aumentando na comunidade de Calafate. Pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre a Mulher com 250 mulheres atendidas pelo Coletivo Calafate constatou que 99,6% dessas mulheres sofrem ou já sofreram algum tipo de violência, podendo ser elas sexuais, físicas ou emocionais. [37]

A taxa de homicídio contra as mulheres no estado foi de 3,2 por 100 mil habitantes no ano de 2000. As mulheres representam 10,4% das vítimas de homicídios.[38] Em relação aos crimes praticados contra as mulheres, foram registrados na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher e nas Delegacias de Polícia de Salvador, no ano 2000, 2.512 casos de ameaça, 2.750 casos de lesão corporal, 4.034 agressões, 9 atentados violentos ao pudor, 7 assédios sexuais, 42 homicídios dolosos, 446 estupros. Em 2001, foram registradas 2.718 ameaças, 2.536 casos de lesão corporal, 3.590 agressões, 7 atentados violentos ao pudor, 10 assédios sexuais, 52 homicídios dolosos e 395 estupros. [39]

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial constatou a existência de cinco rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial no estado, e uma destas rotas também envolvia crianças e adolescentes. Salvador, assim como em outras capitais do Nordeste (como Recife/PE, Fortaleza/CE e Natal/RN), verifica-se uma possível inter-relação entre turismo sexual e tráfico, uma vez que essas cidades, além de receberem um grande fluxo de turistas estrangeiros, são apontadas como os principais locais de destino do tráfico. Inquéritos e processos demonstram que Salvador está na rota de tráfico de mulheres para a Europa. [40]

AFRO-DESCENDENTES

A Bahia é o estado brasileiro com a maior proporção de pessoas que se identificam como afro-descendentes. No estado, 74,95% (9.795.849) das pessoas se declararam negros ou pardos. Na população afro-descendente, 13,01% se declararam negros e 61,94% pardos. [41]

Conforme dados da 2ª Promotoria de Justiça da Cidadania e Combate ao Racismo, de março de 1997 a novembro de 2002, foram atendidas 206 casos, sendo que 53 deles resultaram no ingresso de ação penal e 113 casos estão em tramitação na promotoria. Os outros 40 tratam-se de injúria, com conteúdo racista, e a eventual proposição de ação não compete ao Ministério Público,

uma vez que a ação penal é privada. [42]

No estado, atuam diversas organizações de defesa da cultura e dos direitos da população negra. Essas organizações militam pela igualdade de direitos entre brancos e afro-descendentes em diversos setores da sociedade. A Promotoria de Combate ao Racismo do Ministério Público, acima citada, e o Disque Racismo são exemplos de ações voltadas para a defesa dos direitos da população afro-descendente.

Entre dezembro de 2000 e abril de 2002, o Disque-Racismo da Bahia recebeu cerca de 300 denúncias. Os responsáveis pelo serviço informam que em alguns casos as vítimas de racismo desistem de prosseguir na denúncia por medo de repreensão, por pressão da família ou, ainda, por que são desencorajadas, seja pela polícia seja pelo fato de ser lento o sistema judiciário. [43]

Discriminação Racial

Um dos casos registrados no Disque-Racismo, ocorreu às vésperas do Natal de 2001 e a vítima foi uma menina afro-descendente de 6 anos de idade que estava acompanhada de sua mãe numa loja de eletrodomésticos. Enquanto sua mãe pesquisava os preços de bicicletas, a menina subiu no brinquedo exposto assim como outra menina de cor branca. O vendedor, porém, repreendeu apenas a de cor negra, tendo ele alegado que a menina seria uma criança de rua pela sua cor (mostrando a pele). O caso tramita na Delegacia da Criança e do Adolescente (Derca) e deve ser encaminhado à Justiça. [44]

Em outro caso, um pedreiro foi ao mercado de Salvador e, após escolher verduras e frutas para seu filho de cinco anos, passou pelo caixa e pagou pelos produtos que estava levando. Contudo, foi barrado pelo proprietário do mercado que insinuou que ele estaria levando, debaixo da camisa, um pacote de biscoito. Constrangido com a situação, a vítima tirou o guarda-chuva velho que estava em seu bolso para demonstrar que não tinha nada escondido. O caso foi registrado na 9ª Delegacia (Boca do Rio). [45]

O Disque Racismo encaminhou ao Ministério Público Estadual, no dia 20 de maio de 2002, um texto-denúncia que condenava o tratamento constrangedor e discriminatório dispensado a pessoas afro-descendentes nos bancos. Um dos coordenadores do Disque Racismo afirmou que os cidadãos afro-descendentes são vítimas constantes dos vigilantes que controlam as portas giratórias de acesso aos guichês dos bancos. Em muitos casos, os afro-descendentes são obrigados a abrirem a bolsa e revelarem objetos pessoais, violando o direito à intimidade garantido pela Constituição. Uma funcionária pública chegou a ser algemada por uma delegada que estava num banco, em fevereiro de 2002. O Disque Racismo enviou a denúncia ao Ministério Público, solicitando instauração de inquérito na Corregedoria da Polícia Civil. [46]

No município de Araci, um agricultor foi agredido verbalmente por policiais civis e militares que o chamaram de "negro preto do carvão". Desde 3 de fevereiro de 1998, o agricultor busca obter reparação da ofensa que lhe foi feita. O caso foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. [47]

Ações Afirmativas

A Universidade Federal da Bahia desenvolve projetos para ampliar o acesso e garantir a permanência de estudantes negros. [48]

A Fundação BankBoston, em sua filial de Camaçari, cidade majoritariamente negra no estado, tem uma política de contratação de mão-de-obra local que obedece aos indicadores raciais e de gênero do local, isto é, 40% de mulheres e 70% de afro-descendentes. [49]

INDÍGENAS

A Bahia tem uma população de pelo menos 9.583 indígenas, distribuídos em 9 povos indígenas. Além disso, também abriga um outro povo, com uma população de 1.630 indígenas, que vive entre a Bahia e Pernambuco.[50] Estima-se que tenha a 8ª maior população indígena do país. [51]

O Estado tem 26 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [52]

Situação	N.º de Terras Indígenas
A Identificar	5
Em identificação	1
Com restrição de uso	1
Identificadas / Aprovadas pela Funai	1
Homologadas	6
Registradas	7
Reservadas	5

Pataxós

Desde o ano de 1961, com a criação do Parque Nacional Monte Pascoal, os Pataxós vivem situações de conflito com os fazendeiros das áreas para onde foram deslocados, após serem expulsos de suas terras tradicionais. Há alguns anos resolveram voltar a essa área e iniciaram um movimento de retomada do Monte Pascoal. Os enfrentamentos e conflitos pelos quais os indígenas Pataxós do Sul do Estado da Bahia têm passado são, em grande parte, conseqüências dessa situação.

Em 19 de agosto de 1999, cerca de 400 indígenas Pataxós ocuparam o Monte Pascoal. Foi um ato de retomada do território tradicional que acabou tornando-se símbolo de resistência do movimento indígena no país. Um Grupo Técnico começou a estudar a situação local, mas teve seus trabalhos paralisados no início de novembro, o que motivou os indígenas a ocuparem a administração da Funai de Eunápolis e a posteriormente, em 23 de março de 2000, ocuparem uma fazenda vizinha ao Monte Pascoal. Em 9 de abril de 2002, o governo lançou um Programa de Gestão Ambiental. Segundo os indígenas e o Conselho Indigenista Missionário, o verdadeiro objetivo desse programa seria a retirada dos Pataxós do Monte Pascoal. [53]

A área de Corumbauzinho, logo ao lado do Monte Pascoal, também tem sido sede de conflitos. Em agosto de 1999, os Pataxós denunciaram desmatamentos realizados por fazendeiros nesse local, que já haviam sido multados pelo Ibama duas vezes. Cerca de um ano depois, em 24 de agosto de 2000, os indígenas ocuparam essa terra com o intuito de barrar o processo de destruição. Os fazendeiros locais se armaram para enfrentar os indígenas, chegando a disparar tiros contra eles. Em agosto de 2001, em decorrência de ordem judicial, foram expulsos de lá pela polícia. [54]

Violências

Na madrugada do dia 18 de julho de 2002, o líder Pataxó Hã-hã-hãe Raimundo Dominciano dos Santos foi morto em uma fazenda do município de Pau Brasil. Quinze pistoleiros invadiram a ocupação indígena, mataram Raimundo e feriram gravemente um outro indígena. O líder indígena Milton Matos Silva já havia sido assassinado no início do ano. Esses assassinatos são resultado da tensão e da violência que impera no local.

Desde 1999, a tensão nesse local vem se agravando. Um confronto ocorreu no dia 16 de novembro de 1999, quando cerca de 1200 indígenas Pataxó Hã-hã-hãe da aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu, no município de Pau Brasil, no Sul da Bahia, retomaram uma área de 2 mil hectares de seu território tradicional que estava invadida por nove fazendas. Policiais militares foram ao local para impedir a ocupação e entraram em choque com os indígenas, sendo que como resultado desse embate dois policiais foram mortos. Os indígenas negam serem os responsáveis pelas mortes. Quatro dias depois os policiais romperam acordo feito e invadiram novamente as ocupações e espancaram os indígenas.

A ocupação do local se deveu ao fato da Justiça Federal ainda não haver, 17 anos depois, julgado a Ação de Nulidade de Títulos Imobiliários impetrada pela Funai em 1982 contra os fazendeiros que ocuparam o local. Na década de 70, o governo do Estado da Bahia concedeu ilegalmente títulos imobiliários aos fazendeiros, diminuindo de 54 mil para 2.100 hectares a terra indígena que havia sido delimitada em 1926. Nesses anos todos, o conflito foi acirrado e 13 lideranças indígenas morreram, entre elas o indígena Galdino Jesus dos Santos, que havia ido à Brasília reivindicar a

retomada dessa área indígena quando foi morto (ver Distrito Federal).

Ao longo de 2000 e 2001 esses indígenas continuaram ocupando essas fazendas que estavam sob sua terra. Até outubro de 2001, tinham retomado cerca de 30% de suas terras originárias. O final de 2001 foi marcado por fortes tensões. Várias casas foram incendiadas ou destruídas por bombas e tiros, houve episódios em que pistoleiros atiraram contra indígenas. Foi nesse contexto que o indígena Raimundo Dominiciano dos Santos foi morto. [55]

Os indígenas Pataxós da terra indígena "Barra do Caí", na região de Cumuruxatiba, no município de Prado, também vêm sofrendo medo e ameaças. Em abril de 2000 eles realizaram uma tentativa de retomar a área e, enquanto estavam no local, foram ameaçados por pistoleiros que rondavam o local. Abandonaram a área sendo expulsos a tiros. Desde então, os indígenas passaram a ser insultados, sofreram prisões ilegais e agressões físicas. Em fevereiro de 2002, ocorreram diversos episódios de pistoleiros invadirem a aldeia indígena e atacarem atirando. [56]

Além disso, os Pataxós da aldeia Pequi têm sido agredidos por pistoleiros, como ocorreu na madrugada do dia 15 de setembro de 2002, quando foram expulsos de sua aldeia com jagunços auxiliados de policiais militares, que invadiram o local atirando, destruindo moradias e agredindo fisicamente os indígenas. As trinta famílias residentes fugiram do local e seis indígenas foram presos. Quatro dias depois do episódio, apenas um indígena tinha sido solto, e ele possuía sinais de tortura. [57]

IDOSOS

O Estado da Bahia registrava, em 2000, uma população de 1.077.901 idosos.[58] Seguindo a tendência nacional, a população de idosos cresce em relação às demais faixas etárias da população: os idosos representavam 6,9% da população total em 1991; no ano 2000, este número aumentou para 8,2%.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

No Relatório sobre a Tortura no Brasil, do Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, há um caso de tortura contra um homem portador de problemas mentais. O homem portador de problemas mentais teria sido espancado nas mãos com uma palmatória e com um cabo de vassoura por um policial militar em uma delegacia de polícia em Salvador em maio de 2000. Ele teria ficado com hematomas no corpo e suas mãos teriam ficado inchadas por dez dias. Segundo informações recebidas pelo Relator Especial, ele estaria brincando perto de uma delegacia e esse fato teria aborrecido os policiais. O incidente teria sido reportado ao Ministério Público. [59]

MIGRANTES

De um trabalho desenvolvido em fevereiro de 1999 pela Fundação Joaquim Nabuco em Petrolínia, verificou-se que, em se tratando do perfil das migrantes, as suas idades variavam de 20 a 59 anos, a maioria era analfabeta ou sabe apenas assinar o próprio nome. A maioria era casada, possuía uma média de 3,2 filhos e tinha uma renda média familiar mensal de R$ 57,18. Por suas atividades produtivas, as assalariadas recebiam, por mês, um salário de R$ 142,00 e mais os acréscimos dos abonos de família. As diaristas, por outro lado, recebiam, mediante a sua produção, de R$ 3,00 a R$ 12,00 por dia. Como não existe um vínculo formal entre os empregadores e as diaristas, as mesmas por vezes passavam vários dias, semanas e/ou meses sem conseguir um trabalho. [60]

GAYS, LÉSBICAS, TRANSEXUAIS E BISSEXUAIS

O Grupo Gay da Bahia (GGB) é responsável pela publicação de vários relatórios a respeito de violações aos direitos dos homossexuais e de outros temas de interesse. Dentre as publicações, destaca-se a edição das obras: "Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos

Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000, editado em 2001" e "O Crime Anti-Homossexual no Brasil, editado em 2002". Com a contribuição do GGB foi realizada a Parada do Orgulho Gay em Salvador que, em 16 de junho de 2002, reuniu aproximadamente 15 mil pessoas. [61]

Em 2000 foram registrados 22 homicídios homofóbicos, tendo sido 18 contra gays e 4 contra travestis. [62]

Um caso de violência contra homossexuais aconteceu em Salvador. Um professor universitário homossexual foi agredido moralmente e espancado por dois rapazes em frente a sua casa. Desmaiado, o professor foi levado a um hospital, com a visão comprometida e as vértebras machucadas. [63]

1 Folha de S. Paulo, 23 de abril de 2000, Primeira Página, "Conflito marca festa dos 500 anos"; *Estado de S. Paulo*, 23 de abril de 2000, "Conflito dos 500 anos deixa feridos e 141 presos".

2 Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, *Relatório – Setembro 2002*.

3 Governo do Estado da Bahia, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos

4 Idem.

5 Idem.

6 Idem.

7 *O Estado de S. Paulo*, 6 e 10 a 18 de julho de 2001, e *Folha de S. Paulo*, 6 e 12 a 18 de julho de 2001.

8 *Folha de S. Paulo*, 9 de janeiro de 2002, Cotidiano, C1 , "PMs e policiais civis voltam a parar na Bahia", e *O Estado de S. Paulo*, 9 de janeiro de 2002, Cidades, C 1, "PM invade quartéis para sufocar greve na Bahia".

9 Idem.

10 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

11 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen/default.htm).

12 Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça, *Relatório sobre a visita de representantes da Comissão Especial de Combate à tortura ao complexo Penitenciário de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia* (Brasília: CDDPH, 2001).

13 Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo – Brasil 1999, *Conflitos no Campo – Brasil 2000 e Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

14 Comissão Pastoral da Terra da Bahia, *Relatório Comissão Pastoral da Terra/Bahia*.

15 Informações da Procuradoria Regional do Trabalho-5ª Região, em dossiê enviado pelo Governo do Estado da Bahia à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

16 Ministério Público do Trabalho, *Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo/Forçado*.

17 *Folha de S. Paulo*, 11 de maio de 2002 e 17 de maio de 2002, "PM reprime manifestação em favor da cassação de ACM, em Salvador" e "Polícia baiana reprime ato contra ACM".

18 *A Tarde*, 23, 16 e 9 de abril de 2000; "Seqüestro, espancamentos e ameaças", "ABI quer apuração de crimes contra jornalistas" e "Ministério da Justiça acionado contra crimes".

19 Ver web-site do Sociedade Interamericana de Imprensa (http://216.147.196.167/portugues/portugues.cfm).

20 Repórteres sem Fronteiras (www.rsf.org.fr).

21 *Jornal da Tarde*, 23 de abril de 2000, " Seqüestro, espancamento e ameaças".

22 Material recebido do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Ministério da Justiça.

23 *Folha de São Paulo*, 03 de outubro de 2002, "170 municípios pedem proteção do Exército para votação do dia 6"; *Agência Estado*, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

24 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH; 2002).

25 CIPÓ – COMUNICAÇÃO INTERATIVA E REDE ANDI, *A Criança e o Adolescente na Mídia Bahia/Sergipe – Janeiro a Dezembro de 2000* – Série Rede ANDI, Salvador, 2002, p. 44.

26 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

27 *Diário da Região*, 12 de março de 2002, p. Cotidiano 9. Notícia disponível no site da ABMP (www.abmp.org.br). O Projeto Viver, que atende vítimas de violência sexual, é fruto de parceria entre a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Saúde, a Delegacia de Repressão aos Crimes contra Criança e Adolescente e a Delegacia Especial de Proteção à Mulher.

28 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

29 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

30 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 40. O Mapa traz, também, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Na Bahia foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agriculturas (Canavieira e de Subsistência); Beneficiamento de Castanha de Caju; Colheita de Guaraná; Culturas (de Laranja, Mandioca, Algodão, Cacau e Café); Cultura e

Desfibramento de Feijão e Milho; Fumicultura; Hortifruticultura; Mariscagem; Produção (de Carvão Vegetal e de Farinha da Mandioca); e Serviços (em Oficinas Mecânicas e em Pedreiras)

31 *Jornal A Tarde* - BA, 1 de abril de 2002, p. Local 5 . Notícia disponível no web-site da ABMP(www.abmp.org.br).

32 Menezes; Wilson *Fora do Lugar: Crianças e Adolescentes no Mercado de Trabalho* (Salvador:2000) In: Revista do UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. *Maria Maria – Trabalhadoras Domésticas: Quem são e o que pensam*, ano 4, nº4, Brasília, 2002, p. 32-40.

33 CIPÓ – COMUNICAÇÃO INTERATIVA E REDE ANDI, A *Criança e o Adolescente na Midia Bahia/Sergipe – Julho a Dezembro de 2000* – Série Rede ANDI, Salvador, 2001, p. 42-44.

34 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

35 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

36 O parágrafo único do art.108 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a internação provisória: "A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida".

37 Coletivo de Mulheres do Calafate, *Relatório Violência Doméstica e Sexual contra mulheres do Calafate*, 2002.

38 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

39 Governo do Estado da Bahia, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

40 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

41 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

42 Dados fornecidos pelo Ministério Público da Bahia – Procuradoria Geral da Justiça/ 2ª Promotoria de Justiça da Cidadania e Combate ao Racismo.

43 *Correio da Bahia*, 14 de maio de 2002.

44 Idem.

45 *Jornal A Tarde*,13 de junho de 2002.

46 *Correio da Bahia*, 21 de maio de 2002.

47 *Jornal A Tarde*, 20 de agosto de 2002.

48 Silva, Maria Aparecida da. In: Racismo no Brasil – São Paulo; Petrópolis; ABONG, 2002. Página 119.

49 Idem.

50 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org)

51 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 15.290 indpigenas.

52 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

53 Conselho Indigenista Missionário , Informes n.º 380, n.º 386, n.º 403 e n.º 509, de 30 de setembro de 1999, 11 de novembro de 1999, 23 de março de 2000 e 25 de abril de 2002.

54 Conselho Indigenista Missionário, Informes n.º 372, n.º 426 e n.º 472, de 5 de agosto de 1999, 31 de agosto de 2000 e 2 de agosto de 2001.

55 Conselho Indigenista Missionário, Informes n.º 387, n.º 388, n.º 466, n.º 484, n.º 489, n.º 521 e n.º 522, de 18 de novembro de 1999, 23 de novembro de 1999, 21 de junho de 2001, 25 de outubro de 2001, 29 de novembro de 2001, 13 de julho de 2002 e 25 de julho de 2002.

56 Conselho Indigenista Missionário, Informes n.º 419 e n.º 500, de 13 de julho de 2000 e 21 de fevereiro de 2002.

57 Conselho Indigenista Missionário, Informes n.º 530 e n.º 531, de 19 de setembro de 2002 e 26 de setembro de 2002.

58 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

59 Rodley, Nigel. *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. (Genebra: Organização das Nações Unidas, 2001. Doc E/CN.4/2001/66).

60 Dados do relatório da Fundação Joaquim Nabuco, disponível no web-site da entidade (www.fundaj.gov.br/tpd/115.html). Do conjunto de quarenta e quatro mulheres entrevistadas, 19 eram advindas do Estado de Pernambuco (municípios de Serra Talhada, Serra Nova, Ouricuri, Salgueiro, Trindade, Tacaratu, Dormentes, Afrânio, Exu, São José do Belmonte, Pedra Grande, e da Serra do Araripe); 9 eram migrantes do Ceará (municípios de Barros, Juazeiro do Norte, Crato, Mauriti e Boa Viagem); 8 vieram do Piauí (municípios de Picos, Jaicós, São Miguel de Tapuia, Oeiras e Ipiranga); quatrovieram da Paraíba (municípios de Cajazeiras, Picuí, Bonito de Santa Fé, e Santa Luzia); 3 eram provenientes da Bahia (municípios de Tapera, Morro do Chapéu e Remanso); e 1 era proveniente do Rio Grande do Norte (município de Caicó).

61 Grupo Gay da Bahia (www.ggb.org.br.).

62 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

63 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

CEARÁ

O Estado do Ceará, situado ao norte da Região Nordeste, faz divisa com os estados do Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Sua capital é Fortaleza e a sua economia está baseada na agricultura, indústria, mineração e pecuária. O turismo adquire importância crescente na economia do estado.

Entre 1999 e 2001, o Ceará foi um dos cinco estados brasileiros em que mais ocorreram conflitos rurais, sendo que, na Região Nordeste, somente Pernambuco teve maior quantidade de conflitos.

Destaque-se a omissão do sistema de justiça e do estado cearense diante da tentativa de homicídio, ocorrida em 1983, que deixou paraplégica Maria da Penha Maia Fernandes. Passados mais de 18 anos do crime, o processo ainda não tinha sido concluído. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em abril de 2001, responsabilizou o Estado brasileiro condenando-o por negligência, tolerância e omissão em relação à violência doméstica. [1]

Mesmo não tendo atingido a totalidade do que prevê o ECA, o Ceará merece destaque positivo, pelo fato de ser o estado do Nordeste que mais avançou no sentido de criar os órgãos destinados à proteção dos direitos da infância e juventude. Assim, em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa nessa área, até o final do 1º semestre de 2002, havia 123 Conselhos Tutelares e 167 Conselhos Municipais de Direitos instalados nos 184 municípios do estado. [2]

VIOLÊNCIA POLICIAL E TORTURA

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura no Estado do Ceará, citando 5 casos no seu relatório, acontecidos em 1999 e 2000, envolvendo policiais civis e militares. Um caso aconteceu na Penitenciária de Potengi e outro na prisão de Aracati. Em fevereiro de 2000, um fotógrafo e um motorista do jornal O Povo teriam sido agredidos e espancados pelo prefeito de Hortolândia e seus empregados quando investigavam denúncias de corrupção no município. [3]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Com uma população carcerária de 6.762 detentos o estado disponibiliza 4.839 vagas. O número da população carcerária está acima da capacidade do sistema prisional, com uma superlotação de 1.923 detentos. Se diferenciando dos outros estados da federação, o Ceará, possui 157 unidades prisionais, das quais 150 são cadeias públicas e apenas duas unidades são penitenciárias. [4]

O Relatório da II Segunda Caravana Nacional de Direitos Humanos sobre Sistema Prisional brasileiro visitou alguns estabelecimentos do sistema prisional do estado. Constatou diversas situações de tratamentos desumanos e degradantes e em alguns casos a presença de maus tratos. Encontrou, em todos os estabelecimentos, superlotação e condições absolutamente inadequadas de habitabilidade. A visita ao Instituto Penal Paulo Sarasate, de Fortaleza, verificou a prática de violência de policiais contra os detentos. O Segundo Distrito Policial conhecido como o "Distrito Modelo", também foi objeto de atenção da Caravana. As instalações que deveriam abrigar a custódia de pessoas com prisão preventiva encontrava-se superlotada com 28 presos. As celas eram sujas, escuras e sem ventilação e com intenso odor fétido. No chão, o lixo e a sujeira propiciavam a proliferação de baratas. Os presos eram obrigados a dormir no chão, sobre a laje, sem colchão ou manta. Sem direito a banho de sol ou deslocamento para se exercitarem. A insalubridade do local proporcionava condições ideais para ocorrência de doenças. Os

detentos não recebiam visitas de familiares e ainda relataram sessões de espancamentos e maus tratos perpetrados pelos policiais.

A Cadeia Pública em Maracanaú não possuía diretor, lá trabalham 3 policiais militares, um agente penitenciário e dois vigilantes. Muitos presos estavam doentes com tuberculose e um dos detentos possuía hanseníase.

O Instituto Penal Feminino preserva as celas de isolamento, consideradas as piores de todas as visitadas no Brasil. Três pequenos cubículos escuros e úmidos que conservavam embaixo dos colchões um buraco no concreto com inúmeras baratas.

VIOLÊNCIA RURAL

Entre 1999 e 2001, o Ceará foi o estado da Região Nordeste que teve o segundo maior número de conflitos rurais. Somente atrás de Pernambuco, o estado registrou 31 conflitos em 1999, 116 em 2000 e 74 em 2001, totalizando 221. Apesar de não ter vitimado ninguém de forma fatal, esses conflitos envolveram, no período, 94.540 pessoas. [5]

TRABALHO ESCRAVO

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel realizou uma operação no Ceará no ano 2000, mas não encontrou presença de trabalhadores em situação degradante ou análoga à escravidão. [6]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 313 para 432 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 21,6 em 98 para 28,7 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens morrerem é a taxa de vitimização juvenil, que era de 74,1, menor que a taxa nacional de vitimização juvenil que, em 2000, era de 92,7. [7]

Vinculado à Secretaria de Trabalho e Ação Social, o Serviço de Atendimento SOS Criança – Projeto Sentinela do Ceará funcionava, até julho de 2002, em 11 municípios. Atuando de forma integrada com instituições governamentais, não governamentais, Conselho Tutelar e Conselhos de Direito, esse projeto atende vítimas de maus-tratos, exploração infantil, abuso sexual, violência doméstica, entre outras violações cometidas contra crianças e adolescentes. [8]

No período compreendido entre janeiro de 2000 e julho de 2002, foram contabilizados 6.108 casos de violência perpetrados contra pessoas com idade inferior a 18 anos. Deste total, 2.994 eram violências físicas, 2.445 negligência familiar, 424 violências sexuais (abuso ou exploração) e 245 violências psicológicas. [9]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 260 originaram-se no Estado do Ceará. Deste total, 71 foram feitas no 1º semestre de 2002. A quantidade de denúncias oriundas do Ceará, coloca-o na terceira posição entre os estados que receberam o maior número de denúncias registradas no Sistema. [10]

Trabalho Infanto-Juvenil

Segundo o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente, em 1999 havia 295.270 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Ceará. Deste total, 91.613 (31,03%) trabalhavam na área urbana e 203.657 (68,97%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (202.722), Comércio (26.879), Prestação de Serviços (25.369) e Indústria de Transformação (24.453). Ademais, 174.480 não recebiam remuneração, 38.067 eram empregados, 28.066 trabalhavam para autoconsumo e 21.703 exerciam trabalho domiciliar. [11]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado do Ceará tinha, em março de 2002, 743 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida e, no mês de junho, 389 em internação, 30 em internação provisória e 60 em semiliberdade. Do total de adolescentes sob internação, 355 eram do sexo masculino e 34 do feminino. [12]

Apesar de ser somente o 3º Estado mais populoso do Nordeste, o Ceará ostenta a 1ª colocação da região em quantidade de adolescentes inseridos em liberdade assistida, semiliberdade e internação. Dentro deste contexto, destaca-se o elevado número de adolescentes sob medida de internação, representando 1/3 do total de jovens inseridos em uma das três medidas sócio-educativas mais gravosas.

MULHERES

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial constatou a existência de três rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial no estado. Os dados da Polícia Federal indicam a existência de rotas internacionais de tráfico de mulheres saindo de Fortaleza para a Europa, acompanhando o movimento do turismo sexual. Assim como em outras capitais do Nordeste - especialmente, Recife (PE), Salvador (BA) e Natal (RN) -, Fortaleza (CE) se destaca como um dos principais locais de turismo sexual e de destino do tráfico de pessoas para esse fim. [13]

No Ceará, a taxa de homicídio contra as mulheres é de 2,8 por 100 mil habitantes no ano de 2000. As mulheres representam 8,7% das vítimas de homicídios. [14]

Em 1999, em Fortaleza, foram registradas, pela polícia, 71 estupros e 59 atentados violentos ao pudor. No ano seguinte, registraram-se 65 estupros e 66 atentados violentos ao pudor. Em 2001, foram 47 ocorrências de estupro e 66 de atentado violento ao pudor. [15]

No período de janeiro 2001 até junho 2002, o Fórum de Mulheres Cearenses, a partir de dados sobre violência contra mulher colhidos na Delegacia de Mulheres e no Instituto Médico Legal, indica a ocorrência de 4.492 lesões corporais; 3.973 ameaças; 125 maus tratos; e 86 homicídios. [16]

Apesar da reivindicação do segmento organizado de defesa dos direitos da mulher, até 2001 só existia uma única Delegacia de Atendimento à Mulher no estado, que estava localizada em Fortaleza. Contudo, após o surgimento de um assassino, que em 23 dias matou de forma bárbara seis mulheres, o Governo do Estado mobilizou-se para em junho de 2001 anunciar a instalação de delegacias da mulher nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Sobral e Iguatu. A promessa era de que ainda em 2001 fossem instaladas as delegacias em Crato e Sobral. Contudo, até outubro de 2002, apenas uma delas tinha sido instalada. [17]

Para atendimento de mulheres vítimas de agressão e violência, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social, tem o Albergue Casa do Caminho. Localizada em Fortaleza, a Casa atendeu, entre 2000 e 2002, 118 mulheres vítimas de agressão física.

Segundo dados do Governo do Estado, estão sendo desenvolvidos projetos (de capacitação de profissionais e de lideranças comunitárias assim como de divulgação de serviços) com vistas a garantir os direitos das mulheres e um atendimento adequado a essa parcela da população. [18]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (4.640.119) representa 62,45% da população do estado, proporção inferior à média da Região Nordeste. Na população afro-descendente, 3,32% se declararam negros e 59,12% pardos. [19]

INDÍGENAS

O Ceará tem uma população de 5.093 indígenas, distribuídos em 8 povos indígenas.[20] Estima-se que tenha a 10ª maior população indígena do país. [21]

O Estado tem 7 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [22]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	2
Em identificação	1
Com restrição de uso	1
Identificadas / Aprovadas pela Funai	1
Declaradas	2

O Estado do Ceará é o estado do Nordeste com maior número de reivindicações por demarcação de terras. Nenhuma área foi ainda demarcada e em quase todas há complicados conflitos com os posseiros.

Em março de 1999, os indígenas Tapeba tiveram problemas com um posseiro em suas terras. O posseiro, que já tem uma cerâmica e uma pedreira no local, tentou nessa ocasião cercar uma área maior, chegando a pegar parte da lagoa que é de onde os indígenas retiram sua sobrevivência. Foi a segunda vez que os indígenas flagraram tentativa de invasão. [23]

Violências

Em abril de 2001, quando foi publicada pelo Governo Federal portaria declarando a terra indígena em que vivem apta a ser demarcada fisicamente, os indígenas Tremembé da comunidade do Córrego João Pereira, município de Itarema, começaram a sofrer ameaças. Motoqueiros rondavam suas casas e as invadiam. Os conflitos judiciais em torno da posse dessas terras começaram por volta de 1991, quando os Tremembé primeiro solicitaram à Funai estudos para identificação na área. Desde então, até o começo de 2002, quando a terra finalmente começou a ser demarcada (foi a primeira terra indígena demarcada no Ceará), os indígenas vinham sofrendo com a disputa pela área, travada com posseiros e empresas instaladas no local. Segundo disseram os envolvidos na questão, foi um tempo de muitas dificuldades, ameaças de morte, perseguições, insegurança e medo, no qual os indígenas sofreram muito com cercas e casas incendiadas, roçados destruídos, expulsão de suas casas e até mortes. [24]

Os indígenas Pitaquarys vêm enfrentando problemas decorrentes da presença de posseiros em suas terras. Segundo eles essa presença traz para lá violência, prostituição, tumultos, xingamentos, ameaças, bebedeiras, poluição e queimadas. O processo de demarcação foi iniciado em 1997 e a área já foi identificada e delimitada pela Funai, mas a portaria determinando o início da demarcação ainda não foi expedida. Desde novembro de 2001 os indígenas vêm enfrentando problemas mais específicos com um determinado posseiro, dono de uma churrascaria na área. Várias vezes fecharam a estrada e o portão que dão acesso à terra, contando inclusive com a ajuda de outros povos indígenas do Ceará e de outros estados. [25]

IDOSOS

O Ceará tinha, em 2000, uma população de 658.989 idosos.[26] A população de idosos vem crescendo em relação às demais faixas etárias da população, tendo passado de 7,7% da população total em 1991 para 8,9% no ano 2000. No Ceará, mais precisamente na cidade de Sobral, foi instalado, em 28 de maio de 2002, o serviço de Disque-Idoso, fruto de uma parceria entre Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Prefeitura Municipal de Sobral e Diocese, por meio da Associação Cearense Pró-idoso.[27] A iniciativa já apresenta seus primeiros resultados: entre 3 de junho e 10 de outubro, foram recebidas 30 denúncias. As principais violações se referiam a: violência psicológica (7), negligência de cuidados (7), maus tratos (8) e cárcere privado (6). Em 22 casos, os agressores eram familiares.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

O deficiente auditivo denunciou que foi agredido

por dois soldados e um capitão da polícia militar no Conjunto Esperança. Afirmou que estava sentado em um bar quando os policiais chegaram para fazer vistoria no local, em busca de armas. Um dos policiais teria mandado o deficiente auditivo levantar, mas este, por não escutar, não cumpriu a ordem e continuou sentado. Foi neste momento que os policiais teriam agredido. A vítima disse também ter recebido pancada no abdômen e ter sido ameaçado com uma escopeta. Cerca de 50 pessoas teriam presenciado a ação dos policiais. [28]

GAYS, LÉSBICAS, TRANSEXUAIS E BISSEXUAIS

Entre 2000 e 2001, foram registrados 5 homicídios homofóbicos, tendo sido 3 contra gays, 1 contra lésbica e 1 contra travesti.[29] Em 2001, 3 homicídios homofóbicos, tendo sido 2 contra gays e 1 contra lésbica. [30]

O Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) é uma entidade civil que atua na defesa dos direitos de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, contribuindo para a formação e/ou fortalecimento de grupos homossexuais no interior do Ceará e em outros estados, prestando assessoria jurídica às pessoas afetadas por discriminação em decorrência da orientação sexual, e promovendo e participando de fóruns, atos públicos, debates e informativos relacionados com direitos humanos dos homossexuais, sexualidade e DST/Aids. [31]

1 Uma descrição mais detalhada desse conflito encontra-se no Capítulo "Sistema Internacional e a Situação dos Direitos Humanos no Brasil".

2 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

3 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

4 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen/default.htm).

5 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

6 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

7 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

8 Dados divulgados pela Secretaria de Trabalho e Ação Social relativos ao Serviço de Atendimento SOS Criança do Ceará/Projeto Sentinela – 2000/2001/2002. As cidades que têm instalada unidades do serviço são Crato, Juazeiro, Crateús, Sobral, Itapipoca, Quixadá, Canindé, Beberibe, Caucaia, Maracanaú e São Gonçalo.

9 Idem. O Projeto assim define: violência física é "o uso da força de forma não acidental, com o objetivo de agredir, ferir ou machucar o corpo da criança ou adolescente, deixando ou não marcas"; negligência familiar é o "ato de omissão do responsável pela criança ou adolescente quem prover as necessidades básicas para o seu desenvolvimento saudável"; violência sexual é a "situação em que uma criança ou adolescente é usado para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho"; e violência psicológica é "influência negativa exercida pelo adulto sobre a criança ou adolescente, ocasionando prejuízo no seu desenvolvimento. As formas mais freqüentes são: rejeitar, isolar, ignorar, aterrorizar, humilhar".

10 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

11 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 44. O Mapa traz, também, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes, entre 5 e 15 anos. No Ceará constatou-se o trabalho dessa faixa da população na: Agricultura Canavieira; Cultura do Caju; Fabricação de Santos e Serviços em Pedreiras.

12 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

13 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

14 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

15 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

16 Fórum de Mulheres Cearenses.

17 Informação enviada pela representante do Fórum de Mulheres Cearenses sobre a situação da mulher no estado do Ceará e dados sobre as violações.

18 Os projetos desenvolvidos são: Projeto de revisão e atualização do "Guia: Prestação de Serviços em Saúde Reprodutiva"; Projeto de capacitação e assessoramento das Lideranças Feministas e Conselheiras dos Direitos de Direitos das Mulheres; Projeto de capacitação para Policiais da Academia Civil; e Projeto de capacitação para Policiais das Delegacias de Defesa da Mulher e para organizações não-governamentais em direitos humanos e violência contra a mulher.

19 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

20 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

21 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br)., que informa ter esse estado uma população de 11.589 indígenas.

22 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

23 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 555 ("Pé de guerra", Diário de Fortaleza, 05 de março de 1999).

24 O Povo, 28 de setembro de 2001, "Índios Tremembé sofrem ameaças por causa da demarcação"; *O Povo*, 24 de outubro de 2001, "Tremembés voltam a denunciar ameaças após a demarcação"; *Diário do Nordeste*, 21 de setembro de 2002, "Perícia será feita na área dos Tremembé"; *Maria Amélia, Associação Missão Tremembé*, 12 de fevereiro de 2002, "Demarcação da Terra Indígena Tremembé Córrego João Pereira". Associação Nacional de Ação Indigienista (www.anai.org.br)

25 *O Povo*, 14 de dezembro de 2001, "Barreira contra os posseiros"; *O Povo*, 04 setembro de 2002, "Índios Pitaguarys fecham novamente acesso a suas terras". Notícias disponíveis no web-site da Associação Nacional de Ação Indigienista (www.anai.org.br)

26 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

27 Disque-Idoso de Sobral/CE.

28 *O Povo*, 16 de janeiro de 2000.

29 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

30 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

31 Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), *Dados de dossiê preparado pelo Grupo de Resistência Asa Branca* (GRAB).

MARANHÃO

O Estado do Maranhão, situado ao norte da Região Nordeste, faz divisa com o Piauí, Tocantins e Pará, e tem parte de seu território coberto pela Floresta Amazônica. Sua capital é São Luís e a economia é baseada na indústria (transformação de alumínio e alumina, alimentícia, madeireira), no extrativismo (babaçu), na agricultura (mandioca, arroz, milho) e na pecuária.

Na região, o Maranhão foi o estado que registrou o maior crescimento do número de conflitos rurais, que aumentaram de 15 em 1999 para 101 em 2001. No período, foram mortas cinco pessoas em conflitos rurais.

Uma grave violação aos direitos humanos constatada no estado se refere à submissão de pessoas à condições análogas à de escravos. O Gertraf, no ano de 2001, localizou 563 pessoas nessas condições, ficando, assim, apenas abaixo do Pará que, entre todos os estados brasileiros, foi o que teve o maior número de trabalhadores em situação de escravidão.

Outra séria violação diz respeito à violência e exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes. Entre outras formas de violência sexual, a Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual constatou que o Maranhão é o estado brasileiro em que se identificou o maior número de rotas de tráfico. Preocupados com a situação, a sociedade civil e o governo se mobilizaram bastante nos últimos anos. Entre as iniciativas promovidas está a aprovação, pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão, do Plano Estadual para Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. [1]

O caso dos meninos emasculados é um grave problema no Maranhão, uma vez que apesar já terem sido assassinados, desde 1991, 22 meninos entre 9 e 15 anos, a justiça e a polícia pouco têm feito para conter e punir os agressores. O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini é uma das organizações da sociedade civil que, participando ativamente no caso dos meninos emasculados e no combate à violência sexual, tem tido uma consistente atuação para garantir os direitos de crianças e adolescentes.

VIOLÊNCIA POLICIAL E TORTURA

O Ministério Público e organizações de direitos humanos denunciam a prática de tortura no Maranhão. No ano 2000, 14 casos de tortura foram investigados e denunciados pelo Ministério Público. Em dezembro de 2000, o Secretário da Segurança Pública proibiu a divulgação de laudos do Instituto Médico Legal para o Ministério Público sem a sua aprovação. O Ministério Público contestou a legalidade da determinação, mas sem sucesso. Em julho de 2001, denúncia de cerceamento da atividade do Ministério Público na investigação de crimes cometidos por policiais foi apresentada pelo Centro de Justiça Global ao Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas para Independência dos Juízes e Advogados. [2]

Policiais civis realizaram greve por melhores salários em dezembro de 2000. [3]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Com uma superpopulação carcerária e déficit de 2.090 vagas, o sistema prisional do Maranhão dispõe de três estabelecimentos penitenciários. Atualmente a população carcerária compreende 2.905 detentos, correspondendo a mais de três vezes a capacidade de vagas do sistema prisional que é de 815. A situação é crítica especialmente na disponibilidade de vagas para o número de presos cumprindo pena em regime fechado, são 220 vagas para 2.368 detentos. [4]

Em janeiro de 2001 uma rebelião provocou a morte de três presos na Casa de Detenção do Complexo

Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís do Maranhão. A Casa de Detenção continuava superlotada, com capacidade para 600 presos abrigava 1.200. No dia 3 de setembro desse mesmo ano outra rebelião violenta provocou a morte de mais três presos e oito presos e dois agentes de segurança ficaram feridos.

VIOLÊNCIA RURAL

No Maranhão, o número de conflitos rurais aumentou significativamente nos últimos anos, passando de 15 em 1999 para 81 em 2000 e 101 em 2001. O número de pessoas envolvidas nos conflitos foi de 5.475 em 1999, 19.884 em 2000 e 18.789 em 2001. No período, em decorrência dos conflitos, morreram cinco pessoas. De janeiro a agosto de 2002, mais uma pessoa foi assassinada. [5]

TRABALHO ESCRAVO

Em 2001, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou a presença de 563 trabalhadores em condição análoga a de escravo, nos municípios de Açailândia, Buriticupu, Santa Luzia, Bom Jardim e Amarante.[6] De janeiro a agosto de 2002, a CPT registrou a presença de 50 trabalhadores em condição análoga a de escravidão, no município de Gonçalves Dias. [7]

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou duas operações no Maranhão em 1999 e outras duas no ano 2000, sem identificar a presença de trabalhadores em situação degradante ou análoga à escravidão.[8] Em 2001, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel realizou 7 operações no Maranhão, que resultaram na libertação de 392 trabalhadores encontrados nessa situação. [9]

Em fiscalização realizada na Fazenda Caru no município de Carutapera, em setembro de 1999, o Ministério Público do Trabalho constatou a existência de trabalhadores empregados sem receber salário e em condições precárias de vida e de trabalho. Vinte dois trabalhadores desejavam deixar a fazenda, porém não tinham condição para isso, diante da falta de transporte e por ser um local de difícil acesso. [10]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 77 para 133 entre 1998 e 2000 (crescimento de 72,73%). O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 6,5 em 98 para 10,6 em 2000 (+ 63,08%). Um indicador da probabilidade dos jovens serem mortos é a taxa de vitimização juvenil, que era de 74,5 em 2000. [11]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, somente 61 (28%) dos 217 municípios contavam com Conselhos Tutelares e 95 (44%) das cidades não havia instalado os Conselhos Municipais de Direitos, o que revela que no Maranhão ocorre um flagrante descumprimento do ECA, no que se refere a implantação desses órgãos. [12]

A Defensoria do Estado do Maranhão, buscando aprimorar o atendimento jurídico à população entre 0 e 18 anos, começou a instalar, a partir de 2002, sete Núcleos de Atendimento à Criança e ao Adolescente.[13] Os Núcleos contarão com o trabalho de defensores públicos, advogados, estagiários e pessoal de apoio administrativo, que terão capacitação específica para atuar na área da infância e juventude. [14]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 89 originaram-se no Estado do Maranhão. Deste total, 34 foram feitas no 1º semestre de 2002. [15]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 33 rotas de tráfico

de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Maranhão, sendo que 24 delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. Um quinto de todas as rotas de tráfico brasileiras, envolvendo crianças e adolescentes, têm origem no Maranhão. [16]

Um local de fluxo de tráfico de mulheres e adolescentes é o Porto de Itaqui, localizado em São Luís. Em outras situações, as meninas, da capital e do interior, saem de suas casas e vão para bordéis localizados nas rodovias ou passam a trabalhar em casas de prostituição. Muitas vezes a prostituição e o tráfico, em especial nas zonas de garimpo (por exemplo, na cidade de Alta Flores), estão intimamente ligadas a um regime de "semi-escravidão". [17]

A partir de dados dos Conselhos Tutelares e das Delegacias Especializadas da Mulher, Criança e Adolescente sobre violência sexual nos município de São Luís, Imperatriz e Caxias foi verificada a ocorrência, entre janeiro de 2000 e junho de 2001, de 214 casos que vitimaram pessoas entre 0 e 18 anos de idade. A maioria das vítimas eram crianças (entre 0 e 12 anos) e do sexo feminino. Os agressores, quase que na totalidade do sexo masculino, tinham uma relação de proximidade com a vítima (sendo os principais agentes: padrasto, amigo, pai, namorado e vizinho). Um outro dado significativo é que o estupro era o crime sexual mais freqüente nas cidades de Imperatriz (66%) e de Caxias (46%). [18]

Por todos os problemas acima destacados, foi constituído no estado um plano estadual para enfrentamento da violência e exploração sexual. O plano tem por principal objetivo "Fortalecer todo o processo de articulação e mobilização para enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Maranhão, que tem como concepção a intercomplementaridade de ações técnico-políticas e financeiras, que garantam a consolidação de uma política nesta área".

Entre as ações já promovidas para o enfrentamento do problema, está a implantação, em 2001, do Sistema de Atendimento a Casos de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.[19] O responsável pela execução desse serviço, que se tornou uma referência para outros estados, é o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini.

Caso dos Meninos Emasculados

No período compreendido entre janeiro de 1999 e agosto de 2002, 6 meninos foram emasculados no Maranhão, o que configura um total de 22 meninos vítimas desses crimes desde setembro de 1991, data do primeiro caso ocorrido. De modo geral, os meninos tinham entre 9 e 15 anos, estando em período relativo ao final da infância e início da puberdade. Com exceção de um menino, todos moravam na periferia da Grande São Luis, em lugares pobres e precários, muitas vezes cercados por matas e com habitações distantes umas das outras.

Esses meninos desapareciam em lugares ermos e pouco movimentados, sendo depois encontrados torturados, emasculados e assassinados. Tinham os órgãos sexuais extirpados e diversos membros e órgãos internos do corpo arrancados.

As investigações dos casos têm sido marcadas pela lentidão e pelo desinteresse em solucioná-los, tanto da polícia quando da justiça. Um caso exemplar é o de Ranier Silva Cruz, o primeiro dos meninos emasculados, desaparecido em 17 de setembro de 1991. Em janeiro de 2001, quase dez anos após sua morte, seu caso foi arquivado pela justiça, sob a alegação de falta de provas. Havia, porém, um suspeito do crime, inclusive com prisão preventiva decretada, mas ele não compareceu à delegacia para depor, sendo o caso arquivado sem seu depoimento. Por isso, o Centro Marcos Passerini e o Centro de Justiça Global elaboraram uma petição à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 06 de setembro de 2001, a petição foi aceita.

Devido à imensa divulgação na mídia do caso, em outubro de 2001, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados enviou um representante (o Deputado Orlando Fantazinni) ao Maranhão para verificar a situação e produzir um relatório para o Ministério da Justiça. Nesse relatório foi solicitada autorização para a atuação da Polícia Federal na investigação dos casos. No entanto, o Gerente da Gerência de Justiça, Segurança e

Cidadania do Maranhão (Raimundo Cotrim) se pronunciou argumentando a não necessidade de participação da Polícia Federal. Apesar do Governo do Estado se pronunciar a favor dessa participação, essa intervenção não ocorreu.

Além disso, no dia 11 de novembro de 2001, o Gerente declarou à imprensa que a polícia maranhense teria solucionado 13 dos até então 19 casos ocorridos. Essa declaração não corresponde, de forma alguma, ao que vêm acontecendo com as investigações desenvolvidas. As situações processuais dos casos se encontram da seguinte forma:

– em 11 casos, a polícia indiciou os suspeitos, mas somente 4 deles (referentes a 3 casos) estão presos; os outros estão soltos, foragidos. Nos outros 11 casos a polícia não indicou nenhum suspeito, embora, em dois deles, haja suspeitos (apesar de constarem nos inquéritos);

– 13 dos 22 casos ainda estão em fase de Inquérito Policial, não tendo ainda sido remetidos para a Justiça. Desses, 3 inquéritos (de casos de 1991) desapareceram, sendo 1 deles reinstaurado, 1 achado e, o outro, permanece sumido e 4 Inquéritos foram arquivados;

– em 5 casos a causa mortis encontra-se indeterminada;

– o menino Hermógenes Colares, desaparecido em 7 de setembro de 2000, não teve os restos encontrados pela polícia reconhecidos por seus familiares como sendo dele. Ainda não foi realizado exame de DNA com a mãe do menino para verificar se o cadáver encontrado seria mesmo dele.

Trabalho Infanto-Juvenil

Segundo o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente, em 1999 havia 365.759 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Maranhão. Deste total, 102.152 (27,93%) trabalhavam na área urbana e 263.607 (72,07%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (289.145) e Comércio (41.189). Ademais, 271.022 (74,27%) não recebiam remuneração, 26.360 (7,22%) trabalhavam para autoconsumo, 22.244 (6,1%) por conta própria, 17.298 (4,74%) exerciam trabalho domiciliar e 15.652 (4,29%) eram empregados. [21]

O Centro Marcos Passerini desenvolveu um estudo sobre a situação do trabalho infanto-juvenil doméstico em São Luís.[22] Para traçar o panorama do problema na capital do Estado foram, preliminarmente, visitadas instituições responsáveis pela fiscalização e atendimento da demanda.[23] Num segundo momento foram entrevistadas 130 crianças e adolescentes que desenvolviam trabalhados domésticos. É um fenômeno com forte conteúdo cultural, uma vez que muitas famílias maranhenses utilizam crianças e adolescentes nessa forma de trabalho, tendo por base a idéia de ajuda a esse segmento.

Em São Luís 81,6%, dos entrevistados era proveniente do interior do estado, em que a miserabilidade e a falta de serviços públicos básicos (em especial a educação) são fatores, muito presentes, que intensificam o fluxo migratório para a capital maranhense.[24] As faixas etárias que mais se concentravam a mão-de-obra infanto-juvenil eram de 10 a 14 anos (48,4%) e 15 a 17 (43,9%), e 92,3%, das crianças e adolescentes entrevistadas eram do sexo feminino. A falta de remuneração,[25] a não garantia de direitos trabalhistas e a defasagem escolar[26] foram outras violações constatadas no estudo que se agregavam ao trabalho infanto-juvenil.

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados no Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Maranhão tinha, em março de 2002, 181 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida e, no mês de junho, 313 em internação, 121 em internação provisória e 22 em semiliberdade. Do total de adolescentes sob internação (provisória ou não), 417 eram do sexo masculino e 17 do feminino. [27]

O que mais chama a atenção no estado é o alto número de adolescentes sob privação total de liberdade

em comparação àqueles que cumprem a medida de liberdade assistida. Este fato denota que o Poder Judiciário não vem respeitando o princípio da excepcionalidade da medida mais rigorosa do ECA. [28]

MULHERES

No Maranhão, a taxa de homicídio contra as mulheres foi de 1 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representam 8,5% das vítimas de homicídio. [29]

Em quatro Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado do Maranhão, foram registradas, em 1999, 7.803 ocorrências policiais. Desse universo, destacam-se os crimes de: lesões corporais (3.385), ameaça (2.428) e maus tratos (119). No total registrado também há 284 ocorrências de crimes sexuais, sendo 171 de estupro, 68 tentativas de estupro e 45 atentados violentos ao pudor. [30]

Em São Luiz, somente no ano de 2001, a polícia registrou 164 ocorrências de estupros e 60 atentados violentos ao pudor. [31]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (4.146.076) representa 73,36% da população do estado, proporção superior à média da Região Nordeste. Na população afro-descendente, 9,52% se declararam negros e 63,84% pardos. [32]

Existem comunidades remanescentes de quilombos que estão sendo deslocadas da região de Alcântara, para a construção de uma base espacial. Esse processo inviabiliza a subsistência de centenas de famílias, que estão sendo deslocadas para as chamadas "agrovilas", que correspondem a lotes individuais para cada família, dificultando a gestão coletiva da terra, impróprios para a agricultura e longe dos locais de pesca. Além disso, por não terem recebido título de propriedade estão impedidos de construir novas casas, dificultando a possibilidade de expansão familiar e aumentando o êxodo das famílias para regiões urbanas. Todo processo de construção da base também tem gerado conflitos e destruição ambiental. [33]

INDÍGENAS

O Maranhão tem uma população de 16.845 indígenas, distribuídos em 7 povos indígenas.[34] Estima-se que tenha a 7ª maior população indígena do país. [35]

O Estado tem 19 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [36]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	2
Em identificação	1
Declaradas	2
Registradas	14

Em julho de 1999, os Krikati tiveram a área de sua terra diminuída em 20 mil hectares, através de despacho ministerial, resultante de um processo iniciado pelo invasor da terra indígena. Antes disso, os Krikati vinham enfrentando, há pelo menos quinze anos, uma longa luta no processo de regularização de sua terra, que é explorada por fazendeiros locais, por madeireiros e também por carvoarias. Em 1992, após a realização de estudos técnicos, tiveram seu território de 146 mil hectares declarado como área indígena. No entanto, a demarcação não foi homologada. Os indígenas, cansados de tanto esperar, e após pressionarem muito, começaram eles mesmos a demarcar fisicamente a área. O governo, por sua vez, alegou considerar problemática essa demarcação precária e traçou novo mapa, que diminuía a área indígena em 30 mil hectares. Até que, em julho de 1999, o Ministério da Justiça determinou a redefinição de uma linha divisória da área, diminuindo-a em 20 mil hectares. Em agosto de 2002, a terra ainda não havia sido nem homologada. [37]

Uma área indígena que fica entre os estados do Maranhão e do Pará e na qual vivem os povos Tembé, Timbira e Kaapor vem sofrendo muito com as invasões dos madeireiros. Há pelo menos 14 anos os indígenas se deparam com esse problema, que não é resolvido não obstante as inúmeras liminares de desintrusão de área que já foram concedidas. [38]

Violências

Um caso muito grave de condições de sobrevivência relaciona-se com o povo Guajá. Até julho de 1999, acreditava-se que 60 indígenas Guajá ainda sobreviviam. Trata-se de um grupo não contatado e nômade, que vive da caça e da pesca, e que necessita, assim, que suas terras sejam devidamente demarcadas para que possam continuar a sobreviver. O processo de demarcação de suas terras, porém, foi suspenso devido à interferência dos invasores (colonos, fazendeiros e madeireiros), sendo que o prazo para utilização do dinheiro que estava à disposição do governo para fazer essa demarcação acabou em junho de 2000, sem que a terra fosse demarcada. [39]

Outro caso muito grave de condições de sobrevivência diz respeito às condições sanitárias dos indígenas Kanela e Guajajara. Em junho de 1999, a Funai elaborou um relatório, após seus técnicos terem visitado 11 aldeias indígenas. Destas, 6 foram consideradas em "estado de emergência". Muitos indígenas estavam bebendo água de lamaçais e de poços com fezes em volta, sendo que 66% dos atendimentos ambulatoriais da região correspondiam a atendimentos de doenças parasitárias e infecciosas entre os indígenas. O caso mais grave era o da aldeia Santa Maria, onde o açude estava totalmente seco, sendo que o açude próximo, usado pelos indígenas, estava com água barrenta, quase acabando e com fezes de animais em volta. [40]

Outro problema muito sério sofrido pelos indígenas Guajajara está relacionado com o tráfico de drogas. Desde o começo da década de 90 que os traficantes vêm invadindo suas terras para plantar maconha, valendo-se, assim, da fragilidade da fiscalização e da política indigenista oficial. Para obter o apoio dos indígenas com o tráfico, os traficantes estariam até passando a viver com as índias. [41]

Também os indígenas Awa vêm enfrentando problemas, tendo seu modo de vida ameaçado pelo desflorestamento da Amazônia. Agricultores e madeireiras começaram a explorar as terras amazônicas, sendo que uma nova linha ferroviária abriu caminho para os posseiros conseguirem chegar no local onde vivem esses indígenas, no interior do estado do Maranhão. O resultado disso foram retiradas de madeira e queimadas. A terra transformada em pasto e dividida em dois pedaços, o que afetou drasticamente os modos de vida desses indígenas, que sempre caçaram e viveram como nômades. Como conseqüência disso, alguns indígenas passaram a viver escondidos no que restou da floresta. Outros (230 indígenas) passaram a viver em aldeias supervisionadas pela Funai, em clima de completa insegurança. [42]

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Em 2000 foram registrados 3 homicídios homofóbicos, praticados contra gays. [43]

1 Resolução nº 6/02 do CEDCA/MA, aprovada em Plenária Extraordinária de 16 de maio de 2002.

2 Centro de Justiça Global (www.global.org.br).

3 *O Estado de S. Paulo*, 15 de dezembro de 2000, Cidades, C6, "Greve põe policiais e sindicalistas lado a lado".

4 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen/default.htm).

5 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000 e Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

6 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

7 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000 e Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

8 Ministério do Trabalho e Emprego, A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002.

9 Idem.

10 Ministério Público do Trabalho, *Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo/Forçado*.

11 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

12 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

13 A criação dos Núcleos foi possível após ter sido firmado o Convênio nº 096/2001 com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. As cidades a terem os Núcleos são: Bacabal, Caxias, Imperatriz, Paço do Lumiar e São Luís.

14 Os Seminários e Cursos para a capacitação dos profissionais e estudantes foram realizados entre agosto e novembro de 2002 e contaram com a presença de estudiosos e pessoas com reconhecida atuação na área da Infância e Juventude.

15 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

16 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

17 Idem.

18 Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), *Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em São Luís, Imperatriz e Caxias*. (São Luís: FUNAC, 2002).

19 Cite-se, também, como iniciativas de mobilização e discussão sobre a temática: "Seminário Sobre Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Nem Sempre Quem Cala Consente"; e a ação do Grupo de Apoio às Comunidades Carentes do Maranhão (GACC.MA).

20 Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini. *Dossiê dos Casos dos Meninos Emasculados do Maranhão – 1991/2002*, São Luis, 2002 (última revisão em 20 de fevereiro de 2002).

21 Ministério do Trabalho e Emprego, Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente (Brasília: MTE, 2001), p 46. O Mapa traz, também, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. No Maranhão foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura Canavieira; Agropecuária; Catadores de Lixo; Coleta e Quebra de Coco Babaçu; Comércio (Ambulante; e Varejista); Extração de Carne de Carangueijo; Extração e Quebra de Pedras em Pedreiras; Hortifruticultura; Indústria Movelaria e Assemelhados; Produção (de Carvão Vegetal; e de Farinha de Mandioca); Serviços Diversos (Convênios e Programas Educativos/Sociais e Guardas Mirins); e Serviços (Domésticos; em Cerâmicas e Olarias; em Madeireiras e Serrarias; e em Oficinas Mecânicas).

22 Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini. Dossiê dos Casos dos Meninos Emasculados do Maranhão – 1991/2002, São Luis, 2002 (última revisão em 20 de fevereiro de 2002).

23 O levantamento, preliminar, foi realizado nos Conselhos Tutelares (do Centro e de Itaqui-Bacanga), Juizado da Infância de Juventude (1ª Vara), SOS Criança da FUNAC, Delegacia Regional do Trabalho e Sindicato das Trabalhadoras Domésticas. Contudo, "no levantamento não foi possível identificar um número elevado de denúncias, devido essas instituições terem dificuldade na sistematização dos dados e também na catalogação do trabalho doméstico de crianças e adolescentes enquanto violação para efeito de registro específico. Este fato impossibilitou dimensionar o número de casos, uma vez que geralmente as denúncias são classificadas enquanto uma outra violação de direitos".

24 Neste fluxo (interior-capital) a forma mais tradicional de vida dessas crianças e adolescentes é a cultura do apadrinhamento, "em que os pais da criança escolhem um padrinho para os filhos, preferencialmente uma pessoa que tem mais recursos que eles". "Muitas vezes o entendimento da menina ou do menino trabalhador doméstico é que seus empregadores são seus tios, quando não têm nenhuma ligação biológica ou afetiva, já que conforme entendem, essa família fez um favor ou uma caridade ao lhe receber em sua residência" , p.29

25 Segundo o estudo: 66% recebiam apenas objetos, como "roupas calçados, material escolar, produtos de higiene pessoal e até brinquedos"; "3,1% afirmaram não receber nenhuma forma de pagamento, tendo garantida apenas a moradia, a escola e a alimentação"; e apenas 3 entre 130 entrevistados recebiam valor igual ou superior a um salário mínimo (entre estas três, uma trabalhava em duas casas, por isso o valor era superior a um salário mínimo)

26 95,4% das crianças e adolescentes pesquisadas apresentavam defasagem escolar "na relação idade/série prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que prevê a idade de 07 a 14 anos para a conclusão do ensino fundamental", p.28.

27 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

28 O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 122, estabelece que a aplicação da medida de internação só será possível nas seguintes hipóteses: quando o ato infracional for cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; se houver reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou se o jovem descumpre reiterada e injustificavelmente medida anteriormente imposta. Além dessas condições, o juiz deverá observar o que dispõe o parágrafo 2º do mesmo artigo 122 do ECA que estabelece que: "em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada".

29 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

30 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório da pesquisa disponível no web-site da entidade(www.mj.gov.br/sedh/cndm).

31 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

32 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

33 Rede de Direitos Humanos (www.dhnet.org.br/inedex.htm).

34 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

35 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br),que informa ter esse estado uma população de 16.352 indígenas.

36 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

37 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informe n.º 370, de 22 de julho de 1999; ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, "A não regularização da terra Krikati: até quando?", Maria Elisa Ladeira, p. 670-672; e web-site do ISA: www.socioambiental.org.

38 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 370, de 22 de julho de 1999.

39 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 371, de 29 de julho de 1999; e ISA, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 686 (*Survival para Povos Indígenas*, 31 de julho de 2000 , "Survival exige de FHC demarcação de terra"; CB, *02 de setembro de 2000*, "Briga na justiça atrasa demarcação").

40 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 687 ("Funai revela situação dramática dos Kanela e Guajajara", O Popular, 15 de junho de 1999).

41 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 371, de 29 de julho de 1999; e ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 687 (OESP, 27 de julho de 1999, "PF incinera maconha em aldeia indígena").

42 *The independent*, 28 de fevereiro de 2002; "A agropecuária toma o lugar da floresta e acaba com o modo de vida de uma tribo".

43 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

PARAÍBA

O Estado da Paraíba, situado a leste da Região Nordeste, faz divisa com os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. Sua capital é João Pessoa e a economia se baseia na agricultura (cana-de-açúcar, abacaxi, mandioca, milho, feijão), na indústria (alimentícia, têxtil, de açúcar e álcool), na pecuária e no turismo.

Em razão da violência rural existente no estado, a Assembléia Legislativa instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito em 2001. O envolvimento e a omissão de agentes do estado diante da violência rural tem sido denunciada por organizações da sociedade civil.

Outro grande problema verificado no estado se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes. Em 1997, CPI da Prostituição, instalada no estado, apontou Campina Grande como maior pólo de aliciamento de meninas. Como fruto da CPI foi desmontada boa parte da rede de prostituição. Contudo, nos últimos anos percebe-se que o município de Patos passou a ser esse foco central de aliciamento e a capital, João Pessoa, assim como na década de 1990, manteve-se como local de destino das meninas prostituídas.

No Estado da Paraíba, destaca-se o Movimento do Espírito Lilás que, trabalhando no sentido de coibir a violência praticada contra homossexuais, vem promovendo ações para mobilizar a comunidade homossexual e sensibilizar a população para a importância do respeito à diversidade.

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES, TORTURA

O relatório Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais – Uma aproximação da Realidade Brasileira aponta a atuação de um grupo de extermínio, que teria sido responsável pelo assassinato de mais de vinte pessoas, entre 1997 e 1999, nas cidades de Pedras de Fogo e Jacupiranga. [1]

Soldados, cabos e sargentos da polícia militar realizaram greve por melhores salários, com a duração de dezoito dias, em setembro de 1999. O Exército foi chamado a intervir para conter a greve e garantir a segurança em João Pessoa. [2]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Embora a população carcerária tenha diminuído entre o período de abril de 2001 a junho de 2002 em 20,49 %, o sistema prisional da Paraíba está superlotado. Tanto na proporção geral entre vagas e número de presos que estão no sistema, 1.908 vagas para 3.151 detentos; quanto na proporção de vagas para regimes específicos e número de detentos cumprindo penas nesses regimes, sempre há um excedente de detentos. É no regime fechado que a superlotação é maior: são 1.537 vagas para 2.530 presos condenados a cumprir pena nesse regime. [3]

Mesmo sob a custódia do estado, não está salvaguardada a integridade física dos detidos no sistema prisional. Sem capacidade de defesa, podem sofrer violência dos outros detentos, dos agentes penitenciários e ainda de agentes externos que invadem o espaço de encarceramento sem dificuldades e cometem chacinas, eliminando desafetos e arquivos vivos. A Pastoral Carcerária da Arquidiocese da Paraíba tem denunciado casos de tortura e maus tratos de detentos que ocorrem no sistema prisional da Paraíba.

No dia treze de maio de 1999, doze homens, alguns encapuzados, fortemente armados, invadiram a cadeia da cidade de Alhandra. Obrigaram o carcereiro a abrir as celas um e dois e dispararam vários tiros contra os presos que se encontravam nessas celas. Cinco detentos morreram e oito ficaram feridos. O motivo da chacina teria sido vingança. Três homens suspeitos de envolvimento na morte de um policial no distrito de Mata Redonda estavam presos em Alhandra. [4]

A Pastoral Carcerária foi chamada a apurar as denúncias de espancamento decorrente da reclamação dos detentos sobre a forma que são realizadas a revista íntima em mulheres. No dia 03 de junho de 2002, 9 presos foram espancados, algemados e semi-nus, pelos agentes de segurança da Penitenciária de Segurança Máxima Dr. Geraldo Beltrão. As péssimas condições de habitabilidade também são denunuciadas pelos presos. Os detentos se encontravam apenas de cueca, reclamavam do frio, da umidade da cela sem colchão e lençol. [5]

No dia 17 de julho de 2002, uma equipe formada por representantes de entidades de direitos humanos realizou outra visita à mesma penitenciária. Foi constatado o constrangimento a que são submetidas as visitas, com a revista íntima realizada em todas as mulheres, inclusive idosas e crianças. Também foi encontrada a cela do castigo (isolado), na qual se encontravam cinco detentos, inclusive um com cirurgia do tórax recente, todos dormindo no chão e reclamando do frio e das péssimas condições da cela. [6]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura no Estado da Paraíba, citando seis casos no seu relatório, registrados entre 1997 e 2000, todos envolvendo policiais e/ou militares. Em um dos casos, na Penitenciária Sílvio Porto, em João Pessoa, 24 presos teriam sido espancados por policiais em 12 de julho de 2000. [7]

VIOLÊNCIA RURAL

Na Paraíba, o número de conflitos rurais passou de 35 em 1999 para 46 em 2000 e 43 em 2001. O número de pessoas envolvidas passou de 14.200 em 1999 para 33.040 em 2000 e 18.435 em 2001. Apenas um assassinato foi registrado no período, em 1999. [8]

Segundo informações da Comissão Pastoral da Terra da Paraíba, o estado vem enfrentando a atuação de grupos armados, com a participação de policiais civis e militares. Os agentes da polícia, na história recente da Paraíba, estão envolvidos nos assassinatos de trabalhadores rurais e suas lideranças, como são os casos de João Pedro Teixeira e Margarida Maria Alves. [9]

No início de 2001, o Deputado Frei Anastácio requereu à Assembléia Legislativa a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para apurar a violência contra os trabalhadores rurais da Paraíba. Nessa CPI, foram levantados vários casos de violações cometidas contra trabalhadores rurais no estado. Um deles foi o do trabalhador J. F. da S., ocorrido no dia 24 de março de 2001. No trajeto para o acampamento dos sem-terra, J.F sofreu tentativa de homicídio praticada por duas pessoas não identificadas que estavam em uma moto. Segundo as informações prestadas pela vítima, um dos estranhos sacou um revólver e efetuou três disparos, que atingiram o pára-lama da bicicleta que conduzia e a pochete que portava. A vítima teria encontrado dificuldades em registrar a ocorrência na Delegacia de Pilar, sendo que o Delegado queria, ainda, cobrar pela cópia da certidão da ocorrência.

Outro caso citado na CPI foi o do trabalhador rural Almir Muniz da Silva da Fazenda Tanques, que se encontra desaparecido desde o dia 29 de junho de 2002. Segundo informações da CPT, Almir foi visto pela última vez entrando sozinho na estrada de canavial próxima à Fazenda Tanques. Há suspeitas de que ele tenha sido vítima de emboscada, cuja autoria é atribuída ao policial civil Sérgio Azevedo, proprietário da Fazenda. Conforme as informações, a Fazenda Tanques vem sendo palco de conflitos, desde que o Incra passou a vistoriá-la a pedido de um grupo de agricultores do qual Almir fazia parte. Por causa desse conflito, não haveria passagem tranqüila pela Fazenda Tanques, e muitas pessoas já estavam sofrendo ameaças. As suspeitas recaem ainda mais sobre Sérgio Azevedo pois teria, ele, declarado que até o final de junho daria "fim" em Almir. Boatos na cidade indicam que Sérgio Azevedo estaria declarando "ter matado um sem terra com oito tiros e depois passado por cima dele com a agrade do trator, e isto seria apenas o primeiro, depois morreriam outros, pois ele era policial e se sentia acobertado por gente importante: Dr. Júlio Paulo Neto (ex-Procurador Geral da

Justiça), o Secretário de Segurança Pública e o Governador do Estado".

Por várias vezes a CPT teria denunciado Sergio Azevedo à Secretaria de Segurança Pública, mas nenhuma providência teria sido tomada. A situação tende a se agravar uma vez que tem aumentado o número de capangas, fortemente armados, na Fazenda. Foi enviado, também, ofício ao Governador do Estado.

As proporções que vêm tomando esses conflitos rurais têm preocupado a CPT, cogita-se, inclusive, a existência de um suposto plano para executar o Frei Anastácio Ribeiro, deputado estadual e coordenador da Comissão Pastoral da Terra na Paraíba. Essa tentativa de assassinato estaria vinculada às atividades do religioso, que teria denunciado um policial civil por suposto envolvimento em atos de tortura e violência relacionados às disputas de terra.

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Nas eleições realizadas no dia 27 de outubro de 2002, quatro municípios desse estado receberam a proteção das Forças Armadas. [10]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 138 para 213 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 19,8 em 98 para 29,9 em 2000. A taxa de vitimização juvenil era de 98,9 em 2000, taxa significativa se comparada com a taxa nacional de vitimização juvenil de 92,7. [11]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, somente 26% dos 223 municípios contavam com Conselhos Tutelares. O que significa que no Estado ocorria um flagrante descumprimento do ECA no que se refere a implantação desses órgãos. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era um pouco melhor, porém em 45% das cidades não estava instalado. [12]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 23 originaram-se no Estado da Paraíba. Deste total, 6 foram feitas no 1º semestre de 2002. [13]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial[14], que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham origem no Estado da Paraíba duas rotas que envolviam exclusivamente crianças e/ou adolescentes.

Campina Grande era o maior pólo estadual de aliciamento de crianças e adolescentes para prostituição até 1997, quando a Assembléia Legislativa Estadual, instalou a CPI da Prostituição. Nos anos seguintes, o foco central de aliciamento migrou para o município de Patos, apesar de Campina Grande ainda se manter na rota de exploração. O relatório da VII Caravana Nacional de Direitos Humanos, realizado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, descreve que a rota "se inicia em Patos, passa por Campina Grande, João Pessoa e se ramifica através dos Estados de Pernambuco (Recife) e Rio Grande do Norte (Natal)"[15]. Muitas adolescentes de cidades pequenas do interior da Paraíba, com promessas de ingresso na carreira de modelo, se dirigem a Patos e lá são aliciadas para a prostituição. Os organismos estatais, Prefeitura de Patos ou a Polícia, mesmo diante da grave situação instalada no município, não agiam para coibi-la, o que, segundo a VII Caravana, indicava o "descaso das autoridades locais".

Dos depoimentos das adolescentes prostituídas em Patos, verifica-se que o fenômeno está mais relacionado a uma cultura de consumo e sua clientela é composta, em geral, por homens de classe média.

Em João Pessoa, há outro grande foco de prostituição. A realidade difere de Patos em vários aspectos: a prostituição, por ser um meio de lucro fácil, atrai vários adolescentes e até crianças. Crianças muito pobres, vindas de bairros e localidades carentes em torno da capital, podem ser encontradas nos inúmeros pontos de prostituição: desde o Terminal Rodoviário, passando pelo Mercado Central, várias praças, chegando a prostíbulos requintados como a Granja do Gaúcho. A clientela também é diversificada, sendo que, a maioria das denúncias aponta que a "clientela é a de renda mais baixa", o que fornece um quadro da miséria em que essas crianças transitam, vivendo muitas das vezes na rua. Algumas chegam a ser pressionadas pela própria família a se prostituírem, para contribuir com o sustento da família. [16]

Diante da gravidade dos casos relatados pela VII Caravana, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, além de outras providências no âmbito estadual e nacional, encaminhou o relatório à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em maio de 2002. [17]

Trabalho Infanto-Juvenil

Segundo o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente, em 1999 havia 124.989 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado da Paraíba. Deste total, 36.287 (29,03%) trabalhavam na área urbana e 88.702 (70,97%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (90.717) e Comércio (11.592). Ademais, 76.103 (61,13%) não recebiam remuneração, 12.600 (10,12%) eram empregados, 12.599 (10,12%) trabalhadores domiciliares e 10.583 (8,5%) trabalhavam para autoconsumo. [18]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados no Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado da Paraíba tinha, em março de 2002, 168 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida e, no mês de junho, 179 em internação, 26 em internação provisória e 9 em semiliberdade. De 205 adolescentes sob internação (provisória ou não), 199 eram do sexo masculino e 6 do feminino.[19] Assim como em outros estados da Região Nordeste (como Maranhão e Sergipe), percebe-se que o Poder Judiciário vem invertendo o princípio da excepcionalidade da internação, tornando-a regra. [20]

MULHERES

Na Paraíba, a taxa de homicídios contra as mulheres é de 2,5 por 100 mil habitantes no ano de 2000. As mulheres representam 8,7% das vítimas de homicídios.[21] Em João Pessoa, a polícia registrou 25 ocorrências de estupro e 11 atentados violentos ao pudor em 1999, 26 estupros e 9 atentados violentos ao pudor em 2000, e 59 estupros e 44 atentados violentos ao pudor em 2001. [22]

Em três Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado da Paraíba, foram registradas 501 ocorrências policiais em 1999. Destas, foram

CENTRO DA MULHER 8 DE MARÇO

O Centro da Mulher 8 de Março, sediado em João Pessoa, recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2001, pela sua luta em defesa dos direitos reprodutivos e sexuais e das mulheres vítimas da violência. Criado em 1990, o Centro desenvolve ações educativas, através de cursos, palestra e campanhas, oferece assessoria jurídica e assistência social e psicológica a mulheres vítimas da violência, mantém uma casa abrigo e um curso para capacitação de líderes comunitárias e formação de promotoras legais populares.

139 ameaças (27,74%), 4 atentados violentos ao pudor (0,80%), 3 homicídios (0,60%), 2 tentativas de homicídios (0,40%), 245 lesões corporais (48,90%), 2 lesões corporais culposas (0,40%), 2 maus-tratos (0,40%), 12 estupros (2,40%) e 14 vias de fato (2,79%). [23]

Informações do Centro da Mulher 8 de Março, com base em notícias dos jornais "Correio da Paraíba", "O Norte", "Diário da Borborema" e "A União" sugerem o aumento da violência contra a mulher no estado. No ano 2000, foram registrados 21 casos de agressão, 5 ameaças de morte, 52 estupros, 14 tentativas de estupro, 57 homicídios e 16 tentativas de homicídios. Em 2001, foram 171 casos de agressão, 42 ameaças de morte, 81 estupros, 19 tentativas de estupro, 62 homicídios e 19 tentativas de homicídios. De janeiro a junho de 2002, foram 44 casos de agressão, 22 ameaças de morte, 33 estupros, 20 tentativas de estupro, 39 homicídios e 20 tentativas de homicídios. [24]

Em junho de 2001, o Tribunal de Justiça da Paraíba julgou e absolveu o agropecuarista José Buarque Gusmão Neto (Zito Buarque), acusado de ter sido o mandante do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, acontecido em agosto de 1983. [25]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (2.044.793) representa 59,38% da população do estado, proporção inferior à média da Região Nordeste. Na população afro-descendente, 4,07% se declararam negros e 55,30% pardos. [26]

Por intermédio da Curadoria de Defesa dos Direitos do Cidadão foi criado o Disque Racismo, resultado de uma parceria entre a Pastoral do Negro, o Movimento Negro, o Conselho de Psicologia da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e o Ministério Público. Com o objetivo de orientar o processo de reeducação, tanto do agressor quanto da vítima em casos de discriminação racial, o Disque Racismo presta atendimento jurídico e psicológico à vítima. Os casos denunciados que chegam à justiça são acompanhados pelos advogados até a resolução do conflito.

Até novembro de 2002, o Disque Racismo recebeu 51 denúncias, sendo que 15 delas foram encaminhadas para a Curadoria de Defesa dos Direitos do Cidadão. Algumas ações de discriminação são promovidas por afro-descendentes contra afro-descendentes. Um caso citado pela entidade exemplifica o encaminhamento dado para casos como estes. O caso é referente a um funcionário da Universidade Federal da Paraíba que tinha o hábito de contar piadas racistas, até que uma outra funcionária, cujo marido é afro-descendente, ouviu uma dessas piadas. Ela o denunciou ao Disque Racismo que tomou a providência de procurá-lo e tentar solucionar esse conflito. Uma vez que ele também é afro-descendente a entidade sugeriu que participasse das atividades promovidas nos grupos de cultura afro-descendente que são parceiros do Disque Racismo. Como resultado da mediação do conflito ficou acordado que ele iria pedir desculpas públicas no setor em que trabalhava e ajudaria a organizar a semana da consciência afro-descendente na Universidade.

A proposta da instituição é inovadora porque utiliza mecanismos alternativos para construir uma sociedade que valorize a igualdade de direitos e respeite a diversidade de todos os grupos raciais, étnicos e culturais.

INDÍGENAS

A Paraíba tem apenas um povo indígena, os Pitiguaras, que tem uma população de 7.575 indígenas.[27] Estima-se que tenha a 14ª maior população indígena do país. [28]

O Estado tem três áreas indígenas, sendo uma em processo de identificação e duas já registradas. [29]

Na área indígena de Monte-Mor, ainda não declarada como terra indígena, as 48 famílias indígenas que lá residem enfrentam situações de difíceis condições de sobrevivência. Nessa área, encontram-

se empresários e fazendeiros, que mantém atividades como usinas e canaviais. Como resultado dessa ocupação, devido ao emprego de fertilizantes e à exploração intensiva do solo, os indígenas não conseguem desenvolver sua agricultura tradicional, baseada no uso sustentável dos recursos fundiários. Além disso, são proibidos de arrancar qualquer pedaço de madeira, ou de pegarem insumos já utilizados e de levantar roçados em áreas anteriormente ocupadas por canaviais. São também constantes os casos de ameaça de morte, destruição de casas e prisões arbitrárias cometidas pelos vigias das usinas e fazendas contra os indígenas. A atividade canavial atinge também os manguezais e os polui, matando caranguejos e peixes, e atingindo assim atividades de subsistência dos indígenas.

Como resultado dessa situação, os indígenas acabam aceitando o trabalho assalariado nos canaviais, o que tem sérias conseqüências. Ficam em contato direto com agrotóxicos, o que pode gerar problemas de saúde. Além disso, muitas vezes os indígenas têm problemas para receber seus direitos (férias, fundo de garantia e etc.), situações em que recorrem ao advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A área de Monte-Mor é a última área dos Potiguaras da Paraíba que ainda falta ser reconhecida. Desde o ano de 1883 os indígenas Potiguara vêm obtendo algumas vitórias no sentido do reconhecimento das terras que habitam desde antes da chegada dos portugueses. Nesse ano, obtiveram a posse permanente de mais de 21 mil ha de suas terras. Uma parte significativa de suas terras foi deixada de lado até que, em 1988, outros 4.500 ha foram identificados. No entanto, a terra de Monte-Mor, de 5,3 mil hectares, continuou sem ser reconhecida. Em 1993 iniciou-se um processo de demarcação dessas terras, mas que foi interrompido pelo Ministério de Justiça, em 1999, como resultado do acatamento da contestação apresentada no processo e que havia sido considerada improcedente pela Funai. O Ministro da Justiça propôs a desaprovação da identificação, o arquivamento do processo e o retorno dos autos à Funai, para proceder novos estudos que excluíssem as propriedades dos contestantes. Os Potiguaras recorreram desse despacho e obtiveram decisão judicial que o refutava e intimava a Funai a providenciar novos estudos de identificação. Um novo estudo foi feito entre janeiro e abril de 2000, tendo como resultado o acréscimo de 600 ha em relação à extensão proposta na primeira identificação. A área ainda não foi demarcada, encontrando-se, atualmente, em fase de identificação. [30]

IDOSOS

A Paraíba tinha, em 2000, uma população de 350.566 idosos.[31] Seguindo a tendência nacional, a população de idosos cresceu em relação às demais faixas etárias da população, passando de 9,1% da população total em 1991 para 10,2% em 2000. A proporção de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos relativamente à população total é a mais alta entre os estados da Região Nordeste, indicando, ainda mais, a importância de políticas públicas para essa faixa etária.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A população de portadores de deficiência (653.111) representa 18,96% da população da Paraíba. É o estado que tem a segunda maior população de portadores de deficiência, proporcionalmente à população total, na Região Nordeste e no país, inferior apenas a do Maranhão. [32]

Em João Pessoa, a 5ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, em ação movida pela Procuradoria Geral do Trabalho, impediu a dispensa de mais de 100 pessoas portadoras de deficiência pela Telemar e determinou a destinação de 4% dos 733 postos de trabalho da empresa para portadores de deficiência. Em Campina Grande, a 1ª Vara da Justiça do Trabalho determinou que o Carrefour destinasse 3% dos postos de trabalho para pessoas portadoras de deficiência. [33]

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSSEXUAIS

O Movimento do Espírito Lilás (MEL) é uma organização da sociedade civil, criada em março de 1992, com a preocupação em enfrentar a problemática da Aids. Atualmente, o MEL se dedica à proteção e promoção dos direitos e da cidadania. [34]

Em 2001, segundo dados do Movimento Espírito Lilás, foram registrados sete homicídios homofóbicos no estado, sendo quatro contra gays, dois contra travestis e um contra lésbica. As formas utilizadas foram diversas esfaqueamento, pauladas, e disparo de arma de fogo. [35]

No dia 08 de junho de 2002, foi realizada pelo MEL, com apoio de diversas instituições locais, a 1ª Parada pela Diversidade Sexual em João Pessoa, em comemoração ao Dia Mundial do Orgulho Gay (28 de junho), conseguindo reunir cerca de duas mil pessoas, de várias regiões do Nordeste. [36]

Em 2002, foram registradas as ocorrências de 3 assassinatos no estado, sendo uma das vítimas bissexual e duas vítimas homossexuais. Um dos homicídios foi causado por espancamento e tiro, e outro por tiro (não há informações sobre o terceiro).[37] Em 2001, um homossexual de 29 anos foi espancado com socos, paus e pontapés por pessoas que suspeitavam que estivesse com Aids e contaminando outras pessoas com uma seringa com sangue. Outra pessoa, também de 29 anos, foi espancada em João Pessoa, por boatos desse tipo. [38]

1 Piovesan, Flávia, Cavallaro, James Louis, Lima JR., Jayme Bevenuto (Organizadores). *Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais*. Recife, 2002.

2 *O Estado de S. Paulo*, 21 de outubro de 2000, Cidades, C5, "Última paralisação da PM ocorreu no mês passado".

3 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen/default.htm).

4 Dossiê enviado à Comissão Teotônio Vilela pela ACAT – Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura.

5 Idem.

6 Idem. Além da Pastoral Carcerária, participaram da visita representantes do Conselho Penitenciário da Paraíba, Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba e Ordem dos Advogados da Paraíba.

7 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

8 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000 e Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

9 Comissão Pastoral da Terra da Paraíba, *Relatório 2001 – Assessoria Jurídica. Paraíba*

10 *Agência Estado*, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

11 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população

12 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

13 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

14 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

15 Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, *VII Caravana Nacional de Direitos Humanos - Relatório sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado da Paraíba*; disponível no web-site da Camara dos Deputados (www.camara.gov.br/cdh)

16 Idem.

17 *Folha de S. Paulo*, Cotidiano, 6 de maio de 2002, p. C5 , notícias disponíveis no site da ABMP(www.abmp.org.br)

18 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 50. O Mapa traz as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Na Paraíba foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura; Agricultura de Subsistência; Catadores de Lixo; Comércio Varejista; Cultura e Desfibramento do Sisal; Fumicultura; Indústria Calçadista; Produção de Farinha de Mandioca; Serviços de Rua; Serviços (em Cerâmicas e Olarias; e em Pedreiras); e Tecelagem.

19 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

20 O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 122, estabelece que a aplicação da medida de internação só será possível nas seguintes hipóteses: quando o ato infracional for cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; se houver reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou se o jovem descumpre

reiterada e injustificavelmente medida anteriormente imposta. Além dessas condições, o juiz deverá observar o que dispõe o parágrafo 2º do mesmo artigo 122 do ECA que estabelece que: "em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada".

21 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

22 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

23 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório da pesquisa disponível no web-site da entidade(www.mj.gov.br/sedh/cndm).

24 Banco de Dados do Centro da Mulher 8 de Março/ Dados coletados dos jornais: "Correio da Paraíba", "O Norte", "Diário da Borborema" e "A União".

25 Ver relato do caso no capítulo "Sistema Internacional e a Situação dos Direitos Humanos no Brasil".

26 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

27 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

28 Conselho Indigienista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 8.214 indígenas.

29 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

30 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 543-45 ("Os Potiguara de Monte-Mor e a Luta pelo Reconhecimento de seu Território", Sidnei Peres, julho/2000).

31 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

32 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

33 Valor, 26 de novembro de 2002, "Procuradores pedem mudança na reserva de vagas a deficientes".

34 Movimento Lilás; *Dados do dossiê elaborado pelo MEL - Movimento do Espírito Lilás*

35 Idem. Os dados do Grupo Gay da Bahia indicam a ocorrência de cinco homicídios na Paraíba em 2001, sendo 4 contra gays e 1 contra lésbica.

36 *Boletim Informativo do Movimento do Espírito Lilás*, ano 1, n. 2, julho/agosto/setembro 2002.

37 Movimento Lilás; *Dados do dossiê elaborado pelo MEL* - Movimento do Espírito Lilás

38 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

PERNAMBUCO

O Estado de Pernambuco, localizado no centro-leste da Região Nordeste, faz divisa com Paraíba, Ceará, Alagoas, Bahia e Piauí. Sua capital é Recife e sua economia é baseada na agricultura (cana-de-açúcar, mandioca), pecuária e indústria (alimentícia, química, metalúrgica, eletrônica, têxtil).

Pernambuco é o estado brasileiro que tem os maiores índices de mortes por homicídio entre todos os estados do país. Apesar de o índice estar em processo de queda, depois de atingir um pico em 1998, aconteceram 53,3 homicídios por 100 mil habitantes no ano 2000, superior a do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Entre os jovens, de 15 a 25 anos, a taxa de homicídio chegou a 102,8 por 100 mil habitantes, inferior apenas a do Rio de Janeiro (107,6 por 100 mil habitantes).[1] A taxa de homicídios contra mulheres foi de 7,3 por 100 mil habitantes no ano 2000, a mais alta entre os estados da Região Nordeste, sendo que 7,2% das vítimas de homicídios no estado eram do sexo feminino. [2]

A violência no campo também é preocupante em Pernambuco. Entre todos da Região Nordeste, é o estado que registrou o maior número de conflitos rurais no período entre 1999 e 2001. No mesmo período, nove pessoas foram assassinadas em conflitos rurais no estado.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário, Pernambuco foi o estado em que mais ocorreram conflitos por terras indígenas e violências contra povos indígenas em 2001.[3] O povo Xukuru é o que mais sofre com os conflitos e com a violência. Em 2001, aconteceu uma morte em decorrência de conflitos na terra Xukuru.

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES, TORTURA

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana recebeu no ano 2000 e passou a acompanhar a investigação de denúncias de atuação de grupo de extermínio, com envolvimento de vigilantes trabalhando para empresários e comerciantes locais, na região do município de Timbaúba. As denúncias foram investigadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa e pelo Ministério Público de Pernambuco. [4]

A partir dos dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco relativos a denúncias contra policiais, no período de janeiro a setembro de 2001, o Grupo de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop) elaborou breve estudo indicando que, de 325 denúncias registradas pelas polícias, 93,8% eram contra policiais civis e 6,2% contra policiais militares. No período, foram instaurados apenas 22 sindicâncias e afastados 16 policiais. Apesar de a maioria das denúncias terem sido feitas contra policiais civis, foram afastados 15 policiais militares e apenas um policial civil. As denúncias de abuso de autoridade são as mais comuns, incluindo abuso de poder, prisões ilegais, agressões físicas ou morais, invasão de domicílio e abordagem irregular. Houve registro de apenas uma denúncia de tortura. [5]

Na análise dos dados da Secretaria de Defesa Social, o Gajop ressalta que a prática da tortura é freqüente em Pernambuco, assim como em outros estados do país, conforme aponta o relatório apresentado pelo Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, no qual são apresentados 30 casos ocorridos em Pernambuco, incluindo casos envolvendo policiais civis, policiais militares e agentes penitenciários entre 1998-2000. Diversas denúncias apresentadas pelo relator dizem respeito à prática de tortura no presídio Aníbal Bruno, em Recife. [6]

Policiais civis realizaram greve por melhores salários, em julho de 2001. A 1a Vara da Fazenda julgou a greve legal. O Governo do Estado recorreu e o Tribunal de Justiça julgou a greve ilegal.[7] Policiais militares realizaram greve por melhores salários, com a duração de doze dias, em outubro de 2000. O Exército foi chamado a intervir e ocupou a cidade de Recife para conter a greve.

Conflitos e trocas de tiros entre cabos e soldados em greves e oficiais da polícia militar deixaram quatro policiais e um civil feridos em Recife. [8]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O sistema prisional oferece 4.345 vagas para 8.958 detentos, ou seja, há superlotação do sistema, aproximadamente dois presos para cada vaga. O maior déficit está no número de vagas para cumprimento de regime fechado, são 3.501 vagas para 7.740 presos. O número destinado para cumprimento de medida de segurança também não é suficiente, uma vez que são 177 vagas para 285 presos. [9]

A II Caravana Nacional de Direitos Humanos visitou estabelecimentos prisionais no Estado de Pernambuco e encontrou estabelecimentos com características bastante diferentes. O Presídio Professor Barreto Campelo foi o único estabelecimento prisional visitado pela Caravana no país que não realiza revista íntima nos familiares dos detentos, que são obrigados a passar por um detector de metais preservando a segurança do estabelecimento, mas não são submetidos à humilhação do desnudamento. Já o Presídio Professor Aníbal Bruno foi considerado um dos piores estabelecimentos prisionais do país, recordista em superlotação. O estabelecimento prisional conta com uma estrutura administrativa caótica, onde policiais militares e agentes penitenciários dividem funções no contato diário com os presos. Os policiais militares trabalham com a manutenção da disciplina, tarefa realizada com muita violência e castigos arbitrários e ilegais. O presídio possui histórico de motins e fugas. Quando os presos chegam ao presídio são encaminhados a uma cela de triagem e ali permanecem por uma média de 8 dias. Muitos relataram casos de espancamento nesse período. [10]

VIOLÊNCIA RURAL

Pernambuco é o estado com o maior número de conflitos rurais e o maior número de pessoas envolvidas em conflitos rurais no Nordeste e no país. Depois do Pará, é o estado que registrou o maior número de mortes em decorrência de conflitos rurais entre 1999 e 2001. O número de conflitos rurais diminuiu de 141 em 1999 e 142 em 2000 para 122 em 2001. O número de pessoas envolvidas nestes conflitos também diminuiu de 107.734 em 1999 para 90.082 em 2000 e 84.566 em 2001. Mas o número de mortes decorrentes de conflitos rurais aumentou de uma em 1999 para quatro em 2000 e quatro em 2001. Entre janeiro e agosto de 2002, aconteceram mais duas mortes. [11]

TRABALHO ESCRAVO

Em janeiro de 2000, o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação contra a empresa Informador de Pernambuco Ltda, que mantinha seus empregados em condições análogas a de escravidão, proibindo-lhes de usar os refeitórios, além de insultá-los e ameaçá-los quando manifestavam intenção de procurar a Delegacia Regional do Trabalho. Não era permitido o gozo de intervalos intra-jornadas e folgas previstas em lei. Não havia registro em carteira de trabalho e não era pago real salário. [12]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Entre 15 e 24 anos, o número de mortos por homicídio diminuiu de 1.810 para 1.696 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos diminuiu de 112,6 em 98 para 102,8 em 2000. O decréscimo dos homicídios de jovens coloca o estado de Pernambuco em terceiro lugar entre as unidades federativas que tiveram maior redução desse índice. Mesmo com a redução apontada, o estado tem as maiores taxas de vitimização juvenil, conforme ressaltado na introdução deste capítulo.

No ano de 2001 foram registradas, pela Diretoria Executiva de Polícia da Criança e do Adolescente, 3.379 ocorrências de violências contra crianças e adolescentes,

das quais 920 eram intra-familiar. Estas se subdividiam nos seguintes tipos de violência doméstica: física (662), sexual (79), psicológica (94) e negligência (85). Se comparados aos anos de 1999 (4.206) e 2000 (4439), os dados podem indicar que houve uma redução no número de casos em razão de uma política de atenção à criança e ao adolescente, contudo a mudança de endereço da Diretoria de Polícia da Criança e do Adolescente, as condições de trabalho da polícia e a greve da polícia civil, são alguns dos fatores que possivelmente motivaram este aparente quadro de redução das violências contra a infância e juventude, mascarando a situação dramática existente. [13]

A preocupação da Prefeitura do Recife com as vítimas de violência doméstica tem-se traduzido na construção de Centros de Saúde para Crianças e Adolescentes do Recife. O primeiro, inaugurado em março de 2002, fornecia serviços de pediatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, dentistas, ginecologistas e advogados a pessoas com idade entre 0 e 19 anos. [14]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, somente 64 (35%) municípios pernambucanos contavam com Conselhos Tutelares. O que significa que no Estado ocorria um flagrante descumprimento do ECA no que se refere a implantação desses órgãos, que têm por função zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era um pouco melhor. Restavam, porém, 48 das 185 cidades instalarem este Conselho. [16]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 150 originaram-se no Estado de Pernambuco. Deste total, 45 foram feitas no 1º semestre de 2002. [17]

Considerando apenas o período de jan/2000 a dez/2001, houve no Brasil 423 denúncias de abuso sexual, ao qual o Estado de Pernambuco responde por 12. No mesmo período houve 36 casos denunciados de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil, sendo três de Pernambuco. De um total de 80 casos de turismo sexual que chegaram ao Sistema, nove eram do Estado de Pernambuco. [18]

Visando coibir o turismo sexual, a Polícia Federal passou a integrar, em abril de 2002, força-tarefa convocada pela Comissão Especial de Combate à Prostituição Infantil da Assembléia Legislativa. [19]

Os dados da Diretoria de Polícia da Criança e do Adolescente sobre a violência sexual em Pernambuco vinham crescendo desde 1997 (455 casos). Em 1999 e 2000 os casos aumentaram ainda mais, tendo sido registradas, respectivamente, 712 e 761 ocorrências. Em

CENTRO DOM HÉLDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

O Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social desenvolve ações de combate à violência doméstica e ao abuso sexual, entre as quais duas se destacam. Uma iniciativa pioneira em Pernambuco é uma terapia de grupo realizada com famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Outra iniciativa foi um programa de capacitação de jovens do qual nasceu a Rede Infanto-Juvenil de Enfrentamento à Violência Sexual Doméstica no Estado de Pernambuco. Inspirada no exemplo da Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Rede Infanto-Juvenil baseia-se na atuação de adolescentes multiplicadores que, além do um papel informativo, servem como uma referência mais próxima para denúncias de crianças e adolescentes vítimas de agressões.[15] Em 1999, o Centro Dom Hélder Câmara recebeu menção honrosa, na categoria Organizações Não Governamentais, na entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos.

2001, provavelmente pelos mesmos motivos da redução da violência doméstica (acima citados), foram registrados 543 casos. Deste total de 2001, que inclui também a violência sexual intrafamiliar, os crimes quantitativamente mais presentes foram: atentado violento ao pudor (175 casos), estupro (132) e sedução (108). [20]

Os dados oficiais, contudo, não traduzem a realidade vivenciada pelas organizações integrantes da Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, uma vez que na maioria das vezes (segundo as próprias fontes oficiais ou não) os agressores "são pessoas próximas das vítimas, inclusive seus familiares". Diante deste fato, a partir de 2000, a Rede intensificou o trabalho de sensibilização da comunidade e dos profissionais que atuavam junto às crianças e adolescentes. Inicialmente, a sensibilização voltou-se aos educadores das escolas públicas da Região Metropolitana do Recife, através de discussões temáticas e elaboração da Cartilha "Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Vamos falar sobre isso". Após esta grande mobilização, sucederam-se outras como: a campanha que incentivava a denúncia de crimes sexuais (denominada "Violência sexual contra crianças e adolescentes é crime: sua obrigação é denunciar"); a interiorização das ações de combate, que sempre se concentram na Região Metropolitana do Recife; e a discussão do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência. [21]

Dentro deste contexto, foi de grande importância a instalação do Programa Sentinela que, em 2000, atendia a 25 municípios (oito da Região Metropolitana e 17 do sertão) e era coordenado por representantes de organizações não governamentais (Casa Mulher Menina e Grupo de Adolescentes Nova Aliança) e de órgãos governamentais (Secretaria de Justiça e 2ª Vara da Infância e Juventude). [22]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indicou que, em 1999 271.280 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado de Pernambuco. Deste total, 65,21% (176.900) trabalhavam na área urbana e 34,79% (94.380) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (134.372) e Comércio. Ademais, 152.308 não recebiam remuneração, 39.662 eram empregados, 29.142 trabalhavam para autoconsumo e 23.340 exerciam trabalho domiciliar. [23]

Debate promovido pela organização Auçuba – Comunicação e Educação, traz dados quantitativos e qualitativos sobre o combate ao trabalho infanto-juvenil no Estado.[24] Em 1997, foi instalado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que atendia inicialmente 13 municípios da Mata Sul do Estado. Neste mesmo período houve um fortalecimento da atuação da sociedade civil organizada, que através de fórum, que lutava em prol da erradicação do trabalho infantil, defendia, além da ampliação do PETI, outras ações tanto complementares ao programa quanto de política pública educacional e de desenvolvimento.

Em 2000, os atendidos pelo PETI já somavam 81.930 crianças e adolescentes, entre 7 e 14 anos, de 74 municípios. Apesar deste considerável aumento, considera-se que falta muito para a erradicação do trabalho infantil. Entre os problemas, tem-se que: poucos dos municípios beneficiados "estão desenvolvendo uma proposta pedagógica articulada com a escola de ensino fundamental, discutindo sobre trabalho, sobre desenvolvimento local, sobre geração de renda para as famílias"; a falta de uma política efetiva para os adolescentes, que deixam de ser beneficiados pelo programa quando completam 14 anos; e as demandas crescentes, em razão do empobrecimento e da falta de postos de trabalho da população em geral.

Medidas Sócio-Educativas

Apesar da violência ser associada, mais comumente, aos jovens em conflito com a lei do que propriamente aos crimes praticados contra crianças e adolescentes, esta faixa da população é mais vitimizada do que agente da violência. Entre 1999 e 2001, para cada crime cometido por um adolescente ocorriam outros quatro cuja vítima tinha idade inferior a 18 anos. [25]

MULHERES

Pernambuco é o estado do país que, depois do Maranhão, tem o maior número de rotas de tráfico para fins de exploração sexual. Segundo a Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, realizada entre os anos de 2001 e 2002, 13 rotas tinham origem no Estado de Pernambuco e 10 delas envolviam, além de crianças e adolescentes, mulheres com idade superior a 18 anos. [26]

No Estado, existem apenas duas Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulher, ambas na Região Metropolitana de Recife.[27] No interior, a Secretaria da Justiça e Cidadania apóia movimentos para implementação da Delegacia da Mulher no Município de Caruaru.[28] Enquanto isso não acontece, as mulheres continuam a enfrentar dificuldades para registrar ocorrências nas delegacias de polícia. Em pesquisa realizada nas duas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado de Pernambuco, verificou-se que, em 1999, foram registradas 6.336 ocorrências policiais. Destas, 2.711 foram ocorrências de lesão corporal, 2.280 de ameaça, 150 de vias de fato, 30 tentativas de homicídio, 17 de maus tratos, e cinco seqüestros e cárcere privado. Quanto aos crimes envolvendo diretamente violência sexual, foram registradas 56 ocorrências de estupro e 9 tentativas de estupro. [29]

O Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Pernambuco, pretende reinstalar o Centro Integrado da Mulher que visa prestar assistência jurídica à mulher vitimizada. Atualmente, há um serviço disque-denúncia para atender mulheres vítimas de violência. [30]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (4.612.558) representa 58,25% da população do estado, proporção inferior à média da Região Nordeste. Na população afro-descendente, 4,94% se declararam negros e 53,31% pardos. [31]

O Ministério Público do Estado de Pernambuco, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania, registrou, em 2000, três casos de discriminação racial e, em 2002, um. As medidas geralmente adotadas pelo Mistério Público foram a instauração de procedimentos administrativos, em que eram ouvidos ofendidos e testemunhas. Depois de coletadas as provas, o Centro de Apoio as encaminhou a Central de Inquéritos. [32]

Estava previsto que, a partir de 20 de novembro de 2002, o Disque Racismo de Pernambuco passasse a funcionar recebendo denúncias de todos os tipos de discriminação racial.

Casos de Discriminação Racial

Um tenente do Exército, afro-descendente, em companhia de amigos, foi parado em uma batida policial. Ao dizer que era militar, acabou sendo espancado e chamado de "negro safado", sem a chance de mostrar seus documentos. A Corregedoria da Polícia Militar em Pernambuco está analisado o caso. [33]

Um outro caso é o da diretora de uma creche de Recife que teria obrigado a filha de três anos de uma empregada doméstica a cortar o cabelo para ir à creche. Segundo a mãe da criança, a diretora teria declarado que "criança preta, pobre e de cabelo ruim só entraria na creche de cabeça raspada". Após uma vistoria policial na creche, foi constatado indício de racismo, pois todas as crianças negras da escola estavam com o cabelo raspado. [34]

Outro caso foi da soldada que estava em um caixa eletrônico, quando uma advogada começou a agredi-la pela demora. Quando a soldada saiu, a advogada a xingou de "negra safada". A soldada teria reagido, respondendo que ela deveria ser respeitada como militar, mulher e negra. Ela conseguiu duas testemunhas, e deu voz de prisão levando a advogada para o quartel. A agressora passou a noite presa e saiu após pagar fiança. O caso está na justiça. [35]

No dia 9 de novembro de 2000, um caso de

discriminação, de grande repercussão pelo seu resultado, ocorreu na Companhia Pernambucana de Saneamento. Um operador de computadores foi alvo de discriminação racial por parte de seu superior imediato. O gerente, acusado de perseguir os funcionários afrodescendentes, há cinco anos vinha reduzindo e cortando a escala de horas extras e de cursos de capacitação; e utilizava expressões discriminatórias e preconceituosas como: "vou clarear o setor". Segundo testemunhos dos colegas do operador, seu chefe disse várias vezes: "negro não poderia passar da função de vassoura". O operador após receber ordens para trabalhar em mais um setor, além daquele em que já trabalhava, comunicou ao chefe que as funções estavam além de sua capacidade. O funcionário foi, então, humilhado pelo gerente e recebeu uma suspensão de um dia de trabalho. Após levar a notícia de racismo a uma delegacia, o gerente da Divisão expulsou-o do setor em que trabalhava. Em 2001, a Companhia foi condenada pelo Tribunal Regional do Trabalho em Pernambuco a pagar uma indenização ao operador. De acordo com a ONG Djumbay, esta é a primeira decisão judicial no Brasil que condena uma empresa a pagar indenização por discriminação racial. [36]

INDÍGENAS

Pernambuco tem uma população de pelo menos 19.515 indígenas, distribuídos em 8 povos indígenas. Além disso, também abriga um outro povo, com uma população de 1.630 indígenas, que vivem entre Pernambuco e a Bahia.[37] Estima-se que tenha a 5ª maior população indígena do país. [38]

O Estado tem 10 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [39]

Situação	N.º Terras Indígenas
Identificadas / Aprovadas pela Funai	2[40]
Declaradas	1
Homologadas	3
Registradas	2
Reservadas	2

Violências

1) Os indígenas Xucurus continuam a enfrentar problemas sérios e graves em conseqüência de sua luta pela terra. No dia 23 de agosto de 2001 o índio Francisco Quintana, conhecido como Chicão Quelé, foi assassinado. Ele foi a quarta vítima fatal do conflito no local. Antes dele, outras três pessoas já haviam sido mortas, entre eles o índio Xicão Xucuru. Chicão Quelé foi assassinado dentro da área indígena, por pistoleiros que o aguardavam em uma "tocaia" há pelo menos dois dias. [41]

Em 20 de maio de 1998 o cacique Francisco de Assis Araújo, o Xicão Xucuru, foi assassinado com quatro tiros no momento em que saía de casa, no município de Pesqueira. Era conhecido por sua firme atuação na articulação dos povos indígenas na luta pela terra e odiado pelos fazendeiros locais. Até setembro de 2000 as investigações estavam muito lentas, razão pela qual o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão do Ministério da Justiça, resolveu constituir uma comissão para investigar o assassinato. Em abril de 2002, a Polícia Federal prendeu o acusado de ser pistoleiro do crime e o acusado de ser o intermediário entre os mandantes do crime e seu executor. Mas até agora o crime ainda não foi solucionado. [42]

A área em que vivem os Xucurus, de 27.555 hectares, foi declarada terra indígena em 1992, demarcada em 1995 e homologada no dia 2 de maio de 2002. Esse intervalo foi marcado por situações de conflitos e violências com os fazendeiros da região, que tentaram insistentemente anular a demarcação. No momento da homologação, ainda havia 281 invasores vivendo nessas terras, o que colocava a necessidade da Funai agir rapidamente no sentido de retirá-los de lá e indenizá-los de suas benfeitorias de boa fé. No início de 2000, uma fábrica de produtos alimentícios invadiu parte das terras, levando-os a acamparem às margens da rodovia PE-219, que corta a área indígena e liga o município de Pesqueira ao estado da Paraíba, bloqueando o trânsito no local. Permaneceram alguns meses acampados, até que tiveram que deixar o local em virtude de uma liminar proferida pelo juiz. [43]

Além das violências fatais descritas acima, tam-

bém são muitos os casos de outros tipos de violência sofridos pelos indígenas. Alguns indígenas são freqüentemente ameaçados, o que faz com que vivam em clima de tensão e insegurança. No começo de julho de 2002, o índio João Campos da Silva, o Dandão, foi preso pela Polícia Federal, gerando a revolta de diversos indígenas e entidades de direitos humanos. [44]

2) De 1999 até 2002, ao menos três indígenas Trukás foram assassinados em Pernambuco. No dia 29 de junho de 1999, a índia Truká Dominga Maria Maciel Gundim, filha de uma antiga liderança desses indígenas, foi assassinada em Cabrodó, na Ilha de Assunção. O crime foi cometido pelo posseiro João Barbosa Rodrigues, que atirou contra ela quando seguia em direção à casa de um parente.

Depois disso, em janeiro de 2002, a Polícia Militar seqüestrou e matou dois indígenas Trukas. Seus corpos foram encontrados carbonizados. Essas mortes são resultantes do conflito em torno da terra existente entre os indígenas e os posseiros que invadiram suas terras.

Em 1992 o processo de demarcação dessa terra, de 5300 hectares, foi completado, com o devido registro da área. No entanto, os problemas não foram superados. No final de 1999, os indígenas tiveram problemas com a Funai, que não liberou no prazo estipulado os recursos financeiros destinados ao pagamento das benfeitorias de boa-fé dos 64 ocupantes não indígenas das terras. Até hoje, mais de 70% das indenizações de benfeitorias ainda não foram pagas.

Além disso, os indígenas enfrentam diversos problemas provenientes do fato dessas terras encontrarem-se dentro do chamado polígono da maconha. Segundo contam, os traficantes se aproveitam da falta de providências fundiárias por parte do governo e se escondem na Ilha pra fugir da polícia e plantar maconha. Em agosto de 2000, a Polícia Federal se instalou na área indígena alegando estar em operação para a destruição de maconha. No entanto, a operação resultou na prisão de oito indígenas, inclusive do líder Ailson dos Santos, e no posterior espancamento deles. Os indígenas reagiram às prisões lançando pedras contra os policiais, que responderam lançando bombas de efeito moral, de gás lacrimogêneo e balas de borracha, inclusive dentro das casas. Idosos e mulheres grávidas não foram poupados dessa ação. [45]

3) Em 25 de dezembro de 1999, foi assassinado o agricultor Edmilson João da Silva, importante liderança da aldeia indígena de Serra Negra, onde vivem os indígenas Pipipãs. Quatro homens armados entraram na casa em que estava, retiraram-no de lá e o mataram. Até hoje o crime não foi solucionado. Edmilson estava envolvido da luta indígena de retomada de suas terras. [46]

Em agosto de 2002, em uma conferência sobre consumo de álcool e redução de danos, os indígenas apresentaram um relatório elaborado por eles no qual dizem que cerca de metade dos indígenas do estado de Pernambuco teriam problemas com drogas. Segundo dizem, o que consomem é uma mistura de álcool, açúcar e água. Apontam que os problemas que os levam a isso são o estresse decorrente da luta pela posse da terra, a ociosidade e a discriminação que sofrem por parte da população branca. Segundo dizem, mil dos 4 mil Trukás são adolescentes com problemas de alcoolismo e 4 mil dos 9 mil Xucurus também são dependentes de álcool. Os indígenas acreditam que o problema só pode ser melhorado com ações educativas e que a proibição do produto não funcionaria. [47]

Os indígenas Atikum têm enfrentado problemas sérios de relacionamento com a polícia. Segundo contam, os policiais agem com truculência e desrespeito, ilegalmente presentes invadem a área indígena e os recolhem e os transportam de um lugar a outro, ameaçando-os para que informem nomes de suspeitos de crimes. [48]

IDOSOS

Em 2000, havia em Pernambuco 704.886 idosos.[49] A proporção de idosos em relação à população total, seguindo a tendência brasileira de envelhecimento, aumentou de 7,8% da população total em 1991 para

8,9% no ano 2000.

O Ministério Público do Estado, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Defesa da Cidadania, instaurou, entre 2000 e 2002, um total de 73 procedimentos administrativos que tinham por objeto a defesa de direitos dos idosos. Deste total, 6 foram instaurados em 2000, 20 em 2001 e 47 procedimentos nos primeiros seis meses de 2002. As medidas adotadas pelo Ministério Público incluem: "acompanhamento da atuação dos diversos Conselhos de Direito, com interesse no assunto; atuação efetiva e articulada no combate à violência ao idoso, fiscalizando abrigos e similares, solicitando providências em casos concretos; e conhecimento de ocorrências de possíveis não cumprimento da Lei, abertura de procedimentos administrativos, juntando documentos, solicitando providências aos órgãos públicos e privados, tomando medidas administrativas e judiciais em cada caso". [50]

Nos dias 17 e 18 de outubro de 2001, a V Caravana Nacional de Direitos Humanos da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados esteve em Recife e alguns municípios da Região Metropolitana. A passagem da V Caravana por Pernambuco, além da visita a sete abrigos para idosos, consistiu na realização de audiência pública sobre a temática, com a presença de representantes de autoridades governamentais, de entidades da sociedade civil e de profissionais envolvidos com a área de atenção aos idosos. Cabe destacar a importância da passagem da caravana, uma vez que aproximadamente 65% dos procedimentos instaurados pelo Centro de Apoio Operacional do Ministério Público ocorreram em 2002, indicando a possibilidade de que a atuação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados tenha incentivado as denúncias ao Ministério Público.

O padrão de atendimento verificado pela V Caravana em seis das sete instituições visitadas era permeado pela: falta de privacidade; presença de barreiras arquitetônicas; precariedade da higiene; existência de acomodações inadequadas; péssima qualidade do mobiliário; falta de conforto e segurança; ociosidade; falta de profissionais ou número insuficiente; falta de medicamentos e de comida (às vezes até estragada); tratamento massificado e despersonalizado; isolamento social; restrição a visitas etc. Algumas caracterizações do ambiente e comentários contidos no mencionado relatório expressam bem o quadro de ausências e deficiências verificadas nestas instituições: "No dia de nossa visita, havia 150 idosos internados. O asilo possui 300 vagas"; "Depósito de velhos"; "Cenário não evoca apenas miséria, mas negligência e maus tratos"; "Os idosos vivem em ociosidade máxima"; "aguardam silenciosamente por suas mortes"; "Para que não fumasse, (uma senhora) era presa à cadeira, todos os dias"; "As condições de habitabilidade são, verdadeiramente, subumanas"; e, por último, numa das instituições - que abrigava idosos e pessoas com problemas de saúde mental, incluindo um jovem autista - havia uma senhora aparentemente com problemas de saúde mental que "por não saberem lidar com ela, delimitaram seu espaço, como se estivesse presa. [51]

De todas as instituições visitadas, apenas uma foi qualificada pela V Caravana como modelo. Para atender a 25 idosos, esta instituição, denominada "Conviver Geriátrico" e localizada em Boa Viagem, no Recife, contava com uma equipe de 17 profissionais qualificados para o trabalho, entre os quais enfermeira, nutricionista, fisioterapeuta, médico, terapeuta ocupacional, auxiliares de enfermagem e auxiliares de serviços gerais. Além do conforto, da adequação arquitetônica e da segurança, constatou-se que às pessoas lá internadas eram garantidas: atividades físicas, recreativas e fisioterápicas; acesso aos meios de comunicação; visitas freqüentes; e atividades externas.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A delegacia Regional do Trabalho contabilizou até maio de 2002, 914 pessoas com deficiência ocupando postos de trabalhos no estado. [52]

Informações fornecidas pelo Governo do Estado de Pernambuco, através Secretaria da Justiça e

Cidadania do Estado, indicam que o DETRAN/PE vem promovendo ações que visam à melhoria de acesso aos deficientes físicos bem como a inserção deles no mercado de trabalho. O órgão construiu rampas de acesso às áreas operacionais do Departamento, reformou sanitários, criou vagas especiais no estacionamento de usuários e funcionários. Além disso, o DETRAN/PE emprega, nos serviços operacionais, funcionários com deficiência física e auditiva. [53]

O Projeto Mutirão da Cidadania, que integra as Casas da Cidadania de Olinda, em parceria com organizações não-governamentais (entre elas, a Associação de Amparo as Pessoas Portadoras de Deficiência/ AMPADD), tem prestado serviços de emissão de carteira de transporte e emissão de registro de nascimento de deficientes mentais. [54]

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Em 2000 e 2001, foram registrados 34 homicídios homofóbicos, tendo sido 21 contra gays e 13 contra travestis.[55] O estudante Sidley Rodrigo dos Santos, 24 anos, foi humilhado, no dia 24 de janeiro de 2000, ao tentar fazer matrícula na Escola Murilo Braga, em Cavaleiro, pela diretora que lhe disse, na presença de várias pessoas, que ele não poderia estudar lá porque o colégio se destinava apenas a pessoas normais. [56]

1 Waiselfisz; J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

2 Idem.

3 Conselho Indigienista Misisonário, Informe n.º 481, de 4 de outubro de 2001.

4 Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, *Relatório – Setembro 2002*. Ministério Público do Estado de Pernambuco, Procuradoria Geral de Justiça, Grupo de Trabalho CPI Narcotráfico, *Relatório Parcial – Atuação dos membros deste Grupo de Trabalho na Promotoria de Justiça de Timbaúba*.

5 Gajop, "Análise de dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Social sobre sindicâncias, processos administrativos e afastamentos de membros do seu quadro funcional (período janeiro – setembro 2001)". Texto disponível no web-site do Gajop (www.gajop.org.br).

6 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

7 *O Estado de S. Paulo*, 4, 6, 10, 12 de julho de 2001, e *Folha de S. Paulo*, 6 de julho de 2001.

8 *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, dias 21 a 31 de outubro de 2000.

9 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen/default.htm).

10 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos*. Texto disponível no web-site da Comissão (www.camara.gov.br/cdh).

11 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

12 Ministério Público do Trabalho, *Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo/Forçado*.

13 Diretoria Executiva de Polícia da Criança e do Adolescente/DPCA (www.dpca.cjb.net); e AUÇUBA – COMUNICAÇÃO E EDCUAÇÃO – E REDE ANDI, *A Criança e o Adolescente na Mídia em Pernambuco – Janeiro a Dezembro de 2001* – Ano II/nº 3, Série Rede ANDI, 2002, p. 47-48

14 *Folha de Pernambuco*, Grande Recife, 21 de março de 2002, p. 4 (Web-site ABMP - Seção Notícias (www.abmp.org.br))

15 AUÇUBA – COMUNICAÇÃO E EDCUAÇÃO – E REDE ANDI, *A Criança e o Adolescente na Mídia em Pernambuco – Janeiro a Dezembro de 2001* – Ano II/nº 3, Série Rede ANDI, 2002, p. 35-36 e *Diário de Pernambuco*, Vida Urbana, 18 de março de 2002, p.9.

16 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

17 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

18 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br).

19 *Jornal do Commercio*, Cidades, 4 de abril de 2002, p. 2 e *Folha de Pernambuco*, Cidadania, 4 de abril de 2002, p. 4 (www.abmp.org.br).

20 Diretoria Executiva de Polícia da Criança e do Adolescente (www.dpca.cjb.net)

21 AUÇUBA – COMUNICAÇÃO E EDCUAÇÃO – E REDE ANDI, *A Criança e o Adolescente na Mídia em Pernambuco – Janeiro a Dezembro de 2001* – Ano II/nº 3, Série Rede ANDI, 2002, p. 27.

22 Idem.

23 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 52. O Mapa traz, também, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Em Pernambuco foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Catadores de Lixo; Confecção de Roupas; Construção Civil; Debulhamento de Feijão e Milho; Fabricação de Artefatos de Couro; Hortifruticultura; Produção de Farinha de Mandioca; Serviços de Rua; e Tecelagem.

24 AUÇUBA – COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO – E REDE ANDI, *A Criança e o Adolescente na Mídia em Pernambuco – Julho a Dezembro de 2000* – Série Rede ANDI, 2000, p. 39-51 – Participaram do debate Nilza Agreli (Coordenadora do PETI), Fábio Atanásio de Morais (Coordenador do UNICEF/Recife) e Abdalaziz Moura (Coordenador da organização não governamental SERTA).

25 *Diário de Pernambuco*, 20 de agosto de 2001, p. E6

26 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

27 Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos – Regional Pernambuco.*Violência contra a mulher, 2001*.

28 Governo do Estado de Pernambuco, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

29 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório disponível no web site do Conselho (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

30 Governo do Estado do Pernambuco, relatório enviado á Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

31 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

32 Dados da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de Pernambuco/2002

33 *O Globo*, 21 de abril de 2002.

34 Idem.

35 Idem.

36 *O Globo*, 10 de abril de 2002

37 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

38 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br)., que informa ter esse estado uma população de 19.138 indígenas.

39 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de outubro de 2002).

40 Sendo uma delas em conjunto com o estado de Santa Catarina.

41 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 476, de 30 de agosto de 2001.

42 Conselho Indigenista Missionário, Informes n.º 361, n.º 428, n.º 507 e n.º 510; de 20 de maio de 1999, 14 de setembro de 2000, 11 de abril de 2002 e 02 de maio de 2002.

43 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 396, e n.º 402 e n.º 459, de 3 de fevereiro de 2002, 16 de março de 2002 e 3 de maio de 2001.

44 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 520, de 11 de julho de 2002.

45 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 368, n.º 387, n.º 425 e n.º 481, de 8 de julho de 1999, 18 de novembro de 1999, 24 de agosto de 2000 e 4 de outubro de 2001; e ISA, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 557 (Diário de Pernambuco, 08 de maio de 1999 , "Narcotráfico atrapalha levantamento fundiário").

46 Informações fornecidas pelo Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Justiça e Cidadania.

47 *Diário de Pernambuco*, 31 de outubro de 2002, "Alcoolismo atinge tribos pernambucanas".

48 Informações fornecidas pelo Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Justiça e Cidadania.

49 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

50 Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

51 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, *V Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da Realidade dos Abrigos e Asilos de Idosos no Brasil* (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002). Disponível, no web-site da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br/cdh).

52 Idem.

53 Governo do Estado de Pernambuco, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

54 Idem.

55 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, Causa Mortis: *Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

56 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

PIAUÍ

O Estado do Piauí, situado ao norte da Região Nordeste, faz divisa com Ceará e Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão. Sua capital é Teresina e sua economia se baseia na indústria (química, têxtil, bebidas), agricultura (algodão, arroz, cana-de-açúcar, mandioca) e na pecuária.

No Piauí, há denúncias graves de violências praticadas por policiais e agentes penitenciários, inclusive tortura e outros tratamentos cruéis, agravados por greves de policiais e agentes penitenciários e rebeliões e fugas em unidades prisionais. Além do problema de superlotação, em flagrante descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, adolescentes em conflito com a lei cumprem medidas sócio-educativas de internação em presídios destinados a presos adultos.

Em quase dez anos de existência do ECA, o Piauí não promoveu o reordenamento institucional previsto em lei, que impõe aos estados e municípios a criação de programas e de instalações adequadas para o cumprimento das medidas sócio-educativas. Toda essa situação, juntamente com a postura assumida por representantes dos três poderes (Executivo, Legislativo ou Judiciário), tem contribuído para o agravamento da situação da infância e juventude no estado, na medida em que reiteradamente são descumpridas as previsões legais, tratando-se a questão apenas com mera violência e repressão. Violações de direitos perpetradas contra os adolescentes em conflito com a lei são reiteradamente denunciadas por entidades de defesa dos direitos humanos.

Visando alterar esse quadro de violência, destaque-se a atuação do Conselho Tutelar de Teresina que, assumindo seu papel de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, é de fundamental importância para garantir os direitos dos adolescentes em conflito com a lei e privados de liberdade.

A atuação do Conselho Tutelar de Teresina só reafirma a importância de se instalar esse órgão previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, o estado ainda está extremamente atrasado na implantação de conselhos. Até o final do 1º semestre de 2002, somente 41 dos 221 municípios contavam com Conselhos Tutelares e em 122 cidades ainda não tinha sido instalado o Conselho Municipal de Direitos. Esse flagrante descumprimento do ECA, coloca o Piauí entre os piores estados brasileiros, sendo, inclusive, na Região Nordeste, o que menos instalou tais conselhos. [1]

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES, TORTURA

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil-Piauí recebeu em 2001 e 2002 diversas denúncias de tortura, espancamento, agressão física e verbal, ameaça e arbitrariedade praticadas por policiais civis e militares e, também, por agentes penitenciários. Há diversas delegacias em que policiais militares exercem a função de delegado. Em uma delas, no município do Morro do Chapéu, um sargento da polícia militar, que exerce as funções de delegado de polícia, foi denunciado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu como responsável pela prática de ações ilegais e abusivas para atender os interesses do prefeito municipal. Através de um abaixo assinado encaminhado à Comissão de Diretos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil-Piauí, o Sindicato solicita providências para a exoneração e abertura de processo administrativo e judicial contra o policial. [2]

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana recebeu e investigou denúncias de envolvimento de policiais com o crime organizado, incluindo práticas com tráfico de drogas, roubo de veículos, roubo a bancos, prostituição infantil, pistolagem, além de agressões e assassinatos contra prefeitos e policiais empenhados na luta contra o crime organizado. [3]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o relator

especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura no Piauí. No relatório apresentado à ONU, há referência a um caso de tortura, ocorrido no ano 2000, no qual uma costureira grávida teria sido espancada pelo proprietário da casa em que morava que, acompanhado de policias militares, queria despejá-la. Ela ficou com graves hematomas e foi levada para o hospital, vindo a morrer três dias depois. [4]

SISTEMA PENITENCIÁRIO, UNIDADES FECHADAS

A população prisional aumentou em 121,6% durante o período de abril de 2001 a junho de 2002, destacando-se o Piauí como o estado da federação em que a população carcerária mais cresceu no período. Embora não exista ainda um problema grave de superlotação, o crescimento da população encarcerada é alarmante. A capacidade de vagas disponíveis no estado é de 1.427, enquanto o número de presos é de 1.795. Não existem vagas para o cumprimento de medida de segurança, mas chama a atenção o fato de 14 pessoas estarem cumprindo essa medida. A inexistência de vagas para o cumprimento da medida sugere que as pessoas nessa situação estejam em locais inapropriados, sem o acompanhamento de profissionais especializados, constituindo-se uma grave violação de direitos. [5]

Durante greve realizada em junho de 2002, policiais civis e agentes penitenciário bloquearam o acesso à Casa de Custódia de Teresina e soltaram 50 presos acusados de assaltos e pequenos delitos. Com capacidade para abrigar 290 presos, a Casa de Custódia abrigava 492 presos, muitos deles mantidos presos ilegalmente, incluindo 50 adolescentes em conflito com a lei cumprindo medida sócio-educativa de internação. Durante a greve, os detentos realizaram rebelião, durante a qual um preso morreu e cinco pessoas, um preso e quatro agentes penitenciários, foram agredidos, espancados e feridos. [6]

VIOLÊNCIA RURAL

Conforme dados enviados pela Comissão Pastoral da Terra do Piauí, um pescador, residente na Comunidade Mexeriqueira, vice-presidente da Associação da Comunidade Mexeriqueira, foi assassinado com quatro tiros, por dois motoqueiros não identificados. Após o crime, os motoqueiros fugiram em direção ao Ceará. A vítima era uma liderança na luta contra os projetos de empresas de crustáceos na região e havia denunciado um empresário espanhol e outros empresários que haviam comprado 170 hectares da área da União. [7]

Para realização desse projeto, a empresa cercou aproximadamente 5 mil metros da área da Comunidade Mexeriqueira, a fim de evitar acesso das famílias ao rio Toa. Essa ação deixou 50 famílias de pescadores numa situação crítica de sobrevivência, pois impediam que eles fossem ao rio pescar e, aos manguezais, para pegar caranguejo. Diante dessa situação, o presidente da Associação de Moradores de Mexeriqueira denunciou o fato à Comissão Pastoral da Terra. Segundo a denúncia, o empresário espanhol teria contratado 5 pistoleiros para amedrontar as famílias do local. [8]

Mediante liminar judicial expedida pelo juiz da Comarca de Porto, as famílias foram despejadas por policiais militares. Nessa ação, as roças e os pertences das famílias foram destruídos. [9]

Os responsáveis pela morte do pescador ainda não foram localizados pela polícia. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luís Correia (STR) denunciaram o crime à entidade de defesa dos direitos humanos no Brasil e no exterior.[10] Inquérito policial aponta as investigações do assassinato como sendo crime de pistolagem, uma vez que, depoimentos retratam que o pescador assassinado não tinha inimigos na comunidade. [11]

TRABALHO ESCRAVO

Preocupado com o número de pessoas do Piauí que são aliciadas para trabalhar em situação análoga a de escravo em outros estados brasileiros, a CPT, CUT e

FETAG promoveram nos dias 20 e 21 de julho de 2001, em Teresina, o Primeiro Seminário Estadual de Combate ao Trabalho Escravo. Após o seminário, parte dos participantes se deslocou para a cidade de Barras, onde ocorreu um encontro também de combate ao trabalho escravo na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a participação de 60 vítimas e seus familiares. Durante a reunião foi realizada a projeção de um vídeo em que lavradores de Barras eram libertados de uma fazenda do Sul do Pará, muitos deles reconheciam as pessoas filmadas e se reconheciam na tela. [12]

Na região de São Raimundo do Nonato, no Piauí, a mão de obra utilizada nas áreas das caieiras era escrava. A fundação FUMDAHM – FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO, que administra o Parque Nacional da Serra da Capivara, está transformando a área em parque arqueológico, gerando emprego à população, e está fomentando a produção de mel orgânico, abrindo alternativas de desenvolvimento sustentável. [13]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

No Estado do Piauí, 38 municípios pediram proteção do Exército para a votação nas eleições realizadas no dia 06 de outubro de 2002. O motivo de tantos pedidos foi o seqüestro de um técnico da Embratel que estava trabalhando para a Justiça Eleitoral na transmissão dos dados das eleições em 2000. Além disso, dois prefeitos foram mortos nesse estado nos últimos anos (os prefeitos dos municípios de Luzilândia e de Altos). [14]

Segundo informações da Secretaria da Justiça e Cidadania do Piauí, de janeiro até setembro de 2002, 15 jornalistas foram ameaçados, 14 foram demitidos e 11 foram agredidos. Além disso, nesse período 25 pessoas foram ameaçadas, quatro foram demitidas, cinco foram agredidas e três foram mortas devido à expressão de opinião. [15]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens mortos por homicídio, registrado no período, coloca o estado entre os três primeiros de maior aumento percentual do número de mortos nas unidades federativas no período. O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 54 para 89 entre 1998 e 2000 (crescimento de 64,81%). O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de nove em 1998 para 14,3 em 2000 (+58,89%). A taxa de vitimização juvenil em 2000 era de 75,6. [16]

Pesquisa solicitada pela Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente de Teresina traçou um panorama da situação da infância e juventude em situação de rua na capital do estado. O estudo desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da Universidade Federal do Piauí, entre os meses de maio de 2001 e março de 2002, contabilizou em três dias de pesquisa de campo a existência de "1.358 crianças e adolescentes em situação de rua em diferentes regiões da cidade, nos turnos da manhã, tarde e noite".[17] A grande maioria era do sexo masculino (83,21% do total) e a faixa etária em que havia maior concentração era de jovens entre 13 e 17 anos, o que correspondia a 53,17% do total de pessoas com menos de 18 anos que se encontram em situação de rua. Quanto ao tempo de permanência nesta situação, a grande maioria estava há mais de um ano, sendo que 9,65% do total há mais de cinco anos.

Das 1.358 crianças e adolescentes entrevistadas, 41,75% afirmaram que ao menos mais um (uma) irmão (ã) também fazia da rua um local de sociabilidade. Ademais, 35,19% dos pesquisados disseram estar na rua acompanhados de algum membro da família (irmãos, pais avós ou tios) e 1.151 (84,76%) afirmaram que estavam freqüentando a escola.

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 33 originaram-se no Estado do Piauí. [18]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Três rotas tinham origem no Estado do Piauí, sendo que duas delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [19]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente aponta que, em 1999, 162.474 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade estavam trabalhando no Estado do Piauí. Deste total, 39.341 (24,21%) trabalhavam na área urbana e 123.133 (75,79%) na rural. O Mapa indica que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (134.372) e Comércio (12.775). Ademais, 100.648 não recebiam remuneração, 23.504 exerciam trabalho domiciliar, 17.884 eram empregados e 10.730 trabalhavam para autoconsumo. [20]

Dados da já citada pesquisa encomendada pela Secretaria da Criança e do Adolescente de Teresina revelam que, de um universo de 1.358 pessoas em situação de rua com até 18 anos, 89,40% faziam uso do espaço da rua como local de trabalho – sendo que 527 eram crianças, entre um e doze anos. Nesse sentido, os motivos que impeliam à rua, a infância e juventude piauiense, eram: colaborar com o orçamento familiar, obter dinheiro para despesas pessoais, auxiliar o trabalho desenvolvido por responsáveis ou, simplesmente, o gosto pelo trabalho. Em Teresina, crianças e adolescentes em situação de rua exerciam principalmente as funções de vigia de carro, vendedor fixo e ambulante. [21]

Apesar do trabalho constituir a principal causa de saída para a rua, considerável parcela dos meninos e meninas, nessa situação, era beneficiada por programas governamentais, como Bolsa Escola (19,59%) e PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - (0,81%). Mesmo sendo curto o espaço de tempo desde que foram intensificados os programas dessa natureza, o estudo deduz que o aumento da pobreza em Teresina tem forçado que filhos de outras famílias sejam levados à situação de rua, o que "sugere a existência de uma estratégia equivocada de abordagem dos problemas, que insiste em implementar medidas compensatórias, de caráter restrito e focalista, sem enfrentar a questão central da pobreza". [22]

Medidas Sócio-Educativas

O Serviço Social do Estado (SERSE) através do Complexo de Apoio Social ao Adolescente (CASA) criou, somente em 1999, o programa de Liberdade Assistida. Desenvolvido apenas em Teresina, o programa atendeu, desde sua criação até julho/2002, 48 adolescentes. Já a medida de Prestação de Serviços à Comunidade foi instalada somente em 2000 e apenas na capital do estado. Da implantação da PSC até julho de 2002, foram encaminhados ao programa 84 jovens em conflito com a lei.[23] O quadro, no Estado, é ainda pior para a medida de semiliberdade que, após 12 anos de vigência da nova legislação infanto-juvenil, não tem um programa específico que a discipline. Todas estas omissões fazem com que a medida de internação seja amplamente utilizada no Estado.

De antemão é bom que se esclareça que, para o cumprimento da medida de internação, a única unidade existente no estado (também em Teresina) era o CASA. O local, construído em meados da década de 1970, foi idealizado na vigência do Código de Menores para ser um Centro de Recepção e Triagem e ao longo de 27 anos, sofreu apenas manutenções de rotina, que não propiciaram a adequação do espaço físico aos moldes indicados para o devido atendimento ao adolescente autor de ato infracional.

Em fevereiro de 2002, após denúncias dirigidas ao Conselho Tutelar de Teresina, representantes deste órgão, acompanhados de membros da OAB/PI e do Núcleo de Pesquisa e Estudo da Criança e do Adolescente da Universidade Federal do Piauí (NUPEC/UFPI), baixaram Portaria de Fiscalização do CASA. As visitas, realizadas nos dias 28/2/02 e 12/3/02, constataram uma série de violências e violações de direitos perpetradas no interior da instituição. [24]

Quanto às instalações físicas, constatou-se durante a fiscalização que os adolescentes viviam num "mini-presídio", composto por três pavilhões que abrigavam celas gradeadas. As camas, localizadas no interior destas celas, eram feitas de tijolo e cimento, sendo que algumas estavam sem colchões. Havia também uma cela "especial" ("solitária" sem cama nem colchão), dividida em dois cubículos, que servia como punição aos internos "rebeldes". A capacidade prevista da unidade era para 38 adolescentes, contudo, durante a visita, foram contabilizados mais de 68 internos.

O Conselho Tutelar constatou torturas e maus-tratos perpetrados contra os adolescentes, através dos relatos desses jovens. Um desses relatos revelou que um dos internos havia ficado quase quatro meses na cela 'especial', sem direito a banho de sol. Mesmo quando ficou doente, durante o período de punição, ele não podia sair. A mera tentativa de manifestar reclamações à Coordenadora Técnica já é suficiente para punição na cela 'especial'. Muitos já haviam sofrido discriminação, desrespeito à sua dignidade e até mesmo torturas. Uma das técnicas de tortura utilizadas na unidade era chamada pelos adolescentes de 'pau-de-açucar', onde eles eram algemados em uma trave e era colocado açúcar, onde ficavam horas em meio a sol e chuva, sem comer. Vários depoimentos dados pelos internos foram gravados, e fotos foram tiradas a fim de demonstrar as marcas de agressões. [25]

Quanto ao corpo técnico, foram verificados a ausência de qualificação e o despreparo teórico, prático e psicológico para o trabalho. O que se torna mais grave pelo fato de alguns dos "educadores" serem prestadores de serviços terceirizados de uma empresa de segurança de valores e limpeza, que lhes pagava um salário líquido de R$ 250,00 por mês.

Ademais, durante o processo de fiscalização, que redundou em denúncia encaminhada aos órgãos competentes, foram constatadas: a precariedade das atividades físicas (restringidas a utilização de um campo de futebol e uma quadra de futebol de salão); a dificuldade de comunicação entre adolescentes e familiares (em especial, daqueles de comarcas do interior do Estado); a desnecessidade de continuidade da internação; o não acesso ao defensor; a ausência de separação dos adolescentes por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração (indiscriminadamente a unidade abrigava nos mesmos espaços jovens de 12 a 19 anos que tinham praticado furto, desacato, arrombamento, homicídio, latrocínio, estupro etc.); falta de profissionalização (segundo os adolescentes desde novembro de 2001 não havia atividades de profissionalização).[26] [27]

Mesmo depois de ter sido afastada a Diretora do CASA, a situação no local não melhorou, culminando em uma rebelião, sem precedentes no Estado, iniciada no dia 4/5/02, que após 8 horas resultou em uma morte, 10 feridos e a destruição da unidade.[28] Com este lamentável fato, os adolescentes continuaram a ser submetidos a condições iguais ou piores ao período anterior à rebelião. Entre as medidas tomadas, a mais repudiada, pelas entidades de defesa dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, foi a transferência dos jovens para a Casa de Custódia Ribamar Leite.

O local, com capacidade para 297 pessoas e que abrigava 472 adultos, passou a servir, também, para os 64 adolescentes que cumpriam anteriormente internação no CASA. Em visita de representantes do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, "entre outras constatações os adolescentes falaram de atentado à sua integridade física, de falta de condições higiênicas, de falta de projetos educativos, de falta de informações, da falta de contato com a família (o juiz suspendera as visitas por 15 dias em função da destruição de colchões)". Diante da crítica situação encontrada no Piauí, o Ministério da Justiça liberou verba federal e designou técnicos para acompanharem as modificações no sistema de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei do Piauí.

No final de junho de 2002, diante das precárias condições da Casa de Custódia e da não conclusão das obras de uma nova unidade para os adolescentes, os jovens foram novamente transferidos desta vez para a Penitenciária Irmão Guido. A Penitenciária - que segue o modelo prisional, mas não estava abrigando, ainda, presos adultos - também apresentou problemas quanto à ociosidade permanente; a confinação, em boa parte do dia, em "celas"; e o fato de grande parte dos adolescentes não estarem sentenciados e já ter expirado o prazo de 45 dias da internação provisória (dos 66 adolescentes à época internados, somente 13 estavam sentenciados).

MULHERES

No estado, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 1,2 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representaram 7,4% das vítimas de homicídios.[29]

Em pesquisa realizada em duas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado do Piauí, verificou-se que, em 1999, foram registradas 1.411 ocorrências policiais. Destas, 370 foram ocorrências de ameaça, uma de homicídio, 41 tentativas de homicídio, 126 de lesão corporal, 34 de maus tratos e uma de seqüestro e cárcere privado. Foram 103 ocorrências de crimes de violência sexual, sendo destas 49 de estupro, 34 de tentativa de estupro e 20 ocorrências de atentado violento ao pudor. [30]

Em 2001, somente em Teresina, a polícia registrou 80 ocorrências de estupro e 86 de atentado violento ao pudor.[31] Nos primeiros nove meses de 2002, nas Delegacias de Polícia, incluindo as Especializadas no Atendimento à Mulher, foram registradas 2.259 ocorrências de violência contra a mulher, entre as quais 32 estupros. [32]

A Prefeitura Municipal de Teresina, através da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social mantém o serviço Disque Mulher Cidadã que atende mulheres vítimas de violência. Este serviço, entre maio de 2001 e junho de 2002, atendeu a 585 mulheres, sendo que 38 foram vítimas de agressão física, 28 de agressão moral e 8 de ameaça. [33]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (2.031.231) representa 71,44% da população do estado, proporção superior à média da Região Nordeste. Na população afro-descendente, 8,24% se declararam negros e 63,20% pardos. [34]

INDÍGENAS

No Censo Demográfico de 2000, consta que 2.106 pessoas, o equivalente a 0,07% da população desse Estado, se declarou indígena. No entanto, não constam como povo ou etnia reconhecida nem nos registros da Funai nem nos registros do Instituto Sócio-Ambiental. [35]

IDOSOS

O Piauí tinha, em 2000, uma população de 236.954 idosos.[36] Seguindo a tendência nacional, a população de idosos cresce em relação às demais faixas etárias da população. Os idosos representavam 6,6% da população em 1991, e passaram a 8,3% no ano 2000. Nesta década, o Piauí foi o estado que registrou o maior aumento da população idosa em relação à população total na Região Nordeste.

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS

Nos anos de 2000 e 2001, foram registrados seis homicídios homofóbicos, tendo sido quatro contra gays e dois contra travestis. [37]

Em 2001, na capital do estado, Francisco, 22 anos, tomou um táxi para que o levasse em casa. Quando o motorista do táxi percebeu que Francisco era homossexual, tinha problemas mentais e possuía apenas R$ 2,00 na carteira, parou o carro e expulsou-o do taxi. A polícia, percebendo que Francisco era homossexual, espancou-o e, em seguida, levou o jovem preso. [38]

1 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

2 Dossiê enviado à Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil-Piauí.

3 Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, "Relatório do Conselheiro Carlos Chagas do CDDPH, sobre a ação do crime organizado no estado do Piauí".

4 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

5 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen/default.htm).

6 Dossiê enviado pela Ordem dos Advogados do Brasil-Piauí, com notícias dos jornais *Diário do Povo* e *Correio do Piauí*.

7 Informe CPT/PI, Teresina, 02 de abril de 2002; *Diário do Povo*, Teresina, 03 de abril de 2002; *Diário do Povo*, Teresina, 05 de maio de 2002.

8 *Diário do Povo*, Teresina, 09 de abril de 2001.

9 Relatório CPT/PI, Teresina, 25 de janeiro de 2002; *Jornal Meio Norte*, Teresina, 05 de maio de 2002.

10 *Diário do Povo*, Teresina, 03 de abril de 2002.

11 Informe CPT/PI, Teresina, 15 de abril de 2002; *O Dia*, Teresina, 18 de abril de 2002

12 Idem.

13 Revista Problemas Brasileiros nº 350, Março/Abril 2002, pág. 17 a 11.

14 *Folha de São Paulo*, 03 de outubro de 2002, "170 municípios pedem proteção do Exército para votação do dia 6".

15 Governo do Estado do Piauí, Secretaria da Justiça e da Cidadania, *Plano Nacional de Direitos Humanos – I, Relatório de Estado do Piauí*.

16 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

17 Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Criança e o Adolescente do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí e Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente da Prefeitura Municipal de Teresina, *Estudo sobre a realidade da Criança e do Adolescente em situação de rua em Teresina/PI - Relatório de Pesquisa*, Teresina, 2002. O estudo esclarece que se entende "por criança e adolescente em situação de rua o grupo que, segundo Rosemberg (1994), se apropria do espaço da rua com outros fins – trabalhar, brincar, esmolar, etc. – que não o da mera circulação", p. 6.

18 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

19 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

20 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 54. O Mapa traz, também, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. No Piauí foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura Canavieira; Cata do Caranguejo e Pesca do Camarão; Catadores de Lixo; Comércio (Ambulante e Varejista); Indústria Salineira; Panfletagem; Rizicultura; Salinas; Serviços (em Madeireiras; em Oficinas Mecânicas; em Olarias e em Pedreiras) e Venda de Jornais.

21 Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Criança e o Adolescente do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí e Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente da Prefeitura Municipal de Teresina, *Estudo sobre a realidade da Criança e do Adolescente em situação de rua em Teresina/PI - Relatório de Pesquisa*, Teresina, 2002, p. 57.

22 Idem.

23 *Diário do Povo*, Teresina, 27 de julho de 2002 (reportagem integrante do material fornecido pelo Conselho Tutelar de Teresina).

24 Relatório de Fiscalização no Complexo de Apoio ao Adolescente – CASA de Teresina/PI, realizada em fevereiro e março de 2002 – Responsável: Conselho Tutelar de Teresina (2 de abril de 2002).

25 *Jornal Na Hora*, Piauí, 10 de abril de 2002 (reportagem integrante do material fornecido pelo Conselho Tutelar de Teresina).

26 Os funcionários indicavam que havia profissionalização na área de marcenaria, contudo o CT relembra que este tipo de atividade é vedado aos adolescentes em razão de sua periculosidade e insalubridade.

27 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teresina (CMDCAT), Ministério Público e Serviço Social do Estado do Piauí.

28 O jovem Flávio Cardoso Pereira (17 anos), que cumpria internação no CASA, foi morto pelos próprios adolescentes com mais de cem golpes de estilete, faca e caco de telha. Durante a rebelião, ficaram feridos oito adolescentes e dois policiais militares.

29 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

30 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório da pesquisa disponível no web-site do Conselho (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

31 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

32 Governo do Estado do Piauí, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

33 Prefeitura Municipal de Teresina, Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social, Projeto Disque Mulher Cidadã – *Relatório Anual 2001 e Projeto Disque Mulher Cidadã - Relatório Semestral de Atividades Janeiro a Junho 2002*.

34 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

35 IBGE, Censo Demográfico 2000, web-site da Funai (www.funai.gov.br) e web-site do ISA (www.socioambiental.org).

36 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

37 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira. *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

38 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

RIO GRANDE DO NORTE

O Estado do Rio Grande do Norte, situado no extremo noroeste da Região Nordeste, faz divisa com a Paraíba e o Ceará. Sua capital é Natal e sua economia se baseia na extração mineral (petróleo e sal marinho), agricultura e indústria. Em 1999, o Rio Grande do Norte lançou o Programa Estadual de Direitos Humanos, elaborado a partir da 2a Conferência Estadual de Direitos Humanos, realizada em 1998.

No Rio Grande do Norte, um dos graves problemas é a continuidade da atuação do grupo de extermínio denominado Meninos de Ouro (Golden Boys), que conta com a participação de agentes da polícia civil, apesar das reiteradas denúncias de organizações não governamentais, inclusive junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, a falta dos Conselhos (Tutelar e de Direitos) no Rio Grande do Norte coloca o Estado entre os piores do Nordeste e do Brasil. Até o final do 1º semestre de 2002, somente 53 dos 166 municípios contavam com Conselhos Tutelares. O que significa que no Estado ocorria um flagrante descumprimento do ECA no que se refere a implantação desses órgãos. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era um pouco melhor, contudo, 95 cidades ainda não haviam instalado. [1]

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES E TORTURA

No Rio Grande do Norte, há um grupo de extermínio formado por policiais civis, denominado Meninos de Ouro. O grupo é acusado da prática de crimes, particularmente extorsão e execuções de criminosos, e eliminação daqueles que contestam sua atuação. Mais de cinqüenta mortes foram atribuídas a este grupo, inclusive duas mortes na Chacina de Mãe Luiza em março de 1995 e o assassinato em outubro de 1996 do advogado Francisco Gilson Nogueira de Carvalho, do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, que atuava como assistente do Ministério Público no processo contra o delegado Maurílio Pinto de Medeiros, acusado de comandar o grupo de extermínio. Na seqüência da execução do advogado, o delegado Maurílio Pinto de Medeiros, que exercia o cargo de secretário adjunto da segurança, foi afastado, mas as investigações sobre a atuação do grupo de extermínio não prosseguiram. Em março de 1999, foi assassinado o decorador Antônio Lopes, conhecido como "Carla", que teria informações sobre a atuação do grupo de extermínio. [2]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o relator especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura e outros tratamentos cruéis no Rio Grande do Norte, citando em seu relatório sete casos, a maioria no ano 2000, envolvendo policiais civis e militares. Há dois casos referentes à tortura na Colônia Penal João Chaves, em Natal. [3]

SISTEMA PENITENCIÁRIO, UNIDADES FECHADAS

Não há superlotação carcerária no estado. São 1.324 vagas nos estabelecimentos prisionais para 1.168 presos, destas 1.009 vagas são destinadas a pena de regime fechado. As vagas para cumprimento de medida de segurança não são suficientes, neste caso há superlotação, 31 presos receberam essa medida e o estado só disponibiliza 24 vagas. Neste caso a inadequação da estrutura poderá concretizar uma grave violação de direitos humanos, uma vez que muitos dos presos que recebem esse tipo de medida necessitam de atendimento médico especializado. [4]

Um caso de morte de vários presos provocada pela intervenção policial se deu em 5 de fevereiro de

1998, quando cerca de trinta presos tentaram fugir da penitenciária Central João Chaves, na cidade de Natal. Policiais militares na operação de recaptura feriram dez e executaram sete presos. Segundo os laudos necroscópicos posteriormente divulgados ficou constatado que apenas um preso morreu em decorrência de hemorragia por causa de tiro levado na perna, sendo que todos os outros morreram com tiros na cabeça, tórax e abdômen.

VIOLÊNCIA RURAL

No Rio Grande do Norte, o número de conflitos rurais aumentou de 15 em 1999 para 27 em 2000, mas diminuiu para 18 em 2001. O número de pessoas envolvidas nos conflitos também aumentou de 7.545 em 1999 para 10.440 em 2000 e diminuiu para 5.560 em 2001. Entre janeiro de 1999 e agosto de 2001, não foram registradas mortes em decorrência de conflitos rurais no estado. [5]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Nas eleições realizadas no dia 27 de outubro de 2002, seis municípios desse estado receberam a proteção das Forças Armadas. [6]

Segundo o Governo do Estado, desde o ano de 2000, três jornalistas foram ameaçados em função do exercício de suas atividades profissionais. [7]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio diminuiu de 89 para 77 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos diminuiu de 16,2 em 98 para 13,5 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil, que era em 2000 de 46,8. A redução das taxas de morte de jovens em razão de homicídio colocou o Estado do Rio Grande do Norte em primeiro lugar entre as unidades da federação em que esses índices mais diminuíram, entre 1998 e 2000. [8]

A Secretaria Estadual da Ação Social, através da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente, desenvolve o Programa SOS Criança em Natal. Voltado às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, por ação ou omissão dos responsáveis, o serviço busca sempre atuar de maneira integrada às várias ações e demais serviços, governamentais e não governamentais, de defesa e atendimento a essa faixa da população.

Entre janeiro de 1999 e julho de 2001, foram registrados 8.483 casos de violações perpetradas contra crianças e adolescentes. Deste total, as violências mais comuns foram: negligência (2.428), maus tratos (2.044) e espancamento (957).

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 56 originaram-se no Estado do Rio Grande do Norte. [9]

O governo e a sociedade civil da Capital do Rio Grande do Norte, visando combater a exploração sexual, se uniu em outubro de 2001 para elaborar o Plano Municipal de Enfrentamento e Combate à Exploração Sexual. Paralelamente, foi estabelecida parceria entre Ministério Público, Secretaria de Segurança, Conselho Tutelar e órgãos governamentais do Estado e do Município, com intuito de prevenir e repreender permanentemente a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indicou que em 1999 havia 162.474 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade, estavam trabalhando no Estado do Rio Grande do Norte. Deste total, 22.653 (47,91%) trabalhavam na área urbana e 24.626 (52,09%) na rural. O Mapa aponta que esse

grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (23.144) e Comércio (10.343). Ademais, 25.596 não recebiam remuneração, 7.388 eram empregados, 4.433 trabalhavam para autoconsumo, 3.448 eram domésticos e 3.445 (7,21%) trabalhavam por conta própria. [10]

A Comissão Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) idealizou e o Governo do Estado em parceria com a UNICEF lançaram, em 5 de outubro de 2001, Campanha de Combate ao Trabalho Infantil no Estado. A Campanha busca reforçar os resultados do PETI que em 1999 atendia a 700 crianças e adolescentes, registrava em 2001 um total de 43.000 beneficiados. [11]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, ao Rio Grande do Norte tinha, em março de 2002, 144 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida e, no mês de junho, 39 em internação (sendo quatro do sexo feminino), 55 em internação provisória e 17 em semiliberdade. Havia no Estado, Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, três unidades para cumprimento da medida sócio-educativa de internação, duas para semiliberdade e uma para internação provisória. [12]

Com características proporcionais muito semelhantes ao Estado da Bahia, o Rio Grande do Norte tem: (1) quantidade relativa de adolescentes em regime de liberdade assistida muito próxima da média nacional (comparando-se jovens em liberdade assistida. e em internação ou semiliberdade); e (2) de cada 10 adolescentes privados de liberdade, aproximadamente seis estão provisoriamente e quatro privados de liberdade por força de uma sentença.

No município de Parnamirim estava localizado o Centro Educacional Pitimbu, que mereceu destaque na mídia estadual,[13] em meados de 2002, em razão da precariedade da estrutura local, que abrigava - sem separação por critério etário, de compleição física e de gravidade da infração - adolescentes e jovens adultos, com idades entre 13 e 20 anos. Esta violação flagrante ao art. 123 do ECA prejudicava a consecução dos objetivos da medida sócio-educativa, favorecendo, inclusive, que o aumento do grau de reincidência dos adolescentes.

MULHERES

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou a existência de uma rota de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial. A região também apresenta um problema de turismo sexual e aponta uma possível inter-relação com o turismo sexual e tráfico, já que Recife (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA) e Natal (RN), capitais que aparecem como os principais locais de destino do tráfico, são também as cidades nordestinas que mais recebem turistas estrangeiros. Existem inquéritos e processos que informam a existência de tráfico de mulheres para a Europa. [14]

No Rio Grande do Norte, a taxa de homicídios contra as mulheres é de 1,4 por 100 mil habitantes no ano de 2000. As mulheres representam 7,8% das vítimas de homicídios.[15] Em Natal, a polícia registrou 74 ocorrências de estupro e 83 atentados violentos ao pudor em 1999, 35 estupros e 42 atentados violentos ao pudor em 2000, 73 estupros e 80 atentados violentos ao pudor em 2001. [16]

Em duas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no estado do Rio Grande do Norte, foram registradas 3.457 ocorrências policiais em 1999. Destas, foram 758 ameaças (21,93%), 76 atentados violentos ao pudor (2,20%), 16 homicídios (0,46%), 2.175 lesões corporais (62,92%), 2 lesões corporais culposas (0,06%), 3 maus-tratos (0,09%), 1 cárcere privado (0,03), 68 estupros (1,97%), 4 tentativas de estupro (0,12%) e 39 vias de fato (1,13%). [17]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (1.610.141) representa 57,99% da população do estado, proporção inferior à média da Região Nordeste. Na população afro-descendente, 3,66% se declararam negros e 54,33% pardos. [18]

INDÍGENAS

No Censo Demográfico de 2000, consta que 598 pessoas, o equivalente a 0,02% da população desse Estado, se declarou indígena. No entanto, não constam como povo ou etnia reconhecida nem nos registros da Funai nem nos registros do Instituto Sócio-Ambiental. [19]

IDOSOS

O Rio Grande do Norte tinha, em 2000, uma população de 250.594 idosos.[20] A população do estado envelhece, ainda que em ritmo menos acelerado que a população do país. A proporção de idosos na população total do estado passou de 8,2% em 1991 para 9,% no ano 2000.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A população de portadores de deficiência (540.571) representa 19,47% da população do Rio Grande do Norte. É o estado que tem a maior população de portadores de deficiência, proporcionalmente à população, no país. [21]

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Entre 2000 e 2001, foram registrados 7 homicídios homofóbicos e em todos a vítima era gay. [22]

1 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

2 O Primeiro Relatório Nacional de Direitos Humanos não incluiu o Estado do Rio Grande do Norte e deixou de apresentar informações sobre este caso. Ver mais informações sobre este caso no capítulo "O Sistema Internacional e a Situação dos Direitos Humanos no Brasil".

3 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

4 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen/default.htm).

5 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

6 *Agência Estado*, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

7 Governo do Estado do Rio Grande do Norte, *Segundo Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil - RNDH II*.

8 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

9 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

10 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 57. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. No Rio Grande do Norte foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Caieiras; Comércio Ambulante; Cultura (do Algodão; e do Caju); Cultura e Desfibramento do Sisal; Fabricação de Bonés; Fumicultura; Hortifruticultura; Manequins e Modelos; Matadouros; Pesca; Produção (de Carvão Vegetal; e de Farinha de Mandioca); Serviços (de Estamparia; de Rua; em Cerâmicas e Olarias; e em Pequenas Salinas Manuais); Tecelagem; e Transporte Coletivo (Kombistas)

11 Notícias ABMP, 5 de outubro de 2001 (www.abmp.org.br).

12 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

13 *Diário de Natal*, 5 de julho de 2002, p.3 , notícias disponíveis no site da entidade (www.abmp.org.br)

14 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - (Coordenação Nacional). *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial*. Brasília, 2002.

15 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

16 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

17 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório da pesquisa disponível no web-site da entidade(www.mj.gov.br/sedh/cndm).

18 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

19 IBGE, Censo Demográfico 2000, web-site da Funai (www.funai.gov.br) e web-site do ISA (www.socioambiental.org).

20 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

21 Idem.

22 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira. *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

SERGIPE

O Estado de Sergipe, situado no leste da Região Nordeste, faz divisa com Alagoas e Bahia. É o menor estado brasileiro. Sua capital é Aracaju e sua economia se baseia na agricultura (laranja, cana-de-açúcar, algodão, coco), pecuária, e , de maneira crescente, na exploração do petróleo e gás natural e na indústria.

Nos últimos anos, houve aumento significativo do número de jovens vítimas de homicídio, passando de 53 em 1998 para 140 no ano 2000 (crescimento de 164,15%). O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 14,5 para 36,7 entre 1998 e 2000 (+153,10%).[1]

O Centro de Defesa da Mulher e Apoio a Cidadania "Bem Querer", com sede em Aracaju e fundado em 08 de março de 2001, é uma das organizações da sociedade civil que merece destaque no estado. O "Bem Querer" atende, orienta, encaminha e acompanha mulheres vitimizadas pela violência, dando apoio, assistência jurídica, psicológica e social. Outra organização que merece destaque é a Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania – SACI, que em, novembro de 2000, implementou o Disque Racismo.

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES, TORTURA

Em Sergipe, há denúncias de violência praticada por policiais, principalmente em delegacias, contra profissionais do sexo. Conforme depoimentos fornecidos à Associação Sergipana de Prostitutas, há casos de mulheres que foram estupradas e que, ao chegar nas delegacias para fazer ocorrência, foram discriminadas e ridicularizadas em virtude de sua atividade profissional. Em decorrência desta prática, muitas mulheres acabavam não fazendo o boletim de ocorrência quando são vítimas de estupro ou agressão. Ao invés de irem às delegacias para prestar as denúncias, em decorrência dessas séries de constrangimentos a que eram submetidas, muitas mulheres optam por apresentar denúncias à Associação. Ainda segundo a Associação, há casos de clientes que levam as profissionais do sexo para suas casas e, após utilizarem seus serviços, chamam a polícia e as acusam de roubo, além de não pagarem o programa. Os policiais, segundo as denúncias, agem freqüentemente com violência, com agressões físicas e morais contra as mulheres. [2]

Em agosto de 2000, policiais militares realizam greve por melhores salários. [3]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O estado apresenta grave problema de superlotação. O sistema prisional dispõe de 658 vagas e atualmente se encontram encarcerados 1.601 presos. Não há disponibilidade de vagas para o regime aberto e para medida de segurança, embora exista 90 presos cumprindo pena em regime aberto. [4]

VIOLÊNCIA RURAL

Em Sergipe, ocorreram, entre 1999 e 2001, seis conflitos de terra que envolveram 5.905 pessoas e vitimaram, de forma fatal, duas. [5]

Um dos casos aconteceu no dia 17 de maio de 2001, quando policiais invadiram um acampamento de trabalhadores sem terra, às margens da Fazenda Cassugu, queimaram todos os barracos, dispararam tiros e ameaçaram os trabalhadores acampados.[6] Quinze dias depois, no município de Poço Redondo, 150 famílias do projeto assentamento Queimada Grande realizavam um mutirão para a recuperar os alimentos, quando trinta policiais armados invadiram o assentamento disparando tiros. Além de prenderem alguns dos trabalhadores sem-terra, o delegado teria ameaçado de

morte alguns assentados. Todos os alimentos encontrados foram levados pelos policiais. [7]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Em 23 de fevereiro de 2000, segundo caso relatado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE, o advogado José Elito de Vasconselhos teria sofrido agressões por parte de policiais militares, após ter batido levemente seu carro em outro, no interior de um estacionamento. Diante do fato, três policiais militares abordaram e solicitaram os documentos ao advogado e conselheiro da OAB/SE. Um dos policiais identificou-o como um "rapaz dos direitos humanos". Alguns momentos depois chamaram a equipe "Garra" da Polícia, que chegou no local em três viaturas. Diziam ao advogado, que recebeu um tapa no rosto de um dos policiais, que a polícia tinha de ser respeitada e que ele precisava tomar uns cacetes para deixar de falar da polícia. Não bastassem as ameaças e violência, a vítima, até ser liberada, foi obrigada a permanecer um tempo no interior de uma viatura, onde insultos verbais lhe foram proferidos. [8]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, apenas 49 dos 75 municípios contavam com Conselhos Tutelares. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era melhor, porém em nove cidades não estavam instalados. [9]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 18 originaram-se no Estado de Sergipe. Deste total, 1/3 delas foram feitas no 1º semestre de 2002. [10]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente aponta que, em 1999, 53.888 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade estavam trabalhando no Estado de Sergipe. Deste total, 22.639 (42,01%) trabalhavam na área urbana e 31.249 (57,99%) na rural. O Mapa indica que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (35.075), Comércio (5.740) e Prestação de Serviços (5.739). Ademais, 26.017 não recebiam remuneração, 9.885 eram empregados e 7.653 trabalhavam para auto-consumo. [11]

Fruto da mobilização e luta da sociedade civil organizada do estado, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atendia, no ano de 2000, 64 municípios sergipanos, beneficiando 23 mil crianças e projetava para o ano de 2001 o acréscimo de outros cinco municípios e mais 2.800 crianças beneficiadas. [12]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, Sergipe tinha, em março de 2002, 22 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida e, no mês de junho, 60 em internação (sendo cinco do sexo feminino) e quatro em semiliberdade. Até junho de 2002, o Estado contava com uma unidade para cumprimento da medida de semiliberdade e duas para internação. Em Sergipe, o total de adolescentes (86) inseridos em uma das três medidas (liberdade assistida, internação e semiliberdade), entre todos os estados brasileiros, só era maior que o de Tocantins. [13]

Apesar do pequeno número de adolescentes internados, o que em tese facilitaria o desenvolvimento de um processo sócio-educativo em consonância com as determinações do ECA, Sergipe se destaca pelas péssimas condições a que submete os jovens em conclito com a lei. Tais condições foram constatadas pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos

Deputados que, em visita a uma unidade de privação de liberdade de jovens do Estado (o CENAN de Aracajú), se depararam com 60 adolescentes internados num espaço de características muito assemelhadas àquelas do sistema prisional, entre elas: as celas eram sem ventilação e sem luz natural ou mesmo artificial; e a privada era um buraco no chão, no qual os adolescentes tinham que usá-la na frente de todos, isto porque na última reforma retiraram a proteção que garantia um mínimo de privacidade aos adolescentes ao utilizar o banheiro. Verificou-se, também, durante a visita que muitos adolescentes se encontravam doentes e sem tratamento médico. Os adolescentes relataram terem apanhado dos monitores e disseram que, como forma de punição, eram obrigados a permanecer algemados de pé, em uma grade externa, nos fundos do prédio, por até 24h. [14]

MULHERES

Em Sergipe, a taxa de homicídios contra as mulheres é de quatro por 100 mil habitantes no ano de 2000. As mulheres representam 9,2% das vítimas de homicídios.[15] Em Aracaju, a polícia registrou, em 1999, 68 ocorrências de estupro e 28 de atentado violento ao pudor. Em 2001, os números aumentaram para 71 estupros e 33 atentados violentos ao pudor. [16]

A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal de Sergipe, realiza capacitação dos funcionários da Delegacia Especial de Proteção à Mulher, em especial, para que esses profissionais promovam o adequado encaminhamento ao Centro de Referência da Mulher, que fornece tratamento médico e psicológico às vítimas de violência. Além disso, realiza palestras em instituições de ensino, visando prevenir e conscientizar os jovens e, assim, eliminar a perpetuação da violência e da discriminação. [17]

O Centro de Defesa da Mulher e Apoio a Cidadania "Bem Querer" informa que, até a julho de 2002, não existia no Estado de Sergipe nenhum albergue específico para atendimento da mulher. Ressalta, também, que existem poucas Delegacias Especiais da Mulher no estado e aquelas que já foram instaladas têm um infra-estrutura precária, faltando o devido de aparelhamento. [18]

Desde sua fundação, em março de 2001, até julho de 2002, "Bem Querer" atendeu e acompanhou cerca de 50 mulheres. Os casos diziam respeito à lesão corporal, ameaças, crimes contra a honra e violência sexual. [19]

Além desse atendimento direto às mulheres vitimizadas, o "Bem Querer" tem outros dois projetos: "O Fala Mulher" que, através da imprensa (escrita, falada e televisada), pretende abrir um espaço de expressão para as mulheres, onde elas possam divulgar seus trabalhos, artísticos, literários, artesanais etc.; e o "Disque Mulher" que informa os direitos das mulheres, recebe anúncios e sugestões. [20]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (1.215.093) representa 68,09% da população do estado, proporção superior à média da Região Nordeste. Na população afro-descendente, 6,89% se declararam negros e 61,20% pardos. [21]

O Disque Racismo, desenvolvido pela ONG SACI, funcionando como um serviço de assistência jurídica gratuita via telefone. Em dois anos, o serviço já recebeu 30 denúncias que configuram injúria e preconceito racial. Quatro delas resultaram em ações judiciais, que estão em andamento no Poder Judiciário sergipano.

A SACI indica como dificuldade no rompimento do preconceito e da discriminação, o fato das pessoas terem dificuldade em perceber quando estão sendo discriminadas e, muitas vezes, quando se apercebem e registram o ocorrido, são dissuadidas de prosseguir com a denúncia.

Casos de Discriminação Racial

Em 24 de novembro de 1999, um senhor foi vítima de injúria racial. Ele estava em uma churrascaria

assistindo a um jogo de futebol, quando foi repreendido por uma senhora que gritou "negro safado, escravo! Quem foi que abriu a senzala para você sair?". A vítima ajuizou a ação contra esta senhora, e o processo está em andamento. [22]

No dia 04 de julho de 2001, em Aracaju, uma menina que guiava uma bicicleta passou por cima do pé de um menino negro. O menino, ao pedir para que a menina tivesse mais cuidado, foi agredido pela mãe da mesma que disse: "Como é que uma mãe passa nove meses para dar à luz a um neguinho assim?", ainda o ameaçou dizendo que o pai da menina iria bater nele ou em seu pai, e acrescentou: "Você já viu negro ter vez? Pessoas como vocês não deveriam morar neste bloco, aqui não é lugar para pessoas como vocês". O garoto, além de se sentir machucado com a agressão, se sentiu humilhado, pois estava com mais três amigos. Seus pais procuraram uma delegacia, instaurando inquérito. O processo está em tramitação na justiça. [23]

Em 24 de agosto de 2001, em Gararu, uma menina, em seu trajeto de volta do trabalho para a casa, foi atingida moralmente ao ser xingada pela mãe de uma outra menina que concorria a vaga do seu emprego. A agressora a chamou de "negra porca", "vai abrir a senzala", "vai comer a lavagem da fazenda". O caso foi levado ao Juizado Especial Criminal e foi determinada a suspensão do processo, o que significa que a agressora está proibida de freqüentar bares após as 22:30 horas; de ausentar-se da comarca sem autorização da juíza, salvo viagem a trabalho para Aracaju; e estará obrigada a comparecer pessoalmente a cada dois meses no juízo para justificar suas atividades no período de 2 anos. [24]

Em janeiro de 2002, um funcionário de um condomínio em Aracajú, após reunião dos moradores, foi demitido em razão de suas características afro-descendentes. A vítima entrou com ação judicial, ainda não julgada, alegando ser vítima de preconceito racial. [25]

INDÍGENAS

Sergipe tem apenas um povo indígena, os Xokó, que tem uma população de 250 indígenas.[26] Estima-se que tenha a 3ª menor população indígena entre os estados que tem indígenas no país. [27]

O Estado tem apenas uma área indígena, que se encontra registrada. [28]

Violências

Assim como os indígenas de Alagoas, os indígenas de Sergipe também vêm denunciando as irregularidades decorrentes da terceirização e da municipalização dos serviços de saúde indígena. Alegam que a municipalização permite às prefeituras que empreguem e demitam funcionários de acordo com critérios próprios, desconsiderando os Conselhos Distritais de Saúde, reclamam a falta de profissionais e o despreparo dos agentes de saúde não-indígenas e acusam que os repasses de recursos financeiros de saúde indígena estariam sendo feitos diretamente às prefeituras por meio de "acordos", sem assinaturas de convênios, o que permitiria aos prefeitos poderem utilizar o dinheiro para outros fins. Realizaram ações e redigiram documentos onde expressaram o descontentamento com esse modelo de terceirização e municipalização do atendimento à saúde. [29]

IDOSOS

Sergipe tinha, em 2000, uma população de 131.171 idosos.[30] Mesmo que de maneira tímida (é o estado com menor ritmo de envelhecimento no Nordeste), a população com idade igual ou superior a 60 anos vem crescendo relativamente às demais faixas etárias da população. Os idosos representavam 6,8% da população total do estado em 1991, passando a representar 7,4% no ano 2000.

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Nos anos de 2000 e 2001, foram registrados 5 homicídios homofóbicos, tendo sido quatro contra gays e um contra travesti. [31]

No ano de 2001, um travesti de 23 anos encaminhou representação ao Ministério Público, alegando que teria sido discriminado, humilhado e ameaçado de prisão, pelo promotor de justiça, caso não se comportasse como homem durante processo em que era acusado de praticar pedofilia em Aracaju. [32]

1 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

2 Associação Sergipana de Prostitutas.

3 *Folha de S. Paulo*, 15 de julho de 2001, Cotidiano, C 4, quadro "As principais greves no país desde 1997".

4 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen).

5 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002 disponíveis no web-site da Comissão (www.cptnac.com.br).

6 Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, *Relatório Brasil 2001 – Violência no Campo*.

7 Idem.

8 Material recebido do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Ministério da Justiça.

9 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

10 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

11 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001) p 60. O Mapa traz, também, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Em Sergipe foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura; Agricultura de Subsistência; Catadores de Mariscos; Comércio Ambulante; Panfletagem; Pecuária; Pesca; Produção de Farinha de Mandioca; Rizicultura; Serviço (de Transportes – Carregadores -; em Cerâmicas e Olarias; e em Pedreiras) e Venda de Jornais.

12 CIPÓ – COMUNICAÇÃO INTERATIVA E REDE ANDI, *A Criança e o Adolescente na Mídia Bahia/Sergipe – Julho a Dezembro de 2000* – Série Rede ANDI, Bahia, 2000, p. 45.

13 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

14 Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, *IV Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas FEBEMs e congêneres: O sistema Febem e a produção do mal*, Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001

15 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

16 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

17 Governo do Estado de Sergipe, relatório enviado para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

18 Relatório do Centro de Defesa de Mulher e Apoio à Cidadania "Bem Querer" de março a julho de 2002.

19 Idem.

20 Idem.

21 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

22 SOS Racismo (SACI Sociedade Afrosergipana Estudos da Cidadania).

23 Idem.

24 Idem.

25 Idem.

26 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

27 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 650 indígenas.

28 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

29 Conselho Indigenista Missionário, Informes n.º 446 e n.º 453, de 1º de fevereiro de 2001 e 22 de março de 2001.

30 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

31 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira. *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

32 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

REGIÃO CENTRO-OESTE

A Região Centro-Oeste, formada pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, é uma região de planalto que tem o Pantanal no lado Oeste e a Floresta Amazônica ao Norte. O Centro-Oeste recebe um grande fluxo de migrantes de outras regiões do país e registra um crescimento populacional acelerado, particularmente nas áreas urbanas.[1] Da população total da região (11.636.728 habitantes, que representa 6,85% da população brasileira), 12,01% é composta de migrantes.[2] Depois do Sudeste, o Centro-Oeste é a região do país que tem a maior parcela da população vivendo em áreas urbanas.[3] Ao mesmo tempo, depois do Norte, é a região do país que tem a maior população indígena, proporcionalmente à população total da região. [4]

Paralelamente ao processo de crescimento populacional e urbanização, a região Centro-Oeste se caracteriza por um processo de expansão da agricultura e da pecuária, através da exploração de grandes propriedades rurais, que freqüentemente resulta em destruição do meio ambiente e gera conflitos pela posse da terra com trabalhadores rurais e populações indígenas. Além da agricultura e da pecuária, o extrativismo e a mineração são atividades econômicas importantes na região.

Assim como nas demais regiões do país, a pobreza e a desigualdade de renda diminuíram na década de 1990. Mas o Centro-Oeste é a região que registra a maior desigualdade de renda entre todas as regiões do país.[5] A parcela da população em situação de pobreza é maior do que no Sul e Sudeste, mas menor do que no Norte e Nordeste. [6]

Este quadro de desigualdade social e de crescimento populacional acelerado, de expansão urbana e de desenvolvimento de grandes empreendimentos agropecuários, juntamente com a debilidade da presença do estado em diversas regiões do Centro-Oeste contribui para gerar um quadro de violência no campo e na cidade, inclusive com denúncias de assassinatos, torturas e outros tratamentos cruéis praticadas por policiais.

Nenhum estado da região tem Ouvidoria de Polícia. Goiás e Mato Grosso do Sul implantaram e o Distrito Federal está implantando o programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. Em Goiás, está em processo de implantação um centro de apoio a vítimas da violência.

Depois do Sudeste, o Centro-Oeste é a região que tem o maior índice de homicídio entre as regiões do país, que chega a 39,8 homicídios por 100 mil habitantes no Estado do Mato Grosso e 37,5 homicídios por 100 mil habitantes no Distrito Federal. [7]

Na região Centro-Oeste, diminuíram os conflitos rurais entre 1999 e 2001. Entretanto, aumentou significativamente a violência dos conflitos e o número de mortes passou de uma em 1999 para sete em 2000 e sete em 2001, das quais nove aconteceram no Mato Grosso e sete no Mato Grosso do Sul. Depois do Norte, o Centro-Oeste é a região do país que, no período 1999-2001, concentrou o maior número de trabalhadores em situação de escravidão. [8]

A população indígena está envolvida em diversos conflitos com madeireiros e garimpeiros, fazendeiros e posseiros no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Particularmente grave é a situação dos Cinta-Larga no Mato Grosso e dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul. [9]

Há também denúncias graves de exploração sexual e comercial de mulheres, crianças e adolescentes, com a formação de redes de prostituição, turismo sexual, e tráfico de mulheres, crianças e adolescentes.[10] Em 1998 foi realizado 1º Seminário da Região sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que resultou na criação da Comissão Interestadual de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Região Centro-

Oeste. A Comissão, articulando governo e sociedade civil, realiza campanhas e ações, denunciando a exploração sexual e criando programas de prevenção. No Mato Grosso, 19 municípios se envolveram na campanha. [11]

1 IBGE, Censo Demográfico 1996 (www.ibge.gov.br). A taxa de crescimento anual da população é de 2,2%, superior à taxa do país.

2 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

3 Idem. Da população do Centro-Oeste, 86,73% reside em área urbanas e 13,27% reside em áreas rurais.

4 Idem. A população indígena representa 1,09% da população total do Centro-Oeste.

5 *Folha de S. Paulo*, 20 de dezembro de 2001, Especial 5, quadro "A Concentração de Renda em 2000". O índice de Gini, que mede a concentração de renda, diminuiu na região Centro-Oeste de 0,631 em 1991 para 0,622 no ano 2000. Em 1991, o Nordeste era a região com a pior distribuição de renda. Mas, no ano 2000, a pior distribuição de renda passou a ser a do Centro-Oeste. No Brasil, o índice de Gini diminuiu de 0,636 em 1991 para 0,609 em 2000. O índice de Gini varia de 0 (distribuição de renda igual) a 1 (distribuição de renda desigual). Quanto menor o índice, maior a igualdade na distribuição de renda. Quanto maior o índice, maior a desigualdade na distribuição de renda.

6 *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 2002, Eleições especial 5, quadro "Pobreza cai em todas as regiões". A população considerada pobre é a população residente com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Dados do IBGE, elaborados pelo IPEA, mostram que a população em situação de pobreza na Região Centro-Oeste diminuiu de 37,7% da população total em 1992 para 24,9% em 1995 e 23,6% em 1999, enquanto no país diminuiu de 40,2% da população total em 1992 para 28,4% em 1999.

7 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

8 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

9 Informações do Instituo Sócio-Ambiental e do Conselho Indigenista Missionário.

10 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Final – Brasil: Exploração Sexual e Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe* (Brasília: CECRIA, 1999).

11 Idem.

DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal está situado no interior do Estado de Goiás, no Planalto Central do Brasil. É onde está a capital do país, Brasília, cidade inaugurada em 1960, onde estão as sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União. Em torno de Brasília, crescem de forma desordenada cidades satélites, sem infra-estrutura e serviços adequados, que contribuem para aumentar o índice de violência no Distrito Federal.

O Distrito Federal detém o maior índice de violência fatal entre as unidades federativas da Região Centro-Oeste. Sua taxa de homicídios por 100 mil habitantes é de 37,5, significativamente superior à taxa média da região que é de 29,3. [1]

Há casos de violência policial, inclusive de repressão de greves e manifestações por parte da polícia. Em 1999, foi particularmente violenta a ação da tropa de choque para reprimir a manifestação da NOVACAP, sendo que uma pessoa foi morta e 36 pessoas, inclusive três policiais, ficaram feridas no conflito.

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES E TORTURA

A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, recebeu nove denúncias de violência policial no ano 2000 e 17 em 2001. Destas 26 denúncias, oito foram contra policiais civis, 12 contra agentes da polícia militar e nas outros seis não houve identificação da corporação a que estava vinculado o agente. A Comissão recebeu denúncias de abuso de poder, tortura, invasão de domicílio sem ordem judicial, apreensão ilegal de bens, homicídio e condução tendenciosa de inquérito. [2]

Caso grave de violência policial aconteceu no final de 1999, referente à operação realizada por policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Distrito Federal (BOPE), tropa de choque que atua em desocupações de áreas, greves ou manifestações, durante manifestação em frente à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), que causou a morte de um jardineiro. Em 2 de dezembro de 1999, servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) em luta por melhores salários obstruíram o portão de entrada da empresa para impedir a passagem dos servidores que desejavam trabalhar. O Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Distrito Federal foi chamado para desobstruir a passagem. No confronto com os manifestantes, um jardineiro morreu, duas pessoas tiveram perda parcial da visão e 36 pessoas, das quais 33 servidores e três policiais ficaram feridos. [3]

Outro caso de violência policial aconteceu em 27 de junho de 2001, quando policiais militares entraram em conflito com participantes da manifestação "Uma Luz para o Brasil – marcha contra o apagão e a corrupção", na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. A marcha reuniu cerca de 30 mil manifestantes. O conflito provocou violência entre a polícia e os manifestantes e deixou um saldo de nove feridos, quatro deles policiais. Seis manifestantes foram presos. [4]

Em 2001, 53 pessoas foram mortas por policiais, sendo 44 por policiais militares (28 em serviço, 16 em folga) e 9 por policiais civis (sete em serviço, dois em folga). No mesmo ano, morreram 18 policiais militares (8 em serviço e 10 em folga). [5]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o relator especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura no Distrito Federal. No relatório apresentado à ONU, há referência a dois casos de tortura, ocorridos nos anos de 1996 e 1998. Em ambos os casos, a violência foi perpetrada no interior de delegacia de polícia e a forma de tortura era semelhante: socos, chutes e choques elétricos. Em ambos os casos foi aberto inquérito, sendo que em

um deles o Ministério Público teria apresentado denúncia e em outro houve absolvição dos policiais por não se saber se as lesões teriam sido causadas no Estado do Tocantins ou no Distrito Federal. [6]

Policiais militares realizaram greve por melhores salários, com a duração de 24 horas, em setembro de 2000. [7]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Distrito Federal tem uma população carcerária de aproximadamente 5.039 pessoas detidas, para 3.130 vagas nas unidades pressionais. Esse déficit mostra uma superlotação, com 1.909 detentos acima do número de vagas disponíveis. No entanto, se destaca o número de vagas disponíveis para cumprimento de pena em regime semi-aberto, 1.226, para 1.646 vagas disponibilizadas para o cumprimento de pena em regime fechado. Nos outros estados da federação a desproporção de vagas entre os dois tipos de regime é mais acentuada. Neste caso, a diferença é pequena, possibilitando garantir uma instituição adequada àqueles que receberam pena de regime semi-aberto ou progrediram do regime fechado para este regime, conforme estabelece a Lei de Execução Penal. [8]

VIOLÊNCIA RURAL

O Distrito Federal registrou, em 1999, sete conflitos rurais que envolveram 2.540 pessoas e, em 2001, foram apontados outros dois conflitos rurais que atingiram 600 pessoas. Não foram registrados conflitos no ano 2000, nem mortes no período 1999-2001. [9]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Há denúncias de discriminação e de cerceamento da liberdade de imprensa envolvendo o Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Em 2002, durante discurso proferido em um ato público, Roriz teria discriminado um líder comunitário negro. Quanto à censura, ocorreu às vésperas do 2º turno das eleições de outubro de 2002, quando o Governador obteve junto ao Tribunal Regional Eleitoral decisão judicial impedindo a divulgação pela imprensa do conteúdo de uma fita gravada pela polícia federal que registrava conversa sua com um deputado acusado de grilagem de terras públicas. Ao executar a determinação judicial, um oficial de justiça foi à sede do jornal Correio Brasiliense e acompanhou toda sua impressão. Outros jornais também foram proibidos de divulgar a fita. A ABI (Associação Brasileira de Imprensa) se manifestou lamentando e condenando a atitude do Tribunal. Em nota, a ANJ (Associação Nacional dos Jornalistas) disse que o "Correio Braziliense teve negado, de forma acintosa, o direito elementar de agir de acordo com sua visão do interesse público – pedra basilar da liberdade de imprensa". [10]

Nas eleições realizadas no dia 27 de outubro de 2002, o Distrito Federal recebeu a proteção das Forças Armadas. [11]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 294 para 341 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 67,5 em 98 para 74,3 em 2000. Um indicador eficiente para avaliar a probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que era de 97,8 em 2000, próxima a taxa nacional de vitimização de jovens, 92,7% no mesmo ano. [12]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, o Distrito Federal tinha instalado em seu território um Conselho de Direitos e apenas um Conselho Tutelar. [13]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295

FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO

No Distrito Federal, a Fundação Athos Bulcão desenvolve projetos voltados para rede pública de ensino, incluindo atividades culturais e artísticas que promovem a reflexão, discussão e o interesse por questões de cidadania e direitos humanos. Através do Jornal Radical, a Fundação mantém um canal de comunicação com 100 mil estudantes. Pela sua atuação na promoção da cidadania e dos direitos humanos junto à juventude, a Fundação recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, na categoria Organizações Não Governamentais, em 2001.

denúncias de exploração sexual, das quais 110 originaram-se no Distrito Federal. Considerando o período de jan/2000 a dez/2001, em que houve no Brasil 423 denúncias de abuso sexual, o Distrito Federal respondeu por oito. Cabe destacar, também, que Brasília, com 89 denúncias, estava, até dezembro de 2001, entre as cinco cidades com maior número de denúncias. [14]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 11.401 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Distrito Federal. Deste total, 8.913 (78,18%) trabalhavam na área urbana e 2.488 (21,82%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Prestação de Serviços (3.526) e Comércio (2.487). Ademais, 3.318 eram domésticos, 3.315 não recebiam remuneração e 2.903 eram empregados. [15]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Distrito Federal tinha, em março de 2002, 1472 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida (76,91% do total de adolescentes em conflito com a lei).[16] Em junho do mesmo ano, distribuídos pelas duas unidades de internação, havia um total de 360 (18,81%) jovens, sendo 346 do sexo masculino e 16 do feminino. Nesse mesmo período, nas 4 unidades de semiliberdade havia 82 adolescentes (4,28%), todos do sexo masculino. O índice de adolescentes em liberdade assistida era de 3,33.[17] Pelos dados fornecidos, não havia estabelecimento de internação provisória tampouco indicação de adolescentes submetidos a esta medida.

A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal aponta que, entre 2000 e 2001, foram denunciados à Comissão três casos relativos a crianças e adolescentes. Dois estão relacionados a adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida sócio-educativa de internação no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE). Em um deles a mãe de um adolescente internado no CAJE solicita auxílio da Comissão, uma vez que seu filho estava sendo ameaçado por outros adolescentes. O segundo caso envolve denúncia das condições precárias do CAJE, "especialmente do Pavilhão Disciplinar, onde a denunciante encontrou seu filho confinado em um cubículo apertado, fétido e precariamente arejado, na companhia de outros três menores, sem as mínimas condições de acomodação e higiene". [18]

MULHERES

No Distrito Federal, há registro de violências praticadas contra a mulher, particularmente na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, e também de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

Na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher no Distrito Federal foram registradas, em 1999,

5.237 ocorrências policiais. Destas, 2.014 foram de ameaças (38,46%), 1.537 lesões corporais (29,35%), 536 vias de fato (10,23%), 23 maus tratos (0,44%), 5 tentativas de homicídio (0,10%) e 1 homicídio (0,02%). Quanto aos crimes envolvendo diretamente violência sexual, foram 110 ocorrências de estupros (2,10%), 22 atentados violentos ao pudor (0,42%) e 7 tentativas de estupro (0,13%). [19]

As ocorrências registradas na Delegacia da Mulher indicam que as mulheres são freqüentemente vítimas de agressões no âmbito familiar. Um caso grave deste tipo de violência chegou até a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal. É o caso de um policial militar que espancou sua companheira, deixando-a gravemente ferida. Em ofício enviado à Comissão, a Polícia Militar informou que instaurou inquérito para apurar o caso. [20]

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou a existência de cinco rotas para fins de exploração sexual comercial nesse estado, sendo que uma destas envolvia crianças e adolescentes. [21]

No Distrito Federal, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 4,8 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representam 6,6% das vítimas de homicídio. [22]

No Distrito Federal, a polícia registrou 349 ocorrências de estupro e 179 atentados violentos ao pudor em 1999, 318 estupros e 295 atentados violentos ao pudor em 2000, 397 estupros e 340 atentados violentos ao pudor em 2001. [23]

Informações fornecidas pelo Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos, apontam que o Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal assegura à mulher e a seus filhos vítimas de violência física, sexual e psicológica, instrumentos de reestruturação emocional e reintegração social. A Casa Abrigo do Distrito Federal presta atendimento a mulheres vítimas de violência, tais como capacitação profissional, além de atendimentos psicológico, jurídico, médico ginecológico, médico infantil/pediátrico, fisioterápico, pedagógico, psicoterápico e de terapia ocupacional. Desenvolvem, ainda, campanhas, através de cartilhas, treinamentos e palestras. Foram atendidas 31 mulheres 2000, 84 em 2001 e 121 entre janeiro a setembro de 2002. [24]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (984.095) representa 47,98% da população do estado, proporção inferior à média da Região Centro-Oeste. Na população afro-descendente, 4,93% se declararam negros e 43,04% pardos.[25]

Em 31 de janeiro de 2002, durante um ato em Brazlândia, cidade satélite de Brasília, o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), fez críticas ao Partido dos Trabalhadores e pediu para que a multidão vaiasse um líder comunitário do assentamento São José, chamando-o de "crioulo petista". O motivo teria sido o fato de que este líder, juntamente com outros moradores, levou faixas reivindicando melhorias na infra-estrutura do assentamento, especialmente nos serviços de água e luz, uma vez que a população daquele local pagava regularmente o IPTU.

O discurso foi gravado pela rádio CBN. O PT pediu providências ao Procurador Geral da República e entrou com uma representação no Ministério Público Eleitoral por entender que houve prática de racismo e incitação à violência por parte do governador. Por iniciativa do Secretário de Estado dos Direitos Humanos, o caso foi encaminhado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. [26]

INDÍGENAS

No Censo Demográfico de 2000, consta que 9.527 pessoas, o equivalente a 0,46% da população desse Estado, se declarou indígena. No entanto, não constam como povo ou etnia reconhecida nem nos registros da Fundação Nacional do Índio (Funai) nem nos

registros do Instituto Sócio-Ambiental (ISA). [27]

Acesso à Justiça

O caso do índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos, assassinado por cindo jovens que atearam fogo em seu corpo na madrugada do dia 20 de abril de 1997, teve, nos últimos anos, alguns fatos novos. Depois do Tribunal de Justiça do Distrito Federal ter, em março de 1998, confirmado a decisão da juíza de primeira instância, que entendeu que o crime cometido seria de lesão corporal seguida de morte, o Ministério Público recorreu ao Superior Tribunal de Justiça. Em 9 de fevereiro de 1999, os juízes da 5ª Turma do STJ reformaram a sentença, considerando o crime doloso contra a vida, razão pela qual ele passou a ser julgado por um Tribunal do Júri.

O julgamento começou no dia 6 de novembro de 2001 e durou mais de 5 dias. A médica de plantão na madrugada dos fatos depôs afirmando que Galdino não estava enrolado em um cobertor quando chegou ao hospital, conforme diziam os acusados. As outras duas testemunhas, que foram os responsáveis por socorrer Galdino e por anotar a placa do carro dos réus, também negaram a existência de qualquer cobertor sobre seu corpo. Além disso, a médica também disse que, em função da extensão das queimaduras, provavelmente mais do que gotas de álcool foram usadas para atear o fogo.[28] Os acusados foram condenados pelo Júri a 14 anos de prisão pelo crime de homicídio triplamente qualificado.

IDOSOS

O Distrito Federal tinha, em 2000, uma população de 109.638 idosos. Seguindo a tendência nacional, a população de idosos cresceu de 4% da população total em 1991 para 5,3% no ano 2000.

O Distrito Federal tem um Conselho do Idoso, cujas principais atribuições são: acompanhar a criação, instalação e manutenção de centros de convivência destinados ao desenvolvimento do idoso; fiscalizar as entidades que recebem doações ou auxílios originários dos cofres públicos; e assegurar ao idoso sua autonomia e seu bem-estar. Neste sentido, de maio a dezembro de 2001, o conselho atendeu a um total de 3.870 idosos, sendo registrados 29 casos de violência. De janeiro a agosto de 2002, o número de idosos atendidos foi de 2.112. O número de casos de violência registrados pelo conselho aumentou consideravelmente para 45 casos. [29]

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos do Governo do Estado do Distrito Federal possui uma Diretoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que promove ações para melhorar sua integração à sociedade e sua acessibilidade a espaços públicos e privados. Os casos de discriminação contra portadores de deficiência são encaminhados aos órgãos competentes, tais como: Ministério Público, Núcleo de Apoio à Diversidade nas Relações de Emprego e Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho, entre outros. [30]

A partir de um seminário realizado em parceria com a Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais e CORDE/DF, o Governo do Distrito Federal criou o Programa "Acessibilidade: Direito de Todos". O programa visa melhorar a acessibilidade aos portadores de deficiência física e de necessidades especiais que têm grandes dificuldades de locomoção. Nesse sentido, o Governo do Distrito Federal editou, em 31 de outubro de 2000, o Decreto nº 21.673, que obriga a administração a promover as adaptações indispensáveis à garantia de locomoção das Pessoas Portadoras de Deficiência. Em 21 de setembro de 2001, o Decreto nº 22.419 constituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade para fazer o acompanhamento da implementação das propostas do Programa "Acessibilidade: Direito de Todos".

MIGRANTES

A população de migrantes (410.613) representa 20,02% da população do Distrito Federal.[31] É o estado que tem a terceira maior população de migrantes do país,

proporcionalmente à população, menor apenas que as de Roraima e Amapá na Região Norte.

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Em 2000, foram registrados quatro homicídios homofóbicos contra gays. Em 2001, essa quantidade aumentou para 11, sendo que em nove a vítima era gay e em dois travestis. [32]

Em Brasília, o preconceito contra gays, lésbicas, transexuais e bissexuais está retratado em dois casos do ano 2000. No primeiro, uma mulher de 23 anos foi expulsa de uma boate após ter beijado sua namorada. No outro, um homossexual que desejava realizar uma cirurgia para mudança de sexo foi afastado da Aeronáutica. Atuava nas forças armadas havia 22 anos e havia sido condecorado por bons serviços. Foi afastado sob a alegação de ser incapaz, obtendo inclusive um documento assinado pela Junta Superior do Comando da Aeronáutica contendo diagnóstico de transexualismo. O ex-cabo recorreu à justiça para garantir seu direito à aposentadoria, que foram prejudicados. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação de Praças das Forças Armadas estão acompanhando o caso e apoiando a vítima. [33]

Em junho de 2001, em Brasília, o Grupo Atitude–Direito e Cidadania para Homossexuais organizou a sexta Parada do Orgulho Brasiliense Gay, que reuniu cerca de mil pessoas. [34]

No dia 10 de fevereiro de 2000, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados recebeu denúncias de práticas sistemáticas de tortura contra jovens homossexuais, o que inclui sessões de afogamento, espancamento e abusos sexuais, praticadas por policiais militares desde de 1996 até maio de 1999, na região de Candangolândia. Dezessete policiais estão sendo investigados pela Corregedoria da Policia Militar do Distrito Federal. [35]

1 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

2 Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, *Relatório de Atividades de 2001 e Relatório de Atividades de 2000*.

3 Oliveira, Djaci David de, Santos, Sales Augustos dos, Silva, Valéria Getúlio de Brito (orgs.), *Violência Policial: Tolerância Zero* (Goiânia: Editora UFG; Brasília: MNDH, 2001).

4 *Folha de S. Paulo*, 28 de junho de 2001, Brasil, A 8, "Violência marca protesto contra o governo".

5 Governo do Distrito Federal, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

6 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

7 *O Estado de S. Paulo*, 21 de outubro de 2000, Cidades, C5, "Última paralisação da PM ocorreu no mês passado".

8 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen/default.htm).

9 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

10 *Folha de S. Paulo*, 25 de outubro de 2002, "Decisão do TRE impõe censura prévia a jornal".

11 *Agência Estado*, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

12 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

13 Ministério da Justiça, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

14 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

15 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 22. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. No Distrito Federal foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Catadores de Lixo; Comércio (Ambulante e Varejista); Culturas (de Batata, Cebola, Cebola, Alho e Feijão); Hortifruticultura; Lavagem de Automóveis; Office-Boy e Office-Girl; Panfletagem; Produção de Carvão Vegetal; Serviços (de Rua; e Domésticos); Serviços e Comércio de Alimentos; e Serviços (em Cerâmicas e Olaria; em Borracharia; em Madeireiras e Serrarias; e em Pedreiras).

16 Ministério da Justiça, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). Na construção da porcentagem indicada foram considerados apenas os adolescentes inseridos nas medidas de internação, semiliberdade e liberdade assistida. Desconsiderou-se as demais medidas (advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade) uma vez que a fonte de dados fazia referência àquelas medidas mais gravosas.

17 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

18 Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, *Relatório de Atividades de 2000-2001*, p. 31.

19 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório disponível no web-site do Conselho (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

20 Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, *Relatório de Atividades 2000/2001*.

21 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial*. (Brasília: CECRIA, 2002).

22 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III*. (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

23 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

24 Governo do Distrito Federal, enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

25 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

26 *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, 2 de fevereiro de 2002.

27 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br); Fundação Nacional do Índio (www.funai.gov.br); e Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

28 *O Estado de São Paulo*, 09 de novembro de 2001, "Médica nega versão dos réus no caso Pataxó".

29 Governo do Distrito Federal, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

30 Idem.

31 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

32 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001); Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

33 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

34 GLS Planet (http://glsplanet.terra.com.br).

35 Correio Braziliense, 12 de fevereiro de 2002.

GOIÁS

O Estado de Goiás, situado no centro do território brasileiro, faz divisa com os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia e Tocantins. Em 1988, o estado foi dividido, dando origem ao Estado do Tocantins. A economia se baseia no comércio, na indústria (mineração, alimentícia, vestuário, mobiliária, metalúrgica, madeireira), agricultura (soja, arroz, algodão, cana-de-açúcar) e pecuária.

Em Goiás, há grande número de denúncias de violência policial, inclusive a prática de tortura e outros tratamentos cruéis, como método de forçar confissões e obter informações, contra policiais militares.

Goiás é o estado da Região Centro-Oeste com o maior número conhecido de rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Uma pesquisa constatou a existência de 11 rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial nesse estado, sendo que 10 delas também envolviam crianças e adolescentes. [1]

VIOLÊNCIA POLICIAL, TORTURA E EXECUÇÕES

O Governo do Estado informa que 25 pessoas foram mortas por policias militares entre janeiro de 2000 e agosto de 2002, das quais 10 foram mortas por policias civis e 15 por policiais militares. Outras 12 pessoas foram mortas por policiais civis fora de serviço. [2]

Segundo informações do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial, do Ministério Público de Goiás, 235 pessoas foram denunciadas no estado com base na lei 9.455/97, que penaliza o crime de tortura. Dentre estas, são 165 policiais militares, 54 policiais civis, dois agentes penitenciários e um vereador. [3]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura no Estado de Goiás, citando três casos no seu relatório, todos no ano de 1999. As violências físicas e psicológicas perpetradas – através de espancamento, choque elétrico, afogamento e demais espécies de tortura – estavam relacionadas à tentativa dos policiais de obter confissão de suspeitos pela prática de crime e de obter informação sobre o paradeiro de pessoas foragidas. [4]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O número de detentos no estado de Goiás está acima do número de vagas oferecidas, são 4.603 vagas para 5.608 detentos. Destaca-se a acentuada diferença entre a proporção de vagas para cumprimento de pena em regime fechado, 3.172, e as vagas para cumprimento de pena em regime aberto, 738. [5]

O Governo do Estado informa que houve uma rebelião na Cadeia Pública Provisória em 2001, com a participação de aproximadamente 200 presos. Houve ainda quatro fugas na Cadeia Pública Provisória, com participação de 20 presos, e seis fugas na penitenciária Odenir Guimarães, com participação de 26 presos. [6]

VIOLÊNCIA RURAL

Goiás registrou 34 conflitos rurais envolvendo 20.607 pessoas em 1999, 38 conflitos que envolveram 20.015 pessoas no ano 2000 e 30 conflitos que atingiram 10.440 pessoas em 2001. Não houve registro de mortes em decorrência destes conflitos. [7]

Um caso de tentativa de assassinato ocorreu na Fazenda Campo Belo, em Caiapônia, interior de Goiás, em 12 de fevereiro de 2001. Quatro trabalhadores sem-terra e um tratorista foram feridos a tiros e o fazendeiro, acusado do crime, fugiu. Na região vivem cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais à espera de assentamento. Segundo informações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, dois policiais (um sar-

gento e um soldado) que estavam a 40 metros do local nada fizeram e teriam, inclusive, ajudado o agressor na fuga. [8]

TRABALHO ESCRAVO

A Comissão Pastoral da Terra registrou, em 1999, a presença de 19 trabalhadores em condição análoga a de escravo (no município de Bom Jardim). Em 2000, foram registradas 23 pessoas nessa condição (nos municípios de Cabeceiras e Guapó). [9]

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou quatro operações em Goiás, no ano 2000, que resultaram na libertação de 78 trabalhadores em situação degradante ou análoga à escravidão. [10]

Em julho de 2000, o Ministério Público do Trabalho constatou que um fazendeiro do município de Guapo mantinha, há cerca de 20 anos, em condição análoga a de escravo, um "empregado" que realizava, na fazenda, serviços gerais como capinar, roçar o pasto, cuidar do gado, tirar leite e cuidar das galinhas. Verificou-se que ele residia em uma casa sem instalações sanitárias, o que o levava a ter que fazer suas necessidades básicas no mato e utilizar folhas para higienização. Além disso, comia a mesma comida dos cachorros, recebia a irrisória remuneração que variava entre R$ 2,00 a R$ 4,00 por mês e só podia sair da fazenda quando o fazendeiro estava presente. O Ministério Público ingressou com ação trabalhista contra o proprietário da fazenda, que foi preso em flagrante. [11]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 227 para 351 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 23 em 98 para 34,2 em 2000. Apesar desse crescimento ser o maior registrado, no período, entre os estados do Centro-Oeste, a taxa de vitimização juvenil, que indica a probabilidade dos jovens virem a ser mortos, era, em Goiás, de 70,7. Estando, assim, bem abaixo dos 92,7 da taxa nacional. [12]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, somente 145 dos 242 municípios contavam com Conselhos Tutelares. O que significa que muitas cidades do Estado ainda descumpriam o ECA no que se refere à implantação desses órgãos. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era melhor, porém em 50 cidades não estava instalado. [13]

Em junho de 2000 foi efetivamente instalada a Delegacia de Investigação de Crimes contra a Criança e o Adolescente de Goiânia (DICCA), passados mais de dois anos e meio desde a sua criação por decreto estadual. Vinculada à Secretaria de Segurança Pública Estadual, a instalação da Delegacia só foi possível após ampla mobilização que envolveu a imprensa e a sociedade, representada pelo Fórum Interinstitucional de Goiânia, Conselheiros Tutelares e de Direitos, e membros do Fórum Permanente de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. [14]

A sociedade Cidadã 2000, através de uma ação que envolveu 150 técnicos, educadores sociais e conselheiros tutelares, contabilizou em três dias de pesquisa de campo um total de 2.153 crianças e adolescentes nas ruas da capital do estado e do entorno. Constatou-se, também, a presença de 41 pessoas com idade inferior a 18 anos se prostituindo. O levantamento, que aponta a gravidade da situação de vulnerabilidade da infância e juventude goiana, tinha por objetivo contribuir para o aprimoramento de ações para essa faixa da população. [15]

Entre os serviços voltados para essa população, há na capital do Estado a Casa das Flores, que é mantida pela Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário e é parte integrante da Sociedade Cidadã 2000. A Casa desenvolve trabalho com meninas em situação de rua, com idade entre 12 e 18 anos. Em março de 2002, acompanhava 34 famílias e, desde de sua instalação em 1998, 54 das 84 adolescentes atendidas foram re-inseridas na família. [16]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 60 originaram-se no Estado de Goiás.[17] Considerando o período de jan/2000 a dez/2001, houve no Brasil 423 denúncias de abuso sexual, ao qual o Estado de Goiás responde por sete; 36 casos denunciados de Tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, sendo um de Goiás; e 80 de turismo sexual, dos quais dois eram de Goiás. [18]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham sua origem em Goiás, 12 rotas, sendo que 10 delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [19]

Em junho de 2001, as autoridades goianas, atentas à pedofilia pela internet e visando combater esta forma de exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, firmaram convênio com 22 provedores. O Convênio, que envolve Ministério Público Federal, Polícia Federal e Ministério Público Estadual, prevê a divulgação do art. 241 do ECA e dos endereços que recolhem anonimamente denúncias dessa espécie. [20]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 91.754 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado de Goiás. Deste total, 56.599 (61,96%) trabalhavam na área urbana e 34.755 (38,04%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (32.107) e Prestação de Serviços (17.211). Ademais, 34.755 (38,18%) eram empregados, 32.768 (36%) não recebiam remuneração e 13.239 (14,54%) eram domésticos. [21]

Inspirado em pacto anterior que obteve resultados significativos no combate ao trabalho infanto-juvenil, a Delegacia Regional do Trabalho, o Governo do Estado e a Federação das Indústrias do Estado de Goiás firmaram pacto com vistas à erradicação do trabalho infanto-juvenil na cadeia produtiva das indústrias.[22] Pelo pacto, as indústrias goianas deverão suspender os contratos de fornecedores de matérias primas que utilizarem mão-de-obra de trabalhadores menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, prevista em lei. O Governo do Estado orientará as empresas beneficiadas por incentivos fiscais a não empregar adolescentes nessa faixa etária e a Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, com apoio dos sindicatos, divulgará essa proibição. [23]

Entre os programas do Governo do Estado voltados para a complementação da renda familiar e o combate ao trabalho infanto-juvenil, estão o Salário Escola, o Renda Cidadã e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado de Goiás tinha, em março de 2002, 450 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida (91,84% do total de adolescentes em conflito com a lei).[24] Em junho do mesmo ano, havia um total de 32 jovens internados nas três unidades do Estado; e oito cumprindo semiliberdade no único estabelecimento apropriado para esta medida. Tanto na internação quanto na semiliberdade a população era composta somente por jovens do sexo masculino. Com estes dados, o índice de adolescentes em liberdade assistida era de 11,25. [25]

Em Goiás, no final do 1º semestre de 2002, havia 173 adolescentes internados provisoriamente (dos quais somente duas eram do sexo feminino) nas cinco unidades para cumprimento dessa medida provisória.

Efetivando o princípio da excepcionalidade no

momento da aplicação da medida sócio-educativa, Goiás é o estado brasileiro com maior índice de aplicação de medida em meio aberto em comparação àquelas em meio fechado (semiliberdade e internação).[26] Destaca-se, também, o estado (2º colocado no cenário nacional) em razão da média de adolescentes por unidade de internação, ou seja, pouco menos de 11 jovens por unidade, bem abaixo do indicado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que impõe um máximo de 40 adolescentes por unidade.

MULHERES

Na Região Centro-Oeste, Goiás é o estado com maior número de rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou a existência de 11 rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial em Goiás, sendo que 10 destas rotas também envolviam crianças e adolescentes. [27]

Em Goiás, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 5,2 por 100 mil habitantes no ano de 2000. As mulheres representam 13% das vítimas de homicídios no estado. [28]

Em três Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado de Goiás, em 1999, foram registradas 7.741 ocorrências policiais. Destas, 3.401 foram de ameaças (43,93%), 2.193 lesões corporais (28,33%), 1.080 vias de fato (13,95%), 35 tentativas de homicídio (0,45%), 24 maus tratos (0,31%), 16 homicídios (0,21%), e 3 seqüestros e cárceres privados (0,04%). Quanto aos crimes envolvendo diretamente violência sexual, foram: 266 estupros (3,44%), 70 tentativas de estupros (0,90%) e 3 atentados violentos ao pudor (0,04%). [29]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (2.380.671) representa 47,58% da população do estado, proporção inferior à média da Região Centro-Oeste. Na população afro-descendente, 4,17% se declararam negros e 43,42% pardos. [30]

INDÍGENAS

Goiás tem uma população de 235 indígenas Tapuia, além de abrigar, também, outros 16 indígenas Avá-Canoeiro, que vivem entre Goiás e Tocantins.[31] Estima-se que tenha a menor população indígena entre os estados que têm indígenas no país. [32]

O Estado tem 7 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [33]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	2
Declaradas	1
Homologadas	2
Registradas	2

Em conseqüência do represamento das águas do reservatório de Cana Brava, o volume do Rio Tocantins aumentou, tornando-o sempre cheio e causando inundamento de parte do território dos indígenas Avá-Canoeiro. Em cerca de 25 km de suas terras, os indígenas perderam recursos naturais e benfeitorias; e, com as melhorias proporcionadas pelo empreendimento no acesso fluvial às terras indígenas, tiveram que suportar, também, o aumento da quantidade de invasores no território. [34]

Trabalho Forçado

No dia 22 de fevereiro de 2000, 22 indígenas Xakriabá foram resgatados de trabalho escravo a que estavam sendo submetidos em uma fazenda no município de Cabeceiras. Famintos, doentes e vivendo em alojamentos sem higiene e nos quais dormiam no chão, estavam há dois meses trabalhando na colheita do feijão. Apesar de ter sido acordado inicialmente que receberiam R$ 7,00 (sete reais) por tarefa de feijão colhida (o correspondente a uma área de 50 por 25 metros), durante todo o período não receberam nada. O empregado da fazenda declarou que o pagamento somente

sairia no final da colheita (o que, por si só, já é ilegal) e seriam, ainda, descontados os gastos com alimentação. O ocorrido é conseqüência da falta de perspectivas de sobrevivência dos Xakriabá que, depois de enfrentarem uma grande seca, deixaram sua aldeia originária, em São João das Missões (Minas Gerais), em busca de trabalho nas fazendas e lavouras de cana. Contudo, para agravar a situação, os indígenas são forçados a negar sua identidade étnica para, assim, obter a contratação. [35]

IDOSOS

Em 2000, Goiás tinha uma população de 358.816 idosos.[36] Acompanhando a tendência da Região Centro-Oeste, que passou por um processo de envelhecimento da população na última década, o Estado, que tinha 5,7% da população integrada por idosos em 1991, passou a ter 7,2% da população composta por idosos no ano 2000.

GAYS, LÉSBICAS, TRANSEXUAIS E BISSEXUAIS

Entre os anos de 2000 e 2001, foram registrados 8 homicídios homofóbicos, tendo sido 5 contra gays e 3 contra travestis. [37]

1 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

2 Governo do Estado, *Relatório sobre os Direitos Humanos – Estado de Goiás*, enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

3 Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial, do Ministério Público de Goiás, *Relação dos Denunciados pelo Crime de Tortura – Lei 9.455/97 – Atualizada no mês de outubro de 2002*.

4 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

5 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

6 Governo do Estado, *Relatório sobre os Direitos Humanos – Estado de Goiás*, enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

7 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

8 *O Globo*, 13 de fevereiro de 2001

9 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo- Brasil 1999* e *Conflitos no Campo – Brasil 2000*.

10 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

11 Ministério Público do Trabalho, *Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo/Forçado*.

12 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

13 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

14 Notícias disponíveis no web-site a ABMP (www.abmp.org.br).

15 Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trintade.

16 *O Popular-GO*, 18 de março de 2002, p. 7 notícias disponíveis no web-site a ABMP (www.abmp.org.br).

17 Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intrafamiliar e extra-familiar) e exploração sexual comercial – compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia.

18 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia)

19 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

20 Notícias disponíveis no web-site a ABMP (www.abmp.org.br). O citado art. 241 dispõe que é crime: Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

21 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 25. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Em Goiás foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura Canavieira; Comércio, Indústria e Serviço; Culturas (de Goiaba; Melancia; Algodão; Alho; Feijão; e Tomate); Indústria Alimentícia; Produção de Carvão Vegetal; Serviços (de Rua; em Cerâmicas e Olarias; e em Pedreiras).

22 Em 1997, a DRT firmou pacto com a FIEG e o Sindicato das Indústrias de Alimentação. Na época, a Delegacia Regional do Trabalho contou 2.880 entre 10 e 14 anos exercendo atividades laborativas no Estado. Em 2001, a contabilização indicou que 216 crianças e adolescentes nessa situação.

23 *O Popular-GO*, 2 de maio de 2002, notícias disponíveis no web-site a ABMP (www.abmp.org.br)

24 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). Na construção da última porcentagem indicada foram considerados apenas os adolescentes inseridos nas medidas de internação, semiliberdade e liberdade assistida. Desconsiderou-se as demais medidas (advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade) uma vez que a fonte de dados fazia referência àquelas medidas mais gravosas.

25 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

26 O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 122, estabelece que a aplicação da medida de internação só será possível nas seguintes hipóteses: quando o ato infracional for cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; se houver reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou se o jovem descumpre reiterada e injustificavelmente medida anteriormente imposta. Além dessas condições, o juiz deverá observar o que dispõe o parágrafo 2º do mesmo artigo 122 do ECA que estabelece que: "em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada".

27 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

28 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

29 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório da pesquisa disponível no web-site da entidade(www.mj.gov.br/sedh/cndm).

30 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

31 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

32 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 182 indpigenas.

33 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

34 Ministério Público Federal – Procuradoria Geral da República – Comunidades Indígenas e Minorias; texto: "Impactos de empreendimentos hidroelétricos em Territórios Indígenas".

35 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informe n.º 400, de 02 de março de 2000.

36 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

37 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

MATO GROSSO

O Estado do Mato Grosso, situado a oeste da Região Centro-Oeste, faz divisa com os estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia e com a Bolívia. Tem parte de seu território ocupado pela Floresta Amazônica. Sua capital é Cuiabá e a economia está baseada na indústria extrativista (madeira, borracha), agricultura (cana-de-açúcar, soja, arroz, milho), pecuária, mineração (calcário e ouro) e na indústria (metalúrgica e alimentícia). O estado foi dividido em 1977, dando origem ao Mato Grosso do Sul.

O Mato Grosso é o estado da Região Centro-Oeste com o maior índice de violência fatal. Enquanto a taxa de homicídios na Região Centro-Oeste foi de 29,3 homicídios por 100 mil habitantes em 2000, no Mato Grosso ela foi de 39,8. Além disso, entre os anos de 1991 e 2000, a taxa de homicídios sofreu um aumento de 76,89%.[1] O Mato Grosso é também o estado com o maior número de mortes em conflitos rurais e o maior número de trabalhadores em situação de escravidão na Região Centro-Oeste.

No Estado do Mato Grosso, há um sério problema de prostituição infantil. Devido ao trânsito e à movimentação causados pelos garimpos e pelas fronteiras, há um intenso turismo sexual, tanto de meninas quanto de mulheres. Os esquemas de poderes locais e as redes de narcotráfico ajudam a agravar a situação. Além disso, a facilidade com que se transita na fronteira com a Bolívia contribui para que meninas brasileiras viajem para lá para se prostituir.

A população indígena está envolvida em diversos conflitos com madeireiros, garimpeiros e posseiros. Uma situação especialmente complicada é enfrentada pelos indígenas Cinta-Larga. Suas terras são constantemente invadidas por madeireiros e garimpeiros em busca de diamante. Enquanto alguns indígenas participam de alguma forma dessas atividades ilegais, outros atuam contra elas. A relação entre os indígenas e os invasores é bastante conflituosa e freqüentemente violenta. Como resultado da situação geral, foram registrados três assassinatos de indígenas entre 1999 e 2002, além de outros casos de violência e do aumento da prostituição e do alcoolismo no local.

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES E TORTURAS

Em abril de 2001, a Ordem dos Advogados do Brasil – Mato Grosso encaminhou ao Ministro da Justiça e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana denúncia de falta de imparcialidade das autoridades estaduais na apuração do assassinato do adolescente Nilson Pedro da Silva por policiais militares, ocorrido na cidade de Rondonópolis em março do mesmo ano. [2]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura e outros tratamentos cruéis no Estado de Mato Grosso, citando um caso no seu relatório, referente à ocorrência de execuções, agressões e espancamentos de presos na Penitenciária Pascoal Ramos, em fevereiro de 2000. [3]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O número de encarcerados no estado está acima do número de vagas oferecido. O sistema prisional oferece 2.101 vagas, das quais 889 estão nas instituições policiais e 1.212 vagas estão no sistema prisional, para 2.673 detentos. A grande maioria dos detentos, mais da metade, encontram-se aguardando julgamento. Embora não tenham sido condenados, estão presos em instituições destinadas a presos cumprindo pena de regime fechado. [4]

Entre 1999 e 2000, ocorreram diversas rebeliões e chacinas nos estabelecimentos prisionais do estado. Na maioria dos casos, o saldo das rebeliões são

detentos mortos ou gravemente feridos. Durante esse período, 63 detentos foram mortos e 27 gravemente feridos. No ano de 1999, ocorreram três rebeliões sérias, motivadas pela superlotação, e dois detentos foram mortos a golpes de chuço no Presídio de Mata Grande. Em fevereiro de 2000, uma chacina violenta aconteceu no Presídio de Pascol Ramos, em Cuiabá. A chacina, ficou conhecida como "massacre de Pascoal Ramos", na qual 13 detentos foram mortos, (6 com armas brancas e 7 com armas de fogo) e ou-tros 15 ficaram feridos gravemente. A Polícia Militar e o Grupo da Operação Especial do Comando Independente não intervieram no massacre, agindo apenas do lado de fora da prisão, realizando a guarda externa do presídio e evitando possíveis fugas. Dois detentos foram baleados ao tentarem atingir o muro do presídio. O Relatório do Ministério Público, publicado no dia 23 de fevereiro daquele ano, concluiu pela responsabilidade do Estado pelas mortes dos detentos, por ter falhado em prevenir o incidente. [5]

Em abril de 2000, o Relatório sobre o Sistema Prisional do Estado do Mato Grosso, elaborado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, juntamente com organizações de Direitos Humanos, aponta a freqüência de superlotação, e vários problemas que agravavam a situação de maus tratos no sistema prisional do estado. Foram encontrados em todos os estabelecimentos dificuldades relacionadas ao sistema de saúde, a estrutura, ao trabalho que desconta o tempo remido, a educação, ao lazer, a alimentação, a falta de funcionários; a falta de assistência jurídica e de defensores e alguns casos de espancados após tentativa de fuga. [6]

VIOLÊNCIA RURAL

No Mato Grosso, a violência rural cresceu entre 1999 e 2001. Em 2001, o estado superou o Mato Grosso do Sul em número de conflitos rurais, passando de 27 em 1999 para 42 em 2001. Embora o número de pessoas envolvidas em conflitos rurais tenha diminuído de 29.425 em 1999 para 11.946 em 2001, o número de mortes em conflitos rurais cresceu, passando de uma em 1999 para quatro em 2000 e quatro em 2001. Conforme dito, foi o estado que, depois do Pará e ao lado de Pernambuco, registrou o maior número de mortes em conflitos rurais no ano 2001 e no período 1999-2001.

Três assassinatos aconteceram em Confresa, a 1.160 km de Cuiabá, em março de 2001. Uma liderança dos trabalhadores rurais e dois trabalhadores assentados foram assassinados por pistoleiros e policiais militares.[7] Segundo o delegado responsável pelas investigações, os crimes de pistolagem ligados à disputa de terra são comuns na região e existiria uma lista com 20 nomes de pessoas marcadas para morrer na cidade. [8]

TRABALHO ESCRAVO

A Comissão Pastoral da Terra registrou a presença de 136 trabalhadores em condição análoga a de escravo no ano 2000, nos município de Confresa e Diamantino, e a presença de 206 trabalhadores nessa condição no ano 2001, nos municípios de Nova Xavantina e Confresa.[9] Além disso, de janeiro a agosto de 2002, foram registradas a presença de 602 trabalhadores nessa condição nos municípios de Pedra Preta, Guiratinga, Confresa, Nova Mutum e Primavera do Leste. [10]

Em 1999, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou quatro operações no Mato Grosso, libertando 153 trabalhadores encontrados em situação degradante ou análoga à escravidão (parte destes foram libertados em operações realizadas na divisa entre Mato Grosso e Pará). Em 2000, foram realizadas mais quatro operações no estado, resultando na libertação de 135 trabalhadores. Em 2001, mais 301 trabalhadores foram libertados em outras nove operações. [11]

Em junho de 2000, o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação civil pública contra proprietário da Fazenda Inajá, onde trabalhadores eram obrigados a prestar serviço sob a vigilância de seguranças armados e impedidos de deixar o local. Os empregados cumpriam longas jornadas de trabalho e sem qualquer

observância das normas de segurança e medicina de trabalho. Não eram respeitados os direitos fundamentais dos trabalhadores, como o registro em carteira de trabalho e o pagamento de salários. [12]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

No dia 30 de setembro de 2002, o empresário Sávio Brandão, dono do jornal Folha do Estado, foi assassinado em frente às obras da futura sede do jornal. Testemunhas atestam que dois homens montados em uma moto se aproximaram do local onde Brandão estava e atiraram, sendo que ele foi atingido por pelo menos quatro tiros. Ao que tudo indica, o empresário, que até pouco tempo antes andava cercado por seguranças e que chegou a confidenciar para os amigos que sua execução teria sido contratada por R$ 100.000,00 (cem mil reais), foi vítima de um crime encomendado. Três suspeitos do crime - entre eles um cabo da polícia militar - foram presos poucos dias depois. [13]

Outros oito assassinatos aconteceram em circunstâncias semelhantes a esse, depois de abordagem por moto ou emboscada, entre eles o assassinato do vereador de Várzea Grande na região metropolitana de Cuiabá, Valter Pereira. A Associação Nacional de Jornais e o relator especial para liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos manifestaram indignação em relação ao crime e pediram às autoridades estaduais e federais uma investigação efetiva do caso. [14]

Em maio de 2001, o Padre Nazareno Laciolli foi assassinado em Jauru, onde morava há 39 anos, desde que havia chegado da Itália, sua terra natal. Não se sabia ao certo as causas do crime. A imprensa noticiou como o resultado de um assalto, pois os autores do crime entraram na Igreja perguntando pelo cofre, antes de atirarem contra o padre. As opiniões do padre desagradavam muito os políticos locais, mas as pessoas próximas disseram que ele não as externava. Uma deputada escreveu ofício ao Ministério da Justiça solicitando providências na investigação do caso. [15]

Nas eleições realizadas no dia 27 de outubro de 2002, sete municípios do estado receberam a proteção das Forças Armadas. [16]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 227 para 278 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 45,2 em 98 para 53,2 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que era de 33,7 em 2000. O Mato Grosso tinha, então, a 2ª menor taxa entre todos os estados brasileiros. [17]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, 117 dos 126 municípios criaram os Conselhos Tutelares.[18] Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era ainda melhor, porém em seis cidades não estava instalado. O Mato Grosso, entre os estados do Centro-Oeste, é aquele que mais avançou na instalação dos Conselhos (de Direito e Tutelares).

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 25 originaram-se no Estado do Mato Grosso. Deste total, 11 foram feitas no 1º semestre de 2002. [19]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinha origem no Estado do Mato Grosso uma única rota, envolvendo exclusivamente crianças e/ou adolescentes. [20]

No dia 1º de dezembro de 2001, realizou-se, na

Assembléia Legislativa do Mato Grosso, por iniciativa da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania, uma Audiência Pública sobre Prostituição Infantil e Violência Contra o Menor. Depoimentos concordam que a prostituição infantil é um problema seriíssimo no estado e que se manifesta de diversas formas: em prostíbulos, em fronteiras, em redes de narcotráfico, em regiões de garimpo, em ruas, no turismo sexual, através de agências de acompanhamento e etc. Caracterizou-se a existência de uma enorme rede de prostituição infantil envolvendo pessoas com grande poder local, hotéis, motéis, agências de viagens, taxistas e anúncios. [21]

Nessa mesma audiência (sobre Prostituição Infantil e Violência Contra o Menor), esteve presente o pai de uma adolescente que havia sido flagrada, no dia anterior sendo explorada sexualmente. Ele deu um depoimento sobre o caso de sua filha no qual contou que resolveu investigar o que poderia estar acontecendo com sua filha por considerar que ela estava estranha havia cerca de seis meses. Desconfiava que ela poderia estar envolvida com drogas e pediu para que um rapaz lhe ajudasse. Na noite dos fatos, esse rapaz lhe telefonou de um motel dizendo que sofria ameaças. Ele foi ao local e encontrou sua filha com um homem de cerca de 70 anos, muito poderoso e influente, que já foi Prefeito de Cuiabá, representante do Incra e de várias Secretarias de Estado. Chamou a polícia e a televisão. Devido à influência do homem, o Boletim de Ocorrência lavrado pela polícia distorceu os fatos, considerou o rapaz que ajudou o pai na investigação como seqüestrador da adolescente e nem colheu depoimento do violador. Esse é um caso exemplar de como a prostituição infantil no estado está ligada a esquemas grandes envolvendo poder e dinheiro. [22]

Em algumas matérias jornalísticas encontra-se a descrição de casos muito semelhantes de prostituição infantil. Há uma espécie de corredor de tráfico de meninas para a cidade de San Mathias, na Bolívia. Nas cidades de Cárceres (a 90 quilômetros de San Mathias), Alta Floresta e Cocadilho (fronteiriças e utilizadas como corredores de tráfico de drogas), as crianças e adolescentes são aliciadas e levadas para a Bolívia, onde se prostituem em boates, danceterias, chácaras e fazendas da região. Essas meninas, que normalmente vêm de ambientes familiares pobres e repletos de violência física, psicológica e sexual (por parte do pai, do padrasto, do tio ou do vizinho), são aliciadas em troca de promessas de dinheiro e consumo. Os aliciadores e agenciadores muitas vezes conhecem as meninas em bares e praças, onde as convencem de diversas formas, e inclusive chegam até a distribuir cartões. Muitas meninas passam meses na Bolívia. Ganham, em média, R$ 50,00 por programa, dos quais R$ 30,00 ficam com os aliciadores. Algumas voltam, às vezes, grávidas ou doentes (há casos de contração do vírus HIV). A maioria das meninas tem entre 12 e 15 anos. [23]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 82.005 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Mato Grosso. Deste total, 35.729 (43,57%) trabalhavam na área urbana e 46.276 (56,43%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (37.768) e Prestação de Serviços (11.226). Ademais, 35.381 não recebiam remuneração, 20.081 eram empregados, 13.953 trabalhavam para autoconsumo e 5.782 eram domésticos. [24]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Mato Grosso tinha, em março de 2002, 60 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida (48% do total de adolescentes em conflito com a lei).[25] Em junho do mesmo ano, havia um total de 65 (52%) jovens internados nas duas unidades do Estado. Assim, o índice de adolescentes em liberdade assistida era de 0,92. Não havia unidades para cumprimento de semiliberdade e em razão desta flagrante desobediência ao ECA nenhum adolescente

estava inserido nesta medida. Quanto à internação provisória havia, no final do 1º semestre de 2002, 30 adolescentes – todos do sexo masculino –, que estavam reunidos na única unidade para cumprimento deste tipo de medida.

MULHERES

O Estado do Mato Grosso, ao lado de Mato Grosso do Sul, tem as maiores taxas de homicídio contra as mulheres na região Centro-Oeste. Há no estado um problema grave de violência intra-familiar, segundo informações das delegacias e centros de atendimento às mulheres vítimas de violência .

Nesse estado, a taxa de homicídio contra as mulheres foi de 6,7 por 100 mil habitantes no ano de 2000. As mulheres representam 8,2% das vítimas dos homicídios do estado. [27]

Em três Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado de Mato Grosso (que se localizam em Cuiabá, Rondópolis e Cárceres) em 1999, foram registradas 2.787 ocorrências policiais. Destas, 772 foram ameaças (27,7%), 2 homicídios (0,07%), 2 tentativas de homicídio (0,79%), 1.518 lesões corporais (54,47%) e 399 vias de fato (14,32%). Foram 19 ocorrências de crimes envolvendo violência sexual, sendo destas 12 atentados violentos ao pudor (0,43%) e 7 tentativas de estupros (0,25%). [28]

O Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Segurança Pública, informa que, na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher em Cuiabá, foram registradas 1.722 ocorrências policiais no ano 2000, das quais 352 referentes a ameaças, 7 tentativas de homicídio, 713 lesões corporais, 368 vias de fato, 23 atentados violentos ao pudor, 12 tentativas de estupro e 51 de estupro. No ano de 2001, foram registradas 1.916 ocorrências policiais, das quais 608 ameaças, 9 tentativas de homicídio, 669 lesões corporais, 333 vias de fato, 17 atentados violentos ao pudor, 20 tentativas de estupro e 53 de estupro. No período de janeiro a agosto de 2002, foram 1.296 ocorrências, das quais 505 de ameaça, 2 tentativas de homicídio, 712 lesões corporais, 188 vias de fato, 25 atentados violentos ao pudor, 5 tentativas de estupro e 34 estupro. [29]

Segundo informações da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, a grande maioria das agressões contra as mulheres registradas na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá tem como agressor o companheiro, ex-companheiro, esposo e ex-esposo da vítima, e são cometidas na casa da vítima ou do casal. Verificou-se também o uso freqüente de drogas e álcool pelo agressor e a ausência praticamente total de atendimento médico às vítimas. [30]

Em Cárceres, o Centro de Atendimento Viva Mulher, que realiza trabalho com mulheres em situação de violência, informou que todos os 252 casos atendidos desde janeiro de 2002 (quando foi inaugurado), foram de violência doméstica. [31]

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou a existência de uma rota de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial no estado. [32]

Em março de 2001, um caso de violência contra a mulher foi solucionado graças à realização de exames de DNA. A partir de exames do sangue encontrado no carro dos agressores, foi possível identificar e prender os responsáveis pelo assassinato de Alessandra Pedroso, morta em 12 de dezembro de 1999 na Chapada dos Guimarães. [33]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (1.426.319) representa 56,95% da população do estado, proporção superior à média da região Centro-Oeste. Na população afro-descendente, 4,92% se declararam negros e 52,03% pardos. [34]

O Governo do Estado do Mato Grosso informou que em 2001 foram registrados 29 casos de racismo.

Destes, 12 foram registrados na região metropolitana e 17 no interior. Em 23 casos as vítimas eram mulheres, sendo que em 12 deles as vítimas eram homens. Em 2002 foram registrados 3 casos de racismo.

No dia 3 de abril de 2002, em uma casa noturna de Cuiabá, um universitário teria xingado, durante uma discussão, um segurança chamando-o de "preto filho da p...", "preto safado", "negro imundo, vagabundo, porcaria". Vários PMs que estavam no local, atendendo a um outro chamado da casa noturna, presenciaram o fato e testemunharam contra o universitário, que foi preso logo em seguida por crime de racismo. [35]

No município de Livramento o conflito entre fazendeiros e comunidades remanescentes de quilombos acontece há mais de dez anos. Os fazendeiros ameaçavam os quilombolas de expulsá-los das terras, "utilizando recursos próprios", caso o Estado não cumprisse a ação de reintegração de posse. A ação foi cassada por uma liminar de um juiz federal, que proibiu o fazendeiro de tentar expulsar as comunidades quilombolas . [36]

INDÍGENAS

O Mato Grosso 20.597 tem uma população de 7.510 indígenas, distribuídos em 27 povos indígenas. Além disso, conjuntamente com outros estados, também abriga outros 6 povos indígenas, totalizando uma população de 12.185 indígenas.[37] Estima-se que tenha a quarta maior população indígena do país.[38] No mais, é o estado que conta com a quarta maior proporção da população indígena do país, sendo que 1,84% da população local se declara indígena.[39]

O Estado tem 67 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [40]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	5
Em identificação	8
Com restrição de uso	1
Declaradas	2
Homologadas	8[41]
Registradas	43

São muitos os casos de invasão e conflitos de terra indígena nesse estado. Os indígenas Tapirapé vêm enfrentando problemas com madeireiros e posseiros que vêm invadindo constantemente suas áreas desde 1995. Em junho de 2001, eles flagraram, junto com funcionários do Ibama, um grupo de madeireiros, equipados com mantimentos, combustível, armas e tratores, acampados dentro de área indígena. Eles iam extrair Pau Brasil e Jatobá, madeiras utilizadas para a fabricação de móveis. Muitos hectares de terras indígenas foram devastados, sendo que no lugar foi plantado capim e foi introduzido rebanho bovino. A ação das motosserras utilizadas na devastação espanta a caça, necessária à sobrevivência dos indígenas. [42]

Os indígenas Enawenê-Nawê tiveram suas terras invadidas diversas vezes por garimpeiros. Só no ano de 1999, foram oito invasões. O garimpo representa, para esses indígenas, uma enorme ameaça para sua saúde, devido a possibilidade de contraírem doenças em função da pesca em águas poluídas. Além disso, esses indígenas também têm suas terras invadidas pela atividade madeireira, por queimadas que visam a formação de pastagens e pela agroindústria da soja, o que também é extremamente poluidor do meio ambiente. [43]

Cinta-Larga

No dia 19 de dezembro de 2001, o indígena Carlito Kaban Cinta-Larga foi assassinado, após sofrer uma "tocaia" por parte de pistoleiros, quando chegava em sua casa à noite. Esse crime está relacionado com os conflitos decorrentes da exploração ilegal de madeira na região de Aripuanã. Havia cerca de três meses que Carlito vinha denunciando ao Ministério Público Federal a extração ilegal de madeira e solicitando a intervenção da Funai, da Polícia Federal e do próprio Ministério Público. Em agosto, tinha ido pessoalmente à Cuiabá prestar depoimento e solicitar proteção ao Procurador da República e à Polícia Federal, frente às ameaças que vinha recebendo. Quando foi morto, Carlito portava em sua carteira cópias dos depoimentos prestados.

Estima-se que a maior parte da madeira extraída nessa região seja oriunda de terras indígenas. A extração

envolve toda uma rede de pessoas, entre elas empresários, comerciantes e políticos. O assassinato de Carlito evidencia a força desse comércio e a violência que é utilizada para que ele não seja desmontado. As investigações indicam que o crime teria sido encomendado. Logo depois da morte de Carlito, entre dezembro de 2001 e janeiro de 2002, outros dois líderes indígenas foram ameaçados e agredidos. [44]

Além desses problemas com os madeireiros, os Cinta-Larga também vêm enfrentando, desde o final de 1999, a invasão de suas terras por parte de quase três mil garimpeiros em busca de diamantes. A área em que vivem, no noroeste do estado (e no sul de Rondônia), abriga uma grande reserva dessa pedra preciosa. [45]

Segundo os cálculos da Polícia Federal, pelo menos duas mil pessoas transitam diariamente pelas cidades de Cacoal, Espigão D´Oeste, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Vilhena, em Rondônia, e pelas cidades de Juína e Aripuanão, em Mato Grosso. [46]

Como conseqüência da permanência dos garimpeiros e dos madeireiros na área está ocorrendo uma desestruturação social do grupo. Alguns indígenas estão deixando de realizar suas atividades tradicionais, como a caça e a pesca, para se associarem aos invasores em troca de dinheiro. [47]

Essas associações acontecem através das chamadas "frentes de trabalho", que são frentes de atividades ilícitas que atuam de acordo com as influências das lideranças indígenas. Diversos indígenas submetidos a uma determinada frente de trabalho participam de alguma forma das atividades ilícitas. Crianças com menos de 14 anos portam armas e possuem seus "madeireiros" ou "garimpeiros" e mulheres são muitas vezes prostituídas ou desposadas pelos controladores das atividades criminosas. [48]

A situação na região é bastante complexa, sendo que comporta uma grande rede de corrupção, envolvendo garimpeiros e madeireiros, indígenas e funcionários da Funai e do Ibama. Segundo a antropóloga Maria Inês Saldanha Hargreaves, que trabalha com esses indígenas, para ser resolvida necessitaria de um plano integrado de ações conseqüentes por parte do governo, combinando ações policiais com ações de desintrusão dos invasores e um serviço de inteligência que apurasse os conflitos de interesses entre as máfias organizadas. Isso porque após as duas tentativas de desintrusão do garimpo, ocorridas nos anos de 2000 e 2002, os mesmos empresários e exploradores ilegais acabaram retornando aos locais, só que ainda mais fortes e mais articulados. [49]

Entre os anos de 1999 e 2002, foram muitos os casos de violência vividos pelos Cinta-Larga relacionados com essas atividades ilegais de extração de madeira e de garimpos. Foram registrados três assassinatos: o de Carlito Cinta-Larga, descrito acima, o de Casimiro Mãm Cinta Larga, ocorrido em Espigão do Oeste – RO, em 1999, e o de César Cinta-Larga, ocorrido no mesmo local no final de fevereiro de 2002. Também foram registrados três casos de mortes em estradas (ligadas ao consumo de álcool e de outras drogas), sete casos de tentativas ou ameaças de morte, dois casos de espancamento e um caso de estupro. [50]

Além disso, outros problemas muito sérios também decorrem dessa situação, tais como o alcoolismo, as drogas, a prostituição e a desnutrição. [51]

Uma reserva indígena muito seriamente afetada por esse problema foi a reserva indígena Roosevelt, situada na divisa entre os dois estados. Começou a ser invadida por garimpeiros no começo de janeiro de 2001, quando foi descoberta uma jazida de diamantes no local, possivelmente a maior da América Latina. Os diamantes extraídos são enviados para o mercado europeu, principalmente para a Bélgica. Apesar de o garimpo dentro de terras indígenas ser ilegal, os garimpeiros entram nas terras indígenas com o consentimento dos próprios indígenas, que também exploram a área e lucram com o comércio, juntamente com os garimpeiros. A polícia calcula que, no período de um ano, saíram da região cerca de 50 milhões de dólares em diamantes.

Segundo dizem os garimpeiros, um intermediário estaria cobrando, desde dezembro de 2000, uma taxa de R$ 6.000,00 (seis mil reais) para liberar a garimpagem, sendo que, a partir de fevereiro de 2001, essa taxa teria sido dobrada. Além desse "pedágio", os garimpeiros afirmam terem que pagar aos indígenas mais 20% do que

produzirem.

Em março de 2002 foi realizada uma mega-operação conjunta entre a Funai e a Polícia Militar de Rondônia para acabar com o garimpo clandestino nessa área indígena. Duas semanas após o início da operação 2000 garimpeiros haviam sido retirados da região e já haviam sido apreendidos 400 pares de máquinas, 30 tratores, 4 caminhões, 8 toyotas, milhares de metros de mangueiras e dezenas de geradores. Ao todo, a operação durou mais de 50 dias. Ao final, 4 mil pedras de diamantes foram apreendidas, 93 garimpeiros foram presos e 155 pessoas indiciadas. [52]

No entanto, logo depois de realizada a operação, a área foi novamente invadida pelos garimpeiros. Em dez anos, essa foi a quarta operação do tipo realizada.[53] Além disso, a operação resultou na prisão de quatro caciques indígenas, que ficaram encarcerados por seis dias. Esses indígenas eram os responsáveis pela intermediação entre os garimpeiros, os indígenas, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e outros órgãos governamentais na preparação da operação de desintrusão da área. No final do ano de 2001 foram eles os líderes que conduziram a mudança de posição dos indígenas em relação ao garimpo, o que fizeram quando perceberam que os indígenas haviam perdido o controle das atividades. Procuraram o Ministério Público Federal e em fevereiro de 2002 entregaram um documento no qual pediam a paralisação do garimpo e se comprometiam a apoiar a retirada dos garimpeiros e de suas máquinas. Aceitaram, então, a missão de fazerem um acordo com os garimpeiros e depois rompê-lo, como parte da tática da operação. Suas prisões durante a realização da operação atrapalharam, assim, a estratégia montada pelo Ministério Público. [54]

Reunidos em Assembléia em Cacoal-RO, entre os dias 14 e 16 de junho de 2002, lideranças de diversas terras indígenas Cinta-Larga decidiram que os próprios indígenas querem cuidar da exploração mineral em suas terras e da preservação ambiental. Querem fazer isso com a ajuda de assistência técnica do Ibama, da Funai e de ONGs, mas de forma independente e com autonomia de decisão. "Nem empresas, nem garimpeiros", foi o que expressaram. Quase três meses após a desintrusão do garimpo Roosevelt, são eles que fazem a guarda da área para evitar novas ocupações. Sendo assim, acreditam estarem preparados para cuidaram autonomamente da região. [55]

Violências

Outra vítima fatal dos conflitos com os madeireiros no estado foi um jovem indígena Nanbikwara de 19 anos. Ele foi assassinado no dia 23 de maio de 2000 em um confronto a tiros com madeireiros no Vale do Guaporé. [56]

O conflito com os madeireiros, resultante do comércio ilegal de madeiras, é muito antigo e muito sério no estado. Em 1997, após a ocorrência de genocídio sofrido por indígenas Nanbikwara da região, a Funai e a Polícia Federal realizaram uma operação, que retirou milhares de madeireiros e garimpeiros que exploravam ilegalmente a terra indígena de Sararé, na mesma região do Vale do Guaporé. Nessa operação, foi descoberta a existência de uma cidade de lona no local, que contava com restaurantes, mercearias, lojas de roupas, bares, farmácia, motéis e bordeis. Ao menos 6 mil garimpeiros viviam nas cerca de 500 barracas existentes. Eles haviam sido atraídos para a região devido a notícias de existência de ouro na região. No entanto, logo depois de realizada essa operação, os garimpeiros tornaram a voltar para a região. [57]

Não obstante, ainda hoje, depois de realizada a "Operação Sararé" e algumas outras tentativas de retirada dos garimpeiros, os conflitos ainda são muitos e horríveis, sendo que o caso narrado acima apenas exemplifica a brutalidade da situação.

Os Xavantes têm passado por difíceis situações de sobrevivência. Enfrentam, principalmente, graves situações de saúde. A taxa de mortalidade infantil dos Xavantes é muito mais alta do que a média nacional, sendo que, em muitos casos, as mortes são resultados de más condições sanitárias, de águas poluídas e de doenças facilmente curáveis, tais como doenças gastro-

intestinais e infecção respiratória. Há um grande acúmulo, nas proximidades da aldeia, de materiais fecais e de lixos, que contém materiais tóxicos (tais como pilhas) e outros materiais que não decompõe rapidamente, além do lixo orgânico tradicional. Como resultado da mudança da dieta desses indígenas, e da introdução nessa dieta de açúcar e álcool, está também a grande incidência de diabetes. Além disso, outras doenças também muito presentes são o fogo selvagem (pênfigo foliáceo) e a tuberculose, ambas dependentes de um longo e persistente acompanhamento médico, coisa que os Xavantes não têm. [58]

Em novembro de 2000, notificou-se a existência de casos de catapora entre os indígenas Cinta-Larga e Rikbaktsa. Pelo menos 50 indígenas Rikbaktsa foram contaminados pela doença, sendo que um indígena faleceu em decorrência disso. Para os povos indígenas, devido ao alto grau de contaminação e à baixa imunidade biológica, a catapora representa um grande risco. Os indígenas idosos são as maiores vítimas. [59]

Acesso à Justiça

Em 6 de abril de 1987 Vicente Canhas, um missionário espanhol defensor dos direitos indígenas, que atuava junto aos Enawenê Nawê, foi brutalmente assassinado a golpes de porrete. O crime teve longa investigação. Só o inquérito policial teve seis anos de duração. Finalmente, em dezembro de 2001 a justiça decidiu pela pronúncia de quatro dos sete acusados do crime: um latifundiário, um ex-delegado e dois pistoleiros. [60]

Boas Práticas

Os indígenas do Parque do Xingu, assessorados pelo Instituto Sócio-Ambiental (ISA), desenvolveram o projeto "artesanato do Xingu", um projeto de produção de objetos da cultura material como um meio alternativo de geração de renda. Foi criada a Associação Terra Indígena Xingu (Atix), que passou a ser responsável pela organização dos trabalhos, bem como pelo intermédio da comercialização dos produtos, que têm destinação em lojas especializadas em grandes cidades do país, tais como São Paulo, por exemplo. A sustentabilidade, o manejo e a conservação dos recursos naturais são considerados no processo. [61]

Nesse mesmo caminho de busca de alternativas econômicas sustentáveis de sobrevivência, os indígenas do Xingu, apoiados pelo ISA e pela Associação Paulista de Apicultores (Apacame), também desenvolvem um projeto de apicultura racional. O projeto consiste no incentivo ao começo da produção de mel. Subsidia os apiários das aldeias até alcançarem seis colméias. A partir daí, até o apiário alcanças dez colméias, os recursos são provenientes em parte do projeto e em parte da própria produção já existente. Depois disso, a aldeia assume integralmente o seu apiário. Há uma estrutura cooperativista, vinculada à Atix, que tem como encargo a comercialização do produto. Em maio de 2000, quatro etnias envolvidas no projeto conseguiram que seu mel ganhasse certificado para exportação. [62]

IDOSOS

O Mato Grosso tinha, em 2000, uma população de 144.318 idosos.[63] No Centro Oeste, foi o estado onde a população de idosos registrou crescimento mais acelerado, passando de 4,3% da população em 1991 para 5,8% no ano 2000.

MIGRANTES

A população de migrantes (279.783) representa 11,17% da população do estado do Mato Grosso.[64] É a unidade da federação com a segunda maior população de migrantes na Região Centro-Oeste, proporcionalmente à população, menor apenas que a do Distrito Federal.

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Em 2000, foram registrados 11 homicídios homofóbicos, tendo sido 9 contra gays e 2 contra travestis. [65]

1 Waiselfisz; J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH; 2002).

2 Ofício do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Mato Grosso e do Presidente da Subseção de Rondonópolis ao Ministro da Justiça José Gregori, datado de 16 de abril de 2001.

3 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

4 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

5 Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, *Os Direitos Humanos em Mato Grosso – Relatório 2000*, p. 104-110; e Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

6 Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, *Os Direitos Humanos em Mato Grosso – Relatório 2000*, p. 92-104. Colaboraram na elaboração do relatório o Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade e o Centro de Direitos Humanos Dom Maximo Biènnes.

7 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002 disponíveis no web-site da Comissão (www.cptnac.com.br).

8 Diário Popular, 4 de março de 2001.

9 Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000 e Conflitos no Campo – Brasil 2001. Dados de janeiro a agosto de 2002 disponíveis no web-site da Comissão (www.cptnac.com.br).

10 Idem.

11 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

12 Ministério Público do Trabalho, *Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo/Forçado*.

13 *Diário de Cuiabá*, 01de outubro de 2002 e 03 de outubro de 2002, "Pistoleiros matam Sávio Brandão", "OAB nacional se manifesta sobre a execução de Sávio Brandão" e "Polícia Civil prende pistoleiro que teria matado Sávio Brandão".

14 *Folha de São Paulo*, 02 de outubro de 2002, "Governo de MT vai apurar crimes de pistolagem"; *O Estado de S. Paulo*, 03 de outubro de 2002 e 05 de outubro 2002, "Mato Grosso quer força-tarefa contra o crime" e "Cabo da PM é acusado de matar dono de jornal".

15 Material recebido do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Ministério da Justiça.

16 *Agência Estado*, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

17 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

18 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

19 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

20 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

21 Mato Grosso, Assembléia Legislativa, Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania. 2001. *Os Direitos Humanos em Mato Grosso – Relatório 2000*. p. 45-79.

22 Idem, p. 70-73.

23 *Diário de Cuiabá*, 22 de maio de 2000, "O corredor do tráfico de mulheres", "Exploração sexual começa em casa"; 23 de maio de 2000, "Prostituição Infantil"; 9 de junho de 2000 "Dono de boate é preso por prostituição de menores"; 1º de fevereiro de 2002, "Alto Araguaia registra alto índice de prostituição infantil" e 30 de junho de 2002, "Aliciadores ficam em bares e boates distribuindo cartões"; "Prisão na barreira do Limão em maio evidenciou esquema", "Recrutamento para a Europa ainda é incógnita".

24 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 28. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. No Mato Grosso foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Cultura de Algodão; Extração Vegetal; e Serviços (de Rua; Diversos; em Cerâmicas e Olarias; e em Madeireiras e Serrarias).

25 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). Na construção da última porcentagem indicada foram considerados apenas os adolescentes inseridos nas medidas de internação, semiliberdade e liberdade assistida. Desconsiderou-se as demais medidas (advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade) uma vez que a fonte de dados fazia referência àquelas medidas mais gravosas.

26 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

27 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

28 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório da pesquisa disponível no web-site da entidade(www.mj.gov.br/sedh/cndm).

29 Governo do Estado de Mato Grosso, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

30 Assembléia Legislativa do Mato Grosso, Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania. *Relatório de Direitos Humanos 2000*.

31 Não há documento escrito. Informações obtidas por conversa telefônica com o Centro.

32 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

33 *Diário de Cuiabá*, 30 de março de 2001, "Resultado de exame de DNA esclarece desaparecimento de Alessandra em Chapada".

34 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

35 *Jornal UOL* – Brasil, 04 de abril de 2002

36 *Diário de Cuiabá*, 28 de agosto de 2002.

37 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Esses indígenas, que vivem no Mato Grosso e em outros estados, estão distribuídos da seguinte forma: junto com o Pará há três povos, somando um total de 7.508 indígenas; junto com Rondônia há dois povos, somando um total de 2177 indígenas; e junto com o Tocantins e o Pará há um povo com 2.500 indígenas.

38 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br) que informa ter esse estado uma população de 23.850 indígenas.

39 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

40 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

41 Uma delas em conjunto com o estado do Pará.

42 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informe n.º 475, de 23 de agosto de 2001.

43 ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 616-617 (Opan, julho/00 ,"As ameaças aos Enawenê-Nawê", Pedro Henrique Passos, e A Gazeta, 30 de setembro de 1999, "Invasão de garimpeiros").

44 Dados retirados de "dossiê" enviado pelo ISA e retirados do site da OPAN (www.opan.org.br): "Índio Cinta-Larga foi morto a mando de intermediários", de 27 de dezembro de 2001, "Exploração ilegal de madeira faz vítima no MT", de 24 de dezembro de 2001, e "Mais um massacre contra os indígenas no Mato Grosso", de 28 de dezembro de 2001.

45 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informe n.º 505, de 28 de março de 2002.

46 *O Estado de São Paulo*, 10 de março de 2002, "Garimpo ilegal dos Cintas Largas: pode ser o fim".

47 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informe n.º 505, de 28 de março de 2002.

48 Dados retirados de "dossiê" enviado pelo ISA.

49 Idem.

50 Idem.

51 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 505, de 28 de março de 2002.

52 Dados retirados de "dossiê" enviado pelo Instituto Sócio-Ambiental.

53 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 505, de 28 de março de 2002.

54 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org), em artigo intitulado "Operação de retirada de garimpeiros em terras dos Cinta-Larga resultou na prisão de quatro índios", 26 de abril de 2002.

55 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org), em artigo intitulado "Índios Cinta-Larga realizam assembléia e querem autonomia em relação ao garimpo", 16 de junho de 2002.

56 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 412, de 25 de maio de 2000.

57 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 412, de 25 de maio de 2000; e ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 624 ("Em três meses, garimpeiros levantam uma cidade dentro da TI" e "Tudo como antes", Diário de Cuiabá, 20/03/97).

58 ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 693-697 ("Os Xavantes na cena pública", Laura Graham).

59 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 438, de 23 de novembro de 2000.

60 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 491, de 12 de dezembro de 2001.

61 Instituto Sócio-Ambiental , *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 649-50 ("Novos rumos para a arte indígena do Parque do Xingu").

62 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 655 (*Gazeta Mercantil – MT*, 05 de maio de 2000, "Mel certificado", André Villas Boas e Wemerson Ballester, junho/2000, e "Mel do Xingu ganha certificado de exportação").

63 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

64 Item.

65 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

MATO GROSSO DO SUL

O Estado do Mato Grosso do Sul, situado no sul da Região Centro-Oeste, faz divisa com os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, e com Paraguai e Bolívia. O Pantanal cobre o extremo oeste do Estado. A economia se baseia na agricultura (soja, milho, algodão, arroz, cana-de-açúcar), pecuária, mineração (ferro, manganês, calcário), e na indústria (alimentícia, de cimento, de mineração). O estado foi criado a partir da divisão do Mato Grosso, em 1977. O primeiro governador tomou posse em 1979. A primeira eleição aconteceu em 1982.

O estado tem 15,9% da população vivendo em áreas rurais e a maior população indígena do Centro-Oeste. Registra problemas graves de trabalhadores em situação de escravidão, conflitos no campo e conflitos por terras indígenas. Entre 1999 e 2001, foi o estado da Região Centro-Oeste que registrou o maior número de conflitos rurais. Uma boa parte da população dos indígenas Guaranis-Kaiowás que o habita enfrenta problemas e conflitos em decorrência da luta pela terra. Há muitos acampamentos em áreas ocupadas por fazendeiros e que ainda não foram reconhecidas como suas. A relação estabelecida é muito conflituosa e violenta, sendo que há registros de casos de mortes, agressões, estupros e outras violências ocorridas nos últimos anos.

O Mato Grosso do Sul é o estado com a maior taxa de homicídio contra mulheres da região. Em 2000, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 6,8 por 100 mil habitantes, sendo as mulheres vítimas de 11,1% dos homicídios do estado. [1]

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES, TORTURAS

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana recebeu em 2001 denúncias de ameaças e de atentado praticado contra o prefeito do município do Novo Mundo, que sucedeu a prefeita Dorcelina Oliveira Flor, assassinada ao denunciar esquema de corrupção na região em 1999. [2]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, registrou em seu relatório um caso de tortura e outros tratamentos cruéis no Mato Grosso do Sul, relativo ao espancamento de um caminhoneiro acusado de furto de combustível em uma delegacia de Dracena. [3]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

São dezoito os estabelecimentos penitenciários no estado, destes dezesseis são unidades penitenciárias. O número total de vagas é de 2.199. Não há vagas em unidades da polícia, mas se encontram presos nessas unidades 1.300 detentos. O número total da população carcerária atingiu 4.435 detentos. Há problema de superlotação. [4]

VIOLÊNCIA RURAL

Apesar do Mato Grosso do Sul ser o estado da Região Centro-Oeste que registrou o maior número de conflitos rurais entre 1999 e 2001, os conflitos diminuíram significativamente, passando de 98 em 1999 para 37 em 2001. O número de pessoas envolvidas em conflitos também caiu, de 64.775 em 1999 para 12.135 em 2001. No entanto, assim como no Mato Grosso, o número de mortes em decorrência dos conflitos aumentou. Em 1999, não houve mortes. Em 2000, aconteceram três mortes. Em 2001, outras três. [5]

No dia 21 de abril de 2001, um líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) recebeu o telefonema de um suposto jornalista, pedindo uma entrevista, e combinando um encontro no acampamento Alto da Serra. Logo em seguida, o suposto jornalista ligou novamente, des-

marcando a entrevista. Nesse dia, o líder do STR saiu de casa com seu carro, sua esposa e dois colegas do sindicato. Foram atacados por disparos de policiais civis. O líder do STR morreu e um dos seus colegas foi ferido no braço. A Polícia explicou o ocorrido dizendo que o falecido era foragido da Justiça de São Paulo, onde respondia a quatro processos por crime de homicídio, e que os tiros teriam sido disparados em razão de nova tentativa de fuga. Já a esposa do líder do STR disse que houve uma emboscada para assassiná-lo. [6]

TRABALHO ESCRAVO

Em 2001, a Comissão Pastoral da Terra registrou a ocorrência de 180 trabalhadores em condição análoga a de escravo, no município de Costa Rica.[7] O Ministério Público do Trabalho investiga a denúncia de trabalho em regime semelhante à escravidão em carvoarias de Água Clara e Costa Rica. [8]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Dias antes do segundo turno da eleição estadual de 2002, o corregedor regional da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul determinou o afastamento do Comandante da Polícia Militar, Coronel José Ivan de Almeida, após a imprensa ter revelado que ele utilizou o serviço de comunicação da corporação para chamar os oficiais para um evento em favor da reeleição do governador do Estado, Zeca do PT. Como conseqüência dessa situação, com o objetivo de garantir a segurança da eleição, o Tribunal Regional Federal aprovou o envio de tropas federais a sete municípios do Estado. Após a realização das eleições, o governador o reconduziu ao comando geral da Polícia Militar. [9]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 201 para 213 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 50,3 em 98 para 51,6 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que era de 66,6 em 2000, que é bem inferior à taxa nacional de vitimização juvenil de 92,7. [10]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, 69 dos 77 municípios contavam com os Conselhos Tutelares. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era melhor, contudo restava ainda ser instalado em quatro das cidades. [11]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 38 originaram-se no Estado do Mato Grosso do Sul. Deste total, oito foram feitas no 1º semestre de 2002. Considerando o período de jan/2000 a dez/2001, em que houve no Brasil, através do Sistema, 80 denúncias de turismo sexual, uma era do Mato Grosso do Sul. [12]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham sua origem no Mato Grosso do Sul quatro rotas, sendo que duas delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [13]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 51.431 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Mato Grosso do Sul. Deste total, 27.642 (53,75%) trabalhavam na área urbana e 23.789 (46,25%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (30.220) e Prestação de Serviços (6.747). Ademais, 20.894 não recebiam remuneração, 11.253

eram empregados, 11.251 trabalhavam para auto-consumo e 3.855 eram domésticos. [14]

No Mato Grosso do Sul, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi implantado inicialmente em 14 municípios no ano de 1996, sendo que à época atendia 1.500 crianças e adolescentes. No final de 2001, 75 dos 77 municípios do Estado atendiam a 28 mil pessoas com idade até quatorze anos que exerciam atividade laborativa. O PETI do Mato Grosso do Sul integra as ações do programa com a família e as iniciativas dos municípios. O Programa além de oferecer bolsas, garante reforço escolar e alimentar, atividades culturais e práticas esportivas. Os beneficiários por sua vez devem freqüentar regularmente a escola formal e participar da Jornada Ampliada.

O Estado, que se destacou pela erradicação do uso de mão-de-obra de crianças e adolescentes nas suas carvoarias, tem como melhor exemplo a cidade de Três Lagoas. Ela se tornou, em 2001, também uma referência para outras cidades brasileiras, depois dos bem sucedidos resultados para erradicação do trabalho infanto-juvenil. Ao município foi conferido, pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, o certificado de Gestão Pública e Cidadania.

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Mato Grosso do Sul tinha, em março de 2002, 150 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida (45,45% do total de adolescentes em conflito com a lei).[15] Em junho do mesmo ano, havia um total de 180 (54,55%) jovens internados nas 7 unidades do Estado, sendo 156 do sexo masculino e 24 do feminino. Assim, o índice de adolescentes em liberdade assistida era de 0,83[16]. Não havia unidades para cumprimento de semiliberdade e internação provisória e, segundo os dados, nenhum adolescente estava inserido nestas medidas.

MULHERES

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou a existência de três rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial no estado, sendo que duas destas rotas também envolviam crianças e adolescentes. [17]

O estado conta atualmente com Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher em nove municípios. Em quatro delas, foram registradas, em 1999, 5.651 ocorrências policiais. Destas, 2.134 foram ameaças (37,76%), 7 tentativas de homicídio (0,12%), 1.933 lesões corporais (34,21%), 71 maus tratos (1,26%), 764 vias de fato (13,52%) e um seqüestro e cárcere privado (0,02%). Foram 285 ocorrências de violência sexual, sendo 142 estupros (2,51%), 114 atentados violentos ao pudor (2,02%) e 30 tentativas de estupros (0,53%). [18]

Em 2000, somente na capital, Campo Grande, foram registrados 105 estupros e 210 atentados violentos ao pudor. Em 2001, houve redução, sendo registradas 85 ocorrências de estupro e 118 de atentado violento ao pudor. [19]

A Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Trabalho do Governo do Estado, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher, tem um programa de prevenção e combate à violência contra a Mulher. O programa visa à implementação de delegacias especializadas de atendimento à mulher, centros de atendimentos às mulheres em situação de violência e da Defensoria Pública de Defesa da Mulher. As cidades que abrangem o programa são: Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã e Dourados. [20]

O Centro de Atendimento à Mulher em situação de violência "Cuña Mabarete" (Mulher Forte) trabalha orientando, informando e encaminhando para outros serviços (saúde, educação e profissionalizante) as mulheres em situação de violência e atua exclusivamente na cidade de Campo Grande. [21]

O estado ainda conta com um serviço de atendimento telefônico, o S.O.S. Mulher, que orienta e encaminha a mulher vítima de violência, além de esclarecer informações sobre serviços públicos disponíveis em outras áreas, tais como trabalho, saúde, Aids, segurança e cidadania. Este serviço abrange 77 municípios do estado. [22]

A Procuradoria Geral da Defensoria Pública publicou a resolução de nº 060/99, em 28 de janeiro de 1999, criando a Defensoria Pública de Atendimento à Mulher com objetivo de atender mulheres em situação de violência. [23]

O Ministério Público do Estado recorreu ao Superior Tribunal de Justiça contra tese da defesa da honra aplicada em Mato Grosso do Sul.[24] O Superior Tribunal de Justiça reconheceu por maioria de votos que o processo de Joélcio da Silva, que assassinou Alayde Marciana Sampaio, em Mato Grosso do Sul, deve ser submetido a novo júri popular. Joélcio da Silva foi absolvido, em júri popular, sob a tese de legítima defesa da honra, o que foi posteriormente ratificado pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. O Ministério Público Estadual apelou da sentença absolutória defendendo, dentre outras teses, a de que a "legítima defesa da honra já está banida pela jurisprudência, especialmente quando não há, como neste caso, nenhum fato que a sustente". O processo seguiu para o Superior Tribunal de Justiça. Forte pressão feita pelo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pelo movimento de mulheres ajudou a alterar o destino do caso, que foi encaminhado para novo julgamento.

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (918.651) representa 44,21% da população do estado, proporção inferior à média da Região Centro-Oeste. Na população afro-descendente, 3,08% se declararam negros e 41,12% pardos. [25]

A Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul recebeu duas denúncias de casos de discriminação. Um deles, em que um taxista foi agredido e discriminado pelo gerente da empresa para qual prestava serviço, está sendo acompanhado pelo Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. No outro, uma funcionária pública sofreu discriminação racial ao solicitar vistas dos autos em um cartório no Fórum de Campo Grande. [26]

O Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira coordena a execução do projeto SOS Racismo no Mato Grosso do Sul, com apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, desde outubro de 2000. Além de atender denúncia, o SOS Racismo presta assistência jurídica, social e psicológica às vítimas de discriminação e violência. Atende não apenas a população afro-descendente, mas também mulheres, homossexuais, indígenas, migrantes e imigrantes. O Instituto tem sede em Campo Grande, mas tem pólos no interior do Estado, nas cidades de Corumbá, Parnaíba e Dourados. Mantém parceria com o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Defesa do Negro em Corumbá, o Congresso Nacional Afro-Brasileiro em Corumbá, a Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Mato Grosso do Sul, o Fórum das Entidades do Movimento Negro e o Núcleo de Combate à Discriminação no Emprego e na profissão do Ministério do Trabalho e do Emprego.

INDÍGENAS

O Mato Grosso do Sul tem uma população de pelo menos 17.855 indígenas, distribuídos em 6 povos indígenas. Além disso, abriga também indígenas Guaranis e Kaigangs.[27] Estima-se que tenha a segunda maior população indígena do país, perdendo somente para o Estado do Amazonas.[28] Além disso, é o Estado que conta com a terceira maior proporção da população indígena do país, sendo que 2,91% da população local se declara indígena. [29]

O Estado tem 42 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [30]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	1
Em identificação	5
Identificadas / Aprovadas pela Funai	2
Declaradas	5
Homologadas	5
Registradas	21
Reservadas	3

A maioria dos conflitos indígenas neste estado é desdobramento de um fato em comum: a expulsão dos Guarani-Kaiowá de seus territórios tradicionais. Até a década de 1970, esses indígenas reagiam às invasões de seus territórios escondendo-se nas matas existentes. A partir de então, como decorrência de algumas mudanças que aconteceram, eles começaram a se organizar, visando a retomada das suas terras tradicionais. Nos anos 80, obtiveram um certo êxito na manutenção de três comunidades em terras tradicionalmente ocupadas, o que levou outros fazendeiros locais a começarem expulsarem os indígenas de suas terras, com medo de perdê-las.

No entanto, os indígenas se organizaram cada vez mais, até que conseguiram que a Funai formasse um Grupo Técnico de Identificação de Terras Indígenas. Os laudos antropológicos produzidos por esse Grupo reforçaram nos Guaranis a legitimidade de suas reivindicação e seu direito à terra. Como a Funai tem tido muito poucas ações concretas no sentido de re-estruturar as áreas permitindo que voltem a suas terras de origem, eles passaram a encaminhar suas próprias soluções para o problema: a retomada de suas terras através de entradas. [31]

Entradas é o termo que utilizam para designar esse movimento de adentramento nas terras que consideram suas.[32] Os conflitos e violações descritos abaixo estão quase totalmente dentro desse contexto. Diferentes grupos Guaranis realizam diferentes entradas em diferentes territórios, cada qual com seu conflito próprio. Em comum há o histórico descrito acima e os cerca de 29 mil indígenas que sofrem em viver longe de seu modo de vida tradicional. [33]

Cerro Marangatu

O conflito mais atual e exemplar é o conflito situado na terra de Cerro Marangatu, situada no município de Antonio João, a 481 km de Campo Grande, onde cerca de 500 indígenas Guarani-Kaiowá ocupam uma área de 9.300 hectares desde 1998. Em 1950, foram expulsos desta terra, que consideram um lugar sagrado, quando um fazendeiro a invadiu de uma forma extremamente violenta, inclusive matando cerca de 20 indígenas. Desde então, tentam retomar a terra. A legitimidade de sua reivindicação foi reconhecida pelos membros do Conselho Pastoral do Regional Oeste 1 da CNBB, que escreveu um apelo ao Ministério da Justiça pedindo o reconhecimento dessa terra indígena. [34]

Em 29 de março de 2001 essa terra foi identificada e aprovada pela Funai.[35] Em janeiro de 2002, o fazendeiro que ocupa a terra conseguiu uma liminar de reintegração de posse da área na justiça. O processo se desenrolou, desde então, na justiça, sendo marcados por autorizações de permanências na área e liminares de reintegração de posse. Não obstante, duas importantes vitórias foram conseguidas pelos indígenas nos últimos meses: no dia 20 de maio de 2002, a justiça federal cassou a liminar que estava impedindo o procedimento da demarcação da terra; e no dia 28 de maio a justiça federal determinou a extinção sem julgamento do mérito da ação de reintegração de posse proposta pelos fazendeiros, por entender que os Guarani-Kaiowá tem direitos originários sobre a terra e que o fato dela ainda não ter sido demarcada não pode ser alegado para impedir a posse permanente que eles têm. Os títulos de propriedade apresentados pelos fazendeiros foram considerados nulos. [36]

Violências

No dia 25 de junho de 2000, um bebê indígena de 11 meses de idade faleceu durante um ataque ao acampamento indígena da comunidade Guyra Roca, em Porto Cambira, município de Caarapó. O menino morreu em decorrência de ter caído do colo de sua mãe quando ela corria para se proteger dos tiros disparados por pistoleiros durante um ataque ao acampamento indígena.

Segundo relataram os indígenas, enquanto estavam acampados nessa terra, pistoleiros entravam no acampamento durante a noite disparando tiros e amedrontando os indígenas. O acampamento fazia parte da tentativa dos Guarani-Kaiová de retomada de territórios indígenas e ficava ao lado da fazenda de um deputado influente na região. Os indígenas foram impedidos por ele de enterrar o menino em um cemitério indígena existente dentro dessa fazenda. [37]

Outra vítima de violência fatal foi o indígena Guarani-Kaiová Avapcarendy, assassinado uma emboscada ocorrida durante a retomada da terra Ka'ajari no dia 26 de março de 2001. Neste dia, cerca de 150 indígenas, incluindo crianças, foram recebidos à bala quando se preparavam, pela terceira vez, para retomar essas terras, invadidas por fazendeiros. Duas índias desapareceram. A polícia acredita que o assassinato de Avapcarendy teria sido planejado pelos fazendeiros da região. Para o Conselho Indigenista Missionário, o arsenal encontrado pela polícia (incluindo armas, explosivos e uma caminhonete) seria motivo para investigação, por parte da Polícia, de formação de quadrilha, milícia particular e aquisição de armas com o objetivo de reprimir ações de ocupações de terra. [38]

Além disso, outros casos de violência também aconteceram nesse Estado. Em 14 de janeiro de 2000, os Guarani-Kaiová da comunidade indígena Potrero Guasu foram atacados por cerca de 50 homens, com uniformes de policiais do Exército, entraram atirando no local, visando expulsar os indígenas de lá. Pelo menos quatro índias foram estupradas, cinco crianças foram feridas e 25 ocas foram queimadas. A estrada de acesso à comunidade foi bloqueada pelos fazendeiros para impedir ajuda. Até outubro de 2000, os agressores ainda não haviam sido punidos. [39]

Depois disso, em 5 de agosto de 2000, dois indígenas Guarani-Kaiová do acampamento de Arroio Corá, na mesma região, foram baleados no peito e ficaram internados em situação grave. O crime foi cometido por um capataz da fazenda local que, embora tenha sido detido na hora do delito pelos indígenas, não foi preso pela polícia. [40]

Nessa área, se desenrolam de inúmeros outros conflitos. Os indígenas estavam acampados desde setembro de 1999, na tentativa de voltar para suas terras. Em 1983, foram expulsos de lá por fazendeiros e passaram a viver nas periferias das cidades, morando embaixo de pontes, pedindo esmolas e dividindo outras terras já populosas com outras comunidades indígenas. Em 1998, tentaram voltar para suas terras, mas foram retirados pela Funai e levados para as margens da rodovia estadual MS156. Então bloquearam a via e foram novamente retirados, sendo desta vez levados para uma área indígena. [41]

Além disso, os Guarani-Kaiová também foram atingidos por um surto de malária. O primeiro foco foi descoberto em 23 de fevereiro de 2001 em uma aldeia no sul do estado, sendo que posteriormente a doença foi se espalhando para as aldeias vizinhas. Em 15 de março, 100 casos da doença já haviam sido detectados. Em Jaguaripé, em uma comunidade com 480 pessoas, 91 pessoas estavam infectadas. Os órgãos oficiais suspeitavam que a doença houvesse chegado com os indígenas infectados no Paraguai, em trânsito para o Mato Grosso do Sul. [42]

Ainda, de uma forma geral, os indígenas desse estado enfrentam problemas ligados às condições de trabalho proporcionadas pelas empresas produtoras de álcool e açúcar (destilarias) e de produtos de carvão (carvoarias). Apurou-se que nas unidades de corte de cana os trabalhadores indígenas tinham seus direitos trabalhistas freqüentemente violados, em casos de não pagamento de FGTS e atrasos de pagamentos de salário. Além disso, não dispunham de ambiente adequado para as refeições, seus dormitórios não eram arejados, os leitos eram insuficientes para todos, as condições gerais de higiene eram precárias e o ambulatório não dispunha de condições para atender a demanda. Em função da atuação de entidades e de comissões, o governo do estado firmou acordo com as empresas de destilaria visando a solução desses problemas. [43]

Acesso à Justiça

Foi anulado o julgamento que inocentou o princi-

pal suspeito assassinato do indígena Guarani Marçal de Souza, Marçal Tupã-i. Lutador dos direitos indígenas e uma das principais referências do movimento indígena de luta pela demarcação de terras, Marçal Tupã-i era um defensor da resistência indígena aos despejos e tentativas de cooptação, razão pela qual sofria diversas ameaças. Ele teria recusado um montante grande de dinheiro para convencer os indígenas da comunidade de Pirakuá a deixarem o território que ocupavam em favor do fazendeiro e negociante de madeira Líbero Monteiro de Lima. Foi assassinado por pistoleiros a mando desse fazendeiro em 25 de novembro de 1983. O julgamento que inocentou Líbero Monteiro de Lima foi considerado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, em 17 de abril de 2001, que acatou recurso interposto pela filha de Marçal denunciando falhas graves cometidas pela defesa do fazendeiro, entre as quais a apresentação de provas materiais fora do prazo legal e o sumiço de importantes provas da acusação. O fazendeiro havia sido absolvido em dois julgamentos anteriores (um em 1993 e outro em 1998).

IDOSOS

Em 2000, o Mato Grosso do Sul tinha uma população de 157.093 idosos.[45] A participação dos idosos na população do estado aumentou de 5,9% em 1991 para 7,6% no ano 2000. O Governo do Estado, através de ações intersecretariais, procura garantir o respeito aos direitos e necessidades básicas da população idosa. A Secretaria de Assistência Social desenvolve projeto de pesquisa para estabelecer o perfil sócio-econômico e familiar dos idosos, realiza oficinas, cursos, eventos, projeto de alfabetização, atividades físicas destinadas a pessoas de 60 anos ou mais. Através de parceria com a Empresa Municipal de Habitação de Campo Grande, a Secretaria procura busca viabilizar a construção de moradia para idosos em lotes de familiares. [46]

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul informa ter atendido dois casos de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência. Um dos casos era no ambiente de trabalho e o outro envolvia escolha e classificação em concurso público. Os dois casos foram resolvidos administrativamente sem que houvesse necessidade de intervenção judicial. [47]

Em Campo Grande, a Associação Campo-Grandense dos Portadores de Deficiência Física atua na defesa e organização dos Direitos dos Portadores de Deficiência desde a sua fundação, em 17 de julho de 1980. Tem o objetivo de resgatar a dignidade do portador de deficiência e promover sua inclusão no PNE (Plano Nacional de Educação).

O Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos "Florivaldo Vargas", fundado em 4 de fevereiro de 1957, atua dando oportunidades ao desenvolvimento integral da pessoa deficiente visual e se dedica ao trabalho educacional, visando o exercício da cidadania da pessoa deficiente visual. Diversos atendimentos são oferecidos pelo instituto: alfabetização Braille, atividades da vida cotidiana, biblioteca, educação (física e infantil), núcleo gráfico Braille, psicologia, serviço social, orientação e mobilidade, entre outras.

MIGRANTES

A Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante, mantém atividade de atendimento às necessidades básicas do migrante, fornecendo alimentação, higiene e alojamento. Por meio do Programa Migrante Trabalhador, promove encaminhamento ao mercado formal e informal do trabalho. A meta é atender 2.506 pessoas por ano, mas a média mensal tem sido de cerca de 208 casos por mês. Mantém parceria com o Centro de Apoio ao Migrante e com a Casa de Apoio São Francisco, desenvolvendo atividades como reuniões informais, orientação e encaminhamento em questões trabalhistas, de saúde, de documentação, de atividades de lazer e de trabalho na horta da unidade (sendo a produção revertida para consumo do Centro). Com a

Secretaria Municipal de Obras Públicas consegue a disponibilidade de veículos para o transporte dos migrantes e para o fornecimento de alimentação. Com a Secretaria Municipal de Saúde consegue encaminhamento para tratamento de saúde. [48]

No entanto, há registros de casos de violações de direitos sofridas pelos migrantes. Em 2002, em Corumbá, um peruano foi preso e torturado. Foi submetido à tortura com gás inflamável, queimaduras foram feitas por isqueiros e recebeu choques elétricos, além de ter sido obrigado a ingerir entre 4 e 6 litros de água de uma vez, seguidos de café quente. [49]

GAYS , LÉSBICAS, TRANSEXUAIS E BISSEXUAIS

A Associação das Travestis do Mato Grosso do Sul (ATMS) foi criada em janeiro de 2001, em Campo Grande, com objetivo de promover os direitos das travestis e daqueles que venham a sofrer discriminação ou violência em decorrência de sua sexualidade ou identidade sexual. Faz denúncias dessas práticas delituosas, acompanha procedimentos judiciais e oferece informações sobre os direitos aos membros desse grupo. A associação conta com cerca de 120 pessoas, entre associados e parceiros, de organizações governamentais e não governamentais.[50] A associação documenta casos de violência praticados contra homossexuais - diversos deles praticados por policiais -, e reiteradamente encaminha relatórios e solicitações de providências a autoridades governamentais e policiais. [51]

Segundo dados da ATMS, entre 1997 e 2001, houve 38 casos de homossexuais mortos vítimas de agressões.[52] Em 2001, segundo dados do Grupo Gay da Bahia, há registro de um homicídio homofóbico contra travesti.[53] No dia 14 de janeiro, ele foi atropelado, durante a madrugada, no município de Rio Verde. O responsável pelo atropelamento fugiu e a vítima, que sofreu várias fraturas expostas e traumatismo craniano, ficou agonizando no chão até morrer, sem nenhum tipo de socorro. [54]

No dia 04 de março de 2001, um travesti foi empurrado em direção aos trilhos de trem, durante a madrugada, em Campo Grande. Ficou durante duas horas gritando sem obter assistência, sendo socorrido finalmente pelo Corpo de Bombeiros. Em decorrência disso, teve suas duas pernas decepadas. [55]

Em Campo Grande, acontecem rondas de Policiais da Delegacia de Ordem Pública e Social, chamadas de dia de arrastão, em que homossexuais são abordados, submetidos a humilhações e espancamentos e levados às saídas para São Paulo e Cuiabá, onde são agredidos com tacos e por vezes com arma de fogo. [56]

1 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III*. (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

2 Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, *Relatório – Setembro 2002*.

3 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

4 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm)

5 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

6 *O Globo*, 25 de abril de 2001.

7 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

8 *Folha de S. Paulo*, 6 de outubro de 2002, Brasil, A 4, "10 mil trabalhadores vivem em condição de escravidão".

9 *Folha de S. Paulo*, 22 de outubro de 2002, 23 de outubro de 2002, 26 de ouubro de 2002 e 02 de novembro de 2002, "Comandante da PM convoca para ato pró-Zeca", "Justiça manda afastar comandante da PM", "Zeca afasta dois comandantes da PM que pediam votos para o PT" e "Zeca do PT traz comandante da PM de volta"; *Estado de S. Paulo*, 26 de outubro de 2002, "Afastados mais dois PMs por pedir votos para Zeca do PT"; *Agência Estado*, 27 de outubro de 2002, "Denúncias marcam as eleições no Mato Grosso do Sul" (www.estadao.org.br).

10 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III:Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Exemplo: Quanto maior a taxa de vitimização maior é a concentração de homicídios na população jovem; se, ao contrário, a taxa é zero ou próxima a este valor significa que os homicídios atingem na mesma proporção tanto a faixa jovem quanto o resto da população.

11 Ministério da Justiça, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

12 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

13 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

14 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p. 30. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. No Mato Grosso do Sul foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Movelaria e Assemelhados; Panificação; Pesca (Catadores de Isca); Produção de Carvão Vegetal; Sericultura; Serviços (Diversos; em Cerâmicas e Olarias; em Madeireiras e Serrarias; e em Oficinas Mecânicas); e Sorveteria.

15 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). Na construção da última porcentagem indicada foram considerados apenas os adolescentes inseridos nas medidas de internação, semiliberdade e liberdade assistida. Desconsiderou-se as demais medidas (advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade) uma vez que a fonte de dados fazia referência àquelas medidas mais gravosas.

16 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

17 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

18 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório disponível no web-site do Conselho (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

19 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

20 Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

21 Idem.

22 Idem.

23 Idem.

24 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

25 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

26 Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, *Relatório Estadual sobre Direitos Humanos no Estado de Mato Grosso do Sul – período 2000-2001*.

27 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Os Guaranis encontram-se espalhados em diversos estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. No geral, totalizam cerca de 35.000 indígenas no território brasileiro. Em situação semelhante encontram-se os Kaigang: vivem entre os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e totalizam cerca de 25.000 indígenas.

28 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 46.042 indígenas.

29 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

30 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

31 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 745-8 ("A 'Entrada' no Tekoha", Rubem Thomaz de Almeida).

32 Idem.

33 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informe n.º 504, de 21 de março de 2002.

34 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informes n.º 494, n.º 496, n.º 498 e n.º 504, de 10 de janeiro de 2002, 24 de janeiro de 2002, 7 de fevereiro de 2002 e 21 de março de 2002.

35 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

36 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 513, de 23 de maio de 2002, e Web-site (www.cimi.org.br).

37 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 417, de 29 de junho de 2000.

38 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 455, de 4 de abril de 2001.

39 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 434, de 26 de outubro de 2000; ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 763 (FSP, 16 de janeiro de 2000, "PF prende acusados de invadir aldeia"); e *Relatório Estadual sobre Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso do Sul - 2000-20001*, enviado pela Defensoria Pública do Estado.

40 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 423, de 10 de agosto de 2000.

41 Conselho Indigenista Missionário , Informes n.º 380, n.º 423 e n.º 434, de 30 de setembro de 1999, 10 de agosto de 2000 e 26 de outubro de 2000.

42 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 452, 15 de março de 2001.

43 Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, *Relatório Estadual sobre Direitos Humanos, período: 2000 – 2001*.

44 CIMI, Informe n.º 458, de 26 de abril de 2001.

45 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

46 Governo do Estado, Defensoria Pública, *Relatório Estadual sobre os Direitos Humanos no Estado de Mato Grosso do Sul*.

47 Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, *Relattório Sobre Dureutis Humanos no Mato Grosso do Sul*.

48 Informações fornecidas pelo governo do estado do Mato Grosso do Sul.

49 Idem.

50 Associação dos Travestis do Mato Grosso do Sul, *Dossiê Sobre Violações Cometidas Contra Homossexuais*; Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, *Relatório Estadual sobre os Direitos Humanos do Estado do Mato Grosso do Sul – Período: 2000-2001*.

51 Associação dos Travestis do Mato Grosso do Sul, *Dossiê Sobre Violações Cometidas Contra Homossexuais*.

52 Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, *Relatório Estadual sobre os Direitos Humanos do Estado do Mato Grosso do Sul – Período: 2000-2001*.

53 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

54 *Primeira Hora Pantanal*, dia 15 de outubro de 2001. Documento que integra o dossiê enviado pela Associação dos Travestis do Mato Grosso do Sul (ATMS).

55 *Primeira Hora Pantanal*, dia 5 de março de 2001. Documento que integra o dossiê enviado pela Associação dos Travestis do Mato Grosso do Sul (ATMS).

56 Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, *Relatório Estadual sobre os Direitos Humanos do Estado do Mato Grosso do Sul – Período: 2000-2001; Folha do Povo*, dia 24 de julho de 2000, documento que integra o dossiê enviado pela Associação dos Travestis do Mato Grosso do Sul (ATMS).

REGIÃO SUDESTE

A Região Sudeste, formada pelos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, concentra 42,65% da população do país (72.412.411 habitantes).[1] Além de ser a região mais populosa, é a região mais urbanizada do país, tendo 90,52% da população total vivendo em áreas urbanas, especialmente nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória.[2] A taxa de crescimento anual da população é de 1,4%, igual à taxa de crescimento do país.[3]

No Sudeste, está também concentrada a maior parcela da riqueza nacional. Mas a distribuição de renda é desigual[4] e parcela significativa da população vive em situação de pobreza na periferia das grandes cidades e regiões metropolitanas.[5] Este quadro de exclusão e marginalização social é agravado pelo alto grau de violência e pelas graves violações de direitos humanos a que está submetida a população mais pobre. São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, ao lado de Pernambuco, são os estados com os maiores índices de homicídio no país. Na última década, o aumento das mortes violentas na região resultou em grande parte do aumento das mortes violentas entre os jovens de 15 a 24 anos. Neste grupo, o índice de homicídio aumentou 44,6%, passando de 52,0 homicídios por 100 mil habitantes em 1991 para 75,2 homicídios por 100 mil habitantes em 2000, enquanto na população total o aumento foi de 34,3%.[6]

A procura de soluções para o problema da violência contra os jovens motivou a criação dos observatórios de direitos humanos, inicialmente na Cidade de São Paulo e depois em seis estados brasileiros. Na Região Sudeste, núcleos da Rede Nacional de Observatórios de Direitos Humanos foram estabelecidos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória, Espírito Santo, que visam formar grupos de jovens para identificar as violações de direitos humanos e atuar na proteção e promoção dos direitos humanos nas suas comunidades. [7]

Os serviços públicos e privados essenciais à garantia dos direitos de cidadania e da qualidade de vida da população freqüentemente não são acessíveis aos moradores da periferia. Quando estão disponíveis, não têm a mesma qualidade dos serviços destinados aos moradores das áreas centrais.

A ausência da polícia e da justiça abre espaço para o crescimento do crime organizado, dos confrontos entre organizações criminosas pelo controle de territórios, que muitas vezes estão relacionados a chacinas, execuções e mesmo mortes por balas perdidas. Por outro lado, a presença da polícia nem sempre aumenta a segurança da população. Em todos os estados, há denúncias de envolvimento de policiais com o crime organizado e grupos de extermínio, e da prática de execuções e torturas. No Espírito Santo, denúncias de envolvimento de autoridades do Poder Executivo e do Poder Legislativo com o crime organizado motivaram solicitação de intervenção federal no estado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em 2002.

Na luta contra a impunidade e na defesa dos direitos das vítimas de violência, os quatro estados da região já criaram um programa estadual de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas e centros de apoio a vítimas de crimes. Três estados (São Paulo, Minas Rio de Janeiro e Minas Gerais), já implantaram a Ouvidoria de Polícia, para receber e acompanhar a investigação de denúncias contra policiais.

São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais são os estados que têm a maior população encarcerada do país. Juntos, têm 150 mil dos 311 mil presos do país. Os sistemas penitenciários dos estados da região não oferecem condições adequadas para o cumprimento da pena e ressocialização dos presos, como determina a Lei de Execuções Penais. Além do problema de superlotação, o fortalecimento das organizações criminosas dentro das prisões, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro,

agrava os conflitos e a violência dentro do sistema.

No mesmo sentido, as instituições de internação de adolescentes em conflito com a lei não estão de acordo com as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diversas unidades, devido ao seu tamanho, inviabilizam a aplicação das medidas sócio-educativas previstas no ECA. As práticas de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes a que estão submetidos os adolescentes foram por várias vezes comprovadas e denunciadas por organizações não governamentais e pelo Ministério Público, inclusive no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Apesar de ser a região mais urbanizada do país, o Sudeste, depois do Nordeste, é a região do país que registrou maior número de conflitos rurais entre 1999 e 2001. O número de conflitos rurais aumentou de 138 em 1999 para 192 no ano 2000 e voltou ao patamar anterior, totalizando 132 em 2001. O número de mortes decorrentes de conflito rurais, entretanto, é inferior ao registrado nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. O número de mortes nestes conflitos, diminuiu de 6 em 1999 para 3 em 2000 e manteve-se em 3 em 2001. Enquanto o maior número de conflitos aconteceu em Minas Gerais, estado que tem a maior população rural da região, o maior número de mortes aconteceu em São Paulo e Rio de Janeiro. [8]

1 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

2 Idem.

3 IBGE, Censo Demográfico 1996 (www.ibge.gov.br).

4 *Folha de S. Paulo*, 20 de dezembro de 2001, Especial 5, quadro "A Concentração de Renda em 2000". De 1991 para 2000, diminuiu a desigualdade de renda na Região Sudeste. O índice de Gini, que mede a concentração de renda, diminuiu de 0,612 em 1991 para 0,586 no ano 2000. No Brasil, o índice de Gini diminuiu de 0,636 em 1991 para 0,609 em 2000. O índice de Gini varia de 0 (distribuição de renda igual) a 1 (distribuição de renda desigual). Quanto menor o índice, maior a igualdade na distribuição de renda. Quanto maior o índice, maior a desigualdade na distribuição de renda.

5 *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 2002, Eleições especial 5, quadro "Pobreza cai em todas as regiões". A população considerada pobre é a população residente com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Dados do IBGE, elaborados pelo IPEA, mostram que a população em situação de pobreza na Região Sudeste diminuiu de 27,5% da população total em 1992 para 16,6% em 1995 e aumentou para 16,8% em 1999, enquanto no país diminuiu de 40,2% da população total em 1992 para 28,4% em 1999.

6 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

7 O projeto dos observatórios de direitos humanos foi desenvolvido em São Paulo pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, com a colaboração do Instituto Sou da Paz. A formação da Rede Nacional de Observatórios de Direitos Humanos, em seis estados brasileiros, a partir de 2002, é um projeto coordenado pelo Instituto São Paulo contra a Violência e o Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo, com apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Assistência Social e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

8 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

ESPÍRITO SANTO

O Estado de Espírito Santo, situado na faixa litorânea à leste da Região Sudeste, tem divisa com Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Sua capital é Vitória e as principais atividades econômicas são a agricultura (arroz, café, cacau, cana-de-açúcar, feijão, frutas e milho), pecuária e, a partir da década de 1970, indústria (alimentos, móveis, têxteis, papel e celulose, e siderurgia).

O Espírito Santo enfrenta problemas sérios de violações de direitos humanos, com participação de agentes públicos e autoridades governamentais, que agravam o quadro de violência existente no estado. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) chegou a solicitar a intervenção federal no Espírito Santo e a recomendar a intervenção federal no Poder Executivo e no Poder Legislativo do Estado em julho de 2002. O Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, entretanto, apesar de ser membro Conselho e ter apoiado a recomendação de intervenção federal, decidiu arquivar e não encaminhar ao Supremo Tribunal Federal a solicitação de autorização para a intervenção federal. A decisão do Procurador-Geral deu origem a uma crise política, que resultou na demissão do Ministro da Justiça, Miguel Reale Jr., na nomeação do Ministro Paulo de Tarso Ramos Ribeiro e na criação, em substituição à intervenção federal, de uma missão especial de combate ao crime organizado no Espírito Santo, integrada por policiais federais.

Na Região Sudeste, o Espírito Santo é o estado que registra o maior número de casos de trabalhadores em situação de escravidão, concentrados nos municípios de Santa Tereza e Vila Valério.

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES, TORTURA

O Espírito Santo é um dos estados brasileiros que têm os mais graves problemas de violência e violação dos direitos humanos. O estado tem a terceira maior taxa de homicídio, inferior apenas a do Rio de Janeiro e Pernambuco, com 46,7 mortes por homicídio para cada 100 mil habitantes no ano 2000.[1] A violência fatal é intensificada pela presença do crime organizado e de grupos de extermínio no estado, entre os quais a Scuderie Detetive Le Cocq (SDLC), composto principalmente por policiais, mas com a participação de políticos, juízes, promotores, advogados e empresários.

O advogado Joaquim Marcelo Denadai, que participou de uma comissão estadual para investigar o crime organizado no estado, ao lado do promotor Luiz Renato da Silveira e do delegado Francisco Badenes, foi assassinado em 15 de abril de 2002, no município de Vila Velha, Região Metropolitana de Vitória. [2]

Na seqüência do assassinato de Danadai, em maio de 2002, a Ordem dos Advogados do Brasil encaminhou ao Ministro da Justiça representação solicitando a intervenção do Governo Federal no Estado do Espírito Santo, com base na constatação de que "Há uma situação de violação massiva e sistemática de direitos humanos, sem que o Estado mostre vontade e condições de enfrentá-la" e de que "O regular funcionamento das instituições está comprometido, porque malgrado o heróico e isolado esforço de alguns dos seus integrantes, a SDLC ainda não foi inibida, paralisada ou responsabilizada, não só por via de sua dissolução (pleito ainda hoje confiado à Justiça Federal), mas por via da apuração das suas atividades e das de seus membros, ou pelo afastamento de seus integrantes da máquina do Estado". [3]

O Ministro da Justiça designou uma comissão, formada por membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em junho de 2002, para analisar a solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil, cujo relatório final afirma que "Encontra-se cabalmente caracterizado o grave comprometimento à ordem pública, por força de um conjunto de circunstâncias que singulariza a criminalidade violenta e organizada no Espírito

Santo, em contraste com o que se passa em outras partes do país" e "Encontra-se caracterizado um padrão grave e sistemático de violação dos direitos humanos". Com base nestas conclusões, o relatório afirma que estão caracterizados os pressupostos para a intervenção federal no estado e recomenda a intervenção federal nos Poderes Executivo e Legislativo. [4]

Com base no relatório da comissão, aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Ministro da Justiça, Miguel Reale Jr. solicitou ao Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, membro do CDDPH, o encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de pedido de autorização para intervenção federal no Espírito Santo. O Procurador-Geral, entretanto, decidiu arquivar a solicitação do Ministro da Justiça. O arquivamento da solicitação levou à renúncia do Ministro Miguel Reale Jr, à nomeação do Ministro Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, que tomou posse no dia 9 de julho, e à criação, em substituição à intervenção federal, de uma missão especial de combate ao crime organizado no Espírito Santo, integrada por policiais federais, em 17 de julho de 2002. [5]

Em julho de 2002, um dos membros da força tarefa do governo federal, João Adilson Scalfoni, superintendente da Polícia Rodoviária Federal, foi afastado após a revelação de que tinha sido membro da Scuderie Detetive Le Cocq. [6]

Em novembro de 2002, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo cassou o registro da candidatura e anulou a reeleição do presidente da Assembléia legislativa do estado, deputado José Carlos Gratz, atendendo à pedido do Ministério Público eleitoral, sob acusação de abuso do poder econômico e aliciamento para obter votos. Gratz é apontado pelo Ministério Público Federal como um dos líderes do crime organizado no estado e foi apontado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico como um dos envolvidos em crime de lavagem de dinheiro, contrabando e homicídio. [7]

Ainda em novembro de 2002, o agricultor Manoel Correa da Silva Filho, testemunha chave em processo contra o coronel Walter Gomes Ferreira, apontado como membro de grupos de extermínio e quadrilhas de roubo de carga, foi morto cerca de 1 hora e 30 minutos depois de sua transferência das dependências da polícia federal para a penitenciária estadual Monte Líbano, em Cachoeiro do Itapemirirm. O Ministro da Justiça determinou a exoneração do superintendente da polícia federal no Espírito Santo e o afastamento e abertura de processo contra o delegado da polícia federal responsável pela transferência da testemunha. O Ministério Público solicitou ao Ministério da Justiça a transferência do coronel Ferreira para Brasília, pois há risco de que, por ter informações importantes sobre a atuação do crime organizado no Espírito Santo, venha também a ser morto. [8]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

A situação de superlotação no estado é acentuada, com uma capacidade de 3.130 vagas e 5.039 detentos. Com um déficit de 1.909 vagas, a tensão no sistema prisional se intensifica. As instituições policiais oferecem 228 vagas, 579 detentos estão nestas instituições cumprindo pena, ou aguardando julgamento. As unidades penitenciárias oferecem 2.902 vagas, mas 4.460 detentos estão cumprindo pena em regime fechado. Só não há superlotação nas instituições que dispõem de vagas para o cumprimento de pena em regime semi-aberto, nas quais estão disponibilizadas 1.226 vagas e estão cumprindo pena 1.098 detentos. [9]

VIOLÊNCIA RURAL

No Espírito Santo, o número de conflitos rurais diminuiu de 11 em 1999 para 7 em 2001. Também diminuiu o número de pessoas envolvidas nos conflitos, de 4.833 em 1999, para 2.040 em 2001. Entre janeiro e agosto de 2002, foram registrados dois conflitos rurais, envolvendo 900 pessoas. Não foram registrados assassinatos decorrentes de conflitos rurais entre 1999 e 2001. [10]

No dia 20 de agosto de 2002, seis integrantes de uma família de agricultores, incluindo duas adolescentes de 16 e 14 anos, foram mortos a golpes de facadas, foice

e pedradas em Cocal, Santa Leopoldina. Alguns corpos foram encontrados mutilados e esmagados pelas pedradas. A população da cidade ficou chocada com a chacina e adotou luto na época do enterro, e o prefeito decretou ponto facultativo no comércio e nas repartições públicas. A população realizou um cortejo com manifestações de indignação e apelos por justiça e paz. As investigações foram iniciadas pelo delegado Paulo Haiki e acompanhadas por dois promotores de justiça. Em 23 de agosto de 2002, cinco suspeitos foram presos: o proprietário da fazenda onde a família trabalhava, seu filho, seu genro, um funcionário da propriedade e um funcionário que trabalhava em outra fazenda. O motivo da chacina teria sido a pretensão do proprietário e sua família de vender as terras e não ter que arcar com a indenização às vítimas, que eram meeiros há bastante tempo no local. Em 18 de setembro de 2002, o prefeito da cidade foi indiciado no inquérito, como um dos suspeitos de participação na chacina, pois teria interesse em comprar as terras da propriedade e revendê-las a uma imobiliária, que faria um loteamento na região. [11]

TRABALHO ESCRAVO

A Comissão Pastoral da Terra registrou a presença de 38 trabalhadores em 1999, no município de Santa Teresa, e 96 trabalhadores em 2001, no município de Vila Valério, em condições análogas a de escravo. [12]

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou duas operações no Espírito Santo em 2001, sem encontrar trabalhadores em situação degradante ou análoga à escravidão. [13]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio, diminuiu de 593 para 531 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos diminuiu de 97,7 para 83,6 entre 1998 e 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que, no Espírito Santo, era de 79,1 em 2000 (menor que a taxa nacional de vitimização juvenil que em 2000 era de 92,7). [14]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) até o final do primeiro semestre de 2002, 79% dos 77 municípios contavam com Conselhos Tutelares.[15] Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos, a situação era melhor, porém em 3,9% das cidades não estava instalado. Os Conselhos (Tutelar e de Direitos) criados no estado fazem do Espírito Santo um dos estados que mais cumpriram o ECA neste aspecto, havendo apenas três cidades que não instalaram nenhum dos Conselhos.

O Poder Judiciário Capixaba, entendendo a necessidade de um tratamento diferenciado nos procedimentos previstos no ECA instalou, em março de 2002, a Coordenadoria de Juizados da Infância e Juventude. A Coordenadoria funciona como um órgão permanente de consulta para os magistrados, tendo por objetivo aperfeiçoar o atendimento jurisdicional por meio da integração dos juízes e padronização dos trabalhos desenvolvidos nessa área. [16]

Exploração Sexual

Entre fevereiro de 1997 e junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 37 originaram-se no Estado do Espírito Santo. Deste total, 16 foram feitas no primeiro semestre de 2002. Especificamente sobre abuso sexual, considerando o período de janeiro de 2000 a dezembro de 2001, houve no Brasil 423 denúncias, às quais o Espírito Santo responde por seis. [17]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que identificou uma rota de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Espírito Santo. [18]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente mostra que em 1999 havia 73.702 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Espírito Santo. Deste total, 35.339 (47,95%) trabalhavam na área urbana e 38.363 (52,05%) na rural. O mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (41.389), Comércio (11.613), e Indústria de Transformação (10.098). Ademais, 37.856 trabalhavam sem receber qualquer remuneração, 20.703 eram empregados, 5.553 trabalhavam para auto-consumo e 4.543 eram domésticos. [19]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Espírito Santo tinha, em junho de 2002, 44 adolescentes cumprindo medida sócio-educativa de internação (sendo 5 do sexo feminino) e 78 internados provisoriamente. [20]

MULHERES

O Espírito Santo é um dos estados que registra maior índice de violência contra as mulheres no país. No ano 2000, 115 mulheres morreram assassinadas. A taxa de homicídios contra as mulheres foi de 7,4 por 100 mil habitantes. É a mais alta taxa entre os estados da Região Sudeste e a segunda mais alta no país, inferior apenas a de Roraima. As mulheres representam 8% das vítimas de homicídios no estado. [21]

Apesar da gravidade do problema da violência contra as mulheres, os registros de ocorrência criminal na polícia diminuíram de 1999 para 2001. Em Vitória, a polícia registrou 96 ocorrências de estupro e 10 atentados violentos ao pudor em 1999, 57 estupros e 47 atentados violentos ao pudor em 2000 e 28 estupros e 51 atentados violentos ao pudor em 2001.[22] Em nove delegacias especializadas no atendimento à mulher no estado, a polícia registrou 8.996 ocorrências em 1999. Destas, foram 3.337 lesões corporais (37,09%), 3.013 ameaças (33,49%), 352 vias de fato (3,91%), 313 maus tratos (3,48%), 29 tentativas de homicídio (0,29%), 4 lesões corporais culposas (0,04%) e 3 homicídios (0,03%). Quanto aos crimes envolvendo diretamente violência sexual, foram 81 estupros (0,90%), 16 tentativas de estupro (0,18%) e 3 atentados violentos ao pudor (0,03%). [23]

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (PETRASF) constatou a existência de uma rota de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial no estado. [24]

AFRO-DESCENDENTES

O Espírito Santo é o estado com a maior população afro-descendente, proporcionalmente à população total, na Região Sudeste. A população afro-descendente (1.607.645) representa 51,91% da população do estado, proporção bem superior à média da Região Sudeste (36,31%). Entretanto, entre os afro-descendentes, uma parcela pequena declara ser de cor negra, inferior aos que se declaram negros no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. No Espírito Santo, apenas 6,49% se declararam negros, contra 45,42% que se declaram pardos. [25]

INDÍGENAS

O Espírito Santo tem uma população de 1.644 indígenas, distribuídos em dois povos indígenas: os Tupinikim, que somam um total de 1.386 indígenas, e os Guaranis. Estima-se que tenha a 4ª menor população indígena entre os estados que têm populações indígneas no país. [26]

Os problemas que enfrentam relacionam-se, em geral, com a demarcação de suas terras. O estado tem quatro áreas indígenas, sendo uma identificada e três já homologadas. [27]

Em julho de 1999, os Tupinikim e os Guaranis tiveram a área de sua terra diminuída, através de despa-

cho ministerial, ao final de um processo iniciado por invasor da terra indígena.[28] Problema antigo é o da ocupação de parte das terras dos Tupinikim pela Aracruz Celulose, desde o final da década de 60, quando essa empresa se instalou no local, destruindo 40 aldeias indígenas, além de devastar toda a mata para plantar eucaliptos no local. Em abril de 2002 uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada pela Assembléia Legislativa do Estado para apurar as ocupações ilegais de terras por parte da empresa. Não obstante isso, em agosto de 2002, foi inaugurada uma nova fábrica dessa mesma empresa na região. A imprensa tem se calado diante do assunto. [29]

IDOSOS

O Espírito Santo em 2000 tinha uma população de 250.196 idosos. Entre os anos de 1991 e 2000, a proporção de idosos na população passou de 6,7% para 8,1%. Apesar de continuar a ser o estado com a menor proporção de idosos na população, foi o estado que apresentou, nessa década, o maior crescimento proporcional da população com idade igual ou superior a 60 anos. [30]

MIGRANTES

A população de migrantes (249.422) representa 8,05% da população do Estado do Espírito Santo. É o estado em que tem a maior população de migrantes, proporcionalmente à população, na Região Sudeste. [31]

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Nos anos de 2000 e 2001 foram registrados 5 homicídios homofóbicos, tendo sido um contra gay e quatro contra travestis. [32]

1 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

2 A comissão estadual foi criada em 1992 e dissolvida em 1994. O relatório da comissão estadual foi entregue ao Ministro da Justiça e levou à constituição de uma comissão e uma sub-comissão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana para investigar o crime organizado no Espírito Santo, em 1994 e 1995. O Ministério Público Federal propôs ação de dissolução da Scuderie Detetive Le Cocq em 1996. O crime organizado no Espírito Santo é objeto de dossiê da polícia federal (1999), relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional sobre o Narcotráfico no Espírito Santo (2000/2001), relatório do grupo de Trabalho para Repressão do Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (2002), dossiê da Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência no Estado do Espírito Santo (2001) e do Centro de Justiça Global (2002).

3 Ministério da Justiça, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, *Relatório da Comissão Designada pela Resolução 11, de 18 de Junho de 2002*, pág. 6; *Folha de São Paulo*, 27 de maio de 2002, Brasil, A 4, "Para dirigente da OAB, máfia toma conta do Espírito Santo".

4 Ministério da Justiça, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, *Relatório da Comissão Designada pela Resolução 11, de 18 de Junho de 2002*, pág. 61.

5 *O Estado de S.Paulo*, 10 de julho de 2002, Nacional, A 8, "Xerife do mercado assume hoje vaga de Reale".

6 *Folha de S. Paulo*, 22 e 23 de julho de 2002, Brasil, A8, "Membro da força-tarefa foi sócio da Le Cocq", e A 10, "Ministro afasta ex-integrante da Le Cocq".

7 *O Estado de S. Paulo*, 14 de novembro de 2002, "TER do Espírito santo anula eleição de Gratz".

8 *Folha de S. Paulo*, 24 de novembro de 2002, Brasil, A 13, "Testemunha é assassinada em presídio", e 26 de novembro de 2002, Brasil, A 7, "Delegado da PF é exonerado por morte na prisão"; *O Estado de S. Paulo*, 27 de novembro de 2002, Cidades, C 4, "Delegado da PF é transferido após morte de lavrador no ES".

9 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

10 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

11 Dossiê enviado pela Comissão Pastoral da Terra –ES/RJ, incluindo clippings do jornal *Gazeta*, de 20 de agosto de 2002, 24 de agosto de 2002, 10 de setembro de 2002, 18 de setembro de 2002, 24 de setembro de 2002 e 25 de setembro de 2002.

12 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

13 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

14 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

15 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

16 Notícias disponíveis no site ABMP (www.abmp.org.br).

17 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição,

o turismo sexual e a pornografia).

18 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial*. (Brasília: CECRIA, 2002).

19 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 89. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o estado. No Espírito Santo foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura Canavieira; Beneficiamento de Mármore e Granitos; Culturas (de Hortaliças e Frutas; Abacaxi, Café; Coco; Mamão; e Maracujá); Extração de Pedras, Mármores e Granitos; Fabricação de Caixas de Madeira; Produção de Carvão Vegetal; e Serviços (em Cerâmica e em Oficinas Mecânicas).

20 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

21 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III*. (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

22 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

23 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Disponível no web-site do Conselho (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

24 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescente, *Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

25 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

26 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br); Instituto Sócio-Ambiental, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 10-15. Os Guaranis encontram-se espalhados em diversos estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. No geral, totalizam cerca de 35.000 indígenas no território brasileiro.

27 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

28 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 370, de 22 de julho de 1999.

29 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 519 e n.º 523, de 04 de julho de 2002 e 01 de agosto de 2002.

30 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

31 Idem.

32 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

MINAS GERAIS

O Estado de Minas Gerais, situado ao norte da Região Sudeste, faz divisa com Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. Sua capital é Belo Horizonte e sua economia está baseada na indústria (têxtil, confecções, metalúrgica, material elétrico, construção civil, mineração, siderúrgica, transformação de minerais não-metálicos, agroindústria), pecuária e agricultura. O estado lançou um Programa Estadual de Direitos Humanos em dezembro de 2001.

Em Minas Gerais, apesar da criação da Ouvidoria de Polícia, há problema sério de tortura e outros tratamentos cruéis praticados por policiais civis e militares, assim como por agentes penitenciários, denunciado em diversos relatórios apresentados nos últimos anos. Não há informações disponíveis sobre o número de mortes em ações envolvendo policiais, em horário de serviço ou fora de serviço, nem mesmo sobre as mortes de policiais, sendo assim impossível avaliar a magnitude do problema da letalidade em ações policiais no estado.

O Estado de Minas Gerais registra elevado número de conflitos rurais, envolvendo grande número de pessoas, mas, comparativamente a outros estados do país, como Pará, Pernambuco e mesmo estados da Região Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, os conflitos são menos violentos e não produzem tantas mortes. Houve registro de trabalhadores em situação de escravidão em 1999, mas não em 2000 e 2001.

VIOLÊNCIA POLICIAL, TORTURA

A Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais foi instalada em setembro de 1998, com base na lei 12.622, de 25 de setembro de 1997, modificada pela lei 12.968, de 27 de julho de 1998, mas ainda enfrenta dificuldades devido à falta de estrutura adequada para exercer suas funções. O Ouvidoria conta com apenas cinco estagiários, duas secretárias, sub a supervisão de um assessor, e depende para funcionar do trabalho voluntário de advogados. [1]

A falta de estrutura tem reflexos na atuação da Ouvidoria e no resultado da apuração das denúncias pelas polícias civil e militar. De setembro de 1998 a agosto de 2001, período coberto pelo último relatório de atividades disponível, a Ouvidoria recebeu 2.220 denúncias: 179 em 1998; 664 em 1999; 901 em 2000; e 476 até agosto de 2001. Deste total, 694 denúncias foram completamente apuradas (31%), sendo 560 consideradas improcedentes (81%) e 134 (19%) consideradas procedentes pelos órgãos competentes para investigação da polícia civil (3%) e da polícia militar (16%). As outras 1.526 denúncias ainda estavam em processo de apuração (69%), sendo 903 em fase de apuração pelos órgãos competentes da polícia civil e da polícia militar (59,2%) e 623 com a investigação policial já concluída aguardando manifestação da Ouvidoria quanto à aceitabilidade da decisão das polícias em relação às denúncias (40,8%). [2]

No primeiro semestre de 2001, a Ouvidoria recebeu 368 denúncias, sendo 265 contra policiais militares (72%) e 103 contra policiais civis (28%). Estas denúncias envolveram um total de 1.050 policiais, sendo 725 da polícia militar (69%) e 325 da polícia civil (31%). Relativamente ao número de policiais das duas corporações, é maior o número de denúncias contra policiais civis: 1 denunciado para cada 46 policiais militares; 1 denunciado para cada 27 policiais civis, no período de seis meses analisado pelo relatório. Com relação à natureza das denúncias, 551 policiais foram denunciados por abuso de autoridade (52%), sendo 435 policiais militares e 116 policiais civis, e 40 policiais foram denunciados por tortura (4%), sendo 25 policiais militares e 15 civis. Nem a Ouvidoria, nem a Polícia Civil e a Polícia Militar divulgam informações sobre o número de mortes em ações envolvendo policiais. [3]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura e outros tratamentos cruéis por parte de policiais civis, policiais militares e agentes penitenciários em Minas Gerais, citando 97 casos em seu relatório. No relatório, há diversas denúncias referentes à prática de tortura na Penitenciária Nélson Hungria. Há também denúncias na Casa de Detenção de Governador Valadares e na Casa de Detenção Dutra Ladeira em Ribeirão das Neves. [4]

Em julho de 2001, conflito entre policiais militares e perueiros, que faziam manifestação de protesto, no centro de Belo Horizonte, provocou violência e deixou saldo de 30 feridos e 68 presos. A maioria dos feridos eram pessoas que passavam pelo local no momento do conflito. [5]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

A situação do sistema prisional do Estado de Minas Gerais é grave. A população carcerária chega a 19.936 detentos para 4.336 vagas e 95% dos detentos estão cumprindo pena em regime fechado. Embora não existam vagas disponíveis nas instituições policiais, 15.703 detentos aguardam julgamento ou transferência nessas instituições, agravando a situação de superlotação em locais inadequados para o cumprimento de sentenças para abrigar presos. [6]

A Anistia Internacional divulgou, em 2001 e 2002, relatórios sobre a superlotação, a tortura e maus-tratos na Delegacia de Roubos e Furtos e na Delegacia de Tóxicos, ambas da Polícia Civil, em Belo Horizonte. Os relatórios foram elaborados a partir de informações recebidas por uma delegação conjunta da Anistia e da Pastoral Carcerária, que visitou as duas delegacias em outubro de 2001. Segundo informações recebidas da Anistia e da Pastoral Carcerária, apesar das negativas das autoridades policiais, persistem nas duas delegacias práticas de tortura e maus-tratos denunciadas em anos anteriores pela própria Anistia e outras organizações de direitos humanos. Em 1999, promotores públicos chegaram a ser agredidos por policiais ao visitar a Delegacia de Roubos e Furtos e descobrir instrumentos usados para a prática de tortura, como fios elétricos para aplicação de eletrochoques e barras de metal para uso em pau de arara. [7]

A ACAT-Brasil destaca a atuação de promotores de justiça da Divisão de Direitos Humanos do Ministério Público em Belo Horizonte, que têm fiscalizado a atuação ilegal das polícias em relação aos presos. [8]

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais verificou por meio de diversas visitas, o agravamento das condições do sistema prisional nos últimos quatro anos. [9]

VIOLÊNCIA RURAL

Minas Gerais é, ao lado de Pernambuco, o estado brasileiro que teve o maior número de pessoas envolvidas em conflitos de terra no ano 2001 e no período 1999-2001. No estado, aconteceram 79 conflitos envolvendo 63.497 pessoas em 2001 e 314 conflitos envolvendo 282.411 pessoas entre 1999 e 2001.

O número de conflitos rurais no estado aumentou de 68 em 1999 para 167 no ano 2000 e caiu para 79 em 2001. O número de pessoas envolvidas diminuiu de 128.648 em 1999 para 90.266 em 2000 e 63.497 em 2001. [10]

Em março de 2001, a 15 km da Fazenda Renascença, no município de Uruana, houve um confronto entre 60 policiais militares e 350 trabalhadores sem terra que faziam manifestação de protesto contra a política de crédito do governo federal. No confronto, 16 trabalhadores foram feridos, um deles atingido no pescoço por uma bala de borracha e internado no hospital. [11]

TRABALHO ESCRAVO

A Comissão Pastoral da Terra registrou a presença de 43 pessoas (29 adultos e 14 crianças) em condição análoga a de escravo em 1999, no município de Matias Barbosa, e de outras 5 pessoas entre janeiro e agosto de 2002, no município de Buritizeiro. [12]

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou 2 operações em Minas Gerais em 1999, 5 em 2000 e 3 em 2001, sem encontrar trabalhadores em situação degradante ou análoga à escravidão. [13]

Em julho de 2000, o Ministério Público do Trabalho realizou investigações nas fazendas de café da região do Alto Paranaíba, municípios de Serra do Salitre, Patrocínio e Coromandel. Na fazenda Panorama, havia vários empregados trabalhando descalços. Outros trabalhadores adquiriram botas do empregador por preços superiores aos do comércio local. Na fazenda São José, a mesma situação foi encontrada. Na fazenda Katijara, os alojamentos eram precários, em razão da má iluminação, fios elétricos sem proteção, absoluta falta de higiene além de insuficiente número de chuveiros e sanitários. [14]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 456 para 741 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 13,2 em 98 para 20,9 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil, que era de 89,4 em 2000, menor que taxa nacional de vitimização juvenil, que era de 92,7 no mesmo ano. [15]

Durante o I Fórum Metropolitano contra a Violência, constatou-se que os jovens em conflito com a lei em Belo Horizonte, eram mais vitimizados do que geradores de violência. No ano de 2001, segundo dados do Juizado da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, foram atribuídos aos adolescentes o assassinato de 54 pessoas, enquanto que, no mesmo período, 67 adolescentes foram vítimas de homicídio. [16]

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte registra, em seu banco de dados, os atendimentos de casos de violação de direitos de crianças e adolescentes. Os registros mais freqüentes, nos anos de 2000 e 2001, foram: convivência com dependentes de drogas lícitas e ilícitas (2.074 atendimentos em 2000 e 2.219 em 2001); atos atentatórios à cidadania (respectivamente, 1.989 e 2.128); ausência de condições materiais para convivência familiar (1.512 e 1.617); ausência e omissão de pais ou responsáveis (1.386 e 1.455); violência física (1.309 e 1.130) e violência psicológica intrafamiliar (1.026 e 1.097). [17]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até o final do 1º semestre de 2002, somente 329 dos 848 municípios contavam com Conselhos Tutelares. O que significa que no estado ocorria um flagrante descumprimento do ECA no que se refere à implantação desses órgãos. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos, a situação era um pouco melhor, porém em 380 cidades não estava instalado. Em que pese o fato de ser o estado com maior número de municípios do Brasil, é grave a ausência em 42% de suas cidades de pelo menos um desses Conselhos. [18]

Em agosto de 2002, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Infância e da Juventude, preocupado com a não instalação dos Conselhos, estabeleceu um prazo de seis meses para que os municípios regularizem a situação e iniciem processo de implantação dos Conselhos (Tutelares e Municipais dos Direitos), sob pena de, vencido o prazo, ingressar com ações civis públicas para garantir a criação dos órgãos.

Além desta ação do Ministério Público, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (CEDCA-MG) e o Instituto Telemig Celular lançaram campanhas com vistas a fortalecer os Conselhos existentes e incentivar a criação de novos Conselhos Municipais de Direitos e Tutelares. [19]

Exploração Sexual

Entre fevereiro de 1997 e junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 157 origina-

ram-se no Estado de Minas Gerais. Deste total, 36 foram feitas no 1º semestre de 2002. [20]

Entre os anos de 2001 e 2002, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência de uma rota de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial em Minas Gerais. [21]

A exploração sexual de crianças e adolescentes e, especialmente, a prostituição infantil constitui um problema que vem se agravando nos últimos anos, segundo os deputados membros da Comissão Especial de Prostituição Infantil da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Em 2002, a Comissão visitou cidades apontadas como focos da problemática. Governador Valadares foi uma das cidades visitadas e, segundo o Conselho Tutelar, são registrados cerca de "30 casos de prostituição infantil por mês, com relatos que estarrecem pelas condições das vítimas".[22] Itaobim, município extremamente pobre da região do Vale do Jequitinhonha, também foi visitado e lá se constatou que a exploração sexual infantil muitas vezes conta com a conivência dos pais, uma vez que o dinheiro arrecadado serve como complemento à renda familiar. [23]

A publicação da Oficina de Idéias e Rede ANDI, dedicada em grande parte ao tema "Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes", traçou um panorama desse fenômeno, suas características e ações desenvolvidas para a erradicação. Nesse sentido, destaque-se, inicialmente, que os órgãos estaduais e a sociedade civil mineira intensificaram, nos últimos anos, a atenção e as ações relativas ao tema. [24]

Após a instalação de CPI na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para investigar a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes (1995) e a criação de Grupo de Estudos e Combate à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (1997), ações mais contundentes no combate às violências sexuais foram realizadas no estado. Em 2000, foi criado um Disque Denúncia, lançada a Campanha Estadual de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e transformou-se o SOS Criança em Centro Estadual de Referência ao Enfrentamento à Violência Doméstica e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.[25] No ano de 2001, foi implantado em sete municípios mineiros o Programa Sentinela.[26] Um dos sete municípios beneficiados foi Governador Valadares, que em pouco mais de três meses atendeu a um total de 100 casos de violências contra crianças e adolescentes, sendo 20 de exploração sexual. Contudo, para expansão do programa, aponta-se a necessidade da realização de estudos, diagnósticos e pesquisas qualitativas e quantitativas sobre a temática. [27]

Ademais, em que pese o esforço dos Conselhos Tutelares, há deficiências na política pública que necessitam ser superadas a fim de que se garantam os direitos e um atendimento diferenciado às crianças e adolescentes vítimas de violência. Faltam órgãos especializados – como a Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente. Há o despreparo entre profissionais de Saúde, de Assistência Social, do Ministério Público e de outras áreas. Há o pouco conhecimento do ECA para o trabalho cotidiano. [28]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 429.633 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado de Minas Gerais. Deste total, 32,68% trabalhavam na área urbana e 67,32% na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Agropecuária (246.567) e Prestação de Serviços (58.949). Ademais, 151.774 não recebiam remuneração, 112.017 eram empregados, 85.622 trabalhavam por conta própria e 36.203 eram domésticos. [29]

A organização não governamental Circo Todo Mundo mantém um centro cultural em Belo Horizonte, onde são realizadas oficinas de técnicas circenses, envolvendo permanentemente 380 crianças e adolescentes, como forma de combater o trabalho infantil. A ONG coordena a execução em Minas Gerais do Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do

Adolescente Trabalhador no Serviço Doméstico. Com apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, a ONG mantém o Centro de Defesa Estadual Helena Greco, para prestar assistência social, psicológica e jurídica a crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, abuso sexual e outros tipos de violência. [30]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado de Minas Gerais tinha, em março de 2002, 470 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida (65,19% do total de adolescentes em conflito com a lei).[31] Em junho do mesmo ano, havia um total de 220 (30,51%) jovens internados nas 8 unidades do estado, sendo 207 do sexo masculino e 13 do feminino. Nesse mesmo período, estavam distribuídos em 3 unidades de semi-liberdade 31 adolescentes (4,30%), todos do sexo masculino. Assim, o índice de adolescentes em liberdade assistida era de 1,87. [32]

Minas Gerais também contava, no final do 1º semestre de 2002, com 146 adolescentes internados provisoriamente (dos quais somente 12 eram do sexo feminino) em uma das três unidades para cumprimento dessa medida provisória.

Em Minas Gerais foram visitados três estabelecimentos de privação de liberdade de adolescentes pela IV Caravana Nacional de Direitos Humanos. Inaugurado em 2000, o Centro de Internação Provisória (CEIP) foi o primeiro a ser visitado no estado e, exceção feita a três considerações positivas, só guardava características negativas que impossibilitam o desenvolvimento de um efetivo e eficaz processo sócio-educativo. Entre as características e práticas constatadas pela IV Caravana, tem-se: a semelhança do prédio com aqueles do sistema prisional (os dormitórios são celas gradeadas e há inclusive celas de isolamento); aos internos não é garantida a escolarização; as atividades se restringem apenas a jogos, TV e atividades no pátio interno; é precária a assistência médica e odontológica (muitos se queixaram de doenças de pele e de dor de dente); os jovens utilizam uniforme (que são trocados uma vez por semana); e os familiares, quando em visita, são revistados com desnudamento. [33]

Outro estabelecimento visitado foi a Delegacia de Orientação ao Menor (DEOM), em que é realizada a triagem dos adolescentes da capital mineira logo após a apreensão. Essa porta de entrada ao sistema infracional juvenil é assim caracterizada no relatório: "restaria apenas sublinhar a absoluta impropriedade daquelas celas, verdadeiras pocilgas que fazem lembrar os relatos sobre as masmorras medievais".[34] A última visita no estado foi ao Centro de Integração do Adolescente (CIA) que, apesar de algumas deficiências (entre elas, a precariedade do prédio, a prática do desnudamento das visitas e falta de atividades), desenvolvia um trabalho bom, de natureza sócio-educativa. No quadro de funcionários havia profissionais especializados (médicos, professor de Educação Física, pedagogos, entre outros), em bom número (só monitores eram 80) e com remuneração mais digna do que aquelas verificadas em outros estados. A escolarização, o uso de roupas pessoais, a possibilidade de recebimento de visita dos filhos foram características constatadas pela IV Caravana. [35]

MULHERES

Em Minas Gerais, o problema da violência fatal contra as mulheres é menor do que nos demais estados da Região Sudeste. Mas há problemas de agressões e ameaças contra as mulheres, freqüentemente praticada por conhecidos e pessoas próximas da vítima, que muitas vezes não são denunciadas e registradas pela polícia. Também há registro de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual no estado.

Em Minas Gerais, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 2,7 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representam 12,4% das vítimas de homicídios.[36] O número de crimes registrados pela polícia diminuiu de 2000 para 2001.

Durante o ano de 2000, foram registrados 6.803 crimes, sendo os mais freqüentes: ameaça (2.192), lesão corporal (2.099), vias de fato (1.991), estupro e tentativa (205) e atentado violento ao pudor (98). Em 2001, foram registrados 5.796 crimes, entre os quais ameaça (2.041), lesão corporal (1.923), vias de fato (1.572), estupro e tentativa (114) e atentado violento ao pudor (54). [37]

A organização não-governamental SOS Mulher e Família de Uberlândia, que atende mulheres vítimas de violência, informa que as violências mais freqüentes são agressões psicológicas e físicas, praticadas por pessoas próximas das vítimas. Informa ainda que o álcool é um desencadeador da violência contra as mulheres e que a maioria das mulheres não registra queixa ou faz ocorrência policial, por vários motivos, mas principalmente o medo, a crença de melhora temporária da relação com o agressor e a vergonha. [38]

O Conselho Estadual da Mulher desenvolve atividades para a implementação dos direitos da mulher e para eliminação da discriminação e prevenção da violência. Suas atividades específicas são: atendimento e orientação (na área jurídica e psicológica), promoção de campanhas, políticas de municipalização de conselhos da mulher, e serviço de mediação e arbitragem. [39]

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (PETRASF) constatou a existência de oito rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial em Minas Gerais, sendo que uma rota também envolvia crianças e adolescentes. [40]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (8.109.721) representa 45,33% da população do estado, proporção superior à média da Região Sudeste. Na população afro-descendente, 7,13% se declararam negros e 38,20% pardos. [41]

O Programa de Direitos Humanos de Minas Gerais, lançado em dezembro de 2001, tem uma seção dedicada a propostas para proteção e promoção dos direitos da população negra, incluindo propostas visando à contratação de minorias étnicas pela administração pública, a valorização da população negra, a inclusão étnica, a preservação da memória e fomento da produção cultural e a consolidação do Museu do Escravo no Município de Belo Vale. [42]

Na Prefeitura de Belo Horizonte, um funcionário foi demitido da Secretaria da Cultura por ter formalizado a denúncia de descriminação sofrida por um office-boy que trabalhava na Secretaria. O office-boy, afro-descendente, foi a uma gráfica a serviço da Secretaria. Após sua saída, um funcionário da gráfica ligou para a Secretaria dizendo que seu celular havia sumido e levantou suspeita contra o rapaz. A chefe de gabinete da Secretaria decidiu não levar o caso adiante. Mas um educador cultural resolveu formalizar a denúncia contra o funcionário da gráfica, sendo por isso demitido da Secretaria sob alegação de quebra de confiança. [43]

INDÍGENAS

Minas Gerais tem uma população de pelo menos 6.952 indígenas, distribuídos em cinco povos indígenas.[44] Estima-se que tenha a 16ª maior população indígena do país. [45]

O estado tem oito áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [46]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	2
Declaradas	1
Registradas	5

No ano de 1999, 14 fazendeiros invadiram 1.852 hectares da área indígena de 5.305 hectares dos Maxakali, onde vivem cerca de 900 indígenas. Cortando ao meio duas fazendas, essa invasão ocupou a terra em que estão localizados o cemitério indígena e o rio Umburaninha, intrinsecamente ligado aos rituais desse povo. Em 1996 essa terra foi oficialmente homologada e passou a ser considerada território indígena. [47]

Violências

Os indígenas Maxakali vêm sendo agredidos por policiais militares na cidade de Santa Helena, que freqüentam diariamente para fazerem suas compras e venderem seus produtos agrícolas. O primeiro caso ocorreu no começo de 2001. A denúncia foi arquivada e o policial permaneceu impune. Depois, em março de 2002, pelo menos três indígenas foram espancados por policiais em praça pública durante uma festa. E, no dia 13 de julho, o indígena Geraldo Maxakali foi espancado com golpes de cacetete e coronhadas de revólver por dois policiais. Esses dois últimos casos ainda estão sendo apurados. [48]

Como decorrência dos conflitos fundiários descritos acima, os indígenas Maxakali têm tido problemas de miséria e alcoolismo. [49]

Em agosto de 1999, a situação de falta de água entre os Xakriabá estava tão calamitosa que os aproximadamente 150 remanescentes indígenas da tribo Xakriabá, para fugir da fome e da falta de assistência da Funai, estavam trabalhando como bóias-frias em canaviais e cafezais em São Paulo, Mato Grosso, Sul e Triângulo Mineiro. A maioria das aldeias estava sem água nenhuma. Esses indígenas estavam sofrendo, também, de falta de atendimento médico. [50]

Dois grupos indígenas ressurgiram e começaram a pleitear o reconhecimento de sua identidade étnica nesses últimos anos nesse estado: os Aranã e os Kaxixó. Sem esse reconhecimento não podem ter suas terras demarcadas.

Os Aranã são uma etnia indígena considerada extinta pela historiografia oficial. Em 1915 um grande massacre matou mais de dois mil desses indígenas. Hoje, são cerca de 200 pessoas, dispersas em pelo menos sete cidades de Minas Gerais e no Estado de São Paulo. Um dossiê, preparado por eles mesmos com a ajuda do Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva (Cedefes), reúne todas as provas oficiais que eles necessitam para esse reconhecimento. [51]

Os Kaxixó são uma etnia que luta por esse reconhecimento desde a década de 80. No começo de 2000, eram cerca de 10 mil pessoas, vivendo principalmente nos municípios de Martinho Campos e Pompeu. Segundo o depoimento de um cacique, praticavam os rituais às escondidas devido à repressão cultural. Em 1993, um primeiro laudo antropológico, realizado pela Funai sob pressão dos fazendeiros e políticos locais, havia colocado em dúvida a identidade étnica desses indígenas, impedindo seu reconhecimento. Mas, durante o ano de 1998, um outro grupo de antropólogos realizou um outro estudo, que concluiu pela existência da etnia. A Procuradoria da República passou então a pleitear seu reconhecimento oficial. [52]

IDOSOS

Minas Gerais tinha em 2000, uma população de 1.624.981 idosos.[53] Seguindo a tendência nacional, a população de idosos cresce em relação à população das demais faixas etárias. Os idosos representavam 7,6% da população de Minas Gerais em 1991, passando a representar 9,1% no ano 2000. Visando fornecer um atendimento especializado a população com idade igual ou superior a 60 anos vítimas de crimes, em Belo Horizonte foi criada, segundo o Conselho Estadual do Idoso, a primeira Delegacia Especializada de Apoio ao Idoso do estado. Além disso, na capital de Minas Gerais também está instalado um serviço de atendimento sócio-familiar destinado à população com idade igual ou superior a 60 anos.[54] O serviço, entre os anos de 2001 e 2002, foi solicitado 233 vezes para atendimento de demandas que iam desde necessidades de caráter assistencial (pedidos de cestas básicas, fraldas geriátricas, óculos e vagas em asilos) até denúncias (de cárcere privado; apropriação de benefício, aposentadoria ou renda; e agressões dos familiares contra idosos). No período, foram realizados 81 contatos com familiares dos idosos, 77 encaminhamentos a asilos, e 24 solicitações de suporte da Delegacia e/ou da Promotoria do Idoso. [55]

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

O Clube Rainbow de serviços é uma ONG que atua na proteção e promoção dos direitos humanos, atendendo particularmente às demandas da comunidade de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Clube apóia outras organizações da sociedade civil em formação no interior do estado e desenvolve ações de prevenção da Aids junto com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Também apoiou a criação do Programa Estadual Disque Direitos Humanos, fornecendo voluntários capacitados pela ONG para receber denúncias. [56]

Em 2000, foram registrados 7 homicídios homofóbicos, sendo 6 contra gays e 1 contra travesti.[57] Em maio de 2000, um professor gay, enquanto negociava um programa, foi abordado por um rapaz que violentamente o colocou para fora do carro e lhe roubou o que tinha de valor. Este rapaz, junto com outro que dirigia o carro, submeteram o professor a uma série de agressões e ameaças, e o levaram a seu apartamento. O professor foi deixado no apartamento, mas seu cachorro foi levado pelos agressores. No dia seguinte, o cachorro foi encontrado brutalmente machucado. [58]

Em 2001, foram registrados nove homicídios homofóbicos, tendo sido oito contra gays e um contra travesti.[59] Durante o período de janeiro a junho de 2002, ocorreram em Belo Horizonte, quatro casos de assassinatos de homossexuais.[60] Neste mesmo período, o Clube Rainbow recebeu 106 denúncias de agressão física e 278 denúncias de discriminação contra homossexuais na capital mineira. [61]

1 Ouvidoria de Polícia do Estado de Minas Gerais, *Relatório de Prestação de Contas 01de janeiro de 2001 a 30 de junho de 2001*.

2 Idem.

3 Idem.

4 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

5 *Folha de S. Paulo*, 20 de julho de 2001, Cotidiano, C 7, "Protesto deixa 30 feridos e 68 presos em BH", e *O Estado de S. Paulo*, 20 de julho de 2001, Cidades, C2, Confronto entre perueiros e PMs deixa 30 feridos".

6 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

7 Anistia Internacional, Brasil *Sub-humano: tortura, superlotação e violência em delegacias de Minas Gerais (2002) e Eles nos tratam como animais. Tortura e maus tratos no Brasil. Desumanização e impunidade no sistema de justiça criminal (2001)*.

8 Dossiê enviado à Comissão Teotônio Vilela pela ACAT – Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura.

9 Comissão de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais; *Diagnóstico da Situação Prisional em Minas Gerais, Belo Horizonte: 2001*.

10 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

11 *Folha de São Paulo*, dia 27 de março de 2001.

12 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000, Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

13 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

14 Ministério Público do Trabalho, *Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo / Forçado*.

15 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

16 *Estado de Minas*, 12 de março de 2002, p. 22.

17 Atos atentatórios à cidadania são caracterizados como: não registro de nascimento, negação de filiação, indefinição de paternidade; e Ausência de condições materiais para convivência familiar caracterizado como: miséria, desemprego, falta de moradia.

18 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

19 As Campanhas, além de premiarem os Conselhos mais atuantes, procuram incentivar a criação dos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente bem como mobilizar a sociedade para que destine valores do imposto de renda para esses fundos. As campanhas existentes são: Projeto Minas de Bons Conselhos, Celular Amigo e Pró FIA.

20 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

21 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial*. (Brasília: CECRIA, 2002).

22 ABMP (www.abmp.org.br).

23 Portal Interlegis, Seção Comunidade Legislativa, publicado em 28 de junho de 2002 e retirado em 1 de agosto de 2002.

24 Oficina de Imagens e Rede ANDI, *A Criança e o Adolescente na Mídia de Minas Gerais – Janeiro a Dezembro de 2001 – Ano II / Número II*, Série Rede ANDI, Minas Gerais, 2001. Ver artigo de Patrícia Freitas.

25 Segundo informações do CEDCA-MG, o Projeto de Implementação do Centro Estadual de Referência no Estudo, Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes foi fruto de amplas discussões e deliberação do Conselho, que norteou a proposta de reordenamento do Centro Educacional do Horto, que anteriormente atendia a estas demandas.

26 Belo Horizonte, Governador Valadares, Araxá, Patos de Minas, Montes Claros, Uberaba e Malacaxeta.

27 ABMP (www.abmp.org.br).

28 Oficina de Imagens e Rede ANDI, *A Criança e o Adolescente na Mídia de Minas Gerais – Janeiro a Dezembro de 2001 – Ano II / Número II*, Minas Gerais, 2001. Ver artigo de Antonio Coquito.

29 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília, 2001). O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Em Minas Gerais foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura; Agropecuária; Artesanato; Catadores de Lixo; Comércio (Atacadista; de Materiais de Construção; em Geral; e Varejista); Confecção de Roupas; Construção Civil; Criação (de Bovinos e Suínos); Culturas (de Hortaliças e Frutas; de Legumes; de Morango; e de Café); Descascar Alho; Exploração Florestal; Fabricação (de Acessórios de Segurança Individual e Pessoal; de Artefatos de Concreto; de Artefatos em Madeira; de Equipamentos para Extração; de Produtos Alimentícios; de Produtos Laticínios; de Subprodutos Bovinos; e de Tecidos de Malha); Frigorífico; Fundição; Indústria (Calçadista; e Movelaria e Assemelhados); Lavagem de Automóveis; Panificação; Produção de Carvão Vegetal; Reparação de Objetos Pessoais; Serviços Diversos (Convênios e Programas Educativos/ Sociais e Guardas Mirins); Serviços e Comércio de Alimentos; Serviços em Cerâmicas e Olarias; e Tecelagem.

30 Informações da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

31 Ministério da Justiça, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). Na construção da última porcentagem indicada foram considerados apenas os adolescentes inseridos nas medidas de internação, semi-liberdade e liberdade assistida. Desconsiderou-se as demais medidas (advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade) uma vez que a fonte de dados fazia referência àquelas medidas mais gravosas.

32 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semi-liberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

33 Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, *IV Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas FEBEMs e congêneres: O sistema Febem e a produção do mal* (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001), p. 48-50.

34 Idem, p. 53-54.

35 Idem, p. 55-57.

36 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III*. (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

37 Dados fornecidos pela Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher, Belo Horizonte/MG, 2000, 2001 e 2002.

38 S.O.S. Mulher Família de Uberlândia, relatório enviado à Comissão Teotônio Vilela.

39 Governo do Estado de Minas Gerais, relatório enviado para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

40 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

41 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

42 Programa Mineiro de Direitos Humanos, instituído pelo decreto 42.150, de 10 de dezembro de 2001.

43 *O Tempo – Magazine*, 21 de agosto de 2002.

44 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

45 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 7.659 indígenas.

46 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

47 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 348, n.º 358 e n.º 359, de 18 de fevereiro de 1999, 29 de abril de 1999 e 06 de maio de 1999; e ISA, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 725 (*Últimas Notícias/* ISA, 10 de fevereiro de 1999, "Justiça Federal determina a reintegração de posse").

48 Notícia do CIMI – Equipe Leste/ Maxacali, no web-site da ANAI (www.anai.org.br).

49 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 348, de 18 de fevereiro de 1999.

50 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 727 (Hoje em Dia, 13 agosto de 1999, "Falta de água").

51 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 396, de 3 de fevereiro de 2000.

52 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 396, de 3 de fevereiro de 2000; e ISA, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 727 ("Querem reconhecimento", Hoje em Dia, 30 de janeiro de 1999, e "Identidade Indígena", Estado de Minas, 06 de abril de 1999).

53 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

54 Conselho Estadual do Idoso de Minas Gerais.

55 Prefeitura de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Assistência Social.

56 Clube Rainbow , Dossiê enviado à Comissão Teotônio Vilela pela entidade

57 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

58 Idem.

59 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida, *O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

60 Idem.

61 Idem.

RIO DE JANEIRO

O Estado do Rio de Janeiro, situado na faixa litorânea à leste da Região Sudeste, tem divisa com o Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Sua capital é a Cidade do Rio de Janeiro e sua economia é baseada na indústria (metalúrgica, siderúrgica, química, de extração mineral, alimentícia, mecânica, editorial, gráfica, de papel e celulose) e no turismo.

O Rio de Janeiro é um dos estados brasileiros onde há forte presença do crime organizado, particularmente o tráfico de drogas. O envolvimento de policiais e agentes penitenciários com o crime organizado contribui de maneira muito significativa para a intensificação da violência e da corrupção e para a persistência de um quadro grave de violações de direitos humanos incluindo a prática de execuções e de tortura.

O Rio de Janeiro é o estado brasileiro que tem o segundo maior efetivo policial e a segunda maior população encarcerada, inferiores apenas ao efetivo policial e à população encarcerada do Estado de São Paulo. Assim como São Paulo, o Rio de Janeiro enfrenta problemas graves de corrupção e de violência policial, incluindo casos de execução sumária e tortura, e de violência no sistema penitenciário e instituições para internação de adolescentes em conflito com a lei. Há também diversos casos de pessoas desaparecidas, sobre as quais há suspeita de que tenham sido vítimas de execuções.

Ainda que o índice de homicídios por 100 mil habitantes tenha caído desde o pico em 1995 (62,2 homicídios por 100 mil habitantes), o Rio de Janeiro continua a ter um dos mais altos índices entre os estados do país, 50,9 homicídios por 100 mil habitantes no ano 2000, inferior apenas ao do Estado de Pernambuco (52,3).

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES, TORTURA

Em 2001 e 2002, houve um aumento significativo do número de pessoas mortas por policiais no Estado do Rio de Janeiro. Depois de cair de 392 em 1998 para 288 em 1999, o número de pessoas mortas por policiais aumentou para 427 no ano 2000, 592 em 2001 e atingiu 581 nos primeiros oito meses de 2002. Em média, 72,6 pessoas foram mortas por policiais em 2002, contra 49,3 pessoas no ano 2001, 35,6 pessoas em 2000 e 24 pessoas em 1999 –o que representa um aumento de 202% de 1998 para 2002. A polícia do Rio de Janeiro explica o aumento como resultado da intensificação do confronto com o crime organizado e mais especificamente grupos envolvidos no tráfico de drogas. Mas Luiz Eduardo Soares, candidato a vice-governador na chapa de Benedita da Silva e um dos coordenadores da proposta de segurança do candidato Luis Inácio Lula da Silva, atribui o elevado número de mortes à persistência de estruturas e práticas autoritárias na polícia e à sabotagem de setores da polícia que estariam agindo com maior violência para prejudicar a imagem da Governadora Benedita da Silva junto a comunidades pobres. [1]

A Ouvidoria de Polícia do Rio de Janeiro foi criada pela lei 3.168, de 12 de Janeiro de 1999, e instalada em março de 1999, para receber denúncias contra policiais civis e militares, encaminhá-las aos órgãos competentes das polícias para apuração e acompanhar as investigações, promovendo as ações necessárias para apuração das denúncias e punição dos policiais responsáveis por crimes ou irregularidades. [2]

De março de 1999 a março de 2002, a Ouvidoria recebeu 4.563 comunicados, sendo 101 elogios (60 para policiais militares e 41 para policiais civis) e 4.453 denúncias (2.686 ou 60,3% contra policiais militares e 1.767 ou 39,7% contra policiais civis). Estas denúncias dizem respeito a 5.575 crimes ou irregularidades, envolvendo 2.755 policiais militares (273 oficiais e 2.482 praças) e 1.808 policiais civis (254 delegados e 1.554 policiais não delegados). Relativamente ao número de policiais das duas corporações, é maior o número de

denúncias contra policiais civis: 1 denunciado para cada 13,4 policiais militares; 1 denunciado para cada 5,4 policiais civis, no período de dois anos analisado pelo relatório. Com relação à natureza das denúncias, 762 dizem respeito à violência contra a pessoa (17%), sendo 512 contra policiais militares e 250 contra policiais civis, a maioria delas por agressão e homicídio. [3]

Em março de 2001, as polícias já tinham se manifestado sobre 3.325 denúncias (72,9%) e ainda estavam apurando 1.238 denúncias (27,1%). Das 3.325 denúncias sobre as quais as polícias se manifestaram, 488 foram confirmadas (14,7%). [4]

A partir das denúncias da Ouvidoria, a Polícia Militar abriu 54 inquéritos policiais, 59 sindicâncias, 315 averiguações, 9 conselhos de disciplina, 2 comissões de revisão disciplinar e 2 conselhos de justificação, que resultaram em punições de 21 oficiais e 305 praças. A Polícia Civil abriu 42 inquéritos policiais e 137 sindicâncias sumárias, que resultaram na condenação de 11 policiais, nenhum deles delegado. [5]

Não são apenas policiais civis e militares envolvidos em violações de direitos humanos, mas também há casos envolvendo policiais federais. Em 8 de setembro de 2002, o auxiliar de cozinha Antônio Gonçalves de Abreu morreu após ter sido vítima de espancamento nas dependências da polícia federal no Rio de Janeiro. Abreu havia sido preso na madrugada do dia 7 de setembro, juntamente com outras duas pessoas, sob a acusação de envolvimento em uma briga que resultou na morte de um policial federal. Na tarde do dia 7, Abreu foi levado ao Hospital Souza Aguiar, onde chegou em estado de coma, vindo a morrer no dia seguinte. Laudo pericial concluiu que Abreu morreu vítima de traumatismo craniano provocado por instrumento contundente. Dois delegados e 17 agentes que estavam de plantão foram afastados dos cargos. A polícia federal indicou um delegado de fora do Rio de Janeiro para conduzir as investigações. O Ministro da Justiça anunciou que, independentemente do resultado do inquérito, que apura os responsáveis pelo espancamento e morte de Abreu, a União indenizará a família da vítima. [6]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura e outros tratamentos cruéis por parte de policias civis, policiais militares e agentes penitenciários no Rio de Janeiro, citando 33 casos em seu relatório. Grande número de casos diz respeito a violações de direitos humanos em prisões e outras instituições fechadas como a Casa de Custódia Muniz Sodré, a Penitenciária Bangu 3, o Hospital Psiquiátrico Roberto Medeiros e o Instituto Padre Severino (instituição onde são internados adolescentes em conflito com a lei. [7]

Em junho de 2002, o jornalista Tim Lopes, da Rede Globo, que realizava investigação sobre o tráfico de drogas e shows com sexo explícito em bailes funk, é preso, torturado e assassinado por líderes do tráfico. A polícia não encontra o corpo do jornalista, mas durante as investigações, descobre uma gruta no Complexo do Alemão, que seria um local destinado à prática de execuções onde o jornalista teria sido executado. Segundo a polícia, restos de mais de sessenta corpos foram encontrados no local, o que indicaria a magnitude do problema das execuções sumárias por grupos ligados ao tráfico de drogas. [8]

Ainda em 2002, há uma intensificação da atuação do crime organizado e do confronto o crime organizado e a polícia no Estado no Rio de Janeiro, assim como em São Paulo. Grupos ligados ao crime organizado praticaram atentados com bombas, granadas e armas pesadas contra ou nas proximidades de prédios públicos, atingindo a sede da Prefeitura e a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. [9]

SISTEMA PENITENCIÁRIO, UNIDADES FECHADAS

Segundo os dados do Ministéro da Justiça, não há superlotação no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro. São 20.766 vagas em trinta e três estabelecimentos prisionais em todo o estado, nos quais estão 20.726 presos. A distribuição das vagas privilegia cum-

primento de pena em regime fechado, com 13.050 vagas em dezessete penitenciárias. O Estado tem 4.410 vagas destinadas ao cumprimento de medida de segurança e, por fim, 1.860 de vagas para cumprimento de pena em regime semi-aberto.

Segundo dados do Ministério da Justiça não há vagas nem detentos nas instituições policiais. O superavit de vagas no sistema prisional indica que os problemas de rebeliões, corrupção, extorsão e ineficácia da pena como forma de ressocialização do preso, são agravados pelas condições de superlotação, mas não decorrem exclusivamente da falta de vagas para cumprimento da pena. [10]

A recorrente escassez de dados sobre as mortes nas prisões levou o Jornal do Brasil a proceder a um levantamento sobre esse tipo de ocorrência nas prisões do Rio de Janeiro. Em 22 de julho de 2001, o jornal constatava que haviam ocorrido 51 mortes violentas de presos (mortes por golpes de estilete, de facas, por enforcamento, espancamento, a tiros e a pauladas). Constatava ainda que pelo menos 19 casos estavam registrados no Instituto Médico Legal como 'remoção de cadáver' e como 'morte a esclarecer'.

O levantamento - embora restrito a alguns estabelecimentos localizados na cidade do Rio de Janeiro - referia-se a cerca de 12 mil dos cerca de 20 mil presos do estado. Ao lado da precariedade dos dados oficiais e a evidente falta de procedimentos adequados para o seu registro, o número de ocorrências de morte por grupo de 1.000 presos é bastante elevada. Para uma população de 12 mil presos, as 51 mortes indicam uma taxa de 4,25 mortes por grupo de mil. [11]

Em setembro de 2002, traficantes do Comando Vermelho, presos na Penitenciária Laércio da Costa Pellegrino, conhecida por Bangu I, liderados por Fernando Beira Mar, assumiram controle do presídio, mataram quatro presos e fizeram oito reféns de grupos rivais, Amigo dos Amigos e Terceiro Comando, entre os quais Ernaldo Pinto de Medeiros (Uê), um dos maiores traficantes do Rio. Em junho de 2002, a polícia havia gravado conversa telefônica de Fernando Beira-Mar e seu grupo, usando uma central telefônica clandestina instalada no presídio, durante a qual Beira Mar encomendava a compra de um míssil. Segundo especialistas, a causa do problema é a corrupção de funcionários do sistema penitenciário garante regalias aos presos, que passam a dominar os presídios. [12]

A II Caravana Nacional de Direitos Humanos visitou três presídios do Rio de Janeiro em setembro de 2000. Constatou que a Penitenciária Laércio da Costa Pellegrino (Bangu I), estabelecimento de segurança máxima que abriga os presos mais perigosos do estado, ligados o tráfico de drogas, não tem problema de superlotação. A penitenciária tinha vagas para 48 presos, em 4 galerias, sendo que as galerias eram divididas entre os condenados do "Comando Vermelho", "Terceiro Comando", "Amigos dos Amigos" e "Independentes". [13]

O Presídio Ari Franco, no bairro de Água Santa, ao contrário, encontrava-se superlotado, com uma média de 16 presos por cela, inclusive presos provisórios. Os presos apresentam denúncia, negada pela direção, sobre a existência de um espaço conhecido como "Maracanã" - uma sala grande, sem janelas, com um buraco usado como sanitário ("boi") - onde seria comum a prática de espancamentos. [14]

O Presídio Evaristo de Moraes é um enorme ginásio, velho e abandonado, com divisórias de dois metros de altura que separam os presos em 16 celas, fétidas e insalubres, sem teto, que poderiam abrigar em média 52 pessoas, nas quais eram mantidos 1.552 presos. As únicas celas com teto são as destinadas ao isolamento de presos, utilizadas tanto para punição disciplinar quanto para a separação de presos, que são cubículos escuros e sem aeração, com 6 metros quadrados, que chegavam a abrigar 16 presos. Um dos presos nestas celas, que havia sido espancado por um agente penitenciário, tinha seu rosto marcado por hematomas e as costas feridas por algum tipo de fio. [15]

Instituto Padre Severino

No Instituto Padre Severino, destinado a adoles-

centes cumprindo medidas de internação, os internos ficam presos nos alojamentos superlotados durante todo o dia e a noite, saindo apenas para as refeições. As precárias condições de habitabilidade das instalações afetam a higiene local. Os alojamentos cheiram mal e têm ratos. Os adolescentes trocam de roupa duas vezes por semana. A roupa de cama não é trocada. A falta de higiene propicia o desenvolvimento de doenças de pele. O banho, quando permitido, é feito de "caneco". Foram denunciadas práticas de violência física dos agentes contra os adolescentes. Espancamentos com objetos de tortura, humilhações, maus tratos, inclusive contra seus familiares. [16]

VIOLÊNCIA RURAL

No Rio de Janeiro, o número de conflitos rurais diminuiu de 1999 a 2000 passando de 15 casos para um e aumentou em 2001 para quatro casos. O mesmo aconteceu com o número de pessoas envolvidas, passando de 8.626 em 1999 para 1.350 no ano 2000 e 2.321 em 2001. [17]

A Comissão Pastoral da Terra registrou a ocorrência de cinco mortes em decorrência de conflitos rurais em 1999. Não registrou mortes entre janeiro de 2000 e agosto de 2002.[18] O jornal O Globo, entretanto, noticiou que, no dia 10 de junho de 2000, um líder dos trabalhadores sem terra, de 31 anos, foi emboscado e morto com três tiros de escopeta calibre 12, no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos, no Norte Fluminense. Segundo sua mulher, ele sofria ameaças há semanas por empregados de um fazendeiro, funcionário municipal e grileiro de terras ao redor do assentamento. O assassinato teria sido praticado por pistoleiros contratados pelo fazendeiro. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro solicitou ao Governador do Estado e à Secretaria de Segurança a rigorosa apuração do crime, como também proteção para as 506 famílias que estão assentadas no acampamento Zumbi dos Palmares. [19]

TRABALHO ESCRAVO

A Comissão Pastoral da Terra registrou a ocorrência de 36 trabalhadores em condição análoga a de escravo em 1999, no município de Cabo Frio.[20] Entre 1999 e 2001, não houve operação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do GERTRAF no estado. [21]

A empresa Furnas Centrais Elétricas contratou a Aliança Empreendimento para a realização de obra emergencial, que contratou a construtora Serra D'Água para atividade de escavações. Para essa função foram recrutados trabalhadores do município de Olinda (PE), Rio Claro (RJ) e Cunha (SP). Os empregados contratados trabalharam em condições precárias, sob coação, sem receber a remuneração combinada. [22]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

No começo de junho de 2002, o jornalista da Rede Globo, Tim Lopes, foi assassinado na favela Vila Cruzeiro, na Penha (na zona norte do Rio de Janeiro), onde tentava fazer uma reportagem sobre os bailes funks. Desaparecido na noite do dia 2 de junho, era a quarta vez que o jornalista, conhecido pelas reportagens investigativas e ganhador do prêmio Esso de jornalismo em 2001, ia à favela com o intuito de realizar reportagens, e a segunda delas que portava micro-câmeras. Segundo apurou a polícia, o jornalista foi morto por traficantes do morro. Seu corpo não foi localizado, mas apenas cinzas, um dente e pedaços de uma mandíbula que posteriormente foram identificados como sendo dele. De acordo com a polícia, o jornalista estava no baile funk quando foi abordado por um segurança do tráfico e levado até Maurício Martins, o "Boi", traficante do Comando Vermelho. "Boi" telefonou para Elias Maluco, o líder do Comando Vermelho, que ordenou que o levassem para a favela da Grota, para onde foi levado com as mãos amarradas e depois de ter tomado um tiro no pé. Foi submetido a um julgamento e morto por Elias Maluco. Sua barriga foi aberta com um golpe de espada e seu corpo foi colocado dentro de pneus e queimado. Elias Maluco foi preso três meses após a ocorrên-

cia do crime, no dia 19 de setembro. Nesta mesma data, dos nove indiciados no processo, seis estavam presos e os outros dois mortos (um teria morrido em confronto com a polícia e o outro teria se matado). [23]

Em dezembro de 2001, a jornalista da rede Globo, Cristina Guimarães, começou a ser ameaçada de morte. Em agosto do mesmo ano havia realizado, junto com Tim Lopes e outros dois jornalistas, uma série de reportagem da favela da Rocinha sobre o tráfico de drogas. As reportagens, que mostravam traficantes vendendo drogas em uma praça de mercado na favela, resultaram na detenção de alguns deles e no recebimento do prêmio Esso Especial de Telejornalismo em 2001. No dia 20 de outubro, um empregado da rede televisiva foi seqüestrado e levado à Rocinha, onde o interrogaram sobre a identidade do autor da reportagem. Nos dias seguintes as ameaças à jornalista começaram. Até junho de 2002, a jornalista vinha fugindo e vivendo escondida. [24]

Em 16 de agosto de 2001, o jornalista e diretor do jornal "A Verdade" (que circula nas cidades de Magé e Duque de Caxias), Mario Coelho de Almeida Filho, foi assassinado. O jornalista vinha denunciando irregularidades cometidas na gestão do dinheiro público pelos deputados locais e morreu um dia antes de depor em um processo de difamação movido contra o prefeito de Duque de Caxias, José Camilo Zito dos Santos, e sua mulher, a prefeita de Magé, Narriman Zito. Ele já havia recebido ameaças. Cerca de um mês após o assassinato Manoel Danial de Abreu Filho, guarda-costas da cunhada do prefeito, foi detido por ser suspeito da autoria do crime. [25]

Nas eleições realizadas no dia 27 de outubro de 2002, devido às ameaças de tumultos nas eleições provocados por grupos ligados ao crime organizado, oito municípios do Rio de Janeiro receberam a proteção das Forças Armadas.[26] Somente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o aparato de segurança contou com 47.350 pessoas (somando-se os efetivos das polícias civil, militar e federal e das Forças Armadas) sendo que três mil homens do Exército participaram das atividades de policiamento. [27]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 2749 para 2816 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos oscilou de 107,9 em 98 para 107,6 em 2000. Um indicador eficiente da a probabilidade dos jovens serem mortos é a taxa de vitimização juvenil que, no Rio de Janeiro, era de 111,3 em 2000. O estado tinha a terceira maior taxa de vitimização entre todas as unidades federativas brasileiras, estando sua taxa bem acima da nacional que era de 92,7. [28]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até o final do primeiro semestre de 2002, 76% dos 91 municípios contavam com Conselhos Tutelares. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era melhor, porém em 5,5% das cidades não estava instalado. [29]

O Rio de Janeiro, segunda maior capital brasileira, após doze anos de vigência do ECA, não criou o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é uma das formas de se destinar mais recursos e incentivar ações novas e complementares para a área da infância e juventude.

Em abril de 2002, foi divulgada pesquisa desenvolvida pela Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em que foram entrevistadas e analisadas histórias de 67 crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.[30] O inédito estudo pode ser considerado também um retrato da realidade vivenciada nos grandes centros urbanos. A violência, o preconceito, a fome, as drogas e a violência policial são as violações mais freqüentes perpetradas contra as crianças e adolescentes na capital fluminense. Quando se verifica os motivos mais comuns que levaram à essa situação (violência doméstica e falta de lazer e de oportunidade no local de origem) percebe-se que, em grande medida, a família e o governo são os atores sociais que mais contribuem para o estabeleci-

mento desse quadro. Nesse sentido, os resultados do estudo indicam a necessidade da implementação de políticas públicas eficazes para garantir às crianças e adolescentes uma vida mais digna e em consonância com os princípios estabelecidos no ECA.

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 753 originaram-se no Estado do Rio de Janeiro. Deste total, 169 foram feitas no primeiro semestre de 2002. O total apurado coloca o Estado do Rio de Janeiro na primeira colocação entre todas as unidades federativas brasileiras, respondendo por quase 1/4 de todas as denúncias encaminhadas ao Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual.

Entre os anos de 2001 e 2002, foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência de seis rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial com origem no Rio de Janeiro, sendo que cinco delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [31]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente[32] indica que em 1999 havia 59.924 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Rio de Janeiro. Deste total, 48.608 (81,12%) trabalhavam na área urbana e 11.316 (18,88%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: Comércio (12.946), Prestação de Serviços (11.524), Agropecuária (11.476) e Indústria de Transformação (10.295). Ademais, 27.371 eram empregados, 12.985 não recebiam remuneração, 8.922 trabalhavam por conta própria e 7.906 eram domésticos.

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Rio de Janeiro tinha, em fevereiro de 2002, 1.083 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida. Os dados fornecidos não trazem a situação das medidas em meio fechado, assim consideradas semi-liberdade e internação (incluindo a provisória). [33]

MULHERES

O Estado do Rio de Janeiro tem um índice elevado de homicídios contra mulheres, comparativamente a outros estados brasileiros. A taxa de homicídios contra mulheres foi de 7,2 homicídios por 100 mil habitantes no ano 2000. É uma taxa próxima da taxa de Pernambuco (7,3) e Espírito Santo (7,4). No país, apenas Roraima tem taxa mais alta (13,9 homicídios por 100 mil habitantes). [34]

Na Cidade do Rio de Janeiro, entre 1999 e 2001, houve uma diminuição do numero de estupros e aumento do número de atentados violentos ao pudor registrados pela polícia. A polícia carioca registrou 703 ocorrências de estupro e 600 atentados violentos ao pudor em 1999, 431 estupros e 884 atentados violentos ao pudor em 2000 e 434 estupros e 955 atentados violentos ao pudor em 2001. [35]

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (PETRASF), constatou a existência de 11 rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial, sendo que cinco rotas também envolviam crianças e adolescentes. Nas rotas de tráfico, a Cidade do Rio de Janeiro tende a receber mulheres aliciadas em outros estados do país e enviar mulheres e adolescentes para países da Europa (Portugal, Espanha, Itália, Suíça, Holanda e Alemanha). [36]

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

(CEDIM/RJ) é um órgão vinculado à Secretaria de Estado do Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro que assessora a implementação de políticas públicas. O CEDIM estabelece parcerias e articula-se com os movimentos organizados da sociedade civil e com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, atuando na proposição e monitoramento de políticas específicas nas áreas de saúde, educação, cultura, prevenção e combate à violência, trabalho, esporte e lazer e comunicação. O movimento de mulheres está presente na estrutura do CEDIM através de seu Conselho Deliberativo, cujas integrantes são representativas dos diferentes seguimentos da sociedade civil. [37]

O CEDIM desenvolve cinco programas principais: a) Centro Integrado de Atendimento à Mulher, que realiza atendimento e orientação sobre os direitos da mulher, especialmente na luta contra a violência doméstica e sexual; b) Núcleos Integrados de Atendimento à Mulher, que atende a população feminina em outros municípios do Estado do Rio de Janeiro em parceria com as prefeituras locais; c) triagem e encaminhamento de casos para Centro de Mediação e Resolução Ética de Conflitos do Rio de Janeiro, instituição privada, especializada em mediação de conflitos, fundada por especialistas em técnicas de comunicação e negociação; d) atendimento e acompanhamento psicológico para agressores, em parceria com o Instituto NOOS de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais, que atua na responsabilização dos homens agressores e com o objetivo de romper o ciclo de violência que se perpetua nas relações conjugais; e) Comissão Especial de Segurança da Mulher, criada pelo Governo do Estado, através da qual o CEDIM procura ampliar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a segurança da mulher.

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (6.423.411) representa 44,63% da população do estado, proporção superior à média da Região Sudeste. Com 10,95% da população se declarando negros no Censo Demográfico do IBGE, o Rio de Janeiro é o estado que tem a segunda maior população negra do país, proporcionalmente à população total, inferior apenas à população negra da Bahia (onde a população negra representa 13,01% da população do estado). [38]

No Rio de Janeiro, o Centro de Referência Nazaré Cerqueira Contra a Discriminação Racial é responsável pelo serviço SOS Racismo. De julho de 2000 até maio de 2002, o serviço recebeu 1.267 ligações, das quais 838 correspondiam a denúncias de discriminação racial. Os agentes mais denunciados por discriminação racial, cuja identidade é informada pela vítima, são os vizinhos, com 130 das denúncias, seguidos dos parentes, com 34. Os agentes policiais foram citados nos registros 14 vezes. Os locais privilegiados de ocorrência de ações discriminatórias são o trabalho (111 denúncias), o comércio (57), as escolas (41) e os bancos (37). Foram denunciados 21 casos em vias públicas e 19 no transporte coletivo.

O Núcleo de Estudos Negros, de Santa Catarina, e o Centro de Justiça Global, do Rio de Janeiro, apresentaram petição à Organização dos Estados Americanos (OEA), solicitando a adoção de medidas visando punir os responsáveis pelo assassinato de Wallace de Almeida, jovem negro de 18 anos, soldado do Exército, que teria sido vítima de discriminação e assassinado por policiais do 19º Batalhão da Polícia Militar, na cidade do Rio de Janeiro, em 1998. A petição solicita ainda o pagamento pela União de uma indenização à família da vítima e a implementação de ações para coibir a prática de racismo na Polícia Militar do Rio de Janeiro. [39]

INDÍGENAS

O Rio de Janeiro tem apenas indígenas Guaranis, sendo incerto o número total dos indíginas que habitam esse estado.[40] Estima-se que tenha a segunda menor população indígena entre os estados que têm populações indígenas no país.[41] O estado tem três áreas indígenas já registradas. [42]

IDOSOS

O Rio de Janeiro tinha uma população de 1.540.754 idosos no ano 2000.[43] Seguindo a tendência nacional, a população de idosos cresce. Os idosos representavam 9,2% da população em 1991 e passaram a representar 10,7% em 2000. É o estado que tem a maior população de idosos, proporcionalmente à população total, em todo o país.

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro criou em fevereiro de 2001, através da Resolução 490/2001, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o tratamento dispensado aos cidadãos da terceira idade nos abrigos e clínicas geriátricas do Estado. O relatório final da CPI, divulgado em 22 de outubro de 2001, indica que foram realizadas 129 diligências em casas que abrigavam os idosos, sendo interditadas 11 casas. No relatório, os parlamentares recomendam, também, à Vigilância Sanitária Estadual, o fechamento de outras 22 casas, em razão de irregularidades. O relatório recomendou a criação da Curadoria do Idoso, no Ministério Público do Estado, para fiscalização das entidades públicas e privadas que prestem o serviço, a implantação de instituições, programas e serviços para atendimento das pessoas da terceira idade, e propôs projeto de lei regulando o funcionamento dos asilos no estado. [44]

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, após as visitas realizadas pela V Caravana Nacional de Direitos Humanos, elaborou e divulgou o relatório que possibilitou o conhecimento da realidade dos abrigos e asilos de idosos no Brasil. O Relatório retratou a situação dos idosos em três clínicas visitadas no Rio de Janeiro. Embora elas tivessem sido inspecionadas cerca de 6 meses antes, durante os trabalhos da CPI, a situação verificada nas clínicas não havia se alterado muito. Permaneciam os problemas de ociosidade, a presença de barreiras arquitetônicas, a falta de privacidade, a precariedade da higiene, a inexistência de dieta específica, a apropriação indevida de recursos financeiros pessoais dos internos e o isolamento social. A solidão e o abandono podem ser exemplificados com a atitude da Dona Laura, interna do Abrigo Evangélico "Razão de Viver" e mãe de quatro filhos que nunca a visitavam. Logo no início da visita, ela solicitou ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Marcos Rolim, permissão para apresentá-lo às demais pessoas da instituição como seu filho. Durante toda a visita, ela se manteve alegre, apresentando o deputado ("filho") a todas as suas amigas. [45]

O Estado do Rio de Janeiro tem, desde julho de 1999, o Serviço Ligue Idoso Ouvidoria. O projeto é pioneiro no país, na linha de atender vítimas de maus tratos e desrespeito à pessoa idosa. Desde sua implantação em julho de 1999, até novembro de 2002, o Serviço recebeu 3.760 denúncias, contribuindo para resolver 1.290 delas. O Serviço teve uma participação importante na CPI do Idoso e atualmente tem parceria, entre outros, com o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa, o Ministério Público, a Delegacia do Idoso, a Defensoria Pública/NEAPI, a Vigilância Sanitária e prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A população de portadores de deficiência (2.136.593) representa 14,85% da população do Rio de Janeiro.[46] Em 1999, a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), sediada na Cidade do Rio de Janeiro, recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, na categoria organizações não governamentais, pelo trabalho desenvolvido em favor da reabilitação de pessoas portadoras de deficiência física. [47]

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Entre 2000 e 2001, foram registrados 21 homicídios homofóbicos, tendo sido 13 contra gays, seis contra travestis e dois contra lésbicas. [48]

Em fevereiro de 2000, a redação do Jornal do

Brasil simulou uma situação para constatar a reação do carioca ao se deparar com casais homossexuais: um cabeleireiro de 36 anos e seu namorado de 33 anos foram ao bar Arco do Telles, no centro do Rio de Janeiro, sentaram-se em uma mesa, e após alguns minutos, beijaram-se. Esse ato provocou imediatamente vários comentários como: "Que absurdo! Dois homens se beijando. Vai procurar mulher, seu veado!". Após 15 minutos, os comentários começaram a se tornar mais agressivos, e iniciaram-se atitudes mais violentas. Um indivíduo que estava sentado em uma mesa com outros vários homens atirou um jato de chope em direção ao casal, molhando a camisa de um deles. Para evitar conseqüências mais graves, o casal resolveu se retirar. [49]

Um rapaz homossexual, ao sair de uma boate gay, foi abordado por um indivíduo jovem, que parecia lhe fazer uma cantada. Durante a conversa, outro rapaz surgiu, e os dois começaram a agredir o homossexual, obrigando-lhe a entrar em um carro. No interior do veículo, roubaram-lhe e continuaram a lhe agredir fisicamente até que caísse no chão. Ao deixar o local, os dois ainda gritaram: "Você merece morrer sua bicha! Isso é para você aprender e virar homem!". O homossexual teve que ser tratado em pronto socorro em decorrência dos ferimentos. [50]

Assim como em outros estados brasileiros, entretanto, os homossexuais se organizam cada vez mais para defender seus direitos. Com a contribuição da ONG Grupo Arco Íris, aconteceu, em junho de 2002, a sétima Parada Gay do Rio, reunindo cerca de 120 mil pessoas na capital do estado. [51]

1 *Folha de S. Paulo*, 19 de setembro de 2002, "Polícia do Rio bate recorde de morte de civil".

2 A Ouvidoria de Polícia do Rio de Janeiro tem um web-site na internet (www.novapolicia.rj.gov.br/ouvidoria.htm), mas as informações estão desatualizadas.

3 Ouvidoria de Polícia do Rio de Janeiro, *Relatório – 01 de janeiro de 2002 a 31 de março de 2002*. Violência contra a pessoa inclui: agressão, desaparecimento, espancamento/tortura, estupro, homicídio, lesão corporal, seqüestro e tentativa de homicídio.

4 Ouvidoria de Polícia do Rio de Janeiro, *Relatório – 01 de janeiro de 2002 a 31 de março de 2002*.

5 Idem.

6 *Folha de S. Paulo*, 23 de novembro de 2002, Cotidiano, C 5, "Ministro anuncia que governo vai indenizar a família da vítima", 16 de novembro de2002, Cotidiano, C4, "Secretário de Direitos Humanos quer conclusão rápida do caso".

7 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

8 *Folha de S. Paulo*, 10 de junho de 2002, Cotidiano C 3, "Outros 60 teriam morrido no mesmo local"; 17 de junho de 2002, Cotidiano C 1, "Caso Tim Lopes expõe drama de família"; e 6 de outubro de 2002, Cotidiano, C 1, "Desaparecidos do tráfico seguem ignorados".

9 *Folha de S. Paulo*, 25 de junho de 2002, Cotidiano, C 1, "Tiros atingem 30 salas da Prefeitura do Rio".

10 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

11 Salla, Fernando; Affonso, Beatriz; Tojo, Liliana; Galvão, Patrícia, *Relatório para Audiência na Comisão Interamericana Sobre a Situação das Prisões no Brasil* (Rio de Janeiro: CEJIL, 2001).

12 *Folha de S. Paulo*, 12 de setembro de 2002, "Beira-Mar e aliados tomam presídio e eliminam rivais". O Estado de S. Paulo, 12 de setembro de 2002. "Beira mar lidera motim em Bangu e mata rivais".

13 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos*. Texto disponível no web-site da Comissão (www.camara.gov.br/cdh).

14 Idem.

15 Idem.

16 Assis, Simone Gonçalves de, Minayo, Maria Cecília de Souza, Constantino, Patrícia, e Esteves, Marina, "Cumprindo Medida Sócio-Educativa de Restrição de Liberdade Perspectiva de jovens do Rio de Janeiro e seus familiares". Este trabalho foi desenvolvido no mês de outubro de 2002, como uma continuidade do "Mapeamento Nacional da Situação do Atendimento dos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócioeducativas", pesquisa promovida em várias cidades do país pelo Departamento da Criança e do Adolescente – DCA/Ministério da Justiça e pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA. Neste texto busca-se descrever um estudo qualitativo realizado nas cinco unidades de cumprimento de medida sócio-educativa de restrição de liberdade existentes no Estado do Rio de Janeiro, pertencentes ao Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas – DEGASE, ligado à Secretaria Estadual de Direitos Humanos.

17 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*.

18 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

19 *O Globo*, dia 12 de junho de 2000.

20 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999*.

21 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

22 Ministério Público do Trabalho, *Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo /Forçado*.

23 *Folha de São Paulo*, 05 de junho de 2002, 10 de junho de 2002, 10 de junho de 2002 e 20 de setembro de 2002 "Jornalista da Globo desaparece", "Polícia confirma morte de repórter da Globo", "Policiais são mortos no Rio" e "Elias Maluco é preso após três dias".

24 *Folha de São Paulo*, 09 de junho de 2002, "Caso Tim Lopes evidencia desproteção de repórteres"; e Repórteres sem Fronteiras (www.rsf.org.fr)

25 Repórteres sem Fronteiras (www.rsf.org.fr).

26 *Agência Estado* (www.estadao.org.br), 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora".

27 Artigo retirado do site www.estadao.org.br: "Blindados vão garantir a segurança na eleição no Rio", de 24/10/02.

28 Waiselfisz; J.J. *Mapa da Violência III:Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimiação juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Exemplo: Quanto maior a taxa de vitimização maior é a concentração de homicídios na população jovem; se, ao contrário, a taxa é zero ou próxima a este valor significa que os homicídios atingem na mesma proporção tanto a faixa jovem quanto o resto da população.

29 Ministério da Justiça, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

30 *Folha de São Paulo,* 5 de abril de 2002, p. C3 (Web-site da ABMP - Seção Notícias: www.abmp.org.br)

31 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

32 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 97. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o estado. No Rio de Janeiro foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura Canavieira; Avicultura; Comércio Varejista; Confecção de Roupas; Cultura de Tomate; Hotelaria; Pesca; Serviços Diversos (Convênios e Programas Educativos/ Sociais e Guardas Mirins); Serviços e Comércio de Alimentos; Serviços (em Cerâmicas e Olarias; em Oficinas Mecânicas; e em Pedreiras); e Venda de Jornais.

33 Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca)

34 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

35 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

36 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial*. (Brasília: CECRIA, 2002).

37 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (www.cedim.rj.gov.br).

38 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

39 *O Globo*, 15 de fevereiro de 2002, "OEA aceita denúncia de racismo contra o governo federal".

40 Os Guaranis encontram-se espalhados em diversos estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. No geral, totalizam cerca de 35.000 indígenas no território brasileiro. Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

41 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de apenas 341 indígenas.

42 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

43 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

44 Portal Bangu (www.portalbangu.com), 13 de outubro de 2002, "ALERJ aprova relatório final da CPI do idoso".

45 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, *V Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da Realidade dos Abrigos e Asilos de Idosos no Brasil* (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002). Documento disponível no web-site da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br/cdh).

46 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

47 Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (www.abbr.org.br).

48 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002) e Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

49 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

50 Idem.

51 GLS Planet (http://glsplanet.terra.com.br).

SÃO PAULO

O Estado de São Paulo, situado no sul da Região Sudeste, faz divisa com os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A Cidade de São Paulo, capital do estado, com mais de 10 milhões de habitantes, é a cidade mais populosa do país. Com uma economia diversificada, baseada na agricultura, pecuária, comércio, serviços e indústria, São Paulo é o estado mais desenvolvido do país.

Com 120 mil policiais e 106 mil presos, São Paulo é o estado brasileiro que tem o maior efetivo policial e a maior população encarcerada. Com 15 mil adolescentes em unidades de internação da Fundação do bem-estar do Menor (Febem), em semi-liberdade e liberdade assistida, é o estado da federação com o maior número de adolescentes em conflito com a lei cumprindo medidas sócio-educativas.

O crescimento rápido do efetivo policial e da população encarcerada nos últimos oito anos não foi capaz de conter o aumento da criminalidade e da violência e impôs dificuldades adicionais ao processo de gestão e controle interno e externo das organizações policiais e do sistema penitenciário. No estado, persistem graves problemas de corrupção e violência policial, incluindo casos de execução sumária e tortura, e de violência no sistema penitenciário. Há também sérios problemas de corrupção e violência nas instituições para internação de adolescentes infratores.

A corrupção e a violência nas organizações policiais e no sistema penitenciário contribuem para o fortalecimento de grupos e organizações criminosas, cujo crescimento, por sua vez, contribui para o aumento da criminalidade e a intensificação da violência na sociedade. A Ouvidoria de Polícia, o Ministério Público e as organizações da sociedade civil têm que enfrentar inúmeros obstáculos para exercer o controle externo das organizações policiais e do sistema penitenciário, particularmente a resistência e oposição dos policiais, agentes penitenciários e autoridades governamentais que, de maneira equivocada, tendem a identificar o exercício do controle externo das polícias e a exigência de respeito aos direitos humanos como um cerceamento das ações policiais e uma perda de eficácia no controle da criminalidade.

A mega rebelião em 25 penitenciárias, 2 cadeias públicas e 2 distritos policiais em fevereiro de 2001, juntamente com a série de rebeliões em prisões e unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, é evidência dos graves problemas existentes no sistema penitenciário. É evidência também dos limites de uma política de controle da criminalidade fundada na aplicação da pena de prisão e na aplicação de medidas sócio-educativas de internação em detrimento de penas alternativas e medidas sócio-educativas em meio aberto.

O aumento da criminalidade e da violência atinge de forma praticamente dramática a população jovem. O índice de homicídios por 100 mil habitantes registrou ligeira queda de 1999 para 2000, mas São Paulo continua a ter um dos mais altos índices entre os estados do país. Foram registrados 42,2 homicídios por 100 mil habitantes no ano 2000, índice inferior apenas ao índice dos estado de Pernambuco (52,3), Rio de Janeiro (50,9) e Espírito Santo (46,7). Entre os jovens de 14 a 25 anos, o índice de homicídio chegou a 89,6 homicídios por 100 mil habitantes no estado. [1]

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES, TORTURA

No Estado de São Paulo, o período 1999-2002 foi marcado pelo aumento da violência policial, medido pelo número de mortes em decorrência de ações envolvendo policiais, e também pelas denúncias de ações ilegais praticadas por policiais do Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância (Gradi). Segundo denúncias da Ouvidoria de Polícia, da Ordem dos Advogados do Brasil, Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese

de São Paulo e Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, policiais que integravam este grupo cometeram ações ilegais em diversas operações, entre as quais ressalta-se a infiltração de presos condenados em organizações criminosas, com autorização de juizes-corregedores dos presídios, e a execução de criminosos e/ou suspeitos de crimes.

O Gradi, grupo integrado por policiais civis e militares, ligado diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública, foi criado em março de 2000 para investigar delitos de intolerância em virtude de preconceito ou discriminação. Policiais militares atuando no Gradi passaram a recrutar nas prisões presos condenados para trabalhar como agentes infiltrados em organizações criminosas, com autorização do secretário de estado da Segurança Pública e de juizes-corregedores dos presídios. Em 2002, a partir de denúncias de presos recrutados pelos policiais militares, o Ministério Público passou a investigar a atuação do Gradi. O Ministério Público considerou ilegal o recrutamento de presos para trabalhar como agentes infiltrados em organizações criminosas e solicitou ao Tribunal de Justiça a abertura de inquérito para apurar a responsabilidade dos secretários de estado da Segurança Pública que autorizaram as operações do Gradi e dos juízes-corregedores dos presídios que autorizaram presos condenados a sair das prisões para trabalhar em operações do Gradi. [2]

A criação de um grupo de policiais que, com o objetivo de combater o crime organizado, exerce atividades à margem da lei, com anuência de autoridades governamentais e juízes, representa séria ameaça ao Estado Democrático de Direito. O Tribunal de Justiça, atendendo à solicitação do Ministério Público, está apurando os fatos, inclusive a atuação dos secretários de estado da Segurança Pública que autorizaram as operações do Gradi. Entendendo a gravidade do caso, o Tribunal de Justiça afastou os dois juizes-corregedores que autorizavam a saída dos presos das unidades prisionais para participar das ações do Gradi até a finalização das investigações. Entidades da sociedade civil elaboraram manifesto solicitando ao Governador do Estado que, da mesma forma que o Tribunal de Justiça afastou os juizes-corregedores envolvidos no caso, afastasse do cargo o Secretário de Estado da Segurança Pública até a finalização das investigações. Reunião convocada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa para discutir o caso teve que ser cancelada devido à ocupação do auditório por policiais civis armados para intimidar e ameaçar os participantes.

Em 5 de março de 2002, nas proximidades da cidade de Sorocaba, no interior do Estado de São Paulo, uma operação da polícia militar resultou na morte de 12 integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) que viajavam num ônibus, segundo a polícia, para praticar um assaltou ou resgatar companheiros presos.[3] A Ordem dos Advogados do Brasil, a Ouvidoria de Polícia e entidades de direitos humanos afirmam que há indícios de execução dos criminosos pelos policiais militares.[4] Há também suspeita que policiais militares ligados ao Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância (Gradi), tenham preparado uma cilada e executado os integrantes do PCC, com o auxílio de criminosos recrutados nas prisões para atuar como agentes infiltrados na organização criminosa.

Em São Paulo, assim como no Rio de Janeiro, o número de pessoas mortas por policiais aumentou de maneira significativa nos últimos anos, passando de 546 em 1998 para 647 em 1999 e 837 no ano 2000. O número de pessoas mortas caiu para 703 em 2001, mas voltou a subir e chegou a 614 nos primeiros nove meses de 2002. Enquanto o número de pessoas mortas por policiais militares atingiu um pico no ano 2000, o número de pessoas mortas por policiais civis atingiu um pico em 2001.[6]

O aumento do número de pessoas mortas por policiais entre 1998 e 2000, que deu continuidade à tendência de aumento iniciada em 1996, foi maior no caso da polícia civil. Enquanto o número de pessoas mortas por policiais militares aumentou 58,1% de 1998 para 2000 (passando de 485 em 1998 para 576 em 1999 e 767 em 2000), o número de pessoas morte por policiais

civis aumentou 85,2% (passando de 61 em 1998 para 71 em 1999, 70 em 2000 e 113 em 2001). [7]

A média mensal de pessoas mortas por policiais chegou a 69,8 no ano 2000, contra 45,5 em 1988 –o que representa um aumento de 53,4%. Esta média caiu para 58,5 mortes por mês em 2001, mas voltou a subir para 68,2 mortes por mês entre janeiro e setembro de 2002. No mesmo período, o número de policiais mortos também aumentou 226 em 1998 para 371 em 1999, mas caiu para 228 no ano 2000, 149 em 2001 e 103 nos primeiros nove meses de 2002.[8] No ano 2000, houve uma reversão da tendência de aumento do número de policiais mortos registrada nos anos anteriores. Mas não houve reversão na tendência de aumento de pessoas mortas por policiais. Apesar da diminuição em 2001, o número de mortos por policiais voltou a subir para os níveis do ano 2000 em 2002.

Em 1999, a Ouvidoria de Polícia e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com apoio da Procuradoria Geral do Estado, realizaram pesquisa sobre o uso da força letal por policiais que comprova a gravidade do problema. Dentre as vítimas fatais em ações envolvendo policiais, 51% foram atingidas por tiros nas costas e em outras partes do corpo, 36% por disparos na cabeça e 19% apenas por tiros nas costas, o que indicaria que a vítima estava em fuga e não constituía ameaça aos policiais. Em média, cada vítima foi alvejada por 3,17 disparos. Mais da metade dessas vítimas não tinha antecedentes criminais nem havia cometido infrações.[9] No ano 2000, a Ouvidoria realizou nova pesquisa sobre o uso da força letal por policiais, com resultados semelhantes aos da primeira pesquisa, que conclui: "o uso da força letal pelos policiais do Estado de São Paulo em 2000, a exemplo do que ocorreu em 1999, também foi indiscriminado e não condizente com a diretriz traçada pela ONU, nem com as determinações dos Comandos das Polícias". [10]

A partir dos resultados da pesquisa realizada, a Secretaria de Estado da Segurança Pública criou a Comissão Especial para Redução da Letalidade em Ações Envolvendo Policiais, integrada por representantes das polícias militar, civil e técnico-científica, da Ouvidoria de Polícia, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e do Instituto São Paulo Contra a Violência, com o objetivo de analisar as ocorrências de morte de policiais e não policiais e apresentar propostas para redução da letalidade em ações envolvendo policiais. A Comissão foi criada no início de 2001, mas, apesar de ser um exemplo de integração de esforços entre as polícias, a ouvidoria de polícia, a universidade e sociedade civil para encontrar soluções para um problema da segurança pública, foi desativada no final do ano 2001. [11]

O Ouvidoria de Polícia realizou também pesquisa sobre a investigação dos casos de homicídios praticados por policiais civis e militares, concluindo que "vários dos casos não são submetidos à devida apreciação por parte do Poder Judiciário".[12] Segundo a

PROMOTORES CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL

Os promotores Antônio Carlos da Ponte, Norberto Jóia e Felipe Locke Cavalcanti receberam menção honrosa na entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2001, em virtude da sua atuação em casos exemplares de graves violações de direitos humanos cometidas por policiais. Da Ponte atuou no processo judicial em que são julgados os policiais civis responsáveis pela morte por asfixia de 18 presos nas dependências do 42o distrito policial, na Parada de São Lucas, Cidade de São Paulo, em 1992. Um dos policiais foi condenado e preso e dois outros aguardam em liberdade o julgamento do processo em segunda instância. Jóia e Cavalcanti atuaram no processo judicial referente ao Massacre do Carandiru, no qual o Cel PM Ubiratan Guimarães, comandante da operação que resultou na morte de 111 presos na Casa de Detenção do Carandiru, em 1992, foi condenado em primeira instância a 632 anos de prisão.

pesquisa da Ouvidoria, os inquéritos policiais referentes a homicídios praticados por policiais normalmente não apuram os fatos relativos às condutas policiais envolvidos, mas apenas os fatos relativos às condutas das vítimas. Os casos de homicídios praticados por policiais são classificados pela polícia civil como sendo de "resistência seguida de morte" e, no Poder Judiciário, não são distribuídos às Varas do Júri, responsáveis pela apuração de crime doloso contra a vida, mas sim às Varas Comuns, para apuração de denúncia de crime atribuído à vítima. Em muitos casos, o Ministério Público e o Poder Judiciário se manifestam somente sobre a ação das vítimas e não sobre a ação dos policiais. Segundo a pesquisa da Ouvidoria, sobre 176 casos, envolvendo 207 vítimas, na Cidade de São Paulo, em 1999, a conduta dos policiais não foi apreciada em 43,3% dos inquéritos policiais referentes à resistência seguida de morte envolvendo policiais civis, em 40,5% dos inquéritos policiais referentes à resistência seguida de morte envolvendo policiais militares e em 38,7% dos casos envolvendo policiais militares em que houve tanto inquérito policial quanto inquérito policial militar.

As dificuldades e empecilhos na apuração dos casos de crimes e irregularidades cometidas por policiais, particularmente no caso de delegados da polícia civil e oficiais da polícia militar, mesmo nos casos de graves violações de direitos humanos, é evidenciada também pelos dados referentes à apuração das denúncias contra policiais que chegaram à Ouvidoria de Polícia. Entre 1998 e 2001, de um total de 12.305 denúncias consideradas solucionadas pela Ouvidoria, após a apuração por parte das polícias civil e militar, apenas 1.592 foram consideradas procedentes (13,2% das denúncias encaminhadas).

Entre 1998 e 2001, a Ouvidoria recebeu denúncias contra 5.061 policiais civis, que deram origem a 531 procedimentos de apuração. Através destes procedimentos, a polícia civil investigou a atuação de 740 policiais, dos quais 364 foram punidos (7,2% dos policiais denunciados) através de indiciamento em processo crime ou punição administrativa. Entre os policiais civis denunciados, 2.164 eram delegados, dos quais apenas 51 foram punidos (2,4% dos delegados denunciados). [15]

No mesmo período, a Ouvidoria recebeu denúncias contra 5.762 policiais militares, que deram origem a 234 procedimentos de apuração. Através destes procedimentos, a polícia investigou a atuação de 2.915 policiais, dos quais 1.864 foram punidos (32,3% dos policias denunciados) com indiciamento em processo crime ou punição administrativa Entre os policiais militares denunciados, 2.071 eram oficiais (de aspirante a coronel), dos quais 149 foram punidos (7,2% dos policiais denunciados). [16]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura e outros tratamentos cruéis por parte de policias civis, policiais militares e agentes penitenciários em São Paulo, citando 69 casos em seu relatório, envolvendo policiais militares, policiais civis e agentes penitenciários. Grande número de casos diz respeito à tortura e outros tratamentos cruéis em distritos policiais, penitenciárias e unidades de internação de adolescentes que praticam atos infracionais. [17]

Em 2002, há uma intensificação da atuação do crime organizado. Grupos ligados ao crime organizado praticaram atentados com bombas, granadas e armas pesadas contra ou nas proximidades de prédios públicos, atingindo a sede da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, prisões, delegacias e fóruns em São Paulo.

Na luta contra a impunidade, o Estado de São Paulo, o Governo do Estado e a Sociedade Civil, com apoio do Governo Federal, mantém o Programa Estadual de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), para garantir a vida de vítimas e testemunhas ameaçadas em virtude de participação em processo judicial contra membros de organizações criminosos e contra policiais civis e militares envolvidos em graves violações de diretos humanos. O

Programa é executado por uma organização não governamental, sob a coordenação de um Conselho Deliberativo formado por representantes do Governo do Estado, do Ministério Público e da Sociedade Civil. Com os recursos disponibilizados pelo Governo Estadual e pelo Governo Federal, o Provita tem capacidade para atender até 120 pessoas. Atualmente, o Programa já atende aproximadamente 120 pessoas, existem diversos pedidos de ingresso no Programa, mas a ampliação do Provita depende da ampliação dos recursos disponíveis.

Além do Provita, o Estado de São Paulo mantém um programa de atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais ou graves. Trata-se do Centro de Referência e Apoio à Vítima, que oferece assistência jurídica, social e psicológica a familiares de vítimas de crimes fatais. O Centro trabalha em parceria com diversos órgãos tais como a Pontifícia Universidade Católica/SP, a Procuradoria Geral do Estado e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Em julho de 2001, a Justiça condenou em primeira instância a 52 anos de prisão um ex-policial militar responsável por três homicídios, ocultação de cadáveres e abuso de autoridade, que vitimaram dois adolescentes de 14 e 16 anos e um adulto de 21 anos em Praia Grande, em fevereiro de 1999. [18]

SISTEMA PENITENCIÁRIO, UNIDADES FECHADAS

O Estado de São Paulo tem a maior população carcerária do país, distribuídos em 107 estabelecimentos prisionais, dos quais 104 são penitenciárias. O número de vagas no sistema penitenciário é de 80.487. Somadas as 7.464 vagas disponíveis nas instituições policiais, o número total de vagas para todo o estado é de 87.951. Há superlotação no sistema uma vez que a população carcerária atinge os 106.520 detentos. Embora o número de vagas disponíveis nas instituições policiais seja de 7.464 vagas estão encarcerados nas instituições policiais 28.183 detentos, aguardando julgamento ou vagas no sistema prisional. Como em outros estados da federação 90% dos detentos estão cumprindo pena em regime fechado. O único regime de internação que tem mais vagas disponíveis do que detentos, ou seja, que sobram vagas, é para o cumprimento de medida de segurança, na qual estão dispostas 1.333 vagas e encontram-se encarcerados para o cumprimento dessa medida 392 detentos. [19]

No dia 18 de fevereiro de 2001 em São Paulo ocorreu o que foi chamado de 'megarrebelião', um movimento que envolveu 29 unidades prisionais no estado e cerca de 28 mil presos. Algumas rebeliões terminaram no mesmo dia, mas outras se estenderam pelos dias seguintes. O saldo foi 19 presos mortos. [20]

No Estado de São Paulo, segundo dados oficiais, ocorreram 42 homicídios só nas penitenciárias sob a responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária, no ano de 1996, quando havia uma população encarcerada de 33.382 presos, o que representa a um índice de 1,25 homicídio para cada grupo de mil presos. O número de homicídios subiu para 48 no ano 2000, manteve-se em 48 no ano 2001 e subiu para 61 em 2002 (entre janeiro e outubro). [21]

Entretanto, levantamento feito pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos no 9º Distrito Policial, responsável pelas ocorrências no Complexo do Carandiru, em São Paulo, sugere que o número de mortos nas unidades do sistema penitenciário pode ser maior. O levantamento mostrou que, somente nas unidades prisionais do Complexo do Carandiru, que reuniam mais de 10 mil presos, no ano de 2001, de janeiro até setembro, haviam sido abertos 25 inquéritos por homicídio doloso e outros 13 casos constavam como mortes a esclarecer. No ano 2000, haviam sido abertos 29 inquéritos relativos a homicídios, sendo 22 casos relativos à Casa de Detenção e 7 da Penitenciária do Estado. Em 1999, haviam sido abertos 42 inquéritos de homicídio doloso praticados na Casa de Detenção (35 casos) e na Penitenciária do Estado (7 casos). O número de suicídios também chama a atenção porque representa 7,5 % das causas de mortes no Complexo do Carandiru ao longo dos anos de 1999, 2000 e 2001. Os suicídios não são

esclarecidos a contento e poucas vezes são comprovados, deixando dúvidas sobre as circunstâncias em que ocorreram e trazendo suspeitas de continuidade das práticas de execução dos presos do período autoritário. Mas, ainda que os presos tenham se suicidado, isso não retira do estado a responsabilidade por não fornecer condições dignas e adequadas para a sobrevivência dos reclusos, incluindo, caso necessário, assistência médica e psicológica. [22]

No período recente, foram utilizados de forma crescente os mecanismos de combate à tortura em São Paulo, incluindo as denúncias de casos de tortura no sistema interamericano, a visita do relator especial da Organização das Nações Unidas para tortura, a apresentação pelo governo brasileiro do relatório sobre a implementação da Convenção Contra a Tortura, a intensificação da atuação dos promotores da Vara da Infância e da Juventude, da Pastoral Carcerária, da Ouvidoria de Polícia, que fiscalizam a tortura na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem), no sistema penitenciário e nas organizações policiais, e a divulgação de casos de tortura na imprensa. Entretanto, esta intensa mobilização não foi suficiente para garantir a responsabilização dos agentes que praticam a tortura e, portanto, para a diminuição desta prática.

A Pastoral Carcerária e a Associação dos Cristãos pela Abolição da Tortura realizam visitas diárias a estabelecimentos do sistema penitenciário, durante as quais levantaram 1.631 casos de tortura com termo de representação das vítimas a autoridades competentes de junho 2000 a junho de 2002. Segundo avaliação das duas entidades, o número de casos de tortura é no mínimo duas vezes maior porque muitas vítimas não apresentam denúncias por medo de retaliação dos agentes penitenciários. Além disso, cada vez mais, a tortura está sendo utilizada não apenas para obtenção de informação ou confissão, mas como instrumento de contenção e punição de grupos de presos. [23]

São Paulo, que tem o maior número de presos no país, é também o estado de onde provêem o maior número de denúncias de tortura encaminhadas à central de atendimento da Campanha Nacional Permanente Contra a Tortura - SOS Tortura. Durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002, o SOS recebeu 266 denúncias de São Paulo, das quais 144 eram referentes à tortura praticada por agentes públicos. As denúncias são encaminhadas às autoridades do sistema penitenciário e à polícia civil para investigação. No caso do crime de tortura, seria imprescindível o exame de corpo de delito para comprovar a existência do crime. No entanto, as autoridades freqüentemente não abrem inquérito ou sindicância e não solicitam o exame de corpo de delito, alegando que as denúncias de tortura são improcedentes, que os policiais e agentes penitenciários não praticam a tortura e que os presos se ferem em decorrência de desentendimentos entre eles. Outras vezes, as autoridades aguardam a passagem do tempo, para que as marcas de tortura desapareçam, antes de abrir inquérito ou sindicância. Nos poucos casos em que há comprovação da tortura e identificação do agressor, a agressão é tipificada como "abuso de autoridade" ou "lesão corporal" e as vítimas são obrigadas a prestar depoimento da frente dos agressores – o que faz com que elas sintam-se intimidadas. [24]

Em dezembro de 2002, a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária divulgou os resultados de um censo e uma pesquisa sobre o perfil do preso nos estabelecimentos prisionais do estado. Os resultados do censo mostram que a grande maioria dos presos não concluiu o ensino fundamental e que a proporção dos afro-descendentes é maior na população encarcerada do que na população total do estado –o que revela a prevalência de práticas discriminatórias nos sistemas de segurança e justiça. Os resultados da pesquisa mostram ainda que as políticas da administração penitenciária são falhas porque não atendem às necessidades específicas das presas mulheres e, principalmente no que se refere à educação e trabalho, não incentivam e preparam o preso para voltar à sociedade após o cumprimento da pena. Finalmente, os resultados mostram que 40% dos presos são reincidentes e 14,8% dos presos já passou por unidades de internação de adolescentes da Febem –o que revela a

incapacidade das unidades prisionais de ressocializar os presos condenados e das unidades do sistema de internação de adolescentes de reeducar os adolescentes em conflito com a lei. [25]

O Governo do Estado desativou a Casa de Detenção do Carandiru, na zona norte da Cidade de São Paulo, no dia 15 de setembro de 2002. A desativação atende à antiga reivindicação de entidades da sociedade civil e à recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que apreciou o caso após petição enviada pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, Centro pela Justiça e Direitos Internacional e Human Rights Watch. Segundo os planos do Governo do Estado, a área da Casa de Detenção dará lugar a um parque com espaços para atividades de lazer, educação e cultura. Três pavilhões foram derrubados com uma implosão em 8 de dezembro. Os quatro pavilhões restantes serão reformados para abrigar um centro de cultura, um centro de tecnologia, um centro de formação profissional e um centro de excelência em terceiro setor. A Casa de Detenção do Carandiru, local do massacre no qual morreram 111 presos em 1992, conhecido como Massacre do Carandiru, era o símbolo máximo de uma política penitenciária autoritária, que desconsiderava os direitos fundamentais e a dignidade dos presos, absolutamente ineficaz do ponto de vista da ressocialização dos presos.

Em junho de 2001, o Cel. PM Ubiratan Guimarães, comandante responsável pela operação da polícia militar para conter a rebelião na Casa de Detenção do Carandiru, em 2 de outubro de 1992, durante a qual ocorreu a execução de 111 presos, sendo 102 presos mortos por policiais, foi condenado a 632 anos de prisão pelo 1º Tribunal do Júri de São Paulo, pela participação em 102 homicídios e 5 tentativas de homicídio. O Cel. Ubiratan recorreu da sentença e, apesar da condenação em primeira instância, foi eleito deputado estadual nas eleições de 2002 e tomará posse do cargo em 2003.

Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

Desde a crise de outubro de 1999, quando houve uma grande rebelião do Complexo Imigrantes da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), transmitida ao vivo pela televisão, ficou claro para a sociedade o tratamento violento, cruel e desumano a que são submetidos os adolescentes internados. As entidades da sociedade civil e os promotores da Vara e da Infância e da Juventude, que já denunciavam as graves violações de direitos humanos na Febem desde a década de 1980, conseguiram colocar a questão da tortura na Febem na agenda pública e passaram a utilizar de forma mais agressiva os mecanismos existentes para proteger os direitos dos adolescentes em conflito com lei internados em unidades da Febem.

Várias denúncias foram feitas através da imprensa e levadas a autoridades nacionais e internacionais, inclusive à Alta Comissária da Organização das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Mary Robinson, durante sua visita à Universidade de São Paulo, em janeiro de 2000. Foram abertos inquéritos policiais, processos criminais, processos administrativos e procedimentos de investigação na Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital. Oito ações civis públicas, apresentadas na Justiça pelos promotores da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital, solicitando melhorias nas unidades de internação da Febem, foram julgadas favoravelmente em primeira instância e derrubadas por meio de liminares no Tribunal de Justiça. Em outubro de 2002, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, considerando esgotados os mecanismos internação de apuração das denúncias, aceitou investigar as denúncias de violações de direitos humanos na Febem em outubro de 2002, com base em petição enviada pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional e a Comissão Teotônio Vilela. [26]

As violações de direitos humanos na Febem foram objeto de relatórios elaborados pelo relator especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, pela Comissão Contra a Tortura da Organização das Nações Unidas para a Tortura, pela Anistia Internacional, e pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.[27] Em 10 de dezembro de 2002, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara

dos Deputados realizou audiência pública sobre as violações de direitos humanos na Febem.

Segundo informações da Promotoria da Vara da Infância e Juventude da Capital, 85 funcionários já foram denunciados por crime de tortura e figuram como réus em seis processos referentes à prática de tortura nas unidades da Febem: Imigrantes (setembro/1999), Parelheiros (abril/2000), Cadeião de Pinheiros (junho/2000), Raposo Tavares (novembro/2000), Franco da Rocha (novembro/2000) e unidades 30 e 31 em Franco da Rocha (junho/2002). Vinte e oito dos 85 funcionários processados por tortura estavam trabalhando nas unidades 30 e 31 de Franco da Rocha na primeira semana de dezembro de 2002. [28]

Em agosto de 2002, a Justiça determinou a prisão preventiva de 14 funcionários da Febem, acusados da prática de tortura, na unidade de Parelheiros, desativada em julho de 2002, após denúncias da prática de tortura na unidade pela Promotoria de Justiça da Vara da Infância e da Juventude da Capital.[29] Apenas um mês depois, em setembro de 2002, foi preso o primeiro dos funcionários que tiveram a prisão preventiva decretada, acusado de tortura, formação de quadrilha e tráfico de drogas.[30] Em dezembro de 2002, dez funcionários ainda estavam foragidos. [31]

Em novembro de 2002, após denúncias de maus tratos por promotores, juizes e mães de adolescentes internados que visitaram as unidades 30 e 31 da Febem em Franco da Rocha, a Febem anunciou a demitiu nove funcionários das unidades de Franco da Rocha, sem divulgar os nomes dos funcionários e as denúncias existentes contra os mesmos.[32] A Promotoria de Justiça da Vara da Infância e da Juventude, entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente, entidades de direitos humanos e a Anistia Internacional defendem a desativação das unidades de Franco da Rocha. [33]

O Governo do Estado investiu nos últimos anos na construção e reforma de 18 unidades da Febem, com um total de 11.296 vagas. Entretanto, além da persistência da tortura, dos maus tratos e outros tratamentos cruéis, o problema de superlotação não foi resolvido e há unidades com estrutura prisional inadequada para a reeducação dos adolescentes em conflito com a lei. A Unidade de Atendimento Inicial do Brás, com capacidade para 62 adolescentes, estava em dezembro de 2002, com 428.[34] A Febem diz que 6% dos adolescentes internados são reincidentes, mas a associação de mães dos adolescentes internados na Febem diz que 50% das mães atendidas pela associação têm filhos reincidentes. [35]

PROMOTORES EM DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Promotoria de Justiça da Vara da Infância e Juventude da Capital tem entre as suas atribuições, a competência para fiscalizar a aplicação de medidas sócio-educativas em meio fechado, e verificar se estas estão adequadas aos parâmetros definidos no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. Os promotores Ebenézer Soares, Sueli Rivera e Wilson Tafner têm realizado visitas e apurado denúncias de torturas e maus tratos nas Unidades da FEBEM. Organizaram ao longo dos últimos anos um vasto material que ajuda a fundamentar inquéritos e processos referentes à prática de tortura, maus tratos e outros tratamentos cruéis, produzindo provas como imagens de vídeos, fotografias, exames de corpo delito, depoimentos de testemunhas, etc. Os três receberam menção honrosa na entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2001, em virtude de sua atuação na fiscalização da aplicação de medidas sócio-educativas e na proteção dos direitos dos adolescentes internados nas unidades da FEBEM em São Paulo. Através da sua atuação, foram documentados não apenas casos de tortura e maus tratos contra os adolescentes internados, mas ainda as más condições sanitárias, da ausência de atividades sócio-educativas e da ausência de tratamento diferenciado para adolescentes com problemas mentais.

VIOLÊNCIA RURAL

Em São Paulo, o número de conflitos rurais caiu de 44 em 1999, para 17 no ano 2000, mas voltou a subir para 42 em 2001. O número de pessoas envolvidas caiu de 36.298 em 1999, para 11.425 no ano 2000, mas também subiu para 22.871 em 2001. Cinco pessoas morreram em decorrência de conflitos rurais, uma em 1999, duas em 2000 e duas em 2001. Entre janeiro e agosto de 2002, aconteceram 21 conflitos rurais, envolvendo 16.319 pessoas, sem que houvesse registro de morte. [36]

Em outubro de 2000, um integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), de 43 anos, foi executado com um tiro na cabeça, em Suzano, Grande São Paulo. Além do tiro, a vítima recebeu golpes de faca. Ele pertencia ao MST do Vale da Paraíba e foi um dos líderes do assentamento da fazenda Santa Rita, em São José dos Campos. Os assassinos não foram localizados. [37]

TRABALHO ESCRAVO

Apesar da maioria dos estudos e pesquisas focalizarem a prática de trabalho forçado ou escravo em áreas rurais, a prática acontece também em áreas urbanas, atingindo principalmente trabalhadores estrangeiros (freqüentemente clandestinos) e migrantes.[38] Denúncias de emprego de bolivianos trabalhando em condição degradante, em confecções na zona norte da cidade de São Paulo, são investigadas pelo Ministério Público do Trabalho.[39] Outra denúncia diz respeito a migrantes da Paraíba e Rio Grande do Norte, submetidos à servidão como vendedores de redes na rodovia Rio - Santos. [40]

A Comissão Pastoral da Terra registrou a ocorrência de 47 trabalhadores em condição análoga a de escravo em 1999, no município de Potirendaba.[41] No mesmo ano, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou uma operação em São Paulo, sem registrar a presença de trabalhadores em situação degradante ou análoga à escravidão. [42]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Entre setembro de 2001 e janeiro de 2002, dois prefeitos do PT foram assassinados. Antonio da Costa Santos, o Toninho, prefeito de Campinas, foi morto no dia 10 de setembro de 2001, dentro de seu carro, quando voltava da academia de ginástica, como fazia todos os dias. O outro foi Celso Daniel, prefeito de Santo André, que foi seqüestrado no dia 19 de janeiro de 2000 e encontrado morto um dia depois. Em ambos os casos a polícia concluiu tratar-se de crimes comuns, mas ainda há dúvidas entre os familiares das vítimas e militantes do PT sobre a natureza dos dois crimes.

Toninho foi assassinado na noite do dia 10 de setembro de 2001 com três tiros disparados contra ele de fora de seu carro por ocupantes de outro carro que estava na rua. Nos dias seguintes ao de seu assassinato falava-se em crime político. Toninho havia dito que vinha sofrendo ameaças de morte e chegado até a comentar com sua vice sobre a hipótese de sua morte. Uma carta anônima também foi encontrada indicando motivação política ao crime. A hipótese de roubo foi logo descartada, pois o crime aconteceu com o carro em movimento, e as sacolas com roupas e a carteira do prefeito não foram pegas. No entanto, segundo a polícia, Toninho teria morrido porque seu carro se encontrava no meio do caminho de ladrões que estavam fugindo. Fotos do sistema de monitoramento perto do local mostram os dois carros emparelhados no momento do crime. Os tiros teriam sido dados no momento em que os ladrões conseguiram fazer a ultrapassagem. O principal suspeito do crime, Wanderson Nilton de Paula Lima, o Andinho, foi detido pela polícia em fevereiro de 2002, e denunciado pelo Ministério Público, mas ainda não foi julgado. Até a presente data, mais de um ano após a ocorrência do crime, a Justiça ainda não declarou qual seria a motivação do crime. A família de Toninho não aceita as conclusões dadas pela polícia, e seu advogado não acredita que Andinho tenha sido o autor do crime. [43]

Celso Daniel foi assassinado no dia 20 de janeiro de 2001, pouco mais de 24 horas depois de ter sido

seqüestrado. Era prefeito de Santo André e coordenador da equipe de programa do candidato Lula à Presidência da República. Foi abordado dentro de seu carro, depois de ter saído de um jantar, e levado por uma "gangue" a uma estrada de terra onde foi morto com oito tiros. Logo no início das investigações o Deputado Federal Luiz Eduardo Greenhalgh, indicado pelo PT para acompanhá-las, divulgou o depoimento de um militar que teria escutado uma conversa entre os possíveis seqüestradores em uma viagem de ônibus entre Goiânia (GO) e Marabá (PA). Pelo teor dessa conversa, o crime teria sido encomendado. No entanto, depois de alguns meses de investigação, a polícia concluiu por tratar-se de um crime comum. O acusado de chefiar a quadrilha do seqüestro, Ivan Rodrigues da Silva, o "Monstro", foi preso no início de junho. Outros doze integrantes do grupo também foram presos, segundo a polícia. Eles afirmam terem seqüestrado Celso Daniel por causa do carro importado em que ele andava. O último membro dessa suposta quadrilha foi preso no mês de setembro. Greenhalgh foi convencido que a polícia esclareceu o crime. No entanto, a versão da polícia ainda não convenceu as pessoas próximas. O vice-prefeito de São Paulo Hélio Bicudo afirmou, no final do mês de junho, não descartar a possibilidade de crime político, acentuando que os seqüestradores não pediram dinheiro algum, o que reforça a hipótese de que teriam a deliberada intenção de matar. No início de agosto, a família de Celso Daniel, convencida de que foi vítima de crime político, divulgou documento apontando equívocos e falhas no processo e pedindo a reabertura do caso. [44]

Além desses dois prefeitos assassinados, o prefeito do Embu, Geraldo Cruz, também do PT, sofreu ameaças de morte e um atentado. Em 1999, quando ainda era vereador da cidade, denunciou 18 vereadores da Câmara Municipal por irregularidades administrativas. Eles foram afastados do cargo por decisão judicial e Cruz começou a sofrer constantes ameaças de morte. Na madrugada de 28 de novembro de 2001, quando já havia sido eleito prefeito da cidade, sua residência e a residência do secretário municipal do governo foram atingidas por bombas de fabricação caseira. Ninguém foi preso, mas o delegado responsável afirmou que a intenção do atentado era matar o prefeito. Na madrugada de 22 de janeiro de 2002, ele voltou a receber ameaças de morte. [45]

Em 20 de abril de 2001, manifestação pública contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), reunindo cerca de 1.500 pessoas na Av. Paulista, Cidade de São Paulo, foi violentamente reprimida pela polícia militar. No confronto entre policiais e manifestantes, 69 pessoas foram detidas, a maioria estudantes menores de 21 anos, e pelo menos 100 manifestantes ficaram feridos, vítimas de bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha, cassetetes, chutes e socos, oito deles com gravidade. Das 69 pessoas presas, nove foram encaminhadas ao 5º distrito policial e 60 para o 78º distrito. Durante o trajeto e nas delegacias, os manifestantes foram agredidos física e verbalmente. No 78º distrito, os manifestantes foram vítimas de tortura, sendo mantidos ajoelhados e virados para a parede e recebendo socos e golpes de cassetete por várias horas. Foram detidas até pessoas que não participavam da manifestação e dois repórteres, acusadas de desacato à autoridade, resistência à prisão e depredação de prédios públicos e privados. Foi necessária a intervenção de advogados, vereadores e deputados para que os manifestantes não fossem indiciados por formação de quadrilha e corrupção de menores. [46]

Um ano antes, em maio de 2000, outra manifestação, organizada por professores da rede estadual de ensino em greve, havia sido duramente reprimida pela polícia militar, gerando um conflito que deixou 17 pessoas feridas, das quais 5 policiais. [47]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 5376 para 6430 entre 1998 e 2000 (crescimento de 19,61%). O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 78 em 98 para 89,6 em 2000 (+14,87%). Um indicador da probabilidade dos jovens

virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que era, em São Paulo, de 112,3 no ano de 2000. O estado tinha a segunda maior taxa de vitimização entre todas as unidades federativas brasileiras, estando bem acima da taxa nacional que era de 92,7. [48]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até o final do primeiro semestre de 2002, somente 68% dos 643 municípios contavam com Conselhos Tutelares. O que significa que, no estado, muitas cidades descumprem o ECA no que se refere à implantação desses órgãos. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era um pouco melhor, porém em 9,5% das cidades não estava instalado o Conselho. [49]

No combate a violência doméstica, destaca-se o reconhecido trabalho do Centro de Referência a Vítimas de Violência do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo/SP[50], que atua em várias frentes desde a prevenção, pesquisa e formação de profissionais até o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e suas respectivas famílias e agressores. O projeto, no atendimento direto, disponibiliza o trabalho de psicólogos e psiquiatras além de realizar visitas domiciliares e institucionais e, na prevenção, constituiu pólos informativos que subsidiam profissionais e demais pessoas diretamente envolvidas com as crianças e adolescentes do município de São Paulo.

Ações no sentido de impedir a redução da idade penal também têm mobilizado organizações governamentais e não governamentais, bem como os fóruns, municipais e estadual, de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2000, foi lançado o Movimento "10 anos – Comitê Paulista de Defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente" e, em 2001, foi realizado o Seminário "Diga Sim ao ECA e Não à Redução da Idade Penal" e constituído o "Movimento Contra a Redução da Idade Penal". O Movimento, subsidiado por pareceres de renomados juristas e profissionais da área da infância e juventude, criou frentes de mobilização nos níveis federal e estadual, buscando, em especial junto aos deputados federais, apoio para que não seja aprovada alteração na idade penal.

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 465 originaram-se no Estado do São Paulo. Deste total, 78 foram feitas no primeiro semestre de 2002. A quantidade de denúncias oriundas de São Paulo coloca o estado na segunda posição entre os estados que mais se utilizaram do Sistema. [51]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada pesquisa nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou-se a existência de seis rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial com origem em São Paulo, sendo que cinco delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [52]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente[53] indica que em 1999, havia 310.049 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no estado. Deste total, 248.521 (80,16%) trabalhavam na área urbana e 61.528 (19,84%) na rural. O mapa aponta que essa faixa da população ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores[54]: 1.º Comércio (74.119), 2.º Agropecuária (57.311), 3.º Indústria de Transformação (54.770) e 4.º Prestação de Serviços (53.076). Ademais, 158.396 (51,09%) eram empregados, 24.434 (7,88%) domésticos, 15.158 (4,89%) trabalhavam por conta própria e 11.799 (3,81%) trabalhavam para autoconsumo.

A VII Caravana Nacional de Direitos Humanos da Câmara Federal esteve em São Paulo em 2002, verificando a situação do trabalho infanto-juvenil no estado. Além de constatar a utilização de crianças e adolescentes em atividades totalmente danosas a saúde, em espe-

cial nas olarias, e verificar até situações análogas à escravidão, foram apontados outros problemas como: a falta de comunicação ao Conselho Tutelar quando os alunos se evadem do sistema de ensino; o valor "irrisório" (R$ 25,00) da bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); e o número reduzido de crianças e adolescentes inscritos no Programa. [55]

Medidas Sócio-Educativas

A análise dos dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça revela que o Estado de São Paulo ocupava até o primeiro semestre de 2002, com larga folga, a primeira posição em número de adolescentes em conflito com a lei cumprindo medida sócio-educativa de liberdade assistida, semi-liberdade ou internação.[56] Sustentava esta posição com uma quantidade de adolescentes que correspondia a mais de 55% do total brasileiro. Só em São Paulo havia 15.332 adolescentes sob uma das três medidas citadas, sendo que a somatória de adolescentes na mesma condição, nas demais unidades federativas, totalizava 11.458. [57]

Ao se verificar, quantitativamente, o tipo de medida sócio-educativa, constata-se que 11.686 (76,22%) adolescentes estavam em liberdade assistida, 333 de semi-liberdade (2,17%) e 3.313 de internação (21,61%). O índice de adolescentes em liberdade assistida era de 3,21[58]. Já o número de adolescentes submetidos à internação provisória perfaz 1.234. Constata-se também que para abrigar os mais de 4800 jovens sob medida em meio fechado, o Estado de São Paulo dispõe de 42 unidades de internação, 8 de semi-liberdade e 18 de internação provisória. Diante do número de adolescentes e das vagas existentes, percebe-se que São Paulo é o terceiro estado com maior número de jovens por unidade de internação, com uma média aproximada de 79 jovens por unidade. Contrariando assim, determinação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que, em sua resolução nº 46, dispõe que o número máximo de adolescentes por unidade deve ser de 40.[59] Somente em Franco da Rocha, na Unidade 30, a capacidade prevista é de 320 adolescentes. Na Unidade de Atendimento Inicial (UAI), desde 2000, a capacidade prevista para o local é desrespeitada. Apesar de comportar 63 adolescentes em média, o local abriga 360 adolescentes, chegando em muitos momentos a ter mais de 400 jovens.

Todos estes dados, somados ao desrespeito à previsão do art. 259 do ECA de reordenamento institucional, criaram um quadro caótico no Estado de São Paulo entre 1999 e 2002. O ápice desta crise se deu em 1999 com a rebelião ocorrida no Complexo da Imigrantes em que, segundo os dados oficiais, 4 jovens foram barbaramente executados. A partir deste fato, o Governador do Estado na época, Mário Covas, decidiu pelo fechamento do Complexo e lançou o denominado programa Novo Olhar, que previa a construção de unidades descentralizadas e se propunha a reordenar o sistema. Pouco do que fora proposto foi colocado em prática. Ao contrário, num primeiro momento, foi aplicada uma política de maior endurecimento no tratamento destinado aos jovens. A remoção para locais de total contenção e que contrariavam qualquer possibilidade de sócio-educação foi o fato mais significativo deste recrudescimento. É justamente no final de 1999 que estruturas criadas para privação de liberdade de adultos passam a ser utilizadas pelos adolescentes, cite-se: os Cadeiões de Pinheiros, Santo André, Franco da Rocha e Parelheiros. As entidades de defesa de direitos passam a ter seu acesso às unidades de internação ainda mais restrito. A partir de 2000, mudanças na organização judiciária[60] e, posteriormente, no próprio quadro de procuradores de assistência judiciária [61] dificultam ainda mais o acesso à justiça.

No primeiro semestre de 2001, a Febem proibiu o ingresso e fiscalização por parte das organizações da sociedade civil e dos organismos de democracia participativa, responsáveis por zelar pelos direitos dos adolescentes. Aliada a essa proibição, a partir de abril de 2001, a situação das unidades de internação passou a ser bem menos destacada pelos meios de comunica-

ção, dando a aparente impressão de mudanças nas práticas da Fundação.

Contudo, mantém-se muito da caracterização do sistema feita pela IV Caravana Nacional de Direitos Humanos em São Paulo. A UAI foi a primeira unidade a ser visitada. Suas características impressionaram pelo grau de adestramento a que são submetidos os adolescentes nessa porta de entrada do sistema juvenil de privação de liberdade. Na unidade foi verificado que todos os adolescentes, logo ao entrar, têm a cabeça raspada, passam a usar um uniforme e qualquer deslocamento dentro da unidade se dá "em fila indiana, com as mãos para trás e a cabeça para baixo", além de ser obrigatório ao jovem pedir licença toda vez que passa por um adulto. Outras violações perpetradas contra os jovens privados de liberdade na UAI e citadas no relatório são: falta de atividades; maus tratos e torturas a que são submetidos; prática de desnudamento das visitas, sendo que em média a visita, uma vez por semana, dura 15 minutos; e falta de separação rigorosa dos adolescentes previstas no ECA. [62]

Outros estabelecimentos visitados pela IV Caravana foram: a Unidade de Internação Provisória 6 (UIP 6), a Unidade de Internação 15 no Complexo do Tatuapé e Unidade 30 de Franco da Rocha. Nestes locais, além da semelhança com o sistema prisional (em geral adolescentes alojados em celas), muitos foram os relatos e constatações, tais como: práticas constantes de tortura e espancamento; impossibilidade dos ambientes promoverem ação efetivamente sócio-educativa; falta de privacidade; existência de doenças de pele; má qualidade da comida. [63]

Segundo as entidades e os organismos fiscalizadores, as restrições impostas pela Febem têm dificultado o estabelecimento de um quadro real da situação a que estão sujeitos os adolescentes no interior das unidades. Porém, a atuação do Ministério Público e as denúncias de familiares e entidades defensoras dos direitos dos adolescentes indicam que a cultura de violência e de desrespeito ao reordenamento institucional contido no ECA ainda está arraigada no dia-a-dia da Febem/SP. Várias reportagens, também, indicam a continuidade destas práticas de violações perpetradas contra a juventude paulista privada de liberdade não haviam sofrido alteração. [64]

Em 2001, o Governo do Estado, dos Municípios (em especial, o de São Paulo) e organizações não governamentais iniciaram a discussão sobre o processo de municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto, que iniciou sua implementação no segundo semestre de 2002.

Entre as medidas em meio aberto, a de maior destaque é a de Liberdade Assistida. Várias são as organizações governamentais e não governamentais que executam a Liberdade Assistida , havendo inúmeras diferenças de qualidade entre elas. Assim, ressalte-se, entre outros, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente "Mônica Paixão Trevisan" que, executando a Liberdade

ASSOCIAÇÃO DE MÃES E AMIGOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE EM RISCO - AMAR

Na luta pelo respeito e garantia dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, especialmente aqueles privados de liberdade, destaca-se a atuação da Associação de Mães e Amigos da Criança e Adolescente em Risco – AMAR, pelo trabalho desenvolvido, recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2001. A AMAR foi criada por um grupo de mães indignadas com as torturas físicas e psicológicas e maus tratos sofridos pelos adolescentes internados em unidades da Fundação Estadual do Bem Estar dos Menores, em 1999. A Associação tem por objetivo lutar contra estas violações de direitos humanos, orientando as mães e familiares de adolescentes internados sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, fiscalizando e denunciando violações do Estatuto e propondo medidas para proteger e promover os direitos dos adolescentes em conflito com a lei.

Assistida Comunitária, recebeu em 2000 o Prêmio Sócio-Educando. [65]

MULHERES

São Paulo é o estado brasileiro que tem o maior número de delegacias especializadas no atendimento à mulher e o maior número de crimes contra a mulher registrados na polícia. Em 112 delegacias especializadas no atendimento à mulher no Estado de São Paulo, foram registradas 130.829 ocorrências policiais em 1999. Destas, foram 49.423 lesões corporais (37,78%), 37.430 ameaças (28,61%), 11.657 vias de fato (8,91%), 3.265 atentados violentos ao pudor (2,50%), 2.078 maus tratos (1,59%), 1.699 estupros (1,30%), e 1.557 lesões corporais culposa (1,19%). [66]

De 1999 para 2001, cresceu o número de ocorrências de violência contra a mulher registradas pela polícia nas delegacias da mulher no Estado de São Paulo. No ano de 2000, foram registradas 310.058 ocorrências, das quais 78.982 foram lesões corporais, 62.035 ameaças, 18.583 vias de fato, 2.905 maus tratos, 1.882 estupros de 41 homicídios. No ano 2001, foram 334.589 ocorrências, das quais 86.069 foram lesões corporais, 75.379 ameaças, 20.785 vias de fato, 2.985 maus tratos, 1.882 estupros, 36 homicídios. [67]

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (PETRASF) constatou a existência de 10 rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial, sendo que cinco rotas também envolviam crianças e adolescentes. Assim como no Rio de Janeiro, São Paulo é um estado que recebe mulheres aliciadas em outros estados e onde as mulheres são aliciadas para viajar para países europeus (Portugal, Espanha, Itália, Suíça, Holanda e Alemanha), Hong Kong e Taiwan. [68]

Mercado de Trabalho

A participação das mulheres no mercado de trabalho cresceu por seis anos consecutivos, atingindo um pico de 53,8% das mulheres inseridas no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo em 1999.[69] Apesar deste crescimento, a participação das mulheres ainda é inferior a dos homens e as mulheres enfrentam discriminação e preconceito no mercado de trabalho. As taxas de desemprego das mulheres são maiores e os rendimentos são inferiores aos dos homens.

Na Região Metropolitana de São Paulo, em 2000-2001, a taxa de desemprego feminina manteve-se estável, variando apenas de 20,9%, em 2000 para 20,8% em 2001, da População Economicamente Ativa (PEA). Entre os homens, também houve estabilidade da taxa de desemprego, passando de 15,0%, em 2000, para 14,9% em 2001. [70]

Quanto ao rendimento mensal médio, houve diminuição tanto no caso dos homens quanto das mulheres de 2000 para 2001. A redução foi menor para as mulheres (5,4%) do que para os homens (9,2%). Ainda assim, as mulheres ainda têm rendimentos inferiores aos dos homens. O rendimento médio mensal das mulheres foi de R$ 671 em 2001, contra R$ 1.041 dos homens –o que significa que o rendimento das mulheres corresponde a 64,5% do rendimento dos homens. Segundo a pesquisa da Fundação Seade, entretanto, as mulheres trabalham em média menos horas do que os homens (39 horas semanais as mulheres, contra 46 horas semanais os homens, em 2001). Considerados o rendimento médio por hora de trabalho, a diferença de remuneração entre homens e mulheres cai. O rendimento médio por hora é de R$ 4,02 para as mulheres e R$ 5,29 para os homens – o que significa que o rendimento das mulheres corresponde a 76,0% do rendimento dos homens. [71]

Boas Práticas

No Estado de São Paulo, há diversos programas e ações, desenvolvidos por organizações governamentais e não governamentais, voltados para a proteção e promoção dos direitos das mulheres, particularmente das mulheres vítimas de violência.

A União de Mulheres de São Paulo, o Instituto

Brasileiro de Advocacia Pública e o Movimento do Ministério Público Democrático desenvolvem o projeto Promotoras Legais Populares, que visa formar e capacitar líderes comunitárias. Iniciado na Cidade de São Paulo, em 1994, o projeto foi implementado também em São José dos Campos, Taubaté, Suzano, Santo André e Campinas. Até o final do ano 2002, foram formadas mil promotoras legais populares aptas a transmitir as informações adquiridas, orientando, mobilizando e incentivando, na capital e interior do Estado de São Paulo, mulheres e homens de suas comunidades a conhecerem as leis, seus direitos, e formas de exercê-los. [72]

O Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento da Mulher, da Procuradoria Geral do Estado atende, encaminha e orienta a mulher vítima de violência. Caso seja necessária a propositura e/ou contestação de medida judicial, as mulheres são encaminhadas ao Plantão da Procuradoria de Assistência Jurídica Cível. [73]

Nos Centros de Integração da Cidadania, mulheres em situação de conflito familiar são atendidas pelo programa Pró-Mulher, Família e Cidadania, que utiliza metodologia de mediação na tentativa de encontrar soluções para o conflito. [74]

No que diz respeito à Saúde da Mulher, está sendo desenvolvido o Plano de Melhoria da Qualidade da Assistência Obstétrica visando reduzir as taxas de mortalidade materna, diminuindo o número de cesárias. O controle é feito através dos critérios estabelecidos de uma taxa inferior a 50% de cesárias feitas ao mês. [75]

O Conselho Estadual da Condição Feminina realizou, de 1999 a 2002, seminários, cursos de capacitação, cartilhas, sempre visando promover a prática da cidadania das mulheres. [76]

A Casa Sofia, mantida pela Sociedade Santos Mártires, atende mulheres vítimas de violência doméstica, residentes na região do Jardim Ângela e bairros vizinhos, na zona sul da cidade de São Paulo. Através de apoio psico-social individualizado, terapias de grupo, orientações jurídicas, cursos e encaminhamentos, a Casa Sofia contribui para desenvolver a auto-estima, promover a cidadania e proteger os direitos das mulheres para que estas consigam superar as situações de violência em que vivem.

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (10.148.616) representa 27,40% da população do estado, proporção inferior à média da região Sudeste. Na população afro-descendente, 4,50% se declararam negros e 22,90% pardos. [77]

A ONG Instituto Negro Padre Batista firmou um convênio com a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo para atendimento jurídico e assistência psicológica às pessoas carentes e vítimas de crimes raciais, em julho de 2000. Segundo relatório da entidade, 269 pessoas procuraram a ONG em 2001. Neste mesmo ano, 26 ações de injúria racial, crime tipificado no artigo 140, § 3º do Código Penal, foram ajuizadas. De janeiro a agosto de 2002, 198 pessoas foram atendidas e 16 ações referentes ao crime de injúria racial foram ajuizadas. [78]

O Instituto Geledés mantém um serviço SOS Racismo. Entre julho de 2001 e setembro de 2002, as denúncias recebidas pelo Geledés deram origem a dezenove ações penais, das quais 15 ações privadas e 4 ações públicas. No mesmo período, foram ajuizadas sete ações cíveis, para obtenção de indenização por dano material e moral, das quais uma foi julgada procedente, outra resultou em acordo entre as partes, três se encontram em julgamento em segunda instância e as duas outras aguardam o final do inquérito.[79] Em um caso, um rapaz foi impedido, pelo pai da namorada que não admitia a relação da filha com um afro-descendente, de namorar. O pai da namorada, acompanhado por oito pessoas com armas em punho, ameaçou o rapaz e seus familiares, e invadiu sua casa. O caso está em andamento na justiça, por violar o art. 14 da lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça, de cor, de etnia, religião ou procedência nacional, sujeitos à pena de reclusão por

dois anos. Em outro caso, as vítimas visitavam uma feira de gastronomia, quando foram impedidas de degustar alimentos nos "stands" e posteriormente de permanecer na feira. [80]

Existem em São Paulo 22 comunidades quilombolas com aproximadamente mil famílias de descendentes de escravos. Vinte das comunidades ficam no Vale do Ribeira. Outras duas, o Cafundó, em Salto de Pirapora, e o Jaó, em Itapeva, no sudoeste do Estado. [81]

No dia 12 de março de 2001, 200 pessoas de oito comunidades quilombolas realizaram manifestação em frente à sede do Ibama, em São Paulo, protestando contra a construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, no Rio Ribeira de Iguape, na divisa entre São Paulo e Paraná. Os manifestantes reivindicavam o arquivamento do projeto de construção da hidroelétrica, com base em um estudo do Instituto Sócio-Ambiental, mostrando que, se as barragens fossem construídas, oito terras quilombolas seriam inundadas. [82]

Ações Afirmativas

Em Santos, a Câmara Municipal, atendendo às resoluções da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Todas as Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban em 2001, aprovou a criação de Comissão Regional de Monitoramento Pós-Durban, composta por vereadores, membros da OAB e outras organizações da sociedade civil, para monitorar a implementação de ações afirmativas na Baixada Santista, em março de 2002. A Câmara aprovou também a criação da Comissão Especial de Vereadores para acompanhar a implementação do Plano de Ação de Durban (Conferência Mundial contra o Racismo) no município, em setembro de 2002. No mesmo mês, ainda implementando as resoluções da Conferência de Durban, a Câmara aprovou o projeto de lei estabelecendo cota de 20% para negros em concursos públicos e contratos firmados pela prefeitura com empresas privadas, e o projeto de lei que reserva cotas de 20% nas bolsas de estudo para cursos de ensino superior pagas pela Secretaria de Educação de Santos.

Em Cubatão, a lei municipal 2.782, de 2 de outubro de 2002, obrigando a Prefeitura, o Legislativo e as autarquias municipais a reservarem 20% das vagas em concursos públicos para negros e afro-descendente.

No âmbito da educação, o Geledés - Instituto da Mulher Negra, a Fundação Cultural Palmares e a Fundação BankBoston desenvolvem o Projeto Geração XXI. O projeto é uma ação afirmativa, com o objetivo promover o desenvolvimento humano sustentável da população negra, que consiste no acompanhamento e assistência integral a 21 adolescentes, de 13 a 15 anos, integrantes de famílias de baixa renda, residentes na cidade de São Paulo. O projeto envolve a realização de atividades de geração de emprego e renda e de integração entre as famílias dos jovens, através do Programa Família XXI. [83]

INDÍGENAS

São Paulo tem sua população indígena distribuída entre dois povos: os Guaranis e os Kaigang.[84] Estima-se que tenha a quinta menor população indígena entre os estados que têm populações indígenas no país. [85]

SOCIEDADE BENEFICENTE TREZE DE MAIO

A Sociedade Beneficente Treze de Maio foi criada em Piracicaba, interior de São Paulo, em 1901, 13 anos após a promulgação da lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, com o objetivo de celebrar o fim a escravidão. Em 1908, a entidade passou a atuar na prestação de serviços de saúde, educacionais e jurídico à comunidade, independentemente de distinções de sexo, raça, religião e nacionalidade. Através da sua atuação, a Sociedade Treze de Maio apóia movimentos em defesa dos direitos e valorização da cultura dos afro-descendentes e outros grupos vulneráveis.

O estado tem 13 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [86]

Situação	N.º Terras Indígenas
Declaradas	1
Homologadas	3
Registradas	9

Os indígenas Guarani, de Parelheiros, zona sul da Capital, estavam tendo problemas de saúde, em consequência da situação de miséria em que vivem. Em 1999, 80% das crianças eram desnutridas, sendo que 50% apresentam grau grave da doença. No entanto, essa situação começou a melhorar, desde que, no final de 1998, uma equipe do Instituto da Criança, do Hospital das Clínicas, formada por um médico, uma assistente social e uma socióloga, passou a atender nas tribos. [87]

IDOSOS

São Paulo é o estado com a maior população de idosos, que chegou a 3.316.957 pessoas no ano 2000. [88] Assim como os demais estados do Brasil, a população de idosos cresce em relação à população nas demais faixas etárias. Os idosos representavam 7,7% da população em 1991, passando a representar 9% no ano 2000.

Segundo dados de 2001, estavam inscritas na Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social 525 instituições, governamentais e não governamentais, para internação de idosos, das quais 194 integravam a rede de instituições conveniadas.[89] Esse expressivo número de entidades, por si só, já é indicativo da grande demanda existente por tal serviço. Soma-se, o fato da Secretaria estimar, em 1999, que havia uma demanda reprimida de cerca de 130 mil pessoas. Assim, pode-se concluir que a transferência de pessoas da terceira idade do núcleo familiar para instituições "especializadas" é uma prática comum no estado. Independentemente das opiniões em relação a esta prática, é necessário verificar as condições em que estão as pessoas abrigadas nestes locais.

A V Caravana Nacional de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, realizou visitas a quatro instituições de internamento de idosos em São Paulo. Das quatro casas visitadas, três eram conveniadas e uma era particular. Seguindo uma tendência nacional, as quatro instituições do estado não favoreciam a convivência comunitária e familiar, bem como a prática de atividades externas, aprofundando a solidão das pessoas internadas. A rotina, definida por uma das internas, foi "a vida aqui é comer e dormir". [90]

As casas visitadas, em especial aquelas com subsídio do poder público, tinham uma higiene precária e um espaço físico e arquitetônico extremamente inadequados às pessoas abrigadas, contribuindo para ociosidade e para a ocorrência de acidentes. O relatório aponta ainda a prática comum das casas de internação que leva à descaracterização e ao não reconhecimento dos idosos como indivíduos. Submetidos a um tratamento homogêneo, sem privacidade e impessoal, foi constatado, nas entidades de São Paulo, que os idosos, em regra, não têm privacidade na guarda de seus pertences, dormem em quartos com inúmeras camas (em uma das instituições havia 23 camas em um só quarto) e em uma das entidades visitadas sequer eram chamados pelo nome (na citada instituição, todas as internas são chamadas pelo epíteto "mãezinhas").

O relatório enaltece a atuação do Ministério Público, que em sete anos, com uma fiscalização sistemática, obteve o fechamento de 48 asilos e a prisão de mais de 200 proprietários e funcionários. Esta atuação levou a avanços importantes em relação à alimentação, higiene e barreiras arquitetônicas das casas de internação. Mas como se verificou nas visitas, ainda falta muito para que os idosos internados sejam realmente respeitados em seus direitos e, assim, as violências (físicas e psíquicas) cessem, sendo realmente dada a devida atenção a esta população que, proporcionalmente, mais cresce entre todas as faixas etárias da população paulista e brasileira.

Em 2002, foi criada a primeira delegacia especializada de atendimento ao idoso na cidade de São Paulo. A delegacia funciona dentro da estação do metrô

na Praça de República e atende cerca de 300 ocorrências por mês. Em agosto do mesmo ano, foi criado o Fórum Permanente Contra a Violência e o Abuso Contra Idoso, com aproximadamente 15 entidades governamentais e não governamentais, inclusive representantes de universidades, que se reúnem regularmente no Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim).

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

No Estado de São Paulo, que tem a maior população prisional do país, é possível verificar a situação particularmente grave em que se encontram as pessoas portadoras de deficiência e que cumprem pena de prisão ou medida de segurança em decorrência da prática de crimes. É um problema recorrente em todo o país, devido à inexistência ou insuficiência de especialistas para atendimento dos presos portadores de deficiência e à inadequação dos espaços e serviços para estes presos. [91]

Em São Paulo, a situação de saúde dos presos com deficiência física foi denunciada em relatório elaborado pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, em 1997. No dia 27 de março de 1997, a Comissão Teotônio Vilela, juntamente com a Pastoral Carcerária, a Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional e a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, realizou visita à Penitenciária do Estado e verificou a situação de presos paraplégicos e tetraplégicos que se encontravam reclusos no andar térreo do Hospital Auxiliar da Penitenciária, chamado pelos presos de porão, devido à pouca luminosidade existente no local. Nessas instalações as entidades puderam constatar a ausência de assistência médica e a falta de medicamentos; condições de vida inadequadas para portadores de deficiência, uma vez que o andar térreo onde se encontravam os presos paraplégicos e tetraplégicos é pouco iluminado e ventilado e com portas das celas estreitas, causando dificuldades para a passagem das cadeiras de roda e, conseqüentemente, de locomoção; assistência inadequada à saúde de presos portadores do vírus HIV no sanatório da Penitenciária, que muitas vezes não recebiam o coquetel de tratamento; presos com tuberculose e com doença mental no terceiro andar do Hospital Central em locais que prejudicavam as condições de saúde e denúncias sobre a cela de castigo. A entidade concluiu que a situação presenciada era de completa indiferença e omissão do estado em relação aos direitos e condições de vida dos presos paraplégicos e tetraplégicos.

Os presos portadores de doenças mentais enfrentam diante desse quadro uma situação dramática. Quando em delegacias ou cadeias, que usualmente não oferecem qualquer tipo de assistência médica, são colocados sozinhos, em celas e praticamente abandonados. Quando condenados, muitos estados não dispõem de vagas em unidades especializadas para o confinamento e tratamento desses presos.

Em São Paulo, onde há duas unidades masculinas (além de uma unidade feminina) de atendimento aos doentes mentais: o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. Nas duas, a situação é de superlotação. O Hospital de Custódia tem capacidade para 365 doentes mentais mas abrigava, em 1999, 560 presos, réus e sentenciados para tratamentos psiquiátricos hospitalar e pacientes com medida de segurança. O atendimento é extremamente deficitário, havendo psiquiatras que atendem pedidos de perícia mas não fazem outros atendimento. São comuns os casos de presos doentes mentais, cumprindo medida de segurança e aptos para encaminhamento para tratamento ambulatorial ou em hospitais psiquiátricos comuns. Entretanto, como não há tratamento médico, as melhoras do quadro clínico e mental e o fim da periculosidade do paciente em medida de segurança, não são apontadas. Neste caso, os pareceres deveriam explicar que o paciente não apresenta melhoras em virtude de ficarem muito tempo sem tratamento, ocasionando a permanência da medida de segurança.

A Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, em 1999, tinha 184 vagas e uma população de 244 presos. O preenchimento de vagas, bem acima da capacidade dessas unidades, indica também que, além

do comprometimento das condições de tratamento, não há possibilidade de internação de novos presos com doença mental.

No Estado de São Paulo, diversas organizações não governamentais e profissionais atuam na promoção e na proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. Em 2001, a psicóloga Ana Rita de Paula, fundadora do Núcleo de Integração de Deficientes e conselheira do Centro de Vida Independente Araci Nallin, recebeu o Prêmio USP de Direitos Humanos, pela sua atuação em defesa dos direitos e da dignidade das pessoas portadoras de deficiência. Ana Rita de Paula desempenhou papel importante na criação do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Deficiente (1984) e do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente (1986). Participou como consultora da entidade SORRI-Brasil, que concebeu e implantou inúmeros projetos, tais como a Entre Amigos — Rede de Informações sobre Deficiências[92] e o Projeto de Inserção de Crianças Deficientes em Creche, envolvendo 725 creches do município de São Paulo.

Na Cidade de São Paulo, o REATA, Laboratório de Estudos em Reabilitação e Tecnologia Assistida do Centro de Docência e Pesquisa em Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, desenvolve o Projeto Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC), Jardim d'Abril, dirigido a uma comunidade de 14 mil habitantes, na região do Butantã, em São Paulo. O objetivo é promover a inclusão social de pessoas com deficiências, aplicando princípios da Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC), modelo proposto pela Organização Mundial de Saúde. O programa incentiva a participação e a autonomia da comunidade local na análise da situação e na indicação de necessidades coletivas de pessoas com deficiências, na elaboração de propostas; no encaminhamento de soluções e na avaliação de resultados, através de sua organização em grupo gestor do projeto, composto por pessoas com deficiências, familiares e comunidade em geral. Ainda promovem o envolvimento dos recursos sociais locais (formais ou informais), sejam educativos, culturais, de saúde e outros, e do poder público (estadual e municipal), no processo de inserção e ampliação do atendimento a pessoas com deficiências. [93]

MIGRANTES

São Paulo é o estado brasileiro para onde se dirige o maior número de migrantes (2.565.401 migrantes, equivalente a 6,93% da população total do estado).[94] Além de atrair migrantes de outros estados do país, São Paulo atrai imigrantes de países vizinhos, que muitas vezes entram, permanecem e trabalham ilegalmente no estado. Na cidade de São Paulo, empresas do setor de confecções realizam o agenciamento de imigrantes sul-americanos em seus países de origem, utilizando, como agenciadores, os próprios compatriotas. Estes imigrantes trabalham em São Paulo, em porões de oficinas de costura, em situação de semi-escravidão, em jornadas de até 16 horas diárias, sob o medo de delação, ameaça de deportação pela polícia federal.[95] O Ministério Público do Trabalho, com o acompanhamento da Delegacia Regional do Trabalho e Polícia Federal, já realizou diligências no bairro do Bom Retiro, que levaram a várias famílias de bolivianos realizando serviços de confecção para diversas empresas do setor da indústria de vestuário, sem portar qualquer tipo de documento, em condições péssimas de segurança e higiene. [96]

Em 2001, o Prêmio USP de Direitos Humanos, na categoria institucional, foi outorgado ao Serviço Pastoral do Migrante, como reconhecimento às iniciativas sociais e culturais visando à integração dos migrantes e suas comunidades. [97]

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS

Em 2000, foram registrados 28 homicídios homofóbicos, tendo sido 18 contra gays e 10 contra travestis, no Estado de São Paulo.[98] Em 2001, foram registrados 24 homicídios homofóbicos, tendo sido 13 contra gays e 11 contra travestis. [99]

Édson Neris da Silva, um adestrador de cães, foi brutalmente assassinado por espancamento, no dia 06 de

fevereiro de 2000, na Praça da República em São Paulo, quando passeava de mãos dadas com seu companheiro Dario Pereira Neto. Um grupo de skinheads agarrou Silva pelo braço e começou a chutá-lo. Os primeiros chutes foram no estômago, depois no corpo todo. Em tentativa de fuga, Silva correu para o centro da praça, conseguindo chegar até o canteiro, onde caiu. Então, três rapazes continuaram a espancá-lo, até que deixaram o local e a vítima agonizando. Silva morreu ao ser levado para a Santa Casa de Misericórdia. Os agressores foram encontrados pouco depois, em um bar na Rua 13 de Maio, e autuados em flagrante no 3º distrito policial. [100]

Dezoito membros do grupo de skinheads foram denunciados pelo homicídio de Silva, por tentativa de homicídio de Pereira Neto, e formação de quadrilha. Até setembro de 2002, seis skinheads envolvidos no assassinato de Silva tinham sido condenados, dois absolvidos e dez aguardavam julgamento.[101] Em fevereiro de 2001, dois membros do grupo foram condenados a 21 anos de prisão pelo assassinato de Silva. Foi à primeira vez que a Justiça condenou alguém a mais de 20 anos, após ter sido comprovado que o crime foi praticado em decorrência de intolerância à orientação sexual da vítima.[102] Em 14 de agosto de 2001, um membro do grupo, que colaborou com a polícia na investigação do crime, foi condenado a 3 anos e 4 meses, em regime de prisão domiciliar, por crimes de formação de quadrilha e tentativa de homicídio de Pereira Neto.[103] Em 24 de setembro de 2002, outro skinhead foi condenado dezenove anos e seis meses de prisão por envolvimento no assassinato de Silva, sendo considerado culpado por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. Dois outros skinheads foram condenados a dezenove anos e seis meses e a dois anos de prisão. [104]

T.M.M., de 17 anos, foi humilhado em sua classe de aula do ensino médio da Escola Estadual Dr. Cesário Coimbra, em Araras, no dia 6 de dezembro de 2000, quando da troca de presentes da atividade de amigo secreto. Recebeu um pênis de borracha, recebendo risos de seus colegas e de quatro professores, sendo que um deles chegou a dizer: "Esse foi o melhor presente que você poderia ter recebido". [105]

Em Jundiaí, em junho de 2000, a diretora da Escola Estadual Albertina Fortanel obrigou um garoto de 10 anos a desfilar pelo pátio da escola com um cartaz colado nas costas com os dizeres: "Eu sou Gay". [106]

No dia 15 de setembro de 2002, uma travesti foi brutalmente agredida por dois estudantes, na Lapa, São Paulo, em frente a uma casa de forró. Os jovens teriam tentado jogá-la debaixo de um ônibus, e não conseguindo, dolosamente a atropelaram com uma moto. A travesti foi internada no hospital das Clínicas, tendo sido submetida à cirurgia. [107]

Em 2002, a Parada do Orgulho GLBT reuniu 320 mil pessoas na Av. Paulista, em São Paulo. Em 2001, foram 250 mil pessoas. Nesse mesmo ano, a Parada do Orgulho GLBT - São Paulo abriu um web-site na Internet. [108]

1 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III:Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

2 *Folha de S. Paulo*, 28 de julho de 2002, "Sem apoio da lei, PM recruta presos para operações de combate ao PCC" e "Para atual comandante da PM, infiltração é ilegal"; 8 de agosto de 2002, "Procurador pede investigação de secretário; tribunal afasta juízes"; 11 de agosto de 2002, "Uso de presos em investigações é ilegal"; 14 de agosto de 2002, "13 policiais motivam 115 inquéritos por homicídio"; 21 de agosto de 2002, "Secretários autorizaram infiltração de presos"; *O Estado de S. Paulo*, 8 de agosto de 2002, "TJ vai investigar Saulo; juízes-corregedores caem".

3 *Folha de S. Paulo*, 6 de março de 2002, "Ação da PM em rodovia mata 12 do PCC".

4 *Folha de S. Paulo*, 26 de junho de 2002, "OEA receberá laudo sobre ação contra o PCC".

5 *Folha de S. Paulo*, 28 de julho de 2002, "PM pode ter 'plantado' alvo em Sorocaba".

6 Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Corregedoria da Polícia Civil e Corregedoria da Policia Militar.

7 Idem.

8 Idem.

9 Ouvidoria de Polícia, *Relatório Anual de Prestação de Contas 2000*.

10 Ouvidoria de Polícia, *Relatório Anual de Prestação de Contas 2001*.

11 A Secretaria de Estado da Segurança Pública criou a Comissão da Letalidade através da Resolução 526, de 26 de dezembro de 2000.

12 Ouvidoria de Polícia, *Resistência Seguida de Morte; a apuração dos limites do uso da força letal no âmbito da Polícia Judiciária, do Ministério Público e Poder Judiciário – uma abordagem processual.*

13 Idem. O inquérito policial militar é aberto sempre que o homicídio é praticado por policial militar em serviço ou com a arma da corporação. Nestes casos, o inquérito policial militar é distribuído à Justiça Militar que, entendendo haver indícios de crime doloso contra a vida, seguindo o que foi determinado pela lei federal 9.299/96, que transferiu da Justiça Militar para a Justiça Comum a competência para julgar crimes contra a vida praticados por policiais militares, redistribui o inquérito para a Justiça Comum, diretamente às Varas do Júri.

14 Ouvidoria da Polícia, *Relatório Anual de Prestação de Contas – 2001*.

15 Idem.

16 Idem.

17 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

18 *O Estado de S. Paulo*, 12 de julho de 2001, "Júri condena ex-PM a 53 anos por matar jovens"; *Folha de S. Paulo*, 12 de julho de 2001, "Ex-PM é condenado a 52 anos por matar jovens".

19 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

20 Salla, Fernando; Affonso, Beatriz; Tojo, Liliana; Galvão, Patrícia, *Relatório para Audiência na Comisão Interamericana Sobre a Situação das Prisões no Brasil* (Rio de Janeiro: CEJIL, 2001).

21 Dados de mortes nos presídios da Secretaria da Administração Penitenciária, em *O Estado de S. Paulo*, 10 de dezembro de 2002, "Reincidência é de 45% nos presídios".

22 Salla, Fernando; Affonso, Beatriz; Tojo, Liliana; Galvão, Patrícia, *Relatório para Audiência na Comisão Interamericana Sobre a Situação das Prisões no Brasil* (Rio de Janeiro: CEJIL, 2001).

23 Dossiê enviado à Comissão Teotônio Vilela pela Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura.

24 Informações do Centro Santo Dias de Direitos Humanos, da Arquidiocese de São Paulo.

25 *Folha de S. Paulo*, 10 de dezembro de 2002, "14,8% dos presos já passaram pela Febem", O Estado de S. Paulo, 10 de dezembro de 2002, "Reincidência é de 40% nos presídios".

26 *Folha de S. Paulo*, 2 de novembro,"OEA vai investigar denúncias contra a Febem".

27 Anistia Internacional, Brasil: *Desperdício de Vias, Febem-SP*; Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br); Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, *IV Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas FEBEMs e congêneres: O sistema Febem e a produção do mal* (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001).

28 *O Estado de S. Paulo*, 15 de dezembro de 2002, "Sob o telhado da Febem, suspeitas de tortura".

29 *Folha de S. Paulo*, 28 de agosto de 2002, "Justiça manda prende 14 da Febem-SP"; 4 de julho de 2002, "Governo fecha unidade problema da Febem"; *O Estado de S. Paulo*, 6 de maio de 2002, "Calmaria na Febem esconde tortura e abusos", 10 de maio de 2002, "Internos da Febem confirmam agressões e tortura".

30 *Folha de S. Paulo*, 26 de setembro de 20o2, "Preso Monitor da febem acusado de tortura e tráfico de drogas".

31 *O Estado de S. Paulo*, 15 de dezembro de 2002, "Sob o telhado da Febem, suspeitas de tortura".

32 *O Estado de S. Paulo*, 29 de novembro de 2002, "Febem demite nove em Franco da Rocha", 8 de novembro de 2002, "Franco da Rocha: Febem tinha arsenal de terror"; *Folha de S. Paulo*, 31 de outubro de 2002, "Promotoria apura abuso sexual na Febem".

33 *O Estado de S. Paulo*, 15 de dezembro de 2002, "Sob o telhado da Febem, suspeitas de tortura".

34 Idem.

35 Idem.

36 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

37 *Diário Popular*, dia 8 de outubro de 2000.

38 Albino Ruiz Lazo, "Há escravos em São Paulo", publicado em *O Estado de S. Paulo*, 18 de março de 2001, Cidades, C4.

39 *Folha de S. Paulo*, 6 de outubro de 2002, Brasil, A 4, "10 mil trabalhadores vivem em condição de escravidão".

40 Ricardo Rezende Figueira, "Trabalho escravo: apresentação e dados de 2000". Texto disponível no web-site da Justiça Global (www.global.org.br).

41 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999*.

42 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

43 *Folha de São Paulo*, 11/09/01, 22/09/01, 30/07/02 e 08/09/02, "Prefeito de Campinas é morto com dois tiros", "Toninho teria sido vítima de ladrões em fuga", "Andinho será julgado pelo assassinato de Toninho do PT" e "Um ano depois, polícia segue sem saber motivo da morte de prefeito"; Diário Popular, 17/09/01, "Carta reforça tese de crime político contra o prefeito".

44 *Folha de São Paulo*, 21/02/01, "Morte de prefeito seqüestrado piora crise na segurança de SP"; *O Estado de São Paulo*, 06/06/02, 20/06/02, 01/08/02 e 13/09/02, "Caso Daniel chego ao fim: 'Monstro' está preso", "Prefeito foi seqüestrado e morto no início do ano", "Família pede reabertura do caso Celso Daniel" e "Preso último membro da quadrilha que matou prefeito de Santo André"; *Diário de São Paulo*, 31/01/02 e 26/06/02 "Militar afirma ter encontrado grupo que matou prefeito" e "Hélio Bicudo não afasta a hipótese de crime político".

45 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Relatório *Violência contra membros do Partido dos Trabalhadores – janeiro de 1997 a fevereiro de 2002*, Brasília, março de 2002.

46 Núcleo de Estudos da Violência da USP, Dossiê – *Manifestação Contra a Alça Realizada dia 20 de abril na Av. paulista, São Paulo - SP* (São Paulo: NEV-USP, junho de 2001).

47 *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 2000, Primeira Página, "Choque de PM com grevistas fere 17".

48 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III:Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização

juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

49 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca)

50 O Projeto foi um dos agraciados pela Fundação ABRINQ com o Prêmio Criança 2002 – Em busca de boas iniciativas para a criança pequena (www.abrinq.org.br).

51 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

52 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial*. (Brasília: CECRIA, 2002).

53 Ministério do Trabalho e Emprego. *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 100

54 O mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o estado. Em São Paulo foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura Canavieira; Catadores de Mariscos; Comércio de Combustíveis (Frentista); Comércio Varejista; Confecção de Roupas; Construção Civil; Cultura (da Mandioca; de Banana; do Algodão; do Café; e do Tomate); Extração de Resina; Hortifruticultura; Indústria (Agropecuária; Calçadista; de Artesanato; de Bebidas; de Laticínios; de Minério; de Plástico; Gráfica; Metalúrgica; e Moveleira e Assemelhados); Panfletagem; Serviços (Diversos; em Cerâmicas e Olarias; e em Pedreiras) e Venda de Jornais.

55 Esta situação foi verificada nas cidades de Guararema e de Santa Isabel

56 Ministério da Justiça, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

57 Não há números disponíveis em relação aos estados do Piauí, Pernambuco e Rio de Janeiro - sobre Internação e Semi-liberdade - e dos estados do Espírito Santo, Paraná e Pernambuco - sobre Liberdade Assistida.

58 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semi-liberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

59 Ministério da Justiça, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

60 O Tribunal de Justiça (TJ) alterou o foro de competência para os processos de execução de medida sócio-educativa de internação em cumprimento nas unidades tal de Franco da Rocha. Assim, passaram em um mês para a Competência da Comarca de Franco da Rocha aproximadamente --- processos, contudo o Cartório deste fórum não tinha estrutura adequada para suportar esta nova demanda criando inúmeras dificuldades nos trâmites dos processos. Em agosto de 2002, o TJ novamente alterou a competência, retornando-a para o Departamento de Execuções da Infância e Juventude da Capital o que acarretou atraso de mais de um mês na apreciação de relatórios que já apontavam consecução da finalidade da medida.

61 No Estado de São Paulo, mesmo após 12 anos de vigência da Constituição Federal, ainda não foi instalada a Defensoria Pública, desempenhando suas funções no judiciário a Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ) que direta (por seus procuradores) e indiretamente (através de convênio com a OAB/ SP e demais entidades prestadoras de assistência judiciária) atende quase que a totalidade dos adolescentes em conflito com a lei no Estado de São Paulo.

62 Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, *IV Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas FEBEMs e congêneres: O sistema Febem e a produção do mal*, Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001, (p. 62-65).

63 Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, *IV Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas FEBEMs e congêneres: O sistema Febem e a produção do mal*, Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001, (p. 70-85).

64 *Folha de S. Paulo*, "Promotores encontram provas de tortura na Febem de São Paulo", Cotidiano, 8/11/2002.

65 ILANUD – Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente. Sócio - *Educação no Brasil: Adolescentes em Conflito com a Lei: experiências de medidas sócio-educativas*. (São Paulo, 2002). p. 53

66 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Web-site (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

67 Relatório do Governo do Estado de São Paulo, com dados do Serviço de Apoio às Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

68 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

69 Fundação Seade (www.seade.gov.br), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de SP, "Informe Anual 2001, Tabela 8, Taxa de Participação, Segundo Atributos Pessoais. A taxa de participação dos homens em 2001 foi de 72,9%.

70 Fundação Seade (www.seade.gov.br), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de SP, "Informe Anual 2001, Tabela 8, Taxa de Desemprego, Segundo Atributos Pessoais.

71 Fundação Seade (www.seade.gov.br), *Mulher e Trabalho 7*, março de 2002, "O Mercado de Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo em 2001".

72 A OAB de Suzano, o Centro de Promotoras Legais Populares – Dandara, SOS Mulher que passaram a promover o curso nas cidades de São José dos Campos, Taubaté, Suzano e Sto. André. Em Campinas, o projeto se desenvolveu durante dois anos sob a coordenação do SOS Mulher.

73 Governo do Estado de São Paulo, *Relatório de Direitos Humanos no Estado de São Paulo: 1999-2002*, enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

74 Idem.

75 Idem.

76 Idem.

77 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

78 Dossiê enviado pelo Instituto Negro Padre Batista à Comissão Teotônio Vilela.

79 Dados do SOS Racismo / Geledés - Instituto da Mulher Negra (www.geledes.com.br). Em 1996, o Geledés recebeu menção honrosa na entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos, pelo trabalho desenvolvido na luta contra a discriminação e o preconceito racial.

80 Idem.

81 Portal Afro (www.portalafro.com.br/quilombo/quilombos.htm).

82 *O Estado de S. Paulo*, 13 de março de 2001, "Moradores de quilombos param rua em São Paulo".

83 Silva, Maria Aparecida da. *Racismo no Brasil* (São Paulo e Petrópolis: ABONG, 2002). Ver web-site do Geledés (www.geledes.com.br)

84 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Os Guaranis encontram-se espalhados em diversos estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. No geral, totalizam cerca de 35.000 indígenas no território brasileiro. Em situação semelhante encontram-se os Kaigang: vivem entre os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e totalizam cerca de 25.000 indígenas

85 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 2.209 indígenas.

86 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3/10/02 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8/8/02).

87 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 807 ("Projeto visa saúde", Diário Popular, 21/03/99).

88 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

89 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, *V Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da Realidade dos Abrigos e Asilos de Idosos no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. Documento disponível no web-site da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br/cdh).

90 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, *V Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da Realidade dos Abrigos e Asilos de Idosos no Brasil* (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002). Documento disponível no web-site da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br/cdh).

91 Salla, Fernando; Affonso, Beatriz; Tojo, Liliana; Galvão, Patrícia, *Relatório para Audiência na Comisão Interamericana Sobre a Situação das Prisões no Brasil* (Rio de Janeiro: CEJIL, 2001).

92 Entre Amigos – Rede de Informações Sobre Deficiências (www.entreamigos.com.br).

93 Rede de Informações sobre deficiência: web-site www.entreamigos.com.br

94 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

95 Artigo Direitos Humanos I do Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM.

96 Ministério Público do Trabalho, *Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo/Forçado*.

97 Serviçco Pastoral dos Migrantes (www.migracoes.com.br).

98 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

99 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

100 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

101 *O Estado de S. Paulo*, 25 de setembro de 2002, "Júri condena skinhead a 19 anos e 6 meses pela morte de adestrador".

102 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

103 *O Estado de S. Paulo*, 15 de agosto de 2001.

104 *O Estado de S. Paulo*, 25 de setembro de 2002, "Júri condena skinhead a 19 anos e 6 meses pela morte de adestrador".

105 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

106 Idem.

107 *Folha de S. Paulo*, 17 de setembro de 2002, e O Globo, 16 de setembro de 2002.

108 Parada do Orgulho GLTBS-SP (www.paradasp.org.br).

REGIÃO SUL

A Região Sul, formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é a região com a menor desigualdade de renda no país.[1] Ao lado do Sudeste, a região com menor população em situação de pobreza. [2]

A população da Região Sul (25.107.616 habitantes, que representa 14,79% da população brasileira) reside majoritariamente em áreas urbanas. Mas entre 18% e 21% da população da região reside em áreas rurais nos três estados da região.[3] A taxa de crescimento anual da população é de 1,2%, inferior à taxa do país. [4]

O Sul é a região do país que tem a menor população de afro-descendentes, o que aumenta o risco de discriminação e preconceito contra os membros deste grupo. Enquanto os afro-descendentes representam 45,01% da população brasileira, na Região Sul eles representam apenas 14,99% da população. [5]

A Região Sul não é isenta de conflitos rurais. Mas registra o menor número de conflitos de terra e de pessoas mortas em decorrências destes conflitos, entre todas as regiões do país. No período 1999-2001, foram registrados 214 conflitos, que provocaram quatro mortes. No mesmo período, houve denúncias de trabalhadores em situação de escravidão apenas no Paraná, em 1999. [6]

A violência, medida pelo índice de homicídios por 100 mil habitantes, é mais baixa na Região Sul do que em todas as outras regiões do país. Mas a violência fatal aumentou na década de 1990, particularmente a violência contra a população jovem, de 15 a 24 anos, do sexo masculino, residente nas três capitais. Neste grupo, o índice de homicídio aumentou 54,2%, passando de 40,8 homicídios por 100 mil habitantes em 1991 para 62,9 homicídios por 100 mil habitantes em 2000. [7]

Na luta contra a impunidade e na defesa dos direitos das vítimas de violência, dois estados da região criaram um Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Um estado tem um Centro de Apoio a Vítimas de Crimes (Santa Catarina). Há uma Ouvidoria do Sistema de Justiça e Segurança no Rio Grande do Sul e uma Ouvidoria de Polícia no Paraná, mas a Ouvidoria do Paraná tem pouca autonomia para receber e acompanhar a investigação de denúncias contra policiais.

1 *Folha de S. Paulo*, 20 de dezembro de 2001, Especial 5, quadro "A Concentração de Renda em 2000". De 1991 para 2000, diminuiu a desigualdade de renda na Região Sul. O índice de Gini, que mede a concentração de renda, diminuiu de 0,596 em 1991 para 0,572 no ano 2000. No Brasil, o índice de Gini diminuiu de 0,636 em 1991 para 0,609 em 2000. O índice de Gini varia de 0 (distribuição de renda igual) a 1 (distribuição de renda desigual). Quanto menor o índice, maior a igualdade na distribuição de renda. Quanto maior o índice, maior a desigualdade na distribuição de renda.

2 *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 2002, Eleições especial 5, quadro "Pobreza cai em todas as regiões". A população considerada pobre é a população residente com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Dados do IBGE, elaborados pelo IPEA, mostram que a população em situação de pobreza na Região Sul diminuiu de 29,9% da população total em 1992 para 19,1% em 1995 e aumentou novamente para 19,8% em 1999, enquanto no país diminuiu de 40,2% da população total em 1992 para 28,4% em 1999.

3 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

4 IBGE, Censo Demográfico 1996 (www.ibge.gov.br).

5 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

6 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

7 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III:Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

PARANÁ

O Estado do Paraná, situado ao norte da Região Sul, faz divisa com os estados de Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, e com a Argentina e o Paraguai. Sua capital é Curitiba e sua economia está baseada na agricultura (cana-de-açúcar, milho, soja, trigo, café, mandioca), na indústria (agroindústria, papel e celulose) e no extrativismo vegetal (madeira e erva-mate). Nos últimos anos, a Renault e a Audi/Volkswagen estabeleceram montadoras no estado. A Chrysler abriu e fechou uma fábrica.

Na década de 1970, cerca de 1 milhão de pequenos proprietários e trabalhadores rurais perderam suas terras e empregos, aumentando a migração para as cidades e para outros estados, e intensificando os conflitos rurais. O Paraná é um dos estados do país com mais sérios problemas de violência rural, devido à intensidade dos conflitos pela posse da terra, agravados pela postura violenta da polícia na repressão aos trabalhadores sem terra. Entre 1999 e 2001, foi o estado da Região Sul que registrou o maior número de conflitos rurais, apesar da redução de 1999 para 2001, que resultaram na morte de pelo menos dois trabalhadores.

Outro problema presente no estado é o de trabalho infanto-juvenil, em áreas rurais e em Curitiba. Em 1999, houve também registro de trabalhadores em situação de escravidão no estado.

Há, ainda, diversas denúncias de violência policial, incluindo ameaças, agressões, espancamentos, prisões ilegais, tortura e outros tratamentos cruéis praticados por policiais militares e civis.

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES, TORTURA

Em 11 de maio de 2000, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizou reunião pública em Curitiba, durante a qual os deputados receberam um dossiê sobre violações de direitos humanos no estado preparado pelo Fórum Estadual de Lutas pela Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania, e ouviram 14 depoimentos sobre prisões arbitrárias, ameaças, agressões, espancamentos, seqüestros e até assassinatos praticados por policiais civis e militares no Paraná. [1]

A Ouvidoria de Polícia do Paraná, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, foi instituída pelo decreto 2026, de 9 e maio de 2000, e instalada em 15 de agosto do mesmo ano. Ao contrário do que acontece em outros estados, onde a Ouvidoria tem maior autonomia em relação ao Governo, o decreto que criou a Ouvidoria de Polícia do Paraná não prevê a participação da sociedade civil na escolha do Ouvidor. Esta falta de autonomia da Ouvidoria compromete a transparência da sua atuação e a qualidade do seu relatório de atividades. Ao contrário do que acontece em outras Ouvidorias, o relatório de atividades da Ouvidoria do Paraná não apresenta informações sobre o número de denúncias recebidas, número de policiais denunciados e/ou número de crimes ou irregularidades praticadas por policiais. [2]

O relatório da Ouvidoria diz apenas que, de 15 de agosto de 2000 a 31 de julho de 2001, do total geral de atendimentos feitos pela Ouvidoria, 51% foram denúncias, 48% reclamações e 1% elogio. Dos atendimentos registrados, 44,0 % foram referentes à Polícia Civil (dos quais 58% foram denúncias, 40% reclamações e 2% elogios) e 23,4% à Policia Militar (dos quais 44% foram denúncias, 53% reclamações e 1% elogio). Denúncias de abusos físicos constituíram 7% dos atendimentos realizados pela Ouvidoria, das quais 42% foram contra policiais civis e 54% contra policiais militares. Denúncias de vantagens ilícitas constituíram 9% dos atendimentos da Ouvidoria, das quais 87% foram contra policiais civis e 12% contra policiais militares. [3]

Em 24 de março de 2001, dois policiais militares foram presos em flagrante pela polícia federal, acu-

sados de prática de tortura contra dois "cigarreiros", como são conhecidos contrabandistas de cigarro na região de fronteira. Os "cigarreiros" foram detidos pelos policiais militares na Ponte da Amizade e apresentados à polícia federal quatro horas após a prisão, apresentando ferimentos na coxa e na região dos testículos, de acordo com perícia, produzidos por instrumento ou ação contundente. Os policiais justificaram a demora dizendo que os cigarreiros foram antes levados á polícia civil e negaram a tortura. Os dois policiais permaneceram dez dias presos, mas foram soltos no início de abril por determinação judicial, atendendo manifestação do Ministério Público. Foi instaurada sindicância pela polícia militar, mas os dois policiais voltaram a trabalhar normalmente. [4]

Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o relator especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura e outros tratamentos cruéis no Paraná, citando em seu relatório três casos, dois deles contra trabalhadores rurais, agredidos por policiais civis e militares, e o terceiro contra um detento, na Penitenciária Central de Piraquara. [5]

Em julho de 2001, mulheres de policiais militares realizaram protestos e bloquearam a entrada dos quartéis da polícia militar, com apoio de policiais encapuzados, reivindicando aumento salarial para os policiais.[6] O mesmo tipo de manifestação, com a participação das mulheres e o apoio dos policiais, havia acontecido dois meses antes.[7] Esta tática de envolver as mulheres em manifestações por aumento salarial para os policiais, adotada inicialmente por policiais militares do Paraná, começou a ser ensinada às mulheres dos policiais de São Paulo. [8]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O sistema prisional dispõe de 9.784 vagas no estado. O total da população carcerária é de 10.825 detentos. Há, portanto, 1.031 detentos a mais do que o número de vagas disponíveis, que estão presos principalmente nas instituições policiais. São 3.841 vagas oferecidas nas instituições policiais, nas quais se encontram encarcerados 4.834 detentos. [9]

A II Caravana dos Direitos Humanos visitou o Presídio Central de Piraraquara, cidade vizinha a Curitiba, em setembro de 2000. O presídio estava superlotado: com 550 vagas, abrigava 1.450 detentos. Em decorrência de uma rebelião em junho de 2000, muitas áreas do presídio, especialmente as oficinas de trabalho, estavam completamente destruídas. O motivo da rebelião teria sido um caso de abuso sexual cometido por funcionário contra a mulher de um preso. [10]

O presídio tem celas de isolamento externas e internas, usadas tanto para punição disciplinar quanto para segurança de presos. Há 19 celas de isolamento externas, que são escuras, sem ventilação, com cheiro horrível, onde presos são amontoados e esquecidos. As celas de isolamento internas são ainda piores, com a diferença que abrigam, como regra, apenas um detento. Em uma das celas, havia um preso com problemas mentais, que estava sendo mantido no isolamento há sete anos, sem receber visitas, sem sair para tomar sol, tendo deixado a cela apenas algumas vezes para ser levado ao médico. Segundo o relatório, o preso havia sido "esquecido" na cela. [11]

Uma fuga na cadeia pública de Foz do Iguaçu, no dia 2 de março de 2001, provocou a morte de um preso, baleado por um policial quando tentava saltar a muralha. Dezenove presos conseguiram fugir. A cadeia abrigava 476 presos, mas tinha capacidade para 168 presos apenas. Duzentos presos da cadeia já estavam com sentença condenatória e deveriam estar cumprindo a pena em estabelecimento apropriado.

VIOLÊNCIA RURAL

No Paraná, houve significativa redução do número e da intensidade dos conflitos rurais entre 1999 e 2001. O número de conflitos caiu de 89 em 1999 para 12 em 2001. Apesar desta redução, o Paraná é o estado da Região Sul que registrou o maior número de conflitos rurais no período 1999 a 2001, 105 conflitos, contra 63

no Rio Grande do Sul. O número de pessoas envolvidas caiu de 37.390, em 1999, para 1.320, em 2000. Entre janeiro e agosto de 2002, foram registrados 3 conflitos, envolvendo 7.085 pessoas. [12]

Entre janeiro de 1999 e agosto de 2002, a Comissão Pastoral da Terra registrou duas mortes em decorrência de conflitos rurais no estado, as duas em 1999. Há notícias, entretanto, de mais um assassinato de um trabalhador rural em 2000 e de outro em 2001. O primeiro aconteceu em Querência do Norte, a 664 Km de Curitiba, na Fazenda de Água da Prata, em novembro de 2000. Trata-se do assassinato do assentado Sebastião da Maia, de 38 anos, um líder local do Movimento dos Sem Terra, que foi degolado, após ter sido amarrado.[13] O caso foi denunciado à Organização dos Estados Americanos (OEA), em 23 de novembro de 2000.[14] Em 2 de junho de 2001, outro trabalhador rural teria sido assassinado no município de Laranjeiras do Sul. [15]

Em fevereiro de 2002, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos publicou relatório declarando a responsabilidade do Brasil pela execução do líder dos trabalhadores sem terra, Diniz Bento da Silva, o Teixeirinha, por policiais militares, em 1993. [16]

TRABALHO ESCRAVO

A Comissão Pastoral da Terra registrou a presença de 280 adultos em condição de trabalho escravo em 1999, no município de Bom Sucesso/ Jandaia do Sul.[17] O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraz não realizou operações no estado entre 1999 e 2001. [18]

Em agosto de 2000, o Ministério Público do Trabalho entrou com ação civil pública contra a empresa Implanta Construções Civis Ltda, após ter sido comprovada denúncia de trabalho forçado em pedreiras da empresa na cidade de Cascavel. O proprietário da pedreira mantinha os trabalhadores em condições insalubres e degradantes. Não obstante a interdição da pedreira por fiscais da Delegacia Regional do Trabalho, ela continuou mantendo a exploração. Foi constatado que os trabalhadores não tinham registro em carteira, recebiam 10 reais ao quebrar mil quilos de pedras e não dispunham de condições de segurança e equipamentos individuais de proteção. [19]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

No dia 22 de janeiro de 2000, o Presidente do Diretório Municipal do PPS de Almirante Tamandaré, Miguel Siqueira Donha, foi assassinado após ter sido seqüestrado. Ele era o líder da frente partidária de oposição e pré-candidato a prefeito declarado para as próximas eleições locais. Foi seqüestrado juntamente com sua mulher e conduzido a um lugar distante. Sua mulher foi libertada e ele levou um tiro no joelho, vindo a morrer posteriormente. Investigações realizadas indicam que o suspeito teria sido contratado para a execução do crime por um funcionário municipal, em troca de R$ 300,00 (trezentos reais) e um emprego na prefeitura. O Promotor de Justiça do caso fez pedido de prisão preventiva para o mandante do crime, mas o juiz não concedeu. Em março de 2002, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana designou um conselheiro para levantar informações e acompanhar as providências relacionadas ao caso. [20]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 510 para 616 entre 1998 e 2000 (crescimento de 20,78%). O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 28,4 em 98 para 33,8 em 2000 (+19,01%). Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que era de 82,9 em 2000 mais baixa que a taxa nacional de vitimização de jovens 92,7% em 2000. [21]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até o final do 1º semestre de 2002[22], 96% dos 399 municípios contavam com

Conselhos Tutelares. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era ainda melhor, restando apenas 9 cidades instalarem esse Conselho. O Paraná é o segundo estado brasileiro que mais avançou na criação destes órgãos (Conselhos Tutelares e de Direitos), restando apenas duas cidades (0,5%) que não instalaram sequer um dos dois conselhos.

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 98 originaram-se no Estado do Paraná. Deste total, 27 foram feitas no 1º semestre de 2002. [23]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada pesquisa nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou-se a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham origem no Estado do Paraná 9 rotas, sendo que 2 delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [24]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente[25] indica que em 1999 havia 233.625 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Paraná. Deste total, 94.665 (40,52%) trabalhavam na área urbana e 138.960 (59,48%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: 1º Agropecuária (145.735), 2º Indústria de Transformação (25.190), 3º Prestação de Serviços (22.477) e 4º Comércio (16.223). Ademais, 121.191 (51,87%) não recebiam remuneração, 43.158 (18,47%) eram empregados, 29.574 (12,66%) trabalhavam para autoconsumo e 17.705 (7,58%) exerciam trabalho domiciliar.

Apesar da redução no número de crianças e adolescentes trabalhadoras entre 1999 e 2002, dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos apontam que a Região Metropolitana de Curitiba tem uma das maiores taxas de exploração do trabalho infantil, ficando apenas atrás de Belo Horizonte. [26]

Pesquisa desenvolvida pelo projeto "Rede ANDI e o Programa Ciranda de Capacitação" aponta que o Paraná, assim como os demais estados do sul, carece de políticas eficazes que assegurem "condições de sobrevivência (financeira) para a família, e educacional, para a criança". Destaca ainda a necessidade de maior atenção à exploração de mão de obra infantil no trabalho doméstico "por se tratar de uma situação de semi-escravidão, necessitando de uma política específica para sua erradicação". [27]

Entre as ações que estão sendo desenvolvidas com vistas a erradicar o trabalho infanto-juvenil, a primeira a se destacar é a Bolsa Criança Cidadã que, viabilizada pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), atendia, até dezembro de 2000, 10.541 crianças e adolescentes com idade entre 7 e 14 anos, de 37 municípios. O programa, voltado para famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, condiciona o recebimento do benefício à freqüência da criança ou adolescente na escola e à jornada ampliada (as faltas não podem ultrapassar mensalmente a 25%). A fiscalização fica a cargo das Comissões Municipais formadas em cada cidade atendida, que repassa os dados a uma Comissão Estadual composta por organizações da sociedade civil e do governo[28] que, além de prestar contas ao Governo Federal, "especifica quais as atividades mais perigosas e quantas crianças estão em cada atividade, definindo desta forma as cidades atendidas e as atividades a serem primeiramente erradicadas". Em 2000, entre as críticas ao programa, estava a diferença do valor entre bolsas do meio rural e do meio urbano bem como o limite etário estabelecido para concessão do benefício.

Outra iniciativa do estado é a atuação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que constituiu, em meados da década de 1990, "o Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil no Paraná, responsável pela

fiscalização, repressão e orientação junto aos focos de contratação dos serviços de crianças e adolescentes em todo o estado". A fiscalização da DRT ocorre em média duas vezes por mês, conforme a sazonalidade das culturas e períodos de trabalho.

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça[29], o Estado do Paraná tinha, em junho de 2002, um total de 333 jovens internados nas 3 unidades do estado, sendo 303 do sexo masculino e 30 do feminino. Em 3 unidades de semiliberdade estavam distribuídos 48 adolescentes (todos do sexo masculino); e em 11 unidades de internação provisória, 215 adolescentes (dos quais 17 eram do sexo feminino e 198 do masculino).

MULHERES

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial constatou a existência de três rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial no Paraná, sendo que duas rotas também envolviam crianças e adolescentes. [30]

No Paraná, a taxa de homicídios contra as mulheres é de 3,4 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representam 9,3% das vítimas de homicídios.[31] Na capital, Curitiba, a polícia registrou 119 ocorrências de estupro e 76 atentados violentos ao pudor em 1999, 118 estupros e 60 atentados violentos ao pudor em 2000, 111 estupros e 68 atentados violentos ao pudor em 2001. [32]

Em 10 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher do Estado do Paraná, foram registradas 11.002 ocorrências policiais em 1999. Destas, foram 4.076 ameaças (37,05%), 3.957 lesões corporais (35,97%), 429 lesões corporais culposas (3,90%), 367 vias de fato (3,34%), 199 estupros (1,81%), 131 maus tratos (1,19%) e 109 atentados violentos ao pudor (0,99%). [33]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (1.938.212) representa 20,27% da população do estado, proporção superior à média da região Sul. Na população afro-descendente, 3,10% se declararam negros e 17,17% pardos. [34]

A Associação Cultural de Negritude e Ação Popular é uma das oito organizações representando a sociedade civil no Conselho Permanente de Direitos Humanos. No entanto, o relatório do Conselho não apresenta informações sobre casos de discriminação racial.[35] O estado não tem delegacias especializadas em crime de racismo nem SOS Racismo. [36]

INDÍGENAS

O Paraná tem sua população indígena distribuída principalmente entre dois povos: os Guaranis e os Kaigang.[37] Estima-se que tenha a 12ª maior população indígena do país. [38]

O estado tem 20 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [39]

Situação	N.º Terras Indígenas
Em identificação	2
Declaradas	2
Homologadas	1
Registradas	15

IDOSOS

No Paraná, no ano 2000, havia 809.431 idosos.[40] Em 1991, 6,8% da população total era idosa. Em 2000, este número havia saltado para 8,5%. Devido ao acelerado envelhecimento da população paranaense, o Paraná é o estado com a maior taxa de crescimento da população idosa nas regiões Sul e Sudeste (25% em uma década). Este fato acarreta mudanças na

agenda política tanto na sociedade civil quanto no governo, que passa a incluir temas de interesse das pessoas da terceira idade.

O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI) – órgão consultivo, paritário e orientador da política de defesa dos direitos do idoso no Paraná, em parceria com órgãos públicos, entidades privadas e organizações sociais, desenvolve projetos para identificar o Perfil do Idoso do Estado do Paraná. Um estudo compreenderá os seguintes objetivos: criar banco de dados; instrumentalizar o Conselho e o Governo do Paraná na elaboração, fiscalização e controle, subsidiando a política de defesa dos direitos do idoso; contribuir na qualidade das ações desenvolvidas pelo CEDI; e avaliar parcerias em ações sociais, estabelecidas entre instituições públicas e privadas. Com base neste estudo, serão propostas mudanças nas políticas sociais e no orçamento governamental, no comportamento da família e nos serviços de atendimento aos idosos. [41]

A V Caravana Nacional de Direitos Humanos visitou, em Londrina e Curitiba, 14 instituições que prestavam atendimento de internação de idosos. O relatório da V Caravana apresenta informações extremamente positivas em relação aos cuidados que estão sendo dispensados por algumas clínicas do Paraná. Por outro lado, aponta também o predomínio de asilos que adotam modelos ultrapassados e a presença de irregularidades e até violências físicas e psíquicas perpetradas contra os idosos. [42]

Algumas das instituições, independentemente da qualidade do serviço prestado, abrigavam grande número de idosos (chegando até a 120 pessoas), o que favoreceria a despersonalização e massificação do atendimento. Outros problemas verificados foram: instalações físicas inadequadas e com barreiras arquitetônicas; higiene precária; inexistência e falta de recursos humanos especializados para o trabalho com esta faixa da população; inexistência e falta de atividades que estimulem sua independência; falta de privacidade; restrição a visitas; isolamento social; negligência; clandestinidade e irregularidade para funcionamento da instituição.

As entidades consideradas modelo ofereciam tratamento adequado aos idosos e tinham em seus quadros equipes de profissionais de várias áreas: auxiliar de enfermagem, nutricionista, cozinheira, médico, auxiliar de serviços gerais, etc. Vale ressaltar, ainda, a existência de farmácia, estrutura física adequada (como corrimão, piso antiderrapante, anteparos), um programa de atividades para os idosos (com trabalhos de artesanato, jardinagem, jogos, música, dança, fisioterapia, terapia ocupacional) e a garantia do convício com os familiares e a comunidade.

MIGRANTES

O Centro de Atendimento do Migrante, da Arquidiocese de Curitiba, é uma comunidade de missionários e leigos inspirados pela espiritualidade do migrante João Batista Scalbrini. Buscam a integração e a comunhão entre os povos e culturas. Trabalham com imigrantes que chegam de outros países e migrantes de outros estados, assim como migrantes em trânsito, refugiados que buscam proteção e deportados que são presos e expulsos por falta de documentação. Recebem essas pessoas, orientando na solução de sua situação e providenciando atendimento a suas necessidades básicas. [43]

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS

Em 2000 e 2001, foram registrados 11 homicídios homofóbicos, sendo 5 contra gays e 6 contra travestis. [44]

O regulamento do Carnaval de Curitiba de 2001 proibiu a presença de transformistas na ala das baianas ou na comissão de frente das escolas, sob pena de anulação do quesito onde for constatada a irregularidade. [45]

O Instituto Paranaense organizou a Parada do Orgulho Gay em junho de 2002, reunindo cerca de 2 mil pessoas em Curitiba. [46]

1 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, *Relatório: Reunião Pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – Violações de Direitos Humanos no Paraná*. Disponível no web-site da Comissão de Direitos Humanos (www.camara.gov.br/cdh).

2 Ouvidoria de Polícia do Paraná, *Relatório de Atividades 1999-2001*.

3 Idem.

4 *Folha de S. Paulo*, 9 de abril de 2001, Cotidiano, C 12, "Policiais acusados de torturar 2 no PR", e 10 de abril, Cotidiano, C 11, "PMs acusados de torturar 'cigarreiros' voltam ao trabalho no Paraná".

5 Rodley, Nigel, *Relatório sobre a Tortura no Brasil*. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

6 *Folha de S. Paulo*, 19 de julho de 2001, Cotidiano, C 5, "PMs ajudam mulheres em bloqueio no PR".

7 *Folha de S. Paulo*, 17 de maio de 2001, Cotidiano C8, "No PR, mulheres mantêm protesto", e *O Estado de S. Paulo*, 18 e 29 de maio de 2001, Cidades, C4 e C2, "Mulheres de PMs grevistas são presas em Curitiba"e "Justiça determina volta de PMs grevistas ao trabalho no Paraná".

8 *Folha de S. Paulo*, 24 de julho de 2001, Cotidiano, C3, "PMs treinam mulheres para protestos", e *O Estado de S. Paulo*, 24 de julho de 2001, Cidades, C4, "Mulher de PM aprenderá a bloquear quartéis".

9 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

10 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos*. Texto disponível no web-site da Comissão (www.camara.gov.br/cdh)

11 Idem.

12 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

13 *Diário Popular*, 22 de novembro de 2000.

14 *O Globo*, 24 de novembro de 2000.

15 Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, *Relatório Brasil 2001* – Violência no Campo.

16 *Folha de São Paulo* do dia 1de janeiro de 2002 e ofício da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, informando o conteúdo do Relatório Final da OEA.

17 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999* disponível no web-site da entidade(www.cptnac.com.br)

18 Ministério do Trabalho e Emprego, *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002*.

19 Ministério Público do Trabalho, *Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo/Forçado*.

20 Material recebido do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Ministério da Justiça.

21 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III:Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

22 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

23 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

24 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

25 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p. 109. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o estado. No Paraná foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Culturas (de Batata; Laranja; do Algodão; do Café; do Feijão; do Gengibre e do Tomate); Extração e Beneficiamento do Calcário; Fumicultura; Plantio e Corte de Pinus; Produção de Carvão Vegetal; e Serviços (em Cerâmicas e Olarias; em Madeireiras e Serrarias; e em Pedreiras).

26 *Jornal do Estado – PR*, 5 de abril de 2002, p. A7, notícia disponível no web-site a ABMP (www.abmp.org.br)

27 CIRANDA – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência e Rede Andi, *A Criança e o Adolescente na Mídia – Paraná: Uma Pesquisa Ciranda - Rede Andi – outubro a dezembro/ 2000*, p.29-36.

28 Em 2000, integravam a Comissão Estadual: "Conselho Estadual de Assistência Social, o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Secretaria de Estado da Educação, Secretaria do Estado da Criança e Assuntos da Família, Secretaria do Trabalho, Secretaria Estadual de Saúde, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FATAEP), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Ministério Público do Trabalho, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Regional de Assistência Social, Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Ministério Público, Emater".

29 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

30 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

31 Waiselfisz, J.J., *Mapa da Violência III* (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

32 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

33 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório da pesquisa disponível no web-site do Conselho (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

34 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

35 Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná, *Relatório sobre Direitos Humanos no Estado do Paraná*, 2002. Documento enviado pelo presidente do Conselho à Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

36 *Jornal a Gazeta do Povo* – Paraná, 22 de maio de 2002.

37 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Os Guaranis encontram-se espalhados em diversos estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. No geral, totalizam cerca de 35.000 indígenas no território brasileiro. Em situação semelhante encontram-se os Kaigang: vivem entre os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e totalizam cerca de 25.000 indígenas.

38 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 9.394 indígenas.

39 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

40 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

41 Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (www.saude.pr.gov.br).

42 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, *V Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da Realidade dos Abrigos e Asilos de Idosos no Brasil* (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002). Disponível no web-site da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br/cdh).

43 Centro de Atendimento do Migrante – Arquidiocese de Curitiba (www.camigrantes.hpg.ig.com.br).

44 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

45 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

46 Glsplanet (http://glsplanet.terra.com.br).

RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Rio Grande do Sul, situado no extremo sul do país, faz divisa com o Estado de Santa Catarina e com Uruguai e Argentina. Sua capital é Porto Alegre e sua economia é baseada na agricultura (soja, trigo, arroz e milho), na pecuária e na indústria (de couro e calçados, alimentícia, têxtil, madeireira, metalúrgica e química).

O Rio Grande do Sul tem uma extensa rede de organizações da sociedade civil e uma ativa Comissão de Cidadania e Direitos Humanos na Assembléia Legislativa do Estado, que monitoram e denunciam as violações de direitos humanos e participam da formulação e implementação de políticas públicas visando proteger e promover os direitos dos grupos mais vulneráveis no estado, especialmente as crianças e adolescentes, as mulheres e os afro-descendentes. Anualmente, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos publica o Relatório Azul, que retrata a situação dos direitos humanos no estado, inclusive as principais violações e as principais ações e programas na defesa dos direitos humanos.

A Ouvidoria da Justiça e da Segurança foi criada em 1999, constituindo um canal importante para o oferecimento de denúncias contra ações ilegais e irregulares praticadas por policiais e agentes penitenciários. Entretanto, até hoje a Ouvidoria e a Secretaria da Justiça e da Segurança não divulgam regularmente informações sobre o número de mortes em ações envolvendo policiais, como acontece nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo dados da Brigada Militar, o número de civis mortos por policiais militares diminuiu de 1999 para 2000, mas voltou a aumentar em 2001. No mesmo período, diminuiu o número de policiais militares mortos.

VIOLÊNCIA POLICIAL

O Rio Grande do Sul tem uma Ouvidoria da Justiça e da Segurança, instituída pelo decreto 39.668, de 17 de agosto de 1999, para "exercer a fiscalização social dos órgãos vinculados à Secretaria de Justiça e Segurança", que reúne a Brigada Militar, a Polícia Civil, a Superintendência de Serviços Penitenciários e o Instituto Geral de Perícias.[1] Assim como outras ouvidorias de polícia do país, a Ouvidoria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul tem poderes para receber denúncias, queixas e reclamações da sociedade, encaminhá-las para as autoridades competentes para sua investigação e acompanhar a investigação, mas não tem poderes para realizar investigações.

De agosto de 1999 a outubro de 2001, a Ouvidoria recebeu 1.547 denúncias, envolvendo pelo menos 2.225 agentes do sistema de segurança e justiça. Destas denúncias, 319 (20,6%) foram arquivadas pela Ouvidoria e 1.228 (78,38%) deram origem a 2.426 encaminhamentos aos órgãos competentes para apuração. A Ouvidoria recebeu respostas para 1.691 encaminhamentos (69,70%), referentes a 943 casos. No período, foram abertas 290 sindicâncias, instaurados 133 inquéritos policiais militares, 118 inquéritos policiais civis, 49 procedimentos administrativos disciplinares, 88 investigações preliminares, 52 processos crimes, 10 termos circunstanciados, quatro conselhos de disciplina e um conselho de justificação. [2]

Neste período, o Ministério Público ofereceu denúncia contra 87 policiais (53 da brigada Militar e 34 da Polícia Civil), 192 agentes foram indiciados em inquérito policial (161 da Brigada Militar, 30 da Polícia Civil e 1 da Superintendência de Serviços Penitenciários) e 28 policiais receberam punição administrativa (17 da Brigada Militar e 11 da Polícia Civil), sendo duas demissões de policiais civis e uma exclusão disciplinar de policial militar. Nenhum agente foi condenado em segunda instância em processo criminal. Um delegado foi condenado por abuso de autoridade em primeira instância, mas houve recurso e o Tribunal de

Justiça absolveu o delegado por falta de provas. [3]

Entre os 2.225 agentes denunciados, estão 1.297 da Brigada Militar (58,29%) e 803 da Polícia Civil (36,09%). Levando em consideração o efetivo das duas polícias, isso significa que 1 em cada 7 policiais civis foram denunciados e 1 em cada 18 policiais militares foram denunciados na Ouvidoria, no período de 25 meses analisado pelo relatório. [4]

Os 2.225 agentes denunciados estão envolvidos em 3.310 crimes ou irregularidades. No caso da Polícia Civil, as denúncias dizem respeito em sua maioria à prática de violência (40,59%), seguido de irregularidades administrativas e disciplinares (30,25%), corrupção (25,80%) e outros (3,36%). Na Brigada Militar, a maioria das denúncias também diz respeito à violência (59,35%), irregularidades administrativas e disciplinares (25,34%), corrupção (10,49%) e outros (4,82%). [5]

As 1.547 denúncias recebidas pela Ouvidoria foram feitas por 1.564 pessoas e envolveram 1.045 vítimas. Entre as vítimas, 603 se identificaram na Ouvidoria, 90 eram policiais militares e 8 policiais civis. [6]

O relatório de atividades da Ouvidoria da Justiça e da Segurança apresenta também dados fornecidos pela Brigada Militar e da Polícia Civil sobre a letalidade em ações envolvendo policiais no Rio Grande do Sul. A Brigada Militar e a Polícia Civil forneceram dados sobre policiais mortos entre 1998 e 2001. Foram 17 militares e 3 civis em 1998, 8 militares e 6 civis em 1999, 6 militares e 2 civis em 2000 e 4 militares e 7 civis até outubro de 2001.[7] Em relação às pessoas mortas em ações envolvendo policiais, apenas a Brigada Militar forneceu dados para os quatro anos: 44 mortes em 1999, 30 em 1999, 26 em 2000 e 24 até outubro de 2001 –dados que indicam uma redução da letalidade em ações envolvendo policiais. A Polícia Civil forneceu apenas dado referente a 2000, indicando não terem ocorrido mortes neste ano. [8]

SISTEMA PENITENCIÁRIO, UNIDADES FECHADAS

O estado disponibiliza 13.293 vagas para uma população carcerária de 14.931 detentos. Não há vagas nem detentos cumprindo pena nas instituições policiais. Diferentemente da maior parte dos estados, o excedente de detentos está localizado nas vagas para cumprimento de pena em regime semi-aberto e aberto. Chama a atenção a superlotação nas unidades adequadas ao cumprimento de medida de segurança, nas quais estão dispostas 441 vagas e se encontram detidos 633 pessoas que cumprem essa medida. [9]

Os presídios mais importantes do estado, que abrigam cerca de 40% da população encarcerada, situam-se na região de Porto Alegre e Charqueadas. Quatro presídios são administrados pela Força Tarefa da Brigada Militar, um destacamento formado pela polícia militar para administrar e fazer a segurança de presídios após uma sucessão de motins e graves ocorrências nos maiores presídios do estado. [10]

Nos presídios visitados pela II Caravana Nacional de Direitos Humanos, em setembro de 2000, ao contrário de muitos estabelecimentos no país, os presos têm direito à visita íntima, inclusive de parceiros do mesmo sexo, assistência médica e oportunidade para trabalhar e estudar. Mas, em muitos aspectos, as condições carcerárias não são diferentes de estabelecimentos em outros estados da federação. Os presídios são superlotados. Os presos não têm assistência jurídica. As condições de habitabilidade são péssimas, com celas sem luz ou ventilação, muitas vezes úmidas e escuras. As visitas são obrigadas se desnudar e passar por revistas íntimas. [11]

O Presídio Central de Porto Alegre é o maior e mais problemático do estado. Construído originalmente como cadeia pública e com vagas para receber no máximo 600 presos, encontra-se superlotado com 2.100 detentos. As instalações hidráulicas estão comprometidas, há vazamentos dos esgotos e condições insalubres nas galerias. A direção do estabelecimento mantém procedimentos rigorosos de disciplina e observa-se nitidamente uma tendência à militarização das condutas exigidas dos próprios internos. Os policiais utilizam, dentro do estabelecimento, armamentos de grosso calibre e empregam cães para vigiar as áreas de circulação O presídio

tem celas de isolamento, que são insalubres e úmidas, nas quais os presos são mantidos por vários dias. [12]

A Penitenciária Estadual do Jacuí tem um histórico de motins e fugas. Há problema de superlotação: com 1.109 vagas, abrigava 1.241 presos em setembro de 2000. A assistência jurídica ao preso é precária. Há a prática de desnudamento dos familiares de presos. [13]

Instituições para Adolescentes

A Comissão de Cidadania de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa recebeu denúncias de maus tratos e tortura praticados por monitores nas instituições de internação de adolescentes em conflito com a lei. Espancamentos seriam motivados por tentativa de fuga, pequenos desentendimentos entre os adolescentes, entre outros motivos fúteis. A tortura foi utilizada como forma de aplicação de castigo e intimidação. Em dezembro de 1998, no Centro do Jovem Adulto, adolescentes teriam sido agredidos durante o período de festas natalinas. Em abril de 1999, no Instituto Juvenil Masculino, monitores teriam espancado seis adolescentes após tentativa de fuga. [14]

VIOLÊNCIA RURAL

Entre janeiro de 1999 e agosto de 2001, o Rio Grande do Sul registrou 63 casos de conflitos rurais. Em 1999, foram 11 conflitos rurais, enquanto em 2000 foram 15 e em 2001 foram 37. O número de pessoas envolvidas em conflitos rurais aumentou de 21.610 em 1999 para 39.500 no ano 2000 e 46.830 em 2001, totalizando 17.940 pessoas em três anos. Ao contrário do que aconteceu no Paraná e em Santa Catarina, não houve casos de morte em decorrência de conflitos rurais no Rio Grande do Sul. [15]

Ausência de mortes, entretanto, não significa ausência de violência. No dia 12 março de 2001, 500 agricultores atingidos pela barragem de Barra Grande, no Rio Uruguai, na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, realizaram uma manifestação pacífica em direção a obra, para reivindicar a sua suspensão. Foram cercados pela policia militar e agredidos com tiros. Os feridos foram levados ao hospital do município de Esmeralda. [16]

TRABALHO ESCRAVO

O Ministério Público do Trabalho investiga denúncias de trabalho em condições análogas a de escravo nas colheitas de maçãs, no município de Vacaria. Oito fazendas foram multadas e se comprometeram a melhorar as condições de habitação, higiene e saúde dos trabalhadores. [17]

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

A ONG Repórteres sem Fronteiras denunciou quatro casos de pressões contra jornalistas que teriam ocorrido no Rio Grande do Sul no ano de 2001. Em fevereiro, dois jornalistas do jornal "Zero Hora", Nilson Mariano e Altair Nobre, que divulgaram denúncias de corrupção passiva dentro da polícia local, foram citados pela polícia de Porto Alegre, que exigia a revelação das fontes da notícia. No final de junho, o jornalista Cláudio Camargo, editor da seção Internacional da revista "Isto É" foi pressionado a não publicar um artigo, do jornalista e professor Luis Milman, sobre cassinos no estado. No dia 21 de julho, a juíza Ana Paulo Braga ordenou o seqüestro da edição de 22 de julho do jornal "Tribuna Popular", de São Lourenço do Sul, que fazia referências a uma denúncia apresentada contra o prefeito da cidade, Dari Pagel, e outras cinco pessoas, por fraude na gestão dos fundos de pensão e de seguridade social da cidade. E o último incidente teria ocorrido no dia 22 de agosto, quando um juiz de Caxias do Sul proibiu o "Jornal Pioneiro" de publicar um artigo sobre o seqüestro de um advogado, o que fez depois do próprio advogado pedir isso, e alegando o direito de proteção da imagem. [18]

Nas eleições realizadas no dia 27 de outubro de 2002, cinco municípios desse estado receberam a proteção das Forças Armadas. [19]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 465 para 533 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 26,2 em 98 para 29,2 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que era de 79,7 em 2000, mais baixa que a taxa nacional de vitimização de jovens que em 2000 era respectivamente 92,7%. [20]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até o final do 1º semestre de 2002, somente 286 dos 467 municípios (61%) contavam com Conselhos Tutelares e 327 (70%) haviam instalado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. [21]

Merece destaque, entre os demais Conselhos Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Estadual do Rio Grande do Sul (Cedica-RS). Entre 1999 e 2001, o Cedica-RS promoveu ações e elaborou publicações de divulgação do ECA; implantou o Sistema de Informatização para Infância e Juventude (Sipia), que já em 1999 estava instalado em 20 municípios do estado; realizou a 2ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que contou com a presença de 1.002 participantes; e instituiu o Prêmio Direitos da Criança e do Adolescente, que destaca pessoas físicas e jurídicas, pela atuação na promoção e defesa desses sujeitos especiais de direitos. [22]

A mobilização e reivindicação da sociedade civil, do início da década de 1990, levaram o Poder Público de Porto Alegre a criar, em 1995, o Programa Família: Apoio e Proteção. Atendendo, também, ao artigo 90, inciso I do ECA, o Programa é desenvolvido a partir de Núcleos de Apoio Sócio Familiar e tem por objetivo "resgatar o papel da família no desenvolvimento da criança e do adolescente, enquanto primeira provedora dos direitos fundamentais (abrigo, afeto, alimentação, saúde e educação)". Deve ser destacada a importância de Programas como este que, envolvendo governo e sociedade civil, prevê o monitoramento e avaliação pelos Conselhos de Porto Alegre (da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente). [23]

Seguindo tendência nacional, dados contidos em relatório da Comissão da Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado apontam que as crianças e adolescentes gaúchas figuram muito mais como vítimas do que como agentes da violência. Em 1999, foram registrados nas delegacias do estado 13.624 atos infracionais cometidos por adolescentes. Enquanto que, no mesmo ano, 21.272 ocorrências registradas tinham como vítima pessoa com idade inferior a 18 anos. [24]

Preocupados com as propostas de redução da idade penal, várias ações foram e estão sendo desenvolvidas no estado, entre elas a criação do Comitê Gaúcho Contra a Redução da Idade Penal. Agregando cidadãos, organizações governamentais e não governamentais, o Comitê lançou, em maio de 2001, o manifesto "Ninguém nasce infrator. Não à redução da idade penal!". [25]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 98 originaram-se no Estado do Rio Grande do Sul. Deste total, 25 foram feitas no 1º semestre de 2002. [26]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada pesquisa nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência de cinco rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no estado, sendo que duas delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. [27]

Levantamento realizado pelo Centro Operacional das Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual indica que os promotores de justiça, entre junho de 1997 e junho de 2000, ofereceram 496 denúncias de violência sexual cuja vítima tinha idade inferior a 18 anos. Em 43,75% dos casos o agente tinha

vínculo familiar com a vítima. [28]

A exploração sexual de crianças e adolescentes recebeu nos últimos anos uma atenção ainda maior, por parte de órgãos governamentais e não governamentais. Em 1999, a Campanha Contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizou uma primeira oficina dirigida a educadores sobre como trabalhar a violência e a exploração sexual com as crianças. A Campanha, a partir de julho de 1999, alterou seu nome para Movimento pelo Fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Desde então, várias atividades foram realizadas, das quais são exemplos: audiências públicas (promovidas pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado em outubro de 1999 e abril de 2000); e a III Jornada de Integração da Região Sul pelo Fim da Violência, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (promovidas pelo Movimento e pela Subcomissão dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social no Rio Grande do Sul em julho de 2001). [29]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 229.198 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Rio Grande do Sul. Deste total, 101.028 (44,08%) trabalhavam na área urbana e 128.170 (55,92%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: 1º Agropecuária (136.613) e 2º Indústria de Transformação (33.916). Ademais, 113.191 (49,35%) não recebiam remuneração, 41.119 (17,57%) eram empregados, 40.301 (17,57%) trabalhavam para autoconsumo e 16.886 (7,36%) eram trabalhadores domiciliares. [30]

Medidas Sócio-Educativas

Dados de 1999 e 2000 apontam que, em média nesses anos, havia 631 adolescentes internados, inclusive provisórios, no estado.[31] Em junho de 2002, segundo informações do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente e do Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estados dos Direitos Humanos, o Estado do Rio Grande do Sul tinha um total de 723 jovens internados nas 16 unidades do estado, sendo 694 do sexo masculino e 29 do feminino. O Rio Grande do Sul também contava, no final do 1º semestre de 2002, com uma única unidade de internação provisória que abrigava 111 jovens, todos do sexo masculino. [32]

A IV Caravana Nacional de Direitos Humanos visitou no Rio Grande do Sul cinco estabelecimentos de privação de liberdade: o Instituto Carlos Santos (ICS); o Instituto Padre Cacique (IPC); o Centro de Jovens Adultos (CJA); a Comunidade Sócio-Educativa (CSE); e o Instituto Educacional Feminino. [33]

O ICS, qualificado pela IV Caravana como "O primeiro presídio a gente nunca esquece", é o único local do estado para cumprimento de internação provisória. À época da visita, o local abrigava 143 internos quase cinco vezes mais a capacidade prevista (que era de 30 vagas). Entre as características do local, tem-se: as visitas são desnudadas; as correspondências são abertas e verificadas antes de serem recebidas pelos jovens (prática que no sistema prisional foi abolida em 2000); e os internos são alojados em celas, sem banheiro nem água. Destaque-se o fato da presença de celas de isolamento que, inclusive, descumprem os parâmetros estabelecidos pela ONU para presos adultos. [34]

O CJA e o CSE são estabelecimentos de cumprimento da medida de internação para os adolescentes em que a IV Caravana se deparou com um quadro semelhante e até pior que o ICS. Além dos adolescentes serem mantidos em celas, predominar a ociosidade e haver maus-tratos, verificou-se como prática comum nesses locais a contenção química. Ministrada via injeção, esta forma de contenção dos adolescentes é muitas vezes utilizada à força e, em outros casos, verificados no CSE, os próprios internos solicitam a medicação e são prontamente atendidos, sem qualquer avaliação médica. [35]

IPC é qualificado pela IV Caravana como "um modelo intermediário", em razão de o Instituto contar com um quadro de profissionais especializados (pedagogo,

clínico geral, neurologista, entre outros), dos adolescentes serem alojados em quartos limpos e ordenados e da educação ser razoável. Porém, há limitações que impossibilitaram qualificar o serviço como exemplar, entre elas, o fato dos banheiros encontrarem-se, quando da visita, em um "estado lastimável". [36]

A IV Caravana considerou o Instituto Educacional Feminino como a melhor unidade entre todas visitadas no Brasil. Verificou-se que o Instituto realmente desenvolve um trabalho sócio-educativo pautado pelo respeito à privacidade e pela afetividade, garantindo-se a escolarização, a prática de várias atividades (inclusive externas) e um atendimento técnico de qualidade. [37]

MULHERES

Estão em andamento diversos programas para a proteção e promoção dos direitos das mulheres. A Coordenadoria Estadual da Mulher – CEM, através de convênios com universidades, desenvolveu o Projeto Política de Combate à Violência e pela Garantia dos Direitos da Mulher, com o objetivo de eliminar os maus-tratos contra as mulheres e os preconceitos de gênero. Durante o ano de 2001, foi criado o "Disque Violência", sob a coordenação da Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Foram estabelecidas quatro casas abrigo, quatro observatórios de violência, 14 postos da mulher e uma Delegacia da Mulher em Santa Maria. [38]

O Projeto Rede Estadual de Gênero e Justiça, com apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, visa expandir o Programa Promotoras Legais Populares e implantar o Sistema de Informação à Mulher em municípios do interior do estado. [39]

O Programa Promotoras Legais Populares foi desenvolvido no Rio Grande do Sul pela ONG Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Implantado inicialmente em Porto Alegre com o objetivo de capacitar mulheres líderes comunitárias em noções básicas de Direito, Organização do Estado e Direitos Humanos, com ênfase nos direitos das mulheres, o programa está sendo expandido para municípios do interior do estado e para outros estados, através de parceria com entidades de defesa dos direitos da mulher, outras organizações da sociedade civil e organizações governamentais. [40]

Apesar da organização da sociedade civil e dos diversos programas para proteção e promoção dos direitos das mulheres, persistem no estado as violações dos direitos das mulheres. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul recebeu oito denúncias de violações de direitos da mulher em 2001, e outras 11 denúncias no 2º semestre de 2000. Entre as denúncias, estão casos de agressão e espancamento de mulheres por seus maridos ou companheiros e até a agressão praticada contra uma faxineira por parte de um deputado estadual. [41]

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (Petrasf), constatou a existência de seis rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial, sendo que duas rotas também envolviam crianças e adolescentes. O principal ponto de tráfico é a cidade de Uruguaiana, de onde mulheres e adolescentes seguem para Argentina, Chile e Espanha, e Caxias do Sul, de onde adolescentes seguem para São Paulo. [42]

No Rio Grande do Sul, a taxa de homicídios entre as mulheres é de 3,3 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representam 10,3% das vítimas de homicídios.[43] Somente em Porto Alegre, a polícia registrou 370 ocorrências de estupro e 364 atentados violentos ao pudor em 1999, 342 estupros e 233 atentados violentos ao pudor em 2000, 434 estupros e 278 atentados violentos ao pudor em 2001. [44]

No dia 15 de março de 2001 a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, por meio da Sub-Comissão da Criança e Adolescente e parcerias com a Themis (Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero), o Instituto Amigos de Lucas e o Centro Justiça Global encaminhou à Organização dos Estados Americanos (OEA) uma petição sobre o direito das mães adotivas e de seus filhos adotados a terem licença-maternidade. [45]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (1.329.464) representa 13,05% da população do estado, proporção inferior à média da Região Sul. Na população afro-descendente, 5,25% se declararam negros e 7,80% pardos. [46]

O SOS Racismo do Estado do Rio Grande do Sul recebeu 141 denúncias de discriminação racial durante o período de janeiro de 2001 a agosto de 2002. As denúncias indicam que a relação discriminatória entre vítimas e agressores em geral ocorre no espaço público. Das 77 denúncias em que o local da discriminação é conhecido, 41 ocorreram no âmbito das relações de trabalho, 34 nas relações de consumo e 31 entre vizinhos. [47]

As denúncias registradas no SOS Racismo confirmam que as mulheres negras estão na base da pirâmide na divisão social do trabalho. Como exemplo dos casos de discriminação racial nas relações de trabalho, às quais as mulheres negras estão submetidas, destacamos o caso de M.L.S.P, que, ao procurar trabalho em uma agência de empregos, foi orientada a cadastrar-se em uma vaga de serviços gerais, ainda que comprovada sua experiência profissional como digitadora e a conclusão do Ensino Médio. Sem motivação, passou a procurar emprego se postulando para funções muito aquém de sua capacidade e qualificação. Essa denuncia ilustra como às relações de trabalho estão ainda permeadas pela cultura de servidão e exclusão. [48]

A discriminação racial contra homens e mulheres afro-descendentes ultrapassa as relações de trabalho, alcançando várias esferas sociais, como ocorre com frequência em estabelecimentos comerciais e bancários. Nesses espaços, a discriminação racial torna-se visível na conduta de seguranças e vigias desses estabelecimentos. Uma denúncia recebida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, em março de 2000, foi a de uma senhora aposentada que comprava uma jaqueta de couro quando foi detida por um segurança sob acusação de ter usado cheque roubado. Segundo a vítima, a dona da loja estaria junto com esse segurança dizendo que o cheque era roubado, ao mesmo tempo em que chamava a senhora de "negra ladrona". A senhora provou que os cheques não eram roubados e registrou a ocorrência por calúnia e racismo na 2ª DP de Caxias. [49]

Instituições públicas de saúde, ensino e de segurança pública também são locais de freqüentes ocorrências de discriminação racial. Em um caso denunciado na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, o agente discriminador é um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O professor, R.S.F., durante uma aula declarou que "os negros na favela só teriam dentes brancos porque era colocado flúor na água, que negro era que nem inço: se não matasse no início, depois tomava conta da lavoura". O caso foi denunciado na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, que ofereceu representação na 2ª Vara Criminal da Justiça Federal de Porto Alegre. O juiz determinou que durante um ano o réu deve comparecer uma vez por mês à Justiça para assinar termo de presença, contribuir com um salário mínimo em gêneros de higiene e limpeza para a Casa Menino Jesus de Praga e está proibido de se ausentar do país sem informar o Juízo. [50]

No dia 1º de julho de 2001, dois policiais mili-

CENTRO ECUMÊNICO DE CULTURA NEGRA

O Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE), recebeu menção honrosa no Prêmio Nacional de Direitos Humanos no ano 2000, na categoria organizações não governamentais. O Centro foi fundado em 1987, por um grupo de homens e mulheres negras, com o objetivo de lutar contra a discriminação e o preconceito racial na sociedade gaúcha, que dificultam a inserção social e aumentam o risco de violência contra os afro-descendentes. O Centro concentra sua atuação em projetos educacionais, culturais e artísticos, e mantém um coral étnico.

tares abordaram violentamente um rapaz afro-descendente e seus familiares quando este parava o carro em frente à residência de um amigo. Ao estacionar seu carro, um Pólo Classic, de cor branca, os dois soldados PMs vieram em sua direção apontando as armas e pedindo, de modo agressivo, os seus documentos. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos encaminhou ofícios à Corregedoria da Brigada Militar, ao Ministério Público de Santo Antônio da Patrulha e a Ouvidoria da Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado. [51]

INDÍGENAS

O Rio Grande do Sul tem sua população indígena distribuída entre dois povos: os Guaranis e os Kaigang.[52] Estima-se que tenha a 9ª maior população indígena do país. [53]

O estado tem 35 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [54]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	10
Em identificação	6
Identificadas / Aprovadas pela Funai	1
Declaradas	3
Homologadas	8
Registradas	7
Reservadas	1

Há anos que indígenas Kaigang lutam em todo o estado pelo reconhecimento e demarcação de suas terras. Os indígenas Kaigang da área indígena Borboleta vivem em constante conflito com os colonos. Em março de 1999, cerca de 1500 indígenas ocuparam uma área, reivindicando o assentamento de famílias no local e a demarcação da terra, mas foram transferidos pela Funai para outro local. Em julho de 2000, pela terceira vez ocuparam o local. Três anos depois de começarem as ocupações, 200 famílias ainda permaneciam acampadas resistindo. Atualmente, a área encontra-se na fase do processo de demarcação em que um Grupo de Trabalho estuda a situação. [55]

Em 17 de junho de 1999, os Kaigang da terra indígena de Monte Caseiros tiveram um acirrado confronto com a Polícia Federal. O motivo foi a recusa dos indígenas em entregar para a polícia um trator que receberam da Funai para uso na agricultura, mas que o Ministério Público havia mandado apreender em função da descoberta de fraudes na licitação. Os indígenas diziam que não entregariam esse trator sem receber outro em conformidade com os requisitos da licitação. Diversos indígenas e policiais ficaram feridos. [56]

Em 1999, as áreas indígenas Nonoai e Serrinha continuavam ocupadas por agricultores. Em março, em Nonoai, os indígenas realizaram protestos cobrando agilidade da Funai no levantamento das benfeitorias das 300 famílias de agricultores e desocupação da área. Em outubro, em Serrinha, a mesma reivindicação foi o motivo de protesto feito por indígenas conjuntamente com os próprios agricultores. [57]

Também a terra indígena Rio dos Índios, de aproximadamente 800 hectares, em 2001 invadida por um balneário turístico e por cerca de 100 famílias de colonos, ainda não foi reconhecida. [58]

Condições de Sobrevivência

A desnutrição foi a responsável pela morte de diversas crianças nesse estado. Em julho de 1999, cinco crianças Kaigang morreram dessa forma.[59] Depois, entre os meses de dezembro de 2000 e março de 2001, doze crianças morreram na terra indígena Guarita, onde cerca de 300 famílias vivem em situação de miséria.[60] As crianças dessa terra se alimentam basicamente de arroz e feijão em quantidade insuficiente para saciar a fome e suprir as necessidades diárias de nutrição estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde. Muitas vezes, completam a dieta com leite em pó que lhes é fornecido, o que não chega a ser suficiente para suprir a demanda. [61]

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do estado realizou uma Audiência Pública para discutir saúde e nutrição das crianças. Os indígenas denunciaram a falta de assistência nutricional e de orientação para as mães, a ausência de seleção espe-

cífica de profissionais para lidar com os indígenas, a instrumentalização do trabalho pelas prefeituras e as freqüentes trocas de profissionais. Em posterior reunião com os indígenas eles destacaram que a Funasa muitas vezes contrata ONGs sem contato prévio com os indígenas, e ressaltam a ausência de tratamentos preventivos e a discriminação que sofrem por parte das pessoas que estão no poder público. [62]

IDOSOS

Em 2000, o Rio Grande do Sul tinha uma população de 1.065.484 idosos.[63] A participação dos idosos na população (10,5%) é inferior apenas a do Rio de Janeiro (10,7%). Cada vez mais, o governo e a sociedade civil colocam em pauta a discussão de políticas públicas de atenção a esta faixa da população.

Em 1999, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul promoveu audiência pública sobre a situação dos idosos. Em setembro de 2001, o Rio Grande do Sul teve sua I Conferência Estadual do Idoso, promovida pelo Conselho Estadual do Idoso e pela Secretaria de Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Esta Conferência Estadual foi precedida por 29 Conferências Municipais e 6 Regionais (sendo que destas últimas participaram 107 municípios). A I Conferência Estadual apresentou propostas e sugeriu ações nas áreas de Promoção e Assistência Social; Saúde; Educação; Trabalho e Previdência Social; Habitação e Urbanismo; Justiça; Cultura, Esporte e Lazer; Participação, Controle e Financiamento; e Pesquisa.

No estado, segundo dados da Divisão de Planejamento e Coordenação da Polícia Civil, do segundo semestre de 2000 e primeiro semestre de 2001, foram registradas 13.709 ocorrências cujas vítimas eram idosos. Há de se destacar que 1.740 eram de ameaça, 1.393 de lesões corporais e 206 de maus-tratos. Quanto ao registro de violências contra a vida, houve no período 93 homicídios e 98 suicídios. [64]

Em Porto Alegre, a Delegacia de Proteção ao Idoso, instalada em setembro de 1994, registrou média anual de 42 ocorrências de lesão corporal, 112 de ameaça e 61 de maus-tratos nos anos de 97 e 98. Já em 1999, as ocorrências de lesão corporal foram 65, de ameaça 130 e de maus-tratos 138. [65]

O Ministério Público do Estado instaurou 24 expedientes, de 1999 até o final do setembro de 2001, tendo por objeto: casas geriátricas clandestinas; condições de atendimento e maus-tratos sofridos em casas geriátricas; irregularidade e discriminação no acesso a meios de locomoção; necessidade de abrigo; abandono de idoso; e discriminação no atendimento prestado em posto de saúde. [66]

Em agosto de 2000, a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre interditou o Lar Santa Flora. Desde 1996, quando foi feita a primeira inspeção pela Secretaria, o abrigo apresentava irregularidades que iam desde a falta de habilitação legal dos responsáveis e instalação predial inadequada até falta de higiene ambiental e de alimentos e a superlotação das enfermarias. O local, em que se abrigava em condições subumanas além de idosos, deficientes físicos e mentais, sofreu inspeção da Comissão Especial do Idoso da Assembléia Legislativa em 1997, que assim relatou, entre outras, as condições verificadas: "O compartimento no qual haviam idosos acamados, foram encontradas 'comadres' com urina, cheirando mal (...)"; sendo o diretor do local questionado sobre "um idoso que parecia um mendigo (...)" respondeu que ele era um "morador de rua e ex-alcoolatra" emendando depois que para curá-lo do alcoolismo "(...)'mergulhei a cabeça dele num tanque com água e fezes por alguns segundos'(...)". Alguns meses depois, no mesmo ano, a SMS foi inspecionar o local e constatou um quadro semelhante: "superlotação"; "estado precário de higienização das enfermarias, dos internos, das roupas de cama (...)"; apesar de terem sido adquiridos armários "estes encontram-se infestados por baratas e outros animais (...)"; os idosos "não recebem cuidados médicos naquela instituição (...)". Mais de um ano depois, em 1998, a situação verificada pelo Ministério Público permanecia semelhante, tendo sido emitidos autos de notificação e infração. Em 2000, ante a persistência das irregularidades

e com parecer do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul, a Secretaria interditou definitivamente o local. [67]

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado, através do Relatório Azul, apresenta casos de violações dos direitos contra pessoas portadoras de deficiência que exemplificam problemas encontrados pelos membros deste grupo em diversos estados.

Uma adolescente portadora de deficiência física e mental estava internada no Hospital de Caridade de Santiago e foi abusada sexualmente por um dos funcionários que teria forçado-a a fazer sexo anal e oral. A denúncia foi registrada na 21ª Delegacia de Polícia de Santiago. A Comissão recebeu a denúncia em 23 de dezembro de 1999, acompanhou o caso e, em 27 de janeiro de 2000, o funcionário do hospital foi indiciado por atentado violento ao pudor. [68]

Outra denúncia diz respeito a um monitor do abrigo Nehyta Martins Ramos, da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, que atingiu com uma paulada na cabeça um adolescente portador de sofrimento psíquico. A Comissão recebeu a denúncia em 23 de maio de 2000. A sindicância apurou a agressão sofrida pelo adolescente e exonerou o monitor em 4 de agosto de 2000. [69]

A creche do Centro Social São Carlos foi denunciada pelo Centro de Avaliação, Diagnóstico e Estimulação Precoce da Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado. A creche não aceitou uma criança de 3 anos por ser portadora de síndrome de down, sob a alegação de que sua idade cronológica não condizia com sua idade mental, o que dificultaria sua integração com o grupo. Apesar da intervenção do Centro, não houve sucesso. Ficou claro o desrespeito ao Decreto nº 914/1993, que institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. A criança não teve acesso, ingresso e tão pouco sua permanência garantida na creche. A condição de portadora de deficiência levou-a a ser discriminada e excluída num claro ato de desrespeito à lei. [70]

Para enfrentar o problema da discriminação e violência contra as pessoas portadoras de deficiência, o Governo do Rio Grande do Sul instituiu a Política Pública Estadual para as Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades, através do decreto 39.678, de 23 de agosto de 1999. A Política Pública Estadual deste decreto é coordenada pela Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas do Rio Grande do Sul, com a participação da sociedade através do Fórum Permanente da Política Pública Estadual para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades. [71]

No estado, as políticas públicas para assegurar os direitos e a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência são orientadas por duas diretrizes principais: a) mudança no paradigma de ação do estado do assistencialismo para a cidadania; b) integração das pessoas portadoras de deficiência às estruturas e procedimentos regulares. As diretrizes da política de acessibilidade são quatro: a) ações de legislação e reordenamento institucional; b) acessibilidade arquitetônica; c) acessibilidade urbanística; e d) acessibilidade à informação e à comunicação.

O Grupo de Convivência é um grupo de apoio aos portadores de deficiência que se reúnem periodicamente para trocar experiências, informações, discutir e encontrar soluções para sua situação de vida, restabelecer vínculos com a sociedade e família entre outros. O Abrigo é um serviço de atendimento de proteção integral destinado a pequenos grupos de pessoas com deficiência em conjunto com pessoas sem deficiência. O abrigo só é utilizado quando a pessoa portadora de deficiência estiver em risco pessoal e social ou de abandono.

Em Porto Alegre, em agosto de 2001, a Procuradoria Geral do Trabalho obteve junto à 23ª Vara da Justiça do Trabalho, decisão favorável à reserva para pessoas portadoras de deficiência de 4% dos postos de trabalho oferecidos pelo Serviço Social do Comércio. [72]

MIGRANTES

Há denúncia de um caso grave de aliciamento de trabalhadores brasileiros do Rio Grande do Sul, para prestação de serviços na Venezuela. Os trabalhadores foram atraídos por pagamento de salário em Dólares, e custeio de todas as despesas como transporte, alimentação e moradia. Chegando ao local, eram humilhados pelos fazendeiros que os chamavam de "Negrada" e "Escravos". Formas de punição como tirar a televisão do quarto onde dormiam foi utilizada. O trabalho era realizado por período ininterrupto, com jornada diária de até 18 horas, inclusive aos feriados. Não eram fornecidos os equipamentos de proteção individual. Não havia registro em carteira de trabalho. As condições de alojamento eram precárias, e os alimentos e material de higiene eram vendidos pelo empregador a preços elevados. Quando da fuga de um dos trabalhadores, foi perseguido por um homem armado com escopeta. [73]

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Em 2000, foram registrados 3 homicídios homofóbicos, sendo 1 contra gay e 2 contra travestis.[74] Em 2001, houve 3 homicídios homofóbicos, sendo 2 contra gays e 1 contra travesti. [75]

Em 1999, 49 travestis foram recolhidas do local onde exerciam a profissão por policiais e conduzidas a delegacia. Em 2000, a mesma operação ocorreu, no entanto, com o uso de violência física e insultos. [76]

No dia 9 de novembro de 1999, duas mulheres foram vítimas de discriminação na praça de alimentação do Praia Shopping, em Porto Alegre, em razão de terem se beijado. Uma pessoa da mesa próxima chamou o segurança e este, empurrando a bolsa de uma delas, ordenou que saíssem do local, sob a ameaça de colocá-las para fora. Após denuncia do ocorrido, o shopping foi atuado com base no artigo 150 da Lei Orgânica do Município que proíbe discriminações em função de orientação sexual. [77]

Em agosto de 2002, numa decisão inédita, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul reconheceu a união de doze anos entre dois homossexuais como sujeita aos mesmos efeitos de uma união estável. A decisão deu ao administrador de empresas T.M.S. o direito de permanecer no apartamento onde residia com seu companheiro e à metade dos bens adquiridos durante o período em que viveu com o empresário E.H.K, que morreu em 1997. [78]

O Nuance, Grupo pela Livre Orientação Sexual, realiza um trabalho de denúncia da violência e discriminação dos cidadãos homoeróticos no estado, acompanha procedimentos judiciais, promove eventos para a conscientização dos direitos dos homossexuais, e vem registrando os assassinatos que são motivados pela homofobia no Rio Grande do Sul.[79] Com organização do Grupo Nuance, aconteceu em Porto Alegre, a quinta Parada do Orgulho Gay, que reuniu cerca de 10 mil pessoas, em junho de 2002. [80]

O Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa), fundado em 1989, desenvolve ações de prevenção da Aids junto aos profissionais do sexo e, atualmente, acompanha a apuração de denúncia de violência contra os profissionais do sexo, inclusive por parte de policiais. Em junho de 2000, o Gapa realizou, em parceria com o Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Sul, o primeiro curso, dirigido aos praças da policia militar, escrivães e inspetores da polícia civil, com o objetivo de formar multiplicadores para transmissão de informação sobre Aids, sexualidade, drogas, direitos humanos e discriminação. [81]

No dia 25 de maio de 1999, foi criada a associação Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais, que trabalha na promoção da cidadania de travestis e transexuais, tendo como objetivo defender grupos ou indivíduos que venham a sofrer algum tipo de discriminação ou violência em função de sua orientação sexual ou de sua identidade feminina, além de trabalhar pela garantia do direito à livre manifestação da sexualidade, atividades e campanhas de prevenção da

Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, e estabelecer parcerias com órgãos públicos e entidades civis, em nível municipal, estadual e federal, apresentando reivindicações, propostas e projetos.[82] Em 2001, a associação realizou, em parceria com a Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Porto Alegre, um curso de alfabetização e um curso geração de renda para travestis. Também lançou a cartilha "Construindo a Igualdade em Saúde, Cidadania e Direitos Humanos". [83]

1 Ouvidoria da Justiça e da Segurança, *Relatório de Atividades* 1999-2001.
2 Idem.
3 Idem.
4 Idem.
5 Idem.
6 Idem.
7 As polícias não especificam as circunstâncias da morte, que podem ter ocorrido no exercício da atividade policial ou durante o período de folga.
8 Ouvidoria da Justiça e da Segurança, *Relatório de Atividades* 1999-2001.
9 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).
10 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos*. Texto disponível no web-site da Comissão (www.camara.gov.br/cdh).
11 Idem.
12 Idem.
13 Idem.
14 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1999/2000* e *Relatório Azul 2000/2001*.
15 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).
16 Boletim informativo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, de 12 de março de 2001, com material fornecido pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).
17 *Folha de S. Paulo*, 6 de outubro de 2002, Brasil, A 4, "10 mil trabalhadores vivem em condição de escravidão".
18 Repórteres Sem Fronteiras (www.rsf.org.fr).
19 *Agência Estado*, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).
20 Waiselfisz; J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.
21 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).
22 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1999/2000* , p. 35-36, e *Relatório Azul 2000/2001*. p. 37.
23 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1999/2000*, p. 23-24.
24 Idem, p. 28 e 39.
25 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 2000/2001*, p. 39.
26 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).
27 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).
28 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1999/2000* (p. 25).
29 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1998/1999, Relatório Azul 1999/ 2000* (p. 27) e *Relatório Azul 2000/2001* (p. 33).
30 Ministério do Trabalho e Emprego. *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente*. (Brasília: TEM, 2001) p. 112. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o estado. No Rio Grande do Sul foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura de Subsistência; Cultura (de Batata; e de Maçã); Extração de Acácia; Extração e Beneficiamento de Pedras Semi-Preciosas; Fumicultura; Indústria (Calçadista; de Esquadrias de Alumínio; e Moveleira e Assemelhados); Panfletagem; e Serviços (de Rua; e em Pedreiras).
31 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1999/2000*, p. 48.
32 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).
33 Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, *IV Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma Amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas FEBEMs e congêneres: O sistema Febem e a produção do mal*. p. 48-50 (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001).
34 Idem.
35 Idem.
36 Idem.

37 Idem.
38 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 2000/2001* (Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2001).
39 Idem.
40 Idem. Em 1995, a Themis recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, na categoria ONGs, pelo projeto Promotoras Legais Populares.
41 Idem.
42 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).
43 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III*. (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2000).
44 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).
45 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 2000/2001* (Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2001).
46 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).
47 Programa SOS Racismo – *Um Serviço Essencial para a Cidadania/ Maria Mulher* – Organização de Mulheres Negras.
48 Idem.
49 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1999/2000*, p. 140.
50 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 2000/2001*, p. 174.
51 Idem.
52 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Os Guaranis encontram-se espalhados em diversos estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. No geral, totalizam cerca de 35.000 indígenas no território brasileiro. Em situação semelhante encontram-se os Kaingang: vivem entre os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e totalizam cerca de 25.000 indígenas.
53 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 14.029 indígenas.
54 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).
55 Instituto Sócio-Ambiental , *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 789 (*Zero Hora*, 15 de março de 1999, "Grupo ocupa terra", *Zero Hora*, 05 de maio de 1999, "Índios serão transferidos"); e Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul, 1999/2000*, p. 188-9.
56 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1998/1999*, (p. 129).
57 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 791 (*Zero Hora*, 23 de março de 1999, " Estrada RS-324 é bloqueada") e p. 793 (*Zero Hora*, 06 de outubro de 1999, " Colonos e índios fecham RS-324").
58 Conselho Indigenista Missionário, Informe n. º 475, de 23 de agosto de 2001.
59 Instituto Sócio-Ambiental, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 792 (Zero Hora, 21de julho de 1999, "Desnutrição mata cinco crianças").
60 Conselho Indigenista Missionário, Informativo n. º 452, de 15 de março de 2001.
61 *Folha de São Paulo*, 17 de novembro 2002, "Programa contra a fome não chega à população indígena".
62 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul, 2000/2001*.
63 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).
64 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 2000/2001*.
65 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1999/2000* .
66 Idem e *Relatório Azul 2000/2001*.
67 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1999/2000*.
68 Idem.
69 Idem.
70 Idem.
71 Idem.
72 *Valor*, 26 de novembro de 2002, "Procuradores pedem mudança na reserva de vagas a deficientes".
73 Ministério Público do Trabalho, *Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo/Forçado*.
74 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).
75 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).
76 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1999/2000*.
77 Idem.
78 Parada do Orgulho GLBT-SP (www.paradasp.org.br).
79 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1999/2000*.
80 Glsplanet (http://glsplanet.terra.com.br).
81 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul 1999/2000*.
82 Idem.
83 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul, 2000/2001*.

SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina, situado no centro da Região Sul, faz divisa com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, e com a Argentina. Sua capital é Florianópolis e sua economia se baseia na indústria (agroindústria, têxtil, cerâmica, máquinas e equipamentos), pecuária e extrativismo. Há crescente atividade turística nas praias do litoral e fazendas no interior.

Apesar de ter índices de homicídios inferiores à média nacional, o Estado de Santa Catarina adotou um programa de tolerância zero que fez aumentar as denúncias de violência policial. Há registros de repressões violentas a manifestações públicas por parte da polícia militar.

O estado tem uma população afro-descendente pequena, comparativamente a outros estados, o que aumenta o risco de casos de discriminação racial, que são registrados e denunciados por organizações não governamentais.

Para facilitar o acesso à justiça e a resolução rápida de conflitos que, se não resolvidos, podem ser fatores geradores de violência, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina começou a implantar, em junho de 2000, o projeto Casas da Cidadania. O objetivo do projeto, desenvolvido em parceria com o Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e outras organizações não governamentais, unidades de ensino, e prefeituras municipais, é a implantação de casas da cidadania em todos os municípios do estado e nos distritos e bairros mais populosos das grandes cidades. Nestas casas, são estabelecidos juizados da cidadania, no qual trabalham juizes leigos ou conciliadores, como voluntários, que recebem treinamento para realizar mediação de conflitos juizados, com apoio, em caso de necessidade, particularmente nas questões ligadas à família e aos direitos indisponíveis, do juiz togado da comarca. As casas podem contar também, dependendo das parcerias estabelecidas, com um núcleo interdisciplinar formado por advogados, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos para apoiar o processo de mediação de conflito. [1]

VIOLÊNCIA POLICIAL

A polícia militar adotou, durante o ano de 2000, tanto no âmbito de Florianópolis, quanto de Santa Catarina, um programa de "tolerância zero", que, segundo relatório do Centro de Estudos Cultura e Cidadania, contribuiu para aumentar a arbitrariedade da polícia.

Em 22 de abril de 2000, o "Fórum Brasil outros 500" e entidades estudantis realizaram manifestação pública de protesto contra a política econômica e social do governo e a violência e discriminação de que são vítimas as minorias. Os manifestantes foram reprimidos pela polícia, que agiu de forma violenta e arbitrária, provocando ferimentos em três pessoas, duas com tiros de borracha nas costas, e quatro prisões arbitrárias. O conflito foi filmado e fotografado por órgãos da imprensa e constatou-se segundo tais imagens que não havia nenhum tipo de ameaça física aos policiais ou qualquer outro cidadão, contradizendo os depoimentos que policiais e autoridades à imprensa. Após a manifestação, organizações da sociedade civil apresentaram projeto de lei visando regulamentar o uso de armas de fogo pela polícia durante manifestações públicas. [2]

Policiais militares e civis realizaram greve por melhores salários, em dezembro de 2000. [3]

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O sistema prisional no estado dispõe de 3.685 vagas. O total da população carcerária é de 5.710 detentos (3.638 condenados e 2.072 provisórios; 5.065 em unidades do sistema penitenciário e 645 sob custódia da polícia). O número de detentos é 2.025 maior do que

o número de vagas, sendo que o número de presos excede o número e vagas nas unidades para cumprimento de pena em regime fechado, semi-aberto e aberto. Além disso, há 645 presos sob custódia da polícia, sem que existam vagas disponíveis para abrigá-los. [4]

VIOLÊNCIA RURAL

Em Santa Catarina, o número de conflitos rurais aumentou de 8 em 1999 para 32 no ano 2000, mas caiu novamente para 6 em 2001, tendo sido registrados cinco conflitos entre janeiro e agosto de 2002. O número de pessoas envolvidas nestes conflitos caiu de 4.145 em 1999 para 2.330 em 2000 e 1.550 em 2001, mas aumentou para 4.450 entre janeiro e agosto de 2002. Não há registro de mortes em 1999, mas há registro de uma morte em 2000 e outra em 2001.[5] Em 2001, um trabalhador de 27 anos foi assassinado em assentamento rural, na cidade de Santa Teresinha. [6]

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio diminuiu de 106 para 105 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos diminuiu de 10,8 em 98 para 10,4 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que, em Santa Catarina, era de 31,1 em 2000, sendo a menor taxa entre os estados brasileiros. [7]

Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até o final do primeiro semestre de 2002, 96% dos 293 municípios contavam com Conselhos Tutelares. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era ainda melhor, porém em 1,7% das cidades não estava instalado. Santa Catarina é o estado brasileiro que mais avançou na criação destes órgãos (Conselhos Tutelares e de Direitos), sendo que todas as suas cidades têm, ao menos, um dos Conselhos, restando apenas a criação de 13 Tutelares e cinco de Direitos em todo o estado. [8]

O quadro demonstrativo de situações atendidas pelos Conselhos Tutelares de Santa Catarina, além de mostrar o aumento dos registros de violações entre os anos de 2000 e 2001 (a média mensal de atendimentos passou de 42 para 71), indica que a maior parte das ocorrências de violações à liberdade, respeito e dignidade das crianças e adolescentes está relacionada à violência física e psicológica.[9] A maior parte dos problemas que chegam aos Conselhos relacionam-se à ausência, inadequação ou falta de condições para um bom convívio familiar.[10] Certamente por este motivo, os agentes violadores indicados são, na maioria das vezes, os próprios pais.[11] Destaque-se também o fato de haver uma considerável quantidade de registros de práticas institucionais irregulares. [12]

O Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência, instrumento de uso do Conselho Tutelar e que serve de subsídio para a formulação de políticas públicas para a área, estava instalado até 2001 em 90 Conselhos Tutelares de 87 municípios diferentes.[13] A meta para 2002 era que 200 cidades tivessem o sistema instalado. [14]

Em Lages, com vistas a efetivar o sistema de garantia de direitos, foi assinado o Protocolo de Atendimento às Vítimas de Violência, que estabelece ações e um fluxo para o atendimento de vítimas de violência sexual e física, conforme sua faixa etária.[15] O objetivo do sistema é possibilitar que seja acionada a rede de serviços pública e não-governamental toda vez que houver violência contra crianças, adolescentes ou adultos.[16] Entre as ações previstas no protocolo, a instalação de uma central de informações e processamento de dados já foi efetivada.

Para atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco social, o Governo do Estado desenvolve o Programa Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto. Desenvolvido em 90 municípios catarinenses, o projeto beneficia diretamente, por ano, com atividades complementares à escola, pouco mais de 9.300 pessoas com idade entre 7 e 18 anos. [17]

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 60 originaram-se no Estado de Santa Catarina. Deste total, 16 foram feitas no 1º semestre de 2002. [18]

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial[19], que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham sua origem em Santa Catarina 5 rotas (2,91%[20]), sendo que 2 delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos.

Para o combate à violência e atendimento às crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual havia, em 2001, 20 municípios catarinenses beneficiados pelo Programa Sentinela. A partir de equipe multiprofissional, o Programa atende, anualmente, a cerca de 1.900 crianças e adolescentes, com vistas a garantir acesso a serviços de assistência social, educação, justiça e segurança, esporte, lazer e cultura. [21]

Trabalho Infanto-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente[22] indica que em 1999 havia 141.338 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado de Santa Catarina. Deste total, 41.882 (29,63%) trabalhavam na área urbana e 99.456 (70,37%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior freqüência, os seguintes setores: 1º Agropecuária (95.969), 2º Indústria de Transformação (9.308), 3º Comércio (7.563) e 4º Prestação de Serviços (6.399). Ademais, 75.608 (54,62%) não recebiam remuneração, 29.082 (21,01%) eram empregados, 15.707 (11,36%) exerciam trabalho domiciliar e 12.799 (9,25%) trabalhavam para autoconsumo.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) desde 1999 vem se expandindo no Estado. Em 1999, beneficiava 1.625 crianças e adolescentes de seis municípios catarinenses, já em 2001, 15.369 pessoas na faixa etária dos 7 aos 14 anos eram atendidas pelo programa em 140 cidades. [23]

Medidas Sócio-Educativas

Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça,[24] Santa Catarina tinha, em junho do 2002, um total de 104 jovens internados nas três unidades do estado, sendo 96 do sexo masculino e 8 do feminino. Nesse mesmo período, estavam distribuídos em duas unidades de semi-liberdade nove adolescentes, todos do sexo masculino. No final do primeiro semestre de 2002, Santa Catarina abrigava 12 unidades para cumprimento de internação provisória com 117 adolescentes (dos quais somente 3 eram do sexo feminino).

Em relação às medidas em meio aberto, dados da Secretaria de Justiça e Cidadania de Santa Catarina de junho de 2001, apontavam que em cerca de 82 programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade havia 5.232 adolescentes cumprindo essas medidas. [25]

MULHERES

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial constatou a existência de três rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial, sendo que duas delas também envolviam crianças e adolescentes. [26]

Em Santa Catarina, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 2 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representam 12,8% das vítimas de homicídios.[27] Na capital Florianópolis, a polícia registrou 43 ocorrências de estupro e 103 de atentados violentos ao pudor em 1999, 57 de estupros e 106 de atentados violentos ao pudor em 2000, 54 de estupros e 87 de atentados violentos ao pudor em 2001. [28]

Em 10 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher do Estado de Santa Catarina, foram registradas 15.703 ocorrências policiais em 1999. Destas, 5.482 foram de ameaças, 3.029 de lesões corporais, 1.862 de vias de fato, 1.007 de lesões corporais culposas, 261 de maus tratos, 261 de atentados violentos ao pudor e 117 de estupros. [29]

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher foi criado pela Lei nº 11.159, de 20 de julho de 1999, e instituído junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família. Sua composição é paritária entre membros do governo e da sociedade civil. [30]

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (1.329.464) representa 13,05% da população do estado, proporção inferior à média da Região Sul. Na população afro-descendente, 5,25% se declararam negros e 7,80% pardos. [31]

O Núcleo de Estudos Negros (NEN) faz o monitoramento da violência contra a população negra em Santa Catarina. Embora seja senso comum que a discriminação racial é uma prática constante no estado, diversos fatores contribuem para que a magnitude do problema seja desconhecida. [32]

De acordo com o NEN, as estatísticas dos órgãos oficiais não demonstram a extensão da discriminação racial no estado. A Secretaria Estadual de Segurança Pública indicou, em 1997, a existência de apenas 79 casos de racismo registrados em todas as delegacias de polícia, em um universo de 15.976 boletins de ocorrência, sendo que somente 19 deles resultaram em inquéritos policiais. Segundo a pesquisa do NEN, este número não reflete a realidade, já que a maioria dos casos de racismo e preconceito racial que chega às delegacias é registrado como injúria, agressão física, demissão injusta ou algum outro crime, sem que haja referência expressa ao componente de discriminação racial. Além dessa distorção no registro das ocorrências pela polícia, diversas ocorrências de racismo deixam de ser registradas, o que ocorre porque as vítimas têm medo de serem agredidas outras vezes ou então porque não acreditam que a denúncia levará à punição do agressor.

O NEN desenvolve o projeto SOS Racismo, que já recebeu e acompanha cerca de 40 denúncias desde 1997. O Centro de Atendimento à Vítima de Crime (CEVIC) atendeu cinco casos de racismo em seu primeiro ano de atuação, entre março de 1997 e março de 1998. Além disso, o gabinete do vereador Márcio de Souza informa receber uma média de quatro denúncias ao mês. [33]

No período compreendido entre 1997 e agosto de 2002, o banco de dados do Núcleo de Estudos Negros registrou 33 casos de discriminação racial. Destes, 14 já se encontram na Justiça. Ao todo, são 15 casos de violência expressos como injúria, 8 casos de violência velada, 3 casos de violência física, 2 casos de violência contra criança e adolescente, 2 casos de violência policial e um caso de violência contra mulher. Entre os casos registrados pelo NEN e pelo gabinete do vereador Márcio de Souza, destacam-se os seguintes:

a) Violência velada: uma mulher fazia compras com sua irmã em uma loja em Florianópolis e, ao sair do provador, percebeu que o gerente aspergia um spray desodorizante no local, dando a entender que o fazia pelo fato da mulher ser negra.

b) Violência expressa como injúria: Um passageiro negro embarcou em um ônibus, e ao passar na roleta ouviu a seguinte ordem do cobrador: "senta aí negão". Reclamou desta postura e passou a ouvir uma série de xingamentos. Uma passageira branca indignou-se e pediu ao motorista que solucionasse o caso, mas ele não fez nada. Os dois passageiros registraram juntos o caso em uma delegacia. A esposa deste passageiro trabalhava vendendo cachorro-quente em um ponto incluído pelo trajeto do ônibus, sendo que já havia sido vítima por diversas vezes de xingamentos por parte do mesmo cobrador. Foi preciso a intervenção do vereador junto à empresa para que se tomasse uma atitude contra isto. O cobrador foi demitido por justa causa, mas

não foi condenado na justiça.

c) Violência física: um rapaz foi agredido fisicamente pelo pai de sua namorada, em Florianópolis, pelo simples fato de ser negro; uma mulher foi acusada de furto e agredida física e moralmente no restaurante onde trabalhava, em Florianópolis, sendo que sofre até hoje alguns danos no organismo.

d) Violência contra criança e adolescente: um adolescente se ausentou da sala de aula e a professora perguntou onde estava "o nego" que sentava lá no fundo. Ao retornar, seus colegas informaram o que havia acontecido e, ao pedir explicações para a professora, que também é coordenadora, ela reafirmou friamente com o que tinha dito.

e) Violência policial: um menino negro estava correndo com sua bicicleta, na praia da Daniela, quando foi interpelado por um policial. Pelo fato de ser negro e estar correndo o policial acreditou que o menino havia roubado a bicicleta e o deteve, colocando-o dentro da viatura. O policial ignorou as argumentações dos demais meninos que tentavam lhe explicar que bicicleta realmente pertencia ao garoto negro. O caso foi encaminhado à Corregedoria da Polícia Civil, e o policial, que se sabe já possuía antecedentes em relação à discriminação racial, foi transferido.

INDÍGENAS

Santa Catarina tem uma população de 757 indígenas Xokleng, além de também abrigar indígenas Guaranis e Kaigang.[34] Estima-se que tenha a 17ª maior população indígena do país. [35]

O Estado tem 22 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: [36]

Situação	N.º Terras Indígenas
A Identificar	3
Em identificação	8
Identificadas / Aprovadas pela Funai	5
Declaradas	1
Homologadas	2
Registradas	3

Violências

Os indígenas Xokleng sofreram agressões graves por parte de policiais militares na terra indígena de La Klãnõ, no município de José Boiteux, área de disputas e conflitos com uma empresa madeireira. No dia 12 de março de 2001, sob alegação de cumprimento de liminar em ação de reintegração de posse em favor da madeireira, 35 policiais militares acompanhados de 4 funcionários da empresa invadiram violentamente a área e atacaram as estradas em volta, agredindo os indígenas. Um grupo de indígenas que se deslocava rumo à cidade em um caminhão foi recebido a balas e uma ambulância da Fundação Nacional de Saúde, que estava sendo dirigida pelo cacique da aldeia e que transportava pessoas doentes para o hospital, foi interceptada e ficou retida por mais de seis horas. Os indígenas foram surrados pelos policiais e privados de atendimento médico e alimentação. Uma senhora indígena foi agredida a coronhadas na cabeça, um idoso recebeu disparos de balas de borracha e um paraplégico foi violentamente agredido com sua própria muleta. O cacique foi algemado e obrigado a permanecer no local sem poder reagir. Ao todo, oito indígenas ficaram feridos e seis foram algemados e sofreram violências físicas ao serem levados para a delegacia. Além disso, os policiais também perseguiram as pessoas até suas casas e as invadiram, ameaçando as crianças, que fugiram indo se esconder no mato. Dispararam tiros para o alto e em direção às pessoas. [38]

A disputa em torno dessa área indígena é antiga e conflituosa. Os indígenas lutam há tempos pela demarcação de 37.108 hectares, que foram identificados e aprovados pela Funai em novembro de 1999. Desde então, não houve nenhuma novidade jurídica. [39]

Na década de 20, indígenas Guaranis foram expulsos da terra indígena Araça'i, localizada no município de Saudades, com a chegada de uma empresa colonizadora, conforme comprovam alguns documentos históricos. Nunca deixaram de pensar em voltar para suas terras, razão pela qual no dia 10 de julho de 2000, cerca de 200 indígenas retomaram parte dessa terra, acampando em uma propriedade no local de 49 hecta-

res. O proprietário da área, que afirma a ter comprado de uma empresa colonizadora particular, ingressou na justiça com uma ação de reintegração de posse. Depois de algumas disputas na justiça, os indígenas conseguiram que a Funai determinasse a instalação de um Grupo de Trabalho para estudar a área e realizar o levantamento de identificação e delimitação da terra, sendo que, até esse trabalho ser concluído, os indígenas teriam o direito de continuar no local. O último acontecimento nesse processo foi a importante decisão do Ministro da Justiça, em 21 de maio de 2002, de ordenar a suspensão dos trabalhos que estavam sendo realizados no sentido da demarcação da área, após conversa do Ministro com alguns deputados e prefeitos da região, conhecidos por sempre atuarem de forma contrária aos interesses dos Guaranis. [40]

IDOSOS

Santa Catarina tinha em 2000, uma população de 430.433 idosos.[41] Enquanto em 1991 os idosos representavam 6,8% da população, nove anos depois já representavam 8% da população catarinense.

O Governo do Estado de Santa Catarina, nos últimos anos, tem pensado e criado serviços para as pessoas idosas. O Projeto Vô Sabe, elaborado e coordenado pela Universidade do Planalto Catarinense em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Família, destina-se às pessoas da terceira idade de baixa renda (desempregadas, aposentadas ou que trabalhem por conta própria). Entre outros objetivos do Projeto, está o apoio ao desenvolvimento pessoal, o fortalecimento da auto-estima e a integração social dos idosos, através da troca de experiências de vida com os jovens, a transmissão de valores e cultura locais, bem como do estímulo à atividade empreendedora e cooperativa. O projeto desenvolveu, no ano de 2001, 73 cursos dos quais participaram 2.740 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Outro serviço já idealizado, mas ainda em fase de implantação é o "Sistema de Informações e Orientação para o Idoso – Disk Idoso de Santa Catarina"[42]. O sistema almeja constituir-se numa referência para a população da terceira idade catarinense, organizando e disponibilizando informações sobre serviços essenciais para a comunidade e em especial para a população na terceira idade. O serviço possibilitará também que sejam registradas denúncias sobre maus tratos a idosos e /ou restrição de direitos do cidadão.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

O Governo de Santa Catarina começa a desenvolver o Programa Estadual de Valorização e Respeito à Pessoa Portadora de Deficiência, com apoio de entidades governamentais e não-governamentais. O programa tem por objetivo proteger os direitos e promover o respeito e a valorização das pessoas portadoras de deficiência. O programa será implementado nas 6 meso-regiões do estado, através de ações regionalizadas, visando atingir todos os municípios. Para implementar as ações, num primeiro momento, será feito um levantamento de dados para se conhecer a realidade do portador de deficiência; em um segundo momento, será feita a mobilização das autoridades e de entidades e pessoas que já desenvolvem ações /atividades voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência.

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Em 2000, foi registrado 1 homicídio homofóbico, praticado contra gay.[43] Em 2001, 2 homicídios homofóbicos, 1 contra gay e 1 contra travesti.[44] Em setembro de 2001, em Florianópolis, um homossexual foi convidado por dois homens a entrar em seu carro. Após ter recusado, o homossexual, de 49 anos, teve as roupas e tênis arrancados, ficando nu em via pública. O fato foi presenciado por uma testemunha e todos os envolvidos foram levados à delegacia da cidade. [45]

1 Tribunal de Justiça de Santa Catarina (www.tj.sc.gov.br/institucional/casadacidadania/cidadania.htm).

2 CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania, *Dossiê sobre a violência policial em Florianópolis*.

3 *O Estado de S. Paulo*, 13 a 15 de dezembro de 2000.

4 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

5 Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000* e *Conflitos no Campo – Brasil 2001*. Dados de janeiro a agosto de 2002, disponíveis no web-site da CPT (www.cptnac.com.br).

6 Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, *Relatório Brasil 2001 – Violência no Campo*.

7 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

8 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

9 Quadro demonstrativo da situação problema atendida pelos Conselhos Tutelares (2000 e 2001) – Integravam tanto o material encaminhado pelo CT Lages quanto o Relatório do Governo de Santa Catarina. No ano de 2000 foram 1046 ocorrências de violência física e 1049 de violência psicológica. Em 2001, as violências físicas somavam 1566 casos e as psicológicas 479.

10 Somando-se 2000 e 2001, foram 13.852 registros que tinham por objeto estes problemas intrafamiliares.

11 O pai e a mãe são indicados como agentes em 4.180 casos de 2000 e em 7.194 de 2001.

12 A soma de 2000 e 2001 indicam que 565 casos tinham este objeto.

13 "Sistema que se propõe a coletar e tratar informações específicas sobre crianças e adolescentes, cuja situação social, familiar e pessoal tem imposto necessidade de atendimento pelo estado, através de seus próprios órgãos ou organizações não governamentais" – Luta pela garantia dos Direitos: Sistema de informações – Luigi Battaglia – CBIA – 1990 Núcleo de Trabalhos Comunitários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, *Apostila de Formação Filosófica e Metodológica do Sistema de Informação para Infância e Juventude – SIPIA*. São Paulo, Agosto/ 2002.

14 Governo de Santa Catarina, *Relatório de Direitos Humanos do Governo de Santa Catarina*.

15 Correio Lageano, 27 de setembro de 2002.

16 "O atendimento de uma vítima com idade entre 0 e 15 anos, por exemplo, será feita da seguinte forma: encaminhamento da vítima ao Hospital Infantil Seara do Bem, sendo que o hospital ficará responsável por acionar a Delegacia de Proteção à Mulher, a Criança e o Adolescente para que seja feito o Boletim de Ocorrência Policial (BOP), comunicando o fato também para a Uniplac (escritório modelo de advocacia). Por sua vez, o DP acionará o IML para que seja feito exame de corpo de delito" (Correio Lageano, 27 de setembro de 2002). Diante da verificação de violência, o CT também será acionado para que proceda os encaminhamentos que entender necessários.

17 Governo de Santa Catarina, *Relatório de Direitos Humanos do Governo de Santa Catarina*.

18 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

19 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

20 Percentual de rotas que tiveram sua origem no Estado em relação ao total nacional.

21 Governo de Santa Catarina, *Relatório de Direitos Humanos do Governo de Santa Catarina*.

22 Ministério do Trabalho e Emprego, *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente* (Brasília: MTE, 2001), p 114. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Em Santa Catarina foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Serviços (de Montagem de Prendedores de Roupa; em Cerâmicas e Olarias; e em Madeireiras e Serrarias); e Venda de Jornais.

23 Governo de Santa Catarina, *Relatório de Direitos Humanos do Governo de Santa Catarina*.

24 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

25 *A Notícia-SC*, 26 de junho de 2001, p. A8, notícias disponíveis no web-site a ABMP (www.abmp.org.br).

26 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial* (Brasília: CECRIA, 2002).

27 Waiselfisz, J.J. *Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil* (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

28 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

29 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Relatório da pesquisa disponível no web-site da entidade: (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

30 Governo de Santa Catarina, *Relatório de Direitos Humanos do Governo de Santa Catarina*.

31 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

32 De acordo com o Censo Demográfico 2000, do IBGE, a população de cor preta e parda representa 9,24% da população total do estado.

33 Núcleo de Estudos Negros, *Dossiê Contra a Violência Racial em Santa Catarina* (Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1999).

34 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Os Guaranis encontram-se espalhados em diversos estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. No geral, totalizam cerca de 35.000 indígenas no território brasileiro. Em situação semelhante encontram-se os Kaigang: vivem entre os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e totalizam cerca de 25.000 indígenas.

35 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br).

36 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

37 Uma delas em conjunto com o estado de Pernambuco.

38 Conselho Indigenista Missionário, Informe n. º 452 15 de março de 2001.

39 Instituto Sócio-Ambiental, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 807 ("Funai aprova TI Ibirama – La Klãnõ", *DOU, 11 de novembro de 1999*).

40 Conselho Indigenista Missionário, Informes n. º 419 n. º 428 n. º 431 e n. º 513, de 13 de julho de 2000, 14 de setembro de 2000, 5 de outubro de 2000 e 513 de 2002; e ISA, *Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, p. 804-805 ("Ocupação e Reivindicação de Terras", *Diário Catarinense, 11de julho de 2000*, "Funai deve promover desocupação", *Diário Catarinense, 28 de julho de 2000*", e "Funai cria GT", *DOU, 14 de setembro de 2000*).

41 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

42 Disk Idoso (www.idoso.sc.gov.br)

43 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000* (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001).

44 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. *O Crime Anti-Homossexual no Brasil.* Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

45 Idem.

SISTEMA INTERNACIONAL

O Brasil, no período dos anos de 2000 a 2002, intensificou sua atuação no sistema internacional de proteção e promoção de direitos humanos. O governo federal ampliou a capacidade de responsabilização do Estado por violações de direitos humanos, ratificando novos protocolos adicionais e artigos complementares em Convenções Internacionais. Já a sociedade civil organizada durante o mesmo período utilizou os mecanismos internacionais para denunciar graves violações de direitos humanos.

O Brasil assinou o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional em 7 de fevereiro de 2000. O texto do estatuto foi posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional, através do decreto legislativo 112, de 6 de junho de 2002, e promulgado pelo decreto 4.388, de 25 de setembro de 2002. [1]

O Brasil aprovou a declaração de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana Direitos Humanos, através do decreto 4.463, de 8 de novembro de 2002.[2] O Brasil reconheceu igualmente o artigo 14 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e o governo federal enviou ao Congresso Nacional proposta de reconhecimento do artigo 21 da Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Os dois artigos abrem a possibilidade de encaminhamento de petições individuais aos comitês estabelecidos pelas convenções (Comitê Internacional para a Eliminação de Todas Formas de Discriminação Racial e Comitê Internacional Contra a Tortura). O Brasil também reconheceu a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre os direitos dos povos indígenas.

Quase vinte anos depois de ratificar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), em 1984, o Brasil ratificou, em 28 de junho de 2002, do Protocolo Facultativo à CEDAW, que garantiu às mulheres brasileiras o acesso à esfera internacional quando as instituições nacionais se mostrarem falhas ou omissas na proteção de seus direitos humanos.[3] Ainda em junho de 2002, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançou o Primeiro Relatório Brasileiro sobre a Implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. [4]

O Brasil apresentou no ano 2000 o Primeiro Relatório Relativo à Implementação da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, que foi discutido em maio de 2001 no Comitê Contra a Tortura da Organização das Nações Unidas. [5]

O Relator Especial sobre a Tortura, da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, Nigel Rodley, visitou o Brasil em agosto-setembro de 2000 e publicou seu relatório em abril de 2001. [6]

O Relator Especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, esteve no Brasil em março de 2002, apresentou ao governo brasileiro um relatório em setembro de 2002, que deverá ser publicado em março de 2003. [7]

O Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, em 19 de dezembro de 2001, que os relatores temáticos da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas estão convidados a realizar visitas ao Brasil sempre que assim o desejarem, sem necessidade de autorização especial.

Em janeiro de 2002, com a visita da Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Mary Robinson, foi realizada uma reunião sobre os termos da cooperação técnica, que conduziu à formalização do projeto de cooperação. Em agosto de 2002, um consultor do ACNUDH foi designado para trabalhar no Brasil, na implementação do projeto de cooperação.

Entre 12 a 16 de junho de 2000, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou sua 107ª

sessão extraordinária no Brasil, nas cidades de Brasília e São Paulo. Durante esta semana, a Comissão se reuniu com autoridades e organizações brasileiras, participou de seminários sobre o sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos, realizou sessões para analisar casos individuais, temas gerais e a reforma de seu regulamento.

O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS [8]

O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos foi desenvolvido no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) nos últimos 50 anos. Tal sistema baseia-se, fundamentalmente, no trabalho de dois órgãos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Comissão e a Corte supervisionam o cumprimento dos tratados interamericanos de direitos humanos pelos estados que os ratificaram.

Quando os tratados interamericanos de direitos humanos deixam de ser cumpridos pelos estados, as vítimas de violações de direitos humanos ou seus representantes podem apresentar denúncia, através de uma petição, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Ao receber a petição e documentação referente ao caso, a CIDH verifica se esta atende aos requisitos básicos e solicita ao Estado e as partes envolvidas na denúncia para que se manifestem em relação ao caso. A próxima etapa da tramitação do caso na CIDH é decidir pela admissibilidade ou não do caso. Nesta fase do processo não há manifestação sobre o mérito da denúncia.

Com a admissibilidade da denúncia, iniciam-se as negociações entre as partes, visando uma solução amistosa. Se não houver solução amistosa, a CIDH se manifesta sobre o mérito da denúncia, no relatório final, notifica sua decisão ao Estado e os peticionários, avisa que será publicado o relatório final sobre o caso no seu relatório anual e estabelece recomendações a serem cumpridas pelo Estado. Após a apreciação da denúncia pela CIDH, os representantes das vítimas têm um mês para solicitar o envio do caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Desde 1985, quando foi publicado o primeiro relatório final tratando de violação de direitos humanos no Brasil, referente à denúncia de violação dos direitos humanos dos Yanomami, até 2002, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, publicou relatórios finais referentes a 11 casos de graves violações de direitos humanos no Brasil, nos quais a Comissão considerou que o Estado brasileiro não tomou as medidas adequadas para responsabilizar os agentes violadores, não reparou as vítimas ou seus familiares e não tomou medidas para coibir novas violações de direitos humanos como as que foram denunciadas nos casos em questão. Os relatórios finais também fazem recomendações para o Estado brasileiro e a CIDH e os peticionários acompanham o cumprimento dessas recomendações após a publicação dos casos nos relatórios anuais.

A CIDH publicou três relatórios finais no ano 2000 (casos Alonso Eugênio Silva, Marcos Aurélio Oliveira e Carandiru), dois em 2001 (casos Maria da Penha e Aluisio Cavalcante e Outros) e um 2002 (caso Diniz Bento da Silva/Teixerinha).

Os casos brasileiros que foram objetos de relatório final, segundo a ordem cronológica de sua publicação, se referem às seguintes violações de direitos humanos: [9]

1 – Em 15 de dezembro de 1980, foi apresentada à Comissão Interamericana de Dereitos Humanos uma petição contra o Governo Brasileiro, por Tim Coulter (Indian Law Resource Center) e outros, denunciando violações de direitos humanos contra os índios Yanomami e desrespeito pelo Brasil da Declaração Americana dos Direitos dos Homens. Em 5 de março de 1985, a CIDH aprovou relatório final sobre o caso, condenando o Brasil pelo desrespeito à Declaração Americana dos Direitos dos Homens. [10]

2 – Em 1 de outubro de 1997, a CIDH aprovou relatório final sobre o caso de um grupo ilegal organizado por fazendeiros no sul do Estado do Pará, que ameaçou e assassinou pessoas ligadas as ocupações de terras. A mando de fazendeiros, o grupo elaborou uma lista de pes-

soas "marcadas para morrer" conhecida como "lista Xinguara". Desta lista foram mortos: Newton Coutinho Mendes, pequeno comerciante, assassinado em abril de 1994; Moacir Rosa de Andrade, pequeno trabalhador rural, foi assassinado em 5 de junho de 1994, na porta de bar; José Martins dos Santos, açougueiro, e seu filho Gilvam Martins dos Santos, assassinados em 27 de junho de 1994.

3 – Em 7 de abril de 1998, a CIDH aprovou relatório final sobre o caso do assassinato do líder do sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Maria, no sul do Estado do Pará, João Canuto de Oliveira, ocorrido em 18 de fevereiro de 1985, quando também foram assassinados seus filhos e outros companheiros do sindicato. João Canuto já havia denunciado às autoridades locais as ameaças que vinham sofrendo, fato que não impediu a ação criminosa a mando de fazendeiros locais.

4 – Em 25 de setembro de 1998, a CIDH aprovou relatório final sobre a denúncia apresentada em 3 de Novembro de 1995, pelo Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL), alegando a violação de direitos protegidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos por parte do Brasil em prejuízo de Cosme Rosa Genoveva e outras 13 pessoas cujos cadáveres não foram identificados, mortos na favela Nova Brasília, durante uma operação da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro em 8 de maio de 1995.

5 – Em 24 de fevereiro de 1999, a CIDH aprovou o relatório final sobre o assassinato de Ovelário Tames, caso levado à CIHD em junho de 1995 pelo CEJIL, Human Rights Watch/Americas e Conselho Indigenista de Roraima. Na madrugada de 23 de outubro de 1988, um jovem indígena, Ovelário Tames, foi detido por policiais civis do Estado de Roraima e encontrado morto no dia seguinte numa cela da delegacia de polícia do município de Normacia, como consequência de agressões e golpes em varias partes do corpo. Transcorridos quase seis anos dos fatos, o processo penal se encontrava em fase preliminar, constituindo uma violação ao direito de acesso a justiça, garantido pela Convenção e Declaração Americana.

6 – Em 7 de dezembro de 1995, a CIDH recebeu uma petição do Centro de Defesa e Garantia dos Direitos Humanos/Projeto Legal do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS) contra o Brasil, referente ao homicídio do adolescente Alonso Eugênio da Silva, de 16 anos, por um policial militar do Estado do Rio de Janeiro, em um restaurante de Madureira, em 8 de março de 1992. Segundo a petição, o policial teria disparado contra ele ao tentar prendê-lo por um assalto. Na ocasião, transcorridos mais de três anos e meio, a investigação policial sobre os fatos ainda não tinha sido concluída. Em 24 de fevereiro de 2000 a CIDH aprovou relatório final sobre o caso em seu relatório anual.

7 – Em 7 de dezembro de 1995, a CIDH recebeu uma petição do Centro de Defesa e Garantia dos Direitos Humanos/Projeto Legal do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS) contra o Brasil, referente ao homicídio do adolescente Marcos Aurélio de Oliveira, no Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1993, supostamente praticado por um policial civil do Estado do Rio de Janeiro, conhecido como achacador de crianças de rua. A vítima estaria tentando roubar o condutor de um automóvel quando ocorreu a ataque. Outro adolescente, que teria sido testemunha ocular e denunciou o policial, sofreu ameaças e mudou o seu depoimento. Quatro meses depois, o mesmo policial acusado descobriu o local onde esta testemunha se encontrava e tentou matá-la. Transcorridos mais de dois anos, na data da denúncia em dezembro de 1995, a investigação policial ainda não tinha sido concluída. A Comissão concluiu que Marcos Aurélio de Oliveira foi executado extrajudicialmente pelo policial e que não se realizou a investigação necessária em cumprimento dos deveres e das garantias judiciais que o Estado deve fornecer. Em 24 de fevereiro de 2000 a CIDH aprovou o relatório final.

8 – Em 22 de fevereiro de 1994, a Americas Watch, o CEJIL e a Comissão Teotônio Vilela apresentaram petição contra o Brasil, referente à denúncia do Massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992, na Casa de Detenção Carandiru, na cidade de São Paulo, quando morreram 111 presos durante a repressão

de um motim de detentos pela polícia militar. Em 13 de abril de 2000, no relatório final Nº 34/00, a Comissão Interamericana declarou a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte dos 111 presos promovidas por policiais militares na Casa de Detenção do Carandiru no Estado de São Paulo.

9 – Em 20 de agosto de 1998, a CIDH recebeu denúncia sobre o caso da Senhora Maria da Penha Maia Fernandes, apresentada pelo CEJIL e pelo Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), alegando a tolerância do Brasil para com a violência cometida por Marco Antônio Heredia Viveiros em seu domicílio na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, contra a sua então esposa Maria da Penha Maia Fernandes. A Violência doméstica era freqüente durante anos de convivência matrimonial, e culminou numa tentativa de homicídio e novas agressões em maio e junho de 1983. Maria da Penha, em decorrência dessas agressões, sofre de paraplegia irreversível e outras enfermidades desde esse ano. Em 16 de abril de 2001, a CIDH aprovou relatório final sobre o caso. O caso Maria da Penha foi o primeiro caso no Sistema Interamericano a aplicar a Convenção de Belém do Pará diretamente. Além disso, foi o primeiro caso, na Comissão Interamericana, no qual a violência doméstica foi considerada uma violação de direitos humanos. Em outubro de 2001, dezenove anos e três meses depois da agressão (sete meses antes da prescrição da pena) e um ano e dez meses depois do relatório da Corte Interamericana, Marco Antônio Herédia Viveiros foi preso em Natal (RN). Viveiros havia sido julgado pela segunda vez e condenado em 1996, mas nunca havia sido preso.

10 – Em 4 de abril de 2001, a Comissão Interamericana aprovou o relatório final nº 55/01, responsabilizando o Estado brasileiro pelo assassinato de cinco pessoas (Aluisio Cavalcanti, Clarival Xavier Coutrim, Delton Gomes da Mota, Marcos de Assis Ruben e Wanderlei Galati) e ferimentos graves em outras quatro pessoas (Cláudio Aparecido de Moraes, Celso Bonfim de Lima, Marcos Almeida Ferreira e Carlos Eduardo Gomes Ribeiro) por policiais militares do Estado de São Paulo. Apresentados separadamente em 1994, pelo Centro Santos Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, os nove casos inicialmente tramitaram separadamente e depois foram acumulados em um só caso porque a Comissão considerou que as acusações contidas nas denúncias eram de características similares e se inseriam em um mesmo contexto. No relatório final, a Comissão concluiu que as cinco vítimas fatais foram executadas pelos policiais militares e que, em todos os casos, policiais militares permaneceram impunes em razão da lentidão e parcialidade demonstradas pela Justiça Militar na tramitação e no julgamento dos casos. A Comissão recomendou o julgamento e a punição dos responsáveis pelas distintas violações e a correspondente reparação às vítimas ou seus familiares.

11 – Em 28 fevereiro de 2002, no relatório final nº 23/02, a CIDH declarou a responsabilidade do Estado brasileiro pela execução sumária de Diniz Bento da Silva, líder do Movimento dos Sem Terra (MST), conhecido como Teixeirinha, por policiais militares do Paraná, ocorrido em março de 1993. Foi o primeiro relatório final sobre a questão da impunidade em crimes violentos contra trabalhadores rurais que lutam pelo acesso à terra no sul do país. O caso foi apresentado à Comissão pelo CEJIL e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em seu relatório final, a Comissão recomendou que, além de indenizar os familiares da vítima, o Estado brasileiro implementasse medidas para prevenir os atos de violência durante conflitos entre trabalhadores, policiais e proprietários no contexto da luta pela terra. Disse ainda que o ajuizamento de policiais acusados de violações de direitos humanos pela justiça militar violava o direito de proteção judicial previsto na Convenção Americana, e recomendou que o Estado fizesse uma investigação imparcial e séria na justiça comum e sancionasse os responsáveis pela execução da vítima, assim como os que os encobriram.

CASOS ADMITIDOS ENTRE 2000 E 2002 [11]

Entre 2000 e 2002, oito denúncias receberam relatório de admissibilidade pela Comissão Interamericana.

O caso da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor de São Paulo (FEBEM), que recebeu relatório de admissibilidade em 25 de outubro de 2002, diz respeito a prática de tortura e outras violações de direitos humanos em unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei em São Paulo e à cassação de medidas liminares com o objetivo de fechar as unidades inadequadas e afastar os funcionários responsáveis por crime de tortura. Concedidas pelo juiz de 1ª instância, as liminares foram cassadas por desembargadores do Tribunal de Justiça. [12]

O caso Simone André Diniz, que recebeu relatório de admissibilidade em 25 outubro de 2002, diz respeito à discriminação racial sofrida pela estudante e empregada doméstica Simone Diniz ao procurar emprego em março de 1997. [13]

O Caso Damião Ximene Lopes, que recebeu relatório de admissibilidade em 25 de outubro de 2002, diz respeito à morte de doente mental em Casa de Repouso Guararapes, em Sobral, Estado do Ceará, com indícios de tortura e falta de assistência médica adequada.

O caso de Corumbiara, que recebeu relatório de admissibilidade em 25 de setembro de 2001, diz respeito a uma operação da Polícia Militar do Estado de Rondônia que resultou, segundo a denúncia, em 13 mortes e detenção de 355 pessoas, em 1995. [14]

O caso da Guerrilha do Araguaia, que recebeu relatório de admissibilidade em 6 de março de 2001, diz respeito o desaparecimento de Julia Gomes Lund e outras 21 pessoas, membros da Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1975, e a falta de investigação desses fatos pelo Estado. Desde 1982 familiares destas 22 pessoas tentam, por meio de uma ação na Justiça Federal, obter informações sobre as circunstâncias do desaparecimento e morte dos guerrilheiros, bem como a recuperação dos corpos. [15]

O caso Jailton Neri da Fonseca, que recebeu relatório de admissibilidade em 20 de fevereiro de 2001, diz respeito à suposta execução extrajudicial do adolescente Jailton Neri Fonseca por policiais militares do Estado do Rio de Janeiro durante uma operação policial na favela Ramos. [16]

O caso Evandro de Oliveira, que recebeu relatório de admissibilidade em 22 de fevereiro de 2001, diz respeito à suposta execução extrajudicial de Evandro de Oliveira, André Luis Neri da Silva, Alberto dos Santos Ramos, Macmillea Faria Neves, Adriano Silva Donato, Alex Viana dos Santos, Alexandre Batista de Souza, Alan Kardec Silva de Oliveira, Sergio Mendes de Oliveira, Clemilson dos Santos Moura, Robson Genuino dos Santos, Fabio Henrique Fernades Vieria e Ramilson Jose de Souza, além de suposto abuso sexual contra Juliana Ferreira de Carvalho, Carla da Silva Santos e Luciene Ribeiro de Jesus, durante uma operação da polícia civil na favela Nova Brasília no Rio de Janeiro no dia 18 de outubro de 1994. [17]

O caso Gilson Nogueira Carvalho, que teve relatório de admissibilidade em 3 de outubro de 2000, é referente ao assassinato do advogado defensor dos direitos humanos Gilson Nogueira Carvalho, ocorrido em 26 de outubro de 1996, em Natal, Rio Grande do Norte, presumidamente em conseqüência das denúncias e ações judiciais em defesa dos direitos humanos relacionadas com as atividades de um esquadrão de extermínio conhecido como "Meninos de Ouro", o qual seria integrado por agentes da polícia civil e por funcionários da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte. [18]

Além dos casos que receberam relatório final e relatório de admissibilidade, há casos, antigos e recentes, que estão em tramitação na CIDH, referentes a diversos tipos de violação de direitos humanos. Entre esses cabe destacar casos com grande repercussão, nacional e internacional, que se encontram em tramitação há alguns anos. Casos de violência policial como o da Favela Nova Brasília, que diz respeito à ação de um grupo de policiais civis na favela Nova Brasília, no Rio de Janeiro, que resultou na execução sumária de 13

supostos traficantes, em 8 março de 1995. O caso de Vigário Geral, referente a um grupo de policiais – os Cavalos Corredores – responsáveis pela morte de 21 pessoas em Vigário Geral, no Rio de Janeiro, em 1993.

Um caso de violência rural tramitando na CIDH é o de Eldorado dos Carajás, de abril de 1996, no qual morreram 19 trabalhadores que ocupavam uma estrada no sul do Pará, durante operação da polícia militar para desobstruir a estrada. Outro caso é o de Margarida Alves, liderança dos trabalhadores sem-terra da Paraíba, assassinada em outubro de 1999.

Há ainda casos de violação de direitos de crianças e adolescentes como o caso de maus tratos sofridos pelos adolescentes que cumpriam medida de internação no Instituto Padre Severino, Escola João Luís Alves, Escola Santos Dumont e presídio Muniz Sodré, no Rio de Janeiro. Outro caso é o da Candelária, que diz respeito à execução de crianças que dormiam nas proximidades da igreja Candelária, no Rio de Janeiro, na noite de 23 junho de 1993.

Entre os casos de violência contra indígenas, há o caso dos Haximu/Yanaommai, referente ao assassinato de vários membros do povo Yanomami por garimpeiros em Roraima, em 1997.

O caso do espancamento de Maria Madalena Goulart Soares e outras detentas, por policiais, na Cadeia Pública de Santa Rosa do Viterbo, Estado de São Paulo, em janeiro de 1999, é um exemplo de caso de violência policial dentro de instituição fechada.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

O Brasil não tem até o momento nenhum caso em tramitação na Corte Interamericana de Direitos Humanos, instância máxima do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. No ano de 2002, entretanto, a Corte Interamericana determinou a adoção de medidas provisionais no caso do Presídio Urso Branco, localizado na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. [19]

No Presídio Urso Branco, rebeliões e tentativas de fuga acontecem freqüentemente. Entre novembro de 2000 e setembro de 2001, 16 detentos morreram e muitos outros sofreram atentados. Desses 16, três foram assassinados por outros detentos durante rebelião, em novembro de 2000. Um foi assassinado por policiais quando tentava fugir. Todos os outros foram assassinados em conflitos internos entre presos. Seis foram assassinados em um só dia, no dia 12 de setembro. O caso foi apresentado pelo CEJIL perante a Comissão Interamericana em outubro de 2001, durante audiência sobre as violações dos direitos humanos nas prisões no Brasil, e subseqüentemente foi objeto de pedido de medidas cautelares pelo Centro de Justiça Global à Comissão.

No dia 14 de março de 2002, a CIDH recomendou a adoção de medidas cautelares ao governo brasileiro, com o objetivo de garantir a vida e integridade pessoal de todos os presos no Presídio Urso Branco. Em 6 de junho de 2002, como quase nenhuma das medidas foi adotada pelo governo brasileiro e, após a recomendação, mais 10 presos foram executados no presídio, a Comissão Interamericana enviou o caso à Corte Interamericana, que determinou a aplicação de medidas provisionais, apontando as recomendações da CIDH que o governo Brasileiro tem que cumprir, que foram as seguintes: 1) Adotar de imediato as medidas que sejam necessárias para proteger a vida e a integridade pessoal de todos os detentos da Casa de Detenção José Mario Alves, "Penitenciária Urso Branco"; 2) Adotar de imediato as medidas que sejam necessárias para apreender as armas que se encontram em poder dos internos da mencionada penitenciária; 3) Informar à Corte Interamericana de Direitos Humanos as medidas específicas e efetivas adotadas.

1 Ministério da Justiça (www.mj.gov.br).

2 O Estado brasileiro, em 18 de dezembro de 1998, de acordo com o artigo 62 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, depositou o instrumento de reconhecimento da jurisdição contenciosa obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos para todos os casos relacionados com a interpretação ou aplicação da

Convenção por fatos ocorridos a partir da referida data. Esse depósito foi efetuado após a aprovação pelo Congresso Nacional da solicitação do Poder Executivo mediante o Decreto Legislativo 89, de 3 de dezembro de 1998.

3 O Protocolo permite o envio de denúncias de violação aos direitos consagrados na Convenção diretamente ao Comitê da ONU que monitora a implementação da CEDAW pelos Estados-partes, bem como a instauração de investigação confidencial contra um Estado-parte do Protocolo se houver informação confiável de graves ou sistemáticas violações aos direitos consagrados na Convenção.

4 O relatório está disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (www.mj.gov.br/sedim/default.htm).

5 O relatório com as conclusões e recomendações do Comitê Contra a Tortura da ONU estão disponíveis no web-site da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh/index.htm).

6 O relatório está disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos(ww.mj.gov.br/sedh/index.htm).

7 O Estado de S. Paulo, 11 de setembro de 2002, "Um em cada três brasileiros é desnutrido, diz ONU".

8 Muitas das informações sobre a estrutura e funcionamento do sistema interamericano foram obtidas junto ao Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), primeira organização não governamental especializada no litígio e assessoramento de casos perante a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

9 Informação sobre os casos que receberam relatório final está disponível no web-site da Organização dos Estados Americanos (www.oea.org.br).

10 Embora o Brasil só tenha ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1992, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos-CIDH declarou a responsabilidade do Estado brasileiro por violação de direitos humanos no caso dos índios Yanomami, fundamentada na aplicação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem (1948) uma vez que o Brasil já era parte dos Estados integrantes da Organização dos Estados Americanos e havia reconhecido a Declaração).

10 Folha de S. Paulo, 31 de outubro de 2002, Cotidiano, C 4, "Economista é preso 19 anos após balear a mulher".

11 Informação sobre os casos que receberam relatório de admissibilidade está disponível no web-site da Organização dos Estados Americanos (www.oea.org.br).

12 Petição apresentada em 17 de novembro de 1999 pelo CEGIL e pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

13 Petição apresentada em 10 de abril de 1998 pelo CEGIL e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

14 Petição apresentada pelo CEJIL e pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

15 Petição apresentada, em 7 de agosto de 1995, pelo CEJIL/Brasil e Human Rights Watch/Americas (posteriormente, o Grupo Tortura Nunca Mais, seção do Rio de Janeiro (GTNM/RJ), e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo, tornaram-se co-peticionários).

16 Petição apresentada pelo Centro de Defesa D. Luciano Mendes da Associação Beneficente São Martinho.

17 Petição apresentada pelo CEJIL e Human Rights Watch/Américas.

18 Petição apresentada, em 11 de dezembro de 1997, pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Natal, Holocaust Human Rights Project e Group of International Human Rights Law Students.

19 Medidas provisionais, previstas na Convenção Americana de Direitos Humanos, são medidas que a Comissão pode solicitar à Corte para evitar danos irreparáveis a pessoas em casos de extrema gravidade e urgência.

ANEXO 1 - TABELAS

Tabela 1 – População Urbana e Rural 294

Tabela 2 – População de Jovens 295

Tabela 3 – População de Idosos 296

Tabela 4 – População de Portadores de Deficiência 297

Tabela 5 – População por Cor e Etnia 298

Tabela 6 – População de Migrantes 299

Tabela 7 – Homicídios 300

Tabela 8 – Homicídios por 100 mil Habitantes 301

Tabela 9 – Homicídios de Jovens (15 a 24 anos) 302

Tabela 10 – Homicídios de Jovens (15 a 24 anos) por 100 mil Habitantes 303

Tabela 11 – Homicídio de Homossexuais 304

Tabela 12 – Violência Rural 305

Tabela 13 – Trabalho Escravo 306

Tabela 14 – Mortos e Feridos em Ações Envolvendo Policiais 307

Tabela 15 – Efetivo Policial 308

Tabela 16 – População Carcerária 309

Tabela 17 – Presos e Vagas nas Prisões 310

Tabela 18 – Adolescentes Submetidos a Medidas Sócio-Educativas 311

Tabela 19 – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 312

Tabela 20 – Tráfico para Fins de Exploração Sexual 313

Tabela 1 - População Urbana e Rural

Regiões / Estados	População Residente					
	Total	% do Total	Urbana	Rural	Urbana (%)	Rural (%)
Brasil	169.799.170	100,00	137.953.959	31.845.211	81,25	18,75
Região Norte	12.900.704	7,60	9.014.365	3.886.339	69,87	30,13
Acre	557.526	0,33	370.267	187.259	66,41	33,59
Amapá	477.032	0,28	424.683	52.349	89,03	10,97
Amazonas	2.812.557	1,66	2.107.222	705.335	74,92	25,08
Pará	6.192.307	3,65	4.120.693	2.071.614	66,55	33,45
Rondônia	1.379.787	0,81	884.523	495.264	64,11	35,89
Roraima	324.397	0,19	247.016	77.381	76,15	23,85
Tocantins	1.157.098	0,68	859.961	297.137	74,32	25,68
Região Nordeste	47.741.711	28,12	32.975.425	14.766.286	69,07	30,93
Alagoas	2.822.621	1,66	1.919.739	902.882	68,01	31,99
Bahia	13.070.250	7,70	8.772.348	4.297.902	67,12	32,88
Ceará	7.430.661	4,38	5.315.318	2.115.343	71,53	28,47
Maranhão	5.651.475	3,33	3.364.070	2.287.405	59,53	40,47
Paraíba	3.443.825	2,03	2.447.212	996.613	71,06	28,94
Pernambuco	7.918.344	4,66	6.058.249	1.860.095	76,51	23,49
Piauí	2.843.278	1,67	1.788.590	1.054.688	62,91	37,09
Rio Grande do Norte	2.776.782	1,64	2.036.673	740.109	73,35	26,65
Sergipe	1.784.475	1,05	1.273.226	511.249	71,35	28,65
Região Centro-Oeste	11.636.728	6,85	10.092.976	1.543.752	86,73	13,27
Distrito Federal	2.051.146	1,21	1.961.499	89.647	95,63	4,37
Goiás	5.003.228	2,95	4.396.645	606.583	87,88	12,12
Mato Grosso	2.504.353	1,47	1.987.726	516.627	79,37	20,63
Mato Grosso do Sul	2.078.001	1,22	1.747.106	330.895	84,08	15,92
Região Sudeste	72.412.411	42,65	65.549.194	6.863.217	90,52	9,48
Espírito Santo	3.097.232	1,82	2.463.049	634.183	79,52	20,48
Minas Gerais	17.891.494	10,54	14.671.828	3.219.666	82,00	18,00
Rio de Janeiro	14.391.282	8,48	13.821.466	569.816	96,04	3,96
São Paulo	37.032.403	21,81	34.592.851	2.439.552	93,41	6,59
Região Sul	25.107.616	14,79	20.321.999	4.785.617	80,94	19,06
Paraná	9.563.458	5,63	7.786.084	1.777.374	81,41	18,59
Rio Grande do Sul	10.187.798	6,00	8.317.984	1.869.814	81,65	18,35
Santa Catarina	5.356.360	3,15	4.217.931	1.138.429	78,75	21,25

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Tabela 2 - População de Jovens

Região/UF	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19
Brasil	3.309.775	13.555.078	17.024.731	17.841.705	18.452.808	70.184.097
Região Norte	336.235	1.384.967	1.673.998	1.632.566	1.595.594	6.623.360
Acre	15.927	65.150	74.992	71.635	70.375	298.079
Amapá	14.752	58.570	66.392	63.644	62.190	265.548
Amazonas	79.670	327.678	385.389	357.616	352.375	1.502.728
Pará	158.038	652.975	796.267	786.623	767.089	3.160.992
Rondônia	31.359	129.451	166.179	167.325	162.826	657.140
Roraima	9.213	38.177	44.546	41.550	40.210	173.696
Tocantins	27.276	112.966	140.233	144.173	140.529	565.177
Região Nordeste	1.019.963	4.158.818	5.249.701	5.674.351	5.698.883	21.801.716
Alagoas	67.053	275.551	330.369	338.818	336.223	1.348.014
Bahia	267.461	1.075.268	1.393.315	1.521.523	1.614.838	5.872.405
Ceará	158.273	669.299	847.168	892.215	846.080	3.413.035
Maranhão	142.514	567.692	697.558	754.958	727.973	2.890.695
Paraíba	66.571	276.723	360.438	395.223	394.421	1.493.376
Pernambuco	162.073	652.292	817.774	882.007	898.461	3.412.607
Piauí	59.289	248.447	308.467	356.377	352.244	1.324.824
Rio Grande do Norte	56.480	230.054	293.460	321.883	316.857	1.218.734
Sergipe	40.249	163.492	201.152	211.347	211.786	828.026
Região Centro-Oeste	231.957	959.794	1.208.978	1.225.145	1.286.006	4.911.880
Distrito Federal	43.221	167.609	199.689	199.478	235.740	845.737
Goiás	97.211	408.251	508.593	517.967	542.448	2.074.470
Mato Grosso	51.006	214.211	279.049	284.082	283.023	1.111.371
Mato Grosso do Sul	40.519	169.723	221.647	223.618	224.795	880.302
Região Sudeste	1.273.346	5.224.467	6.514.660	6.876.538	7.359.033	27.248.044
Espírito Santo	58.084	236.130	298.299	326.637	342.553	1.261.703
Minas Gerais	322.580	1.334.073	1.721.753	1.825.389	1.914.008	7.117.803
Rio de Janeiro	246.300	1.004.791	1.224.560	1.232.333	1.347.518	5.055.502
São Paulo	646.382	2.649.473	3.270.048	3.492.179	3.754.954	13.813.036
Região Sul	448.274	1.827.032	2.377.394	2.433.105	2.513.292	9.599.097
Paraná	177.635	732.001	947.363	958.834	972.799	3.788.632
Rio Grande do Sul	175.307	699.645	906.615	931.706	987.517	3.700.790
Santa Catarina	95.332	395.386	523.416	542.565	552.976	2.109.675

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Tabela 3 – População de Idosos

Regiões / Estados	1991			2000			1991/2000
	População	Idosos	% idosos	População	Idosos	% idosos	Var % idosos
Brasil	146.825.475	10.722.705	7,30	169.799.170	14.536.029	8,56	17,22
Região Norte	10.030.556	463.957	4,63	12.900.704	707.071	5,48	18,49
Acre	417.718	19.948	4,78	557.526	30.404	5,45	14,20
Amapá	289.397	11.349	3,92	477.032	19.443	4,08	3,93
Amazonas	2.103.243	88.805	4,22	2.812.557	137.060	4,87	15,41
Pará	4.950.060	241.906	4,89	6.192.307	356.562	5,76	17,83
Rondônia	1.132.692	42.845	3,78	1.379.787	72.062	5,22	38,07
Roraima	217.583	7.233	3,32	324.397	13.128	4,05	21,74
Tocantins	919.863	51.871	5,64	1.157.098	78.412	6,78	20,17
Região Nordeste	42.497.540	3.087.586	7,27	47.741.711	4.020.857	8,42	15,92
Alagoas	2.514.100	161.263	6,41	2.822.621	203.882	7,22	12,61
Bahia	11.867.991	816.890	6,88	13.070.250	1.077.901	8,25	19,81
Ceará	6.366.647	490.505	7,70	7.430.661	658.989	8,87	15,11
Maranhão	4.930.253	298.553	6,06	5.651.475	405.914	7,18	18,61
Paraíba	3.201.114	289.756	9,05	3.443.825	350.566	10,18	12,46
Pernambuco	7.127.855	559.068	7,84	7.918.344	704.886	8,90	13,50
Piauí	2.582.137	171.247	6,63	2.843.278	236.954	8,33	25,66
Rio Grande Norte	2.415.567	199.122	8,24	2.776.782	250.594	9,02	9,48
Sergipe	1.491.876	101.182	6,78	1.784.475	131.171	7,35	8,38
Região Centro-Oeste	9.427.601	487.573	5,17	11.636.728	769.865	6,62	27,92
Distrito Federal	1.601.094	64.206	4,01	2.051.146	109.638	5,35	33,29
Goiás	1.780.373	104.852	5,89	5.003.228	358.816	7,17	21,77
Mato Grosso	4.018.903	230.435	5,73	2.504.353	144.318	5,76	0,50
Mato Grosso do Sul	2.027.231	88.080	4,34	2.078.001	157.093	7,56	74,00
Região Sudeste	62.740.401	4.984.058	7,94	72.412.411	6.732.888	9,30	17,04
Espírito Santo	2.600.618	175.001	6,73	3.097.232	250.196	8,08	20,04
Minas Gerais	15.743.152	1.188.992	7,55	17.891.494	1.624.981	9,08	20,26
Rio de Janeiro	12.807.706	1.182.594	9,23	14.391.282	1.540.754	10,71	15,95
São Paulo	31.588.925	2.437.471	7,72	37.032.403	3.316.957	8,96	16,08
Região Sul	22.129.377	1.699.531	7,68	25.107.616	2.305.348	9,18	19,56
Paraná	8.448.713	577.423	6,83	9.563.458	809.431	8,46	23,84
Rio Grande do Sul	9.138.670	815.302	8.92	10.187.798	1.065.484	10,46	17,23
Santa Catarina	4.541.994	306.806	6,75	5.356.360	430.433	8,04	18,96

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. * Pessoas de 60 anos ou mais.

Tabela 4 – População de Portadores de Deficiência

Região / Estados	População	Ao menos 1 def.	% de def.	Def. mental	Def. física 1	Def. física 2	Def. visual	Def. auditiva	Def. motora	Sem deficiência
Brasil	169.799.170	24.537.984	14,45	2.848.684	955.287	466.936	16.573.937	5.750.809	7.879.601	143.769.672
Região Norte	12.900.704	2.077.120	16,10	189.928	62.388	39.959	1.583.364	423.546	569.306	10.703.080
Acre	557.526	75.212	13,49	10.144	2.623	1.357	53.393	17.100	25.759	475.256
Amapá	477.032	56.028	11,75	4.959	2.404	997	40.904	11.515	13.215	414.628
Amazonas	2.812.557	415.102	14,76	38.289	11.900	7.932	309.791	82.008	114.518	2.368.385
Pará	6.192.307	1.100.202	17,77	91.648	30.371	18.134	857.541	218.659	309.246	5.040.776
Rondônia	1.379.787	214.240	15,53	20.004	8.044	6.122	160.311	45.536	51.154	1.151.213
Roraima	324.397	37.721	11,63	3.371	1.041	936	27.851	8.044	8.824	283.441
Tocantins	1.157.098	178.614	15,44	21.514	6.006	4.482	133.573	40.686	46.591	969.381
Região Nordeste	47.741.711	7.973.282	16,70	839.818	275.527	116.906	5.664.163	1.890.188	2.564.123	39.361.639
Alagoas	2.843.278	511.134	17,98	52.575	16.775	8.211	382.188	122.249	147.239	2.303.864
Bahia	13.070.250	2.001.059	15,31	228.456	81.519	30.631	1.366.191	461.940	660.683	10.944.555
Ceará	7.430.661	1.251.424	16,84	118.012	48.332	21.563	877.357	317.855	417.684	6.120.000
Maranhão	5.651.475	952.193	16,85	97.012	31.080	11.768	707.932	227.803	280.460	4.650.297
Paraíba	3.443.825	653.111	18,96	59.202	16.446	11.241	473.222	159.715	224.284	2.770.181
Pernambuco	7.918.344	1.365.334	17,24	148.990	41.787	17.065	964.883	328.845	466.123	6.489.681
Piauí	2.822.621	433.806	15,37	44.713	15.782	8.184	310.671	98.010	140.984	2.364.605
Rio Grande do Norte	2.776.782	540.571	19,47	62.188	15.841	5.088	391.193	116.666	154.475	2.215.032
Sergipe	1.784.475	264.649	14,83	28.671	7.965	3.154	190.525	57.105	72.190	1.503.424
Região Centro-Oeste	11.636.728	1.597.826	13,73	186.463	67.249	30.383	1.122.084	359.268	447.488	9.940.730
Distrito Federal	2.051.146	270.797	13,20	29.179	11.090	2.590	184.595	61.353	71.040	1.760.522
Goiás	5.003.228	666.266	13,32	86.752	30.775	12.690	452.156	157.743	200.439	4.295.655
Mato Grosso	2.504.353	364.357	14,55	41.875	14.398	8.597	268.914	76.200	96.411	2.116.944
Mato Grosso do Sul	2.078.001	296.406	14,26	28.658	10.986	6.506	216.419	63.971	79.598	1.767.609
Região Sudeste	72.412.411	9.350.975	12,91	1.228.971	411.547	192.149	5.945.982	2.137.232	3.110.739	62.360.646
Espírito Santo	3.097.232	472.591	15,26	47.004	19.767	9.207	327.232	98.399	160.746	2.599.322
Minas Gerais	17.891.494	2.602.856	14,55	359.093	95.481	46.144	1.655.270	642.678	927.366	15.145.442
Rio de Janeiro	14.391.282	2.136.593	14,85	268.387	77.837	40.583	1.388.303	451.912	722.221	12.100.900
São Paulo	37.032.403	4.138.934	11,18	554.486	218.463	96.215	2.575.176	944.243	1.300.406	32.514.981
Região Sul	25.107.616	3.538.781	14,09	403.504	138.576	87.539	2.258.343	940.576	1.187.945	21.403.578
Paraná	9.563.458	1.270.479	13,28	169.899	60.484	31.209	792.143	330.229	387.647	8.226.946
Rio Grande do Sul	10.187.798	1.542.325	15,14	148.393	51.421	32.361	999.649	431.537	560.137	8.584.154
Santa Catarina	5.356.360	725.978	13,55	85.212	26.671	23.969	466.552	178.810	240.160	4.592.478

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.Deficiência física 1: tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente. Deficiência física 2: falta de membro ou parte dele.

Tabela 5 – População por Cor e Etnia

Região / Estado	População residente											
	Cor ou Raça											
	Total (1)		Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena	
Brasil	169.799.170	100,00	90.647.461	53,39	10.402.450	6,13	866.972	0,51	66.016.783	38,88	701.462	0,41
Região Norte	12.900.704	7,60	3.780.660	29,31	646.708	5,01	28.460	0,22	8.093.126	62,73	200.934	1,56
Acre	557.526	0,33	174.739	31,34	31.827	5,71	1.366	0,25	332.686	59,67	10.205	1,83
Amapá	477.032	0,28	115.811	24,28	31.628	6,63	1.127	0,24	319.664	67,01	2.996	0,63
Amazonas	2.812.557	1,66	699.445	24,87	104.491	3,72	5.333	0,19	1.850.657	65,80	119.927	4,26
Pará	6.192.307	3,65	1.704.968	27,53	315.278	5,09	15.785	0,25	4.076.637	65,83	19.029	0,31
Rondônia	1.379.787	0,81	617.658	44,76	64.459	4,67	2.307	0,17	646.871	46,88	15.859	1,15
Roraima	324.397	0,19	80.685	24,87	11.235	3,46	696	0,21	209.071	64,45	20.912	6,45
Tocantins	1.157.098	0,68	387.354	33,48	87.790	7,59	1.846	0,16	657.539	56,83	12.007	1,04
Região Nordeste	47.741.711	28,12	15.209.422	31,86	3.587.641	7,51	75.681	0,16	28.329.969	59,34	166.500	0,35
Alagoas	2.822.621	1,66	963.795	34,15	111.741	3,96	3.046	0,11	1.710.009	60,58	6.101	0,22
Bahia	13.070.250	7,70	3.067.786	23,47	1.700.531	13,01	23.868	0,18	8.095.318	61,94	60.329	0,46
Ceará	7.430.661	4,38	2.733.235	36,78	246.847	3,32	9.791	0,13	4.393.272	59,12	3.469	0,05
Maranhão	5.651.475	3,33	1.413.129	25,00	538.122	9,52	9.924	0,18	3.607.954	63,84	46.494	0,82
Paraíba	3.443.825	2,03	1.379.317	40,05	140.236	4,07	1.845	0,05	1.904.557	55,30	4.353	0,13
Pernambuco	7.918.344	4,66	3.201.751	40,43	391.236	4,94	13.735	0,17	4.221.322	53,31	32.812	0,41
Piauí	2.843.278	1,67	774.975	27,26	234.365	8,24	8.020	0,28	1.796.866	63,20	2.106	0,07
Rio Grande Norte	2.776.782	1,64	1.141.162	41,10	101.581	3,66	1.410	0,05	1.508.560	54,33	598	0,02
Sergipe	1.784.475	1,05	534.271	29,94	122.982	6,89	4.041	0,23	1.092.111	61,20	10.238	0,57
Região Centro-Oeste	11.636.728	6,85	5.679.749	48,81	497.053	4,27	53.717	0,46	5.212.684	44,80	127.003	1,09
Distrito Federal	2.051.146	1,21	1.039.012	50,66	101.187	4,93	6.274	0,31	882.908	43,04	9.527	0,46
Goiás	5.003.228	2,95	2.567.773	51,32	208.442	4,17	14.655	0,29	2.172.229	43,42	10.916	0,22
Mato Grosso	2.504.353	1,47	997.743	39,84	123.326	4,92	15.293	0,61	1.302.993	52,03	46.027	1,84
Mato Grosso do Sul	2.078.001	1,22	1.075.220	51,74	64.097	3,08	17.496	0,84	854.554	41,12	60.533	2,91
Região Sudeste	72.412.411	42,65	44.915.548	62,03	4.719.877	6,52	573.491	0,79	21.569.515	29,79	156.134	0,22
Espírito Santo	3.097.232	1,82	1.461.891	47,20	201.032	6,49	3.365	0,11	1.406.613	45,42	10.345	0,33
Minas Gerais	17.891.494	10,54	9.619.896	53,77	1.275.640	7,13	21.249	0,12	6.834.081	38,20	50.381	0,28
Rio de Janeiro	14.391.282	8,48	7.766.393	53,97	1.575.461	10,95	30.599	0,21	4.847.950	33,69	33.389	0,23
São Paulo	37.032.403	21,81	26.067.368	70,39	1.667.745	4,50	518.278	1,40	8.480.871	22,90	62.019	0,17
Região Sul	25.107.616	14,79	21.062.082	83,89	951.172	3,79	135.623	0,54	2.811.489	11,20	50.891	0,20
Paraná	9.563.458	5,63	7.431.142	77,70	296.066	3,10	125.961	1,32	1.642.146	17,17	19.636	0,21
Rio Grande do Sul	10.187.798	6,00	8.795.930	86,34	534.770	5,25	4.352	0,04	794.694	7,80	29.739	0,29
Santa Catarina	5.356.360	3,15	4.835.010	90,27	120.336	2,25	5.310	0,10	374.648	6,99	1.515	0,03

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.D (1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou raça.

Tabela 6 – População de Migrantes

Regiões / Estados	População	Pop, Migrante	Migrantes (%)
Brasil	169.799.170	8.463.341	4,98
Região Norte	12.900.704	976 169	7,57
Acre	557.526	24 471	4,39
Amapá	477.032	97 854	20,51
Amazonas	2.812.557	141 580	5,03
Pará	6.192.307	272 664	4,40
Rondônia	1.379.787	181 479	13,15
Roraima	324.397	81 087	25,00
Tocantins	1.157.098	177 034	15,30
Região Nordeste	47.741.711	1 233 552	2,58
Alagoas	2.822.621	82 138	2,91
Bahia	13.070.250	289 466	2,21
Ceará	7.430.661	159 007	2,14
Maranhão	5.651.475	127 981	2,26
Paraíba	3.443.825	91 689	2,66
Pernambuco	7.918.344	207 270	2,62
Piauí	2.843.278	86 278	3,03
Rio Grande do Norte	2.776.782	97 043	3,49
Sergipe	1.784.475	92 681	5,19
Região Centro-Oeste	11.636.728	1 397 257	12,01
Distrito Federal	2.051.146	410 613	20,02
Goiás	5.003.228	538 598	10,77
Mato Grosso	2.504.353	279 783	11,17
Mato Grosso do Sul	2.078.001	168 263	8,10
Região Sudeste	72.412.411	3 912 439	5,40
Espírito Santo	3.097.232	249 422	8,05
Minas Gerais	17.891.494	482 716	2,70
Rio de Janeiro	14.391.282	614 900	4,27
São Paulo	37.032.403	2 565 401	6,93
Região Sul	25.107.616	943 924	3,76
Paraná	9.563.458	399 404	4,18
Rio Grande do Sul	10.187.798	175 135	1,72
Santa Catarina	5.356.360	369 385	6,90

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. * População não natural do estado, residente no estado há menos de dez anos.

Tabela 7 - Homicídios

Região/Estado	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Var, (%)
Brasil	33.832	31.388	33.351	35.536	40.350	42.131	44.141	46.207	47.643	49.769	47,11
Região Norte	2.038	1.851	1.810	1.890	1.838	1.938	2.018	2.334	2.144	2.407	18,11
Acre	105	106	114	88	103	102	100	109	51	107	1,90
Amapá	52	73	65	122	125	164	137	163	193	155	198,08
Amazonas	402	349	347	382	424	449	467	536	527	553	37,56
Pará	813	762	625	716	696	688	746	769	637	805	-0,98
Rondônia	494	398	494	397	327	300	357	489	434	482	-2,43
Roraima	79	96	72	78	88	107	90	132	154	128	62,03
Tocantins	93	67	93	107	75	128	121	136	148	177	90,32
Região Nordeste	6.140	6.010	7.008	6.919	7.283	8.095	8.739	9.176	9.227	9.869	60,73
Alagoas	675	592	619	616	731	740	642	585	552	724	7,26
Bahia	586	825	1.504	1.743	1.533	1.880	1.975	1.996	2.017	2.037	247,61
Ceará	615	544	703	630	845	881	1.021	941	1.108	1.226	99,35
Maranhão	455	418	395	309	382	350	320	266	251	343	-24,62
Paraíba	398	341	363	394	455	628	491	420	404	518	30,15
Pernambuco	2.755	2.534	2.746	2.569	2.710	3.015	3.710	4.428	4.200	4.140	50,27
Piauí	113	95	121	103	121	126	153	141	131	232	105,31
Rio Grande Norte	221	198	244	209	249	237	237	223	226	256	15,84
Sergipe	322	463	313	346	257	238	190	176	338	393	22,05
Região Centro-Oeste	2.190	2.035	2.119	2.183	2.645	2.789	2.865	2.871	2.920	3.414	55,89
Distrito Federal	533	465	604	610	687	698	668	720	723	770	44,47
Goiás	815	789	698	739	732	705	695	636	800	1.004	23,19
Mato Grosso	450	356	358	320	600	659	767	846	825	996	121,33
Mato Grosso Sul	392	425	459	514	626	727	735	669	572	644	64,29
Região Sudeste	20.198	18.491	19.649	21.611	25.362	26.066	26.885	28.280	29.750	30.229	49,66
Espírito Santo	975	844	1.104	1.173	1.162	1.199	1.426	1.692	1.543	1.446	48,31
Minas Gerais	1.211	1.103	1.199	1.096	1.186	1.225	1.307	1.471	1.546	1.970	62,68
Rio de Janeiro	5.055	4.516	5.362	6.414	8.226	8.049	7.966	7.570	7.249	7.331	45,02
São Paulo	3.266	3.001	2.765	2.933	3.222	3.243	3.634	3.546	3.602	3.850	17,88
Região Sul	9.691	9.027	9.219	9.995	11.566	12.350	12.552	14.001	15.810	15.632	61,30
Paraná	1.226	1.092	1.238	1.265	1.388	1.373	1.586	1.633	1.698	1.769	44,29
Rio Grande do Sul	1.685	1.562	1.169	1.331	1.430	1.466	1.633	1.514	1.523	1.658	-1,60
Santa Catarina	355	347	358	337	404	404	415	399	381	423	19,15

Fonte: Waiselfisz 2002 (SIM/DATASUS)

Tabela 8 – Homicídios por 100 mil Habitantes

Região/Estado	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Var, (%)
Brasil	20,9	19,1	20,3	21,4	24,0	24,4	25,0	25,9	26,3	27,0	29,19
Região Norte	20,5	18,1	17,3	17,6	16,7	16,7	16,9	19,0	17,0	18,7	-8,78
Acre	25,3	24,8	25,9	19,4	22,0	20,6	19,6	20,7	9,4	19,2	-24,11
Amapá	18,1	24,0	20,2	35,9	35,0	41,7	33,1	37,4	42,3	32,5	79,56
Amazonas	19,2	16,3	15,8	17,0	18,4	18,0	18,1	20,2	19,3	19,7	2,60
Pará	16,5	15,1	12,1	13,5	12,9	12,2	12,9	13,0	10,5	13,0	-21,21
Rondônia	44,2	35,0	42,6	33,6	27,2	23,6	27,5	36,9	32,1	34,9	-21,04
Roraima	36,9	43,6	31,8	33,6	36,9	38,6	31,2	43,9	49,3	39,5	7,05
Tocantins	10,2	7,1	9,6	10,8	7,4	12,2	11,2	12,3	13,1	15,3	50,00
Região Nordeste	14,5	14,0	16,2	15,8	16,4	17,8	19,0	19,7	19,6	20,7	42,76
Alagoas	27,0	23,4	24,3	23,9	28,1	27,6	23,6	21,2	19,8	25,6	-5,19
Bahia	5,0	6,9	12,4	14,3	12,4	15,0	15,6	15,6	15,6	15,6	212,00
Ceará	9,7	8,5	10,8	9,5	12,6	12,7	14,4	13,1	15,2	16,5	70,10
Maranhão	9,3	8,4	7,8	6,1	7,4	6,6	5,9	4,8	4,5	6,1	-34,41
Paraíba	12,5	10,6	11,2	12,1	13,9	18,8	14,6	12,4	11,8	15,0	20,00
Pernambuco	38,8	35,2	37,6	34,7	36,1	39,8	48,5	57,2	53,6	52,3	34,79
Piauí	4,4	3,7	4,6	3,9	4,6	4,6	5,6	5,1	4,7	8,2	86,36
Rio Grande Norte	9,2	8,1	9,9	8,4	9,9	9,1	8,9	8,3	8,3	9,2	0,00
Sergipe	21,7	30,7	20,4	22,1	16,2	14,4	11,3	10,2	19,3	22,0	1,38
Região Centro-Oeste	23,4	21,2	21,6	21,8	25,9	26,2	26,3	25,8	25,6	29,3	25,21
Distrito Federal	33,5	28,4	35,9	35,4	38,9	37,7	35,1	36,9	36,1	37,5	11,94
Goiás	20,4	19,3	16,6	17,2	16,7	15,4	14,9	13,3	16,3	20,1	-1,47
Mato Grosso	22,5	17,4	17,1	15,0	27,5	28,7	32,7	35,3	33,7	39,8	76,89
Mato Grosso Sul	22,1	23,6	25,1	27,6	33,1	37,4	37,1	33,3	28,0	31,0	40,27
Região Sudeste	27,1	24,4	26,3	28,7	33,6	33,5	33,6	35,2	36,7	36,4	34,32
Espírito Santo	37,7	32,1	41,3	43,3	42,2	41,7	48,6	56,6	50,7	46,7	23,87
Minas Gerais	7,7	6,9	7,5	6,7	7,2	7,2	7,6	8,4	8,8	11,0	42,86
Rio de Janeiro	39,6	35,0	41,2	48,9	62,2	58,8	57,5	53,9	51,0	50,9	28,54
São Paulo	30,8	28,2	28,4	30,3	34,6	35,7	35,6	39,1	43,4	42,2	37,01
Região Sul	14,8	13,4	12,2	12,8	13,9	13,6	15,1	14,5	14,5	15,3	3,38
Paraná	14,5	12,8	14,3	14,4	15,7	15,1	17,3	17,5	18,0	18,5	27,59
Rio Grande do Sul	18,5	17,0	12,6	14,2	15,0	15,1	16,6	15,2	15,1	16,3	-11,89
Santa Catarina	7,8	7,6	7,7	7,1	8,4	8,1	8,2	7,7	7,2	7,9	1,28

Fonte: Waiselfisz 2002 (SIM/DATASUS)

Tabela 9 – Homicídios de Jovens (15 a 24 anos)

Região / Estado	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Var, (%)
Brasil	10.036	9.181	10.173	11.330	12.603	13.186	14.270	15.606	16.233	17.762	76,98
Região Norte	629	565	545	660	628	655	751	905	754	941	49,60
Acre	34	43	47	36	37	34	43	51	14	50	47,06
Amapá	23	34	27	49	53	59	73	70	90	81	252,17
Amazonas	173	112	129	170	176	186	213	256	241	249	43,93
Pará	254	244	191	249	215	230	263	298	195	289	13,78
Rondônia	112	88	114	108	93	71	97	146	113	157	40,18
Roraima	13	30	14	21	30	35	26	45	53	53	307,69
Tocantins	20	14	23	27	24	40	36	39	48	62	210,00
Região Nordeste	1.714	1.676	2.286	2.365	2.341	2.686	3.127	3.497	3.410	3.866	125,55
Alagoas	129	145	164	152	172	216	169	172	196	279	116,28
Bahia	171	259	582	671	535	697	783	791	799	807	371,93
Ceará	189	172	232	187	268	278	322	313	347	432	128,57
Maranhão	134	98	101	83	110	99	93	77	70	133	-0,75
Paraíba	115	103	112	129	165	194	150	138	137	213	85,22
Pernambuco	795	682	903	911	920	1.007	1.407	1.810	1.640	1.696	113,33
Piauí	24	23	37	37	37	33	54	54	52	89	270,83
Rio Grande Norte	70	55	69	75	63	77	77	89	57	77	10,00
Sergipe	87	139	96	120	71	85	72	53	112	140	60,92
Região Centro-Oeste	641	577	654	661	790	875	843	949	979	1.183	84,56
Distrito Federal	221	198	255	245	275	284	259	294	332	341	54,30
Goiás	232	184	185	218	200	187	212	227	257	351	51,29
Mato Grosso	86	84	90	57	123	185	179	227	218	278	223,26
Mato Grosso do Sul	102	111	124	141	192	219	193	201	172	213	108,82
Região Sudeste	6.115	5.521	5.874	6.774	7.858	7.973	8.444	9.174	9.936	10.518	72,00
Espírito Santo	238	208	343	333	392	402	492	593	573	531	123,11
Minas Gerais	338	276	322	329	355	348	381	456	520	741	119,23
Rio de Janeiro	1.757	1.482	1.725	2.106	2.886	2.773	2.895	2.749	2.710	2.816	60,27
São Paulo	3.782	3.555	3.484	4.006	4.225	4.450	4.676	5.376	6.133	6.430	70,02
Região Sul	937	842	814	870	986	997	1.105	1.081	1.154	1.254	33,83
Paraná	303	301	342	356	424	446	472	510	546	616	103,30
Rio Grande do Sul	545	460	383	423	461	434	520	465	511	533	-2,20
Santa Catarina	89	81	89	91	101	117	113	106	97	105	17,98

Fonte: Waiselfisz 2002 (SIM/DATASUS)

Tabela 10 – Homicídios de Jovens (15 a 24 anos) por 100 mil Habitantes

Região / Estado	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Var, (%)
Brasil	35,2	31,7	34,5	37,7	41,3	41,7	44,3	47,5	48,5	52,1	48,01
Região Norte	30,6	26,5	24,8	29,0	26,8	26,3	29,2	34,1	27,5	33,3	8,82
Acre	40,0	48,4	50,6	37,1	36,6	31,9	38,8	44,3	11,7	40,5	1,25
Amapá	38,6	52,8	39,0	66,1	67,1	68,6	80,0	72,6	88,5	75,8	96,37
Amazonas	39,9	24,9	27,6	35,1	35,0	34,4	37,9	43,9	39,9	39,8	-0,25
Pará	25,1	23,3	17,7	22,4	18,8	19,1	21,1	23,3	14,8	21,3	-15,14
Rondônia	47,6	36,7	46,5	43,2	36,5	26,3	35,2	51,8	39,2	53,4	12,18
Roraima	29,2	65,3	29,6	43,1	59,9	59,3	42,1	69,8	78,8	75,7	159,25
Tocantins	10,8	7,3	11,5	13,1	11,2	18,1	15,8	16,6	19,8	24,9	130,56
Região Nordeste	20,1	19,3	25,9	26,3	25,7	28,3	32,4	35,5	34,0	37,9	88,56
Alagoas	24,6	27,3	30,5	28,0	31,3	37,8	29,1	29,2	32,8	46,0	86,99
Bahia	7,1	10,5	22,8	26,2	20,5	26,0	28,6	28,2	28,1	27,8	291,55
Ceará	15,1	13,6	18,1	14,4	20,3	20,0	22,7	21,6	23,5	28,7	90,07
Maranhão	14,1	10,1	10,1	8,1	10,5	8,8	8,1	6,5	5,7	10,6	-24,82
Paraíba	18,0	16,0	17,2	19,6	24,9	28,5	21,8	19,8	19,5	29,9	66,11
Pernambuco	54,7	46,3	60,4	60,1	59,9	64,3	88,7	112,6	100,7	102,8	87,93
Piauí	4,6	4,3	6,9	6,8	6,7	5,7	9,2	9,0	8,5	14,3	210,87
Rio Grande Norte	14,5	11,2	14,0	15,0	12,5	14,5	14,2	16,2	10,2	13,5	-6,90
Sergipe	27,9	43,7	29,6	36,4	21,1	24,2	20,1	14,5	29,9	36,7	31,54
Região Centro-Oeste	32,5	28,6	31,7	31,3	36,6	39,3	37,1	40,9	41,3	48,9	50,46
Distrito Federal	62,8	54,4	67,9	63,2	68,8	68,9	61,1	67,5	74,2	74,3	18,31
Goiás	27,5	21,3	21,0	24,2	21,7	19,8	22,0	23,0	25,6	34,2	24,36
Mato Grosso	20,3	19,4	20,4	17,2	26,8	38,5	36,4	45,2	42,5	53,2	162,07
Mato Grosso do Sul	28,8	30,9	34,0	38,1	51,1	56,6	49,0	50,3	42,3	51,6	79,17
Região Sudeste	52,0	46,1	48,2	54,7	62,4	61,3	63,7	68,0	72,3	75,2	44,62
Espírito Santo	46,7	40,0	64,6	61,5	71,0	69,4	82,9	87,7	92,3	83,6	79,01
Minas Gerais	11,1	8,9	10,3	10,3	11,0	10,4	11,2	13,2	14,9	20,9	88,29
Rio de Janeiro	76,2	63,6	73,2	88,4	120,0	111,9	115,2	107,9	105,0	107,6	41,21
São Paulo	64,1	59,0	56,6	63,8	65,9	67,3	69,2	78,0	87,2	89,6	39,78
Região Sul	22,5	20,1	19,2	20,4	22,9	22,4	24,6	23,8	25,1	26,9	19,56
Paraná	17,9	17,7	20,0	20,7	24,5	25,3	26,5	28,4	30,2	33,8	88,83
Rio Grande do Sul	34,2	28,6	23,6	25,8	27,8	25,2	29,8	26,2	28,4	29,2	-14,62
Santa Catarina	10,1	9,2	10,0	10,1	11,1	12,2	11,6	10,8	9,7	10,4	2,97

Fonte: Waiselfisz 2002 (SIM/DATASUS)

Tabela 11 – Homicídios de Homossexuais

Região/Estado	2000				2001				2000-2001
	Gays	Lésbicas	Travestis	Total	Gays	Lésbicas	Travestis	Total	
Brasil	90	2	36	128	88	3	41	132	260
Região Norte	3	0	1	4	10	1	1	12	16
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	1	0	1	2	7	1	1	9	11
Pará	1	0	0	1	3	0	0	3	4
Rondônia	1	0	0	1	0	0	0	0	1
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Região Nordeste	43	0	8	51	31	2	17	50	101
Alagoas	9	0	1	10	1	0	3	4	14
Bahia	7	0	1	8	11	0	3	14	22
Ceará	1	0	1	2	2	1	0	3	5
Maranhão	3	0	0	3	0	0	0	0	3
Paraíba	0	0	0	0	4	1	0	5	5
Pernambuco	14	0	4	18	7	0	9	16	34
Piauí	3	0	1	4	1	0	1	2	6
Rio Grande Norte	4	0	0	4	3	0	0	3	7
Sergipe	2	0	0	2	2	0	1	3	5
Região Centro-Oeste	7	0	4	11	14	0	4	18	29
Distrito Federal	4	0	0	4	9	0	2	11	15
Goiás	3	0	3	6	2	0	0	2	8
Mato Grosso	0	0	1	1	0	0	1	1	2
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	3	0	1	4	4
Região Sudeste	34	2	18	54	25	0	15	40	94
Espírito Santo	0	0	3	3	1	0	1	2	5
Minas Gerais	6	0	1	7	8	0	1	9	16
Rio de Janeiro	10	2	4	16	3	0	2	5	21
São Paulo	18	0	10	28	13	0	11	24	52
Região Sul	3	0	5	8	8	0	4	12	20
Paraná	1	0	3	4	4	0	3	7	11
Rio Grande do Sul	1	0	2	3	3	0	0	3	6
Santa Catarina	1	0	0	1	1	0	1	2	3

Fonte: Dados de 2000, Relatório Causa Mortis: Homofobia de Luiz Mott e Marcelo Cerqueira, 2001. Dados de 2001, Relatório O Crime Anti-Homossexual no Brasil de Luiz Mott, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida, , 2002.

Tabela 12 – Violência Rural

Regiões / Estados	Conflitos 99	Conflitos 00	Conflitos 01	Total	Envolvidos 99	Envolvidos 00	Envolvidos 01	Total	Mortes 99	Mortes 00	Mortes 01	Total
Brasil	945	1.024	880	2.849	770.471	555.979	426.102	1.752.552	27	30	29	86
Região Norte	149	114	172	435	91.554	79.072	66.335	236.961	12	10	8	30
Acre	7	0	2	9	1.920	0	3.725	5.645	3	0	0	3
Amapá	6	1	2	9	2.627	0	195	2.822	0	0	0	0
Amazonas	5	2	5	12	3.465	1.200	3.200	7.865	0	0	0	0
Pará	97	93	143	333	70.078	70.321	52.697	193.096	9	10	8	27
Rondônia	18	14	14	46	11.129	6.060	5.695	22.884	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	16	4	6	26	2.335	1.491	823	4.649	0	0	0	0
Região Nordeste	384	560	410	1.354	320.020	263.758	185.113	768.891	6	9	10	25
Alagoas	53	26	26	105	49.072	57.975	12.780	119.827	2	1	1	4
Bahia	75	16	15	106	101.552	7.025	5.887	114.464	1	1	2	4
Ceará	31	116	74	221	15.482	42.577	36.481	94.540	0	0	0	0
Maranhão	15	81	101	197	5.475	19.884	18.789	44.148	1	2	2	5
Paraíba	35	46	43	124	14.200	33.040	18.435	65.675	1	0	0	1
Pernambuco	141	142	122	405	107.734	90.082	84.566	282.382	1	4	4	9
Piauí	16	104	10	130	14.960	835	2.520	18.315	0	0	0	0
Rio Grande Norte	15	27	18	60	7.545	10.440	5.650	23.635	0	0	0	0
Sergipe	3	2	1	6	4.000	1.900	5	5.905	0	1	1	2
Região Centro-Oeste	166	107	111	384	117.347	64.676	34.221	216.244	1	7	7	15
Distrito Federal	7	0	2	9	2.540	0	600	3.140	0	0	0	0
Goiás	34	38	30	102	20.607	20.015	10.440	51.062	0	0	0	0
Mato Grosso	27	36	42	105	29.425	25.971	11.046	66.442	1	4	4	9
Mato Grosso Sul	98	33	37	168	64.775	18.690	12.135	95.600	0	3	3	6
Região Sudeste	138	192	132	462	178.405	106.273	90.733	375.411	6	3	3	12
Espírito Santo	11	7	7	25	4.833	3.232	2.044	10.109	0	0	0	0
Minas Gerais	68	167	79	314	128.648	90.266	63.497	282.411	0	1	1	2
Rio de Janeiro	15	1	4	20	8.626	1.350	2.321	12.297	5	0	0	5
São Paulo	44	17	42	103	36.298	11.425	22.871	70.594	1	2	2	5
Região Sul	108	51	55	214	63.145	42.200	49.700	155.045	2	1	1	4
Paraná	89	4	12	105	37.390	370	1.320	39.080	2	0	0	2
Rio Grande Sul	11	15	37	63	21.610	39.500	46.830	107.940	0	0	0	0
Santa Catarina	8	32	6	46	4.145	2.330	1.550	8.025	0	1	1	2

Fonte: Comissão Pastoral da Terra

Tabela 13 – Trabalho Escravo

Região/Estado	1999		2000		2001		1999-2001	
	Escravos	Libertados	Escravos	Libertados	Escravos	Libertados	Escravos	Libertados
Brasil	1.099	639	465	583	2.416	1.144	3.980	2.366
Região Norte	636	486	306	370	1.371	451	2.313	1.307
Acre	0	0	16	0	0	70	16	70
Amapá	12	0	0	0	0	0	12	0
Amazonas	0	0	0	0	0	0	0	0
Pará	583	486	290	370	1.294	359	2.167	1.215
Rondônia	28	0	0	0	0	0	28	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	13	0	0	0	77	22	90	22
Região Nordeste	0	0	0	0	563	392	563	392
Alagoas	0	0	0	0	0	0	0	0
Bahia	0	0	0	0	0	0	0	0
Ceará	0	0	0	0	0	0	0	0
Maranhão	0	0	0	0	563	392	563	392
Paraíba	0	0	0	0	0	0	0	0
Pernambuco	0	0	0	0	0	0	0	0
Piauí	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Grande Norte	0	0	0	0	0	0	0	0
Sergipe	0	0	0	0	0	0	0	0
Região Centro-Oeste	19	153	159	213	386	301	564	667
Distrito Federal	0	0	0	0	0	0	0	0
Goiás	19	0	23	78	0	0	42	78
Mato Grosso	0	153	136	135	206	301	342	589
Mato Grosso Sul	0	0	0	0	180	0	180	0
Região Sudeste	164	0	0	0	96	0	260	0
Espírito Santo	38	0	0	0	96	0	134	0
Minas Gerais	43	0	0	0	0	0	43	0
Rio de Janeiro	36	0	0	0	0	0	36	0
São Paulo	47	0	0	0	0	0	47	0
Região Sul	280	0	0	0	0	0	280	0
Paraná	280	0	0	0	0	0	280	0
Rio Grande Sul	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Catarina	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Comissão Pastoral da Terra e Ministério do Trabalho e Emprego
OBS: 1999, não inclui 71 trabalhadores libertados em PA/MT
OBS: 2001, não inclui 289 trabalhadores libertados em PA/MA

Tabela 14 – Mortos e Feridos em Ações Envolvendo Policiais

	2000							2001							
	PA	BA	DF	RJ	SP	RS	Total	PA	BA	DF	RJ	SP	RS*	Total	2000+2001
Civis Mortos	57	132	nd	427	837	26	1.479	54	112	53	592	703	24	1.538	3.017
PM Serviço	nd	88	nd	nd	540	nd	628	nd	63	28	nd	407	nd	498	1.126
PM Folga	nd	19	nd	nd	227	nd	246	nd	23	16	nd	183	nd	222	468
PC Serviço	nd	22	0	nd	50	0	72	nd	25	7	nd	82	nd	114	186
PC Folga	nd	3	0	nd	20	0	23	nd	1	2	nd	31	nd	34	57
Civis Feridos	nd	104	nd	nd	1.188	nd	1.292	nd	145	nd	nd	1.207	nd	1.352	2.644
PM Serviço	nd	75	nd	nd	608	nd	683	nd	75	nd	nd	631	nd	706	1.389
PM Folga	nd	17	nd	nd	477	nd	494	nd	61	nd	nd	407	nd	468	962
PC Serviço	nd	9	nd	nd	78	nd	87	nd	6	nd	nd	132	nd	138	225
PC Folga	nd	3	nd	nd	25	nd	28	nd	3	nd	nd	37	nd	40	68
Policiais Mortos	nd	78	nd	nd	228	8	314	nd	278	nd	nd	149	11	438	752
PM Serviço	nd	13	nd	nd	34	nd	47	nd	92	8	nd	40	nd	140	187
PM Folga	nd	50	nd	nd	171	nd	221	nd	160	10	nd	75	nd	245	466
PC Serviço	nd	3	4	nd	12	nd	19	nd	13	0	nd	18	nd	31	50
PC Folga	nd	12	0	nd	11	nd	23	nd	13	0	nd	16	nd	29	52
Policiais Feridos	nd	nd	17	nd	1.539	nd	1.556	nd	nd	121	nd	1222	nd	1.343	2.899
PM Serviço	nd	nd	nd	nd	712	nd	712	nd	nd	75	nd	524	nd	599	1.311
PM Folga	nd	nd	nd	nd	701	nd	701	nd	nd	31	nd	566	nd	597	1.298
PC Serviço	nd	nd	16	nd	96	nd	112	nd	nd	15	nd	100	nd	115	227
PC Folga	nd	nd	1	nd	30	nd	31	nd	nd	0	nd	32	nd	32	63
Civis Mortos/Feridos	nd	1,27	nd	nd	0,70	nd	1,14	nd	0.77	nd	nd	0,58	nd	1,14	1,14
Policiais Mortos/Feridos	nd	nd	nd	nd	0,15	nd	0,20	nd	nd	nd	nd	0,12	nd	0,33	0,26
Civis/Policiais Mortos	nd	1,69	nd	nd	3,67	nd	4,71	nd	0.40	nd	nd	4,72	nd	3,51	4,01

Fontes: Ouvidoria de Polícia do Pará, Governo do Estado da Bahia, Polícia Civil do Distrito Federal, Secretaria da Segurança Pública do Rio de Janeiro e Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, Secretaria de Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul, dados de 2001, de janeiro a outubro.

Tabela 15 – Efetivo Policial

Estado/Região	Polícia Civil (2)	Polícia Militar	Corpo de Bombeiros	PC+PM	Hab/PC+PM	PC+PM+CB	Hab/PC+PM+CB
Brasil	111.977	361.060	59.900	473.037	358,96	532.937	318,61
Norte	8.062	30.691	3.644	38.753	332,90	42.397	304,28
Acre	932	2.042	322	2.974	187,47	3.296	169,15
Amapá	1.070	2.385	551	3.455	138,07	4.006	119,08
Amazonas	958	6.146	400	7.104	395,91	7.504	374,81
Pará	2.519	12.487	2.032	15.006	412,66	17.038	363,44
Rondônia	1.201	3.476	166	4.677	295,02	4.843	284,90
Roraima	731	1.100	112	1.831	177,17	1.943	166,96
Tocantins (1)	651	3.055	61	3.706	312,22	3.767	307,17
Nordeste	20.027	93.739	10.782	113.766	419,65	124.548	383,32
Alagoas	1.237	7.552	483	8.789	321,15	9.272	304,42
Bahia (1)	5.482	26.337	1.949	31.819	410,77	33.768	387,06
Ceará	2.370	11.038	3.818	13.408	554,20	17.226	431,36
Maranhão	1.644	6.298	966	7.942	711,59	8.908	634,43
Paraíba (1)	1.440	7.105	676	8.545	403,02	9.221	373,48
Pernambuco	4.792	17.264	1.855	22.056	359,01	23.911	331,16
Piauí (1)	1.308	5.933	295	7.241	392,66	7.536	377,29
Rio Grande do Norte (1)	1.086	7.105	355	8.191	339,00	8.546	324,92
Sergipe	668	5.107	385	5.775	309,00	6.160	289,69
Centro-Oeste	12.484	36.880	9.468	49.364	235,73	58.832	197,80
Distrito Federal	5.389	14.951	6.467	20.340	100,84	26.807	76,52
Goiás	3.660	12.799	1.282	16.459	303,98	17.741	282,01
Mato Grosso	1.840	4.529	670	6.369	393,21	7.039	355,78
Mato Grosso do Sul	1.595	4.601	1.049	6.196	335,38	7.245	286,82
Sudeste	58.108	151.389	28.028	209.497	345,65	237.525	304,86
Espírito Santo	1.980	7.854	573	9.834	314,95	10.407	297,61
Minas Gerais	9.016	36.580	3.747	45.596	392,39	49.343	362,59
Rio de Janeiro	10.518	33.301	14.289	43.819	328,43	58.108	247,66
São Paulo (1)	36.594	73.654	9.419	110.248	335,90	119.667	309,46
Sul	13.296	48.361	7.978	61.657	407,21	69.635	360,56
Paraná (1)	4.192	15.501	3.223	19.693	485,63	22.916	417,33
Rio Grande do Sul (1)	5.859	21.610	2.868	27.469	370,88	30.337	335,82
Santa Catarina (1)	3.245	11.250	1.887	14.495	369,53	16.382	326,97

(1) Estados nos quais o Corpo de Bombeiros faz parte do efetivo da Polícia Militar
(2) Incluído o total de servidores dos Institutos de Criminalística, de Identificação e Médico legal
Efetivo policial: MJ/SENASP, novembro de 2001
População: IBGE, Censo Demográfico 2000

Tabela 16 – População Carcerária

Regiões/Estados	PRESOS 2001	PRESOS 2002	VARIAÇÃO (EM %)	PRESOS 2002/100MIL HAB,
Brasil	435.712	466.879	7,15	267,35
Região Norte	10.728	11.811	71,58	87,46
Acre	1.196	1.451	21,32	247,21
Amapá	850	850	0,00	164,56
Amazonas	1.603	1.901	18,59	64,18
Pará	3.012	2.960	-1,73	45,87
Rondônia	2.685	3.052	13,67	213,16
Roraima	410	393	-4,15	113,30
Tocantins	972	1.204	23,87	99,75
Região Nordeste	30.923	32.094	117,62	65,71
Alagoas	840	852	1,43	29,51
Bahia	4.927	4.902	-0,51	36,79
Ceará	5.860	6.762	15,39	88,34
Maranhão	2.905	2.905	0,00	50,06
Paraíba	3.963	3.151	-20,49	90,16
Pernambuco	8.840	8.958	1,33	110,80
Piauí	812	1.795	121,06	61,94
Rio Grande do Norte	1.175	1.168	-0,60	40,94
Sergipe	1.601	1.601	0,00	86,73
Região Centro-Oeste	16.693	17.755	35,50	146,72
Distrito Federal	4.870	5.039	3,47	234,83
Goiás	5.255	5.608	6,72	107,63
Mato Grosso	2.133	2.673	25,32	102,62
Mato Grosso do Sul	4.435	4.435	0,00	207,18
Região Sudeste	136.671	147.094	22,76	197,58
Espírito Santo	3.737	3.774	0,99	117,87
Minas Gerais	17.471	19.786	13,25	107,86
Rio de Janeiro	20.726	20.726	0,00	140,76
São Paulo	94.737	102.808	8,52	269,29
Região Sul	28.205	30.591	35,00	118,87
Paraná	9.594	9.956	3,77	101,61
Rio Grande do Sul	14.045	14.931	6,31	143,45
Santa Catarina	4.566	5.704	24,92	103,19

Fonte: MJ/SNJ/Departamento Penitenciário Nacional (dados de abril/2001 e junho/2002) e IBGE.

Tabela 17 - Presos e Vagas nas Prisões

	Aberto		Semi-aberto		Fechado		Med. Seg.		Sist. Penitenciário			Polícia			Total Geral		
Regiões/Estados	Presos	Vagas	Presos	Vagas	Presos	Vagas	Presos	Vagas	Presos	Vagas	P/V	Presos	Vagas	P/V	Presos	Vagas	P/V
Brasil	6.413	3.931	25.748	20.654	207.992	167.574	8.465	7.918	248.618	200.077	1,24	62.762	18.577	3,38	311.380	218.654	1,42
Região Norte	1.078	504	1.187	993	9.453	5.579	161	404	11.879	7.480	1,59	1.394	989	1,41	13.273	8.469	1,57
Acre	311	8	121	154	950	529	2	0	1.384	691	2	67	71	0,94	1.451	762	1,9
Amapá	0	0	140	74	710	355	0	89	836	518	1,61	14	19	0,74	850	537	1,58
Amazonas	280	54	100	63	1.513	510	8	12	1.364	639	2,13	537	419	1,28	1.901	1.058	1,8
Pará	94	131	269	344	2.545	2.321	151	299	3.059	3.095	0,99	0	0	0	3.059	3.095	0,99
Rondônia	286	149	463	68	2.303	1.174	0	0	2.722	1.391	1,96	330	0	--	3.052	1.547	1,97
Roraima	62	162	37	50	294	228	0	4	393	444	0,89	0	0	0	393	444	0,89
Tocantins	45	0	57	240	1.138	462	0	0	794	702	1,13	446	480	0,93	1.240	1.182	1,05
Região Nordeste	1.405	409	3.930	2.818	29.943	15.182	1.294	945	36.572	19.354	1,89	6.723	4.181	1,61	36.572	23.535	1,55
Alagoas	0	0	14	104	698	403	140	165	852	672	1,27	0	0	0	852	672	1,27
Bahia	132	132	648	477	8.156	3.197	444	280	5.358	4.086	1,31	4.022	3.461	1,16	9.380	7.547	1,24
Ceará	752	66	1.062	319	4.845	4.350	103	104	6.604	4.839	1,36	158	0	--	6.762	4.839	1,40
Maranhão	39	35	334	430	2.368	220	164	130	1.061	815	1,3	1.844	0	--	2.905	815	3,56
Paraíba	154	100	354	206	2.530	1.537	113	65	3.151	1.908	1,65	0	0	0	3.151	1.908	1,65
Pernambuco	3	0	930	667	7.740	3.501	285	177	8.958	4.345	2,06	0	0	0	8.958	4.345	2,06
Piauí	61	40	187	200	1.533	467	14	0	1.116	707	1,58	679	720	0,94	1.795	1.427	1,26
Rio Grande do Norte	174	36	223	255	740	1.009	31	24	1.168	1.324	0,88	0	0	0	1.168	1.324	0,88
Sergipe	90	0	178	160	1.333	498	0	0	1.581	658	2,4	20	0	--	1.601	658	2,43
Região Centro-Oeste	561	356	2.798	2.247	14.320	7.805	76	50	17.755	10.458	1,7	3.866	1.346	2,87	17.183	12.376	1,39
Distrito Federal	0	0	1.098	1.226	3.882	1.646	59	30	4.460	2.902	1,54	579	228	2,54	5.039	3.130	1,61
Goiás	425	215	1.222	738	3.948	3.172	13	20	5.412	4.145	1,31	196	229	0,86	5.608	4.374	1,28
Mato Grosso	11	40	95	60	2.567	1.112	0	0	882	1.212	0,73	1.791	889	2,01	2.101	2.673	0,79
Mato Grosso do Sul	125	101	383	223	3.923	1.875	4	0	3.135	2.199	1,43	1.300	0	--	4.435	2.199	2,02
Região Sudeste	2.026	1.555	13.035	11.498	129.812	78.434	6.083	6.078	150.956	97.565	1,55	45.300	8187	5,53	150.956	115.752	1,3
Espírito Santo	0	0	92	180	3.614	1.750	68	46	2.360	1.976	1,19	1.414	723	1,96	3.774	2.699	1,4
Minas Gerais	94	109	673	878	18.923	3.060	246	289	4.233	4.336	0,98	15.703	0	--	19.936	4.336	4,6
Rio de Janeiro	1.931	1.446	1.700	1.860	11.718	13.050	5.377	4.410	20.726	20.766	1	0	0	0	20.726	20.766	1
São Paulo	1	0	10.570	8.580	95.557	60.574	392	1.333	78.377	70.487	1,11	28.183	7464	3,78	106.520	87.951	1,21
Região Sul	1.343	1.107	4.798	3.098	24.464	18.269	851	441	31.456	22.915	1,37	5.479	3.874	1,41	31.456	26.762	1,18
Paraná	0	0	951	850	9.646	5.087	218	0	5.981	5.937	1,01	4.834	3.874	1,25	10.815	9.784	1,11
Rio Grande do Sul	1.086	957	3.252	1.812	9.960	10.083	633	441	14.931	13.293	1,12	0	0	0	14.931	13.293	1,12
Santa Catarina	257	150	595	436	4.858	3.099	0	0	5.065	3685	1,37	645	0		5.710	3.685	1,55

Fonte: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (dados de setembro de 2002).

Tabela 18 – Adolescentes Submetidos a Medidas Sócio-Educativas

Região/Estado	Liberdade Assistida	Semi -liberdade	Internação Provisória	Internação	MSE Fechado	Liberdade Assistida	Semi -liberdade	Internação	LA/Fechado
Brasil	19.099	709	2.675	6.982	10.366	71,29%	2,65%	26,06%	2,48
Norte	1.678	102	74	452	628	75,18%	4,57%	20,25%	3,03
Acre	109	0	0	85	85	56,19%	0,00%	43,81%	1,28
Amapá	59	32	14	56	102	40,14%	21,77%	38,10%	0,67
Amazonas	1.007	50	35	118	203	85,70%	4,26%	10,04%	5,99
Pará	130	20	0	128	148	46,76%	7,19%	46,04%	0,88
Rondônia	195	0	25	24	49	89,04%	0,00%	10,96%	8,13
Roraima	167	0	0	32	32	83,92%	0,00%	16,08%	5,22
Tocantins	11	0	0	9	9	55,00%	0,00%	45,00%	1,22
Nordeste	1.994	96	497	1.156	1.749	61,43%	2,96%	35,61%	1,59
Alagoas	300	0	15	30	45	90,91%	0,00%	9,09%	10,00
Bahia	418	14	220	146	380	72,32%	2,42%	25,26%	2,61
Ceará	743	30	60	389	479	63,94%	2,58%	33,48%	1,77
Maranhão	181	22	121	313	456	35,08%	4,26%	60,66%	0,54
Paraíba	168	9	26	179	214	47,19%	2,53%	50,28%	0,89
Pernambuco	*	*	*	*	*				
Piauí	18	*	*	*	*				
Rio Grande do Norte	144	17	55	39	111	72,00%	8,50%	19,50%	2,57
Sergipe	22	4	0	60	64	25,58%	4,65%	69,77%	0,34
Centro-Oeste	2.132	90	203	637	930	74,57%	3,15%	22,28%	2,93
Distrito Federal	1.472	82	0	360	442	76,91%	4,28%	18,81%	3,33
Goiás	450	8	173	32	213	91,84%	1,63%	6,53%	11,25
Mato Grosso	60	0	30	65	95	48,00%	0,00%	52,00%	0,92
Mato Grosso do Sul	150	0	0	180	180	45,45%	0,00%	54,55%	0,83
Sudeste	13.239	364	1458	3.577	5.399	77,06%	2,12%	20,82%	3,36
Espírito Santo	*	0	78	44	122				
Minas Gerais	470	31	146	220	397	65,19%	4,30%	30,51%	1,87
Rio de Janeiro	1.083	*	*	*	*				
São Paulo	11.686	333	1234	3.313	4.880	76,22%	2,17%	21,61%	3,21
Sul	56	57	443	1.160	1.660	4,40%	4,48%	91,12%	0,05
Paraná	*	48	215	333	596				
Rio Grande do Sul	21	0	111	723	834	2,82%	0,00%	97,18%	0,03
Santa Catarina	35	9	117	104	230	23,65%	6,08%	70,27%	0,31

Fonte: DCA/SEDH/MJ - FONACRIAD, Junho/2002
* Não disponível.

Tabela 19 - Denúncias de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Regiões/Estados	Exploração e Abuso Sexual		Turismo Sexual		Abuso Sexual	
	Fev/97 - Jun/02	% Nacional	Fev/97 - Dez/01	% Nacional	Jan/00 - Dez/01	% Nacional
Brasil	3.295	100,00%	80	100,00%	423	100,00%
Região Norte	164	4,98%	1	1,25%	22	5,20%
Acre	6	0,18%	0	0,00%	1	0,24%
Amapá	11	0,33%	1	1,25%	1	0,24%
Amazonas	66	2,00%	0	0,00%	8	1,89%
Pará	47	1,43%	0	0,00%	6	1,42%
Rondônia	24	0,73%	0	0,00%	3	0,71%
Roraima	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Tocantins	10	0,30%	0	0,00%	3	0,71%
Região Nordeste	841	25,52%	49	61,25%	118	27,90%
Alagoas	28	0,85%	1	1,25%	5	1,18%
Bahia	184	5,58%	9	11,25%	19	4,49%
Ceará	260	7,89%	16	20,00%	36	8,51%
Maranhão	89	2,70%	1	1,25%	25	5,91%
Paraíba	23	0,70%	1	1,25%	4	0,95%
Pernambuco	150	4,55%	9	11,25%	12	2,84%
Piauí	33	1,00%	0	0,00%	7	1,65%
Rio Grande do Norte	56	1,70%	12	15,00%	6	1,42%
Sergipe	18	0,55%	6	7,50%	4	0,95%
Região Centro-Oeste	233	7,07%	3	3,75%	25	5,91%
Distrito Federal	110	3,34%	0	0,00%	8	1,89%
Goiás	60	1,82%	2	2,50%	7	1,65%
Mato Grosso do Sul	38	1,15%	1	1,25%	6	1,42%
Mato Grosso	25	0,76%	0	0,00%	4	0,95%
Região Sudeste	1.412	42,85%	24	30,00%	228	53,90%
Espírito Santo	37	1,12%	0	0,00%	6	1,42%
Minas Gerais	157	4,76%	1	1,25%	17	4,02%
Rio de Janeiro	753	22,85%	16	20,00%	146	34,52%
São Paulo	465	14,11%	7	8,75%	59	13,95%
Região Sul	256	7,77%	2	2,50%	30	7,09%
Paraná	98	2,97%	2	2,50%	8	1,89%
Rio Grande do Sul	98	2,97%	0	0,00%	13	3,07%
Santa Catarina	60	1,82%	0	0,00%	9	2,13%
Não Identificada (Internet)	389	11,81%	1	1,25%	0	0,00%

Fonte: Abrabia

Tabela 20 – Rotas de Tráfico para Fins de Exploração Sexual

Estado/ Região de Origem	Tráfico de Mulheres	Tráfico de Mulheres e de Crianças e/ou Adolesc.	Tráfico de Criança e/ou Adolescentes	Total de rotas
Brasil	51	110	62	223
Região Norte	12	43	24	79
Acre	0	3	4	7
Amapá	0	6	2	8
Amazonas	2	10	4	16
Pará	7	9	10	26
Rondônia	1	4	0	5
Roraima	0	9	1	10
Tocantins	2	2	3	7
Região Nordeste	13	37	17	67
Alagoas	0	0	0	0
Bahia	4	1	2	7
Ceará	3	0	0	3
Maranhão	0	24	9	33
Paraíba	0	0	2	2
Pernambuco	5	10	3	18
Piauí	0	2	1	3
Rio Grande Norte	1	0	0	1
Sergipe	0	0	0	0
Região Centro-Oeste	1	13	5	19
Distrito Federal	4	1	0	5
Goiás	1	10	2	13
Mato Grosso	1	0	1	2
Mato Grosso do Sul	1	2	2	5
Região Sudeste	19	11	3	33
Espírito Santo	1	0	1	2
Minas Gerais	7	1	0	8
Rio de Janeiro	6	5	1	12
São Paulo	5	5	1	11
Região Sul	6	6	13	25
Paraná	1	2	7	10
Rio Grande do Sul	4	2	3	9
Santa Catarina	1	2	3	6

* Número total de rotas = nº total de rotas intermunicipais, interestaduais e internacionais
Fonte: Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (2001-2002)

ENTIDADES COLABORADORAS

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

- Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis do Amazonas
- Associação Cearense Pró-Idoso do Ceará
- Associação das Travestis do Mato Grosso do Sul
- Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé do Estado de São Paulo
- Associação dos Cristãos para a Abolição da Tortura/SP
- Associação dos Deficientes de Goiás
- Associação Nacional de Ação Indigenista do Distrito Federal
- Associação Sergipana de Prostitutas de Sergipe
- Bamidelê- Grupo de Mulheres Negras da Paraíba
- Casa 8 de Março de Tocantins
- Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos /SP
- CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre
- Crianças e Adolescentes
- Centro da Mulher 8 de Março da Paraíba
- Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Emaús
- Centro de Defesa da Mulher e Apoio à Cidadania Bem Querer de Sergipe
- Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Emaús /PA
- Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Diocese de Roraima
- Centro de Defesa Marcos Passerini do Maranhão
- Centro de Direitos Humanos da Diocese de Rio Branco do Estado do Acre
- Centro de Direitos Humanos de Cristalândia /TO
- Centro de Direitos Humanos de Palmas /TO
- Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Natal do Estado /RN
- Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre
- Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência de São Paulo
- Centro de Estudos Cultura e Cidadania de Santa Catarina
- Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais
- Centro de Justiça Global do Rio de Janeiro
- Centro de Referência Nazaré Cerqueira Contra a Discriminação do Rio de Janeiro
- Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo
- Clube Rainbow de Serviços /MG
- Coletivo de Mulheres Calafate /BA
- Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/AL
- Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal
- Comissão de Direitos Humanos da OAB/AL
- Comissão de Direitos Humanos da OAB/MS
- Comissão de Direitos Humanos da OAB/PI
- Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Mato Grosso
- Comissão Pastoral da Terra /DF
- Comissão Pastoral da Terra – ES/RJ
- Comissão Pastoral da Terra – PA/AP
- Comissão Pastoral da Terra /Nacional
- Comissão Pastoral da Terra da Bahia
- Comissão Pastoral da Terra do Maranhão
- Comissão Pastoral da Terra do Piauí
- Comissão Pró-Índio de São Paulo
- Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos /SP
- Conselho Indígena Missionário de Roraima
- Conselho Indígena Missionário do Mato Grosso
- Conselho Municipal da Mulher de Lages do Estado de Minhas Gerais
- Conselho Municipal da Mulher de Teresina do Estado do Piauí
- Conselho Municipal de Defesa da Mulher de Maceió do Estado de Alagoas
- Conselho Tutelar de Teresina do Estado do Piauí
- Disque Discriminação de Alagoas
- Disque Idoso do Rio de Janeiro
- Disque Racismo da Paraíba
- Disque-Idoso de Sobral /CE
- Entre Amigos /SP
- Fórum de Defesa da Mulher do Ceará
- Fórum de Mulheres de Alagoas
- Fundação Abrinq de São Paulo
- Fundação Para a Infância e Juventude do Rio de Janeiro
- GAJOP Gabinete de Assessoria Jurídica a Organizações Populares de Pernambuco
- Geledés - Instituto da Mulher Negra /SP
- Gênero, Mulher e Desenvolvimento Regional da Bahia
- Grupo Esperança do Estado do Paraná
- Grupo Gay da Bahia
- Grupo Gay de Alagoas
- Grupo Homossexual Babilônico do Piauí
- Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo

- Indústria da Solidariedade de Santa Catarina
- INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos
- Instituto de Mulheres Negras do Amapá
- Instituto do Negro Padre Batista /SP
- Instituto São Paulo Contra a Violência /SP
- Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial /SP
- ISA - Instituto Sócio-Ambiental /SP
- Maria Mulher /RS
- Movimento do Espírito Lilás da Paraíba
- Movimento Gay de Minas Gerais
- MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos
- Movimento Negro da Paraíba
- Núcleo de Atendimento de Vítimas de Crimes Violentos de Minas Gerais
- Núcleo de Defesa e Vida da Paraíba
- Núcleo de Estudos da Mulher da Bahia
- Núcleo de Estudos da Mulher do Ceará
- Núcleo de Estudos da Mulher do Rio Grande do Norte
- Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo
- Núcleo de Estudos do Negro de Santa Catarina
- Pastoral Carcerária de Goiás
- Pastoral Carcerária de São Paulo
- Pastoral da Mulher/ Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão
- Pastoral do Migrante /SP
- REDE ANDI (DF)
- Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba
- Serviço Pastoral dos Migrantes /SP
- Sociedade Afro-sergipana de Estudos da Cidadania /SE
- Sociedade Maranhense de Direitos Humanos /MA
- SOS – Ação Mulher/ Família de Uberlândia do Estado de Minas Gerais
- SOS Corpo, Gênero e Cidadania de Pernambuco
- SOS Criança do Ceará
- SOS Criança do Rio Grande do Norte
- Um Toque Importante /SP
- União de Mulheres / SP

ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS, CONSELHOS, COMISSÕES E OUVIDORIAS

NACIONAIS

- Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação
- Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA
- Ministério da Justiça
- Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio
- Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça
- Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública
- Ministério das Relações Exteriores
- Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Temas Sociais
- Ministério do Trabalho e do Emprego
- Ministério Público do Trabalho
- Ministério Público Federal
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- Secretaria de Estado dos Direitos Humanos
- Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente
- Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento de Promoção dos Direitos Humanos

ACRE

- Governo do Estado, Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Relatório das Ações Desenvolvidas na Área de Justiça e Segurança Pública – Dezembro 2001)
- Governo do Estado, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Secretaria Adjunta
- Governo do Estado, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Coordenadoria de Estatística
- Governo do Estado, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Polícia Militar
- Ministério Público do Estado, Procuradoria Geral de Justiça
- Ministério Público do Estado, Corregedoria Geral de Justiça

ALAGOAS

- Ouvidoria Geral do Estado
- Secretaria de Estado da Assistência Social

AMAZONAS

- Governo do Estado, Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

BAHIA

- Governo do Estado da Bahia, Secretaria da Justiça e Direitos Humanos
- Governo do Estado, Secretaria da Segurança Pública, Delegacia de Proteção à Mulher
- Mistério Público da Bahia, 2ª Promotoria de Justiça da Cidadania e Combate ao Racismo

Entidades Colaboradoras

CEARÁ
- Conselho de Defesa dos Direitos Humanos
- Governo do Estado, Defensoria Pública Geral
- Governo do Estado, Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente
- Governo do Estado, Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente
- Governo do Estado, Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania
- Governo do Estado, Secretaria do Trabalho e Ação Social

DISTRITO FEDERAL
- Governo do Distrito Federal
- Governo do Distrito Federal, Secretaria de Ação Social
- Governo do Distrito Federal, Secretaria de Segurança Pública
- Governo do Distrito Federal, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil
- Governo do Distrito Federal, Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos
- Ouvidoria Geral do Distrito
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

ESPÍRITO SANTO
- Governo do Estado, Secretaria da Segurança Pública
- Governo do Estado, Secretaria da Justiça

MARANHÃO
- Governo do Estado, Fundação da Criança e do Adolescente
- Governo do Estado, Secretaria de Estado da Solidariedade, Cidadania e Trabalho

MATO GROSSO
- Assembléia Legislativa do Estado, Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (Os Direitos Humanos em Mato Grosso – Relatório 2000)
- Governo do Estado do Mato Grosso

MATO GROSSO DO SUL
- Governo do Estado, Secretaria de Assistência Social, Programa de Atendimento À Mulher Em Situação de Violência
- Defensoria Pública do Estado (Relatório Estadual sobre Direitos Humanos no Estado Mato Grosso do Sul 2000-2001).

MINAS GERAIS
- Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Gerência de Direitos Humanos, Trabalho e Ação Social, Comissão de Direitos Humanos (Atividades realizadas em 2001).
- Conselho Estadual do Idoso
- Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Belo Horizonte
- Governo do Estado de Minas Gerais (Programa Mineiro de Direitos Humanos)
- Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos
- Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria da Segurança Pública, Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher de Belo Horizonte
- Governo do Estado de Minas Gerais, Instituto de Criminologia, Acadepol
- Governo do Estado de Minas Gerais, Polícia Militar
- Ministério Público do Estado
- Ouvidoria da Polícia do Estado
- Prefeitura de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Assistência Social

GOIÁS
- Governo do Estado (Relatório sobre Direitos Humanos – Estado de Goiás).
- Ministério Público do Estado, Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial

PARÁ
- Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública

PARAÍBA
- Governo do Estado

PARANÁ
- Conselho Estadual da Mulher do Paraná
- Conselho Estadual do Idoso do Paraná
- Governo do Estado, Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná
- Governo do Estado, Secretaria da Saúde
- Governo do Estado, Secretaria da Segurança Pública, Ouvidoria de Polícia do Paraná

PERNAMBUCO
- Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria da Justiça e Cidadania
- Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social
- Ministério Público do Estado, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Defesa da Cidadania

PIAUÍ
- Governo do Estado do Piauí, Secretaria da Justiça e da Cidadania (Plano Nacional de Direitos Humanos - Relatório do Estado do Piauí).
- Prefeitura Municipal de Teresina, Disque Mulher Cidadã

RIO DE JANEIRO
- Gabinete da Deputada Jandira Feghati
- Governo do Estado, Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania
- Ouvidoria de Polícia do Estado

RIO GRANDE DO SUL
- Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (Relatório Azul 2000/2001, Relatório Azul 1999/2000)
- Governo do Estado, Gabinete do Governador, Casa Civil
- Governo do Estado, Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, Delegacia para a Mulher
- Ouvidoria da Justiça e da Segurança Pública

RIO GRANDE DO NORTE
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Rio Grande do Norte
- Governo do Estado
- Governo do Estado, Ouvidoria da Defesa Social

RONDÔNIA
- Governo do Estado (Relatório Anual de Direitos Humanos 2002).
- Governo do Estado, Secretaria da Segurança Pública, Departamento Geral da Polícia Civil, Delegacia Especializada de Defesa da Mulher e da Família

RORAIMA
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima
- Governo do Estado de Roraima (Relatório Estadual de Direitos Humanos)

SANTA CATARINA
- Conselho Estadual da Criança e Adolescente de Santa Catarina
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
- Governo do Estado
- Governo do Estado, Secretaria da Educação e do Desporto
- Governo do Estado, Secretaria da Justiça e Cidadania
- Governo do Estado, Secretaria da Segurança Pública
- Governo do Estado, Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família

SÃO PAULO
- Governo do Estado, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (Relatório de Direitos Humanos no Estado de São Paulo)
- Ministério Público do Estado, Promotoria da Vara da Infância e da Juventude
- Ouvidoria de Polícia do Estado
- Prefeitura de Santo André, Secretaria de Participação e Cidadania
- Prefeitura de São Paulo, Ouvidoria Geral

SERGIPE
- Governo do Estado, Secretaria da Justiça e da Cidadania

TOCANTINS
- Governo do Estado, Secretaria do Interior e Justiça (Relatório Estadual de Direitos Humanos)

WEB SITES

- Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento: www.agende.org.br
- Afirma Revista Negra: www.afirma.inf.br
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência – ABRAPIA: www.abrapia.org.br
- Associação Nacional de Ação Indigenista – ANAI: www.anai.org.br
- Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br/cdh
- Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos: www.ccmnegra.santos.net
- Centro de Articulação de População Marginalizada – CEAP: www.alternex.com.br/~ceap/home.html
- Centro de Estudos Cultura e Cidadania: www.ceca.org.br
- Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA: www.cfemea.org.br
- Comissão Pastoral da Terra – CPT: www.cptnac.com.br
- Comunicação Cultural: www.comcultura.org.br
- Conselho Indigenista Missionário - CIMI: www.cimi.org.br
- Criola: www.criola.ong.org
- Escritório Nacional Zumbi dos Palmares: www.enzp.org.br
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE: www.fase.org.br
- Fórum Metropolitano de Segurança Pública: www.forumsp.org.br
- Fundação Abrinq: www.abrinq.org.br
- Fundação Cultural Palmares: www.palmares.gov.br
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: www.ibge.gov.br
- Fundação Nacional do Índio: www.funai.gov.br
- Fundação Seade: www.seade.gov.br
- Geledés Instituto da Mulher Negra: www.geledes.com.br
- Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social: www.ibiss.com.br
- Instituto Casa da Cultura Afro-brasileira: www.iccab.hpg.com.br
- Instituto de Desenvolvimento das Tradições Indígenas – IDETI: www.ideti.org.br
- Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA: www.ipea.gov.br
- Instituto São Paulo Contra a Violência: www.spcv.org.br
- Instituto Socioambiental - ISA: www.socioambiental.org
- Justiça Global: www.global.org.br
- Ministério da Justiça: www.mj.gov.br
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: www.apis.com.br/mnmmr
- Mulheres Negras: www.mulheresnegras.org
- Mundo Negro: www.mundonegro.com.br
- Núcleo de Estudos da Violência da USP/SP: www.nev.prp.usp.br
- Núcleo de Estudos Negros: www.nen.org.br
- Ordem dos Advogados do Brasil/SP: www.oabsp.org.br
- Portal Afro: www.portalafro.com.br
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/UNDP: www.undp.org.br
- Quilombo Virtual: www.quilombovirtual.hpg.com.br
- Rede de Atenção à Criança e Adolescente de Caxias do Sul: www.recria.org.br
- Rede de Direitos Humanos e Cultura: www.dhnet.org.br
- Rede Mulher de Educação: www.redemulher.org.br
- Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: www.redesaude.org.br
- República Federativa do Brasil: www.brazil.gov.br
- Secretaria de Estado dos Direitos Humanos: www.mj.gov.br/sedh/default.htm
- Secretaria Especial da Mulher - Cidade de Londrina: www.londrina.pr.gov.br/mulher
- Site do Deputado Marcos: www.rolim.com.br
- UNICEF: www.unicef.org/brazil
- Unidade na Diversidade: www.movimentos.org/

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação de Pesquisa e Redação:

Paulo de Mesquita Neto (Ph.D. em Ciência Política, Universidade de Columbia; Secretário-Executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência; Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo)

Beatriz S. Azevedo Affonso (Mestranda em Ciência Política, Secretária-Executiva da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo; Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP)

Pesquisa e Redação:

Ana Carolina da Matta Chasin (Advogada, PUC-SP; graduanda em Ciências Sociais, USP)

Marcelo Nastari (Advogado, PUC-SP, Coordenador da Associação Olha o Menino)

Maria Gorete Marques de Jesus (Graduada em Ciências Sociais, USP)

Maria Letícia Puglisi Munhoz (Advogada, PUC-SP)

Marina Martins Novaes (Bacharel em Direito, PUC-SP)

Tatiana Amêndola Barbosa Lima Didion (Piscóloga, PUC)

Redação e Revisão do Texto Final:

Paulo de Mesquita Neto, Beatriz S. Azevedo Affonso, Ana Carolina da Matta Chasin, Marcelo de Moraes Nastari e Maria Gorete Marques de Jesus.

Projeto Gráfico e Diagramação:

Grupo 108 de Comunicação